CPFL Transmissão Sul II Ltda.
Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, parte
Jardim Professora Tarcília
CEP 13.087-397 – Campinas - SP

Carta 182/IS/2021

Campinas, 26 de julho de 2021

Ao
Ministério Público Federal
Na pessoa do Exmo. Sr. Procurador da República Dr. André Casagrande Raupp
Avenida Central, 1960
Zona Nova - Capão da Canoa/RS
CEP: 95555-000

PA nº 1.29.023.000131/2019-73

Ref.: Resposta à Ata de Reunião - PRM-CAP-RS-00002428/2021 (05 de julho de 2021)

A **CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A. ("CPFL")**, já qualificada neste procedimento, vem, em seguimento à reunião realizada em 05.07.21, na qual V.Exa. solicitou à CPFL

(i) esclarecimentos sobre "*os pontos discutidos nos autos*" e

(ii) a apresentação, até 26.07.21, de

(ii.a) "*considerações às propostas apresentadas pelo Ministério Público Federal na presente reunião*" e

(ii.b) "*convênio firmado com a Prefeitura de Osório no tocante ao aporte de R$ 800 mil para elaboração do Plano de Manejo, o Termo de Referência para elaboração do Plano de Manejo e a proposta técnica apresentada pela GeoCenter*" (Documento 113),

se manifestar nos seguintes termos:

1. Esclarecimentos sobre "*os pontos discutidos nos autos*"

"a) Necessidade de EIA/RIMA para realização da obra, em vez do RAS utilizado";

A Res. CONAMA 1/86 determina que "*dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental – RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividade modificadoras do meio ambiente, tais como: (...) linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230 kV*" (art. 2º, VI).

A Lei de Mata Atlântica, por sua vez, estabeleceu que o corte e a supressão da vegetação primária e secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica "*somente serão autorizados em caráter excepcional, quando necessários à realização de obras, projetos ou atividades de utilidade pública, pesquisas científicas e práticas preservacionistas*", sendo necessária, em tais circunstâncias, a "*realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA*" (arts. 20, 21 e 22).

O empreendimento em discussão, porém, não se enquadra nas hipóteses acima descritas, eis que **(i)** a potência das linhas de transmissão não será superior a 230 kV e **(ii)** a vegetação de Mata Atlântica identificada no traçado das linhas de transmissão não é primária ou secundária em estágio avançado de regeneração, mas apenas secundária em estágios inicial e médio de regeneração.

Carta 182/IS/2021

Confira-se, a esse respeito, o que constou da Informação Técnica DEMJ nº 530/21 da FEPAM:

> *"O inventário florestal apresentado identificou na faixa de servidão do empreendimento a ocorrência de vegetação nativa secundária em estágio inicial e médio de regeneração. E proveu elementos somente para o manejo florestal em vegetação nativa secundária em estágio inicial e médio de regeneração".*

Ainda assim, antes de dar início ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos do Lote 11 do Leilão Transmissão ANEEL 04/18 ("Leilão"), a CPFL consultou formalmente a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura a respeito do enquadramento da modalidade de licenciamento que deveria ser observada e solicitou a emissão do Termo de Referência para elaboração dos estudos ambientais (Carta nº 010/IS/2019).

Em resposta, a FEPAM informou que o licenciamento das Linhas de Transmissão e Subestações associadas poderia ser realizado em expediente único através de Relatório Ambiental Simplificado ("RAS"), tendo por base o estabelecido na já mencionada Lei da Mata Atlântica, bem como na Portaria MMA 421/11[1] e na Res. CONAMA 279/01[2].

A partir de tal orientação, a CPFL deu início aos estudos ambientais para requerimento da Licença Prévia do empreendimento, conforme Termo de Referência exigido pela FEPAM no sistema online de Licenciamento – SOL.

Esclareça-se, por fim, que o antigo empreendimento da Eletrosul envolvia EIA/RIMA pois, diferentemente do caso em tela, incluía linhas de transmissão com potência superior a 230 kV. Tal informação, inclusive, é ratificada pela FEPAM, por meio da Informação Técnica DEMJ nº 530/21, abaixo reproduzida:

> *"Cabe salientar que no licenciamento ambiental do Leilão 04/2014 – Lote A, que tinha a Eletrosul como empreendedor, o rito seguido foi o Estudo de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, justificado por ser um único processo administrativo em que constava o conjunto dos empreendimentos a serem licenciados, incluídas as linhas de transmissão de potência de 525 kV, dado técnico que determina o rito de EIA/RIMA, conforme Art. 2º - inciso VI da Resolução Conama 01/86.*
>
> *Com o novo Leilão ANEEL nº 04/2018, os empreendimentos aqui tratados constituíram o Lote 11, que teve como vencedor a CPFL Geração de Energia S.A. A*

---

[1] **Art. 5º da Portaria MMA 421/11**, que dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências: "*O procedimento de licenciamento ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica enquadrados, independentemente da tensão, como de pequeno potencial de impacto ambiental será simplificado quando a área da subestação ou faixa de servidão administrativa da linha de transmissão não implicar simultaneamente em: I - remoção de população que implique na inviabilização da comunidade e/ou sua completa remoção; II - afetação de unidades de conservação de proteção integral; III - localização em sítios de: reprodução e descanso identificados nas rotas de aves migratórias; endemismo restrito e espécies ameaçadas de extinção reconhecidas oficialmente; IV - intervenção em terra indígena; V - intervenção em território quilombola; VI - intervenção física em cavidades naturais subterrâneas pela implantação de torres ou subestações; VII - supressão de vegetação nativa arbórea acima de 30% da área total da faixa de servidão definida pela Declaração de Utilidade Pública ou de acordo com a NBR 5422 e suas atualizações, conforme o caso; e VIII - extensão superior a 750 km.*

[2] **Art. 1º da Res. Conama 279/01**: "*Os procedimentos e prazos estabelecidos nesta Resolução, aplicam-se, em qualquer nível de competência, ao licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental, aí incluídos: I - Usinas hidrelétricas e sistemas associados; II - Usinas termelétricas e sistemas associados; **III - Sistemas de transmissão de energia elétrica (linhas de transmissão e subestações)**. IV - Usinas Eólicas e outras fontes alternativas de energia. Parágrafo único. Para fins de aplicação desta Resolução, os sistemas associados serão analisados conjuntamente aos empreendimentos principais*".

> *partir dessa nova perspectiva, é que se deram os ritos administrativos do licenciamento ambiental. Diferente do leilão anterior, os empreendimentos não apresentaram potência acima de 230 kV e nem outras características que indicassem o encaminhamento ao EIA/RIMA. Assim, o rito administrativo utilizado para o licenciamento ambiental foi o Relatório Ambiental Simplificado – RAS, conforme determina a Resolução CONAMA 279/2001. Neste rito não há obrigatoriedade de Audiência Pública nem Reunião Técnica Informativa".*

Vê-se, assim, que **(i)** a legislação aplicável não exige a elaboração de EIA/RIMA para o empreendimento da CPFL, indicando a possibilidade da elaboração de RAS; e que **(ii)** no caso, a autoridade ambiental competente agiu nos exatos termos das normas que lhe cabia observar.

b) Necessidade de prosseguir-se na investigação de outro traçado que não atinja vegetação secundária da Mata Atlântica em estágio médio de regeneração";

Como exposto nas Cartas 243/IS/2019 e 087/IS/2021 (Documentos 17 e 58), a CPFL estudou quatro possibilidades de traçado para as linhas de transmissão, observando-se as diretrizes previstas no leilão:

(i) a primeira, paralela à Rodovia RS-290, se mostrou tecnicamente inviável, de acordo com a IS DG 6/08 do DNIT, e foi objeto de total oposição pela CCR;

(ii) a segunda, paralela à Rodovia RS-030, "*implicaria na necessidade de realocação de 150 benfeitorias, como: residências únicas, comércios, igrejas, dentre outros, o que geraria um significativo impacto social na região, pois implicaria não apenas na necessidade de relocação das benfeitorias, mas relocação de pessoas e respectiva indenização, indo na contramão da premissa básica de implantação de empreendimentos dessa natureza*";

(iii) a terceira (traçado ao norte da APA Morro de Osório) interferiria em um número expressivo de propriedades no interior da APA, resultando em impacto socioambiental significativo; e

(iv) a quarta (traçado ao sul da APA Morro de Osório) impactaria menos propriedades do que a alternativa anterior, mas atravessaria maior área de fragmentos florestais, sendo certo que o emprego de técnicas específicas (lançamento de cabos com uso de drones e alteamento de estruturas) poderia reduzir a necessidade de supressão de vegetação nativa.

Tal alternativa estaria em conformidade com o Plano de Manejo da UC, atenderia o corredor definido pela EPE – Empresa de Pesquisa Energética que rege o Leilão do empreendimento realizado pela ANEEL, impactaria menos benfeitorias, por se tratar de um traçado predominantemente em área rural, com pouca interferência nos seus usos e ocupação, e conferiria melhor solução técnica ao menor custo, mitigando impactos tarifários ao consumidor final.

Analisando a situação, a FEPAM, órgão competente para licenciar o empreendimento e aprovar o manejo/supressão de vegetação em tal âmbito (art. 8º, XIV e XVI, "c", da Lei Complementar 140/11), concluiu que a quarta opção de traçado seria a mais adequada, pois também implicaria no menor impacto socioambiental.

O COMDEMA, gestor da APA Morro de Osório, confirmou que o traçado apresentado pela CPFL é o de menor impacto, estando fora da Zona de Conservação da Vida Silvestre da APA, em conformidade total com o Plano de Manejo e com as demais autorizações e anuências emitidas.

Carta 182/IS/2021

Ainda que tal traçado impacte vegetação secundária de Mata Atlântica em estágio médio de regeneração, tal impacto é excepcionalmente admitido, "*quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social, pesquisa científica e práticas preservacionistas*" (art. 23, I, da Lei de Mata Atlântica).

A legislação também é clara ao considerar de utilidade pública "*as obras essenciais de infraestrutura de interesse nacional destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia, declaradas pelo poder público Federal ou dos Estados*" (art. 3º, VII, "b", da Lei de Mata Atlântica).

Tem-se, assim, que a legislação **(i)** não exige que o empreendimento da CPFL "não atinja vegetação secundária da Mata Atlântica em estágio médio de regeneração" **(ii)** nem obriga a Empresa a buscar outro traçado com tal finalidade – ainda mais quando as outras alternativas cogitadas provocam, como visto, relevantes impactos socioambientais.

"c) independente do estudo ambiental realizado, da necessidade de oitiva e participação da comunidade local, principalmente no tocante à transparência dos atos a serem realizados na localidade;"

O licenciamento ambiental do empreendimento da CPFL sempre foi (e segue sendo) conduzido dentro da mais absoluta regularidade, observando-se todas as normas relativas à transparência e publicidade pertinentes.

Além disso, a Empresa esteve sempre à disposição da comunidade da APA Morro de Osório, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Osório e do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Osório ("COMDEMA" – colegiado com representantes de diversos órgãos e entidades – art. 24, § 1º, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto 06/16), prestando informações sobre a CPFL e o empreendimento em questão. Confiram-se, a seguir, alguns exemplos:

Interações com o COMDEMA:

- reunião ordinária realizada em 02/05/19, com o então presidente do conselho, o Sr. Edson Alfredo Schmitz, para apresentar informações gerais sobre o empreendimento, sua importância ao desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, alternativas de traçado estudadas, tecnologias de redução de impactos socioambientais empregadas no projeto, compatibilidade do empreendimento com o disposto no Plano de Manejo vigente da APA Morro de Osório, dúvidas gerais, bem como a disposição da CPFL em trazer projetos ou ações que visassem impactos positivos na região, dentre elas, o apoio à atualização técnica do Plano de Manejo da APA (**Anexo 1**);

- carta CPFL 111/2019, apresentada ao órgão em 10/05/19, por meio da qual a CPFL formalizou as informações prestadas em reunião e solicitou a anuência para a implantação do empreendimento, entendendo naquele momento que tal incitação/requerimento deveria partir no empreendedor (**Anexo 2**);

- ofício 09/2019, por meio do qual o COMDEMA informou que, em 03/10/19, fora autorizado o início do processo de licenciamento ambiental do empreendimento junto ao órgão competente, devendo ser observada a Res. CONSEMA 319/16 (**Anexo 3**);

- manifestação, em resposta ao questionamento da FEPAM, favorável ao prosseguimento do licenciamento ambiental de instalação do empreendimento, reiterando a ciência do COMDEMA a respeito de todos os atos do referido processo.

Carta 182/IS/2021

Publicidade das licenças ambientais:

A Licença Prévia foi publicada no Correio do Povo e no Jornal do Comércio, em 04/06/20; e Licença de Instalação foi publicada no Diário Oficial do Rio Grande do Sul nº 177, em 28/08/20, e no Jornal do Comércio, em 28, 29 e 30/08/20 (**Anexos 4 e 5**).

Contato com as comunidades de Gravataí, Santo Antonio da Patrulha, Glorinha e Osório:

- a partir de abr./20 – distribuição de comunicado sobre o empreendimento a todos os proprietários, indicando critérios básicos de segurança, esclarecimentos sobre a faixa de servidão e os canais de comunicação com a CPFL (**Anexo 6**);

- distribuição de comunicado voltado à educação ambiental (práticas de mitigação, compensação, preservação e conservação adotadas pelo empreendedor em relação ao empreendimento), elaborado no âmbito dos Programas de Comunicação Social e de Educação Ambiental (**Anexo 7**);

- a partir de mar./21 – distribuição de panfletos às representações das comunidades próximas ao empreendimento e aos proprietários afetados (área de influência direta).

  Para contornar óbices decorrentes da pandemia (COVID-19), os panfletos foram entregues a setores representativos da sociedade, deixadas nas caixas de correio e, por vezes, apresentada juntamente com o comunicado relativo a educação ambiental. Quando a entrega é feita pessoalmente, a CPFL esclarece o objetivo do programa e tira dúvidas relacionadas ao empreendimento. A Tabela abaixo indica a relação de proprietários, entidades e acessantes que receberam o material pessoalmente.

  De todo modo, a CPFL segue tentando entregar os panfletos a todos os proprietários afetados pelo traçado do empreendimento, retornando à residência daqueles que ainda não pôde contatar pessoalmente.

Tabela 01 – Resumo do Plano de Comunicação Social e Ambiental do empreendimento

Nº	Período do contato	Pessoa	Relação	Contato/Instituição	Município Residente
1	Março	Jurídica	outros	Secretaria de Meio Ambiente	Osório
2	março	Jurídica	outros	Fundação Municipal de Meio Ambiente	Santo Antônio da Patrulha
3	março	Jurídica	outros	Departamento de Meio Ambiente	Gravataí
4	março	Jurídica	outros	Secretaria de Meio Ambiente	Glorinha
5	abril	Jurídica	outros	EMEF Ary Soares	Glorinha
6	abril	Jurídica	outros	EMEF Mª Celma Mendes Peralta	Glorinha
7	abril	Jurídica	outros	EMEF Luiz Francisco Panni	Osório
8	abril	Jurídica	outros	EMEF Laranjinha	Osório
9	abril	Jurídica	outros	EMEI Isdra Abraham Isdra	Glorinha
10	abril	Jurídica	outros	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Santo Antônio da Patrulha
11	abril	Jurídica	outros	Desafio Jovem Osório	Osório
12	abril	Jurídica	outros	Secretaria Municipal de Educação	Santo Antônio da Patrulha
13	abril	Jurídica	outros	Escola Adventista	Santo Antônio da Patrulha
14	abril	Jurídica	outros	EMEF Nelcy Rosa	Santo Antônio da Patrulha
15	abril	Jurídica	outros	EEEM Profª Gregória de Mendoça	Santo Antônio da Patrulha
16	abril	Jurídica	outros	EE Santo Antônio da Patrulha	Santo Antônio da Patrulha
17	abril	Jurídica	outros	EEEF Visconde do Rio Branco	Santo Antônio da Patrulha
18	abril	Física	proprietário	Manoel Silveira	Osório
19	abril	Física	Acessante	Vera Lia Simas da Silva	Porto Alegre
20	abril	Física	proprietário	Enedino Simas da Silva	Osório
21	abril	Física	outros	Antônio Pereira dos Santos	Osório
22	abril	Física	proprietário	Miguel Grassi	Osório
23	abril	Física	proprietário	Teresinha Ferri Dias da Silveira	Osório
24	abril	Física	proprietário	Olindo Messagi	Osório

25	abril	Física	proprietário	Rosana dos Santos	Osório
26	abril	Física	proprietário	Irídio da S. Flor	Osório
27	abril	Física	proprietário	Teresa Luiza Collioni Ramos	Osório
28	abril	Física	proprietário	Luiz Francisco Collioni Ramos	Osório
29	abril	Física	proprietário	Francine M. de Camargo	Osório
30	abril	Física	Acessante	Fernanda Dias da S. Milanezi	Osório
31	abril	Física	proprietário	João Francisco Colioni Milanezi	Osório
32	abril	Física	proprietário	Ilda Milanezi Correa	Osório
33	abril	Física	Acessante	Maria de Lourdes Nunes da Silva	Osório
34	abril	Física	outros	José Carlos Dias da Silva	Osório
35	abril	Física	outros	Pedro Messagi da Silva	Osório
36	abril	Física	proprietário	Ilda Milanezi Correa	Osório
37	abril	Física	proprietário	Carla de Lurdes Milanezi Corrêa	Osório
38	abril	Física	proprietário	Rosana dos Santos	Osório
39	abril	Física	proprietário	Altair Antônio de Oliveira	Osório
40	abril	Física	Inventariante	Maico Nunes da Silva	Osório
41	abril	Física	proprietário	Luís S. Moisés	Osório
42	abril	Física	Acessante	Daniela da Silva Nunes	Osório
43	abril	Física	Acessante	Maria Conceição S. Ferreira	Osório
44	abril	Física	proprietário	Marcos Carvalho Barrufi	Osório
45	abril	Física	proprietário	Fabiano Luís Airoldi	Osório
46	abril	Física	particular	Vergilista P. da Silveira	Osório
47	abril	Física	proprietário	Gilson da Silva Coelho	Osório
48	abril	Física	proprietário	Celso Luís dos Santos	Osório
49	abril	Física	proprietário	Sunival M. Flor	Osório
50	abril	Física	Acessante	Gilson Gomes de Bittencourt	Osório
51	abril	Física	proprietário	Sydnei de Quadros Barrufi	Osório
52	abril	Física	proprietário	Henrique Brusque Barrufi	Osório
53	abril	Física	proprietário	Maria da Conceição Barrufi dos Santos	Osório
54	abril	Física	proprietário	João Luis dos Santos	Osório
55	abril	Física	proprietário	Jaques Alberto Barcelos	Osório
56	abril	Física	proprietário	José Manoel Nunes	Osório
57	abril	Física	proprietário	Joelson Pereira de Souza	Osório
58	abril	Física	Acessante	Ivone Flores Lopes	Osório
59	abril	Física	proprietário	Cenilda Cassoli	Osório
60	maio	Física	proprietário	Tereza Rodrigues Silveira	Santo Antônio da Patrulha
61	maio	Física	proprietário	Miguel Coelho Rodrigues	Santo Antônio da Patrulha
62	maio	Física	proprietário	Carina Ramos	Santo Antônio da Patrulha
63	maio	Física	proprietário	Pedro P. Dos Santos	Santo Antônio da Patrulha
64	maio	Física	outros	João R. Dos Santos	Santo Antônio da Patrulha
65	maio	Física	Proprietário	Juliano Ferreira Gamba	Santo Antônio da Patrulha
66	Maio	Física	Outros	Emerson Witt Krausen	Santo Antônio da Patrulha
67	maio	Física	proprietário	Bernardina Nunes Barbosa	Santo Antônio da Patrulha
68	maio	Física	outros	Julio Batista dos Santos	Santo Antônio da Patrulha
69	maio	Física	outros	Edina B. da Silva	Santo Antônio da Patrulha
70	maio	Física	proprietário	Aderi Santos Nunes	Santo Antônio da Patrulha
71	maio	Física	proprietário	Rosa Maria Nunes	Santo Antônio da Patrulha
72	maio	Jurídica	outros	EMEF Antonio Laureano da Cunha Filho	Santo Antônio da Patrulha
73	maio	Jurídica	outros	EMEF Santa Inês	Santo Antônio da Patrulha
74	maio	Jurídica	outros	EMEF Nossa Sra. De Fátima	Santo Antônio da Patrulha
75	maio	Física	proprietário	Claudionor M. Nunes	Santo Antônio da Patrulha
76	maio	Física	proprietário	Airton Jesus de Andrade Figueiredo	Santo Antônio da Patrulha
77	maio	Física	proprietário	Rosana dos Santos	Santo Antônio da Patrulha
78	maio	Física	proprietário	Oscar Kresch Dias	Osório
79	maio	Física	proprietário	João Batista Braga	Osório
80	maio	Física	proprietário	Jessica Soares	Santo Antônio da Patrulha
81	maio	Física	proprietário	José dos Santos Anflor	Santo Antônio da Patrulha
82	maio	Física	proprietário	Celia T. Eskitinol	Santo Antônio da Patrulha
83	maio	Física	proprietário	Otávio Simas da Silva	Santo Antônio da Patrulha
84	maio	Física	proprietário	Iara Rosangela Martins (Oscar Kresch Dias)	Osório
85	maio	Física	proprietário	Araci Lopes da Silva	Santo Antônio da Patrulha
86	maio	Física	proprietário	Antônio dos S. Lopes	Santo Antônio da Patrulha
87	maio	Física	proprietário	Eliseu Lopes Gomes	Santo Antônio da Patrulha
88	maio	Física	proprietário	Valnice Cassoli da Silva (Cenilda Cassoli)	Santo Antônio da Patrulha
89	maio	Física	proprietário	Claudinei B, de Agostinho	Santo Antônio da Patrulha
90	maio	Física	proprietário	José Antônio Silva dos Santos	Santo Antônio da Patrulha

91	maio	Física	proprietário	Fladimir Dias Rodrigues	Santo Antônio da Patrulha
92	maio	Física	proprietário	Vilma Mose do Amaral	Santo Antônio da Patrulha
93	maio	Física	proprietário	João Vicente das Neves	Santo Antônio da Patrulha
94	maio	Física	proprietário	Henrique Augusto Stoffel Boes	Santo Antônio da Patrulha
95	maio	Física	proprietário	Elisa Rodrigues dos Santos	Santo Antônio da Patrulha
96	maio	Física	proprietário	Vilmar de F. Dias	Porto Alegre
97	maio	Física	proprietário	Olindo Messagi	Osório
98	maio	Física	Acessante	Selma Machado Lopes	Osório
99	maio	Física	proprietário	Teresa de Jesus Nunes Teotônio	Osório
100	maio	Física	proprietário	Aleteia de Souza Nunes	Balneario Pinhal
101	maio	Física	Acessante	Josecléia D. Lucas Messagi	Santo Antônio da Patrulha
102	maio	Física	proprietário	Constante Cardoso da Silva	Santo Antônio da Patrulha
103	maio	Física	proprietário	Pedro Gomes Rodrignes	Santo Antônio da Patrulha
104	maio	Física	proprietário	Rosinha Barbosa dos Santos	Santo Antônio da Patrulha
105	maio	Física	proprietário	Rogério Nazari	Osório
106	maio	Física	Acessante	Valmir Silva Correa	Osório
107	maio	Física	proprietário	Fabiano Ricardo Nunes da Silva	Osório
108	maio	Física	proprietário	Alexandre Saraiva	Osório
109	maio	Física	proprietário	Walkiria Camargo Lobato	Osório
110	maio	Física	proprietário	Olavo Marques	Osório
111	maio	Física	proprietário	Nelson Cesar Ferreira dos Santos	Santo Antônio da Patrulha
112	maio	Física	proprietário	Manoel Braga de Fraga	Santo Antônio da Patrulha
113	maio	Física	proprietário	Valmor Moro da Silva	Santo Antônio da Patrulha
114	maio	Física	proprietário	Adalberto Osvaldo Rambor e Outros	Santo Antônio da Patrulha
115	maio	Física	proprietário	Juliana Machado dos Santos	Santo Antônio da Patrulha
116	maio	Física	proprietário	Renato R. de Souza	Santo Antônio da Patrulha
117	maio	Física	proprietário	Francelino de Oliveira Santos	Santo Antônio da Patrulha
118	maio	Física	proprietário	Jéssica Soares	Santo Antônio da Patrulha
119	maio	Física	proprietário	Adegildes Pereira dos Santos	Santo Antônio da Patrulha
120	maio	Física	proprietário	Jean dos Santos Nunes	Santo Antônio da Patrulha
121	maio	Física	proprietário	Artur Ramos Marques	Osório
122	maio	Física	proprietário	José Renato P. dos Santos	Santo Antônio da Patrulha
123	maio	Física	proprietário	João Claudio de O. Nunes	Santo Antônio da Patrulha
124	maio	Física	proprietário	Maria de O. Nunes	Santo Antônio da Patrulha
125	maio	Física	proprietário	José Airton da C. Bittencourt	Santo Antônio da Patrulha
126	maio	Física	proprietário	Manoel Santos da Silva	Santo Antônio da Patrulha
127	maio	Física	outros	EMEF São João	Santo Antônio da Patrulha
128	maio	Física	proprietário	João Luis Braga	Santo Antônio da Patrulha
129	maio	Física	proprietário	Oliverio Marques Braga	Santo Antônio da Patrulha
130	maio	Física	proprietário	Ronaldo Pereira Silveira	Santo Antônio da Patrulha
131	maio	Física	proprietário	Luiz Cândido Gomes	Santo Antônio da Patrulha
132	maio	Física	proprietário	Onira Cândido Gomes	Santo Antônio da Patrulha
133	maio	Física	proprietário	Antônio Cândido de Jesus	Santo Antônio da Patrulha
134	maio	Física	proprietário	Alice Cândido Gomes	Osório
135	maio	Física	proprietário	João Roberto Cândido Gomes	Santo Antônio da Patrulha
136	maio	Física	proprietário	Pedro de Souza Bandeira	Santo Antônio da Patrulha
137	maio	Física	proprietário	Manoel Dias Costa	Santo Antônio da Patrulha
138	maio	Física	proprietário	Josemar Raimundo Bandeira	Santo Antônio da Patrulha
139	maio	Física	proprietário	Adão Pulceno da Silveira	Santo Antônio da Patrulha
140	maio	Física	proprietário	Olmiro Cândido Gomes	Santo Antônio da Patrulha
141	maio	Física	proprietário	João Cândido P. da Rosa	Santo Antônio da Patrulha
142	maio	Física	proprietário	Leandro Pereira	Santo Antônio da Patrulha
143	maio	Física	proprietário	Enio de Fraga Gomes	Santo Antônio da Patrulha
144	maio	Física	proprietário	Noeli de Souza Soares	Tramandaí
145	maio	Física	proprietário	Nelson Souza Soares	Santo Antônio da Patrulha
146	maio	Física	proprietário	José Rodrigues Gomes	Santo Antônio da Patrulha
147	maio	Física	proprietário	Paulo Oscar Dias	Santo Antônio da Patrulha
148	maio	Física	proprietário	Noemi Soares Gomes	Santo Antônio da Patrulha
149	maio	Física	proprietário	Ernesto de Souza Soares	Santo Antônio da Patrulha
150	maio	Física	proprietário	Loeci Soares Gomes	Santo Antônio da Patrulha
151	maio	Física	proprietário	Pedro S. Soares	Santo Antônio da Patrulha
152	maio	Física	proprietário	José Coelho Rodrigues	Santo Antônio da Patrulha
153	maio	Física	proprietário	Adão Silva de Souza	Santo Antônio da Patrulha
154	maio	Física	proprietário	Marlene Coelho da Silva Andrade	Santo Antônio da Patrulha
155	maio	Física	proprietário	Antônio F. de Oliveira	Santo Antônio da Patrulha
156	maio	Física	proprietário	Artur Carlota de Oliveira	Santo Antônio da Patrulha
157	maio	Física	proprietário	Noé Carlota de Oliveira	Santo Antônio da Patrulha
158	maio	Física	proprietário	Domingos José da Silveira	Santo Antônio da Patrulha

159	maio	Física	proprietário	José Luís da Silveira	Santo Antônio da Patrulha
160	maio	Física	proprietário	Pedro Dias de Souza	Santo Antônio da Patrulha
161	maio	Física	proprietário	Cleber da Maia Santos	Santo Antônio da Patrulha
162	maio	Física	proprietário	Luciano Gomes da Silva	Santo Antônio da Patrulha
163	maio	Física	proprietário	Sirlon Nunes de Oliveira	Santo Antônio da Patrulha
164	maio	Física	proprietário	João Luis dos Santos	Osório
165	maio	Física	proprietário	Jaques Alberto Barcelos	Osório
166	maio	Física	Acessante	Mara Silveira de Souza	Osório
167	maio	Física	proprietário	Cenilda Alminhana Panni Pires	Osório
168	maio	Física	proprietário	Luis Carlos da Silva Pires	Osório
169	maio	Física	proprietário	Eroni Assis Bertoli Meregali	Osório
170	maio	Física	proprietário	Francisca Maria de Farias	Santo Antônio da Patrulha
171	maio	Física	proprietário	Flavio Martin Flor	Santo Antônio da Patrulha
172	maio	Física	proprietário	Carlito Flutuoso dos Santos	Santo Antônio da Patrulha
173	maio	Física	Espólio	Nilton Jair Cantos Urbim	Santo Antônio da Patrulha
174	maio	Física	proprietário	Dionizio Correia de Andrade	Santo Antônio da Patrulha
175	maio	Física	proprietário	José Vargas Rodrigues	Santo Antônio da Patrulha
176	maio	Física	proprietário	Maria Dolores Machado	Santo Antônio da Patrulha
177	maio	Física	proprietário	José Nunes Dutra	Santo Antônio da Patrulha
178	maio	Física	proprietário	Altair Antônio de Oliveira	Santo Antônio da Patrulha
179	maio	Física	proprietário	Adão Bandeira da Silva	Santo Antônio da Patrulha
180	maio	Física	proprietário	Antônio Tomaz Gomes	Santo Antônio da Patrulha
181	maio	Física	proprietário	Zilá Machado gomes	Santo Antônio da Patrulha
182	maio	Física	proprietário	Lourdes Doroty Borges	Santo Antônio da Patrulha
183	junho	Física	arrendatário	Júlio César Machado	Santo Antônio da Patrulha
184	junho	Física	proprietário	Valdomiro Conceição	Santo Antônio da Patrulha
185	junho	Física	proprietário	Sandra Silvana Barcelos	Santo Antônio da Patrulha
186	junho	Física	proprietário	Antônio Carlos L. de Castilhos	Santo Antônio da Patrulha
187	junho	Física	proprietário	José Luís Lima de Castilhos	Santo Antônio da Patrulha
188	junho	Física	proprietário	Marina Castilhos da Silveira	Santo Antônio da Patrulha
189	junho	Física	proprietário	Marilaine Rocha Amorim	Santo Antônio da Patrulha
190	junho	Física	proprietário	Ana Maria Gil Massulo	Santo Antônio da Patrulha
191	junho	Física	proprietário	Edelvira Medeiros Braga	Santo Antônio da Patrulha
192	junho	Física	proprietário	Helenita Markiwski	Santo Antônio da Patrulha
193	junho	Física	proprietário	Henrique Machado Ramos	Santo Antônio da Patrulha
194	junho	Física	proprietário	Francisco Lauri Assis Peixoto	Santo Antônio da Patrulha
195	junho	Física	proprietário	Isidoro Meregalli Gomes	Santo Antônio da Patrulha
196	junho	Física	proprietário	Ricardo Markowski	Santo Antônio da Patrulha
197	junho	Física	proprietário	Antônio Carlos Silveira Gomes	Santo Antônio da Patrulha
198	junho	Física	proprietário	Jorge Dias da Costa	Santo Antônio da Patrulha
199	junho	Física	proprietário	Miriam dos Santos Prates	Santo Antônio da Patrulha
200	junho	Física	Espólio	João Carlos de Oliveira	Santo Antônio da Patrulha
201	junho	Física	proprietário	Ema Monteiro Braga	Santo Antônio da Patrulha
202	junho	Física	proprietário	Maria Madalena Telles Machado	Santo Antônio da Patrulha
203	junho	Física	proprietário	Reginaldo Rocha Caetano	Santo Antônio da Patrulha
204	junho	Física	proprietário	Valdemar José Porcher	Santo Antônio da Patrulha
205	junho	Física	proprietário	Paulo Ricardo da Silva	Santo Antônio da Patrulha
206	junho	Física	proprietário	Gilson Massulo	Santo Antônio da Patrulha
207	junho	Física	proprietário	Luciano Massulo	Santo Antônio da Patrulha
208	junho	Física	proprietário	Luiz Reni Barth	Santo Antônio da Patrulha
209	junho	Física	proprietário	Gilton Fernando de Medeiros	Santo Antônio da Patrulha
210	junho	Física	proprietário	Galeri Cândido de Moura	Gravataí
211	junho	Física	proprietário	Marco Antônio Dexheimer	Gravataí
212	junho	Física	proprietário	Cláudio Roberto D'Ávila e Filhos	Gravataí
213	junho	Física	proprietário	Samuel Bittencourt da Luz	Gravataí
214	junho	Física	Espólio	José Osvaldo Glovaki	Gravataí
215	junho	Física	proprietário	Léo Tadeu Pereira da Silva	Gravataí
216	junho	Física	proprietário	Enoir Pereira de Oliveira	Gravataí
217	junho	Física	proprietário	Célio dos Santos Silva	Gravataí
218	junho	Física	proprietário	Jair Luís D'ávila	Gravataí
219	junho	Física	proprietário	Nair Foster Bortolotto	Gravataí
220	junho	Física	proprietário	Valmor Fonseca Soares	Gravataí
221	junho	Física	proprietário	José Constante de Ávila	Gravataí
222	junho	Física	proprietário	Tadeu Schmidt D'ávila	Gravataí
223	junho	Física	proprietário	Maria Nadir Gonçalves Coelho	Gravataí
224	junho	Física	proprietário	Inês de Jesus Meireles	Glorinha
225	junho	Física	proprietário	Humberto de Jesus Ourique	Glorinha
226	junho	Física	proprietário	Alzira Gonçalves Cardoso	Glorinha

227	junho	Física	proprietário	Salete Cardoso Valim	Glorinha
228	junho	Física	proprietário	Aline Cezar Zagonel	Glorinha
229	junho	Física	proprietário	Fermino Sarmento Dutra	Glorinha
230	junho	Física	proprietário	Paulo Sergio de Ávila Dutra	Glorinha
231	junho	Física	Espólio	frederico Barletta Celia	Glorinha
232	junho	Física	proprietário	Adeli dos Santos	Glorinha
233	junho	Física	proprietário	Loeci Silveira Martins	Glorinha
234	junho	Física	proprietário	Ledi Ribeiro da Silva	Glorinha
235	junho	Física	proprietário	João Donga Cardoso	Glorinha
236	junho	Física	proprietário	Maria dos Anjos Lima da Rosa	Glorinha
237	junho	Física	proprietário	Eda Teresinha Ourique dos Santos	Glorinha
238	junho	Física	proprietário	Santos Moacir Fraga da Silva	Glorinha
239	junho	Física	proprietário	Lorena Reinheimer Schonardie	Glorinha
240	junho	Física	proprietário	Jair Ourique e Outros	Glorinha
241	junho	Física	proprietário	Arlindo Ourique	Glorinha
242	junho	Física	proprietário	Jair Dias Raupp	Glorinha
243	junho	Física	proprietário	Artemio Guimarães de Souza	Glorinha
244	junho	Física	proprietário	Zila Soares Corneli	Glorinha
245	junho	Física	proprietário	Rogério da Silva Motola	Glorinha

- produção de novo material com informações atualizadas sobre as obras e outros assuntos pertinentes aos Programas supramencionados (distribuição prevista para as próximas semanas).

As ações de comunicação à comunidade e às instituições ambientais municipais realizadas pela CPFL foram detalhadas no Relatório Semestral de execução dos Programas Ambientais protocolado no processo da FEPAM em 01/05/21 (**Anexo 8**). Em atenção ao Of. FEPAM/DIGEN-OFDSOL nº 01702/2021, tais ações foram intensificadas.

Registre-se, por fim, que, até o momento, a CPFL não foi procurada para prestar esclarecimentos adicionais **aos inúmeros que já foram prestados em reuniões e interações com proprietários e representantes da comunidade afetada pelo traçado**, seja pelo COMDEMA, pela APA Morro de Osório, associações ou entidades presentes no município de Osório.

Assim, pondera-se que não há que se falar em falta de transparência por parte da CPFL.

"d) das medidas compensatórias e mitigatórias aplicáveis ao caso, principalmente no tocante à preservação da APA Morro de Osório (Plano de Manejo) e os recursos que serão destinados à municipalidade/região."

Como o empreendimento da CPFL implicará no manejo de vegetação nativa, a Empresa deverá promover a devida compensação ambiental, observando as normas relativas à Reposição Florestal Obrigatória previstas na IN SEMA 1/18 e Portaria Conjunta SEMA/FEPAM 25/18.

Nesse sentido, a CPFL apresentou, em 25/03/21, ao Departamento de Biodiversidade do Estado do Rio Grande do Sul, o projeto de compensação ambiental do empreendimento, na modalidade de Servidão Ambiental por área equivalente (proc. 002193-0567/21-1[3]), o qual aguarda aprovação do órgão ambiental.

Esclareça-se, ainda, que não é devida, no caso, a compensação ambiental prevista no art. 36 da Lei do SNUC[4], pois, como visto acima, o empreendimento da CPFL não envolve EIA/RIMA.

[3] O processo pode ser consultado nos seguintes endereços: http://www.fepam.rs.gov.br/licenciamento/area1/default.asp; e https://secweb.procergs.com.br/sra/

[4] **Art. 36 da Lei do SNUC**: "*nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a*

Mesmo assim, proativamente e por mera liberalidade, a CPFL decidiu apoiar a APA Morro de Osório, efetuando a contratação de empresa terceirizada para, juntamente à prefeitura, proceder ao processo de atualização do Plano de Manejo e para a adoção de medidas previstas em tal plano.

Tal iniciativa, portanto, não se insere no âmbito das obrigações de compensação ambiental decorrentes do empreendimento, tratando-se, antes, de contribuição voluntária da Empresa para a APA Morro de Osório e a comunidade local.

A ideia teve início em 02/05/19, na reunião ordinária no COMDEMA, já mencionada acima (**Anexo 1**).

As informações apresentadas em tal reunião foram formalizadas por meio da carta CPFL 011/2019, protocolada no COMDEMA em 10/05/19 (**Anexo 2**).

Em 25/04/20, a Prefeitura Municipal de Osório, na pessoa do Secretário de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária Sr. Edilson Nunes, encaminhou à CPFL o Termo de Referência para atualização do Plano de Manejo da APA, conforme **Anexo 9**.

Em 19/11/20, a CPFL e Prefeitura Municipal de Osório firmaram o Convênio 02/2020 (**Anexo 10**) e, posteriormente, a CPFL deu início ao processo de contratação da empresa responsável pela prestação dos serviços técnicos para atualização do Plano de Manejo, observando os ritos de governança corporativa internas e de *compliance* do Grupo CPFL (tomada de preço em mercado com as empresas que prestam serviços ambientais pela área de Suprimentos).

Em 07/05/21, a CPFL encaminhou as propostas técnicas das empresas concorrentes à Prefeitura de Osório, para verificação do atendimento ao Termo de Referência elaborado. Após a aprovação das propostas técnicas pela Prefeitura, teve início a etapa de concorrência de preços pelo departamento de Suprimentos da CPFL, baseando-se nos quesitos de governança e *compliance* corporativos. A concorrência foi vencida pela empresa GeoCenter – empresa essa responsável pela elaboração da primeira versão do Plano de Manejo da APA Morro de Osório, em 2009.

O contrato firmado entre CPFL e GeoCenter para atualização do Plano de Manejo é de R$ 502.489,00 (**Anexo 11**), sendo certo que o valor remanescente de R$ 297.511,00 será aplicado em ações de interesse previstas em tal plano.

Importante destacar que a Prefeitura Municipal de Osório não receberá nenhuma parte da verba destinada pela CPFL, ficando responsável apenas pela gestão técnica do contrato. À CPFL, por sua vez, caberá a gestão do recurso e pagamento dos serviços prestados pela GeoCenter, mediante aprovação técnica da Prefeitura.

2. Considerações sobre as propostas do MPF

Na reunião realizada em 05.07.21, o MPF propôs a suspensão das atividades relacionadas ao empreendimento da CPFL na APA Morro de Osório até que concluídas certas providências, como a realização de estudos complementares solicitados pela FEPAM e a apresentação de esclarecimentos à comunidade.

À vista da regularidade das atividades conduzidas pela CPFL na APA Morro de Osório, bem como da inexistência de quaisquer perigos iminentes daí decorrentes, pondera-se quanto à desnecessidade – e até irrazoabilidade – da suspensão ora proposta, sobretudo porque as

implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei".

providências indicadas, se necessárias, poderiam ser adotadas paralelamente à implantação do empreendimento, sem causar nenhum prejuízo ao meio ambiente ou a quem quer que seja.

Vejamos tais questões em mais detalhes:

1. A suspensão das atividades na APA Morro de Osório até que se conclua os estudos exigidos pela FEPAM no Ofício FEPAM/DEMJ-OFMPPJ nº 00611/2021 e no Relatório de Vistoria REVIF nº 035/2021-DIGEM, quais sejam: "Laudo Fitossociológico complementar"; projeto técnico executivo, e; projeto técnico atualizados dos acessos" e, principalmente, acerca da constatação de que "O empreendedor será notificado para que intensifique as ações de comunicação com a comunidade e realize pequenas reuniões informativas com grupos de interessados a fim de esclarecer dúvidas e informar sobre o empreendimento. Dentro destas ações será solicitado que sejam incluídos temas relacionados a APA de Osório ";

Por meio do Of. FEPAM/DIGEN-OFDSOL nº 01702/2021 – e não do Ofício FEPAM/DEMJ-OFMPPJ nº 00611/2021 – a FEPAM solicitou à CPFL que apresentasse, em 60 dias,

- quanto ao meio biótico: **(i)** "*laudo fitossociológico complementar*", **(ii)** "*projeto técnico executivo*" e **(iii)** "*projeto técnico atualizado dos acessos na ADA*"; e

- quanto ao meio socioambiental: **(i)** "*novas ações de esclarecimento à comunidade com novos contatos individualizados aos proprietários afetados e em grupos pequenos através de reuniões informativas*", **(ii)** "*plano de trabalho específico para o desenvolvimento das atividades solicitadas no item anterior*" e **(iii)** a inclusão de esclarecimentos e informações sobre a APA Morro de Osório nas novas ações de comunicação.

Esclareça-se, desde logo, que tais providências

(i) estão em andamento e deverão ser apresentadas à FEPAM ainda este mês; e, mais importante,

(ii) têm caráter complementar às ações adotadas e em curso pela CPFL, não havendo nenhuma indicação de que os estudos produzidos até o momento sejam insubsistentes ou de qualquer forma aptos a pôr em risco a consistência e a regularidade do processo de licenciamento ora conduzido.

Especificamente a respeito do laudo fitossociológico complementar, o Sr. Renato Chagas, Diretor Técnico da FEPAM, informou na reunião do dia 05/07/21 (página 9 da ata) que "*este último ofício encaminhado pode exigir avaliações técnicas novas, mas isso não se refere à qualidade do trabalho realizado, mas de constatações surgidas durante o andamento do empreendimento. Os estudos estão sendo realizados de forma a cumprir o solicitado pela FEPAM, mas não se relacionam com a qualidade e credibilidade dos documentos ora apresentados no processo de licenciamento*".

O projeto técnico executivo, por sua vez, foi solicitado visando ao detalhamento das técnicas alternativas de engenharia propostas pela CPFL no RAS, visando à redução de supressão vegetal nativa (metodologia de instalação e transpasse dos cabos com a aplicação da alternativa técnica de alteamento de cabos, objetivando evitar a supressão de vegetação nativa na faixa de servidão e na faixa de serviço).

No mesmo sentido, o projeto técnico atualizado dos acessos na ADA **(i)** decorre da possibilidade, identificada pelas equipes da CPFL no decorrer das obras, de mitigar ainda mais a supressão de vegetação nativa e o impacto às propriedades e **(ii)** tem respaldo nas seguintes condicionantes da Licença de Instalação:

4.6 - os acessos secundários, no interior das propriedades particulares, deverão ser locados, mantidos e utilizados em acordo com o proprietário da área, visando à mínima interferência nas atividades rotineiras da propriedade rural;

4.11 - deverá ser dada prioridade para uso da malha de estradas vicinais e caminhos internos às propriedades já existentes, mantidos e utilizados em acordo com o proprietário da área, evitando a construção de novos acessos e impacto sobre as áreas naturais;

Neste cenário, como o laudo solicitado envolve apenas a supressão de vegetação dos novos acessos identificados – que trariam menor impacto, mas só seriam utilizados após a autorização da FEPAM – não trazendo prejuízos aos acessos já licenciados, é legítimo e hígido o seguimento da obra nos demais trechos enquanto não for analisada e autorizada, pela FEPAM, a alteração proposta.

As ações de comunicação, por fim, seguirão em curso de acordo com o Programa de Comunicação Social ("PSC") apresentado no processo de licenciamento ambiental, sendo apenas intensificadas conforme sugestão da FEPAM. O **Anexo 12** traz o registro das visitas realizadas pela CPFL para interação e entrega de material de divulgação e o **Anexo 8** traz maiores detalhes das ações de comunicação social realizadas mensalmente. A imagem abaixo ilustra as informações constantes dos relatórios elaborados pela empresa Emproflora:

Carta 182/IS/2021

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 22/04/2021	Relatório nº: 19	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor: CPFL Transmissão		
Empreendimento: LT230kV Osório 3 – Gravataí 3		
Obs.:		

	Descritivo
1	Visita a Arlindo Boeira da Silva esposa Maria da Graça recebeu material (Foto 1).
2	Visita a Neli Terezinha Barufi de Carvalho.
3	Visita a Joelma Nunes e Evani Nunes dos Santos (Foto 2).
4	Visita a Lindomar Pereira de Souza e Nanci Machado da Cunha.
5	Visita Marlon Gilmar Soares.
6	Visita a Nuesa Maria da Silva Barrufi (Foto3).
7	Visita a Jorge Flor e Lúcia Colombo Flor.
8	Visita José Colombo e Maria Janete S. do Santos (Foto 4)
9	Visita a Lidia Milanezi Ferri.
10	Visita a Madalena Colombo M. de Paula e Donato de Paula (Foto 5)

Fotografias			
1		2	
3		4	

Exemplo de registro de contato, entrega de material e conversa sobre educação ambiental e comunicação social:

Carta 182/IS/2021

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 03/05/22

☐ Particular ☑ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: CARINA RAMOS Assinatura: Carina Ramos

Como visto – e esclarecido pela própria FEPAM na reunião de 05/07/21 –, as solicitações feitas no Of. FEPAM/DIGEN-OFDSOL nº 01702/2021 têm caráter complementar e estão em linha com o trâmite regular de um processo de licenciamento ambiental.

Ora, se o órgão ambiental competente para o licenciamento e a fiscalização do empreendimento está acompanhando o caso de perto – e com rigor – e solicitou medidas a serem adotadas paralelamente às obras em curso, pondera-se, com pedidos de vênia, que a proposta de suspensão das atividades de implantação constante da ata careceria de fundamento legal ou técnico.

"2. A suspensão das atividades na APA Morro de Osório até se seja refeita a Avaliação de Percepção da população diretamente atingida pelo empreendimento através de entrevistas utilizando metodologia reconhecida cientificamente, indicando o índice de aceitação/rejeição ao empreendimento" dentro da unidade de conservação;"

O estudo de Avaliação da Percepção da População apresentado à FEPAM no processo de licenciamento (**Anexo 13**) teve por objetivo compreender a relação dos moradores com o ambiente em que vivem, suas percepções quanto às mudanças que o empreendimento proporcionará a este ambiente (impactos positivos e negativos) e suas impressões quanto à implantação propriamente dita.

Tal estudo

(i) foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, na qual os entrevistados teriam maior liberdade para responder do que no âmbito de pesquisa quantitativa;

(ii) contemplou, de forma amostral, todo o traçado da linha de transmissão, de forma a retratar a visão das pessoas possivelmente impactadas ao longo do empreendimento como um todo; e

(iii) atendeu plenamente o escopo e a qualidade técnica exigidos pelo órgão ambiental, tendo sido devidamente aprovado pela FEPAM.

Maiores considerações sobre a metodologia do estudo foram feitas pelo Geógrafo responsável no **Anexo 14**.

Pondera-se, assim, quanto à desnecessidade – e inexigibilidade legal – da realização de um novo estudo específico dentro da APA Morro de Osório, eis que a avaliação apresentada e aprovada pela FEPAM abrangeu, de forma amostral, todo o traçado do empreendimento – e não somente a percepção os moradores da APA.

Ainda, cabe destacar que, a CPFL mantém um canal de comunicação ativo com a população, através da distribuição de *folderes* e de contato pessoal, o que o faz desde os contatos iniciais com os referidos proprietários e com o CONDEMA, com base nas ações do Plano de Comunicação Social.

Tais ações serão intensificadas através da realização de breve reuniões com a população da APA, conforme sugestão da própria FEPAM, no âmbito do Plano de Comunicação Social do empreendimento.

"3. A suspensão das atividades na APA Morro de Osório até a realização de Reunião Técnica Informativa em que se esclareça à comunidade local os estudos realizados, as alternativas estudadas, os motivos que levaram ao afastamento de outros traçados, bem como esclareça outras questões apontadas pela comunidade, desenvolvendo efetivamente o previsto no item 10.9 da LI 284/2020 ("nos relatórios dos programas relativos ao meio socioeconômico, deverão constar os resultados das atividades desenvolvidas, a comprovação do contato com as instituições e a população envolvida, e avaliação da eficácia das ações propostas em cada programa, incluindo os termos de acordo, as atas e lista de presença dos eventos realizados ");"

De acordo com a Res. CONAMA 279/01, o órgão de meio ambiente promoverá Reunião Técnica Informativa "*sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público ou por 50 pessoas maiores de 18 anos*" (art. 8º).

A norma determina, porém, que:

(i) "*a solicitação para realização da Reunião Técnica Informativa deverá ocorrer no prazo de até vinte dias após a data de publicação do requerimento das licenças pelo empreendedor*" (art. 8º, § 1º) – o que não ocorreu no presente caso; e que

(ii) "*a Reunião Técnica Informativa será realizada em até vinte dias a contar da data de solicitação de sua realização e deverá ser divulgada pelo empreendedor*" (art. 8º, § 2º).

A rigor, portanto, não há previsão legal para a realização, neste momento, de Reunião Técnica Informativa ou qualquer justificativa para que tal evento condicionasse a continuidade de obras regularmente licenciadas e implantadas.

De todo modo, os estudos realizados sobre as alternativas de traçados constam do processo de licenciamento ambiental, acessível ao público, e foram detalhados nas diversas cartas constantes deste PA, bem como nas diversas reuniões promovidas por esse i. MPF – antes mesmo do protocolo do pedido de licença ambiental perante o órgão competente.

Informa-se, ainda, que a CPFL vem cumprindo adequadamente a condicionante 10.9 da Licença de Instalação, indicando nos Relatórios Semestrais apresentados à FEPAM "*os resultados das atividades desenvolvidas, a comprovação do contato com as instituições e a população envolvida, e avaliação da eficácia das ações propostas em cada programa, incluindo os termos de acordo, as atas e lista de presença dos eventos realizados*".

"4. A suspensão das atividades na APA Morro de Osório até que a CPFL e a Prefeitura esclareçam, em audiência pública, as medidas indenizatórias (compensação florestal

e as medidas de liberalidade da empresa) decorrentes do empreendimento, esclarecendo a sua natureza, sua destinação e a forma de utilização, ouvindo a comunidade local acerca de propostas e manifestando-se de forma justificada sobre estas;"

A audiência pública prevista no licenciamento ambiental "*tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito*" (Res. CONAMA 1/86 e 9/87).

Como, no caso, não houve a necessidade de elaboração de EIA/RIMA, não há, tampouco, a obrigatoriedade de realização de audiência pública para a exposição e discussão do seu conteúdo. Tal evento, portanto, não poderia obstar a continuidade das obras em curso.

Registre-se, ainda, que não há previsão de nenhuma medida indenizatória decorrente do empreendimento.

Como já esclarecido anteriormente,

(i) os impactos advindos da supressão de vegetação nativa serão compensados por meio da Reposição Florestal Obrigatória prevista na legislação estadual e

(ii) o apoio oferecido pela CPFL à atualização do Plano de Manejo da APA Morro de Osório não decorre de obrigação legalmente prevista, tratando-se de ação voluntária da Empresa, que o faz de boa-fé.

Não se pode pretender, assim, que eventuais esclarecimentos a respeito de tais pontos – esclarecimentos esses que já foram prestados em reuniões promovidas por esse i. MPF (antes mesmo do pedido de licença ambiental ao órgão competente) e documentados nos autos deste procedimento – possam condicionar a continuidade de obras regularmente licenciadas e autorizadas.

"5. A Prefeitura fará reunião com o COMDEMA e participação social a fim de apresentar as medidas até agora empreendidas na elaboração da atualização do plano de manejo (tanto no tocante à empresa contratada como quanto ao termo de referência elaborado, buscando aprovação do COMDEMA ao termo de referência e à empresa escolhida), bem como receber eventuais impugnações das medidas adotadas e resposta sobre tais requerimento;"

A CPFL não se opõe a tal proposta.

"6. A Prefeitura e a empresa contratada para elaboração do Plano de Manejo se comprometem a apresentar, em reunião, o plano de trabalho com os meios de participação social que serão utilizados na elaboração do plano de manejo, abrindo prazo para impugnações e apresentando respostas às questões apresentadas;"

A CPFL não se opõe a tal proposta.

"7. A CPFL, a FEPAM e o Município ficam cientes que a adoção destas medidas não impede que o Ministério Público Federal ou qualquer associação, por ação civil pública, ou qualquer cidadão, por ação popular, questione judicialmente algum dos pontos tratados nesta reunião ou outros ainda não aventados, sendo que as medidas acima indicadas podem apresentar novos elementos para tal fim."

À vista do exposto, e da absoluta regularidade do licenciamento ambiental do empreendimento da CPFL, pondera-se, respeitosamente, que não existem elementos de fato ou de direito aptos a fundamentar a propositura de eventual ação judicial visando a obstar a implantação das linhas de transmissão.

Como já informado (e demonstrado documentalmente) no curso deste PA, a CPFL observou à risca todas as obrigações e procedimentos legalmente previstos, realizando os estudos pertinentes e obtendo, junto aos órgãos competentes, todas as licenças, autorizações e manifestações necessárias, nos termos das normas pertinentes.[5]

Ressalte-se, ademais, a postura colaborativa e transparente da Empresa, que sempre prestou os esclarecimentos solicitados pelos diversos órgãos e interessados e buscou a construção de bons relacionamentos e de soluções de consenso – a exemplo da iniciativa de apoiar a atualização do Plano de Manejo da APA Morro de Osório.

Pondera-se, neste contexto, que a judicialização dos aspectos discutidos no âmbito deste PA poderia se revelar medida contraproducente – sobretudo à vista do canal de diálogo ora disponível e da absoluta inclinação da Empresa em buscar solução de consenso, nos termos da lei.

A CPFL confia na lisura e na consistência do licenciamento ambiental em curso, bem como na seriedade e sucesso das ações executadas até o momento, e concorda com a colocação do Sr. Fernando Campani, Secretário de Meio Ambiente, no sentido de que a insatisfação manifestada por alguns com relação ao empreendimento, embora respeitável, sob a perspectiva dessas pessoas, não reflete a percepção da comunidade impactada.

Registre-se, por fim, que eventual suspensão da implantação do empreendimento da CPFL traria importantes impactos sociais e econômicos para o Município, afetando:

(i) o recolhimento de ISS: R$ 504.630 (SE + LT);

(ii) a geração de empregos: 112 trabalhadores diretos e indiretos contratados (38 na SE Osório 3; 74 na LT); e

(iii) a economia local: 33 fornecedores de materiais e serviços (Materiais de Construção, Combustíveis e Lubrificantes, Manutenção de máquinas e equipamentos, Alimentação, Hospedagem e Destinação de resíduos recicláveis).

[5] Lembre-se, a esse respeito, que a CPFL obteve os seguintes documentos: **(i)** Declaração de Utilidade Pública (Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.539/2020), **(ii)** Declaração nº 090/2019-GT da Prefeitura de Osório, quanto ao Plano Diretor do município e ao Plano de Manejo da APA Morro de Osório, manifestando não óbice para implantação do empreendimento, **(iii)** Declaração nº 937/2019 da Prefeitura de Glorinha, quanto ao Plano Diretor do município, manifestando não óbice a implantação do empreendimento, **(iv)** Declaração nº 1404/2019 da Prefeitura de Gravataí, quanto ao Plano Diretor do município, manifestando não óbice a implantação do empreendimento, **(v)** Declaração nº 04/2019 e 045/2019 da Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha, quanto ao Plano Diretor do município, manifestando não óbice a implantação do empreendimento, **(vi)** Licenças Prévia e de Instalação para a Linha de Transmissão expedida pela FEPAM**, (vii)** Licença Prévia e de Instalação Unificadas para a Subestação expedida pela FEPAM, **(viii)** Autorização Geral expedida pela FEPAM para Supressão de Vegetação para Prospecções Arqueológicas, **(ix)** Autorização Geral expedida pela FEPAM para Canteiro de Obras da Linha de Transmissão, **(x)** Anuências do IPHAN para emissão da Licença Prévia / Licença de Instalação / Licença de Operação (Ofício nº 899/2020, proc. 01512.002193/2015-11), **(xi)** anuência da SEMA/RS para intervenções na APA Banhado Grande (Autorização Unidade de Conservação - AUTUNC Nº 00011/2020) e **(xii)** anuência do COMDEMA para intervenção da APA Morro do Osório (Protocolo nº 2656/2020 – COMDEMA realizado pela FEPAM).

Carta 182/IS/2021

A questão é tanto mais relevante quanto se sabe da crise por que passa o País – a mais grave em décadas –, com reflexos sociais gravíssimos.

* * * * *

Em síntese, pelos motivos expostos ao longo desta manifestação, a CPFL não pode concordar com a proposta de suspender as atividades de implantação do empreendimento, mas segue à disposição do Poder Público e da comunidade para prestar eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

3. Convênio firmado com a Prefeitura + Termo de Referência + proposta técnica apresentada pela GeoCenter

Tais documentos constam dos **Anexos 9, 10 e 11**.

* * * * *

Renovando votos de respeito, a CPFL fica à disposição dessa i. Procuradoria.

Atenciosamente,

P/ Rodolfo Nardez Sirol
Diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Carta 182/IS/2021

Anexos:

- Anexo 01: Apresentação feita em 02/05/2019 no CONDEMA de Osório em reunião ordinária.
- Anexo 02: Carta CPFL 111/2019 formalizando todas as informações apresentadas na reunião ordinária do CONDEMA Osório.
- Anexo 03: Ofício 09/2019 CONDEMA Osório à CPFL manifestando favorabilidade ao prosseguimento do licenciamento ambiental do empreendimento.
- Anexo 04: Publicação da Licença Prévia em jornal de grande circulação.
- Anexo 05: Publicação da Licença de Instalação em jornal de grande circulação.
- Anexo 06: Material de comunicação Social inicial do empreendimento entregue aos proprietários afetados.
- Anexo 07: Material de Educação Ambiental disseminado aos proprietários afetados pelo empreendimento.
- Anexo 08: Relatório Semestral de execução dos Programas Ambientais protocolado no processo da FEPAM.
- Anexo 09: Termo de Referência para atualização do Plano de Manejo da APA de Osório.
- Anexo 10: Convênio 02/2020 firmado entre Prefeitura Municipal de Osório e CPFL Energia.
- Anexo 11: Contrato firmado entre CPFL e GeoCenter para atualização do Plano de Manejo da APA de Osório.
- Anexo 12: Registros dos encontros com os colaboradores na execução do Plano de Comunicação Social.
- Anexo 13: Estudo de Avaliação da Percepção da População.
- Anexo 14: Considerações do Geógrafo responsável pela elaboração da Avaliação da Percepção da População.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-CAP-RS-00002758/2021 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

Signatário(a): **SANDRA CORREA VIEIRA**
Data e Hora: **26/07/2021 15:08:33**
Autenticado com login e senha

Acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave dcb0ac13.86dc3863.177b24af.6fd32afb



Reunião com a Prefeitura de Osório-RS

Diretoria de Relações Institucionais e de Sustentabilidade
CPFL Energia

Osório, 02 de maio de 2019

AGENDA

1 Quem somos

2 Importância dos empreendimentos de transmissão para o RS

3 LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3 e Subestação Osório 3

- 3.1 Traçado Eletrosul
- 3.2 Soluções para minimização de impactos

4 APA Morro de Osório

5 Encerramento

AGENDA

1 Quem somos

2 Importância dos empreendimentos de transmissão para o RS

3 LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3 e Subestação Osório 3

3.1 Traçado Eletrosul

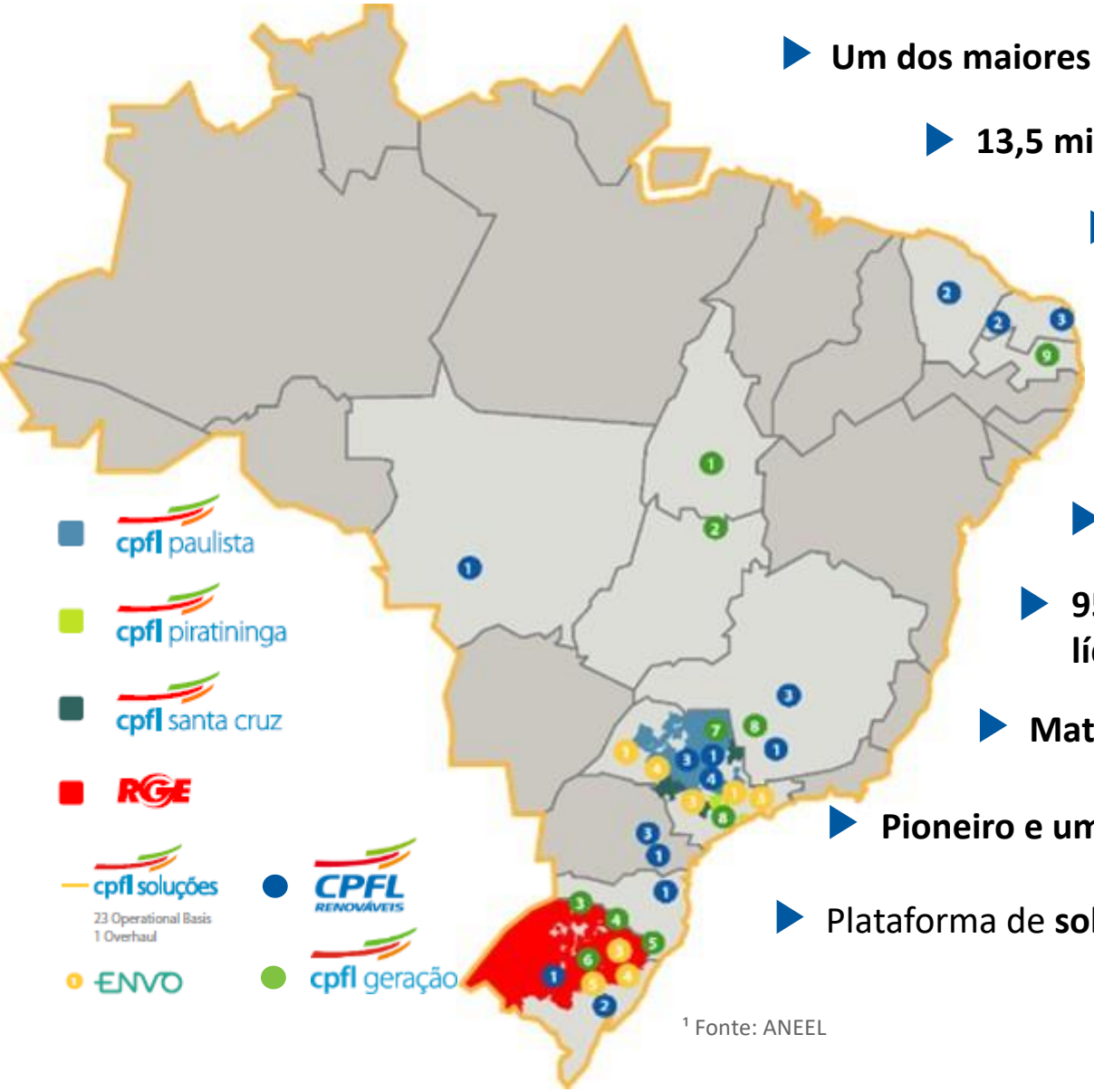
3.2 Soluções para minimização de impactos

4 APA Morro de Osório

5 Encerramento

1 CPFL ENERGIA

A CPFL ENERGIA É UM GRUPO LÍDER DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO



- **Um dos maiores grupos privados** do setor elétrico brasileiro, com **106 anos de história**
  - **13,5 mil colaboradores**
    - Uma das líderes em distribuição de energia com **14% de participação de mercado**
      - 4 distribuidoras, 679 municípios e **23 milhões de pessoas** atendidas
    - **Melhores índices de qualidade** de fornecimento (DEC e FEC) do Brasil[1]
  - **3º maior gerador** privado de energia (3.283 MW de capacidade instalada)
  - **95%** da geração de energia provenientes de **fontes renováveis**, sendo o **líder nacional** do setor
  - **Matriz diversificada** de geração: hidrelétrica, solar, eólica, biomassa e térmica
- **Pioneiro e um dos líderes em comercialização** no mercado livre (desde 2003)
- Plataforma de **soluções competitivas** em energia com a CPFL Soluções

[1] Fonte: ANEEL

1 STATE GRID

DESDE 2016 SOMOS PARTE DA STATE GRID, A MAIOR EMPRESA DE ENERGIA DO MUNDO

- **2ª maior empresa** no ranking Fortune Global 500
- Opera e possui **ativos** na Austrália, Brasil, Itália, Portugal e Filipinas
- **Pilares:** Segurança, Integridade, Inovação, Dedicação e Comprometimento
- **1,7 milhão** de colaboradores
- **88%** do território chinês atendendo **1,1 bilhão** de pessoas
- *+ de 400 MM de smart meters instalados na China*
- **+ 73.000 patentes**



AGENDA

1 Quem somos

2 Importância dos empreendimentos de transmissão para o RS

3 LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3 e Subestação Osório 3

3.1 Traçado Eletrosul

3.2 Soluções para minimização de impactos

4 APA Morro de Osório

5 Encerramento

2 TRANSMISSÃO

INVESTIMENTOS EM NOVAS LINHAS DE TRANSMISSÃO SÃO FUNDAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

Energia eólica no RS trava à espera de investimentos em linhas de transmissão

Leilão na quinta-feira, que prevê aplicação de R$ 5,3 bi no Estado, poderá impulsionar projetos nos próximos anos

A energia eólica cresceu na última década e virou a segunda maior fonte dentro do setor elétrico do Rio Grande do Sul, mas o avanço de novos projetos esbarra em dificuldades de transmissão.

Em 2018, a capacidade instalada nos parques eólico gaúchos segue em 1,8 mil megawatts (MW), mesmo patamar de 2017, indica a Secretaria Estadual de Minas e Energia.

Ou seja, novos projetos não saíram do papel.

VAI FALTAR LUZ?

Atraso em novas linhas provoca incerteza sobre abastecimento de energia no RS neste verão

Demanda maior gerada pelo calor amplia riscos de apagões

Além de impedir o avanço de projetos de geração de energia, o atraso na construção de linhas de transmissão no Estado – licitadas em 2014 e que já deveriam estar concluídas pelo cronograma original – traz de volta dúvidas sobre a garantia de o Rio Grande do Sul não passar por apagões localizados neste verão.

2 TRANSMISSÃO

INVESTIMENTOS EM NOVAS LINHAS DE TRANSMISSÃO SÃO FUNDAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

Projetos eólicos gaúchos serão impactados nos próximos anos

Além de significar a postergação do investimento de cerca de R$ 4 bilhões em obras de transmissão no Estado, o atraso desses empreendimentos atrapalhará a venda da geração, especialmente, de novos parques eólicos no Rio Grande do Sul.

As obras que seriam feitas pela parceria contemplavam geração de cerca de **11 mil empregos diretos e indiretos**. Esses empreendimentos ficariam em municípios como Santa Vitória do Palmar, Rio Grande, Santana do Livramento, **Osório**, Candiota, entre outros.

Linhas de transmissão criam espaço para investimentos de até R$ 28 bilhões em usinas no Rio Grande do Sul

Maior capacidade de escoar energia abre potencial para desengavetar projetos

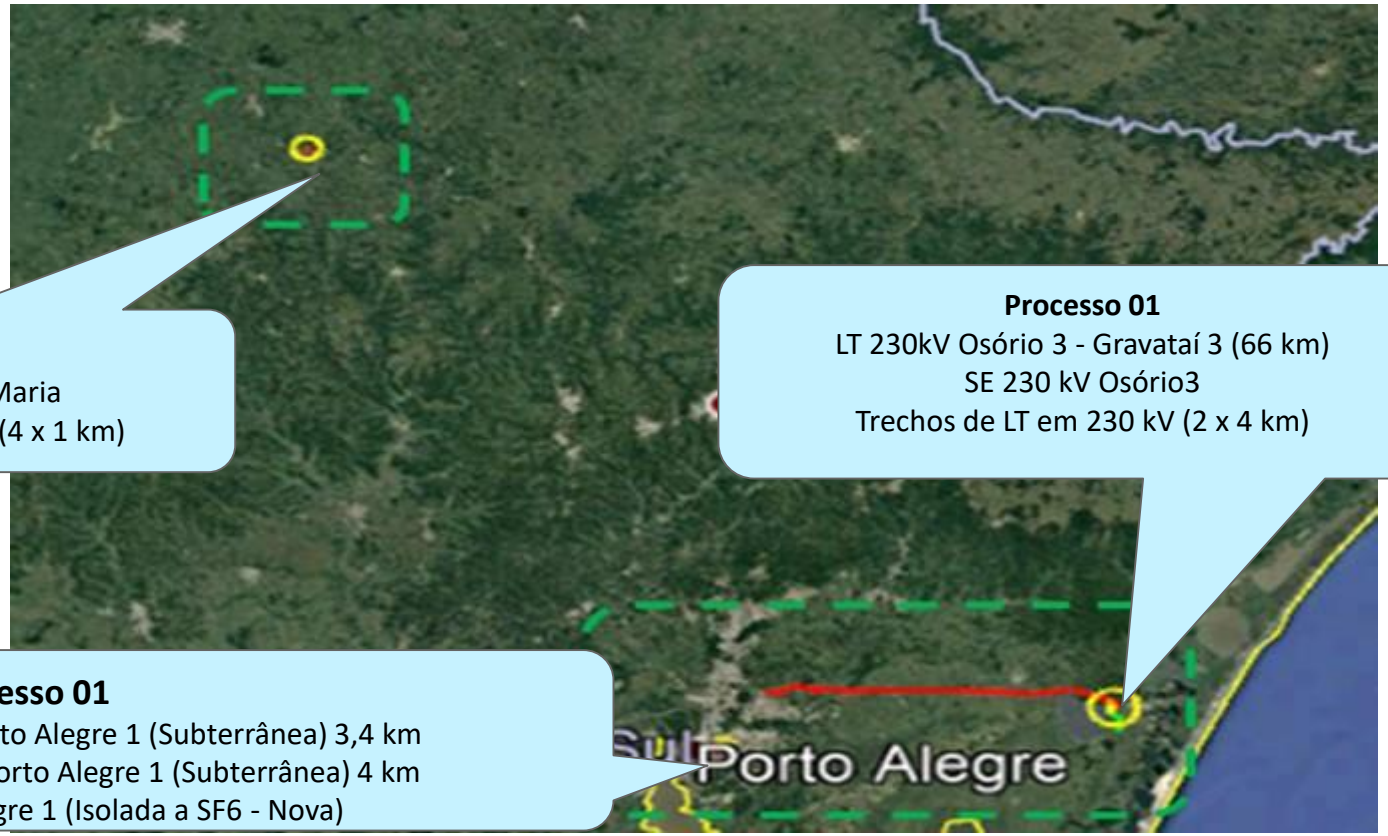
A construção de 1,9 mil quilômetros de linhas de transmissão no Rio Grande do Sul, com aporte de R$ 3,9 bilhões, abre espaço para investimentos sete vezes maiores nos próximos anos.

O conjunto de obras, que deve ser entregue em 2022, amplia em 4,8 mil megawatts (MW) a capacidade de o Estado escoar energia. Com isso, pode viabilizar projetos de usinas que estão engavetados por falta de conexão ao Sistema Integrado Nacional (SIN).

2 TRANSMISSÃO

INVESTIMENTOS EM NOVAS LINHAS DE TRANSMISSÃO SÃO FUNDAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

- Em dezembro/2018, a CPFL venceu as disputas de dois lotes em leilão de transmissão: Lote 5 (SC) e Lote 11 (RS)
- Para o Rio Grande do Sul, irá atender a empreendimentos na região de Porto Alegre, Vila Maria e Osório, com duas novas subestações e **85 km de linhas de transmissão**.
- A construção destes ativos irá promover a integração do potencial eólico do Estado, com investimentos previstos de **R$ 348 milhões** e a geração de **872 empregos** diretos.



Processo 03
SE 230/138 kV Vila Maria
Trechos de LT em 230 kV (4 x 1 km)

Processo 01
LT 230kV Osório 3 - Gravataí 3 (66 km)
SE 230 kV Osório3
Trechos de LT em 230 kV (2 x 4 km)

Processo 01
LT 230 kV Porto Alegre 8 - Porto Alegre 1 (Subterrânea) 3,4 km
LT 230 kV Jardim Botânico - Porto Alegre 1 (Subterrânea) 4 km
SE 230/69 kV Porto Alegre 1 (Isolada a SF6 - Nova)

AGENDA

1 Quem somos

2 Importância dos empreendimentos de transmissão para o RS

3 LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3 e Subestação Osório 3

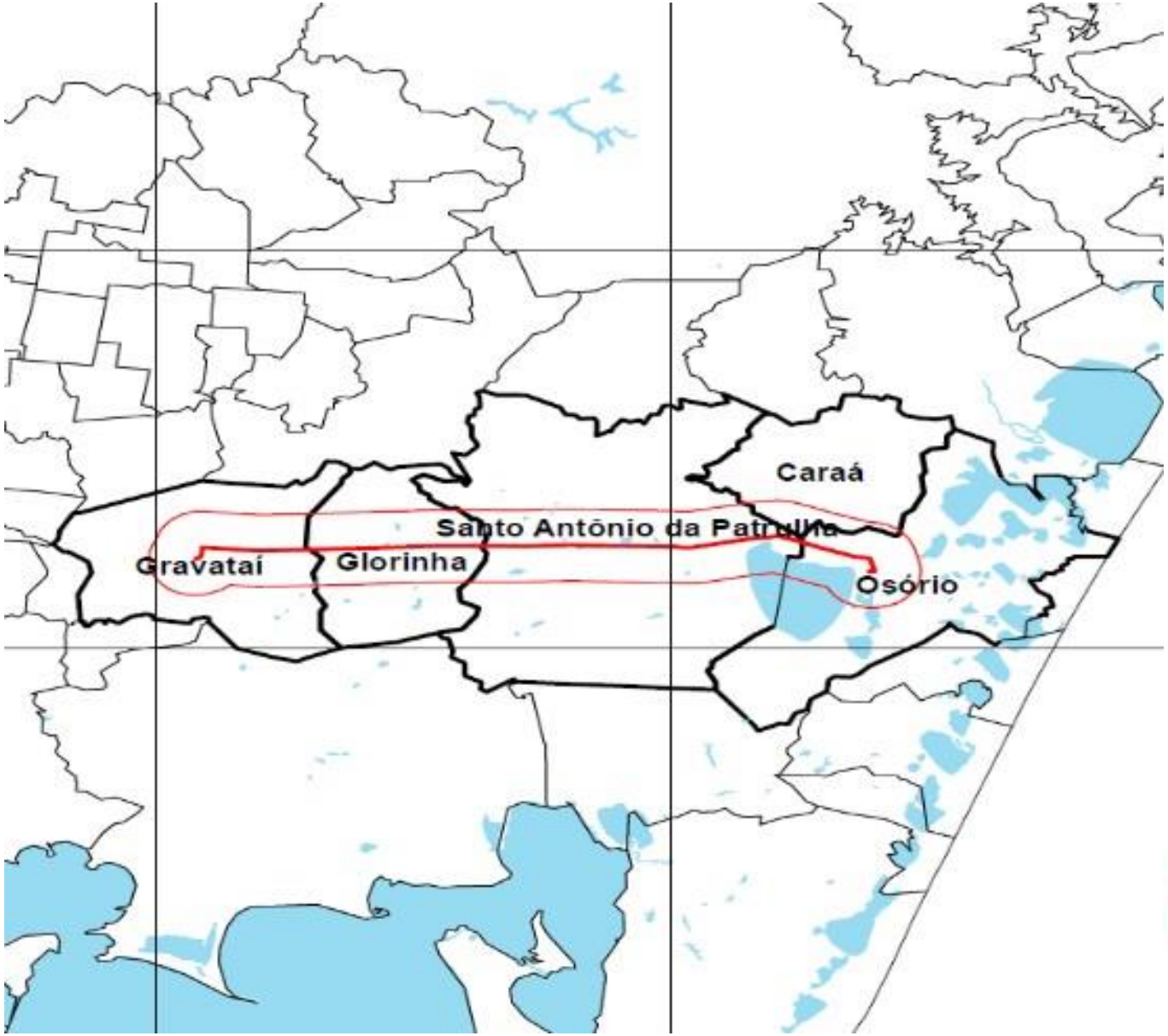
- **3.1** Traçado Eletrosul
- **3.2** Soluções para minimização de impactos

4 APA Morro de Osório

5 Encerramento

3 LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3
Subestação Osório 3

CARACTERIZAÇÃO



O empreendimento tem por finalidade o escoamento da energia da região, gerado pelo aumento da oferta de energia proveniente dos parques eólicos do Rio Grande do Sul

EMPREENDIMENTO	LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3 C1
TENSÃO	230 kV
FAIXA DE SERVIDÃO	40 m
EXTENSÃO	66.5 km
ESTRUTURAS (estimativa)	137
CIRCUITOS	1 (2 condutores/fase)
Municípios	Gravataí, Glorinha, Osório, Caraá, Santo Antônio da Patrulha.

Legenda

- Eixo Diretriz da Linha de Transmissão
- Área de Estudo
- Municípios de Abrangência

3 LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3
Subestação Osório 3

TRAÇADO ORIGINAL (ELETROSUL)





A CPFL está analisando as diversas opções de traçados de forma a verificar todas as alternativas locacionais e outras soluções sustentáveis que minimizem os impactos socioambientais.

3

LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3
Subestação Osório 3

MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS:
1. ESTUDO DE TRAÇADOS ALTERNATIVOS



Fatores a considerar no estudo de traçado:

- Existência de APAs e áreas prioritárias para conservação da biodiversidade destas;
- Avifauna: existência de rotas migratórias;
- Geotecnia do solo: as estruturas requerem fundações especiais com maior impacto para implantação;
- Aumento da extensão da LT – ampliação do impacto social e ambiental.
- Necessidade de abertura de novos acessos.
- Corredor de estudo definido pela ANEEL.

3 LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3
Subestação Osório 3

MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS:
1. ESTUDO DE TRAÇADOS ALTERNATIVOS



- **Alternativas de traçado CPFL:** buscam a menor interferência socioambiental e a viabilidade estrutural, geológica e sustentável do empreendimento, possibilitando:
  - Redução em interferências em propriedades;
  - Redução de intervenção em áreas com vegetação – alteamento de torres, desvios, lançamento de cabos por drone, etc;
  - Preservação da Zona de Conservação da Vida Silvestre da APA;
  - Priorização de acessos existentes,;

- **Opção 01 CPFL**
  - Maior quantidade de propriedades;
  - Menor quantidade de fragmentos florestais;
- **Opção 02 CPFL**
  - Menor quantidade de propriedades;
  - Maior quantidade de fragmentos florestais

MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: 2. LOCALIZAÇÃO DA SUBESTAÇÃO



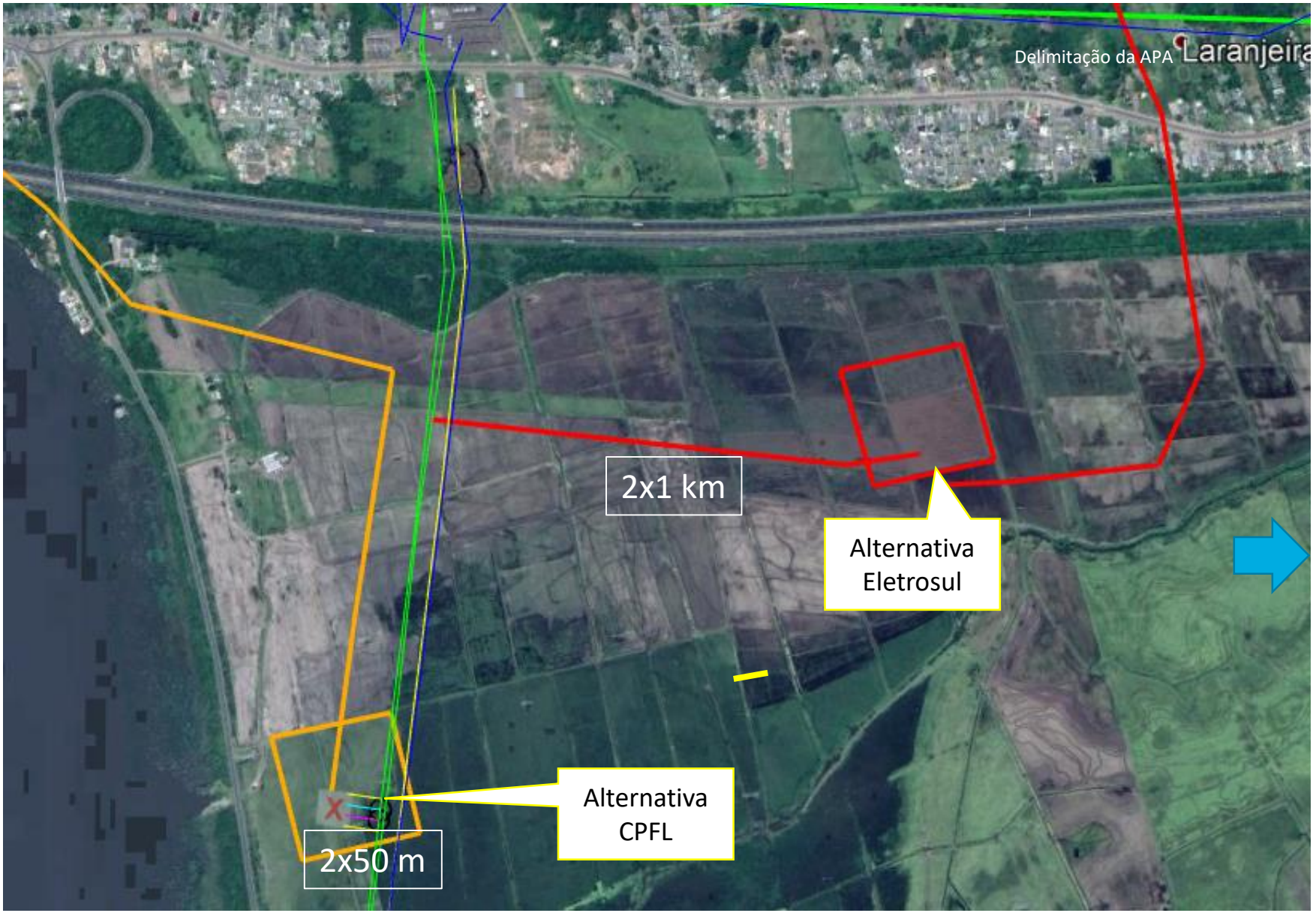
- **Localização da SE Osório 3** – preferência por local mais próximo às conexões

A nova localização da Subestação Osório 3 reduzirá impactos em Osório nos Ramais de LT em 230 kV:

- Edital do Leilão: 2 LTs com **4 km**
- Solução Eletrosul: 2 LTs com **2 km**
- Solução CPFL: 2 LTs com **50 m, dentro do terreno da Subestação**

LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3
Subestação Osório 3

MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS:
2. LOCALIZAÇÃO DA SUBESTAÇÃO



- **Localização da SE Osório 3** – preferência por local mais próximo às conexões

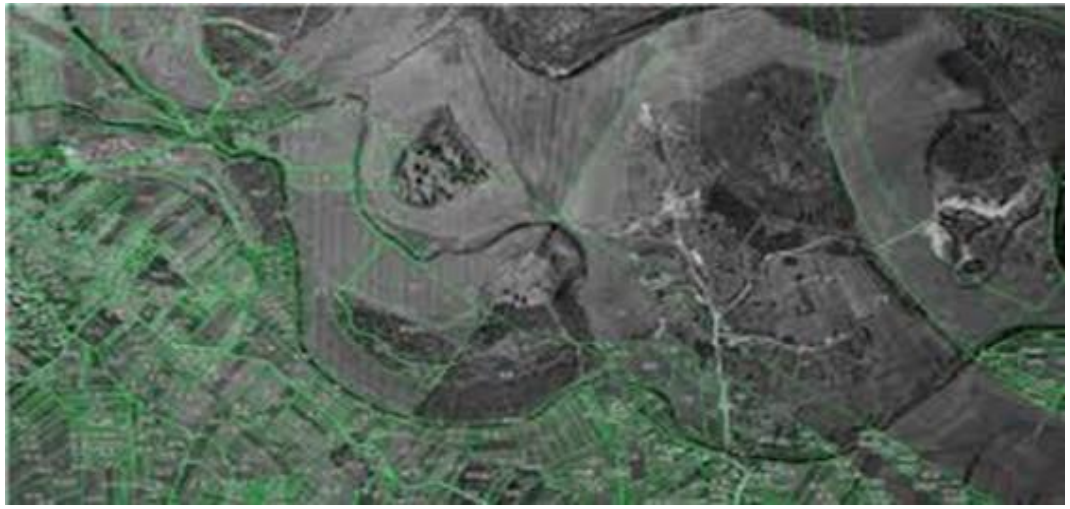
A nova localização da Subestação Osório 3 reduzirá impactos em Osório nos Ramais de LT em 230 kV:

- Edital do Leilão: 2 LTs: **4 km**
- Solução Eletrosul: 2 LTs: **2 km**
- Solução CPFL: 2 LTs: **50 m, dentro do terreno da Subestação**

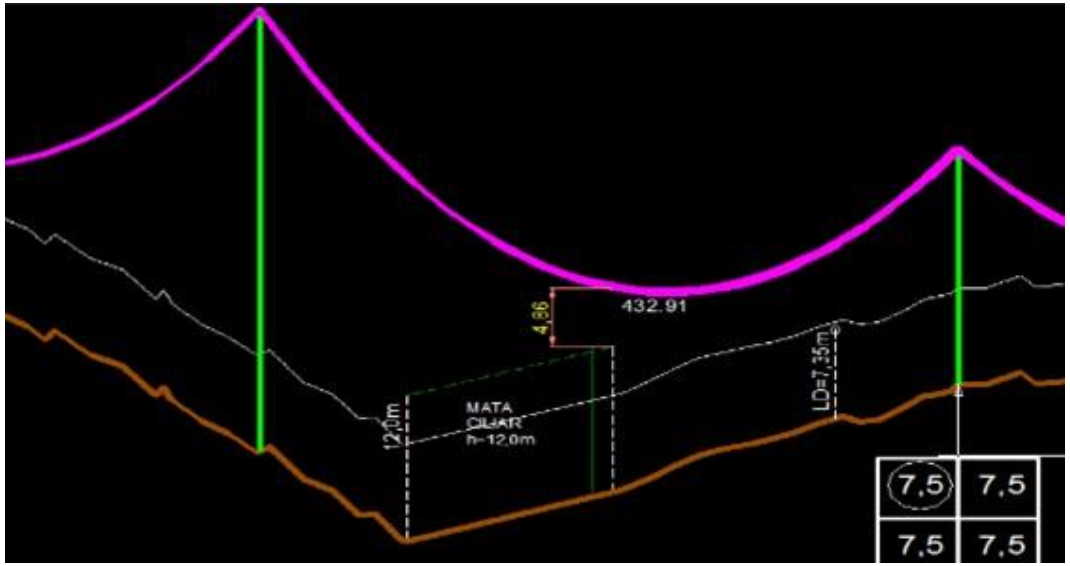
MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: 3. LEVANTAMENTO DE DADOS / PROJETO E ESPECIFICAÇÕES

Técnicas para minimização dos impactos ambientais:

- ✓ Levantamento topográfico por Aerofotogrametria digital com perfilamento laser, reduzindo a necessidade de aberturas de picadas e sem danos em áreas agricultáveis;
- ✓ Utilização de estruturas monomastro estaiadas, reduzindo as fundações: (escavações, concreto, movimentação de solo);
- ✓ Alteamento das estruturas, a fim de possibilitar a transposição dos cabos em fragmentos de vegetação e APPs;
- ✓ Lançamento de cabos sobre a vegetação, com utilização de tecnologia de aeromodelos (drones);
- ✓ Podas em “V” e podas seletivas, cortando o mínimo, onde necessário.
- ✓ Aproveitamento de acessos existentes



Levantamento sem necessidade de picadas na vegetação.



Perfil da linha de transmissão sobre vegetação, indicando somente poda seletiva.

MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: 3. PROJETO E ESPECIFICAÇÕES

Estruturas mais altas para transpor a vegetação / poda em “v”


Torre Autoportante


Torre Estaiada


Torre Estaiada

- ✓ Redução no corte de vegetação para implantação e manutenção das faixas de segurança
- ✓ Possibilidade de implantação de culturas/lavouras sob a estrutura após a implantação da linha (alt. Max 2m)

LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3
Subestação Osório 3

MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS:
4. TÉCNICAS CONSTRUTIVAS: LANÇAMENTO DE CABOS





- ✓ Uso de *Drones* para o lançamento de cabo guia, extinguindo a necessidade de podas/picadas;
- ✓ Lançamento de cabo com equipamento tensionador *Puller*, o que reduz significativamente a intervenção em vegetação entre vãos.

EXEMPLO

MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS:
5. CONVIVÊNCIA DA LINHA COM A VEGETAÇÃO





EXEMPLO

MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS:
5. CONVIVÊNCIA DA LINHA COM A VEGETAÇÃO





EXEMPLO

MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS:
5. CONVIVÊNCIA DA LINHA COM A VEGETAÇÃO





EXEMPLO

MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO

Sistema Produtor São Lourenço (SABESP)

- 83 km de Adutora para abastecimento à Região Metropolitana de SP
- 42 km de Linha de Distribuição 138 kV
- Para definição do traçado da linha foram analisadas **13 alternativas** no EIA
- A CPFL Piratininga, contratada para a implantação, elaborou uma nova alternativa, com:
  - Aproveitamento da topografia para aumentar o vão entre torres;
  - Preservação da vegetação nos fundos de vale e de várzea;
  - Diminuição da largura de picadas
  - Alteamento das estruturas
  - Otimização dos acessos





Resultado

EIA/RIMA

- Supressão de **35,5** hectares de vegetação nativa
- Relocação de **189** pessoas (**61** benfeitorias afetadas)

Alternativa CPFL para LI

- Supressão de **20,5** hectares de vegetação nativa
- **Sem relocação de pessoas**

EXEMPLO

INOVAÇÃO EM METODOLOGIAS PARA COMPENSAÇÕES FLORESTAIS NO ESTADO DO RS



Projeto de Controle de processos erosivos na APA do Banhado Grande, no Rio Gravataí



Controle de espécies exóticas invasoras no Parque Estadual da 4º Colônia

OBJETIVO
Direcionar esforços para projetos de maior relevância ambiental ao Estado, em cumprimento às compensações ambientais

INVESTIMENTOS PRETENDIDOS
Banhado Grande – R$ 2,5MM
4º Colônia – R$ 1,5MM

BENEFÍCIOS COMPARTILHADOS
Recuperação e preservação do meio ambiente com baixo risco (incêndios/vandalismo) ao empreendedor vide modelos tradicionais - plantios

DESAFIOS
Elaboração de projetos robustos tecnicamente e alinhamento com o MP para garantia da segurança jurídica dos projetos de RFO

EXEMPLO

INOVAÇÃO EM METODOLOGIAS PARA COMPENSAÇÕES FLORESTAIS NO ESTADO DE SP

Situação original: plantios em pequenos fragmentos, com baixa probabilidade de estabelecimento e pequena relevância ambiental





Alternativas já adotadas pela CPFL:

- Plantios em Unidades de Conservação (100 ha)
- Servidão Florestal: Aquisição de Reserva Legal excedente (184 ha)
- Manejo de Espécies Exóticas (Pinus e Eucalipto) em Unidades de Conservação (198 ha)

Ganhos:

- **Ambiental:** contribuição para recuperação de Unidade de Conservação do Governo do Estado de SP, com aumento da biodiversidade;
- **Econômico:** redução de custos em relação ao modelo original de reflorestamento convencional.

Preserva
CPFL Energia

Programa Nascentes

AGENDA

1 Quem somos

2 Importância dos empreendimentos de transmissão para o RS

3 LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3 e Subestação Osório 3

3.1 Traçado Eletrosul

3.2 Soluções para minimização de impactos

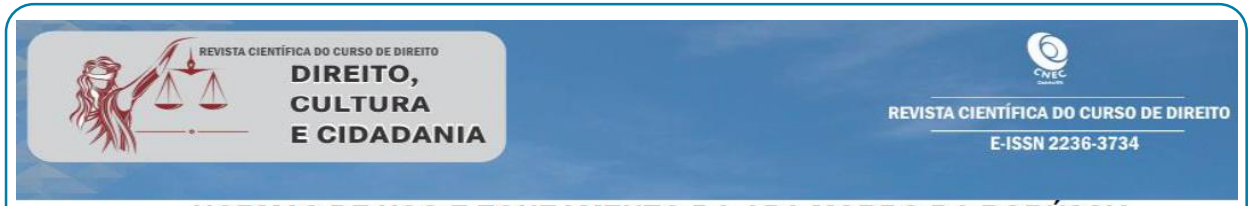
4 APA Morro de Osório

5 Encerramento

4 APA Morro de Osório

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
EMBASAMENTO

Uma APA não impede o desenvolvimento de uma região, mas permite a manutenção das atividades humanas, e orienta as atividades produtivas de forma a coibir a predação e a degradação dos recursos naturais existentes



NORMAS DE USO E ZONEAMENTO DA APA MORRO DA BORÚSSIA

RESUMO: Esta discussão é provocada, no sentido de haver certo desconhecimento por parte da população da região com relação ao plano diretor do Município de Osório – RS e quanto a sua utilização.

Uma APA não é definida apenas pelas suas características de fauna e flora, mas também os aspectos sociais e econômicos, através de um estudo que possibilite seus impactos na região, sempre observando os princípios que norteiam sua criação.

5 CONCLUSÃO

Tendo em vista os elementos apresentados, é possível observar que há elevado número de habitantes que desconhecem, integral ou parcialmente, utilização da área pertencente à APA.

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza)

As UC dividem-se em dois grupos:

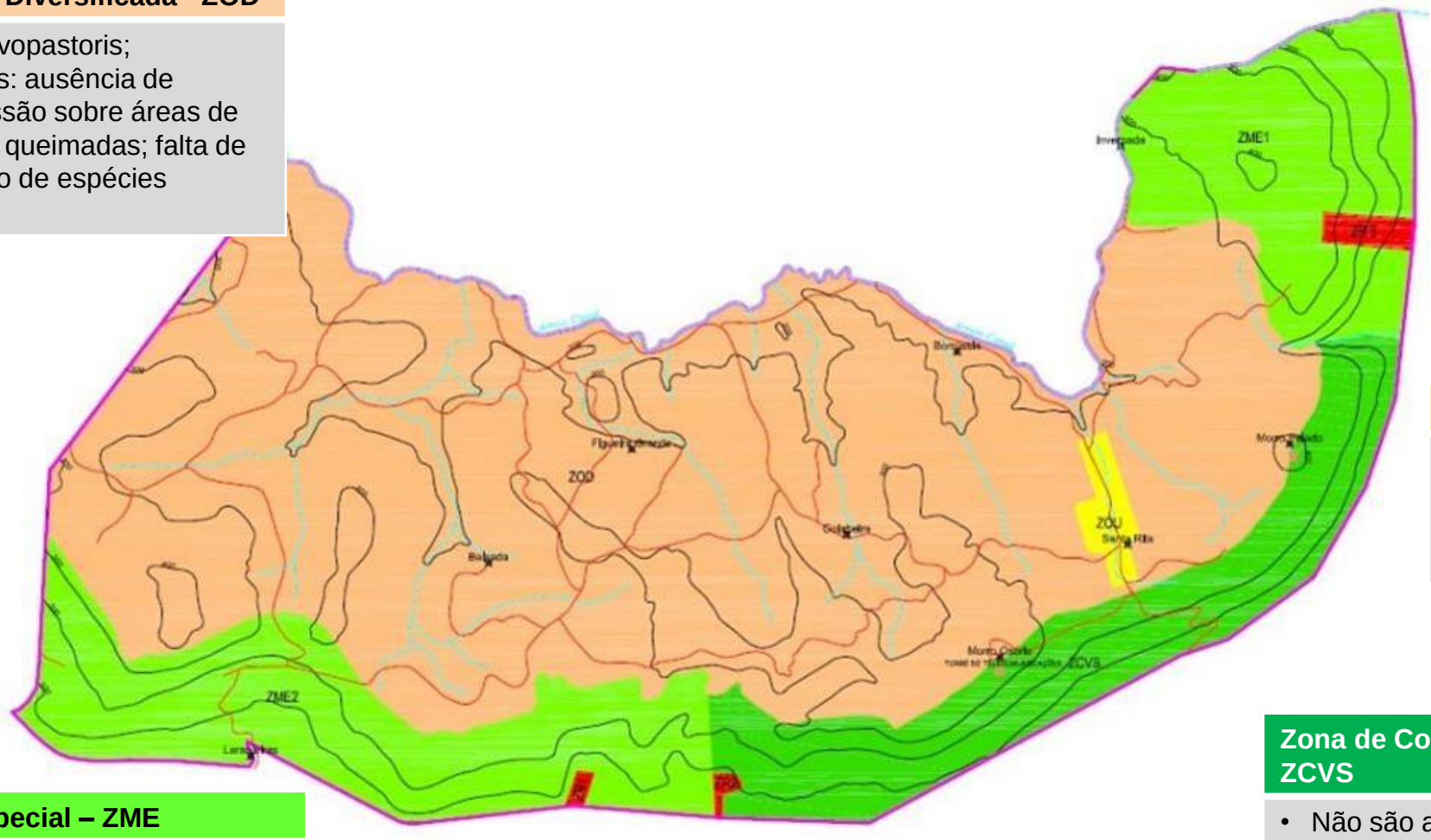
- **Unidades de Proteção Integral:** a proteção da natureza é o principal objetivo dessas unidades, por isso as regras e normas são mais restritivas.
- **Unidades de Uso Sustentável:** são áreas que visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais.
  - **1. Área de Proteção Ambiental:** área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas e privadas

4 APA Morro de Osório

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
ZONEAMENTO

Zona de Ocupação Diversificada - ZOD

- Atividades agrosilvopastoris;
- Principais conflitos: ausência de saneamento; pressão sobre áreas de vegetação nativa; queimadas; falta de mata ciliar; avanço de espécies exóticas



Zona de Recuperação - ZR

Áreas de mineração irregular

Zona de Ocupação Urbana – ZOU

- Comunidade Santa Rita
- Principais conflitos: ausência de tratamento de efluentes; contaminação da água

Zona de Manejo Especial – ZME

- Maior fragmentação da mata
- Principais conflitos: Pressão sobre a vegetação nativa pelo plantio de bananas; exploração de pedreiras irregulares; plantios de espécies exóticas

Zona de Conservação da Vida Silvestre - ZCVS

- Não são admitidas novas ocupações do território.
- Principais conflitos: Avanço das áreas de plantio de bananas, o ruído das rodovias BR 101 e BR 290. Área de mineração, contaminação por resíduos sólidos e líquidos.

A Linha de Transmissão, além de cumprir seu papel de estimular o desenvolvimento de atividades econômicas, pode também contribuir para a solução de conflitos existentes na APA

4.4.1 Atividades proibidas na APA Morro de Osório

São atividades proibidas na APA Morro de Osório em todas as suas zonas as atividades abaixo relacionadas:

- Caça;
- Mineração;
- Terraplanagem;
- Condomínios e Loteamentos;
- Corte de vegetação nativa nos estágios médio e avançado de regeneração, exceto em obras de Interesse social e/ou utilidade pública;
- Depósito de produtos tóxicos e/ou perigosos;
- Capina Química;
- Plantios de espécie exótica de alto impacto (espécies de pinus);
- Instalação de indústrias de médio e alto potencial poluidor;
- Aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos ou industriais;
- Lançamento de efluentes sem prévio tratamento de acordo com os padrões de qualidade das normas vigentes;

A implantação de linhas de transmissão não conflita com as diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo da APA

A Linha de Transmissão, além de cumprir seu papel de estimular o desenvolvimento de atividades econômicas, pode também contribuir para a solução de conflitos existentes na APA

3.3 CONFLITOS DE USO

- Falta de saneamento básico;
- Descarte irregular de lixo;
- Descarte de efluente a céu aberto sem tratamento;
- Corte de vegetação nativa;
- Queimadas;
- Problemas relacionados a erosão do solo, principalmente em estradas abandonadas;
- Uso de agrotóxicos de forma irregular;
- Descarte de embalagens de agrotóxico de forma inadequada;
- Coleta irregular de plantas nativas da Mata Atlântica;
- Uso inadequado de áreas de nascentes;
- Invasão de áreas de mata nativa por espécies exóticas, em especial o Pinus;
- Florestamentos de espécies exóticas sem licenciamento;
- Presença de cães e gatos soltos próximo a áreas conservadas da APA;
- Baixo nível de acesso ao sistema de licenciamento ambiental;
- Uso ilegal de áreas de preservação permanente;
- Ausência de mata ciliar em rios e arroios;
- Presença de mineração de forma irregular;
- Ausência de estudos de qualidade da água ingerida por parte da população

Vários conflitos de uso da APA podem ser reduzidos por meio de ações relacionadas à implantação da Linha de Transmissão.

5 CPFL e Prefeitura de Osório

- Conexão de novos Parques Eólicos: novos investimentos na região / ampliação de fontes renováveis de energia
- Recolhimento de ISS para o município: R$ 1,4 milhão (LT e SE)
- Geração de empregos
- Obrigações do projeto:
  - RFO (Reposição Florestal obrigatória);
  - Ações de Educação Ambiental (trabalhadores da obra)
  - Educação Patrimonial e Comunicação Social (área de influencia direta);
  - Indenizações fundiárias (de acordo com ABNT aplicável);
  - Minimização de impactos (supressão de vegetação, gestão de resíduos, implementação de tecnologias);

5 CPFL e Prefeitura de Osório

BENEFÍCIOS DO EMPREENDIMENTO E POSSÍVEIS AÇÕES EM PARCERIA

Possíveis Ações em Parceria

- Atualização do Plano e Manejo da APA;
- Reposição Florestal Obrigatória:
  - Projetos de Controle de invasão de espécies exóticas na APA;
  - Revegetação/recuperação de áreas de nascentes e APPs;
  - Recuperação de Áreas Degradadas;
  - Servidão Florestal (aquisição de áreas de Reserva Legal Excedente): Aumento de áreas preservadas;
- Melhoria de estradas de acesso;
- Apoio a projetos estruturantes para a gestão da APA;
- Ações de Educação Ambiental e Patrimonial e de gestão de resíduos, alinhados a projetos da Secretária de Meio Ambiente Municipal;
- Disponibilização de dados relacionados aos estudos de projeto (imagens, topografias, dados cadastrais das propriedades, laudos de fauna e flora.

Plano de Manejo da APA Morro de Osório (2008)

"A maior dificuldade para a execução de programas ambientais em unidades de conservação é que estas, em geral, não dispõem de receitas próprias significativas, necessitando receber aportes contínuos de recursos financeiros e institucionais (material, pessoal, estrutura administrativa) para a manutenção de sua operação"

O INSTITUTO CPFL

INTEGRA PROGRAMAS CULTURAIS, SOCIAIS, E ESPORTIVOS EM UMA ÚNICA REDE, TRANSFORMANDO POR MEIO DO CONHECIMENTO AS COMUNIDADES ONDE ATUA

- **MAIS DE 1 MM DE PARTICIPANTES:** CULTURA E ESPORTE
- **230 MIL PESSOAS: AÇÕES SOCIAIS**
- **600 MIL PESSOAS** NAS REDES SOCIAIS

PRINCIPAIS PROJETOS

- CAFÉ FILOSÓFICO CPFL
  33 GRAVAÇÕES | 7 MIL FREQUENTADORES PRESENCIAIS | 930 MIL PESSOAS AO VIVO
- MÚSICA CONTEMPORÂNEA E CINEMA
  14 CONCERTOS MUSICAIS | 01 FESTIVAL
  96 SESSÕES DE CINEMA | 02 FESTIVAIS
  5.500 PESSOAS ATINGIDAS
- EXPOSIÇÕES
  30 EVENTOS | 5 CIDADES | 25 MIL PESSOAS ATINGIDAS
- SOCIAL
  128 CIDADES ASSISTIDAS | 12 PROJETOS IMPLEMENTADOS | 230 MIL PESSOAS IMPACTADAS
- CIRCUITO CPFL (CINEMA, CORRIDA, CAMINHADA, CICLISMO E MÚSICA)
  106 CIDADES | 180 EVENTOS REALIZADOS | 47 MIL PESSOAS ATINGIDAS







AGENDA

1 Quem somos

2 Importância dos empreendimentos de transmissão para o RS

3 LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3 e Subestação Osório 3

3.1 Traçado Eletrosul

3.2 Soluções para minimização de impactos

4 APA Morro de Osório

5 Encerramento

ESSÊNCIA CPFL

NOSSAS AÇÕES BUSCAM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A GERAÇÃO DE VALOR COMPARTILHADO COM NOSSOS *STAKEHOLDERS*

Somos íntegros e responsáveis em tudo o que fazemos para gerar valor de forma sustentável

Acreditamos que o empreendimento, planejado e implantado de forma social, ambiental e economicamente responsável, irá cumprir seu papel de estimular o desenvolvimento de atividades econômicas da região e também contribuirá para a melhoria da condição social e ambiental da APA Morro de Osório.






OBRIGADO

CPFL Geração de Energia S.A.
Rodovia Eng. Miguel Noel Nascentes Burnier, km 2,5 - São Quirino
CEP 13.088-900 – Campinas/SP

São Leopoldo, 10 maio de 2019

Ilmo. Sr.
Edilson Nunes
Secretário Municipal Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária
Prefeitura Municipal de Osório
Osório – RS

Assunto: Requerimento de anuência da Área de Proteção Ambiental Morro de Osório para implantação da Linha de Transmissão LT 230 kV Osório 3 - Gravataí 3 e para SE Osório 3.

Prezado Senhor,

Para atender à crescente demanda de energia elétrica do país, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) promoveu em 20 de dezembro de 2018 um leilão para concessão de serviço público de transmissão de energia, incluindo a construção, operação e manutenção de diversas instalações do Sistema Interligado Nacional.

A CPFL Geração de Energia S/A, concessionária de serviços públicos de energia, foi a vencedora do Lote 11 do referido leilão, composto pelas seguintes instalações (Linhas de Transmissão – LT e Subestações – SE) no estado do Rio Grande do Sul:

- SE 230 kV Osório3;
- LT 230 kV Osório 3 - Gravataí 3 C1, com 66 km;
- Trechos de LT em 230 kV entre a SE Osório 3 e a LT Osório 2 – Lagoa dos Barros, C1;
- LT 230 kV Porto Alegre 8 - Porto Alegre 1 (Subterrânea), com 3,4 km;
- LT 230 kV Jardim Botânico - Porto Alegre 1 (Subterrânea), com 4 km;
- SE 230/69 kV Porto Alegre 1 (Isolada a SF6 - Nova) - 3 x 83 MVA;
- SE 230/138 kV Vila Maria - 2 x 150 MVA;
- Trechos de LT em 230 kV entre a SE Vila Maria e a LT Passo Fundo – Nova Prata 2,C1 e C2.

Atendendo aos requisitos do licenciamento ambiental desses empreendimentos, em cumprimento à legislação vigente, servimo-nos do presente, para requerer a anuência da Área de Proteção Ambiental (APA) Morro de Osório para permitir a implantação de parte da linha de transmissão LT 230 kV Osório 3 - Gravataí 3 no interior da Unidade de Conservação.

Para subsidiar vossa análise e manifestação, encaminhamos anexa a caracterização do empreendimento.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos nossos votos de elevada estima e consideração e colocamo-nos à inteira disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário, por meio de telefone (54) 3206-3720 ou e-mail: mleite@cpfl.com.br com a Engenheira Agrônoma Mônica Leite.

Atenciosamente,

Rodolfo Nardez Sirol
Diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade

Mônica Leite
Planejadora de Meio Ambiente

Anexo: Relatório de Caracterização da LT 230 kV Osório 3 - Gravataí 3.

Linha de Transmissão LT 230 kV Osório 3 - Gravataí 3
Caracterização do Empreendimento

1. Introdução

A geração eólica é uma das fontes de energia que mais crescem no país em participação nos leilões, impulsionando a consolidação de uma indústria nacional no setor. O Brasil tem hoje mais de 13,4 GW de capacidade instalada, em mais de 535 parques eólicos e mais de 6.600 aerogeradores em operação.

Segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) de junho de 2018 (Tabela 1), o estado do Rio Grande do Norte possui a maior capacidade instalada, somando 3.592,25 MW, Em seguida aparece a Bahia com 2.848,24 MW, o Ceará com 2.249 MW, o Rio Grande do Sul com 1.777,87 MW e o Piauí com 1.443,10 MW de capacidade.

Tabela 1: Os dez estados com maior capacidade instalada de energia eólica (junho/2018).

Posição	Estado	Potência Instalada MW
1º	Rio Grande do Norte	3.592,25
2º	Bahia	2.848,24
3º	Ceará	2.249,00
4º	Rio Grande do Sul	1.777,87
5º	Piauí	1.443,10
6º	Pernambuco	597,29
7º	Santa Catarina	224,10
8º	Maranhão	220,80
9º	Paraíba	153,95
10º	Sergipe	34,50

Fonte: CCEE, 2018.

A energia eólica tornou-se a segunda maior fonte de geração de energia elétrica no Rio Grande do Sul, mas o avanço de novos projetos esbarra em dificuldades de transmissão. Para atender ao potencial aumento da oferta de energia proveniente dos parques eólicos do Rio Grande do Sul, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) planejou a expansão do sistema de transmissão e subestações existentes no estado. Em decorrência desses estudos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) realizou em 18 de novembro de 2014 um leilão para concessão de nove lotes de novas linhas de transmissão e subestações.

Um desses lotes (Lote A) contemplava diversos empreendimentos no Estado do Rio Grande do Sul, incluindo a Subestação Osório 3 e a Linha de Transmissão LT 230 kV Osório 3 - Gravataí 3, que têm por objetivo transmitir a energia dos novos parques eólicos a serem implantados no município de Osório. O Lote A foi concedido à empresa Eletrosul Centrais Elétricas S/A, com um prazo de 36 meses para implantação de todas as obras.

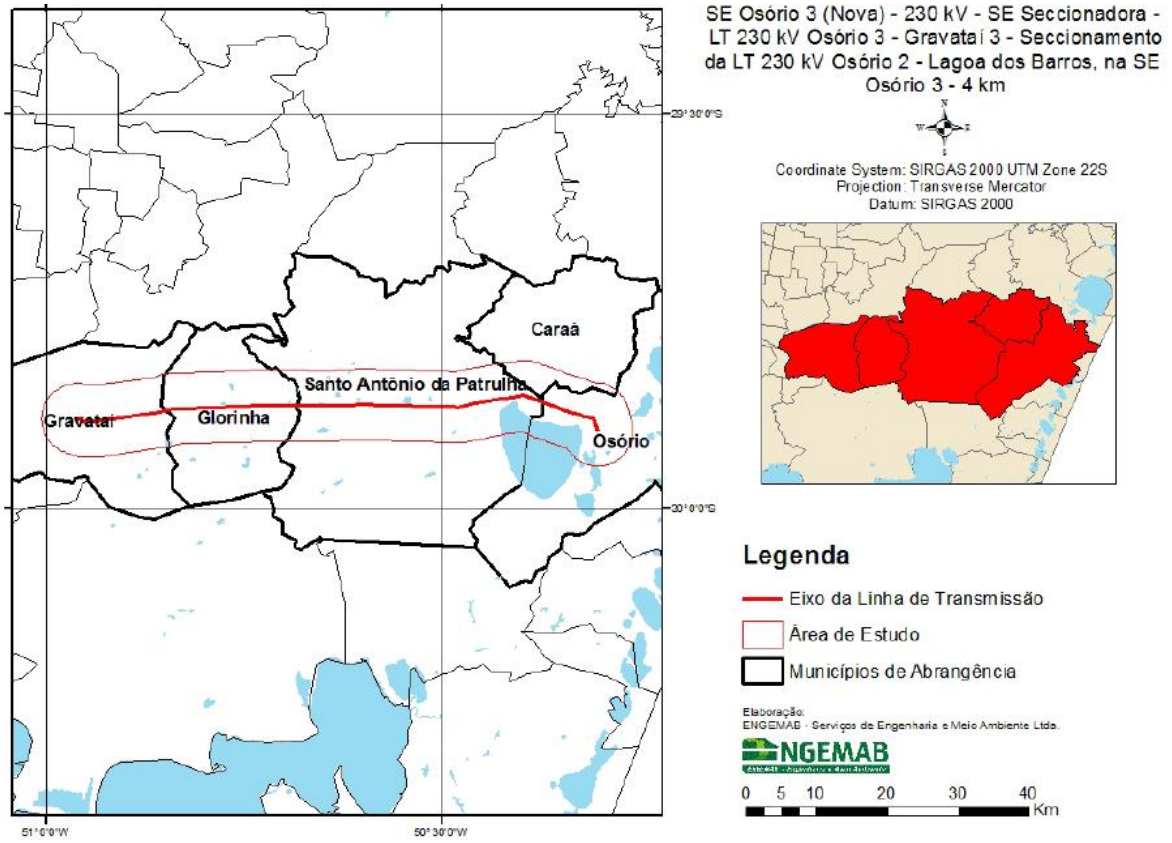
Em decorrência de atraso na implantação dos empreendimentos leiloados em 2014, o Ministério de Minas e Energia declarou a Caducidade da Concessão em novembro de 2018, o que permitiu que os mesmos fossem novamente leiloados em 20 de dezembro de 2018. A CPFL Geração de Energia S/A foi a vencedora do Lote 11 do referido leilão, composto por instalações (Linhas de Transmissão – LT e Subestações – SE) no estado do Rio Grande do Sul, incluindo a SE 230 kV Osório3, a LT 230 kV Osório 3 - Gravataí 3 C1, com 66 km e trechos de LT em 230 kV entre a SE Osório 3 e a LT Osório 2 – Lagoa dos Barros, C1.

O Contrato de Concessão para implantação e operação desses empreendimentos foi assinado em 22 de março de 2019, entre a ANEEL e a CPFL Transmissão Sul II S.A., com interveniência da CPFL Geração de Energia S.A.. A implantação e operação das linhas de transmissão e subestações leiloadas depende da emissão das licenças ambientais, cujo processo será conduzido pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), a partir de estudos ambientais a serem produzidos pelo empreendedor.

2. Caracterização da Linha de Transmissão LT 230 kV Osório 3 - Gravataí 3

Nos documentos elaborados para subsidiar o leilão de transmissão promovido pela ANEEL, em especial o Relatório de Interferências Socioambientais – R3, é delimitado um corredor de estudo para implantação da Linha de Transmissão e a Subestação.

A LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3 terá cerca de 66 km, interligando a subestação Gravataí 3 (existente) à Subestação Osório 3 (a ser construída). A área de estudo abrange os seguintes municípios de Caraá, Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha e Gravataí (Figura 1).



Fonte: Engemab, 2014.
Figura 1. Mapa de localização da área de estudo do empreendimento

2.1 Traçado da LT 230 kV Osório 3 - Gravataí 3 segundo estudos da Eletrosul

No traçado definido pela Eletrosul, à época de suas tratativas com a FEPAM para licenciamento do empreendimento, havia sido observada a interferência da Linha de Transmissão na Área de Proteção Ambiental Morro do Osório, Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada em 27 de setembro de 1994 por meio da Lei Municipal nº 2665/94. As Figuras 2 e 3 apresentam o traçado definido pela Eletrosul.



Figura 2. Traçado da LT 230 kV Osório 3 - Gravataí 3 segundo estudos da Eletrosul.



Figura 3. Detalhe do traçado da LT 230 kV Osório 3 - Gravataí 3 segundo estudos da Eletrosul. Trecho com interferência na APA Morro do Osório.

Conforme ilustrado na Figura 3, o traçado estabelecido pela Eletrosul previa interferência em duas zonas da APA, definidas em seu Plano de Manejo (2008): Zona de Ocupação diversificada (ZOD) e Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS). As características de cada zona são apresentadas a seguir:

<u>Zona de Ocupação diversificada - ZOD</u>
Esta zona tem como função permitir as atividades agrosilvopastoris desenvolvidas, chácaras de lazer, e outras atividades desenvolvidas na área da APA, através de adequações tecnológicas que visem racionalizar a utilização dos recursos naturais. Seu objetivo é compatibilizar as atividades antrópicas produtivas com a preservação ambiental através de desenvolvimento de técnicas sustentáveis de manejo. Esta é a maior zona pertencente a APA, o que demonstra a necessidade de manejo adequado do meio ambiente no interior da APA, a fim de manutenção das atividades econômicas desenvolvidas, além de evidenciar um dos objetivos da APA, que é o de promover o desenvolvimento sustentável na busca pela melhoria da qualidade de vida da população residente. Com isso esta zona deve ser direcionada para a utilização sustentável pela comunidade sem, contudo descuidar dos aspectos ambientais e legais.

<u>Zona de Conservação da Vida Silvestre - ZCVS</u>
Nesta área não são admitidas novas ocupações do território. As ocupações atualmente existentes devem se manter somente sob condições adequadas de manejo e de utilização sustentada dos recursos naturais, com controle de efluentes e resíduos. Esta Zona engloba os principais remanescentes florestais da APA, situados na encosta do morro frontal a

cidade de Osório. Tem como objetivo primordialmente a conservação e preservação das espécies da flora e da fauna e da biodiversidade, onde somente é permitida a utilização dos recursos naturais sob condições de manejo capazes de garantir a manutenção dos habitats e da biodiversidade. Seu uso e destinação deve ser o de preservação e conservação da biodiversidade, utilização para turismo de baixo impacto, educação ambiental e pesquisa.

2.2 Traçado da LT 230 kV Osório 3 - Gravataí 3 segundo estudos da CPFL

Nos estudos de traçado elaborados pela CPFL diversas alternativas foram avaliadas, incluindo o traçado original proposto no Relatório de Interferências Socioambientais – R3 (documento suporte do Leilão), o traçado elaborado pela Eletrosul, além de alternativas fora do corredor de estudo do Leilão (como um possível traçado pelo sul da Lagoa dos Barros) (Figura 4).



Figura 4. Exemplos de alternativas avaliadas pela CPFL.

Dentre os fatores considerados no estudo de traçado, destacamos:

- A existência de APAs e áreas prioritárias para conservação da biodiversidade;
- A existência de rotas migratórias de aves;
- A geotecnia do solo: na alternativa pelo sul da Lagoa dos Barros, por exemplo, o tipo de solo (alagável) requer fundações especiais para as estruturas (torres), gerando maior impacto para implantação;
- A extensão da Linha de Transmissão: o aumento de sua extensão implica na ampliação do impacto social e ambiental;
- A necessidade de abertura de novos acessos, gerando intervenções adicionais;
- O corredor de estudo definido pela ANEEL.

Com base nos múltiplos parâmetros para avaliação do traçado, a alternativa que melhor concilia os aspectos sociais, ambientais e econômicos é apresentada na Figura 5.

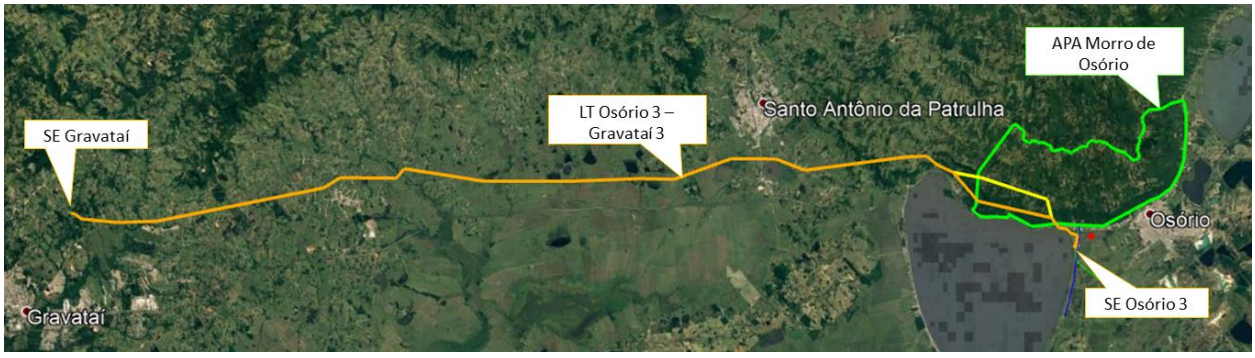


Figura 5. Traçado otimizado pela CPFL.

No trecho em que a Linha de Transmissão passa pela APA Morro do Osório, foram avaliadas duas alternativas de traçado, apresentadas em detalhe na Figura 6.

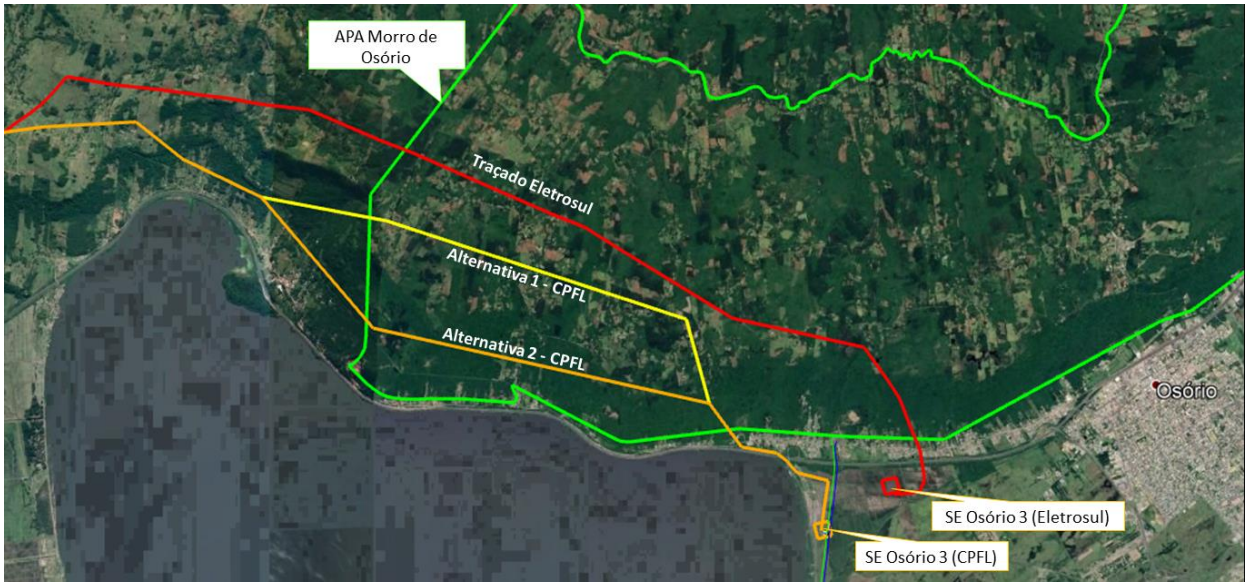


Figura 6. Traçado otimizado pela CPFL. Detalhe do traçado em trecho com interferência na APA Morro do Osório.

Comparando-se as extensões dos trechos da Linha de Transmissão no interior da APA Morro do Osório, observa-se que a Alternativa 2 é a que gera menor interferência na APA, conforme apresentado na Tabela 2. Enquanto o traçado originalmente proposto pela Eletrosul percorreria 8.211 metros no interior da APA, a Alternativa 1 da CPFL percorreria 6.100 metros. Já a Alternativa 2 da CPFL percorreria 5.209 metros no interior da APA.

Tabela 2: Extensão das alternativas de traçado da LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3 na APA Morro do Osório.

Traçado	Extensão da LT no interior da APA Morro do Osório	Redução em relação ao traçado proposto pela Eletrosul
Eletrosul	8.211 metros	-
Alternativa 1 - CPFL	6.100 metros	2.111 metros (-25,7%)
Alternativa 2 - CPFL	5.209 metros	3.002 metros (-36,5%)

Nenhuma das duas alternativas de traçado da CPFL interfere na Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), na qual não são admitidas novas ocupações do território. As interferências passam a ocorrer na Zona de Ocupação diversificada – ZOD (como no traçado proposto pela Eletrosul) e na Zona de Manejo Especial – ZME, cujas características são apresentadas a seguir:

Zona de Manejo Especial – ZME

Esta Zona tem como função a recuperação das áreas naturais contíguas a Zona de Conservação da Vida Silvestre, onde a fragmentação da vegetação se mostra maior, embora ainda persistam as características da vegetação nativa. Esta zona apresenta-se em dois locais da APA. Junto à porção oeste da área entre a borda da escarpa e o limite da APA ao Sul e limitando-se com a Zona de Conservação da Vida Silvestre a leste. O outro local situa-se junto ao limite da APA a nordeste, limitando-se ainda com a ZOD e com a ZCVS. Esta zona corresponde neste ponto a ZMA, Zona da Mata Atlântica definida pelo Plano diretor da cidade. Nestas Zonas existem bons fragmentos florestais, porém com alguma desconexão entre as manchas. A ocupação antrópica é mais acentuada que na ZCVS e as ações de restauração da cobertura vegetal devem ser mais intensas. Os usos desta zona são atualmente a produção de bananas, a exploração minerária os cultivos agrícolas diversos, utilização com placas de propagandas e plantios florestais de espécies exóticas. Todos os usos devem ser normatizados com o objetivo de proteger os recursos naturais.

As alternativas de traçado desenvolvidas pela CPFL buscam a menor interferência socioambiental e a viabilidade estrutural, geológica e sustentável do empreendimento, possibilitando:

- Redução em interferências em propriedades;
- Redução de intervenção em áreas com vegetação;
- Preservação da Zona de Conservação da Vida Silvestre da APA;
- Priorização de acessos existentes.

As alternativas apresentadas pela CPFL obedecem ao critério de máximo aproveitamento do paralelismo com linhas existentes, de forma a mitigar o impacto visual. As principais diferenças entre as alternativas são:

- A alternativa 1 CPFL terá interferência em maior quantidade de propriedades e menor quantidade de fragmentos florestais. A alternativa 2 terá interferência em menor quantidade de propriedades, mas maior quantidade de fragmentos florestais. De acordo com levantamentos preliminares, a partir de dados de Cadastro Ambiental Rural, observa-se que a alternativa 1 interfere em cerca de 50% mais propriedades em comparação com a alternativa 2, significando um maior impacto social da alternativa 1.

- Já na alternativa 2, apesar da maior interferência em fragmentos florestais, as tecnologias a serem utilizadas pela CPFL, conforme demonstradas a seguir, minimizam os impactos.

De forma a minimizar os impactos sociais e ambientais, as estruturas (torres) a serem utilizadas serão dimensionadas e localizadas de forma a permitir a continuidade das atividades econômicas compatíveis com o empreendimento ou preservação de fragmentos florestais nas faixas de servidão. As Figuras 7 a 10 apresentam exemplos de empreendimento da CPFL que compatibilizam a transmissão de energia e conservação ambiental.



Figura 7



Figura 8



Figura 9



Figura 10

Outras soluções também serão utilizadas para a redução de impactos sociais e ambientais:

- Levantamento topográfico por Aerofotogrametria digital com perfilamento laser, reduzindo a necessidade de aberturas de picadas e sem danos em áreas agricultáveis;
- Utilização de estruturas monomastro estaiadas, reduzindo as fundações: (escavações, concreto, movimentação de solo);
- Alteamento das estruturas, a fim de possibilitar a transposição dos cabos em fragmentos de vegetação e APPs;
- Lançamento de cabos sobre a vegetação, com utilização de tecnologia de aeromodelos (drones) ou equipamento tensionador *Puller*, o que reduz significativamente a intervenção em vegetação entre vãos;
- Podas em "V" e podas seletivas, cortando o mínimo, onde necessário.
- Aproveitamento de acessos existentes

As Figuras 11 a 16 ilustram algumas dessas soluções.

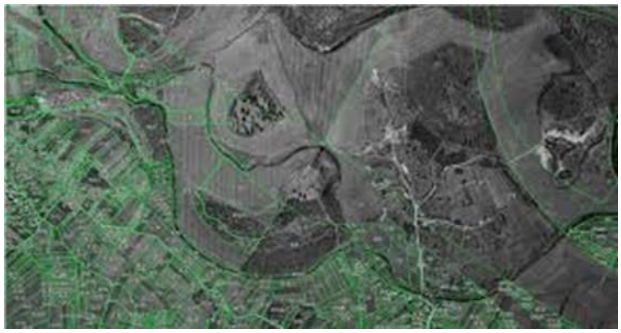


Figura 11. Levantamento aerofotogramétrico sem necessidade de abertura de picadas na vegetação

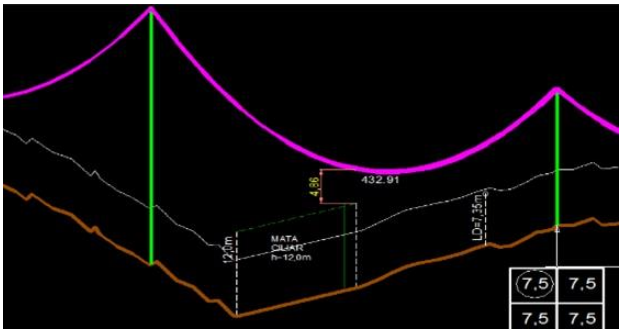


Figura 12. Perfil da linha de transmissão sobre vegetação, indicando somente poda seletiva



Figura 13. Possibilidade de implantação de culturas/lavouras sob a estrutura após a implantação da linha



Figura 14. Estruturas mais altas para transpor a vegetação



Figura 15. Uso de drone para o lançamento de cabo guia, extinguindo a necessidade de podas/picadas



Figura 16. Lançamento de cabo com equipamento tensionador *Puller*, o que reduz significativamente a intervenção em vegetação entre vãos

3. A Linha de Transmissão e os objetivos da APA Morro do Osório

Entendemos que a implantação da Linha de Transmissão, conforme as propostas de traçado não é conflitante com o Plano de Manejo da APA Morro do Osório e suas diretrizes e também não fere as leis de uso e ocupação do solo.

A Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) classifica as Unidades de Conservação em dois grupos:

- **Unidades de Proteção Integral:** a proteção da natureza é o principal objetivo dessas unidades, por isso as regras e normas são mais restritivas.
- **Unidades de Uso Sustentável:** são áreas que visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais.

É nesse segundo grupo que são enquadradas as APA's, sendo definidas da seguinte forma:

Área de Proteção Ambiental: área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas e privadas.

Ressalta-se que a implantação de linhas de transmissão não conflita com as diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo da APA, no item 4.4.1 Atividades proibidas na APA Morro de Osório:

"São atividades proibidas na APA Morro de Osório em todas as suas zonas as atividades abaixo relacionadas:

- *Caça;*
- *Mineração;*
- *Terraplanagem;*
- *Condomínios e Loteamentos;*
- *Corte de vegetação nativa nos estágios médio e avançado de regeneração, exceto em obras de Interesse social e/ou utilidade pública;*
- *Depósito de produtos tóxicos e/ou perigosos;*
- *Capina Química;*
- *Plantios de espécie exótica de alto impacto (espécies de pinus);*
- *Instalação de indústrias de médio e alto potencial poluidor;*
- *Aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos ou industriais;*
- *Lançamento de efluentes sem prévio tratamento de acordo com os padrões de qualidade das normas vigentes;"*

Uma APA não é definida apenas pelas suas características de fauna e flora, mas também os aspectos sociais e econômicos, através de um estudo que possibilite seus impactos na região, sempre observando os princípios que norteiam sua criação.

Destacamos ainda que uma APA não impede o desenvolvimento de uma região, mas permite a manutenção das atividades humanas, e orienta as atividades produtivas de forma a coibir a predação e a degradação dos recursos naturais existentes.

4. Localização da Subestação Osório 3

A busca por otimização do projeto, com redução de impactos sociais e ambientais. O local definido pela CPFL para implantação da SE Osório 3 encontra-se mais próximo às conexões, reduzindo a extensão dos Ramais de Transmissão a serem construídos, reduzindo ainda mais os impactos sociais e ambientais (Figura 17).

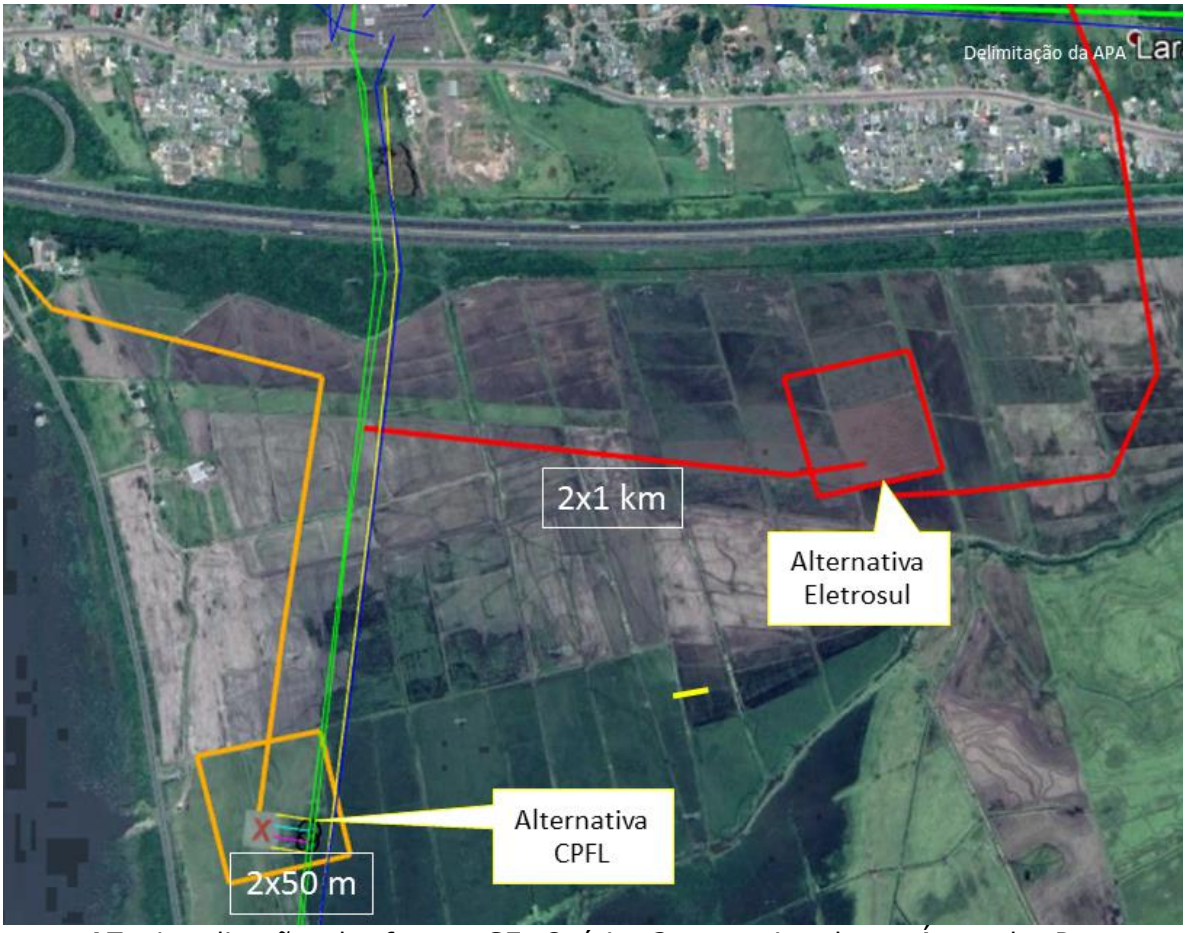


Figura 17. Localização da futura SE Osório 3, respeitando a Área de Preservação Permanente da Lagoa dos Barros, sem necessidade de supressão de vegetação nativa e mais próxima às Linhas de Transmissão a serem conectadas.

5. Obrigações do empreendimento e benefícios para o município

A implantação do empreendimento irá gerar diversos benefícios ao município e para a APA Morro do Osório, podendo ser citados:

- Conexão de novos Parques Eólicos (estimado em 180MW), com novos investimentos na região e ampliação de fontes renováveis de energia
- Recolhimento de ISS para o município: R$ 1,4 milhão (somente relacionados à LT e SE)

- Geração de empregos
- Obrigações do projeto, conforme licenciamento ambiental:
  - RFO (Reposição Florestal obrigatória);
  - Ações de Educação Ambiental (trabalhadores da obra)
  - Educação Patrimonial e Comunicação Social (área de influencia direta);
  - Indenizações fundiárias (de acordo com ABNT aplicável);
  - Minimização de impactos (supressão de vegetação, gestão de resíduos, implementação de tecnologias);

Posteriormente à emissão de anuência da Prefeitura Municipal de Osório acerca implantação do empreendimento no interior a APA Morro do Osório, seja pela alternativa 1 ou 2, será dada continuidade ao levantamento de informações para licenciamento ambiental (que tramitará junto a FEPAM), cadastro fundiário e elaboração do projeto executivo.

Ao longo do processo de licenciamento ambiental serão identificadas todas as propriedades atingidas pelo empreendimento, com a adequada avaliação dos impactos, para posterior indenização cabível. O levantamento de informações possibilitará também a esta municipalidade a identificação de possíveis irregularidades fundiárias.

Caso as atividades atuais nas propriedades afetadas pelo projeto sejam incompatíveis com o mesmo, os proprietários serão indenizados. No caso de propriedades certificadas para a atividade de agricultura orgânica, a CPFL se compromete em envidar esforços para manutenção das certificações ou fará a devida compensação.

Nas propriedades rurais afetadas pelo projeto, a CPFL se compromete em implantar ações de combate à erosão, de forma a contribuir para a conservação do solo e preservação dos corpos hídricos.

Além das obrigações a serem assumidas no processo de licenciamento ambiental, a CPFL compromete-se a direcionar outras iniciativas em favor do município de Osório e para a APA Morro do Osório. Este apoio busca atender a uma dificuldade constatada no Plano de Manejo da APA Morro de Osório (2008):
"A maior dificuldade para a execução de programas ambientais em unidades de conservação é que estas, em geral, não dispõem de receitas próprias significativas, necessitando receber aportes contínuos de recursos financeiros e institucionais (material, pessoal, estrutura administrativa) para a manutenção de sua operação"

Dentre as ações em parceria que geram benefícios ao município e para a APA citamos:
- Direcionamento da RFO total do empreendimento para APA do Morro de Osório como obrigação legal. A CPFL irá aplicar sua expertise em projetos de sucesso, como:
  - Erradicação de espécies exóticas, contribuindo para a beleza cênica e relevância ecológica da APA;
  - Servidão Florestal (Reserva Legal Excedente), de forma a gerar incentivos financeiros para os proprietários que possuem áreas preservadas;
  - Recuperação de nascentes e Áreas de Preservação Permanente, contribuindo para aumento da quantidade e qualidade da água na APA.
- Apoio financeiro para atualização do Plano de Manejo da APA, conforme Termo de Referência a ser aprovado por esse Conselho, além de apoiar os programas priorizados, até o montante total de R$ 800 mil.
- Disponibilização de dados relacionados aos estudos de projeto (imagens, topografias, dados cadastrais das propriedades, laudos de fauna e flora etc).
- Por meio dos programas de Comunicação Social e Educação Ambiental, a serem implantados previamente e durante as obras, não apenas os proprietários atingidos, mas a população da região como um todo, receberão informações relevantes sobre o projeto e sobre conservação ambiental, por meio de cartilhas, folhetos, cartazes produzidos em parceria com a Prefeitura do município.

- Será de total responsabilidade da CPFL a recuperação e controle de erosão das estradas utilizada para a implantação do projeto.
- Por meio do Instituto CPFL, comprometemo-nos a realizar ações de caráter sociocultural no município, a ser acordado com a Prefeitura e Secretarias afins.

Nossas ações buscam o desenvolvimento sustentável e a geração de valor compartilhado com nossos *stakeholders.*

Acreditamos, desta forma, que o empreendimento, planejado e implantado de forma social, ambiental e economicamente responsável, irá cumprir seu papel de estimular o desenvolvimento de atividades econômicas da região e também contribuirá para a melhoria da condição social e ambiental da APA Morro de Osório.

COMDEMA (CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE OSÓRIO)
CRIADO PELA LEI Nº 3.997/2007

Ofício nº 09

Osório,23 de outubro de 2019.

À empresa CPFL

Pelo presente, encaminho decisão deste Conselho, referente ao pedido da Empresa CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA, sobre a solicitação de Anuência para rede de Alta Tensão LT 230 kV Osório 3/Gravataí, no processo nº 329674/2019. O Conselho decidiu em reunião ordinária na data de 03.10.2019, que a empresa pode dar início no processo de licenciamento da linha de transmissão Alta Tensão LT 230 kV Osório 3/Gravataí.

Após, deve este licenciamento seguir o trâmite conforme RESOLUÇÃO CONSEMA 319/2016.

Nesses termos,

Edson Alfredo Schmitz
Presidente do COMDEMA

Comércio em Sapucaia do Sul tem novas restrições

Decreto determina o fechamento de atividades não essenciais em dois finais de semana como medida de prevenção ao novo coronavírus

A Prefeitura de Sapucaia do Sul determinou o fechamento do comércio e dos serviços não essenciais durante os próximos dois finais de semana na cidade, diante do aumento do número de casos confirmados do novo coronavírus, que chegou a 146 nesta quarta-feira. Segundo o prefeito Luis Rogério Link, foi identificado que sábados e domingo são os dias em que há maior circulação de pessoas. "A medida busca evitar a proliferação do vírus. Entretanto, é fundamental que a população colabore, use máscara, lave bem as mãos e mantenha o distanciamento social", disse.

Neste fim de semana e no outro, só estará permitido o funcionamento de postos de gasolina, restaurantes, lojas de materiais de construção, ferragens, supermercados, farmácias, lotéricas e distribuidoras de gás. Entretanto, estes estabelecimentos devem manter as medidas de distanciamento, higienização e ocupação dos espaços.

Equipes da saúde e da Vigilância estão mapeando e monitorando familiares e demais pessoas que tiveram contato com os infectados a fim de identificar sintomas para fazer a testagem. Simultaneamente, servidores da prefeitura e Guarda Municipal realizam incursões na cidade distribuindo máscaras e orientando sobre a obrigatoriedade do uso do item de proteção individual. Em pouco mais de uma semana, foram entregues cerca de 700 unidades em locais onde há maior movimentação e passagem de pessoas. A cidade contabiliza nove mortes de pacientes com Covid-19.

INFORMAIS PODEM REABRIR EM RIO GRANDE

■ Novo decreto da Prefeitura de Rio Grande autoriza o funcionamento do comércio informal. A alteração considera a existência de pontos organizados para a prática e a abrangência da atividade, que é responsável pelo sustento de diversas pessoas. Entre as regras está o funcionamento das 10h às 19h e um atendente no máximo por unidade. Um plano de revezamento deverá ser apresentado pelos administradores. Cartazes devem ser fixados nos acessos informando a capacidade permitida de pessoas, que é de no máximo 30% da lotação. Os corredores de acesso devem estar sempre livres e ter álcool em gel.

URUGUAIANA

Obras de ginásio em fase final

As obras do Ginásio Municipal de Esportes de Uruguaiana, em andamento desde novembro de 2019, devem estar finalizadas na segunda quinzena deste mês. Conforme o secretário municipal de Planejamento Estratégico, Carlos Prudêncio, 75% dos trabalhos foram concluídos nesta semana. "O tempo da obra segue a previsão contratual, apesar do período de interrupção do processo em razão da pandemia do novo coronavírus." Segundo ele, os vestiários e banheiros estão prontos, assim como as rampas de entrada e saída e a ampliação da quadra poliesportiva. As arquibancadas têm capacidade para 1,6 mil espectadores. "A área para cadeirantes também amplia a acessibilidade", destaca.

O novo sistema de iluminação está instalado e o telhado foi renovado. Esta fase, considerada como primeiro estágio da obra, corresponde a R$ 717 mil, custeada por emenda parlamentar de R$ 487 mil, além do aporte da prefeitura no valor de R$ 230 mil. A segunda etapa prevê abranger a montagem de restaurantes, entrada com maior amplitude e segurança e instalação de camarins. Os custos das melhorias também serão cobertos por emenda parlamentar de R$ 500 mil. Todos os recursos investidos no complexo são de rubricas exclusivas destinadas à área de esportes.

SÃO LEOPOLDO

Cirurgias eletivas são retomadas

Será retomado nesta sexta-feira o Mutirão de Cirurgias Eletivas na cidade de São Leopoldo. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, os procedimentos ficaram suspensos por mais de 60 dias devido à pandemia do novo coronavírus. A realização dos procedimentos retorna seguindo todos os cuidados de afastamento e protocolos de higiene. "Estamos retomando o mutirão de cirurgias eletivas juntamente com a volta gradativa de vários outros serviços pela Secretaria Municipal de Saúde, com o cuidado de avaliação da situação da pandemia, para garantir que as pessoas sejam atendidas sem correr riscos", explica o titular da pasta, Ricardo Charão.

Ainda conforme ele, a fila de espera atual soma 583 pacientes aguardando por cirurgias, sendo 303 de hérnia e 280 de vesícula. Com o recurso de R$ 450 mil, proveniente de uma emenda parlamentar, será possível diminuir a demanda reprimida até o momento. No Hospital Centenário, serão realizadas 16 cirurgias por semana, sempre nas sextas e nos sábados. Já as consultas pré-operatórias semanais, retomadas no dia 26 de maio, seguem ocorrendo nas terças e quartas.

direto ao ponto

Entrega de passaportes começa em Santa Maria

■ A Delegacia de Polícia Federal em Santa Maria retoma a entrega dos passaportes e Carteiras de Registro Nacional Migratório confeccionados e que foram solicitados antes das medidas relacionadas à pandemia. Os documentos podem ser retirados a partir desta quinta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 17h. A entrega obedecerá às normas sanitárias de higiene e distanciamento. A confecção de novos documentos continuam suspensas enquanto durarem as ações restritivas. Para os casos de necessidade comprovada da emissão, os interessados devem entrar em contato com o Núcleo de Imigração da Delegacia de PF, pelo (55) 3218-9040 e 3218-9041.

Hospital da UFPel busca doações para insumos

■ Referência para Covid-19 no município de Pelotas, o Hospital Escola da UFPel tem 22 leitos para o tratamento da doença pelo Sistema Único de Saúde. Para a criação de novos espaços, a instituição está solicitando doações em dinheiro, que serão destinadas à compra de insumos e equipamentos. As doações de qualquer valor podem ser realizadas na conta da Fundação Delfim Mendes Silveira no Banco do Brasil: agência 3798-2, conta 6553-6, CNPJ 03703102/0001-61. Conforme a instituição, toda aquisição será publicada na página do Facebook do hospital.

CAXIAS DO SUL

MPT ajuíza ação contra frigorífico

O Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizou nesta quarta-feira ação civil pública com pedido de tutela de urgência em caráter antecipado contra um frigorifico em Caxias do Sul, solicitando o afastamento de todos os funcionários da empresa por no mínimo 14 dias. O pedido inclui que, a partir do 10º dia de afastamento, a empresa inicie a triagem e testagem das equipes.

A unidade, que tem 1,7 mil funcionários, registra 23 casos confirmados do novo coronavírus, com dois pacientes hospitalizados, conforme a Secretaria Municipal da Saúde. O MPT também requer a implementação de medidas de prevenção na planta frigorífica, a fim de viabilizar o retorno seguro dos empregados. O juiz titular da 6ª Vara do Trabalho caxiense, Marcelo Silva Porto, designou realização de audiência por videoconferência para esta sexta-feira.

A JBS informou que não comenta sobre processos judiciais em andamento. Reitera que tem como objetivo prioritário a saúde dos colaboradores e ressalta que desde o início da pandemia adota rígido protocolo de prevenção ao vírus na unidade de Caxias do Sul e em todas as plantas no Brasil. Segundo a empresa, entre as medidas estão o afastamento de pessoas do grupo de risco e daquelas com recomendação médica, ampliação da frota de transporte, desinfecção diária das unidades, medição de temperatura de todos antes do acesso às fábricas e ações de distanciamento social.

Publicações Legais

anuncie: anuncios@correiodopovo.com.br | ☎ (51) 3216.1615

A CPFL Transmissão Sul II., torna público que recebeu da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam) a Licença Prévia nº 112/2020 da Linha de Transmissão 230 KV OSÓRIO 3 - GRAVATAÍ 3 C1, pelo prazo de validade de 5 anos.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 10002256855

Edital de INTERDIÇÃO. Prazo do Edital: 20 DIAS. Objeto: Processo nº 5017484-17.2019.8.21.0001/RS. **Vara de Curatelas - Comarca de Porto Alegre**. Natureza: Interdição. Requerente: JOAO BERNARDO MARRANGHELLO CLARO. Requerente: ELENA MARANGHELLO CLARO. Requerente: ANA PAULA MARRANGHELLO CLARO. Requerente: ANA LUCIA MARRANGHELLO CLARO. Requerente: ANA CRISTINA MARRANGHELLO CLARO. Requerente: ANA CAROLINA MARRANGHELLO CLARO. Requerido: ELOI LUIZ CLARO. Objeto: Ciência a quem interessar possa de que foi decretada a INTERDIÇÃO do REQUERIDO(A): ELOI LUIZ CLARO, por sentença proferida em 28/02/2020. LIMITES DA INTERDIÇÃO: em relação aos atos da própria saúde, do patrimônio e dos negócios. CAUSA DA INTERDIÇÃO: CID10 G93.1. PRAZO DA INTERDIÇÃO: Indeterminado. CURADOR(A) NOMEADO(A): ANA CRISTINA MARRANGHELLO CLARO. SERVIDOR: Carlos Roberto Moraes. JUIZ DE DIREITO: Luís Gustavo Pedroso Lacerda.

AVISO DE RETIFICAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 04/2020

O MUNICÍPIO DE GUAPORÉ comunica aos interessados que, nos termos do artigo 21 §4° da Lei n° 8.666/93, o Edital de Concorrência Pública n° 04/2020, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA POR EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAL) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE NA RUA JOÃO MANOEL PEREIRA, TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A AVENIDA SÍLVIO SANSON E A RUA JOÃO PEDRO ORTIZ, GUAPORÉ/RS, ÁREA DE 8.851,50 M² - COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 007/2019 COM O BADESUL, COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS DO PATRIMÔNIO LIVRE,** foi retificado. **A data de disponibilidade da retificação é dia 04 de junho de 2020**. Mais informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal da Administração - Setor de Licitações pelo telefone (54) 3443 5717 ou através do site www.guapore.rs.gov.br. **VALDIR CARLOS FABRIS. Prefeito.**

CORSAN

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

AVISO DE LICITAÇÕES

A **CORSAN**, através da Superintendência de Licitações e Contratos - SULIC, torna público que realizará as seguintes licitações:

Pregão Eletrônico nº 0065/2020-SULIC/CORSAN
Objeto: Aquisição de Misturadores Submersos para a ETA de Gravataí/RS. **Prazo:** apresentação das propostas até às 14h do dia 19/06/2020, sendo que abertura das propostas ocorrerá a partir das 14h, e no dia 22/06/2020, às 10h, inicia-se a etapa de lances.

Pregão Eletrônico nº 0081/2020-SULIC/CORSAN
Objeto: Execução dos Serviços de Apoio Operacional e Comercial para atendimento ao Sistema de Distribuição de Água e de Esgotamento Sanitário - COP Viamão – SURMET. **Prazo:** apresentação das propostas até às 14h do dia 18/06/2020, sendo que abertura das propostas ocorrerá a partir das 14h, e no dia 19/06/2020, às 10h, inicia-se a etapa de lances. Os editais estarão à disposição no site www.corsan.com.br

Errata do Pregão Eletrônico nº 0079/2020-Alterado- SULIC/CORSAN
No Aviso de Licitação, publicado na edição do dia 03/06/2020, onde constou "18/05/2020" o correto é 18/06/2020".

Porto Alegre, 03 de junho de 2020.
Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN

economia

Maioria dos hotéis segue de portas fechadas

Flexibilizado há duas semanas, setor na Capital contabiliza um retorno tímido, com poucos empreendimentos reabertos

/ TURISMO

Adriana Lampert
adriana@jornaldocomercio.com.br

Flexibilizado para atuar há duas semanas, por enquanto o setor hoteleiro contabiliza um retorno tímido, com poucos empreendimentos reabertos. A partir de julho é que deve ocorrer uma abertura mais intensa dos estabelecimentos de hotelaria o que ainda vai depender do direcionamento dos governos municipal e estadual daqui por diante, e se houver redução de casos de infectados por Covid-19 na Capital. Segundo o presidente do Sindicato de Hotéis de Porto Alegre (SHPOA), Carlos Henrique Schmidt, cerca de 75% (80 empresas) haviam encerrado as atividades por conta da pandemia, e, destas, apenas 10% já retornaram às atividades. "A maioria segue fechada. Os grandes hotéis como o Deville o Plaza também não voltaram a funcionar. O Sheraton foi um dos poucos que nunca fechou", comenta o dirigente.

Contando com movimento "muito fraco" atualmente, a média de ocupação hoteleira em Porto Alegre está oscilando entre 10% e 15%, de acordo com os dados do SHPOA. "Como a malha aérea está com menos de 15% dos voos na ativa (cinco a seis por dia) isso reflete direto na ocupação hoteleira. pois 70% dos hóspedes da Capital chegam pelo aeroporto", explica Schmidt. Ele observa que as empresas que estão reabrindo optaram por voltar principalmente porque continuam pagando a mão de obra. "Se houver risco, as empresas que não voltaram a funcionar devem permanecer fechadas. Mas imaginamos que nos próximos dois meses essa situação possa estar superada", estima o dirigente.

De acordo com Schmidt, o SHPOA e o Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre (Sindha) criaram, um guia com a descrição do protocolo que deve ser seguido pelas empresas que funcionarem durante a pandemia. Uso de máscaras pelas equipes e hóspedes, álcool gel disponível em todos os ambientes, limpeza criteriosa e controle rígido do cumprimento destas medidas estão na lista, resume o gestor.

O setor está trabalhando somente com 50% da capacidade, o que acaba aumentando os custos das empresas do ramo hoteleiro, que estão investindo apenas na adequação de equipamentos de proteção individual para funcionários. "Devido à pandemia estamos um pouco atrasados com alguns projetos, mas ainda mantemos o planejamento de inaugurar o Ibis Style da avenida 24 de outubro em janeiro de 2021", comunica o COO Midscale e Econômico da AccorHotels Brasil, Olivier Hick.

O prédio construído pela Accor na 24 de outubro já foi finalizado e está em fase de receber a decoração interna, além de equipamentos e camas para os 130 apartamentos. "A ideia é finalizar tudo em quatro meses, para fazer uma pré- abertura em novembro e inaugurarmos no final de dezembro ou início de janeiro do ano que vem", reforça Hick. Somando 17 hotéis na Capital, a Accor havia reaberto apenas no último dia 23 de junho. "Estávamos trabalhando o Novotel Três Figueiras como um piloto deste momento, para ver como se dará a operação após este período de isolamento", ressalta. Em consequência, nesta segunda-feira, dia 01 de junho, reabriram também o Ibis POA Moinhos e o Ibis POA Aeroporto (duas franquias da Atrio).

Hick acredita que a reabertura dos outros hotéis da Acoor deve ocorrer a partir de 18 de junho. "Em todo o Brasil, estamos com 103 empreendimentos abertos e outros mais de 200 fechados." A reabertura das portas vai depender do comportamento dos clientes corporativos e das tripulações, sinaliza o executivo. "O desafio da reabertura passa pelo que irá acontecer nos próximos meses", resume.

Apenas 40% das empresas retornaram no Estado

Representando empresas de 468 municípios gaúchos, o Sindicato Intermunicipal da Hotelaria no Rio Grande do Sul (Sindihotel) registrou no período de isolamento social a ocorrência de uma média de 30% de demissões no setor. Contando com praticamente todos os empreendimentos associados fechados, a entidade representativa presidida pelo hoteleiro Manuel Suárez, tem expectativa de que as empresas retomem o funcionamento a partir da liberação das atividades em São Paulo. "A maioria dos nossos turistas é de negócios, portanto dependemos do retorno do turismo corporativo – cujo centro é a capital paulista –, que é o que de fato abastece os grandes polos regionais no Estado com hóspedes."

Ainda assim, Suárez diz que não acredita em uma retomada massiva. "Os hotéis que têm custos altos vão esperar o mercado estabilizar para que as operações não continuem dando prejuízos", avalia. Entre demissões, custos fixos, de energia, de água e gás, o passivo do setor hoteleiro gaúcho já é bem significativo, informa o dirigente - que também é vice-presidente do setor de turismo da Fecomércio-RS. Ele elogia os decretos municipais e estadual que definiram o fechamento das empresas. "Todo cuidado é pouco nesse momento. Estamos torcendo para que tudo se recupere o mais rápido possível, com protocolos respeitados rigorosamente para que não ocorram recaídas e nem seja necessário que as empresas fechem as portas novamente."

Segundo Suárez, o maior investimento do setor neste período de reabertura, será o uso da "criatividade para atender mais gente com menos recursos humanos" e para promover uma verdadeira redução de custos nas operações.

Intenção de consumo das famílias gaúchas despenca

A Intenção de Consumo das Famílias gaúchas (ICF-RS) despencou em maio, atingindo o menor patamar desde julho de 2018, em meio à crise do novo coronavírus. O índice medido pela Fecomércio-RS marcou 77,0 pontos, queda de 15,5% na comparação mensal e 15,7% em relação a maio do ano passado.

Todos os indicadores que compõem o índice tiveram queda expressiva na comparação com abril. O nível da renda familiar teve baixa de 10,5% (87,1 pontos). O nível de consumo atual também aprofundou a queda ao registrar 71,5 pontos (-12,3%). Já a perspectiva de consumir teve outra forte revisão e caiu 20,3% para 61,6 pontos na comparação mensal - em abril, já havia caído 20,8%.

"Muitos postos de trabalho formais foram fechados no Estado, totalizando uma perda de 75 mil vagas no mês, segundo dados do Caged. Nessas condições, e com a incerteza sobre os rumos da crise e da situação de emprego e financeira para todas as famílias, o consumo despencou e os gastos ficaram concentrados em bens básicos", avaliou o presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn, em nota.

PUBLICIDADE LEGAL

A CPFL Transmissão Sul II., torna público que recebeu da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam) a Licença Prévia nº 112/2020 da Linha de Transmissão 230 KV OSÓRIO 3 - GRAVATAÍ 3 C1, pelo prazo de validade de 5 anos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020
Neri Montepó, Pref. de Camp. do Sul-RS, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, torna público que realizará Licitação na Modalidade, Pregão Presencial com a finalidade de **ADQUIRIR CESTAS BÁSICAS E KITS DE HIGIENE**, com abertura da sessão pública para dia 17/06/2020 às 09h00min. Informações do Edital pelo fone: (54)-3366-1490 ou pelo site do município http://www.campinasdosul.rs.gov.br. Camp. do Sul/RS, 03/06/2020.
Neri Montepó - Prefeito

MUNICÍPIO DE SERTÃO SANTANA
TOMADA DE PREÇO Nº 05/2020
O Prefeito Municipal de Sertão Santana torna público que objetiva a aquisição de medicamentos, e que serão recebidos os cadastros até o dia 16/06/2020 até as 17 horas e a abertura dos envelopes dia 19/06/2020 as 9 horas. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura de Sertão Santana, sito a Rua 24 de Março, 1890. Informações pelo fone (51) 3495-1066, ou no site www.sertaosantana-rs.com.br. Sertão Santana, 03 de junho de 2020.
Irio Miguel Stein - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2020
O Município de Doutor Ricardo-RS, torna público que a Comissão Municipal de Licitações, reunir-se-á no dia 17 de junho de 2020, às 09:00 horas, no Setor de Licitações, no Centro Administrativo, sito na RS/332, no Km 21, nº 3.699, Centro, no Município de Doutor Ricardo-RS, Fone (51) 3612-2015, para receber propostas e documentação para aquisição e instalação de 01 (uma) rede de proteção da quadra do Ginásio Esportivo Municipal de Doutor Ricardo/RS, conforme CONVÊNIO SEL Nº061/2019 firmado entre o Município de Doutor Ricardo e a Secretaria Do Esporte e Lazer, em conformidade com o Termo de Referência (ANEXO I). Cópia do Edital no site www.doutorricardo.rs.gov.br e informações pelo telefone acima no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h. CATEA MARIA BORSATTO ROLANTE, PREFEITA MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE MARIANO MORO/RS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Nº 370/2020 - Edital Nº 6/2020 - Tipo: Tomada de Preço
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO, NA FORMA DE EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA BANDEIRA (3ª ETAPA), COM A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS DO MINISTÉRIO DO TURISMO, CONTRATO DE REPASSE Nº OGU Nº 887593/2019 E ALOCAÇÃO DE CONTRAPARTIDA MUNICIPAL. Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 24/06/20. Abertura dos Envelopes: 09: 00 do dia 24 de junho de 2020. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Miguel Detoni 201 - Centro, Mariano Moro – RS, pelo fone: (54) 3524-1141 Setor de Licitações ou pelo E-mail: licita@marianomoro.rs.gov.br, site: www.pmmarianomoro.com.br. Mariano Moro, 03 de junho de 2020. **IRINEU FANTIN - Prefeito Municipal**

BIASI leilões | EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE | RNI
1º Leilão: dia 12/Junho/2020 às 11h10 | 2º Leilão: dia 15/Junho/2020 às 11h10
Eduardo Consentino, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** - preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **TERRA NOVA RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIÁRIA – ALVORADA II - SPE LTDA,** CNPJ/MF: 09.401.224/0001-80, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 12 de Junho de 2020 às 11:10 horas. Segundo Leilão: dia 15 de Junho de 2020 às 11:10 horas.** Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 - conj. 22 - Vila Monte Alegre - São Paulo/SP. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: CASA 86**, tipo "B", da Quadra "H", do Condomínio Residencial **"TERRA NOVA RESERVA II**, com entrada nº 501 da Rua 02, nº 502, de frente para o Acesso 1, sendo a 32ª casa contada da esquerda para a direita de quem de frente se postar à aludida Quadra em um ponto qualquer do Acesso 1. Dita unidade possui área real total privativa de 58,63 m², área real total de uso comum de 1,46 m², área real total de 60,09 m² e a fração ideal de 0,003557 nas coisas de uso comum e fim proveitoso do condomínio, sendo a área de uso exclusivo de 143,00 m², medindo 6,50m de frente, ao **Oeste**, no alinhamento do Acesso1; 6,50m nos fundos, ao **Leste**, onde confronta com área de uso comum do condomínio; 22,00m ao **Norte**, onde se divide com o terreno da unidade 84; e 22,00m ao **Sul**, onde se divide com o terreno da unidade 88. Matrícula nº 64.559 do Ofício de Registro de Imóveis de Alvorada/RS. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 134.000,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 180.057,24.** Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 15 de Junho de 2020, às 11:10 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site **www.biasileiloes.com.br** , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, condomínio, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante.** O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista e em favor da Credora Fiduciária, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.
Mais informações: (11) 4083-2575 / www.biasileiloes.com.br

Suplentes da minoria - **Tairo Batista Pires Teixeira** , brasileiro, casado, Zootecnista, residente e domiciliado à Rua Sete de Setembro, 722 em São Sepé/RS, CPF 245.241.070-53, CI 1023547471 da SJS/RS. Verba honorária mensal para cada um dos conselheiros titulares no valor de R$ 1.882,00 (hum mil, oitocentos e oitenta e dois reais), em 13 (treze) remunerações no ano, sem correção monetária no período. **Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado. Esta Ata foi lida e lavrada às folhas 49 verso, 50 frente e verso e 51 frente e verso, do livro de Atas de Assembleias Gerais, e aprovada por todos os presentes. Presidente da Assembleia: **Viviane Pires Teixeira** ; Secretário da Assembleia: Alexandre Carter Manica, Acionistas: Viviane Pires Teixeira, p.p. Luiz Liberato Pires Correa, p.p. Leocarlos Girardello, p.p. Volney Freitas Teixeira, p.p. Gilberto Machado Costa, todos estes nominados representados por Viviane Pires Teixeira; p.p. Jader Pires Machado, p.p. Dora Alice Borges Machado, p.p. José Carlos Kessler todos estes nominados representados por Antonio Pires Correa, Antonio Pires Correa, Cintia Pires Scherer, p.p. Ligia Faria de Barros, p.p. Carlos Gari Rodrigues Faria, todos estes nominados representados por Alberto Faria de Barros, Alberto Faria de Barros, p.p. Edison Renato Denardin, representado por Alexandre Carter Manica, Jorge Luiz Machado Pires. Declaramos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada no livro próprio bem como são autênticas as assinaturas ali apostas.; Viviane Pires Teixeira - Presidente; Alexandre Carter Manica, Secretario. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul: Certifico registro sob o nº 7173677 em 07/05/2020 da Empresa Arrozeira Sepeense S/A, Nire 43300013375 e protocolo 205017908 - 04/05/2020. Autenticação: 81516DE9FF6A59F142952DC1F87FFD56548E8627. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A.

Protocolo: 2020000461650

CPFL TRANSMISSÃO SUL II

Torna público que recebeu da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam) a Licença de Instalação nº 284/2020 referente ao empreendimento - Linha de Transmissão 230 kV OSÓRIO 3 - GRAVATAÍ 3 C1, com validade de cinco (5) anos.

EVRECY PARTCIPAÇÕES LTDA.

Protocolo: 2020000461693

EVRECY PARTICIPAÇÕES LTDA.
REQUERIMENTO DE LICENÇA

A **EVRECY PARTICIPAÇÕES LTDA.,** CNPJ 08.543.286/0001-63, torna público que requereu à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (FEPAM), em 31/07/2020, a Licença Prévia (LP), para as Linhas de Transmissão e Seccionamentos em 525/230kV, denominado Projeto Minuano, (Processo FEPAM nº 6167-0567/20-7). As instalações, com 118 km de extensão, serão localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Caxias do Sul, Flores da Cunha, Pinto Bandeira, Veranópolis, Nova Roma do Sul, Bento Gonçalves e Farroupilha. Para subsidiar a solicitação da referida LP, foi protocolado na FEPAM, em 31/07/2020, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) em conformidade com a legislação aplicável. **CARLOS RIBEIRO -** Representante Legal.

GRANJAS 4 IRMÃOS S.A. AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Protocolo: 2020000461081

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRO-PECUÁRIO, INDUSTRIAL E MINERAL DO ESTADO DO PARÁ – PROPARÁ (EM LIQUIDAÇÃO) - CNPJ.MF 05.770.003/0001-28 | NIRE 433.000.334-65. Convocamos os acionistas da Companhia a reunirem-se em Assembleia Geral de Liquidação, no dia 04 de setembro de 2020, às 14h30min, na sede da Companhia na Av. Carlos Gomes, n. 328, conj. 711, sala “d”, Boa Vista, Porto Alegre, RS, para tratarem sobre a seguinte ordem do dia: a) deliberar sobre a prestação de contas dos atos e operações, bem como sobre o relatório e o balanço do estado do estado da liquidação. Porto Alegre, RS, 18 de agosto de 2020. Urbano Roxo de Oliveira – Liquidante.

Protocolo: 2020000461086

S.A. AGRO PASTORIL GRUPIÁ (EM LIQUIDAÇÃO) - CNPJ.MF 05.091.137/0001-12 | NIRE 43300064131. CONVOCAÇÃO: Convocamos os acionistas da Companhia a reunirem-se em Assembleia Geral de Liquidação, no dia 04 de setembro de 2020, às 14h, na sede da Companhia na Av. Carlos Gomes, n. 328, conj. 711, sala “d”, Boa Vista, Porto Alegre, RS, para tratarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos atos e operações do liquidante e deliberar a aprovação do relatório e o balanço do estado da liquidação. Porto Alegre, RS, 18 de agosto de 2020. Urbano Roxo de Oliveira – Liquidante.

MAISA MÁQUINAS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS S.A.

Protocolo: 2020000461123

MAISA MÁQUINAS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS S.A. CNPJ 92.750.231/0001-30 NIRE 43300008819. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA: CONVOCAÇÃO: Convocamos os Senhores Acionistas para reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se na sede social, Av. Pátria 817, em Porto Alegre-RS às 17:00 horas do dia 23 de

Jornal do Comércio
2º Caderno

Nº 69 - Ano 88

PUBLICIDADE LEGAL

Fed fará revisão da política monetária dos Estados Unidos

/ CONJUNTURA INTERNACIONAL

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, confirmou nesta quinta-feira (27), que a instituição realiza uma revisão em sua política monetária. Durante discurso virtual no simpósio de Jackson Hole, Powell lembrou que a meta de longo prazo do Fed para a inflação é de 2%.

Ele notou, porém, que se a inflação fica abaixo disso durante momentos de quadro econômico mais fraco, mas nunca acima quando a economia está forte, "então, ao longo do tempo, a inflação em média ficará abaixo de 2%". Diante disso, o Fed realizou a mudança anunciada nesta quinta-feira.

Powell disse que, no quadro atual, as famílias e as empresas tenderão a levar para baixo suas expectativas de inflação, contribuindo para a fraqueza dos preços. "Para evitar esse resultado e as dinâmicas adversas que poderiam advir, nosso comunicado indica que buscaremos alcançar inflação que na média fique em 2% ao longo do tempo", detalhou ele em seu discurso. "Portanto, após períodos em que a inflação ficar abaixo de 2%, a política monetária apropriada buscará atingir inflação moderadamente acima de 2% durante algum tempo", afirmou.

O presidente do Fed afirmou que "ainda há uma economia saudável", nos Estados Unidos, mas com a exceção do segmento afetado diretamente pela covid-19. "Se conseguirmos manter a doença sob controle, o restante da economia pode se recuperar relativamente rápido", comentou.

Powell destacou, contudo, que há um segmento da economia - "que envolve reunir as pessoas, alimentá-las, fazê-las voar pelo país, dormir em hotéis, entretê-las" - que terá "muita dificuldade para se recuperar".

O presidente do Fed previu que a crise da covid-19 será superada, "talvez com idas de vindas". Durante cerca de dois anos, porém, o desemprego deve seguir "relativamente alto", advertiu, com as pessoas nesses setores citados com dificuldade para encontrar trabalho.

S.A. AGRO PASTORIL GRUPIÁ
(EM LIQUIDAÇÃO)
CNPJ.MF 05.091.137/0001-12
NIRE 43300064131
CONVOCAÇÃO

Convocamos os acionistas da Companhia a reunirem-se em Assembleia Geral de Liquidação, no dia 04 de setembro de 2020, às 14h, na sede da Companhia na Av. Carlos Gomes, n. 328, conj. 711, sala "d", Boa Vista, Porto Alegre, RS, para tratarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos atos e operações do liquidante e deliberar a aprovação do relatório e o balanço do estado da liquidação.

Porto Alegre, RS, 18 de agosto de 2020.
Urbano Roxo de Oliveira – Liquidante.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRO-PECUÁRIO, INDUSTRIAL E MINERAL DO ESTADO DO PARÁ – PROPARÁ (EM LIQUIDAÇÃO)
CNPJ.MF 05.770.003/0001-28
NIRE 433.000.334-65

Convocamos os acionistas da Companhia a reunirem-se em Assembleia Geral de Liquidação, no dia 04 de setembro de 2020, às 14h30min, na sede da Companhia na Av. Carlos Gomes, n. 328, conj. 711, sala "d", Boa Vista, Porto Alegre, RS, para tratarem sobre a seguinte ordem do dia: a) deliberar sobre a prestação de contas dos atos e operações, bem como sobre o relatório e o balanço do estado da liquidação.

Porto Alegre, RS, 18 de agosto de 2020.
Urbano Roxo de Oliveira – Liquidante.

Vicêncio Paludo, Filhos & Cia Ltda.
CNPJ 91.615.039/0001-79 NIRE 43.2.0023855-3
Reunião Ordinária de Quotistas: Convocação

Convocamos os quotistas da Vicêncio Paludo, Filhos & Cia Ltda., para reunirem-se às 9h do dia 04/09/2020 na sede social situada na cidade de Nova Prata, RS, na Rua Itália nº 767, Distrito Industrial, Cep: 95.320-000, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia, a saber: (i) Tomar as contas dos administradores; e, (ii) Examinar, discutir e votar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2010, 31/12/2011, 31/12/2012, 31/12/2013, 31/12/2014, 31/12/2015, 31/12/2016, 31/12/2017, 31/12/2018 e 31/12/2019. Nova Prata, RS, 26/08/2020. **Arlindo Paludo** e **Idir Paludo** - Diretores.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA - FUMSSAR

AVISO DE LICITAÇÃO

A Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa torna público que, nos termos da Lei nº 8.666/93 de 21.06.1993 e da Lei nº 10.520/02, de 17.07.2002, realizará licitação conforme segue:
Pregão Presencial 19/2020 - REGISTRO DE PREÇOS para futura aquisição de reagentes e locação de equipamentos a serem utilizados no Hemocentro Regional de Santa Rosa e no Laboratório de Análises Clínicas da Fumssar. Abertura no dia 11/09/2020 às 13h30min.
Pregão Presencial 20/2020 - Contratação de prestação de serviço de corte de grama, poda de cerca viva e arbustos, controle e arranquio de plantas invasoras, com o recolhimento dos resíduos e posterior limpeza dos locais. Abertura no dia 14/09/2020 às 08h30min.
Pregão Presencial 21/2020 - REGISTRO DE PREÇOS para futura aquisições de tiras reagentes para detecção de glicemia capilar, caneta lanceadora e lancetas. Abertura no dia 11/09/2020 às 08h30min.
Os editais em seu teor encontram-se a disposição na Seção de Material e Patrimônio. Telefones para contato: (55)3513-5150/5102 e no site: www .fumssar.com.br. Santa Rosa, 28 de Agosto de 2020. **Rogério Silva dos Santos -** Diretor de Gestão Administrativa.

CPFL TRANSMISSÃO SUL II

Torna público que recebeu da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam) a Licença de Instalação nº 284/2020 referente ao empreendimento - Linha de Transmissão 230 kV OSÓRIO 3 - GRAVATAÍ 3 C1, com validade de cinco (5) anos.

MAISA MÁQUINAS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS S.A.

CNPJ 92.750.231/0001-30 NIRE 43300008819

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se na sede social, Av. Pátria 817, em Porto Alegre-RS às 17:00 horas do dia 23 de setembro de 2020, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 01) apreciação e votação das demonstrações contábeis e relatório da diretorias dos exercícios findos em 31.12.2016, 31.12.2017, 31.12.2018 e 31.12.2019; 2) aprovar as demonstrações contábeis findas em 31.12.2011 e 31.12.2012, como constou em Ata de AGOE (23.11.2016); 3) eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; 4) fixar a remuneração dos Administradores; 5) destinação dos recursos do resultado do exercício; 6) outros assuntos de interesse social. Porto Alegre-RS, 28 de agosto de 2020.

OSWALDO TORELLY GUTHEIL - PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA ON-LINE — CAIXA

PIETOSO LEILÕES — DESDE 1980

Carmen Gomes Pietoso, Leiloeira Pública Oficial inscrita na JUCISRS nº 075/89, com escritório na Av. Vicente Monteggia, nº 2.281, Cavalhada, Porto Alegre/RS, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF,** CNPJ nº 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário SUL, Quadra 4, Lotes 3/4, cidade de Brasília/DF, nos termos do instrumento particular de 21/10/2015, no qual figuram como Fiduciantes **JAIR BITTENCOURT CABREIRA,** brasileiro, Comerciário, RG nº 6021874398 - SSP/RS, CPF nº 374.253.070-49 e sua esposa **MARIA BERNARDETE TAVARES CABREIRA**, brasileira, Secretária, RG nº 5031938904 – SSP/RS, CPF nº 364.431.900-68, casados pelo regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes em Porto Alegre/RS, levará a **PÚBLICO LEILÃO ONLINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 11 de Setembro de 2020 às 14:00 horas, no ambiente virtual desta Leiloeira, o sítio: www.pietosoleiloes.lel.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 248.163,48,** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído do **Apartamento nº 319, no terceiro pavimento, bloco C, do Conjunto Alvorada, sito à Rua Adão Baino, 361**, de frente para a Rua Visconde de Macaé, à direita de quem se coloca de frente para a entrada do edifício que lhe fica pela Rua Adão Baino, sendo o segundo a contar da frente para os fundos, para quem se coloca de frente para a entrada, com a área real privativa de 59,2327 metros quadrados, e com a área real total de 65,7789m², constituído de sala de estar, vestíbulo de distribuição, dois dormitórios, sendo um deles com sacada, quarto de banho, cozinha e um terraço de serviço com tanque, a esta economia corresponde uma quota ideal de 567/31.101 nas dependências de uso comum e fim proveitoso do terreno. O terreno de forma retangular, resultante da fusão dos lotes 83, 84, 85, 86, 87, 88 e 89 e parte do lote 90, de esquina, medindo 71,00m de frente, ao leste, à Rua Adão Baino, por 35,50m de frente, ao norte, à Avenida Visconde de Macaé, confrontando-se, ao sul, com o restante do lote 90 do casal de Arthur Schwinn e, ao oeste, com propriedade que é ou foi de Irmãos Bernardi. **Bairro Cristo Redentor**, conforme Matrícula nº 83.013 do Registro de Imóveis da 4ª Zona de Porto Alegre/RS. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **25 de Setembro de 2020,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 120.628,41.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O arrematante pagará no ato o valor total da arrematação e a comissão da Leiloeira, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Caso haja arrematante, a escritura de venda e compra será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro (a) Oficial.

Info.: (51) 3247-1035 / 3241-5518 / 99909-8624 | www.pietosoleiloes.lel.br

---

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA ON-LINE — CAIXA

PIETOSO LEILÕES — DESDE 1980

Carmen Gomes Pietoso, Leiloeira Pública Oficial inscrita na JUCISRS nº 075/89, com escritório na Av. Vicente Monteggia, nº 2.281, Cavalhada, Porto Alegre/RS, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF,** CNPJ nº 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário SUL, Quadra 4, Lotes 3/4, cidade de Brasília/DF, nos termos do instrumento particular de 10/09/2012, no qual figuram como Fiduciantes **VALTER JOSÉ RAMOS BRITO,** brasileiro, aposentado, RG nº 9010302496 - SSP/RS, CPF nº 012.395.700-15 e s/m **HELENICE SEARA BRITO**, brasileira, do lar, RG nº 1020805642 – SJS/RS, CPF nº 942.450.290-72, casados pelo regime da comunhão universal de bens na vigência da Lei 6.515/77, residentes em Porto Alegre/RS, levará a **PÚBLICO LEILÃO ONLINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 11 de Setembro de 2020 às 14:00 horas, no ambiente virtual desta Leiloeira, o sítio: www.pietosoleiloes.lel.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 266.360,47,** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído do **Apartamento sob nº 101, do Edifício Sinhá Moça, à Rua José de Alencar, sob nº 750, no andar térreo ou 1º pavimento,** de frente, a direita de quem da rua olha para o edifício, com a área privativa de 77,50m² e área total de 87,11m², quota ideal de 4,64% no terreno e coisas comuns, o terreno mede 16,85m de frente à Rua José de Alencar, por 72,38m da frente ao fundo, em linha reta, dividindo-se pelo lado oeste, com o prédio nº 738, de João Carlos Bastian, e pelo lado leste, na mesma extensão de 72,38m, por uma linha quebrada com dois segmentos, o primeiro, partindo do alinhamento da rua mede 11,25m no sentido sul-norte, ao término deste no sentido leste-oeste, na extensão de 0,95m, e o seguinte na direção sul-norte, até atingir os fundos, limitando-se com imóvel de Antonio Nogueira Barbosa, entestando nos fundos, com imóvel de Francisco de Araujo Pereira, ao norte, na extensão de 15,90m. **Bairro Menino Deus.** Matrícula nº 29.286 do Registro de Imóveis da 5ª Zona de Porto Alegre/RS. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **25 de Setembro de 2020,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 61.192,15.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O arrematante pagará no ato o valor total da arrematação e a comissão da Leiloeira, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Caso haja arrematante, a escritura de venda e compra será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro (a) Oficial.

Info.: (51) 3247-1035 / 3241-5518 / 99909-8624 | www.pietosoleiloes.lel.br

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, VISANDO O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E SOLUÇÕES PARA APRIMORAR BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, COM SISTEMAS QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DOS CIDADÃOS E EXIGÊNCIAS LEGAIS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, MANTENDO UMA CONVERSÃO TOTAL DOS DADOS HISTÓRICOS, IMPLANTAÇÃO COM ADERÊNCIA E MODELAGEM DOS PROCESSOS INTERNOS, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO AOS USUÁRIOS, ASSIM COMO ACOMPANHAMENTO ASSISTIDO IN LOCO.
ABERTURA: 10/09/2020, às **08:30 HS.** Edital: www.unistalda.rs.gov.br. Informações: licitacao@unistalda.rs.gov.br ou (55) 3611-5108/5111.
Unistalda, RS, 27 de agosto de 2020. **JOSÉ AMÉLIO UCHA RIBEIRO,** Prefeito Municipal de Unistalda

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDA

Ailton de Sá Rosa, Prefeito Municipal de Esmeralda - RS, torna publico que realizará sessão de abertura de licitação conforme segue: **TOMADA DE PREÇO Nº 020/2020, TIPO DE LICITAÇÃO**: Menor Preço por Item, **OBJETO**: Aquisição de materiais para uso na UBS Antonio Dias Fernandes. **ABERTURA:** As 14:00 horas do dia 15 de setembro de 2020. Informações e Edital poderão ser Obtidos na Prefeitura Municipal de Esmeralda - RS, pelo Site www.esmeralda.rs.gov.br ou pelo fone (54) 3354-1222. Esmeralda, 28 de agosto de 2020. AILTON DE SÁ ROSA- Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE CAPÃO DO CIPÓ

Tomada de Preços nº 04/2020. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de reperfilamento asfáltico em trechos da Avenida Tancredo Neves. Data de abertura dia 16/09/2020 às 09:00 h na Sala de reuniões da Prefeitura. Edital pelo site: www.capaodocipo.rs.gov.br.

Capão do Cipó 27 de agosto de 2020.
Osvaldo Froner
Prefeito de Capão do Cipó.

Prefeitura Municipal de Santo Antônio das Missões

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2020

Tipo: Registro de Preço unitário por item. Objeto: Registro de preço unitário por Item, visando futuras aquisições de tubos de concretos. **Data de abertura dos envelopes: 09:00 do dia 14/09/2020. Local:** Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Santo Antônio das Missões/RS, sito à Avenida Prefeito José Nunes de Abreu, nº 6.000, centro, em Santo Antônio das Missões (RS). Edital e demais informações na Prefeitura Municipal de Santo Antônio das Missões/RS, sito à Av. Prefeito José Nunes de Abreu, 6000, Fone: (55) 3367-2000 – Ramal 216, pelo site www.santoantoniodasmissoes.rs.gov.br e pelo e-mail: licitacoes@santoantoniodasmissoes.rs.gov.br. Santo Antônio das Missões-RS, 27 de agosto de 2020. **PURANCI BARCELOS DOS SANTOS,** Prefeito Municipal.

Câmara Municipal de Porto Alegre

EDITAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE OS SEGUINTES PROJETOS DE LEI: PLCE 01/20 - DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DA TARIFA DE CONGESTIONAMENTO; PLCE 02/20 - INSTITUI A TAXA DE MOBILIDADE URBANA (TMU), E INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1973, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre,** no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 17 de setembro de 2020, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (https://zoom.us/), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/. O link para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local, bem como as instruções para acesso à plataforma ZOOM. A íntegra das proposições e a documentação respectiva poderão ser obtidas em: PLCE 01/20 - https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/135722; PLCE 02/20 - https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/135723. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, canal digital 61.3, e pelo Youtube em https://www.youtube.com/watch?v=kz_qMuOMNWA&ab_channel=TVC%C3%A2maraPortoAlegre.

Porto Alegre, 26 de agosto de 2020.
Vereador Reginaldo Pujol, Presidente.

COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICRED REGIÃO DOS VALES LTDA. – UNICRED REGIÃO DOS VALES

CNPJ 01.796.302/0001-80 NIRE 43400016007

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Realização de forma DIGITAL

O Presidente do Conselho de Administração da **COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICRED REGIÃO DOS VALES LTDA. – UNICRED REGIÃO DOS VALES**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, combinado com o artigo 28, ambos do Estatuto Social da Cooperativa, observado o disposto no art. 43-A da Lei nº 5.764, de 1971, bem como da regulamentação que lhe confere a Instrução Normativa nº 81, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração do Ministério da Economia, convoca os senhores associados, que nesta data somam 4.391 (quatro mil, trezentos e noventa e um), para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se de forma **DIGITAL**, conforme os indicativos abaixo: **DATA: 08 de setembro de 2020 (08/09/2020) HORÁRIO:** às **16h** (dezesseis horas), em primeira convocação, com presença de dois terços (2/3) dos cooperados em condições de votar; em segunda convocação, às **17h** (dezessete horas), com presença de metade mais um dos cooperados em dia com suas obrigações sociais, e; em terceira e última convocação, às **18h** (dezoito horas), com a presença mínima de 10 (dez) associados aptos a votarem. **AMBIENTE VIRTUAL:** mediante acesso à ferramenta ZOOM Webinar, através do link https://unicred.zoom.us/j/97851483991?pwd=b0tybzRzUU9scUlhNndVeGhnNURBQT09. As instruções para acesso serão disponibilizadas via e-mail.

ORDEM DO DIA

1) Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, relativamente ao exercício de 2019, compreendendo:
   a) Relatório da gestão;
   b) Balanço;
   c) Demonstração do resultado do exercício social;
   d) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
   e) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
   f) Parecer da Auditoria Independente.
2) Destinação das sobras ou rateio das perdas do exercício;
3) Eleição do Conselho Fiscal cujo mandato se estenderá até a posse dos que vierem a ser eleitos na AGO de 2023;
4) Fixação do valor das cédulas de presenças dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, dos honorários do Presidente e do Vice-Presidente, das diárias, bem como do montante para suportar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, a serem individualizados pelo Conselho de Administração, oportunamente;
5) Reforma e consolidação do Regulamento do Fundo de Contingência;
6) Homologação da utilização das taxas utilizadas nos contratos celebrados entre a Cooperativa e os cooperados, incluindo o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), nas operações ativas e passivas da Cooperativa;
7) Outros assuntos de interesse social, sem caráter deliberativo.

Finalmente informa que:

1) a documentação relacionada aos assuntos da assembleia estará disponível no acesso ao site da Unicred, bem como disponível durante toda a solenidade, em tempo real;
2) a assembleia será gravada e a checagem de presença será atestada em tempo real, ou por meio eletrônico disponibilizado pela Cooperativa, com expressa transcrição na ata; e
3) o ambiente digital da assembleia poderá ser acessado a partir da internet de computador, *smartphone* ou *tablet*, sendo que a Cooperativa disponibilizará suporte em tempo real para auxiliar os cooperados durante o conclave, cuja forma de contato será encaminhada, mediante instruções complementares, antes da data da Assembleia, além de estarem detalhadas no link de acesso disponibilizado ao cooperado através do seu e-mail.

Novo Hamburgo/RS, 28 de agosto de 2020.
Dr. Paulo Luiz Rech
Presidente

Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230 kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3



A CPFL Transmissão Sul II acompanha a sua vida e investe em infraestrutura para melhorar a qualidade do serviço de energia na sua região e, para isso, construirá a Linha de Transmissão de Energia LT de 230 kV SE Osório 3 – SE Gravataí 3.

Com isso, estamos incrementando a atual capacidade de fornecimento de energia e reduzindo o tempo de interrupções não programadas. Isso permitirá novos investimentos na região. Como em toda a implantação de obra de infraestrutura, algum impacto indesejado pode ocorrer na sua rotina. A CPFL Transmissão Sul II tomará todos os cuidados para evitar e reduzir esses transtornos no seu dia a dia.

Como posso me comunicar com a CPFL Transmissão Sul II?

No caso de dúvida ou reclamação em relação à essa obra, entre em contato por meio dos sites:
cpfl.com.br **/cpflenergia**

METS RESPEITO AMBIENTAL E COMPROMISSO SOCIAL

abg engenharia e meio ambiente

cpfl transmissão
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

Quanto tempo vai demorar e quem vai realizar as obras?

A duração prevista para a obra é de 12 meses. Os prestadores de serviços envolvidos são devidamente treinados na construção de projetos de transmissão de energia elétrica, considerando os cuidados com a comunidade, com o patrimônio pessoal e com o meio ambiente. Além disso, para facilitar a sua identificação, eles estarão devidamente uniformizados e com crachá da empresa que representam.

Quais são os cuidados com segurança que devo tomar durante a fase das obras?

Não invada áreas isoladas, fique atento às placas de sinalização e de segurança que serão colocadas no entorno da obra e ao trânsito de máquinas e equipamentos.

O que é a faixa de servidão de linhas de transmissão, e para que serve?

São as faixas do terreno, que passam a ter uso restrito ao longo do eixo da linha de transmissão de energia, também é conhecida como faixa de segurança, e serve para manutenção da Linha e prevenir acidentes elétricos e incêndios.

A quem pertence a faixa de servidão?

O domínio da faixa de servidão permanece com o proprietário, que terá restrições ao uso do solo, sendo devidamente indenizado quando de sua construção. A concessionária de energia, além do direito de passagem da Linha, possui o livre acesso às respectivas instalações, para manutenções periódicas.

Quais os cuidados com a segurança que devo tomar após a fase das obras?

- Nunca encoste ou mesmo chegue perto dos fios de alta tensão, o choque pode ser fatal;
- Nunca suba nas torres da Linha de Transmissão;
- Não permita que crianças soltem pipas perto dos fios de alta tensão. Essa brincadeira é muito divertida quando feita longe da rede elétrica;
- Não faça fogo perto, muito menos sob a linha de transmissão. O calor, mesmo quando não atinge os cabos, pode causar curto-circuito;
- Não construa sob a rede de energia ou na faixa de segurança. Existe a possibilidade de choque elétrico, mesmo sem contato com os fios e, caso um cabo venha a se romper, poderá provocar acidentes fatais;
- Não escave a terra ao longo da faixa ou próximo às torres, isso poderá danificar o sistema de proteção das redes;
- Fique longe da linha de transmissão em dias de chuva. Quando a umidade do ar está muito alta, há risco de fuga de energia para a estrutura da torre, o que pode causar descarga elétrica;
- É permitido o uso da faixa de servidão para algumas formas de plantio, como: hortaliças e pequenas lavouras (soja, feijão, milho, mandioca, etc.). Há restrições para o plantio de vegetação de grande porte (como por exemplo, pinus e eucalipto) cuja altura pode atingir mais de 3 metros na fase adulta;
- O plantio de cana-de-açúcar na faixa de servidão é proibido, pois estão sujeitos às queimadas que danificam e provocam o desligamento das linhas de transmissão, além da grande possibilidade de acidentes com maquinário;
- As cercas que atravessam a faixa de servidão deverão ser interrompidas com isoladores apropriados e aterradas.

cpfl transmissão
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

INFORMATIVO SOBRE AS OBRAS DE INSTALAÇÃO
LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA LT230KV SE OSÓRIO 3 - SE GRAVATAÍ 3

A CPFL Transmissão Sul II acompanha a sua vida e investe em infraestrutura para melhorar a qualidade do serviço de energia na sua região e, para isso, construirá a Linha de Transmissão de Energia LT de 230 kV SE Osório 3 – SE Gravataí 3.

Com isso, estamos incrementando a atual capacidade de fornecimento de energia e reduzindo o tempo de interrupções não programadas. Isso permitirá novos investimentos na região. Como em toda a implantação de obra de infraestrutura, algum impacto indesejado pode ocorrer na sua rotina. ACPFLTransmissão Sul II tomará todos os cuidados para evitar e reduzir esses transtornos no seu dia a dia.

Características da obra

Extensão total (km)	66,1
Número de estruturas	139 metálicas
Largura da faixa de servidão (m):	38 (19 para cada lado)
Duração prevista para a construção (meses)	10



Quanto tempo vai demorar e quem vai realizar as obras?

A duração prevista para a obra é de 10 meses. Os prestadores de serviços envolvidos são devidamente treinados e capacitados para construção de empreendimentos de transmissão de energia elétrica, bem como quanto aos os cuidados com a segurança das pessoas, com a comunidade, com o patrimônio pessoal e com o meio ambiente. Além disso, para facilitar a sua identificação, os colaboradores estarão devidamente uniformizados e com os respectivos crachás de identificação da empresa que representam.

Quais são os cuidados com segurança que devo tomar durante a fase das obras?

Não invada áreas isoladas, fique atento às placas de sinalização e de segurança que serão colocadas no entorno da obra e ao trânsito de máquinas e equipamentos.

O que é a faixa de servidão de linhas de transmissão, e para que serve?

São as faixas do terreno, que passam a ter uso restrito ao longo do eixo da linha de transmissão de energia, também é conhecida como faixa de segurança, e serve para manutenção da linha e prevenção de acidentes elétricos e incêndios.

A quem pertence a faixa de servidão?

O domínio da faixa de servidão permanece com o proprietário, que terá restrições ao uso do solo, sendo devidamente indenizado quando de sua construção. A concessionária de energia, além do direito de passagem da Linha, possui o livre acesso às respectivas instalações, para manutenções periódicas.

Etapas da Construção

Negociação Fundiária



Após a identificação das propriedades que serão utilizadas para construção da LT, haverá o cadastro dos proprietários, negociação e pagamento de indenizações pelo uso da terra.

Mobilização de Trabalhadores



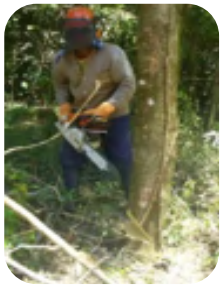
A obra receberá trabalhadores desde cedo. As equipes usarão uniformes e equipamentos de segurança e estarão orientadas para respeitar a população local e preservar o meio ambiente.

Topografia



A topografia será realizada antes e durante a construção para que a LT seja construída de acordo com o projeto de forma segura e rápida. Esta atividade é necessária para a correta construção do empreendimento.

Corte de Vegetação



Supressão da vegetação limitada as áreas necessárias e autorizadas para que o empreendimento opere com segurança. Busca-se suprimir o mínimo necessário da vegetação.

Escavação e Fundação



Escavação e construção dos pés das torres. Fique atento para evitar acidentes. Evite aproxima-se das atividades de construção da LT.

Montagem e Lançamento



As torres começam a ser montadas e levantadas. Depois desta ação, os cabos condutores são lançados. Evite aproximar-se. As equipes são especializadas e treinadas para levantar essas estruturas com segurança.

cpfl transmissão
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

INFORMATIVO SOBRE AS OBRAS DE INSTALAÇÃO
LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA LT230KV SE OSÓRIO 3 - SE GRAVATAÍ 3

Com base nos Estudos Ambientais, diversos Planos e Programas foram elaborados para auxiliar na execução das etapas de instalação do empreendimento, do início das obras até sua fase de operação. Estes programas são relatados a seguir:

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL
Orienta e auxilia as atividades de construção buscando a menor interferência sobre o meio ambiente.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Define as formas de comunicação do empreendedor com a comunidade para esclarecimentos sobre o empreendimento.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Estabelece a instrução dos colaboradores do empreendimento quanto à preservação ambiental e cuidados durante a construção.

PROGRAMAAMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO
Orienta a empresa construtora a realizar a construção atendendo as normas e as licenças ambientais.

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES
Determina os processos de controle de resíduos, assim como a sua correta destinação final.

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E ALTERADAS
Estabelece os procedimentos para recuperar ou restabelecer as áreas atingidas pelas atividades de construção do empreendimento.

PROGRAMA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE PROCESSOS EROSIVOS
Orienta a construtora a adotar práticas para prevenir a formação de erosões.

PROGRAMA DE CONTROLE E CONSERVAÇÃO DE ACESSOS
Define as responsabilidades da construtora em manter os acessos de uso para a construção em condições de trânsito.

PROGRAMA DE LIMPEZA DAS ÁREAS ASSOCIADAS À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO
Estabelece os procedimentos para remoção de resíduos decorrentes da construção na área do empreendimento.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE APPs
Determina as ações de proteção e conservação das áreas de preservação permanente ocorrentes na área do empreendimento.

PROGRAMA DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO
Orienta os procedimentos de corte da vegetação buscando minimizar os impactos ambientais.

PROGRAMA DE REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA
Apresenta a compensação florestal em conformidade com a supressão prevista para o empreendimento.

PROGRAMA DE COLETA DE GERMOPLASMA E RESGATE DE EPÍFITAS
Trata da coleta de sementes de espécies florestais nativas e salvamento e relocação de plantas hóspedes de outras, como bromélias e orquídeas.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO, AFUGENTAMENTO, RESGATE E TRANSPORTE DE FAUNA SILVESTRE
Determina os procedimentos a serem adotados em proteção a animais silvestres que porventura tenham contato direto com o empreendimento durante a sua construção.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE SINALIZADORES PAR AVIFAUNA
Trata do controle da eficiência dos dispositivos utilizados para advertir os pássaros da existência dos cabos da LT.

PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO E INDENIZAÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO E ACESSOS
É o programa que rege os procedimentos para as tratativas com os proprietários das terras que o empreendimento transpõe.

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO
Define os procedimentos quanto aos cuidados com o patrimônio arqueológico durante a construção do empreendimento.

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO POTENCIAL PALEONTOLÓGICO
Trata dos cuidados quanto à existência de fósseis durante a construção do empreendimento.

TIRE SUAS DÚVIDAS

1)As linhas de transmissão causam algum mal à saúde da população?
Não. Em diversas pesquisas realizadas, não há comprovação de que os campos eletromagnéticos gerados por linhas de transmissão causem mal à saúde pela permanência de pessoas na proximidade. Para ampliar sua segurança é importante respeitar a faixa de servidão.

2)Linhas de transmissão oferecem riscos durante tempestades?
Não. Mas durante o mau tempo pode ocorrer queda de raios nos cabos ou nas torres, o que é comum em estruturas altas. No entanto, as linhas de transmissão possuem cabos pára-raios que conduzem a descarga elétrica para o solo sem oferecer risco ao seu entorno.

3)O rádio e a TV sofrem interferência das linhas de transmissão?
As interferências são raras, porque a altura dos cabos e a largura da faixa de servidão são calculados levando em conta os níveis máximos dos campos eletromagnéticos, exatamente para evitar este tipo de ocorrência e mantê-los bem abaixo dos níveis de interferência.

4)É possível levar a energia da linha de transmissão para abastecer minha casa?
Isso não é possível, pois linha de transmissão conduz energia de alta tensão, centena de vezes maior do que a voltagem de uma casa, que é 110 ou 220 volts. Além disso, mexer na linha de transmissão coloca em risco a vida das pessoas que não tenham sido treinadas para isso.

5)Queimadas e danos podem causar falta de energia à minha casa?
Sim. Danos às linhas de transmissão podem comprometer todo o sistema de distribuição de energia, podendo acontecer a falta de energia temporária em sua casa. Por isso respeitar as regras de uso.

Como posso me comunicar com a CPFL Transmissão Sul II

No caso de dúvida ou reclamação em relação à essa obra, entre em contato por meio dos sites:

cpfl.com.br **/cpflenergia**

cpfl transmissão

Uma empresa do Grupo CPFL Energia

Relatório de Execução do Programa de Comunicação Social

LT 230kV SE Osório 3 – SE Gravataí 3

Emproflora

Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.

Osório- RS, abril de 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 1

2. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO PCS 1

3. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO 1

3.1. CANAL DE COMUNICAÇÃO PARA A COMUNIDADE DA AID 2

3.2. DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E CONTATO COM O PÚBLICO ALVO 2

I. DIVULGAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES AMBIENTAIS MUNICIPAIS 2

II. DIVULGAÇÃO À POPULAÇÃO 3

III. SINERGIA COM O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 4

4. CONSIDERAÇÕES 5

5. ANEXOS 7

ANEXO I – PANFLETO DE DIVULGAÇÃO PARA COMUNICAÇÃO SOCIAL

ANEXO II – RECIBOS DE ENTREGA ÀS INSTITUIÇÕES

ANEXO III – ANEXO III – REGISTROS FOTOGRÁFICO DA ENTREGA AOS CIDADÃOS

ANEXO IV – RECIBOS DE ENTREGA AOS CIDADÃOS

ANEXO V – FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ANEXO VI – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

1. INTRODUÇÃO

O presente documento consiste no Relatório de Execução e Implantação do Programa de Comunicação Social (PCS) referente a construção da Linha de Transmissão (LT) 230kV SE Osório 3 − SE Gravataí 3, empreendimento da CPFL Transmissão Sul II S.A.

Em abril de 2020 a CPFL quando entregou aos proprietários os documentos pertinentes às questões fundiárias, também realizou nesta ocasião a entrega do comunicado inicial (ANEXO I) sobre o empreendimento, como forma de estabelecer um canal de comunicação entre o empreendedor e as comunidades próximas ao empreendimento, objetivando oportunizar a troca de informações entre o empreendedor e a comunidade interessada, focando ao atendimento deste PCS. Nesta ocasião a entrega deste comunicado inicial foi realizada à totalidade dos proprietários. As atividades de atendimento ao PCS iniciaram em 12 de março de 2021, previamente à mobilização das frentes de obras que ocorreram no dia 13 de março de 2021 e o período de trabalho relativo a este relatório é de 12/03/2021 a 30/04/2021.

O Empreendimento conta com a Emproflora − Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda., responsável pela execução do programa, e pela IG como responsável pela obra civil.

2. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO PCS

O PCS está sendo realizado pelos técnicos Eng.º Florestal André Burmeister Martins, CREA RS 94478, ART n° 10739925, Biólogo Rodrigo da Cunha, CRBio n° 025605/03-D, ART n° 2020/20703 e Engº Fl. Guilherme Artur Paniz, CREA 140393, ART nº 11185841.

3. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período deste relatório foram realizadas as seguintes atividades.

- Criação de um canal de comunicação acessível entre empreendedor e as comunidades da AID;
- Início da distribuição de material informativo e contato com o público-alvo para fornecer informações sobre o empreendimento;
- Execução simultânea com o Programa de Educação Ambiental (PEA).

3.1. CANAL DE COMUNICAÇÃO PARA A COMUNIDADE DA AID

Previamente ao início das atividades, durante a etapa de tratativas junto aos proprietários, na oportunidade de entrega das propostas de valores e laudos de avaliação, também foram entregues os panfletos informativos, no contexto das atividades de comunicação social, visando levar informações sobre o empreendimento aos proprietários interferidos.

Os panfletos abordam uma ambientação com o advento do empreendimento, critérios básicos de segurança, esclarecimentos sobre a faixa de servidão e indica as vias de comunicação com a CPFL. A CPFL possui canal aberto e constante para dúvidas, reclamações e outras informações através do sítio eletrônico cpfl.com.br.

3.2. DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E CONTATO COM O PÚBLICO ALVO

I. DIVULGAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES AMBIENTAIS MUNICIPAIS

Em 12 de março de 2021 foi iniciada a divulgação dos panfletos às representações das comunidades próximas ao empreendimento.

A entrega dos panfletos foi dificultada por circunstância da pandemia COVID-19, não obtendo-se êxito à sua distribuição em todos os estabelecimentos planejados.

Buscando-se atingir a maior amplitude de distribuição, a distribuição foi realizada a outros setores representativos da sociedade, como também foi feita a entrega simultânea dos panfletos de educação ambiental.

Na ocasião da entrega do material, foi realizada a explanação do objetivo do programa e fornecidos esclarecimentos sobre dúvidas em relação ao empreendimento.

A tabela a seguir apresenta as instituições e datas em que foram entregues os panfletos. O ANEXO II apresenta os recibos de entrega às instituições.

Tabela 01 − datas e locais de entrega dos panfletos de comunicação social

Data	Instituição	Quantidade entregue (unids.)
12/03/201	Secretaria de Meio Ambiente – Osório/RS	50
12/03/21	Fundação Municipal de Meio Ambiente – Santo Antônio da Patrulha/RS	50
12/03/21	Departamento de Meio Ambiente – Gravataí/RS	50
12/03/21	Secretaria de Meio Ambiente – Glorinha/RS	50
14/04/21	Escola Municipal de Ensino Fundamental Ary Soares – Glorinha/RS	50
14/04/21	Escola Municipal de Educ. Fund. Mª Celma Mendes Peralta	50
19/04/21	Escola Municipal Luiz Francisco Panni – Osório/RS	50

Data	Instituição	Quantidade entregue (unids.)
19/04/21	Escola Municipal de Ensino Infantil Laranjinha – Osório/RS	50
19/04/21	Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Santo Antônio da Patrulha/RS	50
19/04/21	Desafio Jovem (reabilitação de dependentes químicos) – Osório/RS	50
20/04/21	Associação Comunitária Terapêutica Ecumênica	1
23/04/21	Secretaria Municipal de Educação – Santo Antônio da Patrulha/RS	50
Total		551

No pátio de obras do empreendimento os folhetos de comunicação social constam disponíveis em local acessível aos colaboradores e prestadores de serviços.

A tiragem de cópias realizada até o momento foi de 1.200 cópias, excedendo em 600% a tiragem mínima indicada no PCS.

Tendo em vista que devido às dificuldades de distribuição ao público objetivado no programa por decorrência da pandemia, foi realizada a distribuição às entidades ou cidadãos que se propusessem a recebê-las. Como resultado, até o momento já foram divulgadas mais de 600 unidades.

II. DIVULGAÇÃO À POPULAÇÃO

A possibilidade de contato com os proprietários, acedentes e lindeiros, além de cidadãos que possam eventualmente ser contactados durante o trabalho de divulgação do PCS também está sendo aproveitada para a distribuição dos folhetos. Neste caso, o registro de entrega é feito dentro das possibilidades ocasionais. Embora todas as pessoas contactadas estão aceitando de bom grado a entrega do material, algumas não se sentem à vontade para manifestarem-se ao registro. O registro tem sido feito através de ficha de recebimento e/ou fotografias.

No procedimento de entrega também ocorre a conversação em que são realizadas explanações sobre o empreendimento conforme a curiosidade da pessoa que está recebendo o material. São colocados também assuntos referentes às responsabilidades do empreendedor ao meio ambiente e à comunidade. O responsável pela divulgação estabelece a conversação buscando o mesmo nível linguístico para uma conversação facilitada e amigável.

A Tabela 02 a seguir apresenta o registro das datas e cidadãos que foram procurados para o atendimento ao PCS. Para estes, o registro foi por recibos, fotos ou apenas entregues. Também foram listados aqueles que não foram encontrados no local da propriedade. O registro de fotografias é apresentado no ANEXO III e os recibos são apresentados no ANEXO IV deste documento.

Tabela 02 – datas e destinatários da entrega dos panfletos de comunicação social

Nº	Data	Nome	Referência	Registro
1	29/04/21	Manoel Silveira	Proprietário	Recibo
2	29/04/21	Vera Lia Simas Lopes da Silva	Proprietário	Recibo
3	29/04/21	Enedino Simas da Silva	Proprietário	Recibo/foto
4	29/04/21	Antônio P. dos Santos	-	Recibo/foto
5	29/04/21	Miguel Grassi	Proprietário	Recibo/foto
6	29/04/21	Teresinha Ferri Dias da Silveira	Proprietário	Recibo/foto
7	29/04/21	Olindo Messagi	Proprietário	Recibo
8	29/04/21	Rosana dos Santos	Proprietário	Recibo
9	28/04/21	Tereza Luiza Collioni Ramos	Proprietário	Recibo
10	28/04/21	Luiz Francisco Collioni Ramos	Proprietário	Recibo
11	28/04/21	Francine M. de Camargo	-	Recibo
12	28/04/21	Fernanda Dias da S. Milanezi	Proprietário	Recibo
13	28/04/21	João Francisco Milanezi	Proprietário	Recibo
14	28/04/21	Ilda Milanezi Correa	Proprietário	Recibo
15	28/04/21	Maria de Lourdes Nunes	Proprietário	Recibo
16	28/04/21	José Carlos Dias da Silva	-	Recibo/foto
17	28/04/21	Pedro Messagi da Silva	Proprietário	Recibo/foto
18	27/04/21	Carla de L. Milanezi Correa	Proprietário	Recibo
19	23/04/21	Altair Antônio de Oliveira (p/Lucas G. de Oliveira)	Proprietário	Recibo
20	24/04/21	Maico Nunes da Silveira (p/Mª de Lourdes N. da Silveira)	Proprietário	Recibo
21	23/04/21	Luis S. Moisés	-	Não assina
22	23/04/21	Daniela da Silva Nunes	-	Recibo
23	23/04/21	Maria Conceição S. Ferreira	-	Não assina
24	23/04/21	Marcos C. Barrufi	Proprietário	Recibo
25	23/04/21	Fabiano Luis Airoldi	Proprietário	Recibo
26	23/04/21	Vergilista P. da Silveira	-	Recibo
27	23/04/21	Gilson da Silva Coelho	Proprietário	Não assina
28	23/04/21	Celso L. dos Santos	Proprietário	Recibo/foto
29	23/04/21	Sunival M. Flor	-	Recibo
30	23/04/21	Gilson Gomes de Bittencourt	-	Recibo
31	23/04/21	Sydnei de Quadros Barrufi	Proprietário	Recibo/foto
32	23/04/21	Henrique Brusque Barrufi	Proprietário	Recibo
33	23/04/21	Maria da Conceição Barrufi dos Santos	Proprietário	Recibo
34	27/04/21	João Luis dos Santos	Proprietário	Recibo
35	27/04/21	Jaques Alberto Barcelos	Proprietário	Recibo
36	15/04/21	Claudinor Milanezi Nunes	Proprietário	Foto
Total				

III. SINERGIA COM O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Programa de Educação Ambiental tem por objetivo transmitir à população a maior quantidade possível de informações sobre as práticas de mitigação, compensação, preservação e conservação adotadas pelo empreendedor em relação ao empreendimento. Este programa deve ser implantado conjuntamente com Programa de Comunicação Social quando do processo de difusão de informações ao público. Desta forma também foi elaborado e está sendo difundido conjuntamente com a execução do PCS, um folheto voltado à educação ambiental (ANEXO V).

O PCS também possui correlações com os demais programas ambientais previstos para o empreendimento, conforme apresenta o quadro a seguir.

Programas	Interação
Gestão Ambiental	formam uma ferramenta de extensão para conduzir a informação sobre as ações ambientais subsidiadas pelo empreendimento à população
Educação Ambiental	estruturam a divulgação dos valores ambientais e sociais ao público alvo
Ambiental para a Construção	levar ao público alvo a ciência sobre o entrosamento das atividades construtivas com o compromisso de preservação
Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes	Fomentar práticas de gestão de resíduos e incentivar a inovação de técnicas e processos de transformação racional
Recuperação de Áreas Degradadas	Difundir os benefícios sociais e econômicos das práticas preservacionistas.
Medidas Prevenção e Controle de Processos Erosivos	conjuntamente levam ao público alvo a conscientização sobre as ações preventivas do empreendedor
Controle e Conservação de Acessos	Apresentar à população diretamente atingida, as ações de zelo sobre os acessos de uso comum
Limpeza de Áreas Associadas à Implantação do Projeto	Assegurar aos proprietários os devidos cuidados com a organização e higiene nas suas propriedades
Monitoramento e Conservação de APPs	Incentivar e conduzir ao restabelecimento natural das APPs
Supressão de Vegetação	Esclarecer aos proprietários as ações de supressão, a destinação e uso final do produto da supressão
Reposição Florestal Obrigatória	Comunicar o cumprimento e a importância do cumprimento da medida compensatória
Coleta de Germoplasma e Resgate de Epífitas	conscientizar sobre a obrigatoriedade sobre a preservação do patrimônio genético
Monitoramento, Afugentamento, Resgate e Transporte de Fauna Silvestre	Dar conhecimento das atividades e práticas que serão adotadas por profissionais da área
Monitoramento de Sinalizadores para Avifauna	Dar conhecimento das atividades e práticas que serão adotadas por profissionais da área
Negociação e Indenização da Faixa de Servidão e Acessos	informar sobre a responsabilidade do empreendedor quanto ao resarcimento de eventuais prejuízos econômicos e patrimoniais aos proprietários ou arrendatários
Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico	Informar sobre as ações de preservação do patrimônio arqueológico
Acompanhamento e Monitoramento do Potencial Paleontológico	Informar sobre as ações de preservação do patrimônio paleontológico

4. CONSIDERAÇÕES

A divulgação está ocorrendo naturalmente à medida em que os proprietários e acessados são encontrados.

O material de divulgação também é entregue a pessoas que são eventualmente encontradas no entorno das atividades mesmo que não sejam moradores locais.

Os colaboradores e prestadores de serviços também receberam o material informativo no pátio de obras.

Apesar de eventuais dificuldades na entrega do material de comunicação social em alguns estabelecimentos, o deslocamento para a tentativa de entrega é aproveitado para promover a divulgação em locais não previstos anteriormente que se predispõem a receber o material.

A comunicação é complementada através de conversação dos técnicos quanto a eventuais questionamentos daqueles que recebem o material de divulgação.

A tiragem para divulgação ultrapassou a quota mínima prevista no PCS em 400% e deverá ser reimpressa devido à oportunidade de distribuição do material em locais além dos previstos.

O PCS manterá continuidade ao longo da execução das obras do empreendimento, portanto os locais previstos à entrega de material de divulgação que ainda não receberam pelo motivo principal de estarem fechados devido às restrições da pandemia são foco de entrega quando da possível disponibilidade de receberem.

Devido à previsão de nova tiragem de panfletos de divulgação, a entrega em estabelecimentos que não previstos no CPS continuarão sendo visitados para a entrega como forma de reforçar os propósitos deste programa.

5. ANEXOS

ANEXO I – PANFLETO DE DIVULGAÇÃO PARA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230 kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3



A CPFL Transmissão Sul II acompanha a sua vida e investe em infraestrutura para melhorar a qualidade do serviço de energia na sua região e, para isso, construirá a Linha de Transmissão de Energia LT de 230 kV SE Osório 3 – SE Gravataí 3.

Com isso, estamos incrementando a atual capacidade de fornecimento de energia e reduzindo o tempo de interrupções não programadas. Isso permitirá novos investimentos na região. Como em toda a implantação de obra de infraestrutura, algum impacto indesejado pode ocorrer na sua rotina. A CPFL Transmissão Sul II tomará todos os cuidados para evitar e reduzir esses transtornos no seu dia a dia.

Como posso me comunicar com a CPFL Transmissão Sul II?

No caso de dúvida ou reclamação em relação à essa obra, entre em contato por meio dos sites:
cpfl.com.br **/cpflenergia**

ETS RESPEITO AMBIENTAL E COMPROMISSO SOCIAL

aba engenharia e meio ambiente

cpfl transmissão
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

Quanto tempo vai demorar e quem vai realizar as obras?

A duração prevista para a obra é de 12 meses. Os prestadores de serviços envolvidos são devidamente treinados na construção de projetos de transmissão de energia elétrica, considerando os cuidados com a comunidade, com o patrimônio pessoal e com o meio ambiente. Além disso, para facilitar a sua identificação, eles estarão devidamente uniformizados e com crachá da empresa que representam.

Quais são os cuidados com segurança que devo tomar durante a fase das obras?

Não invada áreas isoladas, fique atento às placas de sinalização e de segurança que serão colocadas no entorno da obra e ao trânsito de máquinas e equipamentos.

O que é a faixa de servidão de linhas de transmissão, e para que serve?

São as faixas do terreno, que passam a ter uso restrito ao longo do eixo da linha de transmissão de energia, também é conhecida como faixa de segurança, e serve para manutenção da Linha e prevenir acidentes elétricos e incêndios.

A quem pertence a faixa de servidão?

O domínio da faixa de servidão permanece com o proprietário, que terá restrições ao uso do solo, sendo devidamente indenizado quando de sua construção. A concessionária de energia, além do direito de passagem da Linha, possui o livre acesso às respectivas instalações, para manutenções periódicas.

Quais os cuidados com a segurança que devo tomar após a fase das obras?

- Nunca encoste ou mesmo chegue perto dos fios de alta tensão, o choque pode ser fatal;
- Nunca suba nas torres da Linha de Transmissão;
- Não permita que crianças soltem pipas perto dos fios de alta tensão. Essa brincadeira é muito divertida quando feita longe da rede elétrica;
- Não faça fogo perto, muito menos sob a linha de transmissão. O calor, mesmo quando não atinge os cabos, pode causar curto-circuito;
- Não construa sob a rede de energia ou na faixa de segurança. Existe a possibilidade de choque elétrico, mesmo sem contato com os fios e, caso um cabo venha a se romper, poderá provocar acidentes fatais;
- Não escave a terra ao longo da faixa ou próximo às torres, isso poderá danificar o sistema de proteção das redes;
- Fique longe da linha de transmissão em dias de chuva. Quando a umidade do ar está muito alta, há risco de fuga de energia para a estrutura da torre, o que pode causar descarga elétrica;
- É permitido o uso da faixa de servidão para algumas formas de plantio, como: hortaliças e pequenas lavouras (soja, feijão, milho, mandioca, etc.). Há restrições para o plantio de vegetação de grande porte (como por exemplo, pinus e eucalipto) cuja altura pode atingir mais de 3 metros na fase adulta;
- O plantio de cana-de-açúcar na faixa de servidão é proibido, pois estão sujeitos às queimadas que danificam e provocam o desligamento das linhas de transmissão, além da grande possibilidade de acidentes com maquinário;
- As cercas que atravessam a faixa de servidão deverão ser interrompidas com isoladores apropriados e aterradas.

RESPEITO AMBIENTAL E COMPROMISSO SOCIAL
engenharia e meio ambiente
cpfl transmissão
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

ANEXO II – RECIBOS DE ENTREGA ÀS INSTITUIÇÕES

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: ___/___/___

Instituição: PREF. MUNICIP. DE OSÓRIO – SEC. MEIO AMB. E GESTÃO URBANA

Nome: Arthur Andrioli

Setor: Setor Técnico

Registro: _____

Recebido em 12/03/21
Ass.: Arthur Andrioli

OSÓRIO

Secretaria de Meio Ambiente – Osório/RS

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 12/03/2021

Instituição: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - STO. ANT. DA PATRULHA

Nome: Carla Oliveira

Setor: Protocolo

Registro: _____

SANTO ANTÔNIO DA PATR.

Fundação Municipal de Meio Ambiente – Santo Antônio da Patrulha/RS

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 12/03/21

Instituição: PREF. MUNIC. GRAVATAÍ

Nome: KENNEDY

Setor: DEP. MEIO AMBIENTE

Departamento De Meio Ambiente DMA
12/03/2021

Registro: _____

Departamento de Meio Ambiente – Gravataí/RS

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 12/03/21

Instituição: Secretaria de Meio Ambiente
Prefeitura de Glorinha

Rodrigo Beck Saldanha
Engenheiro Ambiental
CREA/RS 187805

Nome: Marcio Saldanha

Setor: SMMAIC

Registro: 5932

Secretaria de Meio Ambiente – Glorinha/RS

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 14 / 04 / 2021

Instituição: EMEF Ary Soares

Nome: Jeura Marques Cardoso Peixoto

Setor: Pedagógico

Registro:

GLORINHA

Escola Municipal de Ensino Fundamental Ary Soares – Glorinha/RS

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 14/04/2021

Instituição: Escola Municipal de E. Maria Celma Mendes Peralta

Nome: Sheila Santos da Rosa

Setor: Diretora

Registro:

Escola Municipal de Educ. Fund. Mª Celma Mendes Peralta - **Glorinha/RS**

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 19/04/2021

Instituição: Escola Municipal Luiz Francisco Panni
Ref. Educação Ambiental

Nome: Angela Oliveira / Diretora.

Setor: _____

Registro: _____

Escola Municipal Luiz Francisco Panni – Osório/RS

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 19/04/21

Instituição: E.M.E.I. Laranjinha

Nome: Alexandra Silveira Zanotto

Setor: Diretora

Registro: _____

Escola Municipal de Ensino Infantil Laranjinha – Osório/RS

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 19/04/21

Instituição: Sindicato dos Trabalhadores Rurais SAP

Nome: Regina Rosa dos Santos

Setor: _____

Registro: _____

Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Santo Antônio da Patrulha/RS

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa particípe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 13/04/21

Instituição: DESAFIO JOVEM OSÓRIO

Nome: WAGNER XAVIER

Setor: MONITOR

Registro: [illegible]

Desafio Jovem (reabilitação de dependentes químicos) – Osório/RS

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa particípe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 23/04/21

Instituição: Secretaria Municipal de Educação

Nome: Eduarda Menonge

Setor: Recepção

Registro: STO ANTÔNIO DA PATRULHA

Secretaria Municipal de Educação – Santo Antônio da Patrulha/RS

ANEXO III – REGISTROS FOTOGRÁFICO DA ENTREGA AOS CIDADÃOS



Foto – 1
Proprietário Antônio Pereira dos Santos



Foto – 2
Proprietário Miguel Grassi



Foto – 3
Proprietária Terezinha Ferri Dias da Silveira



Foto – 4
Proprietário Enedino Simas da Silva



Foto – 5
Proprietário José Carlos Dias da Silva



Foto – 6
Proprietário Pedro Messagi da Silva



Foto – 7
Proprietário Sidnei de Quadros Barrufi



Foto – 8
Proprietário Celso L. dos Santos



Foto – 9
Proprietária Maria da Graça (esposa de Arlindo Boeira da Silva)



Foto – 10
Proprietária Evani Nunes dos Santos



Foto – 11
Proprietária Nuesa Maria da Silva Barrufi



Foto – 12
Proprietária Maria Janete S. do Santos



Foto – 13
Proprietário Donato de Paula



Foto – 14
Morador próximo à E5-2



Foto – 15
Associação Comunitária Terapêutica Ecumênica, próxima ao empreendimento



Foto – 16
Morador próximo à E5-3



Foto – 17
Moradora próximo à E5-2



Foto – 18
Proprietário Claudinor Milanezi Nunes



Foto – 19
Proprietário de acesso à LT



Foto – 20
Proprietária de acesso à E3-2



Foto – 21
Proprietária de acesso à E4-2



Foto – 22
Proprietário de acesso à E5-1



Foto – 23
Proprietário de acesso à E4-1

ANEXO IV – RECIBOS DE ENTREGA AOS CIDADÃOS

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/22

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Manoel Silveira Assinatura: _____

Manoel Silveira

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/22

☐ Particular ☐ Proprietário ☒ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Vera Lia Simas da Silva Assinatura: Vera Lia

Vera Lia Simas Lopes da Silva

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/22

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Enedino Simas da Silva Assinatura:

Enedino Simas da Silva

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☐ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☐ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☐ Acessante ☒ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Antônio Pontes dos Santos Assinatura: _____ FOTO

Antônio P. dos Santos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/21

☐ Particular ☑ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Miguel Grassi Assinatura: _____ FOTO

Miguel Grassi

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento 29/04/21

☐ Particular ☑ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Teresinha Ferri Dias da Silveira Assinatura: _____ FOTO

Teresinha Ferri Dias da Silveira

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: OLINDO MESSAGI Assinatura: _____

Olindo Messagi

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: ROSANA DOS SANTOS Assinatura: _____

Rosana dos Santos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: TEREZA LUIZA ~~HENRIQUE~~ COLLIONI RAMOS Assinatura: _____

Tereza Luiza Collioni Ramos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/09/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Luiz Francisco Collioni Ramos Assinatura: _____

Luiz Francisco Collioni Ramos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☐ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/9/2021

☐ Particular ☑ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Francine M. de Camargo Assinatura: _____

Francine M. de Camargo

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☐ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/09/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☒ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Fernanda Dias da S. Milanezi Assinatura: _____

Fernanda Dias da S. Milanezi

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: JOÃO FRANCISCO MILANEZI Assinatura: _____

João Francisco Milanezi

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: ILDA MILANEZI CORREA Assinatura: _____

Ilda Milanezi Correa

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/04/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☒ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: MARIA DE LOURDES NUNES Assinatura: _____

Maria de Lourdes Nunes

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/04/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☐ Acessante ☒ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: JOSÉ CARLOS DIAS DA SILVA Assinatura: JOSÉ CARLOS DA SILVA

José Carlos Dias da Silva

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☐ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☐ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/04/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☐ Acessante ☒ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: PEDRO MESSAGI DA SILVA Assinatura: _____

Pedro Messagi da Silva

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 27/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: ILDA MILANEZI CORREA Assinatura: _____

Ilda Milanezi Correa

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 27/04/11

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: CARLA DE L. MILANEZI CORREA Assinatura: _____

Carla de L. Milanezi Correa

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 27/04/11

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: ROSANA DOS SANTOS Assinatura: _____

Rosana dos Santos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 27/04/11

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: ALTAIR ANTONIO DE OLIVEIRA Lucas Guimarães de Oliveira Assinatura: Lucas G. Oliveira

Altair Antônio de Oliveira (p/Lucas G. de Oliveira)

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 24/04/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☐ Acessante ☒ Outros Inventariante
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Maico Nunes da Silveira Assinatura: Maria de Lourdes Nunes da Silveira

Maico Nunes da Silveira (p/Mª de Lourdes N. da Silveira)

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Luis S. Moises Assinatura: _____

Luis S. Moisés

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☐ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ( ) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ( ) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☒ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Daniela da Silva Nunes Assinatura: Daniela da Silva Nunes

Daniela da Silva Nunes

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☐ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (__) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (__) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/12

☐ Particular ☐ Proprietário ☒ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Maria Conceição S. Ferreira Assinatura: _____

Maria Conceição S. Ferreira

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/12

☐ Particular ☑ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Marcos C. Barrufi Assinatura: _____

Marcos C. Barrufi

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/12

☐ Particular ☑ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Fabiano L. Airoldi Assinatura: _____

Fabiano Luis Airoldi

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☒ Particular ☐ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Vergilista P. da Silveira Assinatura: Vergilista

Vergilista P. da Silveira

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Gilson da Silva Coelho Assinatura: _____

Gilson da Silva Coelho

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Celso L. dos Santos Assinatura: Celso Santos

Celso L. dos Santos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☒ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Sunival M. Flor Assinatura: _____

Sunival M. Flor

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☐ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☒ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Gilson Gomes de Bittencourt Assinatura: _____

Gilson Gomes de Bittencourt

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☐ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ( ) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ( ) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Sydnei de Quadros Barrufi Assinatura: _____

Sydnei de Quadros Barrufi

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

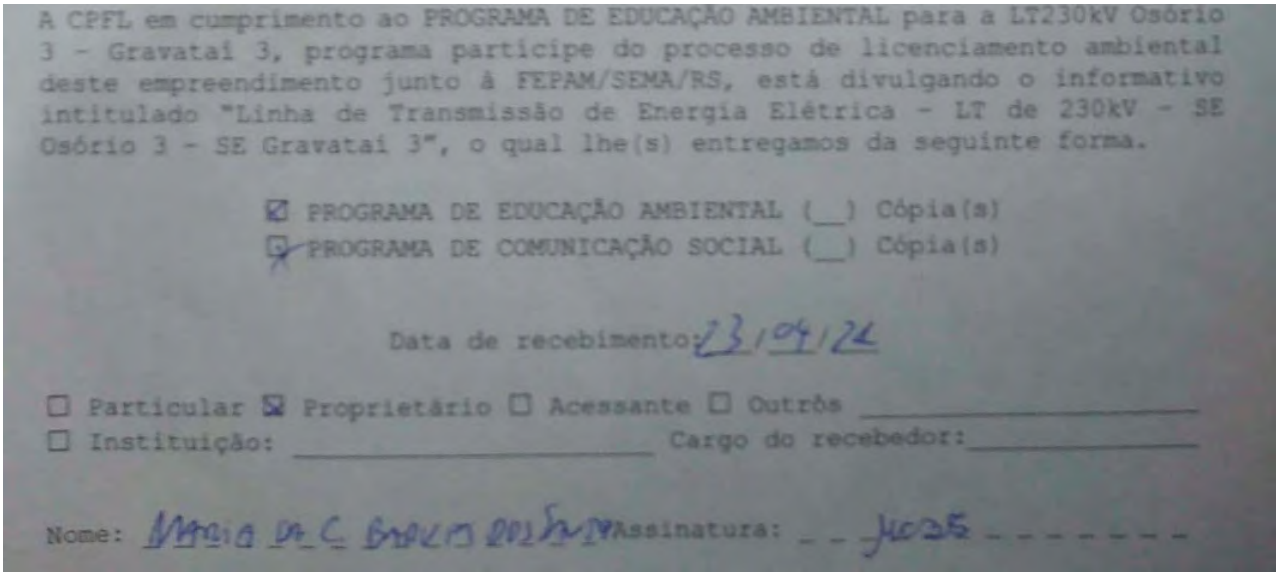
☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (__) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (__) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/22

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: HENRIQUE BRUSCH BARRUFI Assinatura: _____

Henrique Brusque Barrufi


A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (__) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (__) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/22

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: MARIA DA C. BARRUFI DOS SANTOS Assinatura: _____

Maria da Conceição Barrufi dos Santos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/05/22

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: JOÃO LUIS DOS SANTOS Assinatura: _____

João Luis dos Santos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (5) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 7/04/22

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: JAQUES ALBERTO BARCELOS Assinatura: _____

Jaques Alberto Barcelos

ANEXO V – FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

cpfl transmissão

Uma empresa do Grupo CPFL Energia

INFORMATIVO SOBRE AS OBRAS DE INSTALAÇÃO
LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA LT230KV SE OSÓRIO 3 - SE GRAVATAÍ 3

A CPFL Transmissão Sul II acompanha a sua vida e investe em infraestrutura para melhorar a qualidade do serviço de energia na sua região e, para isso, construirá a Linha de Transmissão de Energia LT de 230 kV SE Osório 3 – SE Gravataí 3.

Com isso, estamos incrementando a atual capacidade de fornecimento de energia e reduzindo o tempo de interrupções não programadas. Isso permitirá novos investimentos na região. Como em toda a implantação de obra de infraestrutura, algum impacto indesejado pode ocorrer na sua rotina. ACPFLTransmissão Sul II tomará todos os cuidados para evitar e reduzir esses transtornos no seu dia a dia.



Características da obra

Extensão total (km)	66,1
Número de estruturas	139 metálicas
Largura da faixa de servidão (m):	38 (19 para cada lado)
Duração prevista para a construção (meses)	10

Quanto tempo vai demorar e quem vai realizar as obras?

A duração prevista para a obra é de 10 meses. Os prestadores de serviços envolvidos são devidamente treinados e capacitados para construção de empreendimentos de transmissão de energia elétrica, bem como quanto aos os cuidados com a segurança das pessoas, com a comunidade, com o patrimônio pessoal e com o meio ambiente. Além disso, para facilitar a sua identificação, os colaboradores estarão devidamente uniformizados e com os respectivos crachás de identificação da empresa que representam.

Quais são os cuidados com segurança que devo tomar durante a fase das obras?

Não invada áreas isoladas, fique atento às placas de sinalização e de segurança que serão colocadas no entorno da obra e ao trânsito de máquinas e equipamentos.

O que é a faixa de servidão de linhas de transmissão, e para que serve?

São as faixas do terreno, que passam a ter uso restrito ao longo do eixo da linha de transmissão de energia, também é conhecida como faixa de segurança, e serve para manutenção da linha e prevenção de acidentes elétricos e incêndios.

A quem pertence a faixa de servidão?

O domínio da faixa de servidão permanece com o proprietário, que terá restrições ao uso do solo, sendo devidamente indenizado quando de sua construção. A concessionária de energia, além do direito de passagem da Linha, possui o livre acesso às respectivas instalações, para manutenções periódicas.

Etapas da Construção

Negociação Fundiária



Após a identificação das propriedades que serão utilizadas para construção da LT, haverá o cadastro dos proprietários, negociação e pagamento de indenizações pelo uso da terra.

Mobilização de Trabalhadores



A obra receberá trabalhadores desde cedo. As equipes usarão uniformes e equipamentos de segurança e estarão orientadas para respeitar a população local e preservar o meio ambiente.

Topografia



A topografia será realizada antes e durante a construção para que a LT seja construída de acordo com o projeto de forma segura e rápida. Esta atividade é necessária para a correta construção do empreendimento.

Corte de Vegetação



Supressão da vegetação limitada as áreas necessárias e autorizadas para que o empreendimento opere com segurança. Busca-se suprimir o mínimo necessário da vegetação.

Escavação e Fundação



Escavação e construção dos pés das torres. Fique atento para evitar acidentes. Evite aproxima-se das atividades de construção da LT.

Montagem e Lançamento



As torres começam a ser montadas e levantadas. Depois desta ação, os cabos condutores são lançados. Evite aproximar-se. As equipes são especializadas e treinadas para levantar essas estruturas com segurança.

cpfl transmissão

Uma empresa do Grupo CPFL Energia

INFORMATIVO SOBRE AS OBRAS DE INSTALAÇÃO
LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - LT230KV
SE OSÓRIO 3 - SE GRAVATAÍ 3

Com base nos Estudos Ambientais, diversos Planos e Programas foram elaborados para auxiliar na execução das etapas de instalação do empreendimento, do início das obras até sua fase de operação. Estes programas são relatados a seguir:

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL
Orienta e auxilia as atividades de construção buscando a menor interferência sobre o meio ambiente.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Define as formas de comunicação do empreendedor com a comunidade para esclarecimentos sobre o empreendimento.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Estabelece a instrução dos colaboradores do empreendimento quanto à preservação ambiental e cuidados durante a construção.

PROGRAMAAMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO
Orienta a empresa construtora a realizar a construção atendendo as normas e as licenças ambientais.

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES
Determina os processos de controle de resíduos, assim como a sua correta destinação final.

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E ALTERADAS
Estabelece os procedimentos para recuperar ou restabelecer as áreas atingidas pelas atividades de construção do empreendimento.

PROGRAMA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE PROCESSOS EROSIVOS
Orienta a construtora a adotar práticas para prevenir a formação de erosões.

PROGRAMA DE CONTROLE E CONSERVAÇÃO DE ACESSOS
Define as responsabilidades da construtora em manter os acessos de uso para a construção em condições de trânsito.

PROGRAMA DE LIMPEZA DAS ÁREAS ASSOCIADAS À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO
Estabelece os procedimentos para remoção de resíduos decorrentes da construção na área do empreendimento.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE APPs
Determina as ações de proteção e conservação das áreas de preservação permanente ocorrentes na área do empreendimento.

PROGRAMA DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO
Orienta os procedimentos de corte da vegetação buscando minimizar os impactos ambientais.

PROGRAMA DE REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA
Apresenta a compensação florestal em conformidade com a supressão prevista para o empreendimento.

PROGRAMA DE COLETA DE GERMOPLASMA E RESGATE DE EPÍFITAS
Trata da coleta de sementes de espécies florestais nativas e salvamento e relocação de plantas hóspedes de outras, como bromélias e orquídeas.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO, AFUGENTAMENTO, RESGATE E TRANSPORTE DE FAUNA SILVESTRE
Determina os procedimentos a serem adotados em proteção a animais silvestres que porventura tenham contato direto com o empreendimento durante a sua construção.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE SINALIZADORES PAR AVIFAUNA
Trata do controle da eficiência dos dispositivos utilizados para advertir os pássaros da existência dos cabos da LT.

PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO E INDENIZAÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO E ACESSOS
É o programa que rege os procedimentos para as tratativas com os proprietários das terras que o empreendimento transpõe.

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO
Define os procedimentos quanto aos cuidados com o patrimônio arqueológico durante a construção do empreendimento.

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO POTENCIAL PALEONTOLÓGICO
Trata dos cuidados quanto à existência de fósseis durante a construção do empreendimento.

TIRE SUAS DÚVIDAS

1)As linhas de transmissão causam algum mal à saúde da população?
Não. Em diversas pesquisas realizadas, não há comprovação de que os campos eletromagnéticos gerados por linhas de transmissão causem mal à saúde pela permanência de pessoas na proximidade. Para ampliar sua segurança é importante respeitar a faixa de servidão.

2)Linhas de transmissão oferecem riscos durante tempestades?
Não. Mas durante o mau tempo pode ocorrer queda de raios nos cabos ou nas torres, o que é comum em estruturas altas. No entanto, as linhas de transmissão possuem cabos pára-raios que conduzem a descarga elétrica para o solo sem oferecer risco ao seu entorno.

3)O rádio e a TV sofrem interferência das linhas de transmissão?
As interferências são raras, porque a altura dos cabos e a largura da faixa de servidão são calculados levando em conta os níveis máximos dos campos eletromagnéticos, exatamente para evitar este tipo de ocorrência e mantê-los bem abaixo dos níveis de interferência.

4)É possível levar a energia da linha de transmissão para abastecer minha casa?
Isso não é possível, pois linha de transmissão conduz energia de alta tensão, centena de vezes maior do que a voltagem de uma casa, que é 110 ou 220 volts. Além disso, mexer na linha de transmissão coloca em risco a vida das pessoas que não tenham sido treinadas para isso.

5)Queimadas e danos podem causar falta de energia à minha casa?
Sim. Danos às linhas de transmissão podem comprometer todo o sistema de distribuição de energia, podendo acontecer a falta de energia temporária em sua casa. Por isso respeitar as regras de uso.

Como posso me comunicar com a CPFL Transmissão Sul II

No caso de dúvida ou reclamação em relação à essa obra, entre em contato por meio dos sites:

cpfl.com.br **/cpflenergia**

ANEXO VI – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA-RS

ART Número
10739925

Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO
Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS094478 **Profissional:** ANDRÉ BURMEISTER MARTINS **E-mail:** andreburmeister@gmail.com
RNP: 2200690428 **Título:** Engenheiro Florestal
Empresa: NENHUMA EMPRESA **Nr.Reg.:**

Contratante

Nome: CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A. **E-mail:** jballiari@cpfl.com.br
Endereço: RODOVIA ENGENHEIRO MIGUEL NOEL NASCENTES BURNIER 1755 **Telefone:** (19) 3756-7227 **CPF/CNPJ:** 33062600000133
Cidade: CAMPINAS **Bairro.:** PARQUE SÃO QUIRINO **CEP:** 13088140 **UF:** SP

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A.
Endereço da Obra/Serviço: Avenida SÃO BORJA 2801 ÁREA DE CONCESSÃO DA CPFL **CPF/CNPJ:** 33062600000133
Cidade: SÃO LEOPOLDO **Bairro:** FAZENDA SÃO BORJA **CEP:** 93032525 **UF:** RS
Finalidade: AMBIENTAL **Vlr Contrato(R$):** 5.000,00 **Honorários(R$):** 5.000,00
Data Início: 02/03/2020 **Prev.Fim:** 02/03/2023 **Ent.Classe:** AGEF

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Coordenação Técnica	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Avaliação	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Fiscalização	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Gestão	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Inspeção	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Laudo Técnico	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Levantamento	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Mensuração	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Monitoramento Ambiental	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Orientação Técnica	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Parecer Técnico	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Perícia	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Supervisão	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Vistoria	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Observações	TODAS AS ATIVIDADES DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA	200,00	KM²
Observações	ABRANGÊNCIA DA CONCESSÃO DO EMPREENDEDOR.	200,00	KM²

ART registrada (paga) no CREA-RS em 06/05/2020

Campinas, 19 de novembro de 2.020	Declaro serem verdadeiras as informações acima	De acordo
Local e Data	ANDRÉ BURMEISTER MARTINS Profissional	Sidnei Leopoldo da Silva CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A. Contratante

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODERÁ SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK CIDADÃO - ART CONSULTA

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA-RS

ART Número
11185841

Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO
Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS00140393 **Profissional:** GUILHERME ARTUR PANIZ **E-mail:** guipaniz@gmail.com
RNP: 2200292384 **Título:** Engenheiro Florestal
Empresa: NENHUMA EMPRESA **Nr.Reg.:**

Contratante

Nome: CPFL TRANSMISSÃO II S.A. **E-mail:**
Endereço: RODOVIA ENGENHEIRO MIGUEL NOEL NASCENTES BURNIER KM 2,5 2801 **Telefone:** **CPF/CNPJ:** 33062600000133
Cidade: CAMPINAS **Bairro.:** PARQUE SÃO QUIRINO **CEP:** 13088900 **UF:** SP

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: CPFL TRANSMISSÃO II S.A.
Endereço da Obra/Serviço: Avenida SÃO BORJA 2801 ÁREA DE CONCESSÃO DA CPFL **CPF/CNPJ:** 33062600000133
Cidade: SÃO LEOPOLDO **Bairro:** FAZENDA SÃO BORJA **CEP:** 93032525 **UF:** RS
Finalidade: AMBIENTAL **Vlr Contrato(R$):** 1,00 **Honorários(R$):**
Data Início: 04/01/2021 **Prev.Fim:** 01/03/2023 **Ent.Classe:**

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Elaboração de Relatório	Meio Ambiente	200,00	KM²
Fiscalização	Meio Ambiente	200,00	KM²
Levantamento	Meio Ambiente	200,00	KM²
Monitoramento	Meio Ambiente	200,00	KM²
Orientação Técnica	Meio Ambiente	200,00	KM²
Supervisão	Meio Ambiente	200,00	KM²
Avaliação	Meio Ambiente	200,00	KM²

ART registrada (paga) no CREA-RS em 11/03/2021

Local e Data	Declaro serem verdadeiras as informações acima	De acordo
	GUILHERME ARTUR PANIZ	CPFL TRANSMISSÃO II S.A.
	Profissional	Contratante

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODERÁ SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK CIDADÃO - ART CONSULTA

Serviço Público Federal

CONSELHO FEDERAL/CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

1-ART Nº: **2020/20703**

CONTRATADO

2.Nome: RODRIGO DA CUNHA		3.Registro no CRBio: 025605/03-D	
4.CPF: 550.322.650-04	5.E-mail: harmonia-ambiental@hotmail.com		6.Tel: (51)32689740
7.End.: RUA COROADOS, 840		8.Compl.:	
9.Bairro: VILA ASSUNçãO	10.Cidade: PORTO ALEGRE	11.UF: RS	12.CEP: 91900-580

CONTRATANTE

13.Nome: EMPRESA DE PROJETOS FLORESTAIS E AMBIENTAIS LTDA.			
14.Registro Profissional:	15.CPF / CGC / CNPJ: 02.278.386/0001-23		
16.End.: AVENIDA GUAIBA 3854			
17.Compl.:	18.Bairro: VILA ASSUNCAO	19.Cidade: PORTO ALEGRE	
20.UF: RS	21.CEP: 91900-420	22.E-mail/Site:	

DADOS DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

23.Natureza : 1. Prestação de serviço

Atividade(s) Realizada(s) : Proposição de estudos, projetos de pesquisa e/ou serviços; Execução de estudos, projetos de pesquisa e/ou serviços; Execução de análise de projetos e processos; Execução de atividades de ensino e educação; Realização de consultorias/assessorias técnicas; Coordenação/orientação de estudos/projetos de pesquisa e/ou outros; Supervisão estudos/projetos de pesquisa e/ou outros serviços; Emissão de laudos e pareceres;

24.Identificação : LEVANTAMENTOS DE FAUNA E FLORA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SOCIOECONOMIA, COMUNICAÇÃO SOCIAL.

25.Município de Realização do Trabalho: SAO LEOPOLDO	26.UF: RS
27.Forma de participação: INDIVIDUAL	28.Perfil da equipe:
29.Área do Conhecimento: Botânica; Ecologia; Educação; Zoologia;	30.Campo de Atuação: Meio Ambiente

31.Descrição sumária : LEVANTAMENTO E MANEJO DA FAUNA E FLORA, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, LAUDOS E RELATÓRIOS AMBIENTAIS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ASSESSORIA FUNDIÁRIA E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DA CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A. EM SUA ÁREA DE CONCESSÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

32.Valor: R$ 3.900,00	33.Total de horas: 1600	34.Início: DEZ/2020	35.Término: DEZ/2022

36. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Data:	Data:
Assinatura do Profissional	Assinatura e Carimbo do Contratante
	André Burmeister Martins Engº. Florestal CREA/RS 94078 Diretor Administrativo - Empreitora

37. LOGO DO CRBio

CRBio-03

38. SOLICITAÇÃO DE BAIXA POR CONCLUSÃO

Declaramos a conclusão do trabalho anotado na presente ART, razão pela qual solicitamos a devida BAIXA junto aos arquivos desse CRBio.

Data: / /	Assinatura do Profissional	
Data: / /	Assinatura e Carimbo do Contratante	

39. SOLICITAÇÃO DE BAIXA POR DISTRATO

Data: / /	Assinatura do Profissional
Data: / /	Assinatura e Carimbo do Contratante

CERTIFICAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS

NÚMERO DE CONTROLE: 3200.4455.5083.5397

OBS: A autenticidade deste documento deverá ser verificada no endereço eletrônico www.crbio03.gov.br

cpfl transmissão

Uma empresa do Grupo CPFL Energia

Relatório de Execução do Programa de Educação Ambiental

LT 230kV SE Osório 3 – SE Gravataí 3

Emproflora

Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.

Osório- RS, abril de 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 1

2. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO PEA 1

3. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO 1

3.1. DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E CONTATO COM O PÚBLICO ALVO 2

I. PALESTRAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL AOS COLABORADORES 2

II. DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO A PROPRIETÁRIOS, MORADORES DE ÁREAS DE ACESSO, LINDEIROS, TRANSEUNTES E DEMAIS INTERESSADOS 2

III. SINERGIA COM O PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 6

4. CONSIDERAÇÕES 7

5. ANEXOS 9

ANEXO I – PALESTRAS E DIÁLOGOS DE MEIO AMBIENTE VOLTADOS AOS COLABORADORES

ANEXO II – REGISTROS FOTOGRÁFICO DA ENTREGA AOS CIDADÃOS

ANEXO III – RECIBOS DE ENTREGA À POPULAÇÃO

ANEXO IV – RECIBOS DE ENTREGA ÀS INSTITUIÇÕES

ANEXO V – FOTOGRAFIAS DE ESCOLAS FECHADAS

ANEXO VI – FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ANEXO VII – FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ANEXO VIII – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

1. INTRODUÇÃO

O presente documento consiste no primeiro Relatório de Execução e Implantação do Programa de Educação Ambiental (PEA) referente a construção da Linha de Transmissão (LT) 230kV SE Osório 3 – SE Gravataí 3, empreendimento da CPFL Transmissão Sul II S.A.

As atividades de atendimento ao PEA iniciaram em 12 de março de 2021, previamente à mobilização das frentes de obras que ocorreram no dia 13 de março de 2021 e o período de trabalho relativo a este relatório é de 12/03/2021 a 30/04/2021.

O Empreendimento conta com a Emproflora – Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda., responsável pela execução do programa, e pela IG como responsável pela obra civil.

2. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO PEA

O PEA está sendo realizado pelos técnicos Eng.º Florestal André Burmeister Martins, CREA RS 94478, ART n° 10739925, Biólogo Rodrigo da Cunha, CRBio n° 025605/03-D, ART n° 2020/20703 e Engº Fl. Guilherme Artur Paniz, CREA 140393, ART nº 11185841.

3. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período deste relatório foram realizadas as seguintes atividades.

- Realização de palestras de educação ambiental e diálogos de meio ambiente para os colaboradores do empreendimento;
- Distribuição de material de divulgação às propriedades atingidas pela instalação;
- Distribuição de material de divulgação a proprietários, moradores de áreas de acesso, lindeiros, transeuntes e demais interessados;
- Distribuição de material de divulgação às instituições de ensino;
- Distribuição de material de divulgação a instituições de circulação pública;
- Execução simultânea com o Programa de Comunicação Social (PCS).

3.1. DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E CONTATO COM O PÚBLICO ALVO

I. PALESTRAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL AOS COLABORADORES

As palestras de educação ambiental aos colaboradores, assim como também os diálogos de meio ambiente que são regularmente realizados no pátio de obras e na área do empreendimento consistem em procedimento contemplado em distintos programas do Relatório do Detalhamento dos Programas Ambientais, como forma de instruir o pessoal a práticas voltadas à preservação e sustentabilidade. Esse processo em si promove a troca de conhecimentos voltados à área ambiental, sendo considerado como parte fundamental do programa de educação ambiental aos colaboradores.

As reuniões ambientais realizadas tiveram como principal referência a Licença de Instalação do empreendimento onde constam as principais solicitações da Fepam voltadas à correta execução das atividades potencialmente impactantes.

O ANEXO I apresenta o registro das palestras e diálogos de meio ambiente voltados aos colaboradores.

II. DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO A PROPRIETÁRIOS, MORADORES DE ÁREAS DE ACESSO, LINDEIROS, TRANSEUNTES E DEMAIS INTERESSADOS

A divulgação do material de educação ambiental objetiva dar acesso a esta informação ao maior número de pessoas possível. Desta forma o folheto de educação ambiental tem sido entregue a todos aqueles que os técnicos de campo tenham contato. O panfleto de educação ambiental está sendo entregue aos proprietários ocasião da entrega do material, foi realizada a explanação do objetivo do programa e fornecidos esclarecimentos sobre dúvidas em relação ao empreendimento.

A possibilidade de contato com os proprietários atingidos e de acessos, lindeiros e cidadãos que possam eventualmente ser contactados durante o trabalho de divulgação do PEA também está sendo aproveitada para a distribuição dos folhetos. Neste caso, o registro de entrega é feito dentro das possibilidades ocasionais. Embora todas as pessoas contactadas estão aceitando de bom grado a entrega do material, algumas não se sentem à vontade para manifestarem-se ao registro. O registro tem sido feito através de ficha de recebimento e/ou fotografias.

No procedimento de entrega também ocorre a conversação em que são realizadas explanações sobre o empreendimento conforme a curiosidade da pessoa que está

recebendo o material. São colocados também assuntos referentes às responsabilidades do empreendedor ao meio ambiente e à comunidade. O responsável pela divulgação estabelece a conversação buscando o mesmo nível linguístico para uma conversação facilitada e amigável.

A Tabela 01 a seguir apresenta o registro das datas e cidadãos que foram procurados para o atendimento ao PEA, os quais receberam também o material de divulgação do Programa de Comunicação Social. O registro da entrega ocorreu por recibos, fotos ou apenas entregues. O registro de fotografias é apresentado no ANEXO II e os recibos são apresentados no ANEXO III deste documento.

Tabela 01 – datas e destinatários da entrega dos panfletos de educação ambiental

Nº	Data	Nome	Referência	Registro
1	29/04/21	Manoel Silveira	Proprietário	Recibo
2	29/04/21	Vera Lia Simas Lopes da Silva	Proprietário	Recibo
3	29/04/21	Enedino Simas da Silva	Proprietário	Recibo/foto
4	29/04/21	Antônio P. dos Santos	-	Recibo/foto
5	29/04/21	Miguel Grassi	Proprietário	Recibo/foto
6	29/04/21	Teresinha Ferri Dias da Silveira	Proprietário	Recibo/foto
7	29/04/21	Olindo Messagi	Proprietário	Recibo
8	29/04/21	Rosana dos Santos	Proprietário	Recibo
9	28/04/21	Tereza Luiza Collioni Ramos	Proprietário	Recibo
10	28/04/21	Luiz Francisco Collioni Ramos	Proprietário	Recibo
11	28/04/21	Francine M. de Camargo	-	Recibo
12	28/04/21	Fernanda Dias da S. Milanezi	Proprietário	Recibo
13	28/04/21	João Francisco Milanezi	Proprietário	Recibo
14	28/04/21	Ilda Milanezi Correa	Proprietário	Recibo
15	28/04/21	Maria de Lourdes Nunes	Proprietário	Recibo
16	28/04/21	José Carlos Dias da Silva	-	Recibo/foto
17	28/04/21	Pedro Messagi da Silva	Proprietário	Recibo/foto
18	27/04/21	Carla de L. Milanezi Correa	Proprietário	Recibo
19	23/04/21	Altair Antônio de Oliveira (p/Lucas G. de Oliveira)	Proprietário	Recibo
20	24/04/21	Maico Nunes da Silveira (p/Mª de Lourdes N. da Silveira)	Proprietário	Recibo
21	23/04/21	Luis S. Moisés	-	Não assina
22	23/04/21	Daniela da Silva Nunes	-	Recibo
23	23/04/21	Maria Conceição S. Ferreira	-	Não assina
24	23/04/21	Marcos C. Barrufi	Proprietário	Recibo
25	23/04/21	Fabiano Luis Airoldi	Proprietário	Recibo
26	23/04/21	Vergilista P. da Silveira	-	Recibo
27	23/04/21	Gilson da Silva Coelho	Proprietário	Não assina
28	23/04/21	Celso L. dos Santos	Proprietário	Recibo/foto
29	23/04/21	Sunival M. Flor	-	Recibo
30	23/04/21	Gilson Gomes de Bittencourt	-	Recibo
31	23/04/21	Sydnei de Quadros Barrufi	Proprietário	Recibo/foto
32	23/04/21	Henrique Brusque Barrufi	Proprietário	Recibo
33	23/04/21	Maria da Conceição Barrufi dos Santos	Proprietário	Recibo
34	27/04/21	João Luis dos Santos	Proprietário	Recibo
35	27/04/21	Jaques Alberto Barcelos	Proprietário	Recibo
36	15/04/21	Claudinor Milanezi Nunes	Proprietário	Foto

Nº	Data	Nome	Referência	Registro
Total				

DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

A tabela a seguir apresenta as instituições e datas em que foram entregues os panfletos. O ANEXO IV apresenta os recibos de entrega às instituições.

Tabela 01 – datas e locais de entrega dos panfletos de comunicação social

Data	Instituição	Quantidade entregue (unids.)
19/04/21	Escola Municipal de Ensino Infantil Laranjinha – Osório/RS	50
19/04/21	Escola Municipal Luiz Francisco Panni – Osório/RS	50
14/04/21	Escola Municipal de Ensino Infantil Isdra Abraham Isdra – Santo Antônio da Patrulha/RS	50
14/04/21	Escola Municipal de Educ. Fund. Mª Celma Mendes Peralta	50
14/04/21	Escola Municipal de Ensino Fundamental Ary Soares – Glorinha/RS	50
30/04/21	Escola Estadual Santo Antônio da Patrulha – Sto. Antônio da Patrulha/RS	50
30/04/21	Escola Estadual de Ens. Médio Profª Gregória de Mendonça – Sto. Antônio da Patrulha/RS	50
30/04/21	Escola Estadual de Ens. Fundamental Nercy Rosa – Sto. Antônio da Patrulha/RS	50
30/04/21	Escola Estadual de Ens. Fundamental Visconde de Rio Branco – Sto. Antônio da Patrulha/RS	50
30/04/21	Escola Adventista Santo Antônio da Patrulha – Sto. Antônio da Patrulha/RS	50
Total		500

A tiragem de cópias realizada até o momento foi de mil e duzentas cópias, não havendo a previsão de tiragem mínima neste programa.

A abordagem temática do panfleto será alterada nas próximas tiragens visando ampliar o conteúdo de cunho educacional.

Tendo em vista que devido às dificuldades de distribuição ao público objetivado no programa por decorrência da pandemia, foi realizada a distribuição a qualquer entidade ou cidadão que se propusesse a recebê-las.

Em algumas escolas não houve ainda a possibilidade de entrega por estarem fechadas. Estas escolas são as seguintes:

- EEEF Deoclécio Ferrugem – Santo Antônio da Patrulha/RS
- EMEI Baby Pinguinho – Santo Antônio da Patrulha/RS
- EMEF José Anchieta – Santo Antônio da Patrulha/RS
- EMEI Ilha Encantada – Santo Antônio da Patrulha/RS
- EMEF São Marcos – Gravataí/RS
- EMEF Nova Conquista – Gravataí/RS

- EMEF Santa Madalena – Gravataí/RS
- EMEF Breno Jardim Garcia – Gravataí/RS
- EMEF Antônio Aires – Gravataí/RS
- EMEF Murialdo – Gravataí/RS
- EMEF Cecília Meirelles – Gravataí/RS

Ao consultar a Secretaria de Educação do Município de Santo Antônio da Patrulha, em contato telefônico com a Sra. Secretária de Educação Josélia Fraga, solicitamos os contatos telefônicos das escolas municipais, ao que a Sra. Secretária pediu que lhe fosse dirigido e-mail com a explicação da necessidade do atendimento ao licenciamento junto à Fepam/SEMA. Foi-lhe então enviado o e-mail com o seguinte teor:

Atendimento ao Programa de Educação Ambiental - CPFL Caixa de entrada × Atualizações ×

Emproflora Gmail <emproflora@gmail.com> 13 de abr. de 2021 16:57
para educacao

À Josélia Fraca
Secretária De Educação
Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha - RS

Prezada Secretária, boa tarde.

Venho por este em representação da CPFL Transmissão, concessionária responsável pelo empreendimento LT 230kV Osório 3 - Gravataí 3, com sua instalação prevista para ocorrer parcialmente em Vosso município, para solicitar-lhe aprovação para divulgação de material informativo na forma de panfletos conforme anexo, em algumas escolas do município, visando atender ao Programa de Educação Ambiental (PEA) aprovado pela Fepam/RS através do processo administrativo n°3493-05.67/20.4 pelo qual foi gerada a LI 00284/2020.

Outrossim, também venho solicitar-lhe o telefone para contato com estas escolas, as quais estão listadas na página nº24 do EPA, em anexo.

Estamos já agendados de entregar o material na data de amanhã para os municípios de Glorinha e Gravataí (creio que em Osório as escolas estejam sem expediente pois não atenderam as ligações que fizemos), sendo que, havendo possibilidade de nos fornecer estas informações até amanhã no turno da manhã, simplificaria bastante nosso deslocamento e nossos custos para a entrega deste material.

Desde já agradeço Vossa presteza e coloco-me à Vossa disposição para quaisquer esclarecimentos.

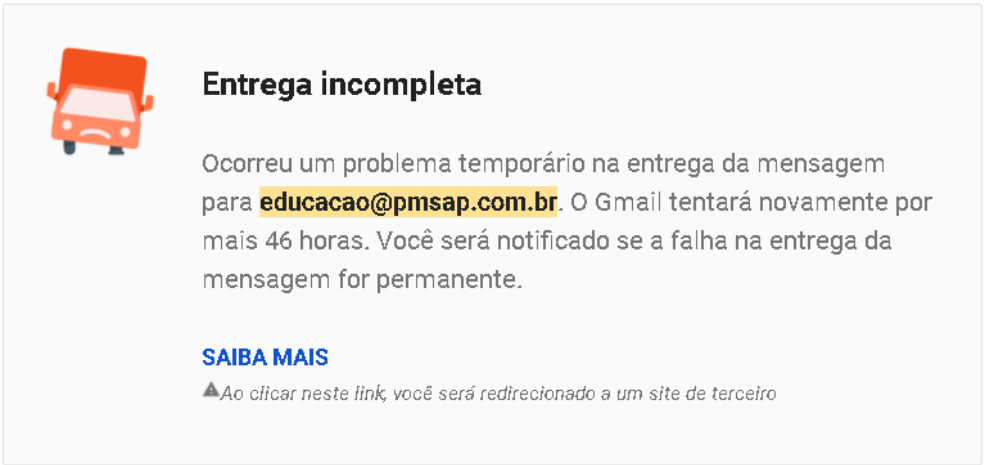
Atenciosamente,

André B. Martins

Emproflora

Cel: (51) 9 8448 7106

Sendo que em retorno recebemos a seguinte mensagem:



O mesmo e-mail foi confirmado no site do município e reenviado para a Secretaria de Educação, sendo que houve novamente o mesmo retorno.

Uma terceira tentativa de enviar então à Secretaria de Administração pedindo que através desta fosse solicitado um retorno da Secretaria de Educação, foi frustrada pelo mesmo motivo, como mostra a figura a seguir:



Devido a isto, um técnico foi designado a entrar em contato direto com a Secretaria de Educação o qual explicou a situação ao que lhe foi solicitado nosso e-mail para corresponderem, o que ainda não aconteceu, já passados mais de 10 dias. Na ocasião desta visita foram entregues à Secretaria de Educação 50 folhetos como forma de buscar cumprir, mesmo que parcialmente, o objetivo da divulgação.

Considerando que o programa será executado durante o processo de instalação do empreendimento, estas escolas constam na lista daquelas que serão abordadas à medida que estejam disponíveis para receber o material. O ANEXO V apresenta as fotografias de algumas escolas que estavam fechadas na tentativa de entrega de material.

III. SINERGIA COM O PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Programa de Comunicação Social tem por objetivo comunicar, relatar e interagir com o público-alvo, informações pertinentes ao empreendimento, elaborar e distribuir para a população material informativo de acompanhamento da obra, avaliar e veicular informações relacionadas às demandas dos demais programas ambientais e interrelacionar-se com os programas ambientais e principalmente com o Programa de Educação Ambiental.

Este programa deve ser implantado conjuntamente com Programa de Educação Ambiental quando do processo de difusão de informações ao público. Desta forma também foi elaborado e está sendo difundido conjuntamente com a execução do PEA, um folheto voltado à comunicação social (ANEXO VI) o qual é entregue com o folheto voltado à educação ambiental (ANEXO VII).

O PEA também possui correlações com os demais programas ambientais previstos para o empreendimento, conforme apresenta o quadro a seguir.

Programas	Interação
Gestão Ambiental	estruturam a divulgação dos valores ambientais e sociais ao público alvo
Comunicação Social	expandem a formação de conceitos e opiniões sobre os valores ambientais e sociais aos instrumentos de ação ambiental (planos e programas ambientais)
Ambiental para a Construção	Orientar, educar e conduzir os colaboradores da obra à correta postura frente a preservação e conservação ambiental
Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes	Instruir sobre as classes de resíduos, práticas criativas de redução e reuso.
Recuperação de Áreas Degradadas	Difundir os benefícios sociais e econômicos das práticas preservacionistas, apresentando as técnicas de ação no processo da educação
Medidas Prevenção e Controle de Processos Erosivos	Transmitir conhecimentos sobre práticas preservacionistas e de ações de controle
Controle e Conservação de Acessos	Demonstram a responsabilidade social do empreendedor quanto ao uso do patrimônio particular
Limpeza de Áreas Associadas à Implantação do Projeto	Demonstrar a importância da relação de cuidado e respeito com o patrimônio alheio
Monitoramento e Conservação de APPs	Demonstrar a importância ambiental do restabelecimento das condições naturais das APPs, assim como seus efeitos sociais
Supressão de Vegetação	Informar a relevância da necessidade da supressão e as medidas para evitar, reduzir e compensar os impactos gerados.
Reposição Florestal Obrigatória	Instruir sobre os benefícios e os propósitos da reposição florestal
Coleta de Germoplasma e Resgate de Epífitas	levar ao conhecimento da comunidade a importância e os benefícios da preservação do patrimônio genético natural.
Monitoramento, Afugentamento, Resgate e Transporte de Fauna Silvestre	demonstrar a importância da preservação da fauna nativa associada à preservação dos ecossistemas
Monitoramento de Sinalizadores para Avifauna	esclarecer os propósitos e a importância de obter-se informações sobre a dinâmica das aves frente ao empreendimento
Negociação e Indenização da Faixa de Servidão e Acessos	levar ao conhecimento da comunidade que além das ações sobre o meio ambiente, também haverá ações de ressarcimento de prejuízos à produção
Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico	transmitir conhecimentos sobre o patrimônio arqueológico
Acompanhamento e Monitoramento do Potencial Paleontológico	transmitir conhecimentos sobre o patrimônio paleontológico

4. CONSIDERAÇÕES

Assim como o PCS, o PEA está sendo difundido em escala satisfatória, além do previsto no programa.

A distribuição nas escolas está ocorrendo à medida que estas recebem condições para receber, dada a situação gerada pela pandemia.

Junto aos proprietários e propriedades acessadas, a divulgação está ocorrendo naturalmente à medida em que estes são encontrados.

O material de divulgação também é entregue a pessoas que são eventualmente encontradas no entorno das atividades mesmo que não sejam moradores locais.

Os colaboradores e prestadores de serviços também receberam o material informativo no pátio de obras.

Apesar de eventuais dificuldades na entrega do material de comunicação social em alguns estabelecimentos, o deslocamento para a tentativa de entrega é aproveitado para promover a divulgação em locais não previstos anteriormente que se predispõem a receber o material.

A educação é complementada através de conversação dos técnicos quanto a eventuais questionamentos daqueles que recebem o material de divulgação.

O PEA manterá continuidade ao longo da execução das obras do empreendimento, portanto os locais previstos à entrega de material de divulgação que ainda não receberam pelo motivo principal de estarem fechados devido às restrições da pandemia são foco de entrega quando da possível disponibilidade de receberem.

A nova tiragem de panfletos de educação ambiental pretende trazer novos assuntos de forma a enriquecer o conteúdo programático deste programa. A entrega em estabelecimentos que não previstos no PEA serão visitados para a entrega como forma de reforçar os seus propósitos.

5. ANEXOS

ANEXO I – PALESTRAS E DIÁLOGOS DE MEIO AMBIENTE VOLTADOS AOS COLABORADORES

FORM-DSM-01-2020

Lista de Presença Diálogo Semanal de Segurança, Meio Ambiente e Saúde- DSSMS

Transmissão e Distribuição

Versão:	FORM-DSM-01
Data:	06/02/20
Revisão:	1
Autor:	Silvio C. Cantieri
Cliente	Todos
Abrangência	Em toda a empresa

RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO: João Vitor Oliveira Sá Freire **ASSINATURA:** João Vitor O.

OBRA: LT 230 kV Oso3/Gra3 **CIDADE:** Santo Antônio da Pat -RS

DIA	TEMA
15/03/2021	-PERCEPÇÃO DE RISCO NAS ATIVIDADES DE ESCAVAÇÃO MANUAL E MECANIZADA. - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (EMPROFLORA - ANEXO) - USO CORRETO DE EPI'S.

Objetivo:
Despertar no funcionário reflexão continua sobre a importância da segurança e da saúde no trabalho. Promover diálogo para esclarecimentos de dúvidas sobre os processos de trabalho. Compartilhar possíveis falhas observadas e discutir com os participantes visando elimina-las. Apontar riscos que possam estar mais evidentes, dependendo da fase da obra. Apontar possíveis doenças que possam se manifestar devido à regionalidade.

Nº	NOME	ASSINATURA
1	Adriano Leal de Farias	
2	Adriano Vieira dos Santos	
3	Alenton Ruian de Araujo	
4	Barnabé Barbosa da Silva	
5	Claudi de Oliveira Sousa	
6	Cleilson da Silva Oliveira	
7	Daniel da Silva Souza	
8	Enoque Souza dos Santos	
9	Everton Colling Nedel	
10	Everton Luiz Lages Hickmann	
11	Gilberto Ghidorsi	
12	Ivam da Rocha Avila	
13	Jairo Duarte Barbosa	
14	João Batista Keltel	
15	Joelson Cardoso Domingues	
16	Jonildo Bonfim da Silva	
17	Jonir de Medeiros Leal	
18	Kelson Carvalho do Nascimento	
19	Marcos Alexandre Ribeiro	
20	Marcus Vinicius Santos do Nascimento	
21	Mauricio da Silva Couto	
22	Noel Bandura	
23	Robson Alves da Costa	
24	Rodolfo Simões da Luz	
25	Romildo Portes da Silva	
26	Samael Yago Horn de Souza	
27	Thales da Motta Balão	

mayton chaiane F Leal

Nº	NOME	ASSINATURA
28	Edson Sebastião Ferreira	
29	Diego Vicente Moreira	
30	Maykon Chaiane Ferreira Leal	
31	Elton Romar Schonfeldt	
32	Yeri Paulo TEIXEIRA	
33	Aldeir Alves de Oliveira	
34	Marcio dos Guimarães	
35	ANDRÉ B. MARTINS (EMPROFLORA) PALESTRA AMBIENTAL	
36	RODRIGO DA CUNHA (EMPROFLORA)	
37	Maykon Chaiane F Leal	Maykon
38	Eulicyan de Jesus Bispo do Sabel	
39	Marcelo Soares Pinheiro	
40		
42		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
55		
57		
58		
59		
60		
61		
62		
63		
64		
65		
66		

Fepam
Fundação Estadual
de Proteção Ambiental - RS

Processo nº
3493-05.67 / 20.4

LI Nº 00284 / 2020

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 3493-05.67/20.4 concede a presente LICENÇA DE INSTALAÇÃO.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 224507 - CPFL TRANSMISSAO SUL 2 S.A.

CPF / CNPJ / Doc Estr: 33.062.600/0001-33

ENDEREÇO: RODOVIA MIGUEL NOEL NASCENTES BURNIER 1755
KM 2,5
PARQUE SAO QUIRINO
13088-140 CAMPINAS - SP

EMPREENDIMENTO: 415628

LOCALIZAÇÃO: ESTRADA BR 101
OSORIO - RS

Coordenadas Geográficas *Datum* SIRGAS 2000

LT 230kV Osório 3 - Gravataí 3
Faixa de servidão de 38m

Estrutura	*Latitude*	*Longitude*	*Município Coordenada*
PTC OSO3	-29,90620000	-50,31680000	Osório
1-1 V	-29,90610000	-50,31740000	Osório
1-2	-29,90340000	-50,31690000	Osório
1-3 V	-29,90040000	-50,31640000	Osório
2-1 V	-29,89990000	-50,32050000	Osório
2-2 V	-29,89800000	-50,32220000	Osório
2-3 V	-29,89680000	-50,32390000	Osório
3-1 V	-29,89610000	-50,32870000	Osório
3-2	-29,89340000	-50,33110000	Osório
3-3 V	-29,89080000	-50,33330000	Osório
4-1	-29,88990000	-50,33690000	Osório
4-2	-29,88920000	-50,34000000	Osório
5-1	-29,88790000	-50,34540000	Osório
5-2	-29,88680000	-50,34990000	Osório
6-1	-29,88510000	-50,35680000	Osório
7-1	-29,88230000	-50,36840000	Osório
7-2 V	-29,88190000	-50,36980000	Osório
7-3	-29,88060000	-50,37200000	Osório
8-1	-29,87870000	-50,37530000	Santo Antônio da Patrulha
8-2	-29,87450000	-50,38230000	Santo Antônio da Patrulha
9-1	-29,87190000	-50,38650000	Santo Antônio da Patrulha
10-1	-29,86690000	-50,39500000	Santo Antônio da Patrulha
10-2 V	-29,86480000	-50,39850000	Santo Antônio da Patrulha
11-1	-29,86340000	-50,40180000	Santo Antônio da Patrulha
11-2 V	-29,86100000	-50,40760000	Santo Antônio da Patrulha
11-3	-29,86000000	-50,40890000	Santo Antônio da Patrulha
12-1	-29,85900000	-50,41040000	Santo Antônio da Patrulha

Documento Assinado Digitalmente

12-2	-29,85700000	-50,41320000	Santo Antônio da Patrulha
12-3 V	-29,85560000	-50,41520000	Santo Antônio da Patrulha
13-1	-29,85660000	-50,42210000	Santo Antônio da Patrulha
13-2	-29,85720000	-50,42700000	Santo Antônio da Patrulha
14-1	-29,85780000	-50,43090000	Santo Antônio da Patrulha
15-1	-29,85900000	-50,44020000	Santo Antônio da Patrulha
15-2 V	-29,85940000	-50,44300000	Santo Antônio da Patrulha
15-3	-29,85960000	-50,44430000	Santo Antônio da Patrulha
16-1	-29,86100000	-50,45750000	Santo Antônio da Patrulha
17-1	-29,86140000	-50,46090000	Santo Antônio da Patrulha
17-2	-29,86220000	-50,46810000	Santo Antônio da Patrulha
18-1	-29,86270000	-50,47210000	Santo Antônio da Patrulha
18-2	-29,86340000	-50,47840000	Santo Antônio da Patrulha
19-1	-29,86390000	-50,48320000	Santo Antônio da Patrulha
19-2	-29,86460000	-50,48930000	Santo Antônio da Patrulha
20-1 V	-29,86490000	-50,49240000	Santo Antônio da Patrulha
20-2	-29,86290000	-50,49780000	Santo Antônio da Patrulha
21-1	-29,86140000	-50,50190000	Santo Antônio da Patrulha
21-2	-29,85930000	-50,50740000	Santo Antônio da Patrulha
22-1	-29,85760000	-50,51200000	Santo Antônio da Patrulha
22-2 V	-29,85670000	-50,51440000	Santo Antônio da Patrulha
22-3	-29,85690000	-50,51860000	Santo Antônio da Patrulha
23-1	-29,85710000	-50,52490000	Santo Antônio da Patrulha
24-1	-29,85720000	-50,52940000	Santo Antônio da Patrulha
24-2	-29,85740000	-50,53490000	Santo Antônio da Patrulha
24-3 V	-29,85750000	-50,53750000	Santo Antônio da Patrulha
25-1	-29,85890000	-50,54150000	Santo Antônio da Patrulha
25-2	-29,86110000	-50,54740000	Santo Antônio da Patrulha
26-1	-29,86280000	-50,55200000	Santo Antônio da Patrulha
26-2	-29,86440000	-50,55660000	Santo Antônio da Patrulha
27-1	-29,86660000	-50,56260000	Santo Antônio da Patrulha
27-2	-29,86820000	-50,56710000	Santo Antônio da Patrulha
28-1 V	-29,86970000	-50,57130000	Santo Antônio da Patrulha
28-2	-29,86960000	-50,57560000	Santo Antônio da Patrulha
29-1	-29,86940000	-50,58130000	Santo Antônio da Patrulha
29-2	-29,86930000	-50,58590000	Santo Antônio da Patrulha
30-1	-29,86920000	-50,59150000	Santo Antônio da Patrulha
30-2 V	-29,86900000	-50,59670000	Santo Antônio da Patrulha
31-1	-29,86930000	-50,60380000	Santo Antônio da Patrulha
31-2	-29,86950000	-50,60880000	Santo Antônio da Patrulha
32-1	-29,86970000	-50,61500000	Santo Antônio da Patrulha
33-1	-29,86990000	-50,62020000	Santo Antônio da Patrulha
33-2	-29,87010000	-50,62510000	Santo Antônio da Patrulha
34-1	-29,87030000	-50,63090000	Santo Antônio da Patrulha
34-2	-29,87050000	-50,63650000	Santo Antônio da Patrulha
35-1 V	-29,87070000	-50,64230000	Santo Antônio da Patrulha
35-2	-29,87070000	-50,64790000	Santo Antônio da Patrulha
36-1	-29,87060000	-50,65460000	Santo Antônio da Patrulha
36-2	-29,87060000	-50,65830000	Santo Antônio da Patrulha
37-1	-29,87060000	-50,66350000	Santo Antônio da Patrulha
37-2	-29,87060000	-50,66910000	Santo Antônio da Patrulha
38-1	-29,87060000	-50,67490000	Santo Antônio da Patrulha
38-2	-29,87050000	-50,68040000	Santo Antônio da Patrulha
39-1	-29,87050000	-50,68620000	Glorinha
39-2	-29,87050000	-50,69180000	Glorinha
40-1 V	-29,87050000	-50,69760000	Glorinha
41-1	-29,86980000	-50,70250000	Glorinha
41-2	-29,86910000	-50,70760000	Glorinha

Documento Assinado Digitalmente

41-3	-29,86840000	-50,71250000	Glorinha
42-1	-29,86750000	-50,71890000	Glorinha
43-1	-29,86690000	-50,72370000	Glorinha
43-2	-29,86610000	-50,72960000	Glorinha
44-1	-29,86530000	-50,73500000	Glorinha
44-2	-29,86470000	-50,73960000	Glorinha
45-1	-29,86380000	-50,74620000	Glorinha
45-2 V	-29,86320000	-50,75010000	Glorinha
45-3 V	-29,86470000	-50,75120000	Glorinha
46-1	-29,86500000	-50,75460000	Glorinha
46-2	-29,86550000	-50,76110000	Glorinha
47-1	-29,86600000	-50,76600000	Glorinha
47-2	-29,86650000	-50,77240000	Glorinha
48-1	-29,86690000	-50,77700000	Glorinha
48-2 V	-29,86730000	-50,78160000	Glorinha
49-1	-29,86830000	-50,78670000	Glorinha
49-2	-29,86940000	-50,79170000	Glorinha
50-1 V	-29,86990000	-50,79440000	Glorinha
50-2	-29,86980000	-50,79730000	Glorinha
50-3	-29,86960000	-50,80250000	Glorinha
51-1	-29,86930000	-50,80800000	Glorinha
51-2	-29,86910000	-50,81350000	Glorinha
52-1	-29,86890000	-50,81830000	Glorinha
52-2 V	-29,86870000	-50,82140000	Glorinha
53-1	-29,87160000	-50,82500000	Glorinha
53-2	-29,87390000	-50,82780000	Glorinha
53-3 V	-29,87590000	-50,83020000	Glorinha
54-1	-29,87690000	-50,83460000	Glorinha
54-2	-29,87810000	-50,84030000	Glorinha
55-1	-29,87930000	-50,84540000	Glorinha
55-2	-29,88060000	-50,85130000	Gravataí
56-1	-29,88170000	-50,85650000	Gravataí
57-1	-29,88300000	-50,86220000	Gravataí
57-2	-29,88400000	-50,86680000	Gravataí
58-1	-29,88520000	-50,87190000	Gravataí
58-2	-29,88640000	-50,87730000	Gravataí
58-3	-29,88730000	-50,88160000	Gravataí
59-1	-29,88850000	-50,88710000	Gravataí
60-1	-29,88970000	-50,89230000	Gravataí
60-2	-29,89070000	-50,89690000	Gravataí
61-1	-29,89190000	-50,90230000	Gravataí
61-2 V	-29,89230000	-50,90410000	Gravataí
61-3	-29,89240000	-50,90890000	Gravataí
62-1	-29,89260000	-50,91480000	Gravataí
62-2	-29,89270000	-50,92010000	Gravataí
63-1	-29,89280000	-50,92620000	Gravataí
63-2	-29,89290000	-50,93000000	Gravataí
63-3 V	-29,89300000	-50,93250000	Gravataí
64-1	-29,89260000	-50,93690000	Gravataí
64-2	-29,89220000	-50,94160000	Gravataí
65-1	-29,89170000	-50,94740000	Gravataí
65-2	-29,89120000	-50,95290000	Gravataí
66-1 V	-29,89100000	-50,95530000	Gravataí
66-2 V	-29,88820000	-50,95930000	Gravataí
66-3 V	-29,88790000	-50,96120000	Gravataí
PTC GRA3	-29,88800000	-50,96190000	Gravataí

Documento Assinado Digitalmente

A PROMOVER A INSTALAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: LT 230 kV SE Osório 3 - SE Gravataí 3 (C1).

RAMO DE ATIVIDADE:	3.510,52	
MEDIDA DE PORTE:	66,10	comprimento em km
TENSÃO (kV):	230,00	
FAIXA DE SERVIDÃO (m):	38,00	
Nº DE ESTRUTURAS:	139	
TIPO/MODELO DE ESTRUTURAS:	Metálicas estaiadas e Metálicas autoportantes	

II - Condições e Restrições:

1. Quanto ao Empreendimento:

1.1- esta licença defere a instalação da Linha de Transmissão 230 kV SE Osório 3 - SE Gravataí 3 (C1), projetada com 52 unidades autoportantes (com altura de 12,0 a 43,0 m) e 87 unidades estaiadas (com altura de 19,0 a 36,4 m);

1.2- a LT 230 kV Osório 3 Gravataí 3 (C1) é projetada com estruturas em circuito simples, iniciando no ponto: Lat.: -29,90621267° e Long.: -50,31680843° (SE Osório 3) e findando no ponto: Lat.: -29,88796025° e Long.: -50,96191537° (SE Gravataí 3), com extensão total de 66,0 km e faixa de servidão de 38,0 metros;

1.3- fica autorizada as obras e serviços de construção do módulo de conexão da Linha de Transmissão na Subestação de Energia Gravataí 3 e na Subestação de Energia Osório 3;

1.4- esta licença defere a instalação do empreendimento em tela conforme o Projeto técnico e memorial descritivo, sob efetivo acompanhamento de profissional habilitado com ART de execução junto ao Conselho de Classe no Rio Grande do Sul;

1.5- o empreendimento é objeto da Resolução Autorizativa n° 8.539/2020 da ANEEL, que declara de utilidade pública (DUP), para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da linha de transmissão 230kV Osório 3 - Gravataí 3;

1.6- o empreendimento é objeto da Anuência da APA do Morro de Osório pelo Município de Osório, emitida em 15/04/2020 por intermédio do Protocolo n° 2656/2020 - CONDEMA;

1.7- o empreendedor deverá atender a AUTORIZAÇÃO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - AUTUNC N° 00011 / 2020, emitida pela SEMA-RS, órgão gestor da Unidade de Conservação Área de Proteção Ambiental APA do Banhado Grande;

1.8- deverão ser instalados sinalizadores visuais para aeronaves nos vãos em que a linha cruza estradas municipais, estaduais e federais com pavimentação asfáltica, linhas de transmissão, linha férrea e sobre rios com largura superior a 50 metros, e demais locais necessários, devendo obedecer a legislação pertinente;

1.9- o empreendimento deverá atender as exigências das NBR 5422 e 25415 da ABNT e demais correspondentes, quanto aos distanciamentos e aos limites dos campos elétricos e magnéticos e aos limites dos níveis de ruídos, bem como a segurança das pessoas e a operacionalidade do sistema de transmissão;

1.10- as praças de trabalho/lançamento de cabos deverão respeitar distanciamento mínimo de 30,00 m em relação às drenagens, áreas úmidas/alagadas, perenes ou não, bem como não poderão ser instaladas em áreas que requisitem a prévia supressão vegetal;

1.11- o contrato com a construtora deverá prever a recuperação concomitante das áreas degradadas e bota-foras, se houver, bem como a organização e limpeza dos canteiros e acessos;

1.12- os banheiros químicos deverão ser instalados em local fora da área de influência de drenagens perenes ou intermitentes;

1.13- a transposição das estradas municipais, estaduais ERS-030 e federais BR-101, ocupação da faixa de domínio do km 4+970 da BR-290/RS, da ERS-474 no km 2+820M para implantação de travessia de rede elétrica e da Linha de Transmissão travessias da LT 230 kV OSÓRIO 3 - GRAVATAÍ 3 sob a LT 230 kV Gravataí3-Osório2 (vãos 143-144 e 053-054) e sobre as LTs 138 kV Taquara-Osório2 (vãos 194-195 e 246-247) e 230kV Gravatái3-CIAG (vão 040-041), que cruzam o empreendimento, deverá ser realizada de acordo com as respectivas anuências concedidas;

1.14- o empreendedor deverá promover ações de educação ambiental aos envolvidos na implantação do empreendimento, visando à adoção de posturas direcionadas à mitigação dos impactos ambientais relativos às obras do empreendimento;

1.15- deverá ser feita supervisão ambiental e acompanhamento diário, por técnicos habilitados, no decorrer da implantação da LT, com apresentação semestral dos relatórios dessas atividades ao órgão licenciador;

1.16- no caso de mudanças ou realocação de estruturas, por circunstâncias não previstas, o empreendedor deverá comunicar

Documento Assinado Digitalmente

antecipadamente o órgão licenciador e solicitar autorização, providenciando a juntada no SOL com: Requerimento, Justificativa técnica, Projeto atualizado, Laudo sobre os impactos ambientais, mapa temático da situação de alteração, imagens RPA-drone, ART vigente e comprovante de pagamento da guia de ATULIC;

1.17- durante as obras da LT, deverá ser feito um acompanhamento direto nas propriedades a fim de mitigar problemas oriundos da logística construtiva, objetivando o imediato conserto e reconstrução de cercas e porteiras eventualmente danificadas, e à conservação e manutenção de acessos, bem como evitar transtornos às propriedades rurais na área de influência direta do empreendimento;

1.18- deverá ser instalada a sinalização indicativa dos acessos e das torres a fim de proporcionar maior segurança no trânsito de veículos e pessoas e, também, para facilitar a construção, manutenção e vistorias, bem como a instalação de placas educativas sobre a importância de preservação do meio ambiente;

1.19- o empreendedor deverá apresentar o Relatório técnico de Acompanhamento de Obras, semestralmente, assinado por profissional habilitado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), contendo: descrição das atividades empreendidas em cada LT, mapa temático do estágio construtivo das estruturas (construídas, em construção, à construir), descrição das medidas ambientais mitigadoras e/ou compensatórias implantadas, comprovação da destinação final dos resíduos provenientes das atividades de evolução da implantação, do gerenciamento dos Canteiros de Obras; apensar memorial com imagens de aerolevantamento com RPA-drone da construção do empreendimento, e demais informações pertinentes; ao findar as obras, apresentar o Relatório final comprovando a conclusão do empreendimento;

1.20- a FEPAM deverá ser comunicada antes do início das obras, com o cronograma executivo atualizado e ART de execução vigente do Engenheiro responsável, por intermédio de juntada no SOL;

2. Quanto à Infraestrutura:

2.1- fica autorizada a instalação e operação do Canteiro de Obras em Santo Antônio da Patrulha, em área de 6.150m², localizado na Rodovia RST-474 (-29.8449° -50.5308°), com as seguintes unidades: guarita, escritório, refeitório, área de vivência, banheiros e lavabo, almoxarifado fechado, depósito de materiais, carpintaria e armação, local para coleta seletiva de resíduos, estacionamento, sistema sanitário com fossa séptica e sumidouro, sinalização, oficina de manutenção e lavagem;

2.2- todas as estruturas/unidades deverão ser identificadas e sinalizadas com placas, bem como possuir avisos diante dos eventuais riscos e para a segurança dos colaboradores;

2.3- o canteiro de obras deverá ficar locado no interior da área útil prevista para o empreendimento, de modo a não impactar as demais áreas do entorno; e após findar seu uso, as áreas deverão ser objeto de desmobilização, limpeza e mitigação de eventual passivo ambiental;

2.4- o controle, manutenção e gestão de resíduos sólidos e efluentes do canteiro de obras deverão ser incluídos nos relatórios do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes;

2.5- deverá ser devidamente implantado o sistema fossa-filtro-sumidouro para tratamento dos efluentes líquidos a serem gerados no canteiro de obras, devendo o mesmo ser periodicamente inspecionado;

2.6- atividades com potencial geração de efluentes oleosos, como manutenção, oficina e lavagem de veículos e equipamentos deverão ser realizadas sobre piso impermeável, com sistema de drenagem e caixa separadora de água e óleo (CSAO), com inspeção e limpeza regulares;

2.7- deverá ser realizada inspeção e manutenção periódica na(s) caixa(s) separadora(s) de água e óleo, no(s) sistema(s) de tratamento de efluentes sanitários e no(s) sistema(s) de tratamento efluentes gerados, sendo necessário relatar a ação com memorial fotográfico atualizado em Relatório técnico com ART;

2.8- o Canteiro de Obras é objeto da Certidão de Zoneamento n° 017/2020 expedida em 14/05/2020 pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do município de Santo Antônio da Patrulha;

2.9- não está autorizada a instalação e operação de tanque de abastecimento de combustível, central dosadora de concreto, ou poço artesiano no canteiro de obras, se houver necessidade deverá ser solicitada a autorização junto à FEPAM;

3. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

3.1- deverão ser mantidas e preservadas as Áreas de Preservação Permanente - APP's definidas na Lei Federal n° 12.651, de 25 de maio de 2012, alterada pela Lei Federal nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, nas Resoluções CONAMA n.° 302/2002, de 20 de março de 2002, e CONAMA n.° 303/2002, de 20 de março de 2002, Leis Estaduais n.º 9.519, de 21 de janeiro de 1992 (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul) e n.º 15.434, de 9 de janeiro de 2020 (Código Estadual do Meio Ambiente);

3.2- não poderão ser locadas estruturas em afloramentos rochosos que abriguem exemplares de espécies da flora ou fauna ameaçadas, com especial atenção a cactaceae e bromeliaceae;

3.3- está licenciada a intervenção em APP na área diretamente afetada com objetivo de eventual instalação, manutenção e conservação das estruturas (torres), entretanto os acessos em APP deverão ser temporários e objetos de restauração via Projeto de Recuperação das APP, o qual deverá ser abarcado pelo Programa de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas -

Documento Assinado Digitalmente

PRADA;

3.4- está autorizada a intervenção eventual em vegetação nativa em APP para execução de obras conforme o Projeto técnico sob acompanhamento diário da Equipe de Supervisão Ambiental, sendo que tais ações deverão constar no Relatório técnico SEMESTRAL;

3.5- é proibido o uso do fogo ou queimadas nas florestas e demais formas de vegetação natural, conforme Art. 28 da Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992;

3.6- na atividade de implantação da LT deverá ser mantida a vegetação herbácea, nesse sentido, não poderão ser efetuados cortes rasos nas áreas de preservação permanente;

3.7- deverão ser adotadas medidas para prevenir e mitigar interferências adicionais durantes a instalação do empreendimento, dentre as quais se destaca: instalação de sinalização de redução de velocidade nas vias de acesso às frentes de trabalho, delimitação da supressão de vegetação, implementação de canaletas de sedimentação ao longo dos acessos e áreas de apoio, e a utilização de métodos alternativos de lançamento do cabos (RPA-drone), quando possível, evitando a necessidade de corte de vegetação;

4. Quanto ao Solo:

4.1- deverá ser previsto o armazenamento da camada de solo orgânico, para posterior utilização na recuperação das áreas degradadas;

4.2- em caso de necessidade de aquisição de material mineral a ser utilizado nas obras do empreendimento, este deverá ser oriundo de local devidamente licenciado;

4.3- deverá ser executado o plano de medidas de prevenção, contenção e monitoramento de processos erosivos na área do empreendimento, com a devida supervisão ambiental;

4.4- não poderão ser utilizadas espécies exóticas consideradas invasoras para a revegetação dos taludes ou recuperação de áreas degradadas;

4.5- deverá ser evitado o uso de passagens úmidas, utilizando, se isso for necessário, a instalação de bueiros com diâmetro condizente a vazão do curso d'água;

4.6- os acessos secundários, no interior das propriedades particulares, deverão ser locados, mantidos e utilizados em acordo com o proprietário da área, visando à mínima interferência nas atividades rotineiras da propriedade rural;

4.7- é proibido o uso de queimadas e de agrotóxicos para dessecamento da vegetação na manutenção de estradas e acessos;

4.8- o material excedente dos trabalhos de terraplenagem (bota-fora) deverá ser disposto em local próprio;

4.9- todas as áreas utilizadas junto ao canteiro de obras e as áreas de bota-fora, caso necessárias, deste empreendimento e praças de montagem deverão ser recuperadas tão logo sejam desativadas, sob a égide do PRADA;

4.10- todas as áreas de bota-espera deverão ser sinalizadas;

4.11- deverá ser dada prioridade para uso da malha de estradas vicinais e caminhos internos às propriedades já existentes, mantidos e utilizados em acordo com o proprietário da área, evitando a construção de novos acessos e impacto sobre as áreas naturais;

4.12- os acessos localizados próximos de áreas de declividade acentuada deverão ter escoamento superficial através de estruturas de captação e condução d'água;

4.13- deverá ser evitado o uso de passagens úmidas, utilizando a instalação de bueiros com diâmetro condizente a vazão do curso d'água;

4.14- deverá ser executada, regularmente e em períodos de estiagem, a aspersão com água para controle de poeira utilizando-se de Caminhão-pipa nos acessos, estradas de serviço e estradas municipais não pavimentadas durante o período de obras e tráfego de veículos;

4.15- a manutenção dos acessos às estruturas não poderá provocar interrupção, retificação ou qualquer tipo de interferência em drenagens, banhados, cursos d'água e em áreas de nascentes;

4.16- as movimentações de terra, a limpeza de áreas para utilização de acessos, a implantação de estruturas, áreas de apoio e a construção de novos acessos não poderá provocar interrupção, retificação ou interferências que possam gerar impactos sobre drenagens, cursos de água, banhados e áreas de nascentes;

5. Quanto à Flora:

5.1- é vedada a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, em qualquer fase da implantação do empreendimento;

5.2- deverão ser realocados para áreas adjacentes os exemplares das famílias Cactaceae, Bromeliaceae e Orquidaceae caso identificados ao longo da faixa de intervenção das obras;

5.3- em caso de corte de vegetação, este não poderá ser realizado em áreas onde houver nidificação, devendo o empreendedor

Documento Assinado Digitalmente

aguardar o término do período para proceder à supressão;

5.4- fica autorizada a intervenção em vegetação nativa e manejo florestal em área de 13,71 hectares, com Volume estimado de 4.542,6mst em lenha, conforme o Projeto de manejo apresentado com efetivo acompanhamento diário de responsável técnico;

5.4.1- a área abarca 3,28 hectares em estágio inicial de regeneração, com Volume estimado de 1.087,8 mst;

5.4.2- a área contempla 10,43 hectares em estágio médio de regeneração, com Volume estimado de 3.454,6 mst;

5.4.3- fica autorizado o corte de 277 exemplares com DAP igual ou superior a 15,0 cm conforme o Quadro 7 (34/114) do documento do Inventário Florestal;

5.5- está licenciado o corte eventual (abate) e o transplante de exemplares arbóreos de espécies nativas ameaçadas de extinção para sítios semelhantes ao de origem, somente quando da necessidade técnica para execução da pesquisa arqueológica, sendo necessário identificar e georreferenciar cada exemplar objeto de corte, e incluir no Relatório pós-corte;

5.6- todas as atividades que envolvam o manejo da vegetação deverão ser acompanhadas efetivamente, durante toda a sua execução, pelo profissional habilitado responsável;

5.7- as motosserras utilizadas em qualquer atividade devem estar devidamente regularizadas perante o IBAMA no momento de sua utilização, sob responsabilidade do Empreendedor;

5.8- a supressão da vegetação nativa deverá ficar restrita aos locais previstos para a pesquisa arqueológica conforme Projeto técnico apresentado, e os remanescentes florestais que não interferirão na implantação do empreendimento deverão ser preservados;

5.9- deverá ser apresentado: Relatório Pós-corte SEMESTRAL do manejo florestal, com detalhamento das intervenções, da identificação/quantificação das espécies objeto de abate, dos Volumes por espécie oriundos do corte/supressão (m³/mst), do armazenamento, memorial fotográfico completo, mapa carta imagem dos fragmentos suprimidos, imagens RPA (drone) dos locais do manejo/fragmentos, Planilha padrão com dados para cadastro no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor (.csv), e demais informações pertinentes com a ART Execução vigente (relatório em meio digital, .pdf/SOL);

5.10- em caso de necessidade de intervenção por meio do corte de outros exemplares de espécies nativas não abarcados no Projeto, deverá ser previamente providenciada a autorização para tal junto à FEPAM, com protocolo do Projeto executivo, memorial fotográfico, imagens RPA (drone), a identificação e quantificação das espécies envolvidas e suas localizações e as devidas justificativas técnicas para o manejo, mapa temático, síntese dos dados de RFO (IN SEMA n° 01/2018), ART vigente e pagamento da ATULIC, sendo expressamente proibida qualquer intervenção até a obtenção do referido licenciamento;

6. Quanto à Compensação e Reposição Florestal Obrigatória:

6.1- o Empreendedor deverá solicitar junto ao DBIO/SEMA-RS, aprovação de Projeto de Reposição Florestal Obrigatória (RFO) proveniente do manejo de vegetação nativa licenciado por esta Fundação e registrado no Sistema - COF/RFO sob o n° 2131, através da abertura de expediente administrativo no Sistema Online de Licenciamento - SOL elaborado de acordo com o Termo de Referência disponível na página da SEMA (www.sema.rs.gov.br), em conformidade com a Instrução Normativa n° 01/2018 SEMA-RS;

6.1.1- a reposição florestal obrigatória perfaz 49.581 (Quarenta e Nove Mil, Quinhentas e Oitenta e Uma) mudas de espécies nativas sob gestão e fiscalização do DBIO/SEMA-RS;

6.2- o Empreendedor deverá apresentar em 30 (trinta) dias após findar o manejo de vegetação, aos autos deste processo, a cópia da solicitação no SOL de Processo para análise do DBIO/SEMA diante da execução da RFO;

6.3- a Compensação Ambiental por Área Equivalente, diante da intervenção em vegetação nativa na totalidade perfaz a área total de 41,66 hectares (vegetação nativa e campestre) sob gestão do DBIO/SEMA-RS;

6.4- o empreendedor deverá observar a Instrução Normativa SEMA n° 01/2018, a qual estabelece procedimentos a serem observados para a Reposição Florestal Obrigatória - RFO no Estado do Rio Grande do Sul, bem como a Portaria Conjunta SEMA/FEPAM n° 25/2018 que estabelece o procedimento de tramitação das solicitações de supressão ou manejo de vegetação nativa e RFO;

7. Quanto à Fauna:

7.1- é proibida a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de animais silvestres, conforme legislação vigente;

7.2- deverão ser implantados sinalizadores de avifauna em espaçamento máximo de 20 m nos vãos das estruturas que se encontrarem em área de formação florestal, áreas úmidas, corpos d'água e áreas com rizicultura, estando de acordo com a proposta de instalação constante no documento 16 do processo 3493-0567/20-4;

7.3- deverá ser executado o Programa de Resgate, salvamento e afugentamento da Fauna Silvestre proposto sob a ART nº 10751951, através da capacitação dos trabalhadores da obra e o acompanhamento das frentes de trabalho a fim de realizar o afugentamento da fauna residente e o resgate daqueles que apresentarem dificuldades no deslocamento próprio, seguindo a metodologia descrita no programa;

7.4- deverá ser realizada a avaliação técnica para identificação das áreas potenciais de ocorrência de rivulídeos ao longo do traçado do empreendimento e o resgate do substrato, conforme proposto no escopo do Programa de Resgate, salvamento e afugentamento da Fauna Silvestre, com o objetivo de minimizar impactos sobre estas espécies, consideradas ameaçadas de

Documento Assinado Digitalmente

extinção segundo a legislação vigente;

7.5- deverá ser realizado esforço específico para a identificação de exemplares das espécies Melanophryniscus dorsalis e Acanthochellys spixii a fim de promover o seu resgate, bem como a fim de monitoramento;

7.6- em caso de encontro de animais debilitados, estes deverão ser resgatados e encaminhados para tratamento em clínica veterinária, devendo anexar neste processo documentação apresentando aceite manifestado por Médico Veterinário;

7.7- esta licença não permite o transporte de animais vivos para além da área do empreendimento, salvo situações expressamente autorizadas previamente pela FEPAM. Faz-se exceção aos casos de necessidade de atendimento veterinário, em atendimento a condicionante anterior;

7.8- deverá ser executado o Programa de Resgate, salvamento e afugentamento da Fauna Silvestre através da capacitação dos trabalhadores da obra e o acompanhamento das frentes de trabalho a fim de realizar o afugentamento da fauna residente e o resgate daqueles que apresentarem dificuldades no deslocamento próprio, seguindo a metodologia descrita no programa, acompanhado de Responsável Técnico habilitado com a devida ART vigente;

7.9- deverá ser executado o Projeto de instalação do Sinalizadores para Avifauna, contemplando os sinalizadores nos vãos definidos no projeto apresentado constante nos autos do Processo n° 003493-0567/20-4 (SOL), sob efetiva supervisão ambiental

7.10- não poderá ser instalada torres da linha de transmissão e acessos, ou de quaisquer outras estruturas associadas, em áreas ou sítios com ocorrência de peixes anuais ameaçados de extinção, respeitando-se um distanciamento adequado das estruturas em relação a esses locais, de modo a garantir a sua proteção e dinâmica hídrica, sendo que a implantação de estruturas e acessos deverá obrigatoriamente ser precedida de inspeção da ocorrência de peixes anuais antes do início das obras na faixa de servidão, incluindo os acessos previstos e existentes;

7.11- não poderão ser instalados torres da linha de transmissão e acessos, ou quaisquer outras estruturas associadas, em locais de eventual ocorrência de colônias de tuco-tucos (Ctenomys sp.) outros mamíferos terrestres de hábitos semi-fossoriais;

8. Quanto à Autorização para Captura e Manejo da Fauna:

8.1- fica autorizada a captura eventual de animais silvestres dos grupos de anfíbios, répteis, aves e mamíferos decorrente da execução do Programa de Resgate, salvamento e afugentamento da Fauna Silvestre;

8.2- em caso de captura, os animais deverão ser soltos, o mais breve possível, em ambiente natural próximo o bastante para não sofrer interferência do empreendimento;

8.3- em caso de óbito de exemplar capturado, este deverá ser preservado em meio específico, etiquetado com todos os dados da coleta e depositado em uma instituição de ensino. O referido depósito deverá ser comprovado através de documento de recebimento, que deverá ser apresentado juntamente ao Relatório Final do Projeto;

8.4- não está autorizado o transporte de animais vivos para além da área do empreendimento, excetuando-se os casos de transporte para a clínica veterinária, centro de triagem e reabilitação de fauna debilitada;

8.5- em caso de encontro de animais debilitados, estes deverão ser resgatados e encaminhados para tratamento em clínica veterinária ou Centro de triagem e reabilitação, e posteriormente soltos em Unidade de Conservação mais próxima;

9. Quanto à Supervisão Ambiental:

9.1- deverá ser feita supervisão ambiental e acompanhamento diário, por técnicos habilitados no decorrer da implantação da LT, com descrição das atividades no Relatório Técnico de Acompanhamento de Obra;

9.2- a Equipe de Supervisão Ambiental e/ou a Equipe Técnica do Empreendedor deverá informar imediatamente à FEPAM, a ocorrência de qualquer situação verificada no empreendimento que esteja em desacordo com as restrições e condicionantes estabelecidas neste documento licenciatório;

9.3- a execução das obras deverá contar com supervisão ambiental contínua, com o intuito de controlar e minimizar os impactos provenientes das atividades inerentes à implantação do empreendimento sobre os solos, os recursos hídricos e a biodiversidade existentes;

9.4- o empreendedor deverá comunicar a FEPAM em caso de eventual alteração da Equipe de Supervisão Ambiental, sendo necessário juntar aos autos as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de Execução vigentes de cada Plano, Programa e Projeto ambiental objeto do empreendimento;

10. Quanto ao Meio Antrópico:

10.1- deverá ser dada continuidade às negociações pendentes das propriedades afetadas pelo traçado da LT;

10.2- o empreendedor deverá garantir o acesso das populações locais às oportunidades de emprego geradas pela implantação do empreendimento;

10.3- deverá ser implantado, antes mesmo do início das obras, um Programa permanente de comunicação social que garanta um

Documento Assinado Digitalmente

eficaz esclarecimento às comunidades locais sobre todas as ações desenvolvidas para implantação do empreendimento;

10.4- no Programa de Comunicação Social, deverá constar instruções de acesso às agências de regulação e fiscalização, as quais os integrantes da comunidade possam recorrer em caso de acidentes ou outros problemas decorrentes da instalação e funcionamento das Linhas de Transmissão;

10.5- para execução das atividades previstas no Programa de Comunicação Social - PCS como o atendimento e esclarecimento junto às comunidades, Prefeituras, escolas, etc; deverá ser previsto nos Canteiros de Obras um local específico para desenvolvimento das ações previstas no Programa;

10.6- deverá ser prevista a execução de programa de educação ambiental, contemplando ações voltadas à comunidade local e aos trabalhadores do empreendimento com temas relacionados à conservação e preservação dos recursos naturais;

10.7- deverão ser executadas medidas ou ações executivas de compensação pela interferência do empreendimento nas rotinas e hábitos das comunidades, através de melhoria de acessos locais e pela implantação de equipamentos de uso comunitário ou turístico;

10.8- no Programa de Negociação e Indenização, para o estabelecimento da faixa de servidão, incluir a fiscalização da qualidade dos acessos pré-existentes e assegurar a recuperação dos mesmos, especialmente quando as obras estiverem sendo realizada nos períodos de plantio e colheita, ocasião em que a má qualidade dos acessos afeta de forma mais acentuada a atividade produtiva das propriedades da AID, além da inclusão dessas medidas para monitoramento e avaliação, visando a entrega de todos os acessos utilizados em melhores condições do que foram encontrados, com comprovação por meio de registros fotográficos da situação antes do empreendimento e após o término das obra;

10.9- nos relatórios dos programas relativos ao meio socioeconômico, deverão constar os resultados das atividades desenvolvidas, a comprovação do contato com as instituições e a população envolvida, e avaliação da eficácia das ações propostas em cada programa, incluindo os termos de acordo, as atas e lista de presença dos eventos realizados;

11. Quanto aos Efluentes Líquidos:

11.1- não poderá haver lançamento de efluentes líquidos, exceto pluviais isentos de qualquer contaminação, em corpos hídricos superficiais ou subterrâneos, ou no solo sem o prévio licenciamento da FEPAM;

11.2- as instalações sanitárias deverão possuir esgotamento próprio com tratamento de efluentes e ser periodicamente vistoriadas;

11.3- atividades com potencial geração de efluentes oleosos, como manutenção e lavagem de veículos e equipamentos deverão ser realizadas sobre piso impermeável, com sistema de drenagem e caixa separadora de água e óleo;

12. Quanto à Qualidade das Águas:

12.1- nas atividades de execução de fundações das torres/estruturas, bem como as demais atividades necessárias à implantação do empreendimento, deverão assegurar a não contaminação das águas superficiais e subterrâneas;

12.2- o monitoramento da qualidade das águas superficiais deverá ser executado com a devida supervisão ambiental, durante as fases de pré-implantação, implantação e operação do empreendimento;

12.3- em caso de previsão de utilização de águas subterrâneas para o abastecimento dos Canteiro de Obras e outras instalações, deverão ser obtidas autorizações prévias para perfuração de poços e outorgas para uso das águas junto ao Departamento de Recursos Hídricos (DRH), visando ao consumo humano e industrial;

13. Quanto aos Óleos Lubrificantes:

13.1- todas as áreas de armazenamento de óleo e/ou combustível deverão ser impermeabilizadas e protegidas por bacias de contenção, conforme NBR 17.505 da ABNT, de modo a evitar a contaminação da área por possíveis vazamentos;

13.2- caso a atividade utilize óleos lubrificantes em embalagens plásticas, deverá entrar em contato com o(s) fornecedor(es) atacadista(s) (fabricante ou fornecedor) para que estes realizem a coleta das embalagens plásticas pós-consumo. A coleta é gratuita e o coletor fornece comprovante de coleta em atendimento a Portaria SEMA/FEPAM n° 001/2003. O telefone para contato com os distribuidores e fabricantes regularizados constam da Licença Ambiental destes, e estão disponíveis para consulta no site da FEPAM com o código da atividade;

13.3- caso a atividade adquira óleo lubrificante em embalagens plásticas apenas no comércio varejista, deverá fazer a devolução voluntária no ponto de compra. O comércio varejista de óleos lubrificantes (lojas, supermercados, etc.) não realiza a coleta das embalagens, mas é ponto de coleta dos fornecedores imediatos;

13.4- a lavagem de veículos (carros, caminhões, tratores, etc.), máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em rampas ou áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo;

14. Quanto aos Resíduos Sólidos:

14.1- o Programa de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) deverá ser executado contemplando:

14.1.1- ações de conscientização/treinamentos, com as equipes envolvidas na operacionalização do PGIRS;

Documento Assinado Digitalmente

14.1.2- o relatório técnico SEMESTRAL de execução do PGIRS, com a respectiva ART, deverá contemplar: tabela resumo de todos os resíduos gerados, contendo descrição, data de envio, quantidade, número do MTR emitido, empresa transportadora e empresa de destinação final; e cópias das licenças das empresas contratadas para transporte e destinação de resíduos;

14.2- não poderão ser utilizados locais próximos aos recursos hídricos para descarte de bota-foras, considerando o seu leito maior sazonal;

14.3- a lavagem dos caminhões betoneira deverá ser realizada em local adequado, que disponha de rampa com caixa separadora. O resíduo advindo da bacia de contenção da área de lavagem dos caminhões betoneira não poderá ser disposto nos acessos secundários, na área das estruturas ou na área da propriedade, devendo o empreendedor contatar a prefeitura para viabilizar a disposição deste resíduo em local adequado;

14.4- deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados os resíduos sólidos gerados para a armazenagem provisória na área do empreendimento, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos para local devidamente licenciado;

14.5- no caso de envio de resíduos para disposição ou tratamento em outros estados, deverá ser solicitada Autorização para Remessa de Resíduos para Fora do Estado junto à FEPAM, através de processo administrativo específico;

14.6- deverá ser observado o cumprimento da Portaria FEPAM n.º 087/2018, D.O.E. de 30/10/2018, referente ao Manifesto de Transportes de Resíduos - MTR;

14.7- fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas por esta Fundação;

14.8- a empresa deverá verificar o licenciamento ambiental das empresas, inclusive Centrais de recebimento de resíduos, para as quais seus resíduos são encaminhados e atentar para o seu cumprimento, pois, conforme o Artigo 9º do Decreto Estadual n.º 38.356 de 01/04/98, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros;

14.9- deverá ser mantido à disposição da fiscalização da FEPAM o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS atualizado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável pela sua atualização e execução, em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010;

15. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência:

15.1- em caso de acidente ou incidente com risco de danos a pessoas e/ou ao meio ambiente, a FEPAM deverá ser imediatamente informada pelo telefone (51) 99982-7840;

15.2- deverá ser realizado treinamento de todos os funcionários envolvidos na instalação do empreendimento visando à adoção de posturas relacionadas à mitigação dos impactos ambientais e de segurança do empreendimento;

16. Quanto ao Monitoramento:

16.1- o órgão ambiental deverá ser imediatamente avisado no caso de ocorrência de danos ambiental de qualquer natureza no empreendimento, apensar Relatório técnico com detalhamento do fato ocorrido, descrição de eventuais danos ambientais, medidas adotadas, memorial fotográfico e ART;

16.2- o empreendedor deverá efetuar a verificação da necessidade de instalação de novos sinalizadores para avifauna em áreas com alta sensibilidade ambiental, e sinalizadores visuais para embarcações e aeronaves, durante a vigência desta licença;

16.3- o empreendedor deverá manter as faixas de servidão livres de instalações residenciais ou comerciais;

16.4- deverá ser realizado o controle e vistorias periódicas frente ao uso e ocupação da faixa de servidão do empreendimento, com adoção de medidas para coibir a ocupação antrópica irregular;

16.5- deverá ser feita a comunicação imediata a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura - SEMAI na hipótese de descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse paleontológico, na área do empreendimento, conforme Portaria FEPAM n° 108/2019;

17. Quanto aos Programas Ambientais:

17.1- deverão ser executados os seguintes Programas Ambientais:

17.1.1- PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA;
17.1.2- PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PCS;
17.1.3- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PEA;
17.1.4- PROGRAMA AMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO - PAC;
17.1.5- PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES - PGRSE;
17.1.6- PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS OU ALTERADAS - PRADA;
17.1.7- PROGRAMA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E PROCESSOS EROSIVOS - PMPCPE;

Documento Assinado Digitalmente

17.1.8- PROGRAMA DE CONTROLE E CONSERVAÇÃO DE ACESSOS - PCCA;
17.1.9- PROGRAMA DE LIMPEZA DAS ÁREAS ASSOCIADAS À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO - PLAAIP;
17.1.10- PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE APP - PMCAPP;
17.1.11- PROGRAMA DE SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO - PSV;
17.1.12- PROGRAMA DE REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA - PRFO;
17.1.13- PROGRAMA DE COLETA DE GERMOPLASMA E RESGATE DE EPÍFITAS - PCGRE;
17.1.14- PROGRAMA DE MONITORAMENTO, AFUGENTAMENTO, RESGATE E TRANSPORTE DE FAUNA SILVESTRE - PMARTFS;
17.1.15- PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE SINALIZADORES DE AVIFAUNA - PMSA;
17.1.16- PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO E INDENIZAÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO E ACESSOS - PNIFSA;
17.1.17- PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO - PAMA;
17.1.18- PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO POTENCIAL PALEONTOLÓGICO - PAMPP;

17.2- cabe ao empreendedor apresentar o Relatório técnico SEMESTRAL (em meio digital .PDF no SOL) de acompanhamento e execução de cada Plano e Programa ambiental, com a respectiva ART vigente de Execução; Contendo: objetivos, justificativas, público-alvo, inter-relação com outros programas, bem como uma avaliação sobre a sua efetividade, descrição das atividades desenvolvidas no período, medidas mitigadoras/compensatórias; notificações realizadas e efeitos; registros fotográficos atualizados, imanges RPA-drone, discussão dos resultados obtidos, comparação com dados históricos (em forma de planilhas e/ou gráficos) e parecer técnico conclusivo;

17.3- os Programas Ambientais em execução somente poderão ser encerrados após apresentação de relatório final de avaliação dos resultados e de avaliação conclusiva quanto a sua continuidade ou encerramento, aprovados pela FEPAM;

18. Quanto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artistico Nacional - IPHAN:

18.1- deverá ser feita a comunicação imediata ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura na hipótese de descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológicos ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, na área do empreendimento, conforme previsto no art. 18 da Lei 3.924 de 26 de julho de 1961;

18.2- deverão ser executadas medidas preventivas de não interferências em bens do patrimônio arqueológico, histórico, cultural e fossilífero que possam ser identificados durante as atividades de instalação da Linha, acessos, áreas de apoio e instalações associadas ao empreendimento;

18.3- deverão ser executadas ações de educação patrimonial arqueológica e paleontológica para todos os envolvidos nas atividades de escavações e instalação das fundações das estruturas/torres;

18.4- no caso de identificação de vestígios fossilíferos, as atividades deverão ser suspensas até que o local da descoberta e áreas contíguas sejam demarcadas e sinalizadas, até as autorizações com o órgão competente e coleta por equipe técnica especialista ou pelo IPHAN;

18.5- o Empreendimento foi de manifestação e anuência do IPHAN para a LI e para a LO por intermédio do Ofício n° 899/2020/IPHAN-RS-IPHAN, processo IPHAN n° 01512.002193/2015-11, sob gestão e fiscalização do IPHAN;

19. Quanto à Publicidade da Licença:

19.1- deverá ser fixada junto ao empreendimento, em local de fácil visibilidade, placa para divulgação do licenciamento ambiental, conforme modelo disponível no site da FEPAM, www.fepam.rs.gov.br. A placa deverá ser mantida durante todo o período de vigência desta licença;

19.1.1- a placa do licenciamento deverá ser fixada junto ao Canteiros de Obras em Santo Antônio da Patrulha e nas duas Subestações de Energia Elétrica;

19.2- deverá ser providenciada a divulgação deste documento, através de publicações em periódicos com circulação regional/estadual, conforme legislação vigente, sendo que deverão ser encaminhadas a esta Fundação, cópias das referidas publicações como juntada ao presente processo administrativo;

III - <u>Documentos a apresentar para renovação desta Licença:</u>

1- acessar o Sistema on line de Licenciamento, disponível no site da FEPAM;

2- justificativa técnica, com elementos comprobatórios e novo cronograma físico de implantação do empreendimento, assinados pelo representante legal;

3- Relatório Técnico assinado pela responsável técnico pelo acompanhamento das obras e supervisão ambiental com detalhamento das atividades realizadas durante a sua vigência, informando o montante previsto e montante realizado para cada atividade envolvida na implantação do empreendimento como um todo. Para cada atividade deverá ser relacionado e comentado quanto ao cumprimento das exigências da licença de instalação anterior;

4- Declaração de Aprovação do Projeto de Reposição Florestal Obrigatória ou do Termo de Regularidade do Projeto de Reposição

Documento Assinado Digitalmente

Florestal Obrigatória ou do Termo de Quitação de Reposição Florestal Obrigatória, expedido pelo Departamento de Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, de acordo com a Portaria Conjunta SEMA/FEPAM n° 25/2018 e com a Instrução Normativa SEMA-RS n° 01/2018, ou àquela que venha a substituí-la;

5- Relatório parcial de implantação dos sinalizadores visuais e de avifauna, com quadro identificador dos vãos e número de sinalizadores instalados, memorial fotográfico, e mapa temático com a demarcação dos segmentos objeto de sinalização para avifauna, com indicação das respectivas LTs, ferrovias e rodovias transpassadas pelo Sistema de Transmissão;

6- Relatório referente às negociações de todas as propriedades, objeto da consolidação fundiária da faixa de servidão do empreendimento, e mapa temático com a demarcação das propriedades adquiridas;

7- Laudo técnico diante do cumprimento do expresso na AUTORIZAÇÃO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - AUTUNC N° 00011/2020, emitida pela SEMA-RS, com ART vigente do responsável técnico;

IV - <u>Documentos a apresentar para solicitação da Licença de Operação:</u>

1- requerimento solicitando a Licença de Operação, através do Sistema Online de Licenciamento ambiental - SOL;

2- Relatório Técnico referente a comprovação do cumprimento das exigências da Licença de Instalação, incluindo quadro resumo referente às atividades realizadas durante a instalação do empreendimento ao longo de todo o período de vigência da LI, acompanhado de registros fotográficos e da ART do profissional;

3- Laudo técnico diante do cumprimento do expresso na AUTORIZAÇÃO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - AUTUNC N° 00011/2020, emitida pela SEMA-RS, com ART vigente do responsável técnico;

4- Relatório Técnico dos Planos e Programas ambientais em execução, contendo: objetivos, justificativas, público-alvo, inter-relação com outros programas, bem como uma avaliação sobre a sua efetividade, descrição das atividades desenvolvidas no período, registros fotográficos, discussão dos resultados obtidos, comparação com dados históricos (em forma de planilhas e/ou gráficos) e parecer técnico conclusivo. O relatório deverá ser sucinto, claros e objetivos, e apensar a ART de execução do responsável técnico habilitado;

5- Atualização e descrição dos Planos, Programas e Projetos ambientais a serem desenvolvidos para a fase de LO do empreendimento, contendo: objetivos, justificativas, metodologia, público-alvo, inter-relação com outros programas, cronograma executivo e ART dos responsáveis técnicos habilitados;

6- em caso de necessidade de manutenção da servidão no que se refere ao manejo (corte/supressão) de vegetação, deverá ser apresentado Projeto Técnico de inventário florestal com dados qualitativos e quantitativos, contendo previsão para a vigência da futura licença, planilha padrão Sinaflor, síntese do Projeto de RFO, e ART vigente de profissional habilitado;

7- Termo de Regularidade do Projeto de Reposição Florestal Obrigatória ou do Termo de Quitação de Reposição Florestal Obrigatória, expedido pelo Departamento de Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, de acordo com a Portaria Conjunta SEMA/FEPAM n° 25/2018 e com a Instrução Normativa SEMA-RS n° 01/2018, ou àquela que venha a substituí-la;

8- Relatório final de implantação dos sinalizadores visuais e de avifauna, com quadro identificador dos vãos e número de sinalizadores instalados, memorial fotográfico, e mapa temático com a demarcação dos segmentos objeto de sinalização para avifauna, com indicação das respectivas LTs, ferrovias e rodovias transpassadas pelo Sistema de Transmissão;

9- Plano de Monitoramento da Fauna Voadora com cronograma de execução com ART vigente de profissional habilitado, contemplando: descrição detalhada da metodologia de monitoramento da fauna voadora; especificar plano de ação para prevenir o estabelecimento de ninhos em locais de risco nas estruturas da LT; parecer técnico conclusivo sobre os possíveis impactos a fauna e medidas mitigadoras a serem adotadas; e avaliação de potencial impacto dos efeitos cumulativos e sinérgicos sobre o grupo das aves em relação aos empreendimentos similares existentes na área de influência direta da LT, e com documentação conforme a Portaria FEPAM n° 28/2019;

10- Relatório final referente às negociações de todas as propriedades, objeto da consolidação fundiária da faixa de servidão do empreendimento, e mapa temático com a demarcação das propriedades adquiridas;

11- Manifestação conclusiva ou Anuência do Instituto de Patrimônio Histórico e Artisitco Nacional - IPHAN referente à fase de operação do empreendimento;

12- Termo de Liberação Definitivo - TLD emitido pelo ONS, em face da realização do(s) pré-teste(s) operacionais da LT ou SE de acordo com a Res. CONAMA 279/2001;

13- Quanto à realização de teste(s) pré-operacionais para a integração de LT ou SE no Sistema Interligado Nacional - SIN, caso haja necessidade de realizá-los anteriormente à emissão da LO do empreendimento, deverá ser solicitada uma Autorização Geral - AUTGER no Sistema Online de Licenciamento ambiental - SOL, devendo ser mantido o mesmo número de empreendimento desta licença;

Documento Assinado Digitalmente

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à FEPAM, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento;

Qualquer alteração na representação do empreendedor ou alteração do endereço para recebimento de correspondência da FEPAM, deverá ser imediatamente informada à mesma;

Esta licença é válida para as condições acima até 21 de agosto de 2025, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 21 de agosto de 2020.

Este documento é válido para as condições acima no período de 21/08/2020 a 21/08/2025.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam®.

Documento Assinado Digitalmente

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

Nome do arquivo: awfqtf0f.vf0

Autenticidade: Documento Íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Renato das Chagas e Silva	25/08/2020 10:08:00 GMT-03:00	39553094015	Assinatura válida

Documento Assinado Digitalmente

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FORM-DSM-01-2020

Lista de Presença Diálogo Semanal de Segurança, Meio Ambiente e Saúde- DSSMS

Versão:	FORM-DSM-01
Data:	06/02/20
Revisão:	1
Autor:	Silvio C. Cantieri
Cliente	Todos
Abrangência	Em toda a empresa

RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO: Luis Fernando da Rocha Pires **ASSINATURA:**

OBRA: LT 230 kV Oso3/Gra3 **CIDADE:** Santo Antônio da Pat -RS

DIA	TEMA
07/04/2021	Animais Peçonhentos: espécies comuns, prevenção e procedimento de emergência.

Objetivo:
Despertar no funcionário reflexão continua sobre a importância da fauna. Promover diálogo para esclarecimentos de dúvidas sobre os procedimentos de emergência. Compartilhar possíveis falhas observadas e discutir com os participantes visando elimina-las. Apontar riscos que possam estar mais evidentes. Apresentar espécies mais comuns de animais peçonhentos.

Nº	NOME	ASSINATURA
1	Joan Silas Bezerra montenegro	JSBM
2	Daniel Carvalho mendes	Daniel
3	Francisco Lucas Ribeiro de Sousa	Lucas
4	José Victor Rodrigues	Victor
5	José Roberto o. Henriques.	
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		

FORM-DSM-19-2020
LISTA DE PRESENÇA TREINAMENTOS E SIMULADOS

Versão:	FORM-DSM-19
Data:	17/11/2020
Revisão:	0
Autor:	Thuany R. da Silva
Cliente	Todos
Abrangência	Em toda a empresa

TÍTULO DO TREINAMENTO:	Integração - Meio Ambiente				
RESPONSÁVEL:	Luis Fernando da Rocha Pires	LOCAL:	Lote 11 - Santo Antônio da Pat. /RS	DATA:	16/04/2021
				Nº DA LISTA DE PRESENÇA:	20210416150320

1 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO TREINAMENTO

1.1	Política Integrada I.G-T.D	1.5	PAE - Comunicação de Acidentes Ambientais (Vazamentos, derramamentos, etc.)
1.2	Legislação Ambiental (Licença Ambiental)	1.6	Kit de Mitigação (Composição e Uso Correto)
1.3	Procedimentos e Responsabilidades da Divisão de Meio Ambiente	1.7	FISPQ
1.4	Segregação de resíduos	1.8	

CARGA HORÁRIA: 01 hora

Nº	NOME	FUNÇÃO	CPF	ASSINATURA
1	Roberto Gonçalves	Op. Retroescavadeira	776.890.540-72	
2	Willian Eduardo Silva Maciel	Ajudante	059.516.170-73	
3	Guilherme Litz Martin	Carpinteiro	035.397.140-57	
4	Alisson Silveira Colares	Motosserrista	011.967.840-35	
5	Olcinei Costa Furtado	Motosserrista	911.649.662-00	

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 20/04/2021	Relatório nº:	Responsável Técnico: Guilherme A Paniz
Empreendedor: CPFL Transmissão		
Empreendimento: LT230kV Osório 3 – Gravataí 3		
Obs.:		

	Descritivo
1	Integração ambiental e instrução para o corte;
2	Estrutura E3-3, supressão em área de torre e abertura de acesso iniciados.
3	
4	
5	
6	
7	
8	

Fotografias

1



2



3



4



ATA DE INTEGRAÇÃO

Uma empresa CPFL Energia

Emproflora

EMPREENDIMENTO: LT 230 kV Usário 3 - Gravataí 3

DATA: 20/04/2021	HORA: 09:00 h	TEMPO DE DURAÇÃO: 40 min

EMPRESA:

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Eng. Guilherme Artur Parisz

ASSUNTO PROGRAMADO:

- Apresentação;
- Licenciamento Ambiental;
- Meio ambiente;
- Instrução para o corte (supressão de vegetação)

Nº	Nome	Assinatura	RG
1	Romildo N. Limeira	Romildo	3554898624
2	Abson Silveira Cabral		1094756961
3	Oliveira Costa Corrêa	Oliveira	5335152
4	José Victor Pereira	Victor	064.570.693-04
5	Francisco Lucas	Lucas	
6	Daniel Carvalho		
7	José Roberto Oliveira		7063880 44
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			

CS Digitalizado com CamScanner

ANEXO II – REGISTROS FOTOGRÁFICO DA ENTREGA AOS CIDADÃOS



Foto – 1
Proprietário Antônio Pereira dos Santos



Foto – 2
Proprietário Miguel Grassi



Foto – 3
Proprietária Terezinha Ferri Dias da Silveira



Foto – 4
Proprietário Enedino Simas da Silva



Foto – 5
Proprietário José Carlos Dias da Silva



Foto – 6
Proprietário Pedro Messagi da Silva



Foto – 7
Proprietário Sidnei de Quadros Barrufi



Foto – 8
Proprietário Celso L. dos Santos



Foto – 9
Proprietária Maria da Graça (esposa de Arlindo Boeira da Silva)



Foto – 10
Proprietária Evani Nunes dos Santos



Foto – 11
Proprietária Nuesa Maria da Silva Barrufi



Foto – 12
Proprietária Maria Janete S. do Santos



Foto – 13
Proprietário Donato de Paula



Foto – 14
Morador próximo à E5-2



Foto – 15
Associação Comunitária Terapêutica Ecumênica, próxima ao empreendimento



Foto – 16
Morador próximo à E5-3



Foto – 17
Moradora próximo à E5-2



Foto – 18
Proprietário Claudinor Milanezi Nunes



Foto – 19
Proprietário de acesso à LT



Foto – 20
Proprietária de acesso à E3-2



Foto – 21
Proprietária de acesso à E4-2



Foto – 22
Proprietário de acesso à E5-1



Foto – 23
Proprietário de acesso à E4-1

ANEXO III – RECIBOS DE ENTREGA À POPULAÇÃO

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/22

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Manoel Silveira Assinatura: _____

Manoel Silveira

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/22

☐ Particular ☐ Proprietário ☒ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Vera Lia Simas da Silva Assinatura: Vera Lia

Vera Lia Simas Lopes da Silva

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/22

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Enedino Simas da Silva Assinatura: Enedino Simas

Enedino Simas da Silva

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☐ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☐ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/11

☐ Particular ☐ Proprietário ☐ Acessante ☒ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Antônio Pontes dos Santos Assinatura: _____ FOTO

Antônio P. dos Santos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/11

☐ Particular ☑ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Miguel Grassi Assinatura: _____ FOTO

Miguel Grassi

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento 29/04/11

☐ Particular ☑ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Teresinha Ferri Dias da Silveira Assinatura: _____ FOTO

Teresinha Ferri Dias da Silveira

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: OLINDO MESSAGI Assinatura: _____

Olindo Messagi

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: ROSANA DOS SANTOS Assinatura: _____

Rosana dos Santos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 29/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: TEREZA LUIZA COLLIONI RAMOS Assinatura: _____

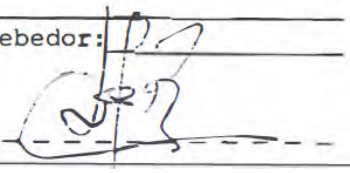
Tereza Luiza Collioni Ramos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/09/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Luiz Francisco Collioni Ramos Assinatura: 

Luiz Francisco Collioni Ramos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☐ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 25/6/2021

☐ Particular ☑ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Francine M. de Camargo Assinatura: _____

Francine M. de Camargo

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☐ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/09/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☒ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Fernanda Dias da S. Milanezi Assinatura: _____

Fernanda Dias da S. Milanezi

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: JOÃO FRANCISCO MILANEZI Assinatura: _____

João Francisco Milanezi

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: ILDA MILANEZI CORREA Assinatura: _____

Ilda Milanezi Correa

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/04/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☒ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: MARIA DE LOURDES NUNES Assinatura: _____

Maria de Lourdes Nunes

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/04/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☐ Acessante ☒ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: JOSÉ CARLOS DIAS DA SILVA Assinatura: JOSÉ CARLOS DA SILVA

José Carlos Dias da Silva

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☐ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☐ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/04/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☐ Acessante ☒ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: PEDRO MESSAGI DA SILVA Assinatura: [signature]

Pedro Messagi da Silva

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 27/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: ILDA MILANEZI CORREA Assinatura: _____

Ilda Milanezi Correa

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 27/04/11

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: CARLA DE L. MILANEZI CORREA Assinatura: _____

Carla de L. Milanezi Correa

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 27/04/11

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: ROSANA DOS SANTOS Assinatura: _____

Rosana dos Santos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 27/04/11

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: ALTAIR ANTONIO DE OLIVEIRA Lucas Guimarães de Oliveira Assinatura: Lucas G. Oliveira

Altair Antônio de Oliveira (p/Lucas G. de Oliveira)

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 24/04/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☐ Acessante ☒ Outros Inventariante
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Maico Nunes da Silveira Assinatura: Maria de Lourdes Nunes da Silveira

Maico Nunes da Silveira (p/Mª de Lourdes N. da Silveira)

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Luis S. Moises Assinatura: _____

Luis S. Moisés

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☐ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ( ) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ( ) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☒ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Daniela da Silva Nunes Assinatura: _____

Daniela da Silva Nunes

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☐ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (__) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (__) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/2L

☐ Particular ☐ Proprietário ☒ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Maria Conceição S. Ferreira Assinatura: _____

Maria Conceição S. Ferreira

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/2L

☐ Particular ☑ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Marcos C. Barrufi Assinatura: 

Marcos C. Barrufi

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/2L

☐ Particular ☑ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Fabiano L. Airoldi Assinatura: 

Fabiano Luis Airoldi

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☒ Particular ☐ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Vergilista P. da Silveira Assinatura: Vergilista

Vergilista P. da Silveira

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Gilson da Silva Coelho Assinatura: _____

Gilson da Silva Coelho

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Celso L. dos Santos Assinatura: Celso Santos

Celso L. dos Santos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☒ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Sunival M. Flor Assinatura: _____

Sunival M. Flor

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☐ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☐ Particular ☐ Proprietário ☒ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Gilson Gomes de Bittencourt Assinatura: _____

Gilson Gomes de Bittencourt

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☐ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ( ) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ( ) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/21

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: Sydnei de Quadros Barrufi Assinatura: _____

Sydnei de Quadros Barrufi

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

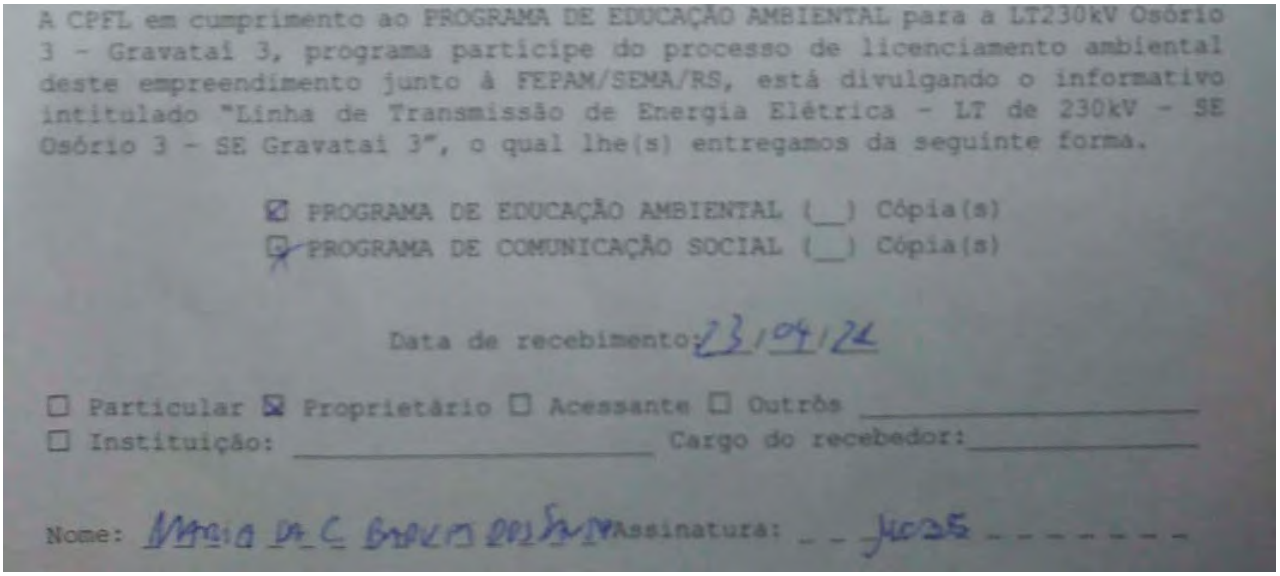
☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (__) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (__) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/22

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: HENRIQUE BRUSCH BARRUFI Assinatura: _____

Henrique Brusque Barrufi



A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (__) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (__) Cópia(s)

Data de recebimento: 23/04/22

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: MARIA DA C. BARRUFI DOS SANTOS Assinatura: _____

Maria da Conceição Barrufi dos Santos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 28/05/22

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: JOÃO LUIS DOS SANTOS Assinatura: _____

João Luis dos Santos

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☒ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (5) Cópia(s)
☒ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 27/04/22

☐ Particular ☒ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: JAQUES ALBERTO BARCELOS Assinatura: _____

Jaques Alberto Barcelos

ANEXO IV – RECIBOS DE ENTREGA ÀS INSTITUIÇÕES

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravatai 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica – LT de 230kV – SE Osório 3 – SE Gravatai 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (40) Cópia(s)
☐ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (__) Cópia(s)

Data de recebimento: 30 / 04 / 12

☐ Particular ☐ Proprietário ☐ Acessante ☑ Outros _____
☐ Instituição: ESCOLA ESTADUAL SANTO ANTONIO DA PATRULHA Cargo do recebedor: SECRETÁRIO

Nome: FILIPE DOS SANTOS RUES Assinatura: _____

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (50) Cópia(s)
☐ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (__) Cópia(s)

Data de recebimento: 30 / 04 / 21

☐ Particular ☐ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros EEEM PROFA GREGORIA DE MORAES
☐ Instituição: ESCOLA ESTADUAL Cargo do recebedor: _____

Nome: CLOANA B. PEIXOTO Assinatura: _____

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 30/04/21

Instituição: ESCOLA MUNICIPAL DE ENS. FUND. NEREU ROSA

MARIA SALETE SARMENTO DA SILVA

Nome: Maria Salete

Setor: SECRETARIA

Registro: _____

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 30/5/2021

Instituição: Escola Estadual de Ensino Fundamental Visconde de Rio Branco

Nome: Girsela Kauer Sinhorelli

Setor: Direção

Registro: _____

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa participe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 10 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 30/04/21

Instituição: ESCOLA ADVENTISTA SÃO ANTONIO DA PATRULHA

Nome: Vanessa Santos de Souza

Setor: Secretaria

Registro:

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 14 / 04 / 2021

Instituição: Escola M. E. I. Maria Celma Mendes Peralta

Nome: Sheila Santos da Rosa

Setor: Diretora

Registro: _____

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 19 / 04 / 21

Instituição: Escola Municipal Ed Infantil Laranjinha

Nome: Alessandra S. Zanotto

Setor: Diretora

Registro: _____

ESCOLA LARANJINHA - OSÓRIO
DIRETORA: ALESSANDRA
FONE: 99756 8897
SEG 8:00 ÀS 12:00

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 14 / 04 / 2021

Instituição: EMEF Ary Soares

Nome: Jerusa Marques Cardoso Peixoto

Setor: Pedagógico

Registro: _____

* Educação Ambiental

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 14/04/2021

Instituição: Escola M. Educação Inf. Isaac Abraham Isaac.
Resp. Educação Ambiental

Nome: Aline Schmidt

Setor: Diretora

Registro: _____

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", do qual estão pelo presente, sendo-lhes entregues 50 cópias para divulgação ao público circulante nesta instituição.

Data de recebimento: 19/04/2021

Instituição: Escola Municipal Luiz Francisco Ponni
Resp. Educação Ambiental

Nome: Angela Oliveira / Diretora.

Setor: _____

Registro: _____

ANEXO V – FOTOGRAFIAS DE ESCOLAS FECHADAS



EMEF Breno Jardim Garcia – Gravataí/RS (fechada)



EMEF Antônio Aires de Almeida – Gravataí/RS (fechada)



EMEF Nova conquista – Gravataí/RS (fechada)


EMEF Santa Madalena – Gravataí/RS (fechada)



EMEF São Marcos – Gravataí/RS (fechada)

ANEXO VI – FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230 kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3



A CPFL Transmissão Sul II acompanha a sua vida e investe em infraestrutura para melhorar a qualidade do serviço de energia na sua região e, para isso, construirá a Linha de Transmissão de Energia LT de 230 kV SE Osório 3 – SE Gravataí 3.

Com isso, estamos incrementando a atual capacidade de fornecimento de energia e reduzindo o tempo de interrupções não programadas. Isso permitirá novos investimentos na região. Como em toda a implantação de obra de infraestrutura, algum impacto indesejado pode ocorrer na sua rotina. A CPFL Transmissão Sul II tomará todos os cuidados para evitar e reduzir esses transtornos no seu dia a dia.

Como posso me comunicar com a CPFL Transmissão Sul II?

No caso de dúvida ou reclamação em relação à essa obra, entre em contato por meio dos sites:
cpfl.com.br **/cpflenergia**

ETS RESPEITO AMBIENTAL E COMPROMISSO SOCIAL

aba engenharia e meio ambiente

cpfl transmissão
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

Quanto tempo vai demorar e quem vai realizar as obras?

A duração prevista para a obra é de 12 meses. Os prestadores de serviços envolvidos são devidamente treinados na construção de projetos de transmissão de energia elétrica, considerando os cuidados com a comunidade, com o patrimônio pessoal e com o meio ambiente. Além disso, para facilitar a sua identificação, eles estarão devidamente uniformizados e com crachá da empresa que representam.

Quais são os cuidados com segurança que devo tomar durante a fase das obras?

Não invada áreas isoladas, fique atento às placas de sinalização e de segurança que serão colocadas no entorno da obra e ao trânsito de máquinas e equipamentos.

O que é a faixa de servidão de linhas de transmissão, e para que serve?

São as faixas do terreno, que passam a ter uso restrito ao longo do eixo da linha de transmissão de energia, também é conhecida como faixa de segurança, e serve para manutenção da Linha e prevenir acidentes elétricos e incêndios.

A quem pertence a faixa de servidão?

O domínio da faixa de servidão permanece com o proprietário, que terá restrições ao uso do solo, sendo devidamente indenizado quando de sua construção. A concessionária de energia, além do direito de passagem da Linha, possui o livre acesso às respectivas instalações, para manutenções periódicas.

Quais os cuidados com a segurança que devo tomar após a fase das obras?

- Nunca encoste ou mesmo chegue perto dos fios de alta tensão, o choque pode ser fatal;
- Nunca suba nas torres da Linha de Transmissão;
- Não permita que crianças soltem pipas perto dos fios de alta tensão. Essa brincadeira é muito divertida quando feita longe da rede elétrica;
- Não faça fogo perto, muito menos sob a linha de transmissão. O calor, mesmo quando não atinge os cabos, pode causar curto-circuito;
- Não construa sob a rede de energia ou na faixa de segurança. Existe a possibilidade de choque elétrico, mesmo sem contato com os fios e, caso um cabo venha a se romper, poderá provocar acidentes fatais;
- Não escave a terra ao longo da faixa ou próximo às torres, isso poderá danificar o sistema de proteção das redes;
- Fique longe da linha de transmissão em dias de chuva. Quando a umidade do ar está muito alta, há risco de fuga de energia para a estrutura da torre, o que pode causar descarga elétrica;
- É permitido o uso da faixa de servidão para algumas formas de plantio, como: hortaliças e pequenas lavouras (soja, feijão, milho, mandioca, etc.). Há restrições para o plantio de vegetação de grande porte (como por exemplo, pinus e eucalipto) cuja altura pode atingir mais de 3 metros na fase adulta;
- O plantio de cana-de-açúcar na faixa de servidão é proibido, pois estão sujeitos às queimadas que danificam e provocam o desligamento das linhas de transmissão, além da grande possibilidade de acidentes com maquinário;
- As cercas que atravessam a faixa de servidão deverão ser interrompidas com isoladores apropriados e aterradas.

RESPEITO AMBIENTAL E COMPROMISSO SOCIAL
engenharia e meio ambiente
cpfl transmissão
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

ANEXO VII – FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

cpfl transmissão

Uma empresa do Grupo CPFL Energia

INFORMATIVO SOBRE AS OBRAS DE INSTALAÇÃO
LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA LT230KV SE OSÓRIO 3 - SE GRAVATAÍ 3

A CPFL Transmissão Sul II acompanha a sua vida e investe em infraestrutura para melhorar a qualidade do serviço de energia na sua região e, para isso, construirá a Linha de Transmissão de Energia LT de 230 kV SE Osório 3 – SE Gravataí 3.

Com isso, estamos incrementando a atual capacidade de fornecimento de energia e reduzindo o tempo de interrupções não programadas. Isso permitirá novos investimentos na região. Como em toda a implantação de obra de infraestrutura, algum impacto indesejado pode ocorrer na sua rotina. ACPFLTransmissão Sul II tomará todos os cuidados para evitar e reduzir esses transtornos no seu dia a dia.



Características da obra

Extensão total (km)	66,1
Número de estruturas	139 metálicas
Largura da faixa de servidão (m):	38 (19 para cada lado)
Duração prevista para a construção (meses)	10

Quanto tempo vai demorar e quem vai realizar as obras?

A duração prevista para a obra é de 10 meses. Os prestadores de serviços envolvidos são devidamente treinados e capacitados para construção de empreendimentos de transmissão de energia elétrica, bem como quanto aos os cuidados com a segurança das pessoas, com a comunidade, com o patrimônio pessoal e com o meio ambiente. Além disso, para facilitar a sua identificação, os colaboradores estarão devidamente uniformizados e com os respectivos crachás de identificação da empresa que representam.

Quais são os cuidados com segurança que devo tomar durante a fase das obras?

Não invada áreas isoladas, fique atento às placas de sinalização e de segurança que serão colocadas no entorno da obra e ao trânsito de máquinas e equipamentos.

O que é a faixa de servidão de linhas de transmissão, e para que serve?

São as faixas do terreno, que passam a ter uso restrito ao longo do eixo da linha de transmissão de energia, também é conhecida como faixa de segurança, e serve para manutenção da linha e prevenção de acidentes elétricos e incêndios.

A quem pertence a faixa de servidão?

O domínio da faixa de servidão permanece com o proprietário, que terá restrições ao uso do solo, sendo devidamente indenizado quando de sua construção. A concessionária de energia, além do direito de passagem da Linha, possui o livre acesso às respectivas instalações, para manutenções periódicas.

Etapas da Construção

Negociação Fundiária



Após a identificação das propriedades que serão utilizadas para construção da LT, haverá o cadastro dos proprietários, negociação e pagamento de indenizações pelo uso da terra.

Mobilização de Trabalhadores



A obra receberá trabalhadores desde cedo. As equipes usarão uniformes e equipamentos de segurança e estarão orientadas para respeitar a população local e preservar o meio ambiente.

Topografia



A topografia será realizada antes e durante a construção para que a LT seja construída de acordo com o projeto de forma segura e rápida. Esta atividade é necessária para a correta construção do empreendimento.

Corte de Vegetação



Supressão da vegetação limitada as áreas necessárias e autorizadas para que o empreendimento opere com segurança. Busca-se suprimir o mínimo necessário da vegetação.

Escavação e Fundação



Escavação e construção dos pés das torres. Fique atento para evitar acidentes. Evite aproxima-se das atividades de construção da LT.

Montagem e Lançamento



As torres começam a ser montadas e levantadas. Depois desta ação, os cabos condutores são lançados. Evite aproximar-se. As equipes são especializadas e treinadas para levantar essas estruturas com segurança.

cpfl transmissão

Uma empresa do Grupo CPFL Energia

INFORMATIVO SOBRE AS OBRAS DE INSTALAÇÃO
LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - LT230KV
SE OSÓRIO 3 - SE GRAVATAÍ 3

Com base nos Estudos Ambientais, diversos Planos e Programas foram elaborados para auxiliar na execução das etapas de instalação do empreendimento, do início das obras até sua fase de operação. Estes programas são relatados a seguir:

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL
Orienta e auxilia as atividades de construção buscando a menor interferência sobre o meio ambiente.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Define as formas de comunicação do empreendedor com a comunidade para esclarecimentos sobre o empreendimento.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Estabelece a instrução dos colaboradores do empreendimento quanto à preservação ambiental e cuidados durante a construção.

PROGRAMAAMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO
Orienta a empresa construtora a realizar a construção atendendo as normas e as licenças ambientais.

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES
Determina os processos de controle de resíduos, assim como a sua correta destinação final.

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E ALTERADAS
Estabelece os procedimentos para recuperar ou restabelecer as áreas atingidas pelas atividades de construção do empreendimento.

PROGRAMA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE PROCESSOS EROSIVOS
Orienta a construtora a adotar práticas para prevenir a formação de erosões.

PROGRAMA DE CONTROLE E CONSERVAÇÃO DE ACESSOS
Define as responsabilidades da construtora em manter os acessos de uso para a construção em condições de trânsito.

PROGRAMA DE LIMPEZA DAS ÁREAS ASSOCIADAS À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO
Estabelece os procedimentos para remoção de resíduos decorrentes da construção na área do empreendimento.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE APPs
Determina as ações de proteção e conservação das áreas de preservação permanente ocorrentes na área do empreendimento.

PROGRAMA DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO
Orienta os procedimentos de corte da vegetação buscando minimizar os impactos ambientais.

PROGRAMA DE REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA
Apresenta a compensação florestal em conformidade com a supressão prevista para o empreendimento.

PROGRAMA DE COLETA DE GERMOPLASMA E RESGATE DE EPÍFITAS
Trata da coleta de sementes de espécies florestais nativas e salvamento e relocação de plantas hóspedes de outras, como bromélias e orquídeas.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO, AFUGENTAMENTO, RESGATE E TRANSPORTE DE FAUNA SILVESTRE
Determina os procedimentos a serem adotados em proteção a animais silvestres que porventura tenham contato direto com o empreendimento durante a sua construção.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE SINALIZADORES PAR AVIFAUNA
Trata do controle da eficiência dos dispositivos utilizados para advertir os pássaros da existência dos cabos da LT.

PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO E INDENIZAÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO E ACESSOS
É o programa que rege os procedimentos para as tratativas com os proprietários das terras que o empreendimento transpõe.

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO
Define os procedimentos quanto aos cuidados com o patrimônio arqueológico durante a construção do empreendimento.

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO POTENCIAL PALEONTOLÓGICO
Trata dos cuidados quanto à existência de fósseis durante a construção do empreendimento.

TIRE SUAS DÚVIDAS

1)As linhas de transmissão causam algum mal à saúde da população?
Não. Em diversas pesquisas realizadas, não há comprovação de que os campos eletromagnéticos gerados por linhas de transmissão causem mal à saúde pela permanência de pessoas na proximidade. Para ampliar sua segurança é importante respeitar a faixa de servidão.

2)Linhas de transmissão oferecem riscos durante tempestades?
Não. Mas durante o mau tempo pode ocorrer queda de raios nos cabos ou nas torres, o que é comum em estruturas altas. No entanto, as linhas de transmissão possuem cabos pára-raios que conduzem a descarga elétrica para o solo sem oferecer risco ao seu entorno.

3)O rádio e a TV sofrem interferência das linhas de transmissão?
As interferências são raras, porque a altura dos cabos e a largura da faixa de servidão são calculados levando em conta os níveis máximos dos campos eletromagnéticos, exatamente para evitar este tipo de ocorrência e mantê-los bem abaixo dos níveis de interferência.

4)É possível levar a energia da linha de transmissão para abastecer minha casa?
Isso não é possível, pois linha de transmissão conduz energia de alta tensão, centena de vezes maior do que a voltagem de uma casa, que é 110 ou 220 volts. Além disso, mexer na linha de transmissão coloca em risco a vida das pessoas que não tenham sido treinadas para isso.

5)Queimadas e danos podem causar falta de energia à minha casa?
Sim. Danos às linhas de transmissão podem comprometer todo o sistema de distribuição de energia, podendo acontecer a falta de energia temporária em sua casa. Por isso respeitar as regras de uso.

Como posso me comunicar com a CPFL Transmissão Sul II

No caso de dúvida ou reclamação em relação à essa obra, entre em contato por meio dos sites:

cpfl.com.br **/cpflenergia**

ANEXO VIII – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA-RS

ART Número
10739925

Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO
Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS094478 **Profissional:** ANDRÉ BURMEISTER MARTINS **E-mail:** andreburmeister@gmail.com
RNP: 2200690428 **Título:** Engenheiro Florestal
Empresa: NENHUMA EMPRESA **Nr.Reg.:**

Contratante

Nome: CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A. **E-mail:** jballiari@cpfl.com.br
Endereço: RODOVIA ENGENHEIRO MIGUEL NOEL NASCENTES BURNIER 1755 **Telefone:** (19) 3756-7227 **CPF/CNPJ:** 33062600000133
Cidade: CAMPINAS **Bairro.:** PARQUE SÃO QUIRINO **CEP:** 13088140 **UF:** SP

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A.
Endereço da Obra/Serviço: Avenida SÃO BORJA 2801 ÁREA DE CONCESSÃO DA CPFL **CPF/CNPJ:** 33062600000133
Cidade: SÃO LEOPOLDO **Bairro:** FAZENDA SÃO BORJA **CEP:** 93032525 **UF:** RS
Finalidade: AMBIENTAL **Vlr Contrato(R$):** 5.000,00 **Honorários(R$):** 5.000,00
Data Início: 02/03/2020 **Prev.Fim:** 02/03/2023 **Ent.Classe:** AGEF

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Coordenação Técnica	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Avaliação	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Fiscalização	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Gestão	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Inspeção	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Laudo Técnico	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Levantamento	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Mensuração	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Monitoramento Ambiental	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Orientação Técnica	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Parecer Técnico	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Perícia	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Supervisão	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Vistoria	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Observações	TODAS AS ATIVIDADES DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA	200,00	KM²
Observações	ABRANGÊNCIA DA CONCESSÃO DO EMPREENDEDOR.	200,00	KM²

ART registrada (paga) no CREA-RS em 06/05/2020

Campinas, 19 de novembro de 2.020	Declaro serem verdadeiras as informações acima	De acordo
Local e Data	ANDRÉ BURMEISTER MARTINS Profissional	Sidnei Leopoldo da Silva CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A. Contratante

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODERÁ SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK CIDADÃO - ART CONSULTA

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA-RS

ART Número
11185841

Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO
Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS00140393 **Profissional:** GUILHERME ARTUR PANIZ **E-mail:** guipaniz@gmail.com
RNP: 2200292384 **Título:** Engenheiro Florestal
Empresa: NENHUMA EMPRESA **Nr.Reg.:**

Contratante

Nome: CPFL TRANSMISSÃO II S.A. **E-mail:**
Endereço: RODOVIA ENGENHEIRO MIGUEL NOEL NASCENTES BURNIER KM 2,5 2801 **Telefone:** **CPF/CNPJ:** 33062600000133
Cidade: CAMPINAS **Bairro.:** PARQUE SÃO QUIRINO **CEP:** 13088900 **UF:** SP

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: CPFL TRANSMISSÃO II S.A.
Endereço da Obra/Serviço: Avenida SÃO BORJA 2801 ÁREA DE CONCESSÃO DA CPFL **CPF/CNPJ:** 33062600000133
Cidade: SÃO LEOPOLDO **Bairro:** FAZENDA SÃO BORJA **CEP:** 93032525 **UF:** RS
Finalidade: AMBIENTAL **Vlr Contrato(R$):** 1,00 **Honorários(R$):**
Data Início: 04/01/2021 **Prev.Fim:** 01/03/2023 **Ent.Classe:**

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Elaboração de Relatório	Meio Ambiente	200,00	KM²
Fiscalização	Meio Ambiente	200,00	KM²
Levantamento	Meio Ambiente	200,00	KM²
Monitoramento	Meio Ambiente	200,00	KM²
Orientação Técnica	Meio Ambiente	200,00	KM²
Supervisão	Meio Ambiente	200,00	KM²
Avaliação	Meio Ambiente	200,00	KM²

ART registrada (paga) no CREA-RS em 11/03/2021

Local e Data	Declaro serem verdadeiras as informações acima	De acordo
	GUILHERME ARTUR PANIZ	CPFL TRANSMISSÃO II S.A.
	Profissional	Contratante

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODERÁ SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK CIDADÃO - ART CONSULTA

Serviço Público Federal

CONSELHO FEDERAL/CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

1-ART Nº: **2020/20703**

CONTRATADO

2.Nome: RODRIGO DA CUNHA		3.Registro no CRBio: 025605/03-D	
4.CPF: 550.322.650-04	5.E-mail: harmonia-ambiental@hotmail.com		6.Tel: (51)32689740
7.End.: RUA COROADOS, 840		8.Compl.:	
9.Bairro: VILA ASSUNçãO	10.Cidade: PORTO ALEGRE	11.UF: RS	12.CEP: 91900-580

CONTRATANTE

13.Nome: EMPRESA DE PROJETOS FLORESTAIS E AMBIENTAIS LTDA.			
14.Registro Profissional:	15.CPF / CGC / CNPJ: 02.278.386/0001-23		
16.End.: AVENIDA GUAIBA 3854			
17.Compl.:	18.Bairro: VILA ASSUNCAO	19.Cidade: PORTO ALEGRE	
20.UF: RS	21.CEP: 91900-420	22.E-mail/Site:	

DADOS DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

23.Natureza : 1. Prestação de serviço

Atividade(s) Realizada(s) : Proposição de estudos, projetos de pesquisa e/ou serviços; Execução de estudos, projetos de pesquisa e/ou serviços; Execução de análise de projetos e processos; Execução de atividades de ensino e educação; Realização de consultorias/assessorias técnicas; Coordenação/orientação de estudos/projetos de pesquisa e/ou outros; Supervisão estudos/projetos de pesquisa e/ou outros serviços; Emissão de laudos e pareceres;

24.Identificação : LEVANTAMENTOS DE FAUNA E FLORA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SOCIOECONOMIA, COMUNICAÇÃO SOCIAL.

25.Município de Realização do Trabalho: SAO LEOPOLDO	26.UF: RS
27.Forma de participação: INDIVIDUAL	28.Perfil da equipe:
29.Área do Conhecimento: Botânica; Ecologia; Educação; Zoologia;	30.Campo de Atuação: Meio Ambiente

31.Descrição sumária : LEVANTAMENTO E MANEJO DA FAUNA E FLORA, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, LAUDOS E RELATÓRIOS AMBIENTAIS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ASSESSORIA FUNDIÁRIA E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DA CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A. EM SUA ÁREA DE CONCESSÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

32.Valor: R$ 3.900,00	33.Total de horas: 1600	34.Início: DEZ/2020	35.Término: DEZ/2022

36. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Data:	Data:
Assinatura do Profissional	Assinatura e Carimbo do Contratante
	André Burmeister Martins Engº. Florestal CREA/RS 94078 Diretor Administrativo - Empreitora

37. LOGO DO CRBio

CRBio-03

38. SOLICITAÇÃO DE BAIXA POR CONCLUSÃO

Declaramos a conclusão do trabalho anotado na presente ART, razão pela qual solicitamos a devida BAIXA junto aos arquivos desse CRBio.

Data: / /	Assinatura do Profissional	
Data: / /	Assinatura e Carimbo do Contratante	

39. SOLICITAÇÃO DE BAIXA POR DISTRATO

Data: / /	Assinatura do Profissional
Data: / /	Assinatura e Carimbo do Contratante

CERTIFICAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS

NÚMERO DE CONTROLE: 3200.4455.5083.5397

OBS: A autenticidade deste documento deverá ser verificada no endereço eletrônico www.crbio03.gov.br

cpfl transmissão

Uma empresa do Grupo CPFL Energia

Relatório Semestral de Execução dos Programas Ambientais

Período: novembro/2020 a abril/2021

LT 230kV SE Osório 3 – SE Gravataí 3

Emproflora

Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.

Osório- RS, abril de 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 1
2. TÉCNICOS RESPONSÁVEL PELA APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS 1
3. PROGRAMAS AMBIENTAIS 2
4. PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL – PGA 2
5. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PCS 2
6. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PEA 2
7. PROGRAMA AMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO - PAC 3
8. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES - PGRSE 3
9. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS OU ALTERADAS - PRADA 3
10. PROGRAMA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E PROCESSOS EROSIVOS - PMPCPE 3
11. PROGRAMA DE CONTROLE E CONSERVAÇÃO DE ACESSOS - PCCA 4
12. PROGRAMA DE LIMPEZA DAS ÁREAS ASSOCIADAS À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO - PLAAIP 4
13. PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE APP - PMCAPP 4
14. PROGRAMA DE SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO - PSV 5
15. PROGRAMA DE REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA - PRFO 5
16. PROGRAMA DE MONITORAMENTO, AFUGENTAMENTO, RESGATE E TRANSPORTE DE FAUNA SILVESTRE - PMARTFS 6
17. PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO E INDENIZAÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO E ACESSOS - PNIFSA 7
18. PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO - PAMA 8
19. PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO POTENCIAL PALEONTOLÓGICO - PAMPP 9
20. ANEXOS 11

ANEXO I – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS

ANEXO II – PALESTRAS E DIÁLOGOS DE MEIO AMBIENTE

ANEXO III – INFORMAÇÕES E IMAGENS PERTINENTES À GESTÃO DE RESÍDUOS RELATIVA AO EMPREENDIMENTO

ANEXO IV – IMAGENS DO PROGRAMA DE CONTROLE E CONSERVAÇÃO DE ACESSOS - PCCA

ANEXO V – PROGRAMA DE LIMPEZA DAS ÁREAS ASSOCIADAS À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO - PLAAIP

ANEXO VI – IMAGENS DO PROGRAMA DE SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO - PSV

ANEXO VII – IMAGENS DO PROGRAMA DE COLETA DE GERMOPLASMA E RESGATE DE EPÍFITAS - PCGRE

ANEXO VIII – DOCUMENTOS OFICIAIS DO IPHAN

ANEXO IX – RESUMO DO ATENDIMENTO DAS CONDICIONANTES EM VIGÊNCIA DA LI

1. INTRODUÇÃO

Este é o primeiro relatório semestral de execução dos programas ambientais em cumprimento da LI/FEPAM/SEMA n° 00284/2020 referente à construção da Linha de Transmissão (LT) 230kV SE Osório 3 − SE Gravataí 3, empreendimento da CPFL Transmissão Sul II S.A.

O registro das atividades inerentes aos programas ambientais foi realizado pelos técnicos partícipes do processo ligados às áreas construtivas, de comunicação social e ambiental e pela equipe responsável pelas questões fundiárias do empreendimento.

O período deste relatório abrange a data prevista para início com base no comunicado de início de obras enviado à Fepam em novembro de 2020, até abril de 2021.

Devido a imprevistos, as atividades construtivas iniciaram-se em meados de março de 2021 de forma que a abrangência dos registros das atividades construtivas está restrita a partir deste período até o final de abril de 2021.

O Empreendimento conta com a Emproflora − Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda., responsável pela obtenção e/ou elaboração dos relatórios dos programas ambientais que atendem à LI. A empresa I.G. Transmissão e Distribuição Ltda. consta como responsável pela obra civil.

2. TÉCNICOS RESPONSÁVEL PELA APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS

Como responsáveis técnicos pela elaboração deste documento constam, participam conjuntamente o Engº Florestal André Burmeister Martins, CREA RS 94478, ART nº 10739925, o Biólogo Rodrigo da Cunha, CRBio Nº2020/20703 e o Engº Florestal Guilherme Artur Paniz, CREA RS 140393, ART nº 11185841. As ARTs dos técnicos responsáveis constam no ANEXO I.

3. PROGRAMAS AMBIENTAIS

Mesmo que em determinadas ocasiões os programas ambientais partícipes do licenciamento possam ter sincronismo ou interação, por estarem associados a atividades distintas, também estão sujeitos a ocorrerem em momentos distintos. Para tanto, os programas ambientais em andamento são a seguir relatados.

4. PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL – PGA

A gestão ambiental consiste no controle dos processos e integração dos programas ambientais de forma que estes sejam cumpridos em consonância e atendam satisfatoriamente as diretrizes do licenciamento ambiental.

O PGA é o programa que objetiva ordenar os documentos que regram o correto cumprimento da Licença de Instalação e demais instrumentos voltados à correta execução dos serviços sob a ótica ambiental, e disciplinar as subsequentes demandas para que o seu cumprimento atenda a estas determinações.

Os programas ambientais sob controle do PGA estão sendo realizados através do acompanhamento pela supervisão e monitoramento ambientais, subsidiados pela elaboração de relatórios diários e mensais, assim como a análise contínua das condicionantes ambientais estabelecidas na Licença de Instalação e nos próprios programas ambientais.

5. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PCS

O PCS está sendo realizado em conformidade com o Relatório Detalhado dos Programas Ambientais e consta como documento independente juntado ao SOL simultaneamente a este relatório. No PCS são apresentados os registros de comprovação das atividades inerentes à sua função.

6. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PEA

O PEA está sendo realizado em conformidade com o Relatório Detalhado dos Programas Ambientais e consta como documento independente juntado ao SOL simultaneamente a este relatório. No PEA são apresentados os registros de comprovação das atividades inerentes à sua função.

7. PROGRAMA AMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO - PAC

O PAC é executado com a participação constante da equipe de segurança do trabalho e meio ambiente da empreiteira, de forma que está sendo devidamente atendido. A sinalização foi devidamente instalada para orientação dos colaboradores, a sinalização no canteiro de obras também atende a este programa. O uso de EPIs está sendo controlado e os programas voltados à saúde e segurança ocupacional estão sendo cumpridos e todos os novos integrantes da equipe operacional são submetidos a treinamento admissional, considerando também para isto a integração ambiental, o que é feito nas palestras e diálogos de meio ambiente, referenciados no ANEXO II.

8. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES - PGRSE

Para os materiais inservíveis resultantes das atividades construtivas do empreendimento busca-se o reaproveitamento. Quando estes se tornam desnecessários, são resguardados e encaminhados para sua destinação final.

No pátio de obras há cestos para descarte seletivo e em campo todo e qualquer resíduo deve retornar ao pátio para que seja feita a sua destinação.

Os resíduos gerados no pátio de obras são retirados pela coleta municipal que dá destinação final a estes. Foi solicitado à municipalidade uma declaração de coleta de resíduos a qual ainda não foi disponibilizada por esta.

O ANEXO III apresenta a coletânea de informações e imagens pertinentes à gestão de resíduos relativa ao empreendimento.

9. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS OU ALTERADAS - PRADA

Este programa é objeto de serviços que ainda não requereram suas demandas, considerando que a obra possui início recente.

Oportunamente quando ocorrer o aparecimento de eventuais áreas que apresentem sinais de alteração negativa da qualidade ambiental, serão tomadas as precauções e medidas estabelecidas neste programa.

10. PROGRAMA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E PROCESSOS EROSIVOS - PMPCPE

Este programa também é objeto de serviços que ainda não requereram suas demandas, considerando que a obra possui início recente.

Oportunamente quando ocorrer o aparecimento de eventuais áreas em que ocorra ou que se sujeitem ao desenvolvimento de processos erosivos serão tomadas as precauções e medidas estabelecidas neste programa.

11.PROGRAMA DE CONTROLE E CONSERVAÇÃO DE ACESSOS - PCCA

Considerando que os acessos às estruturas já estão em uso, o PCCA também está sendo realizado concomitantemente. Os acessos tem recebido tratamento para a melhoria da trafegabilidade de forma a estarem compatíveis com a circulação dos veículos e em acordo com os proprietários. A melhoria de estradas está sendo aceita como um benefício para muitos proprietários devido à dificuldade de manutenção que estes possuem. O ANEXO IV apresenta algumas imagens deste programa.

12.PROGRAMA DE LIMPEZA DAS ÁREAS ASSOCIADAS À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO - PLAAIP

No final das jornadas diárias de serviço é realizada a limpeza e organização da área que foi trabalhada. O lixo doméstico é segregado em sacolas que são levadas ao descarte comum, coletado pelo serviço municipal.

Quanto à construção, para o caso de sapatas e contrapesos de estruturas prioriza-se realizar-se a escavação, inserção e reaterro no mesmo período, não deixando cavas abertas após a jornadas de trabalho. Atualmente estão sendo colocadas somente sapatas e contrapesos, não sendo realizadas concretagens em campo.

Também o ordenamento florestal é parte da organização e asseio das áreas atingidas. O ordenamento tem sido realizado imediata e subsequentemente ao corte para evitar deixar resíduos da vegetação dispersos ao solo.

O ANEXO V apresenta algumas imagens deste programa.

13.PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE APP - PMCAPP

Até o presente não houve qualquer necessidade de serem realizadas atividades próximas a APPs. No entanto, os cuidados com estas são constantes durante o acompanhamento técnico ambiental para evitar-se riscos que possam atingir APPs.

14.PROGRAMA DE SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO - PSV

A supressão está ocorrendo nas frentes de obra e sua execução somente está autorizada pela empreiteira mediante a presença constante do técnico ambiental.

O corte da vegetação está sendo conduzido de forma a limitar-se conforme a necessidade construtiva avança.

A vegetação rasteira está sendo mantida onde não haja necessidade de sua raspagem.

Antecedendo a supressão, o técnico de campo realiza uma vistoria da área a ser suprimida em busca de espécies vegetais que devam ser transplantadas ou realocadas previamente à supressão. Desta averiguação pode ocorrer a remoção adequada destas espécies para dar seguimento à supressão.

A equipe de supressão é instruída nas palestras ambientais e em práticas de campo, a identificar e não cortar as espécies que possuem valor gênico que devam ser objeto de transplante/realocação.

A supressão está respeitando os limites do licenciamento e até o presente houve a possibilidade de limitar a supressão aquém da supressão licenciada. Ainda assim, há a dependência do comissionamento para a definição final da supressão quando da conclusão do empreendimento, para sua adequação operacional.

O ANEXO VI apresenta imagens pertinentes a este programa.

15.PROGRAMA DE REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA - PRFO

Condicionantes da LI:

6.1 - o Empreendedor deverá solicitar junto ao DBIO/SEMA-RS, aprovação de Projeto de Reposição Florestal Obrigatória (RFO) proveniente do manejo de vegetação nativa licenciado por esta Fundação e registrado no Sistema - COF/RFO sob o n° 2131, através da abertura de expediente administrativo no Sistema Online de Licenciamento - SOL elaborado de acordo com o Termo de Referência disponível na página da SEMA (www.sema.rs.gov.br), em conformidade com a Instrução Normativa n° 01/2018 SEMA-RS;

6.3 - A Compensação Ambiental por Área Equivalente, diante da intervenção em vegetação nativa na totalidade perfaz a área total de 41,66 hectares (vegetação nativa e campestre) sob gestão do DBIO/SEMA-RS;

No que se refere ao atendimento das condicionantes supracitadas, informa-se que o Projeto de Reposição Florestal Obrigatória (RFO) foi submetido à aprovação do DBIO/SEMA-RS no dia 25/03/2021, mediante abertura do processo administrativo n° 002193-0567/21-1. O processo encontra-se "em análise" e o empreendedor aguarda vistoria da SEMA na área para aprovação do Projeto.

O Projeto de RFO deste empreendimento se dará através da Compensação Ambiental por Área Equivalente, no qual a CPFL já adquiriu uma área de 42,1911 ha (considerando demais empreendimentos do Lote 11), no município de Herveiras/RS. O Termo de Compromisso de Intenção de Instituição de Compensação Ambiental por Área Equivalente na forma de Instituição de Servidão Ambiental em Caráter Perpétuo foi firmado, entre CPFL e Proprietário, na data de 29/04/2021.

PROGRAMA DE COLETA DE GERMOPLASMA E RESGATE DE EPÍFITAS - PCGRE;

Este programa está sendo executado nas áreas onde ocorre a necessidade de supressão arbórea. Plântulas e arvoretas passíveis de transplante e espécies epifíticas que precisem ser realocadas, as quais possuam relevante valor gênico, são transplantadas e registradas. Os procedimentos e técnicas de transplante estão sendo executados por profissionais habilitados (Engº Florestal e/ou Biólogo) conforme apresentados a seguir. Este procedimento antecede a supressão visando reduzir perdas pela queda das árvores.

O ANEXO VII apresenta imagens pertinentes a este programa.

16.PROGRAMA DE MONITORAMENTO, AFUGENTAMENTO, RESGATE E TRANSPORTE DE FAUNA SILVESTRE - PMARTFS

O avanço físico das obras do empreendimento ainda não promoveu contatos diretos com animais silvestres. Quando inicia o processo de manejo de vegetação o técnico ambiental realiza o caminhamento pela área prevista ao manejo para verificar a possível ocorrência de animais. Realiza a procura de tocas e evidências no solo nas

árvores. Este procedimento já possui efeito de afugentamento brando, quando ocorre a fuga espontânea de animais que percebem a presença no local.

Durante as reuniões e palestras ambientais, o técnico aborda esta questão, instruindo os colaboradores quanto aos cuidados que devam ser demandados tanto para a segurança ocupacional quanto para a segurança dos animais.

Posteriormente adentram na área os colaboradores que irão roçar a área para preparo da supressão o que por um lado deixa a área isolada de animais, assim como podem perceber alguma evidência que denote a presença ou passagem de animais.

Durante as atividades já desenvolvidas em obra não houve a necessidade de interação direta com animais silvestres para viabilizar as atividades construtivas do empreendimento.

17. PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO E INDENIZAÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO E ACESSOS - PNIFSA

As atividades de liberação fundiária das áreas necessárias à implantação das estruturas das torres e instituição da faixa de servidão da linha de transmissão foram realizadas seguindo as diversas etapas abaixo listadas, conforme mencionado no RDPA – Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais:

(i) O cadastramento de imóveis e proprietários afetados no traçado;
(ii) O levantamento e análise documental;
(iii) O levantamento físico dos imóveis interferidos;
(iv) A elaboração dos laudos de avaliação para cálculo da servidão e das benfeitorias a serem indenizadas existentes na faixa de servidão, por consultoria especializada e com parâmetro no Caderno de Preços de Terras e Benfeitorias e a base normativa brasileira, especialmente as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT 14.653 -2 e 14.653 - 3;
(v) Tratativas junto aos proprietários, para apresentação da proposta de valores indenizatórios e do laudo de avaliação, oportunidade em que se reforçam as informações sobre a implantação do projeto, notadamente sobre o processo de avaliação, indenização e liberação fundiária, além das restrições de uso da terra na faixa de servidão;
(vi) A formalização contratual dos acordos e efetivação do pagamento das indenizações mediante o aceite;
(vii) Ações para indenização e/ou reparação de estruturas eventualmente danificadas durante a implantação do empreendimento.

Em relação à etapa de tratativas junto aos proprietários, mencionada no item (v) acima, cabe acrescentar que na oportunidade de entrega das propostas de valores e laudos de avaliação, também foram entregues folders informativos, no contexto das

atividades de comunicação social, visando levar informações sobre o empreendimento aos proprietários interferidos, tais como: os principais canais de comunicação, duração das obras, cuidados com a segurança e esclarecimentos sobre a faixa de servidão.

Adotadas as medidas descritas acima, e após as tratativas com os proprietários, foram obtidos os seguintes resultados:

Quadro 1: situação das liberações fundiárias nos imóveis interferidos pela LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3

Liberação Fundiária da LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3		
Categorias	Imóveis	%
Acordo Amigável	299	73
Judicializado: recusa de valor	67	16
Judicializado: problema documental	44	11
Total	410	100

Conforme o Quadro 1, os acordos amigáveis, obtidos a partir dos aceites dos proprietários em relação aos valores propostos para indenização, resultaram na assinatura de contratos e pagamentos das indenizações em 73% dos imóveis interferidos.

As judicializações, efetivadas por meio de ações para instituição de servidão de passagem de energia elétrica, ocorreram em 16% dos imóveis, pois não houve aceite dos proprietários em relação aos valores propostos, e noutros 11% dos imóveis o ajuizamento se deu pelas condições documentais que não permitiam a formalização contratual.

Cabe observar que, para os casos em que não houve o acordo com o proprietário quanto aos valores propostos e/ou por motivos legais impeditivos de pagamento, as ações judiciais para instituição de servidão administrativa são fundamentadas e embasada na Resolução Autorizativa nº 8.539, de 21 de janeiro de 2020 (Declaração de Utilidade Pública − DUP), outorgada pela ANEEL, com pedido de Liminar de Imissão Provisória na Posse para a construção, enquanto o juízo aprecia e sentencia o processo.

Cumpre informar que, foram feitas as tratativas junto a todos os proprietários de imóveis interferidos, conforme informado anteriormente, tendo sido realizados os acordos amigáveis e os ajuizamentos necessários, restando apenas três processos judiciais pendentes de deferimento de liminar.

Conforme estabelece a LI do empreendimento, será feita a comunicação imediata ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura na hipótese de descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológicos ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, na área do empreendimento.

O empreendimento está sob a égide da manifestação e anuência do IPHAN para a LI e para a LO por intermédio do Ofício n° 899/2020/IPHANRS-IPHAN, processo IPHAN n° 01512.002193/2015-11, sob gestão e fiscalização do IPHAN. A anuência do IPHAN reitera a não necessidade de acompanhamento técnico arqueológico para o empreendimento.

Inobstante, os técnicos de campo estão devidamente orientados a tomarem as medidas preventivas de não interferências em bens do patrimônio arqueológico, histórico, cultural e fossilífero que possam ser identificados durante as atividades de instalação da Linha, acessos, áreas de apoio e instalações associadas ao empreendimento.

Durante as palestras ambientais periódicas a LI é abordada e são tratados os assuntos de seu conteúdo, sendo um destes, o esclarecimento sobre os valores e o patrimônio histórico, cultural e artístico, e a forma como estes manifestam-se, abordando questões sobre achados em escavações.

No caso de identificação de vestígios fossilíferos, as atividades serão suspensas até que o local da descoberta e áreas contíguas sejam demarcadas e sinalizadas. Não serão realizadas atividades nestas áreas até a que a obtenção das autorizações com o órgão competente e respectiva coleta por equipe técnica especialista ou pelo IPHAN ocorram.

O ANEXO VIII apresenta os documentos oficiais do IPHAN.

19.PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO POTENCIAL PALEONTOLÓGICO - PAMPP

O acompanhamento técnico ambiental diário está sendo realizado em atenção a este item e as escavações estão sendo monitoradas pelo responsável técnico pelo acompanhamento ambiental, o qual possui pós-graduação em paleontologia. No caso de evidências paleontológicas durante estas atividades serão adotados os procedimentos estabelecidos neste programa.

Juntamente com outros temas, a paleontologia é abordada nas palestras ambientais realizadas aos colaboradores, afim de integrá-los sobre o tema paleontologia.

No caso de identificação de vestígios fossilíferos, as atividades serão suspensas até que o local da descoberta e áreas contíguas sejam demarcadas e sinalizadas. Não serão realizadas atividades nestas áreas até a obtenção das autorizações com o órgão competente, e coleta por equipe técnica especialista ou pelo IPHAN ocorram.

20.ANEXOS

ANEXO I – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA-RS

ART Número
10739925

Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO
Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS094478 **Profissional:** ANDRÉ BURMEISTER MARTINS **E-mail:** andreburmeister@gmail.com
RNP: 2200690428 **Título:** Engenheiro Florestal
Empresa: NENHUMA EMPRESA **Nr.Reg.:**

Contratante

Nome: CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A. **E-mail:** jballiari@cpfl.com.br
Endereço: RODOVIA ENGENHEIRO MIGUEL NOEL NASCENTES BURNIER 1755 **Telefone:** (19) 3756-7227 **CPF/CNPJ:** 33062600000133
Cidade: CAMPINAS **Bairro.:** PARQUE SÃO QUIRINO **CEP:** 13088140 **UF:** SP

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A.
Endereço da Obra/Serviço: Avenida SÃO BORJA 2801 ÁREA DE CONCESSÃO DA CPFL **CPF/CNPJ:** 33062600000133
Cidade: SÃO LEOPOLDO **Bairro:** FAZENDA SÃO BORJA **CEP:** 93032525 **UF:** RS
Finalidade: AMBIENTAL **Vlr Contrato(R$):** 5.000,00 **Honorários(R$):** 5.000,00
Data Início: 02/03/2020 **Prev.Fim:** 02/03/2023 **Ent.Classe:** AGEF

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Coordenação Técnica	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Avaliação	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Fiscalização	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Gestão	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Inspeção	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Laudo Técnico	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Levantamento	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Mensuração	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Monitoramento Ambiental	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Orientação Técnica	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Parecer Técnico	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Perícia	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Supervisão	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Vistoria	Meio Ambiente - Licenciamento Ambiental	200,00	KM²
Observações	TODAS AS ATIVIDADES DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA	200,00	KM²
Observações	ABRANGÊNCIA DA CONCESSÃO DO EMPREENDEDOR.	200,00	KM²

ART registrada (paga) no CREA-RS em 06/05/2020

Campinas, 19 de novembro de 2.020	Declaro serem verdadeiras as informações acima	De acordo
Local e Data	ANDRÉ BURMEISTER MARTINS Profissional	Sidnei Leopoldo da Silva CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A. Contratante

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODERÁ SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK CIDADÃO - ART CONSULTA

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA-RS

ART Número
11185841

Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO
Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS00140393 **Profissional:** GUILHERME ARTUR PANIZ **E-mail:** guipaniz@gmail.com
RNP: 2200292384 **Título:** Engenheiro Florestal
Empresa: NENHUMA EMPRESA **Nr.Reg.:**

Contratante

Nome: CPFL TRANSMISSÃO II S.A. **E-mail:**
Endereço: RODOVIA ENGENHEIRO MIGUEL NOEL NASCENTES BURNIER KM 2,5 2801 **Telefone:** **CPF/CNPJ:** 33062600000133
Cidade: CAMPINAS **Bairro.:** PARQUE SÃO QUIRINO **CEP:** 13088900 **UF:** SP

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: CPFL TRANSMISSÃO II S.A.
Endereço da Obra/Serviço: Avenida SÃO BORJA 2801 ÁREA DE CONCESSÃO DA CPFL **CPF/CNPJ:** 33062600000133
Cidade: SÃO LEOPOLDO **Bairro:** FAZENDA SÃO BORJA **CEP:** 93032525 **UF:** RS
Finalidade: AMBIENTAL **Vlr Contrato(R$):** 1,00 **Honorários(R$):**
Data Início: 04/01/2021 **Prev.Fim:** 01/03/2023 **Ent.Classe:**

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Elaboração de Relatório	Meio Ambiente	200,00	KM²
Fiscalização	Meio Ambiente	200,00	KM²
Levantamento	Meio Ambiente	200,00	KM²
Monitoramento	Meio Ambiente	200,00	KM²
Orientação Técnica	Meio Ambiente	200,00	KM²
Supervisão	Meio Ambiente	200,00	KM²
Avaliação	Meio Ambiente	200,00	KM²

ART registrada (paga) no CREA-RS em 11/03/2021

Local e Data	Declaro serem verdadeiras as informações acima	De acordo
	GUILHERME ARTUR PANIZ	CPFL TRANSMISSÃO II S.A.
	Profissional	Contratante

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODERÁ SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK CIDADÃO - ART CONSULTA

Serviço Público Federal

CONSELHO FEDERAL/CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

1-ART Nº: **2020/20703**

CONTRATADO

2.Nome: RODRIGO DA CUNHA		3.Registro no CRBio: 025605/03-D	
4.CPF: 550.322.650-04	5.E-mail: harmonia-ambiental@hotmail.com		6.Tel: (51)32689740
7.End.: RUA COROADOS, 840		8.Compl.:	
9.Bairro: VILA ASSUNçãO	10.Cidade: PORTO ALEGRE	11.UF: RS	12.CEP: 91900-580

CONTRATANTE

13.Nome: EMPRESA DE PROJETOS FLORESTAIS E AMBIENTAIS LTDA.			
14.Registro Profissional:	15.CPF / CGC / CNPJ: 02.278.386/0001-23		
16.End.: AVENIDA GUAIBA 3854			
17.Compl.:	18.Bairro: VILA ASSUNCAO	19.Cidade: PORTO ALEGRE	
20.UF: RS	21.CEP: 91900-420	22.E-mail/Site:	

DADOS DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

23.Natureza : 1. Prestação de serviço

Atividade(s) Realizada(s) : Proposição de estudos, projetos de pesquisa e/ou serviços; Execução de estudos, projetos de pesquisa e/ou serviços; Execução de análise de projetos e processos; Execução de atividades de ensino e educação; Realização de consultorias/assessorias técnicas; Coordenação/orientação de estudos/projetos de pesquisa e/ou outros; Supervisão estudos/projetos de pesquisa e/ou outros serviços; Emissão de laudos e pareceres;

24.Identificação : LEVANTAMENTOS DE FAUNA E FLORA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SOCIOECONOMIA, COMUNICAÇÃO SOCIAL.

25.Município de Realização do Trabalho: SAO LEOPOLDO	26.UF: RS
27.Forma de participação: INDIVIDUAL	28.Perfil da equipe:
29.Área do Conhecimento: Botânica; Ecologia; Educação; Zoologia;	30.Campo de Atuação: Meio Ambiente

31.Descrição sumária : LEVANTAMENTO E MANEJO DA FAUNA E FLORA, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, LAUDOS E RELATÓRIOS AMBIENTAIS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ASSESSORIA FUNDIÁRIA E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DA CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A. EM SUA ÁREA DE CONCESSÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

32.Valor: R$ 3.900,00	33.Total de horas: 1600	34.Início: DEZ/2020	35.Término: DEZ/2022

36. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Data:	Data:
Assinatura do Profissional	Assinatura e Carimbo do Contratante
	André Burmeister Martins Engº. Florestal CREA/RS 94078 Diretor Administrativo - Empreitora

37. LOGO DO CRBio

CRBio-03

38. SOLICITAÇÃO DE BAIXA POR CONCLUSÃO

Declaramos a conclusão do trabalho anotado na presente ART, razão pela qual solicitamos a devida BAIXA junto aos arquivos desse CRBio.

Data: / /	Assinatura do Profissional	
Data: / /	Assinatura e Carimbo do Contratante	

39. SOLICITAÇÃO DE BAIXA POR DISTRATO

Data: / /	Assinatura do Profissional
Data: / /	Assinatura e Carimbo do Contratante

CERTIFICAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS

NÚMERO DE CONTROLE: 3200.4455.5083.5397

OBS: A autenticidade deste documento deverá ser verificada no endereço eletrônico www.crbio03.gov.br

ANEXO II – PALESTRAS E DIÁLOGOS DE MEIO AMBIENTE

FORM-DSM-01-2020

Lista de Presença Diálogo Semanal de Segurança, Meio Ambiente e Saúde- DSSMS

Transmissão e Distribuição

Versão:	FORM-DSM-01
Data:	06/02/20
Revisão:	1
Autor:	Silvio C. Cantieri
Cliente	Todos
Abrangência	Em toda a empresa

RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO: João Vitor Oliveira Sá Freire **ASSINATURA:** João Vitor O.

OBRA: LT 230 kV Oso3/Gra3 **CIDADE:** Santo Antônio da Pat -RS

DIA	TEMA
15/03/2021	-PERCEPÇÃO DE RISCO NAS ATIVIDADES DE ESCAVAÇÃO MANUAL E MECANIZADA. - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (EMPROFLORA - ANEXO) - USO CORRETO DE EPI'S.

Objetivo:
Despertar no funcionário reflexão continua sobre a importância da segurança e da saúde no trabalho. Promover diálogo para esclarecimentos de dúvidas sobre os processos de trabalho. Compartilhar possíveis falhas observadas e discutir com os participantes visando elimina-las. Apontar riscos que possam estar mais evidentes, dependendo da fase da obra. Apontar possíveis doenças que possam se manifestar devido à regionalidade.

Nº	NOME	ASSINATURA
1	Adriano Leal de Farias	
2	Adriano Vieira dos Santos	
3	Alenton Ruian de Araujo	
4	Barnabé Barbosa da Silva	
5	Claudi de Oliveira Sousa	
6	Cleilson da Silva Oliveira	
7	Daniel da Silva Souza	
8	Enoque Souza dos Santos	
9	Everton Colling Nedel	
10	Everton Luiz Lages Hickmann	
11	Gilberto Ghidorsi	
12	Ivam da Rocha Avila	
13	Jairo Duarte Barbosa	
14	João Batista Keltel	
15	Joelson Cardoso Domingues	
16	Jonildo Bonfim da Silva	
17	Jonir de Medeiros Leal	
18	Kelson Carvalho do Nascimento	
19	Marcos Alexandre Ribeiro	
20	Marcus Vinicius Santos do Nascimento	
21	Mauricio da Silva Couto	
22	Noel Bandura	
23	Robson Alves da Costa	
24	Rodolfo Simões da Luz	
25	Romildo Portes da Silva	
26	Samael Yago Horn de Souza	
27	Thales da Motta Balão	

mayton chaiane F Leal

Nº	NOME	ASSINATURA
28	Edson Sebastião Ferreira	
29	Diego Vicente Moreira	
30	Maykon Chaiane Ferreira Leal	
31	Elton Romar Schonfeldt	
32	Yeri Paulo TEIXEIRA	
33	Aldeir Alves de Oliveira	
34	Marcio dos Guimarães	
35	ANDRÉ B. MARTINS (EMPROFLORA) PALESTRA AMBIENTAL	
36	RODRIGO DA CUNHA (EMPROFLORA)	
37	Maykon Chaiane F Leal	Maykon
38	Eulicyan de Jesus Bispo do Sabel	
39	Marcelo Soares Pinheiro	
40		
42		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
55		
57		
58		
59		
60		
61		
62		
63		
64		
65		
66		

Fepam
Fundação Estadual de Proteção Ambiental - RS

Processo nº 3493-05.67 / 20.4

LI Nº 00284 / 2020

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 3493-05.67/20.4 concede a presente LICENÇA DE INSTALAÇÃO.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 224507 - CPFL TRANSMISSAO SUL 2 S.A.

CPF / CNPJ / Doc Estr: 33.062.600/0001-33

ENDEREÇO: RODOVIA MIGUEL NOEL NASCENTES BURNIER 1755
KM 2,5
PARQUE SAO QUIRINO
13088-140 CAMPINAS - SP

EMPREENDIMENTO: 415628

LOCALIZAÇÃO: ESTRADA BR 101
OSORIO - RS

Coordenadas Geográficas *Datum* SIRGAS 2000

LT 230kV Osório 3 - Gravataí 3
Faixa de servidão de 38m

Estrutura	*Latitude*	*Longitude*	*Município Coordenada*
PTC OSO3	-29,90620000	-50,31680000	Osório
1-1 V	-29,90610000	-50,31740000	Osório
1-2	-29,90340000	-50,31690000	Osório
1-3 V	-29,90040000	-50,31640000	Osório
2-1 V	-29,89990000	-50,32050000	Osório
2-2 V	-29,89800000	-50,32220000	Osório
2-3 V	-29,89680000	-50,32390000	Osório
3-1 V	-29,89610000	-50,32870000	Osório
3-2	-29,89340000	-50,33110000	Osório
3-3 V	-29,89080000	-50,33330000	Osório
4-1	-29,88990000	-50,33690000	Osório
4-2	-29,88920000	-50,34000000	Osório
5-1	-29,88790000	-50,34540000	Osório
5-2	-29,88680000	-50,34990000	Osório
6-1	-29,88510000	-50,35680000	Osório
7-1	-29,88230000	-50,36840000	Osório
7-2 V	-29,88190000	-50,36980000	Osório
7-3	-29,88060000	-50,37200000	Osório
8-1	-29,87870000	-50,37530000	Santo Antônio da Patrulha
8-2	-29,87450000	-50,38230000	Santo Antônio da Patrulha
9-1	-29,87190000	-50,38650000	Santo Antônio da Patrulha
10-1	-29,86690000	-50,39500000	Santo Antônio da Patrulha
10-2 V	-29,86480000	-50,39850000	Santo Antônio da Patrulha
11-1	-29,86340000	-50,40180000	Santo Antônio da Patrulha
11-2 V	-29,86100000	-50,40760000	Santo Antônio da Patrulha
11-3	-29,86000000	-50,40890000	Santo Antônio da Patrulha
12-1	-29,85900000	-50,41040000	Santo Antônio da Patrulha

Documento Assinado Digitalmente

12-2	-29,85700000	-50,41320000	Santo Antônio da Patrulha
12-3 V	-29,85560000	-50,41520000	Santo Antônio da Patrulha
13-1	-29,85660000	-50,42210000	Santo Antônio da Patrulha
13-2	-29,85720000	-50,42700000	Santo Antônio da Patrulha
14-1	-29,85780000	-50,43090000	Santo Antônio da Patrulha
15-1	-29,85900000	-50,44020000	Santo Antônio da Patrulha
15-2 V	-29,85940000	-50,44300000	Santo Antônio da Patrulha
15-3	-29,85960000	-50,44430000	Santo Antônio da Patrulha
16-1	-29,86100000	-50,45750000	Santo Antônio da Patrulha
17-1	-29,86140000	-50,46090000	Santo Antônio da Patrulha
17-2	-29,86220000	-50,46810000	Santo Antônio da Patrulha
18-1	-29,86270000	-50,47210000	Santo Antônio da Patrulha
18-2	-29,86340000	-50,47840000	Santo Antônio da Patrulha
19-1	-29,86390000	-50,48320000	Santo Antônio da Patrulha
19-2	-29,86460000	-50,48930000	Santo Antônio da Patrulha
20-1 V	-29,86490000	-50,49240000	Santo Antônio da Patrulha
20-2	-29,86290000	-50,49780000	Santo Antônio da Patrulha
21-1	-29,86140000	-50,50190000	Santo Antônio da Patrulha
21-2	-29,85930000	-50,50740000	Santo Antônio da Patrulha
22-1	-29,85760000	-50,51200000	Santo Antônio da Patrulha
22-2 V	-29,85670000	-50,51440000	Santo Antônio da Patrulha
22-3	-29,85690000	-50,51860000	Santo Antônio da Patrulha
23-1	-29,85710000	-50,52490000	Santo Antônio da Patrulha
24-1	-29,85720000	-50,52940000	Santo Antônio da Patrulha
24-2	-29,85740000	-50,53490000	Santo Antônio da Patrulha
24-3 V	-29,85750000	-50,53750000	Santo Antônio da Patrulha
25-1	-29,85890000	-50,54150000	Santo Antônio da Patrulha
25-2	-29,86110000	-50,54740000	Santo Antônio da Patrulha
26-1	-29,86280000	-50,55200000	Santo Antônio da Patrulha
26-2	-29,86440000	-50,55660000	Santo Antônio da Patrulha
27-1	-29,86660000	-50,56260000	Santo Antônio da Patrulha
27-2	-29,86820000	-50,56710000	Santo Antônio da Patrulha
28-1 V	-29,86970000	-50,57130000	Santo Antônio da Patrulha
28-2	-29,86960000	-50,57560000	Santo Antônio da Patrulha
29-1	-29,86940000	-50,58130000	Santo Antônio da Patrulha
29-2	-29,86930000	-50,58590000	Santo Antônio da Patrulha
30-1	-29,86920000	-50,59150000	Santo Antônio da Patrulha
30-2 V	-29,86900000	-50,59670000	Santo Antônio da Patrulha
31-1	-29,86930000	-50,60380000	Santo Antônio da Patrulha
31-2	-29,86950000	-50,60880000	Santo Antônio da Patrulha
32-1	-29,86970000	-50,61500000	Santo Antônio da Patrulha
33-1	-29,86990000	-50,62020000	Santo Antônio da Patrulha
33-2	-29,87010000	-50,62510000	Santo Antônio da Patrulha
34-1	-29,87030000	-50,63090000	Santo Antônio da Patrulha
34-2	-29,87050000	-50,63650000	Santo Antônio da Patrulha
35-1 V	-29,87070000	-50,64230000	Santo Antônio da Patrulha
35-2	-29,87070000	-50,64790000	Santo Antônio da Patrulha
36-1	-29,87060000	-50,65460000	Santo Antônio da Patrulha
36-2	-29,87060000	-50,65830000	Santo Antônio da Patrulha
37-1	-29,87060000	-50,66350000	Santo Antônio da Patrulha
37-2	-29,87060000	-50,66910000	Santo Antônio da Patrulha
38-1	-29,87060000	-50,67490000	Santo Antônio da Patrulha
38-2	-29,87050000	-50,68040000	Santo Antônio da Patrulha
39-1	-29,87050000	-50,68620000	Glorinha
39-2	-29,87050000	-50,69180000	Glorinha
40-1 V	-29,87050000	-50,69760000	Glorinha
41-1	-29,86980000	-50,70250000	Glorinha
41-2	-29,86910000	-50,70760000	Glorinha

Documento Assinado Digitalmente

41-3	-29,86840000	-50,71250000	Glorinha
42-1	-29,86750000	-50,71890000	Glorinha
43-1	-29,86690000	-50,72370000	Glorinha
43-2	-29,86610000	-50,72960000	Glorinha
44-1	-29,86530000	-50,73500000	Glorinha
44-2	-29,86470000	-50,73960000	Glorinha
45-1	-29,86380000	-50,74620000	Glorinha
45-2 V	-29,86320000	-50,75010000	Glorinha
45-3 V	-29,86470000	-50,75120000	Glorinha
46-1	-29,86500000	-50,75460000	Glorinha
46-2	-29,86550000	-50,76110000	Glorinha
47-1	-29,86600000	-50,76600000	Glorinha
47-2	-29,86650000	-50,77240000	Glorinha
48-1	-29,86690000	-50,77700000	Glorinha
48-2 V	-29,86730000	-50,78160000	Glorinha
49-1	-29,86830000	-50,78670000	Glorinha
49-2	-29,86940000	-50,79170000	Glorinha
50-1 V	-29,86990000	-50,79440000	Glorinha
50-2	-29,86980000	-50,79730000	Glorinha
50-3	-29,86960000	-50,80250000	Glorinha
51-1	-29,86930000	-50,80800000	Glorinha
51-2	-29,86910000	-50,81350000	Glorinha
52-1	-29,86890000	-50,81830000	Glorinha
52-2 V	-29,86870000	-50,82140000	Glorinha
53-1	-29,87160000	-50,82500000	Glorinha
53-2	-29,87390000	-50,82780000	Glorinha
53-3 V	-29,87590000	-50,83020000	Glorinha
54-1	-29,87690000	-50,83460000	Glorinha
54-2	-29,87810000	-50,84030000	Glorinha
55-1	-29,87930000	-50,84540000	Glorinha
55-2	-29,88060000	-50,85130000	Gravataí
56-1	-29,88170000	-50,85650000	Gravataí
57-1	-29,88300000	-50,86220000	Gravataí
57-2	-29,88400000	-50,86680000	Gravataí
58-1	-29,88520000	-50,87190000	Gravataí
58-2	-29,88640000	-50,87730000	Gravataí
58-3	-29,88730000	-50,88160000	Gravataí
59-1	-29,88850000	-50,88710000	Gravataí
60-1	-29,88970000	-50,89230000	Gravataí
60-2	-29,89070000	-50,89690000	Gravataí
61-1	-29,89190000	-50,90230000	Gravataí
61-2 V	-29,89230000	-50,90410000	Gravataí
61-3	-29,89240000	-50,90890000	Gravataí
62-1	-29,89260000	-50,91480000	Gravataí
62-2	-29,89270000	-50,92010000	Gravataí
63-1	-29,89280000	-50,92620000	Gravataí
63-2	-29,89290000	-50,93000000	Gravataí
63-3 V	-29,89300000	-50,93250000	Gravataí
64-1	-29,89260000	-50,93690000	Gravataí
64-2	-29,89220000	-50,94160000	Gravataí
65-1	-29,89170000	-50,94740000	Gravataí
65-2	-29,89120000	-50,95290000	Gravataí
66-1 V	-29,89100000	-50,95530000	Gravataí
66-2 V	-29,88820000	-50,95930000	Gravataí
66-3 V	-29,88790000	-50,96120000	Gravataí
PTC GRA3	-29,88800000	-50,96190000	Gravataí

Documento Assinado Digitalmente

A PROMOVER A INSTALAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: LT 230 kV SE Osório 3 - SE Gravataí 3 (C1).

RAMO DE ATIVIDADE:	3.510,52	
MEDIDA DE PORTE:	66,10	comprimento em km
TENSÃO (kV):	230,00	
FAIXA DE SERVIDÃO (m):	38,00	
Nº DE ESTRUTURAS:	139	
TIPO/MODELO DE ESTRUTURAS:	Metálicas estaiadas e Metálicas autoportantes	

II - Condições e Restrições:

1. Quanto ao Empreendimento:

1.1- esta licença defere a instalação da Linha de Transmissão 230 kV SE Osório 3 - SE Gravataí 3 (C1), projetada com 52 unidades autoportantes (com altura de 12,0 a 43,0 m) e 87 unidades estaiadas (com altura de 19,0 a 36,4 m);

1.2- a LT 230 kV Osório 3 Gravataí 3 (C1) é projetada com estruturas em circuito simples, iniciando no ponto: Lat.: -29,90621267° e Long.: -50,31680843° (SE Osório 3) e findando no ponto: Lat.: -29,88796025° e Long.: -50,96191537° (SE Gravataí 3), com extensão total de 66,0 km e faixa de servidão de 38,0 metros;

1.3- fica autorizada as obras e serviços de construção do módulo de conexão da Linha de Transmissão na Subestação de Energia Gravataí 3 e na Subestação de Energia Osório 3;

1.4- esta licença defere a instalação do empreendimento em tela conforme o Projeto técnico e memorial descritivo, sob efetivo acompanhamento de profissional habilitado com ART de execução junto ao Conselho de Classe no Rio Grande do Sul;

1.5- o empreendimento é objeto da Resolução Autorizativa n° 8.539/2020 da ANEEL, que declara de utilidade pública (DUP), para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da linha de transmissão 230kV Osório 3 - Gravataí 3;

1.6- o empreendimento é objeto da Anuência da APA do Morro de Osório pelo Município de Osório, emitida em 15/04/2020 por intermédio do Protocolo n° 2656/2020 - CONDEMA;

1.7- o empreendedor deverá atender a AUTORIZAÇÃO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - AUTUNC N° 00011 / 2020, emitida pela SEMA-RS, órgão gestor da Unidade de Conservação Área de Proteção Ambiental APA do Banhado Grande;

1.8- deverão ser instalados sinalizadores visuais para aeronaves nos vãos em que a linha cruza estradas municipais, estaduais e federais com pavimentação asfáltica, linhas de transmissão, linha férrea e sobre rios com largura superior a 50 metros, e demais locais necessários, devendo obedecer a legislação pertinente;

1.9- o empreendimento deverá atender as exigências das NBR 5422 e 25415 da ABNT e demais correspondentes, quanto aos distanciamentos e aos limites dos campos elétricos e magnéticos e aos limites dos níveis de ruídos, bem como a segurança das pessoas e a operacionalidade do sistema de transmissão;

1.10- as praças de trabalho/lançamento de cabos deverão respeitar distanciamento mínimo de 30,00 m em relação às drenagens, áreas úmidas/alagadas, perenes ou não, bem como não poderão ser instaladas em áreas que requisitem a prévia supressão vegetal;

1.11- o contrato com a construtora deverá prever a recuperação concomitante das áreas degradadas e bota-foras, se houver, bem como a organização e limpeza dos canteiros e acessos;

1.12- os banheiros químicos deverão ser instalados em local fora da área de influência de drenagens perenes ou intermitentes;

1.13- a transposição das estradas municipais, estaduais ERS-030 e federais BR-101, ocupação da faixa de domínio do km 4+970 da BR-290/RS, da ERS-474 no km 2+820M para implantação de travessia de rede elétrica e da Linha de Transmissão travessias da LT 230 kV OSÓRIO 3 - GRAVATAÍ 3 sob a LT 230 kV Gravataí3-Osório2 (vãos 143-144 e 053-054) e sobre as LTs 138 kV Taquara-Osório2 (vãos 194-195 e 246-247) e 230kV Gravatái3-CIAG (vão 040-041), que cruzam o empreendimento, deverá ser realizada de acordo com as respectivas anuências concedidas;

1.14- o empreendedor deverá promover ações de educação ambiental aos envolvidos na implantação do empreendimento, visando à adoção de posturas direcionadas à mitigação dos impactos ambientais relativos às obras do empreendimento;

1.15- deverá ser feita supervisão ambiental e acompanhamento diário, por técnicos habilitados, no decorrer da implantação da LT, com apresentação semestral dos relatórios dessas atividades ao órgão licenciador;

1.16- no caso de mudanças ou realocação de estruturas, por circunstâncias não previstas, o empreendedor deverá comunicar

Documento Assinado Digitalmente

antecipadamente o órgão licenciador e solicitar autorização, providenciando a juntada no SOL com: Requerimento, Justificativa técnica, Projeto atualizado, Laudo sobre os impactos ambientais, mapa temático da situação de alteração, imagens RPA-drone, ART vigente e comprovante de pagamento da guia de ATULIC;

1.17- durante as obras da LT, deverá ser feito um acompanhamento direto nas propriedades a fim de mitigar problemas oriundos da logística construtiva, objetivando o imediato conserto e reconstrução de cercas e porteiras eventualmente danificadas, e à conservação e manutenção de acessos, bem como evitar transtornos às propriedades rurais na área de influência direta do empreendimento;

1.18- deverá ser instalada a sinalização indicativa dos acessos e das torres a fim de proporcionar maior segurança no trânsito de veículos e pessoas e, também, para facilitar a construção, manutenção e vistorias, bem como a instalação de placas educativas sobre a importância de preservação do meio ambiente;

1.19- o empreendedor deverá apresentar o Relatório técnico de Acompanhamento de Obras, semestralmente, assinado por profissional habilitado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), contendo: descrição das atividades empreendidas em cada LT, mapa temático do estágio construtivo das estruturas (construídas, em construção, à construir), descrição das medidas ambientais mitigadoras e/ou compensatórias implantadas, comprovação da destinação final dos resíduos provenientes das atividades de evolução da implantação, do gerenciamento dos Canteiros de Obras; apensar memorial com imagens de aerolevantamento com RPA-drone da construção do empreendimento, e demais informações pertinentes; ao findar as obras, apresentar o Relatório final comprovando a conclusão do empreendimento;

1.20- a FEPAM deverá ser comunicada antes do início das obras, com o cronograma executivo atualizado e ART de execução vigente do Engenheiro responsável, por intermédio de juntada no SOL;

2. Quanto à Infraestrutura:

2.1- fica autorizada a instalação e operação do Canteiro de Obras em Santo Antônio da Patrulha, em área de 6.150m², localizado na Rodovia RST-474 (-29.8449° -50.5308°), com as seguintes unidades: guarita, escritório, refeitório, área de vivência, banheiros e lavabo, almoxarifado fechado, depósito de materiais, carpintaria e armação, local para coleta seletiva de resíduos, estacionamento, sistema sanitário com fossa séptica e sumidouro, sinalização, oficina de manutenção e lavagem;

2.2- todas as estruturas/unidades deverão ser identificadas e sinalizadas com placas, bem como possuir avisos diante dos eventuais riscos e para a segurança dos colaboradores;

2.3- o canteiro de obras deverá ficar locado no interior da área útil prevista para o empreendimento, de modo a não impactar as demais áreas do entorno; e após findar seu uso, as áreas deverão ser objeto de desmobilização, limpeza e mitigação de eventual passivo ambiental;

2.4- o controle, manutenção e gestão de resíduos sólidos e efluentes do canteiro de obras deverão ser incluídos nos relatórios do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes;

2.5- deverá ser devidamente implantado o sistema fossa-filtro-sumidouro para tratamento dos efluentes líquidos a serem gerados no canteiro de obras, devendo o mesmo ser periodicamente inspecionado;

2.6- atividades com potencial geração de efluentes oleosos, como manutenção, oficina e lavagem de veículos e equipamentos deverão ser realizadas sobre piso impermeável, com sistema de drenagem e caixa separadora de água e óleo (CSAO), com inspeção e limpeza regulares;

2.7- deverá ser realizada inspeção e manutenção periódica na(s) caixa(s) separadora(s) de água e óleo, no(s) sistema(s) de tratamento de efluentes sanitários e no(s) sistema(s) de tratamento efluentes gerados, sendo necessário relatar a ação com memorial fotográfico atualizado em Relatório técnico com ART;

2.8- o Canteiro de Obras é objeto da Certidão de Zoneamento n° 017/2020 expedida em 14/05/2020 pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do município de Santo Antônio da Patrulha;

2.9- não está autorizada a instalação e operação de tanque de abastecimento de combustível, central dosadora de concreto, ou poço artesiano no canteiro de obras, se houver necessidade deverá ser solicitada a autorização junto à FEPAM;

3. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

3.1- deverão ser mantidas e preservadas as Áreas de Preservação Permanente - APP's definidas na Lei Federal n° 12.651, de 25 de maio de 2012, alterada pela Lei Federal nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, nas Resoluções CONAMA n.° 302/2002, de 20 de março de 2002, e CONAMA n.° 303/2002, de 20 de março de 2002, Leis Estaduais n.º 9.519, de 21 de janeiro de 1992 (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul) e n.º 15.434, de 9 de janeiro de 2020 (Código Estadual do Meio Ambiente);

3.2- não poderão ser locadas estruturas em afloramentos rochosos que abriguem exemplares de espécies da flora ou fauna ameaçadas, com especial atenção a cactaceae e bromeliaceae;

3.3- está licenciada a intervenção em APP na área diretamente afetada com objetivo de eventual instalação, manutenção e conservação das estruturas (torres), entretanto os acessos em APP deverão ser temporários e objetos de restauração via Projeto de Recuperação das APP, o qual deverá ser abarcado pelo Programa de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas -

PRADA;

3.4- está autorizada a intervenção eventual em vegetação nativa em APP para execução de obras conforme o Projeto técnico sob acompanhamento diário da Equipe de Supervisão Ambiental, sendo que tais ações deverão constar no Relatório técnico SEMESTRAL;

3.5- é proibido o uso do fogo ou queimadas nas florestas e demais formas de vegetação natural, conforme Art. 28 da Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992;

3.6- na atividade de implantação da LT deverá ser mantida a vegetação herbácea, nesse sentido, não poderão ser efetuados cortes rasos nas áreas de preservação permanente;

3.7- deverão ser adotadas medidas para prevenir e mitigar interferências adicionais durantes a instalação do empreendimento, dentre as quais se destaca: instalação de sinalização de redução de velocidade nas vias de acesso às frentes de trabalho, delimitação da supressão de vegetação, implementação de canaletas de sedimentação ao longo dos acessos e áreas de apoio, e a utilização de métodos alternativos de lançamento do cabos (RPA-drone), quando possível, evitando a necessidade de corte de vegetação;

4. Quanto ao Solo:

4.1- deverá ser previsto o armazenamento da camada de solo orgânico, para posterior utilização na recuperação das áreas degradadas;

4.2- em caso de necessidade de aquisição de material mineral a ser utilizado nas obras do empreendimento, este deverá ser oriundo de local devidamente licenciado;

4.3- deverá ser executado o plano de medidas de prevenção, contenção e monitoramento de processos erosivos na área do empreendimento, com a devida supervisão ambiental;

4.4- não poderão ser utilizadas espécies exóticas consideradas invasoras para a revegetação dos taludes ou recuperação de áreas degradadas;

4.5- deverá ser evitado o uso de passagens úmidas, utilizando, se isso for necessário, a instalação de bueiros com diâmetro condizente a vazão do curso d'água;

4.6- os acessos secundários, no interior das propriedades particulares, deverão ser locados, mantidos e utilizados em acordo com o proprietário da área, visando à mínima interferência nas atividades rotineiras da propriedade rural;

4.7- é proibido o uso de queimadas e de agrotóxicos para dessecamento da vegetação na manutenção de estradas e acessos;

4.8- o material excedente dos trabalhos de terraplenagem (bota-fora) deverá ser disposto em local próprio;

4.9- todas as áreas utilizadas junto ao canteiro de obras e as áreas de bota-fora, caso necessárias, deste empreendimento e praças de montagem deverão ser recuperadas tão logo sejam desativadas, sob a égide do PRADA;

4.10- todas as áreas de bota-espera deverão ser sinalizadas;

4.11- deverá ser dada prioridade para uso da malha de estradas vicinais e caminhos internos às propriedades já existentes, mantidos e utilizados em acordo com o proprietário da área, evitando a construção de novos acessos e impacto sobre as áreas naturais;

4.12- os acessos localizados próximos de áreas de declividade acentuada deverão ter escoamento superficial através de estruturas de captação e condução d'água;

4.13- deverá ser evitado o uso de passagens úmidas, utilizando a instalação de bueiros com diâmetro condizente a vazão do curso d'água;

4.14- deverá ser executada, regularmente e em períodos de estiagem, a aspersão com água para controle de poeira utilizando-se de Caminhão-pipa nos acessos, estradas de serviço e estradas municipais não pavimentadas durante o período de obras e tráfego de veículos;

4.15- a manutenção dos acessos às estruturas não poderá provocar interrupção, retificação ou qualquer tipo de interferência em drenagens, banhados, cursos d'água e em áreas de nascentes;

4.16- as movimentações de terra, a limpeza de áreas para utilização de acessos, a implantação de estruturas, áreas de apoio e a construção de novos acessos não poderá provocar interrupção, retificação ou interferências que possam gerar impactos sobre drenagens, cursos de água, banhados e áreas de nascentes;

5. Quanto à Flora:

5.1- é vedada a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, em qualquer fase da implantação do empreendimento;

5.2- deverão ser realocados para áreas adjacentes os exemplares das famílias Cactaceae, Bromeliaceae e Orquidaceae caso identificados ao longo da faixa de intervenção das obras;

5.3- em caso de corte de vegetação, este não poderá ser realizado em áreas onde houver nidificação, devendo o empreendedor

aguardar o término do período para proceder à supressão;

5.4- fica autorizada a intervenção em vegetação nativa e manejo florestal em área de 13,71 hectares, com Volume estimado de 4.542,6mst em lenha, conforme o Projeto de manejo apresentado com efetivo acompanhamento diário de responsável técnico;

5.4.1- a área abarca 3,28 hectares em estágio inicial de regeneração, com Volume estimado de 1.087,8 mst;

5.4.2- a área contempla 10,43 hectares em estágio médio de regeneração, com Volume estimado de 3.454,6 mst;

5.4.3- fica autorizado o corte de 277 exemplares com DAP igual ou superior a 15,0 cm conforme o Quadro 7 (34/114) do documento do Inventário Florestal;

5.5- está licenciado o corte eventual (abate) e o transplante de exemplares arbóreos de espécies nativas ameaçadas de extinção para sítios semelhantes ao de origem, somente quando da necessidade técnica para execução da pesquisa arqueológica, sendo necessário identificar e georreferenciar cada exemplar objeto de corte, e incluir no Relatório pós-corte;

5.6- todas as atividades que envolvam o manejo da vegetação deverão ser acompanhadas efetivamente, durante toda a sua execução, pelo profissional habilitado responsável;

5.7- as motosserras utilizadas em qualquer atividade devem estar devidamente regularizadas perante o IBAMA no momento de sua utilização, sob responsabilidade do Empreendedor;

5.8- a supressão da vegetação nativa deverá ficar restrita aos locais previstos para a pesquisa arqueológica conforme Projeto técnico apresentado, e os remanescentes florestais que não interferirão na implantação do empreendimento deverão ser preservados;

5.9- deverá ser apresentado: Relatório Pós-corte SEMESTRAL do manejo florestal, com detalhamento das intervenções, da identificação/quantificação das espécies objeto de abate, dos Volumes por espécie oriundos do corte/supressão (m³/mst), do armazenamento, memorial fotográfico completo, mapa carta imagem dos fragmentos suprimidos, imagens RPA (drone) dos locais do manejo/fragmentos, Planilha padrão com dados para cadastro no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor (.csv), e demais informações pertinentes com a ART Execução vigente (relatório em meio digital, .pdf/SOL);

5.10- em caso de necessidade de intervenção por meio do corte de outros exemplares de espécies nativas não abarcados no Projeto, deverá ser previamente providenciada a autorização para tal junto à FEPAM, com protocolo do Projeto executivo, memorial fotográfico, imagens RPA (drone), a identificação e quantificação das espécies envolvidas e suas localizações e as devidas justificativas técnicas para o manejo, mapa temático, síntese dos dados de RFO (IN SEMA n° 01/2018), ART vigente e pagamento da ATULIC, sendo expressamente proibida qualquer intervenção até a obtenção do referido licenciamento;

6. Quanto à Compensação e Reposição Florestal Obrigatória:

6.1- o Empreendedor deverá solicitar junto ao DBIO/SEMA-RS, aprovação de Projeto de Reposição Florestal Obrigatória (RFO) proveniente do manejo de vegetação nativa licenciado por esta Fundação e registrado no Sistema - COF/RFO sob o n° 2131, através da abertura de expediente administrativo no Sistema Online de Licenciamento - SOL elaborado de acordo com o Termo de Referência disponível na página da SEMA (www.sema.rs.gov.br), em conformidade com a Instrução Normativa n° 01/2018 SEMA-RS;

6.1.1- a reposição florestal obrigatória perfaz 49.581 (Quarenta e Nove Mil, Quinhentas e Oitenta e Uma) mudas de espécies nativas sob gestão e fiscalização do DBIO/SEMA-RS;

6.2- o Empreendedor deverá apresentar em 30 (trinta) dias após findar o manejo de vegetação, aos autos deste processo, a cópia da solicitação no SOL de Processo para análise do DBIO/SEMA diante da execução da RFO;

6.3- a Compensação Ambiental por Área Equivalente, diante da intervenção em vegetação nativa na totalidade perfaz a área total de 41,66 hectares (vegetação nativa e campestre) sob gestão do DBIO/SEMA-RS;

6.4- o empreendedor deverá observar a Instrução Normativa SEMA n° 01/2018, a qual estabelece procedimentos a serem observados para a Reposição Florestal Obrigatória - RFO no Estado do Rio Grande do Sul, bem como a Portaria Conjunta SEMA/FEPAM n° 25/2018 que estabelece o procedimento de tramitação das solicitações de supressão ou manejo de vegetação nativa e RFO;

7. Quanto à Fauna:

7.1- é proibida a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de animais silvestres, conforme legislação vigente;

7.2- deverão ser implantados sinalizadores de avifauna em espaçamento máximo de 20 m nos vãos das estruturas que se encontrarem em área de formação florestal, áreas úmidas, corpos d'água e áreas com rizicultura, estando de acordo com a proposta de instalação constante no documento 16 do processo 3493-0567/20-4;

7.3- deverá ser executado o Programa de Resgate, salvamento e afugentamento da Fauna Silvestre proposto sob a ART nº 10751951, através da capacitação dos trabalhadores da obra e o acompanhamento das frentes de trabalho a fim de realizar o afugentamento da fauna residente e o resgate daqueles que apresentarem dificuldades no deslocamento próprio, seguindo a metodologia descrita no programa;

7.4- deverá ser realizada a avaliação técnica para identificação das áreas potenciais de ocorrência de rivulídeos ao longo do traçado do empreendimento e o resgate do substrato, conforme proposto no escopo do Programa de Resgate, salvamento e afugentamento da Fauna Silvestre, com o objetivo de minimizar impactos sobre estas espécies, consideradas ameaçadas de

extinção segundo a legislação vigente;

7.5- deverá ser realizado esforço específico para a identificação de exemplares das espécies Melanophryniscus dorsalis e Acanthochellys spixii a fim de promover o seu resgate, bem como a fim de monitoramento;

7.6- em caso de encontro de animais debilitados, estes deverão ser resgatados e encaminhados para tratamento em clínica veterinária, devendo anexar neste processo documentação apresentando aceite manifestado por Médico Veterinário;

7.7- esta licença não permite o transporte de animais vivos para além da área do empreendimento, salvo situações expressamente autorizadas previamente pela FEPAM. Faz-se exceção aos casos de necessidade de atendimento veterinário, em atendimento a condicionante anterior;

7.8- deverá ser executado o Programa de Resgate, salvamento e afugentamento da Fauna Silvestre através da capacitação dos trabalhadores da obra e o acompanhamento das frentes de trabalho a fim de realizar o afugentamento da fauna residente e o resgate daqueles que apresentarem dificuldades no deslocamento próprio, seguindo a metodologia descrita no programa, acompanhado de Responsável Técnico habilitado com a devida ART vigente;

7.9- deverá ser executado o Projeto de instalação do Sinalizadores para Avifauna, contemplando os sinalizadores nos vãos definidos no projeto apresentado constante nos autos do Processo n° 003493-0567/20-4 (SOL), sob efetiva supervisão ambiental

7.10- não poderá ser instalada torres da linha de transmissão e acessos, ou de quaisquer outras estruturas associadas, em áreas ou sítios com ocorrência de peixes anuais ameaçados de extinção, respeitando-se um distanciamento adequado das estruturas em relação a esses locais, de modo a garantir a sua proteção e dinâmica hídrica, sendo que a implantação de estruturas e acessos deverá obrigatoriamente ser precedida de inspeção da ocorrência de peixes anuais antes do início das obras na faixa de servidão, incluindo os acessos previstos e existentes;

7.11- não poderão ser instalados torres da linha de transmissão e acessos, ou quaisquer outras estruturas associadas, em locais de eventual ocorrência de colônias de tuco-tucos (Ctenomys sp.) outros mamíferos terrestres de hábitos semi-fossoriais;

8. Quanto à Autorização para Captura e Manejo da Fauna:

8.1- fica autorizada a captura eventual de animais silvestres dos grupos de anfíbios, répteis, aves e mamíferos decorrente da execução do Programa de Resgate, salvamento e afugentamento da Fauna Silvestre;

8.2- em caso de captura, os animais deverão ser soltos, o mais breve possível, em ambiente natural próximo o bastante para não sofrer interferência do empreendimento;

8.3- em caso de óbito de exemplar capturado, este deverá ser preservado em meio específico, etiquetado com todos os dados da coleta e depositado em uma instituição de ensino. O referido depósito deverá ser comprovado através de documento de recebimento, que deverá ser apresentado juntamente ao Relatório Final do Projeto;

8.4- não está autorizado o transporte de animais vivos para além da área do empreendimento, excetuando-se os casos de transporte para a clínica veterinária, centro de triagem e reabilitação de fauna debilitada;

8.5- em caso de encontro de animais debilitados, estes deverão ser resgatados e encaminhados para tratamento em clínica veterinária ou Centro de triagem e reabilitação, e posteriormente soltos em Unidade de Conservação mais próxima;

9. Quanto à Supervisão Ambiental:

9.1- deverá ser feita supervisão ambiental e acompanhamento diário, por técnicos habilitados no decorrer da implantação da LT, com descrição das atividades no Relatório Técnico de Acompanhamento de Obra;

9.2- a Equipe de Supervisão Ambiental e/ou a Equipe Técnica do Empreendedor deverá informar imediatamente à FEPAM, a ocorrência de qualquer situação verificada no empreendimento que esteja em desacordo com as restrições e condicionantes estabelecidas neste documento licenciatório;

9.3- a execução das obras deverá contar com supervisão ambiental contínua, com o intuito de controlar e minimizar os impactos provenientes das atividades inerentes à implantação do empreendimento sobre os solos, os recursos hídricos e a biodiversidade existentes;

9.4- o empreendedor deverá comunicar a FEPAM em caso de eventual alteração da Equipe de Supervisão Ambiental, sendo necessário juntar aos autos as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de Execução vigentes de cada Plano, Programa e Projeto ambiental objeto do empreendimento;

10. Quanto ao Meio Antrópico:

10.1- deverá ser dada continuidade às negociações pendentes das propriedades afetadas pelo traçado da LT;

10.2- o empreendedor deverá garantir o acesso das populações locais às oportunidades de emprego geradas pela implantação do empreendimento;

10.3- deverá ser implantado, antes mesmo do início das obras, um Programa permanente de comunicação social que garanta um

eficaz esclarecimento às comunidades locais sobre todas as ações desenvolvidas para implantação do empreendimento;

10.4- no Programa de Comunicação Social, deverá constar instruções de acesso às agências de regulação e fiscalização, as quais os integrantes da comunidade possam recorrer em caso de acidentes ou outros problemas decorrentes da instalação e funcionamento das Linhas de Transmissão;

10.5- para execução das atividades previstas no Programa de Comunicação Social - PCS como o atendimento e esclarecimento junto às comunidades, Prefeituras, escolas, etc; deverá ser previsto nos Canteiros de Obras um local específico para desenvolvimento das ações previstas no Programa;

10.6- deverá ser prevista a execução de programa de educação ambiental, contemplando ações voltadas à comunidade local e aos trabalhadores do empreendimento com temas relacionados à conservação e preservação dos recursos naturais;

10.7- deverão ser executadas medidas ou ações executivas de compensação pela interferência do empreendimento nas rotinas e hábitos das comunidades, através de melhoria de acessos locais e pela implantação de equipamentos de uso comunitário ou turístico;

10.8- no Programa de Negociação e Indenização, para o estabelecimento da faixa de servidão, incluir a fiscalização da qualidade dos acessos pré-existentes e assegurar a recuperação dos mesmos, especialmente quando as obras estiverem sendo realizada nos períodos de plantio e colheita, ocasião em que a má qualidade dos acessos afeta de forma mais acentuada a atividade produtiva das propriedades da AID, além da inclusão dessas medidas para monitoramento e avaliação, visando a entrega de todos os acessos utilizados em melhores condições do que foram encontrados, com comprovação por meio de registros fotográficos da situação antes do empreendimento e após o término das obra;

10.9- nos relatórios dos programas relativos ao meio socioeconômico, deverão constar os resultados das atividades desenvolvidas, a comprovação do contato com as instituições e a população envolvida, e avaliação da eficácia das ações propostas em cada programa, incluindo os termos de acordo, as atas e lista de presença dos eventos realizados;

11. Quanto aos Efluentes Líquidos:

11.1- não poderá haver lançamento de efluentes líquidos, exceto pluviais isentos de qualquer contaminação, em corpos hídricos superficiais ou subterrâneos, ou no solo sem o prévio licenciamento da FEPAM;

11.2- as instalações sanitárias deverão possuir esgotamento próprio com tratamento de efluentes e ser periodicamente vistoriadas;

11.3- atividades com potencial geração de efluentes oleosos, como manutenção e lavagem de veículos e equipamentos deverão ser realizadas sobre piso impermeável, com sistema de drenagem e caixa separadora de água e óleo;

12. Quanto à Qualidade das Águas:

12.1- nas atividades de execução de fundações das torres/estruturas, bem como as demais atividades necessárias à implantação do empreendimento, deverão assegurar a não contaminação das águas superficiais e subterrâneas;

12.2- o monitoramento da qualidade das águas superficiais deverá ser executado com a devida supervisão ambiental, durante as fases de pré-implantação, implantação e operação do empreendimento;

12.3- em caso de previsão de utilização de águas subterrâneas para o abastecimento dos Canteiro de Obras e outras instalações, deverão ser obtidas autorizações prévias para perfuração de poços e outorgas para uso das águas junto ao Departamento de Recursos Hídricos (DRH), visando ao consumo humano e industrial;

13. Quanto aos Óleos Lubrificantes:

13.1- todas as áreas de armazenamento de óleo e/ou combustível deverão ser impermeabilizadas e protegidas por bacias de contenção, conforme NBR 17.505 da ABNT, de modo a evitar a contaminação da área por possíveis vazamentos;

13.2- caso a atividade utilize óleos lubrificantes em embalagens plásticas, deverá entrar em contato com o(s) fornecedor(es) atacadista(s) (fabricante ou fornecedor) para que estes realizem a coleta das embalagens plásticas pós-consumo. A coleta é gratuita e o coletor fornece comprovante de coleta em atendimento a Portaria SEMA/FEPAM n° 001/2003. O telefone para contato com os distribuidores e fabricantes regularizados constam da Licença Ambiental destes, e estão disponíveis para consulta no site da FEPAM com o código da atividade;

13.3- caso a atividade adquira óleo lubrificante em embalagens plásticas apenas no comércio varejista, deverá fazer a devolução voluntária no ponto de compra. O comércio varejista de óleos lubrificantes (lojas, supermercados, etc.) não realiza a coleta das embalagens, mas é ponto de coleta dos fornecedores imediatos;

13.4- a lavagem de veículos (carros, caminhões, tratores, etc.), máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em rampas ou áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo;

14. Quanto aos Resíduos Sólidos:

14.1- o Programa de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) deverá ser executado contemplando:

14.1.1- ações de conscientização/treinamentos, com as equipes envolvidas na operacionalização do PGIRS;

14.1.2- o relatório técnico SEMESTRAL de execução do PGIRS, com a respectiva ART, deverá contemplar: tabela resumo de todos os resíduos gerados, contendo descrição, data de envio, quantidade, número do MTR emitido, empresa transportadora e empresa de destinação final; e cópias das licenças das empresas contratadas para transporte e destinação de resíduos;

14.2- não poderão ser utilizados locais próximos aos recursos hídricos para descarte de bota-foras, considerando o seu leito maior sazonal;

14.3- a lavagem dos caminhões betoneira deverá ser realizada em local adequado, que disponha de rampa com caixa separadora. O resíduo advindo da bacia de contenção da área de lavagem dos caminhões betoneira não poderá ser disposto nos acessos secundários, na área das estruturas ou na área da propriedade, devendo o empreendedor contatar a prefeitura para viabilizar a disposição deste resíduo em local adequado;

14.4- deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados os resíduos sólidos gerados para a armazenagem provisória na área do empreendimento, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos para local devidamente licenciado;

14.5- no caso de envio de resíduos para disposição ou tratamento em outros estados, deverá ser solicitada Autorização para Remessa de Resíduos para Fora do Estado junto à FEPAM, através de processo administrativo específico;

14.6- deverá ser observado o cumprimento da Portaria FEPAM n.º 087/2018, D.O.E. de 30/10/2018, referente ao Manifesto de Transportes de Resíduos - MTR;

14.7- fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas por esta Fundação;

14.8- a empresa deverá verificar o licenciamento ambiental das empresas, inclusive Centrais de recebimento de resíduos, para as quais seus resíduos são encaminhados e atentar para o seu cumprimento, pois, conforme o Artigo 9º do Decreto Estadual n.º 38.356 de 01/04/98, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros;

14.9- deverá ser mantido à disposição da fiscalização da FEPAM o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS atualizado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável pela sua atualização e execução, em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010;

15. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência:

15.1- em caso de acidente ou incidente com risco de danos a pessoas e/ou ao meio ambiente, a FEPAM deverá ser imediatamente informada pelo telefone (51) 99982-7840;

15.2- deverá ser realizado treinamento de todos os funcionários envolvidos na instalação do empreendimento visando à adoção de posturas relacionadas à mitigação dos impactos ambientais e de segurança do empreendimento;

16. Quanto ao Monitoramento:

16.1- o órgão ambiental deverá ser imediatamente avisado no caso de ocorrência de danos ambiental de qualquer natureza no empreendimento, apensar Relatório técnico com detalhamento do fato ocorrido, descrição de eventuais danos ambientais, medidas adotadas, memorial fotográfico e ART;

16.2- o empreendedor deverá efetuar a verificação da necessidade de instalação de novos sinalizadores para avifauna em áreas com alta sensibilidade ambiental, e sinalizadores visuais para embarcações e aeronaves, durante a vigência desta licença;

16.3- o empreendedor deverá manter as faixas de servidão livres de instalações residenciais ou comerciais;

16.4- deverá ser realizado o controle e vistorias periódicas frente ao uso e ocupação da faixa de servidão do empreendimento, com adoção de medidas para coibir a ocupação antrópica irregular;

16.5- deverá ser feita a comunicação imediata a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura - SEMAI na hipótese de descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse paleontológico, na área do empreendimento, conforme Portaria FEPAM n° 108/2019;

17. Quanto aos Programas Ambientais:

17.1- deverão ser executados os seguintes Programas Ambientais:

17.1.1- PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA;
17.1.2- PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PCS;
17.1.3- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PEA;
17.1.4- PROGRAMA AMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO - PAC;
17.1.5- PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES - PGRSE;
17.1.6- PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS OU ALTERADAS - PRADA;
17.1.7- PROGRAMA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E PROCESSOS EROSIVOS - PMPCPE;

17.1.8- PROGRAMA DE CONTROLE E CONSERVAÇÃO DE ACESSOS - PCCA;
17.1.9- PROGRAMA DE LIMPEZA DAS ÁREAS ASSOCIADAS À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO - PLAAIP;
17.1.10- PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE APP - PMCAPP;
17.1.11- PROGRAMA DE SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO - PSV;
17.1.12- PROGRAMA DE REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA - PRFO;
17.1.13- PROGRAMA DE COLETA DE GERMOPLASMA E RESGATE DE EPÍFITAS - PCGRE;
17.1.14- PROGRAMA DE MONITORAMENTO, AFUGENTAMENTO, RESGATE E TRANSPORTE DE FAUNA SILVESTRE - PMARTFS;
17.1.15- PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE SINALIZADORES DE AVIFAUNA - PMSA;
17.1.16- PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO E INDENIZAÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO E ACESSOS - PNIFSA;
17.1.17- PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO - PAMA;
17.1.18- PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO POTENCIAL PALEONTOLÓGICO - PAMPP;

17.2- cabe ao empreendedor apresentar o Relatório técnico SEMESTRAL (em meio digital .PDF no SOL) de acompanhamento e execução de cada Plano e Programa ambiental, com a respectiva ART vigente de Execução; Contendo: objetivos, justificativas, público-alvo, inter-relação com outros programas, bem como uma avaliação sobre a sua efetividade, descrição das atividades desenvolvidas no período, medidas mitigadoras/compensatórias; notificações realizadas e efeitos; registros fotográficos atualizados, imanges RPA-drone, discussão dos resultados obtidos, comparação com dados históricos (em forma de planilhas e/ou gráficos) e parecer técnico conclusivo;

17.3- os Programas Ambientais em execução somente poderão ser encerrados após apresentação de relatório final de avaliação dos resultados e de avaliação conclusiva quanto a sua continuidade ou encerramento, aprovados pela FEPAM;

18. Quanto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artistico Nacional - IPHAN:

18.1- deverá ser feita a comunicação imediata ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura na hipótese de descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológicos ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, na área do empreendimento, conforme previsto no art. 18 da Lei 3.924 de 26 de julho de 1961;

18.2- deverão ser executadas medidas preventivas de não interferências em bens do patrimônio arqueológico, histórico, cultural e fossilífero que possam ser identificados durante as atividades de instalação da Linha, acessos, áreas de apoio e instalações associadas ao empreendimento;

18.3- deverão ser executadas ações de educação patrimonial arqueológica e paleontológica para todos os envolvidos nas atividades de escavações e instalação das fundações das estruturas/torres;

18.4- no caso de identificação de vestígios fossilíferos, as atividades deverão ser suspensas até que o local da descoberta e áreas contíguas sejam demarcadas e sinalizadas, até as autorizações com o órgão competente e coleta por equipe técnica especialista ou pelo IPHAN;

18.5- o Empreendimento foi de manifestação e anuência do IPHAN para a LI e para a LO por intermédio do Ofício n° 899/2020/IPHAN-RS-IPHAN, processo IPHAN n° 01512.002193/2015-11, sob gestão e fiscalização do IPHAN;

19. Quanto à Publicidade da Licença:

19.1- deverá ser fixada junto ao empreendimento, em local de fácil visibilidade, placa para divulgação do licenciamento ambiental, conforme modelo disponível no site da FEPAM, www.fepam.rs.gov.br. A placa deverá ser mantida durante todo o período de vigência desta licença;

19.1.1- a placa do licenciamento deverá ser fixada junto ao Canteiros de Obras em Santo Antônio da Patrulha e nas duas Subestações de Energia Elétrica;

19.2- deverá ser providenciada a divulgação deste documento, através de publicações em periódicos com circulação regional/estadual, conforme legislação vigente, sendo que deverão ser encaminhadas a esta Fundação, cópias das referidas publicações como juntada ao presente processo administrativo;

III - Documentos a apresentar para renovação desta Licença:

1- acessar o Sistema on line de Licenciamento, disponível no site da FEPAM;

2- justificativa técnica, com elementos comprobatórios e novo cronograma físico de implantação do empreendimento, assinados pelo representante legal;

3- Relatório Técnico assinado pela responsável técnico pelo acompanhamento das obras e supervisão ambiental com detalhamento das atividades realizadas durante a sua vigência, informando o montante previsto e montante realizado para cada atividade envolvida na implantação do empreendimento como um todo. Para cada atividade deverá ser relacionado e comentado quanto ao cumprimento das exigências da licença de instalação anterior;

4- Declaração de Aprovação do Projeto de Reposição Florestal Obrigatória ou do Termo de Regularidade do Projeto de Reposição

Florestal Obrigatória ou do Termo de Quitação de Reposição Florestal Obrigatória, expedido pelo Departamento de Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, de acordo com a Portaria Conjunta SEMA/FEPAM n° 25/2018 e com a Instrução Normativa SEMA-RS n° 01/2018, ou àquela que venha a substituí-la;

5- Relatório parcial de implantação dos sinalizadores visuais e de avifauna, com quadro identificador dos vãos e número de sinalizadores instalados, memorial fotográfico, e mapa temático com a demarcação dos segmentos objeto de sinalização para avifauna, com indicação das respectivas LTs, ferrovias e rodovias transpassadas pelo Sistema de Transmissão;

6- Relatório referente às negociações de todas as propriedades, objeto da consolidação fundiária da faixa de servidão do empreendimento, e mapa temático com a demarcação das propriedades adquiridas;

7- Laudo técnico diante do cumprimento do expresso na AUTORIZAÇÃO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - AUTUNC N° 00011/2020, emitida pela SEMA-RS, com ART vigente do responsável técnico;

IV - <u>Documentos a apresentar para solicitação da Licença de Operação:</u>

1- requerimento solicitando a Licença de Operação, através do Sistema Online de Licenciamento ambiental - SOL;

2- Relatório Técnico referente a comprovação do cumprimento das exigências da Licença de Instalação, incluindo quadro resumo referente às atividades realizadas durante a instalação do empreendimento ao longo de todo o período de vigência da LI, acompanhado de registros fotográficos e da ART do profissional;

3- Laudo técnico diante do cumprimento do expresso na AUTORIZAÇÃO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - AUTUNC N° 00011/2020, emitida pela SEMA-RS, com ART vigente do responsável técnico;

4- Relatório Técnico dos Planos e Programas ambientais em execução, contendo: objetivos, justificativas, público-alvo, inter-relação com outros programas, bem como uma avaliação sobre a sua efetividade, descrição das atividades desenvolvidas no período, registros fotográficos, discussão dos resultados obtidos, comparação com dados históricos (em forma de planilhas e/ou gráficos) e parecer técnico conclusivo. O relatório deverá ser sucinto, claros e objetivos, e apensar a ART de execução do responsável técnico habilitado;

5- Atualização e descrição dos Planos, Programas e Projetos ambientais a serem desenvolvidos para a fase de LO do empreendimento, contendo: objetivos, justificativas, metodologia, público-alvo, inter-relação com outros programas, cronograma executivo e ART dos responsáveis técnicos habilitados;

6- em caso de necessidade de manutenção da servidão no que se refere ao manejo (corte/supressão) de vegetação, deverá ser apresentado Projeto Técnico de inventário florestal com dados qualitativos e quantitativos, contendo previsão para a vigência da futura licença, planilha padrão Sinaflor, síntese do Projeto de RFO, e ART vigente de profissional habilitado;

7- Termo de Regularidade do Projeto de Reposição Florestal Obrigatória ou do Termo de Quitação de Reposição Florestal Obrigatória, expedido pelo Departamento de Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, de acordo com a Portaria Conjunta SEMA/FEPAM n° 25/2018 e com a Instrução Normativa SEMA-RS n° 01/2018, ou àquela que venha a substituí-la;

8- Relatório final de implantação dos sinalizadores visuais e de avifauna, com quadro identificador dos vãos e número de sinalizadores instalados, memorial fotográfico, e mapa temático com a demarcação dos segmentos objeto de sinalização para avifauna, com indicação das respectivas LTs, ferrovias e rodovias transpassadas pelo Sistema de Transmissão;

9- Plano de Monitoramento da Fauna Voadora com cronograma de execução com ART vigente de profissional habilitado, contemplando: descrição detalhada da metodologia de monitoramento da fauna voadora; especificar plano de ação para prevenir o estabelecimento de ninhos em locais de risco nas estruturas da LT; parecer técnico conclusivo sobre os possíveis impactos a fauna e medidas mitigadoras a serem adotadas; e avaliação de potencial impacto dos efeitos cumulativos e sinérgicos sobre o grupo das aves em relação aos empreendimentos similares existentes na área de influência direta da LT, e com documentação conforme a Portaria FEPAM n° 28/2019;

10- Relatório final referente às negociações de todas as propriedades, objeto da consolidação fundiária da faixa de servidão do empreendimento, e mapa temático com a demarcação das propriedades adquiridas;

11- Manifestação conclusiva ou Anuência do Instituto de Patrimônio Histórico e Artisitco Nacional - IPHAN referente à fase de operação do empreendimento;

12- Termo de Liberação Definitivo - TLD emitido pelo ONS, em face da realização do(s) pré-teste(s) operacionais da LT ou SE de acordo com a Res. CONAMA 279/2001;

13- Quanto à realização de teste(s) pré-operacionais para a integração de LT ou SE no Sistema Interligado Nacional - SIN, caso haja necessidade de realizá-los anteriormente à emissão da LO do empreendimento, deverá ser solicitada uma Autorização Geral - AUTGER no Sistema Online de Licenciamento ambiental - SOL, devendo ser mantido o mesmo número de empreendimento desta licença;

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à FEPAM, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento;

Qualquer alteração na representação do empreendedor ou alteração do endereço para recebimento de correspondência da FEPAM, deverá ser imediatamente informada à mesma;

Esta licença é válida para as condições acima até 21 de agosto de 2025, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 21 de agosto de 2020.

Este documento é válido para as condições acima no período de 21/08/2020 a 21/08/2025.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam®.

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

Nome do arquivo: awfqtf0f.vf0

Autenticidade: Documento Íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Renato das Chagas e Silva	25/08/2020 10:08:00 GMT-03:00	39553094015	Assinatura válida

Documento Assinado Digitalmente

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FORM-DSM-01-2020

Lista de Presença Diálogo Semanal de Segurança, Meio Ambiente e Saúde- DSSMS

Versão:	FORM-DSM-01
Data:	06/02/20
Revisão:	1
Autor:	Silvio C. Cantieri
Cliente	Todos
Abrangência	Em toda a empresa

RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO: Luis Fernando da Rocha Pires **ASSINATURA:**

OBRA: LT 230 kV Oso3/Gra3 **CIDADE:** Santo Antônio da Pat -RS

DIA	TEMA
07/04/2021	Animais Peçonhentos: espécies comuns, prevenção e procedimento de emergência.

Objetivo:
Despertar no funcionário reflexão continua sobre a importância da fauna. Promover diálogo para esclarecimentos de dúvidas sobre os procedimentos de emergência. Compartilhar possíveis falhas observadas e discutir com os participantes visando elimina-las. Apontar riscos que possam estar mais evidentes. Apresentar espécies mais comuns de animais peçonhentos.

Nº	NOME	ASSINATURA
1	Joan Lucas Bezerra monteiro	JLBM
2	Daniel Carvalho mendes	
3	Francisco Lucas Ribeiro de Sousa	
4	JOSÉ VICTOR RODRIGUES	
5	JOSÉ ROBERTO O. HENRIQUES.	
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		

FORM-DSM-19-2020
LISTA DE PRESENÇA TREINAMENTOS E SIMULADOS

Versão:	FORM-DSM-19
Data:	17/11/2020
Revisão:	0
Autor:	Thuany R. da Silva
Cliente	Todos
Abrangência	Em toda a empresa

TÍTULO DO TREINAMENTO:	Integração - Meio Ambiente

RESPONSÁVEL:	Luis Fernando da Rocha Pires	**LOCAL:**	Lote 11 - Santo Antônio da Pat. /RS	**DATA:**	16/04/2021

Nº DA LISTA DE PRESENÇA:	20210416150320

1 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO TREINAMENTO

1.1	Política Integrada I.G-T.D	1.5	PAE - Comunicação de Acidentes Ambientais (Vazamentos, derramamentos, etc.)
1.2	Legislação Ambiental (Licença Ambiental)	1.6	Kit de Mitigação (Composição e Uso Correto)
1.3	Procedimentos e Responsabilidades da Divisão de Meio Ambiente	1.7	FISPQ
1.4	Segregação de resíduos	1.8	

CARGA HORÁRIA: 01 hora

Nº	NOME	FUNÇÃO	CPF	ASSINATURA
1	Roberto Gonçalves	Op. Retroescavadeira	776.890.540-72	
2	Willian Eduardo Silva Maciel	Ajudante	059.516.170-73	
3	Guilherme Litz Martin	Carpinteiro	035.397.140-57	
4	Alisson Silveira Colares	Motosserrista	011.967.840-35	
5	Olcinei Costa Furtado	Motosserrista	911.649.662-00	

Emproflora
Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.

RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 20/04/2021	Relatório nº:	Responsável Técnico: Guilherme A Paniz

Empreendedor: CPFL Transmissão

Empreendimento: LT230kV Osório 3 – Gravataí 3

Obs.:

	Descritivo
1	Integração ambiental e instrução para o corte;
2	Estrutura E3-3, supressão em área de torre e abertura de acesso iniciados.
3	
4	
5	
6	
7	
8	

Fotografias

1



2



3



4



ATA DE INTEGRAÇÃO

Uma empresa CPFL Energia

Emproflora

EMPREENDIMENTO: LT 230 kV Usário 3 - Gravataí 3

DATA: 20/04/2021	HORA: 09:00 h	TEMPO DE DURAÇÃO: 40 min

EMPRESA:

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Eng. Guilherme Artur Parisz

ASSUNTO PROGRAMADO:

- Apresentação;
- Licenciamento Ambiental;
- Meio ambiente;
- Instrução para o corte (supressão de vegetação)

Nº	Nome	Assinatura	RG
1	Romildo N. Limeira	Romildo	3554898624
2	Abson Silveira Cabral		1094756961
3	Oliveira Costa Corrêa	Oliveira	5335152
4	José Victor Pereira	Victor	064.570.693-04
5	Francisco Lucas	Lucas	
6	Daniel Carvalho		
7	José Roberto Oliveira		7063880 44
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			

CS Digitalizado com CamScanner

ANEXO III – INFORMAÇÕES E IMAGENS PERTINENTES À GESTÃO DE RESÍDUOS RELATIVA AO EMPREENDIMENTO

DOCUMENTOS

FORM-DSM-19-2020
LISTA DE PRESENÇA TREINAMENTOS E SIMULADOS

Versão:	FORM DSM-19
Data:	17/11/2020
Revisão:	0
Autor:	Thuany R. da Silva
Cliente	Todos
Abrangência	Em toda a empresa

TÍTULO DO TREINAMENTO:	Integração - Meio Ambiente

RESPONSÁVEL:	Luis Fernando da Rocha Pires	LOCAL:	Lote 11 - Santo Antônio da Pat. /RS	DATA:	26/04/2021

Nº DA LISTA DE PRESENÇA:	20210426083214

1 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO TREINAMENTO

1.1	Política Integrada I.G-T.D	1.5	PAE - Comunicação de Acidentes Ambientais (Vazamentos, derramamentos, etc.)
1.2	Legislação Ambiental (Licença Ambiental)	1.6	Kit de Mitigação (Composição e Uso Correto)
1.3	Procedimentos e Responsabilidades da Divisão de Meio Ambiente	1.7	FISPQ
1.4	Segregação de resíduos	1.8	

CARGA HORÁRIA: 01 hora

Nº	NOME	FUNÇÃO	CPF	ASSINATURA
1	ALEX DA CONCEIÇÃO MACEDO	AJUDANTE NÍVEL I	085.685.083-75	Alex da Conceição Mc
2	BIBIANO MACHADO DOS SANTOS	AJUDANTE NÍVEL I	080.440.993-52	Bibiano Machado dos Santos
3	CLOVIS SANTINE DA LUZ	AJUDANTE NÍVEL I	564.991.320-04	CLOVIS SANTINE DA LUZ
4	FELIPE LEANDRO CHUVALLTE	AJUDANTE NÍVEL I	105.525.487-07	Felipe Leandro
5	JOSE CARLOS SANTOS PAZ	OFICIAL CIVIL	010.544.120-14	José Carlos Santos Paz
6	DIEGO GUEDES GULART	TOPÓGRAFO	009.191.200-83	
7	GABRIEL GONÇALVES MENEGUIN	MOTOSSERRISTA	966.801.059-00	Gabriel Gonçalves Meneguin
8	MARCOS SUEL VIEIRA DOS SANTOS	OP. DE MÁQUINA	088.152.824-24	Marcos Suel Vieira dos S

FORM-DSM-01-2020

Lista de Presença Diálogo Semanal de Segurança, Meio Ambiente e Saúde- DSSMS

Transmissão e Distribuição

Versão:	FORM-DSM-01
Data:	06/02/20
Revisão:	1
Autor:	Silvio C. Cantieri
Cliente	Todos
Abrangência	Em toda a empresa

RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO: João Vitor Oliveira Sá Freire **ASSINATURA:** João Vitor O.

OBRA: LT 230 kV Oso3/Gra3 **CIDADE:** Santo Antônio da Pat -RS

DIA	TEMA
15/03/2021	-PERCEPÇÃO DE RISCO NAS ATIVIDADES DE ESCAVAÇÃO MANUAL E MECANIZADA. - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (EMPROFLORA - ANEXO) - USO CORRETO DE EPI'S.

Objetivo:
Despertar no funcionário reflexão continua sobre a importância da segurança e da saúde no trabalho. Promover diálogo para esclarecimentos de dúvidas sobre os processos de trabalho. Compartilhar possíveis falhas observadas e discutir com os participantes visando elimina-las. Apontar riscos que possam estar mais evidentes, dependendo da fase da obra. Apontar possíveis doenças que possam se manifestar devido à regionalidade.

Nº	NOME	ASSINATURA
1	Adriano Leal de Farias	
2	Adriano Vieira dos Santos	
3	Alenton Ruian de Araujo	
4	Barnabé Barbosa da Silva	
5	Claudi de Oliveira Sousa	
6	Cleilson da Silva Oliveira	
7	Daniel da Silva Souza	
8	Enoque Souza dos Santos	
9	Everton Colling Nedel	
10	Everton Luiz Lages Hickmann	
11	Gilberto Ghidorsi	
12	Ivam da Rocha Avila	
13	Jairo Duarte Barbosa	
14	João Batista Keltel	
15	Joelson Cardoso Domingues	
16	Jonildo Bonfim da Silva	
17	Jonir de Medeiros Leal	
18	Kelson Carvalho do Nascimento	
19	Marcos Alexandre Ribeiro	
20	Marcus Vinicius Santos do Nascimento	
21	Mauricio da Silva Couto	
22	Noel Bandura	
23	Robson Alves da Costa	
24	Rodolfo Simões da Luz	
25	Romildo Portes da Silva	
26	Samael Yago Horn de Souza	
27	Thales da Motta Balão	

mayton chaiane F Leal

Nº	NOME	ASSINATURA
28	Edson Sebastião Ferreira	
29	Diego Vicente Moreira	
30	Maykon Chaiane Ferreira Leal	
31	Elton Romar Schonfeldt	
32	Yeri Paulo TEIXEIRA	
33	Aldeir Alves de Oliveira	
34	Marcio dos Guimarães	
35	ANDRÉ B. MARTINS (EMPROFLORA) PALESTRA AMBIENTAL	
36	RODRIGO DA CUNHA (EMPROFLORA)	
37	Maykon Chaiane F Leal	Maykon
38	Eulicyan de Jesus Bispo do Sabel	
39	Marcelo Soares Pinheiro	
40		
42		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
55		
57		
58		
59		
60		
61		
62		
63		
64		
65		
66		

Fepam
Fundação Estadual de Proteção Ambiental - RS

Processo nº 3493-05.67 / 20.4

LI Nº 00284 / 2020

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 3493-05.67/20.4 concede a presente LICENÇA DE INSTALAÇÃO.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 224507 - CPFL TRANSMISSAO SUL 2 S.A.

CPF / CNPJ / Doc Estr: 33.062.600/0001-33

ENDEREÇO: RODOVIA MIGUEL NOEL NASCENTES BURNIER 1755
KM 2,5
PARQUE SAO QUIRINO
13088-140 CAMPINAS - SP

EMPREENDIMENTO: 415628

LOCALIZAÇÃO: ESTRADA BR 101
OSORIO - RS

Coordenadas Geográficas *Datum* SIRGAS 2000

LT 230kV Osório 3 - Gravataí 3
Faixa de servidão de 38m

Estrutura	*Latitude*	*Longitude*	*Município Coordenada*
PTC OSO3	-29,90620000	-50,31680000	Osório
1-1 V	-29,90610000	-50,31740000	Osório
1-2	-29,90340000	-50,31690000	Osório
1-3 V	-29,90040000	-50,31640000	Osório
2-1 V	-29,89990000	-50,32050000	Osório
2-2 V	-29,89800000	-50,32220000	Osório
2-3 V	-29,89680000	-50,32390000	Osório
3-1 V	-29,89610000	-50,32870000	Osório
3-2	-29,89340000	-50,33110000	Osório
3-3 V	-29,89080000	-50,33330000	Osório
4-1	-29,88990000	-50,33690000	Osório
4-2	-29,88920000	-50,34000000	Osório
5-1	-29,88790000	-50,34540000	Osório
5-2	-29,88680000	-50,34990000	Osório
6-1	-29,88510000	-50,35680000	Osório
7-1	-29,88230000	-50,36840000	Osório
7-2 V	-29,88190000	-50,36980000	Osório
7-3	-29,88060000	-50,37200000	Osório
8-1	-29,87870000	-50,37530000	Santo Antônio da Patrulha
8-2	-29,87450000	-50,38230000	Santo Antônio da Patrulha
9-1	-29,87190000	-50,38650000	Santo Antônio da Patrulha
10-1	-29,86690000	-50,39500000	Santo Antônio da Patrulha
10-2 V	-29,86480000	-50,39850000	Santo Antônio da Patrulha
11-1	-29,86340000	-50,40180000	Santo Antônio da Patrulha
11-2 V	-29,86100000	-50,40760000	Santo Antônio da Patrulha
11-3	-29,86000000	-50,40890000	Santo Antônio da Patrulha
12-1	-29,85900000	-50,41040000	Santo Antônio da Patrulha

Documento Assinado Digitalmente

12-2	-29,85700000	-50,41320000	Santo Antônio da Patrulha
12-3 V	-29,85560000	-50,41520000	Santo Antônio da Patrulha
13-1	-29,85660000	-50,42210000	Santo Antônio da Patrulha
13-2	-29,85720000	-50,42700000	Santo Antônio da Patrulha
14-1	-29,85780000	-50,43090000	Santo Antônio da Patrulha
15-1	-29,85900000	-50,44020000	Santo Antônio da Patrulha
15-2 V	-29,85940000	-50,44300000	Santo Antônio da Patrulha
15-3	-29,85960000	-50,44430000	Santo Antônio da Patrulha
16-1	-29,86100000	-50,45750000	Santo Antônio da Patrulha
17-1	-29,86140000	-50,46090000	Santo Antônio da Patrulha
17-2	-29,86220000	-50,46810000	Santo Antônio da Patrulha
18-1	-29,86270000	-50,47210000	Santo Antônio da Patrulha
18-2	-29,86340000	-50,47840000	Santo Antônio da Patrulha
19-1	-29,86390000	-50,48320000	Santo Antônio da Patrulha
19-2	-29,86460000	-50,48930000	Santo Antônio da Patrulha
20-1 V	-29,86490000	-50,49240000	Santo Antônio da Patrulha
20-2	-29,86290000	-50,49780000	Santo Antônio da Patrulha
21-1	-29,86140000	-50,50190000	Santo Antônio da Patrulha
21-2	-29,85930000	-50,50740000	Santo Antônio da Patrulha
22-1	-29,85760000	-50,51200000	Santo Antônio da Patrulha
22-2 V	-29,85670000	-50,51440000	Santo Antônio da Patrulha
22-3	-29,85690000	-50,51860000	Santo Antônio da Patrulha
23-1	-29,85710000	-50,52490000	Santo Antônio da Patrulha
24-1	-29,85720000	-50,52940000	Santo Antônio da Patrulha
24-2	-29,85740000	-50,53490000	Santo Antônio da Patrulha
24-3 V	-29,85750000	-50,53750000	Santo Antônio da Patrulha
25-1	-29,85890000	-50,54150000	Santo Antônio da Patrulha
25-2	-29,86110000	-50,54740000	Santo Antônio da Patrulha
26-1	-29,86280000	-50,55200000	Santo Antônio da Patrulha
26-2	-29,86440000	-50,55660000	Santo Antônio da Patrulha
27-1	-29,86660000	-50,56260000	Santo Antônio da Patrulha
27-2	-29,86820000	-50,56710000	Santo Antônio da Patrulha
28-1 V	-29,86970000	-50,57130000	Santo Antônio da Patrulha
28-2	-29,86960000	-50,57560000	Santo Antônio da Patrulha
29-1	-29,86940000	-50,58130000	Santo Antônio da Patrulha
29-2	-29,86930000	-50,58590000	Santo Antônio da Patrulha
30-1	-29,86920000	-50,59150000	Santo Antônio da Patrulha
30-2 V	-29,86900000	-50,59670000	Santo Antônio da Patrulha
31-1	-29,86930000	-50,60380000	Santo Antônio da Patrulha
31-2	-29,86950000	-50,60880000	Santo Antônio da Patrulha
32-1	-29,86970000	-50,61500000	Santo Antônio da Patrulha
33-1	-29,86990000	-50,62020000	Santo Antônio da Patrulha
33-2	-29,87010000	-50,62510000	Santo Antônio da Patrulha
34-1	-29,87030000	-50,63090000	Santo Antônio da Patrulha
34-2	-29,87050000	-50,63650000	Santo Antônio da Patrulha
35-1 V	-29,87070000	-50,64230000	Santo Antônio da Patrulha
35-2	-29,87070000	-50,64790000	Santo Antônio da Patrulha
36-1	-29,87060000	-50,65460000	Santo Antônio da Patrulha
36-2	-29,87060000	-50,65830000	Santo Antônio da Patrulha
37-1	-29,87060000	-50,66350000	Santo Antônio da Patrulha
37-2	-29,87060000	-50,66910000	Santo Antônio da Patrulha
38-1	-29,87060000	-50,67490000	Santo Antônio da Patrulha
38-2	-29,87050000	-50,68040000	Santo Antônio da Patrulha
39-1	-29,87050000	-50,68620000	Glorinha
39-2	-29,87050000	-50,69180000	Glorinha
40-1 V	-29,87050000	-50,69760000	Glorinha
41-1	-29,86980000	-50,70250000	Glorinha
41-2	-29,86910000	-50,70760000	Glorinha

Documento Assinado Digitalmente

41-3	-29,86840000	-50,71250000	Glorinha
42-1	-29,86750000	-50,71890000	Glorinha
43-1	-29,86690000	-50,72370000	Glorinha
43-2	-29,86610000	-50,72960000	Glorinha
44-1	-29,86530000	-50,73500000	Glorinha
44-2	-29,86470000	-50,73960000	Glorinha
45-1	-29,86380000	-50,74620000	Glorinha
45-2 V	-29,86320000	-50,75010000	Glorinha
45-3 V	-29,86470000	-50,75120000	Glorinha
46-1	-29,86500000	-50,75460000	Glorinha
46-2	-29,86550000	-50,76110000	Glorinha
47-1	-29,86600000	-50,76600000	Glorinha
47-2	-29,86650000	-50,77240000	Glorinha
48-1	-29,86690000	-50,77700000	Glorinha
48-2 V	-29,86730000	-50,78160000	Glorinha
49-1	-29,86830000	-50,78670000	Glorinha
49-2	-29,86940000	-50,79170000	Glorinha
50-1 V	-29,86990000	-50,79440000	Glorinha
50-2	-29,86980000	-50,79730000	Glorinha
50-3	-29,86960000	-50,80250000	Glorinha
51-1	-29,86930000	-50,80800000	Glorinha
51-2	-29,86910000	-50,81350000	Glorinha
52-1	-29,86890000	-50,81830000	Glorinha
52-2 V	-29,86870000	-50,82140000	Glorinha
53-1	-29,87160000	-50,82500000	Glorinha
53-2	-29,87390000	-50,82780000	Glorinha
53-3 V	-29,87590000	-50,83020000	Glorinha
54-1	-29,87690000	-50,83460000	Glorinha
54-2	-29,87810000	-50,84030000	Glorinha
55-1	-29,87930000	-50,84540000	Glorinha
55-2	-29,88060000	-50,85130000	Gravataí
56-1	-29,88170000	-50,85650000	Gravataí
57-1	-29,88300000	-50,86220000	Gravataí
57-2	-29,88400000	-50,86680000	Gravataí
58-1	-29,88520000	-50,87190000	Gravataí
58-2	-29,88640000	-50,87730000	Gravataí
58-3	-29,88730000	-50,88160000	Gravataí
59-1	-29,88850000	-50,88710000	Gravataí
60-1	-29,88970000	-50,89230000	Gravataí
60-2	-29,89070000	-50,89690000	Gravataí
61-1	-29,89190000	-50,90230000	Gravataí
61-2 V	-29,89230000	-50,90410000	Gravataí
61-3	-29,89240000	-50,90890000	Gravataí
62-1	-29,89260000	-50,91480000	Gravataí
62-2	-29,89270000	-50,92010000	Gravataí
63-1	-29,89280000	-50,92620000	Gravataí
63-2	-29,89290000	-50,93000000	Gravataí
63-3 V	-29,89300000	-50,93250000	Gravataí
64-1	-29,89260000	-50,93690000	Gravataí
64-2	-29,89220000	-50,94160000	Gravataí
65-1	-29,89170000	-50,94740000	Gravataí
65-2	-29,89120000	-50,95290000	Gravataí
66-1 V	-29,89100000	-50,95530000	Gravataí
66-2 V	-29,88820000	-50,95930000	Gravataí
66-3 V	-29,88790000	-50,96120000	Gravataí
PTC GRA3	-29,88800000	-50,96190000	Gravataí

Documento Assinado Digitalmente

A PROMOVER A INSTALAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: LT 230 kV SE Osório 3 - SE Gravataí 3 (C1).

RAMO DE ATIVIDADE:	3.510,52	
MEDIDA DE PORTE:	66,10	comprimento em km
TENSÃO (kV):	230,00	
FAIXA DE SERVIDÃO (m):	38,00	
Nº DE ESTRUTURAS:	139	
TIPO/MODELO DE ESTRUTURAS:	Metálicas estaiadas e Metálicas autoportantes	

II - Condições e Restrições:

1. Quanto ao Empreendimento:

1.1- esta licença defere a instalação da Linha de Transmissão 230 kV SE Osório 3 - SE Gravataí 3 (C1), projetada com 52 unidades autoportantes (com altura de 12,0 a 43,0 m) e 87 unidades estaiadas (com altura de 19,0 a 36,4 m);

1.2- a LT 230 kV Osório 3 Gravataí 3 (C1) é projetada com estruturas em circuito simples, iniciando no ponto: Lat.: -29,90621267° e Long.: -50,31680843° (SE Osório 3) e findando no ponto: Lat.: -29,88796025° e Long.: -50,96191537° (SE Gravataí 3), com extensão total de 66,0 km e faixa de servidão de 38,0 metros;

1.3- fica autorizada as obras e serviços de construção do módulo de conexão da Linha de Transmissão na Subestação de Energia Gravataí 3 e na Subestação de Energia Osório 3;

1.4- esta licença defere a instalação do empreendimento em tela conforme o Projeto técnico e memorial descritivo, sob efetivo acompanhamento de profissional habilitado com ART de execução junto ao Conselho de Classe no Rio Grande do Sul;

1.5- o empreendimento é objeto da Resolução Autorizativa n° 8.539/2020 da ANEEL, que declara de utilidade pública (DUP), para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da linha de transmissão 230kV Osório 3 - Gravataí 3;

1.6- o empreendimento é objeto da Anuência da APA do Morro de Osório pelo Município de Osório, emitida em 15/04/2020 por intermédio do Protocolo n° 2656/2020 - CONDEMA;

1.7- o empreendedor deverá atender a AUTORIZAÇÃO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - AUTUNC N° 00011 / 2020, emitida pela SEMA-RS, órgão gestor da Unidade de Conservação Área de Proteção Ambiental APA do Banhado Grande;

1.8- deverão ser instalados sinalizadores visuais para aeronaves nos vãos em que a linha cruza estradas municipais, estaduais e federais com pavimentação asfáltica, linhas de transmissão, linha férrea e sobre rios com largura superior a 50 metros, e demais locais necessários, devendo obedecer a legislação pertinente;

1.9- o empreendimento deverá atender as exigências das NBR 5422 e 25415 da ABNT e demais correspondentes, quanto aos distanciamentos e aos limites dos campos elétricos e magnéticos e aos limites dos níveis de ruídos, bem como a segurança das pessoas e a operacionalidade do sistema de transmissão;

1.10- as praças de trabalho/lançamento de cabos deverão respeitar distanciamento mínimo de 30,00 m em relação às drenagens, áreas úmidas/alagadas, perenes ou não, bem como não poderão ser instaladas em áreas que requisitem a prévia supressão vegetal;

1.11- o contrato com a construtora deverá prever a recuperação concomitante das áreas degradadas e bota-foras, se houver, bem como a organização e limpeza dos canteiros e acessos;

1.12- os banheiros químicos deverão ser instalados em local fora da área de influência de drenagens perenes ou intermitentes;

1.13- a transposição das estradas municipais, estaduais ERS-030 e federais BR-101, ocupação da faixa de domínio do km 4+970 da BR-290/RS, da ERS-474 no km 2+820M para implantação de travessia de rede elétrica e da Linha de Transmissão travessias da LT 230 kV OSÓRIO 3 - GRAVATAÍ 3 sob a LT 230 kV Gravataí3-Osório2 (vãos 143-144 e 053-054) e sobre as LTs 138 kV Taquara-Osório2 (vãos 194-195 e 246-247) e 230kV Gravatái3-CIAG (vão 040-041), que cruzam o empreendimento, deverá ser realizada de acordo com as respectivas anuências concedidas;

1.14- o empreendedor deverá promover ações de educação ambiental aos envolvidos na implantação do empreendimento, visando à adoção de posturas direcionadas à mitigação dos impactos ambientais relativos às obras do empreendimento;

1.15- deverá ser feita supervisão ambiental e acompanhamento diário, por técnicos habilitados, no decorrer da implantação da LT, com apresentação semestral dos relatórios dessas atividades ao órgão licenciador;

1.16- no caso de mudanças ou realocação de estruturas, por circunstâncias não previstas, o empreendedor deverá comunicar

Documento Assinado Digitalmente

antecipadamente o órgão licenciador e solicitar autorização, providenciando a juntada no SOL com: Requerimento, Justificativa técnica, Projeto atualizado, Laudo sobre os impactos ambientais, mapa temático da situação de alteração, imagens RPA-drone, ART vigente e comprovante de pagamento da guia de ATULIC;

1.17- durante as obras da LT, deverá ser feito um acompanhamento direto nas propriedades a fim de mitigar problemas oriundos da logística construtiva, objetivando o imediato conserto e reconstrução de cercas e porteiras eventualmente danificadas, e à conservação e manutenção de acessos, bem como evitar transtornos às propriedades rurais na área de influência direta do empreendimento;

1.18- deverá ser instalada a sinalização indicativa dos acessos e das torres a fim de proporcionar maior segurança no trânsito de veículos e pessoas e, também, para facilitar a construção, manutenção e vistorias, bem como a instalação de placas educativas sobre a importância de preservação do meio ambiente;

1.19- o empreendedor deverá apresentar o Relatório técnico de Acompanhamento de Obras, semestralmente, assinado por profissional habilitado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), contendo: descrição das atividades empreendidas em cada LT, mapa temático do estágio construtivo das estruturas (construídas, em construção, à construir), descrição das medidas ambientais mitigadoras e/ou compensatórias implantadas, comprovação da destinação final dos resíduos provenientes das atividades de evolução da implantação, do gerenciamento dos Canteiros de Obras; apensar memorial com imagens de aerolevantamento com RPA-drone da construção do empreendimento, e demais informações pertinentes; ao findar as obras, apresentar o Relatório final comprovando a conclusão do empreendimento;

1.20- a FEPAM deverá ser comunicada antes do início das obras, com o cronograma executivo atualizado e ART de execução vigente do Engenheiro responsável, por intermédio de juntada no SOL;

2. Quanto à Infraestrutura:

2.1- fica autorizada a instalação e operação do Canteiro de Obras em Santo Antônio da Patrulha, em área de 6.150m², localizado na Rodovia RST-474 (-29.8449° -50.5308°), com as seguintes unidades: guarita, escritório, refeitório, área de vivência, banheiros e lavabo, almoxarifado fechado, depósito de materiais, carpintaria e armação, local para coleta seletiva de resíduos, estacionamento, sistema sanitário com fossa séptica e sumidouro, sinalização, oficina de manutenção e lavagem;

2.2- todas as estruturas/unidades deverão ser identificadas e sinalizadas com placas, bem como possuir avisos diante dos eventuais riscos e para a segurança dos colaboradores;

2.3- o canteiro de obras deverá ficar locado no interior da área útil prevista para o empreendimento, de modo a não impactar as demais áreas do entorno; e após findar seu uso, as áreas deverão ser objeto de desmobilização, limpeza e mitigação de eventual passivo ambiental;

2.4- o controle, manutenção e gestão de resíduos sólidos e efluentes do canteiro de obras deverão ser incluídos nos relatórios do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes;

2.5- deverá ser devidamente implantado o sistema fossa-filtro-sumidouro para tratamento dos efluentes líquidos a serem gerados no canteiro de obras, devendo o mesmo ser periodicamente inspecionado;

2.6- atividades com potencial geração de efluentes oleosos, como manutenção, oficina e lavagem de veículos e equipamentos deverão ser realizadas sobre piso impermeável, com sistema de drenagem e caixa separadora de água e óleo (CSAO), com inspeção e limpeza regulares;

2.7- deverá ser realizada inspeção e manutenção periódica na(s) caixa(s) separadora(s) de água e óleo, no(s) sistema(s) de tratamento de efluentes sanitários e no(s) sistema(s) de tratamento efluentes gerados, sendo necessário relatar a ação com memorial fotográfico atualizado em Relatório técnico com ART;

2.8- o Canteiro de Obras é objeto da Certidão de Zoneamento n° 017/2020 expedida em 14/05/2020 pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do município de Santo Antônio da Patrulha;

2.9- não está autorizada a instalação e operação de tanque de abastecimento de combustível, central dosadora de concreto, ou poço artesiano no canteiro de obras, se houver necessidade deverá ser solicitada a autorização junto à FEPAM;

3. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

3.1- deverão ser mantidas e preservadas as Áreas de Preservação Permanente - APP's definidas na Lei Federal n° 12.651, de 25 de maio de 2012, alterada pela Lei Federal nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, nas Resoluções CONAMA n.° 302/2002, de 20 de março de 2002, e CONAMA n.° 303/2002, de 20 de março de 2002, Leis Estaduais n.º 9.519, de 21 de janeiro de 1992 (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul) e n.º 15.434, de 9 de janeiro de 2020 (Código Estadual do Meio Ambiente);

3.2- não poderão ser locadas estruturas em afloramentos rochosos que abriguem exemplares de espécies da flora ou fauna ameaçadas, com especial atenção a cactaceae e bromeliaceae;

3.3- está licenciada a intervenção em APP na área diretamente afetada com objetivo de eventual instalação, manutenção e conservação das estruturas (torres), entretanto os acessos em APP deverão ser temporários e objetos de restauração via Projeto de Recuperação das APP, o qual deverá ser abarcado pelo Programa de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas -

PRADA;

3.4- está autorizada a intervenção eventual em vegetação nativa em APP para execução de obras conforme o Projeto técnico sob acompanhamento diário da Equipe de Supervisão Ambiental, sendo que tais ações deverão constar no Relatório técnico SEMESTRAL;

3.5- é proibido o uso do fogo ou queimadas nas florestas e demais formas de vegetação natural, conforme Art. 28 da Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992;

3.6- na atividade de implantação da LT deverá ser mantida a vegetação herbácea, nesse sentido, não poderão ser efetuados cortes rasos nas áreas de preservação permanente;

3.7- deverão ser adotadas medidas para prevenir e mitigar interferências adicionais durantes a instalação do empreendimento, dentre as quais se destaca: instalação de sinalização de redução de velocidade nas vias de acesso às frentes de trabalho, delimitação da supressão de vegetação, implementação de canaletas de sedimentação ao longo dos acessos e áreas de apoio, e a utilização de métodos alternativos de lançamento do cabos (RPA-drone), quando possível, evitando a necessidade de corte de vegetação;

4. Quanto ao Solo:

4.1- deverá ser previsto o armazenamento da camada de solo orgânico, para posterior utilização na recuperação das áreas degradadas;

4.2- em caso de necessidade de aquisição de material mineral a ser utilizado nas obras do empreendimento, este deverá ser oriundo de local devidamente licenciado;

4.3- deverá ser executado o plano de medidas de prevenção, contenção e monitoramento de processos erosivos na área do empreendimento, com a devida supervisão ambiental;

4.4- não poderão ser utilizadas espécies exóticas consideradas invasoras para a revegetação dos taludes ou recuperação de áreas degradadas;

4.5- deverá ser evitado o uso de passagens úmidas, utilizando, se isso for necessário, a instalação de bueiros com diâmetro condizente a vazão do curso d'água;

4.6- os acessos secundários, no interior das propriedades particulares, deverão ser locados, mantidos e utilizados em acordo com o proprietário da área, visando à mínima interferência nas atividades rotineiras da propriedade rural;

4.7- é proibido o uso de queimadas e de agrotóxicos para dessecamento da vegetação na manutenção de estradas e acessos;

4.8- o material excedente dos trabalhos de terraplenagem (bota-fora) deverá ser disposto em local próprio;

4.9- todas as áreas utilizadas junto ao canteiro de obras e as áreas de bota-fora, caso necessárias, deste empreendimento e praças de montagem deverão ser recuperadas tão logo sejam desativadas, sob a égide do PRADA;

4.10- todas as áreas de bota-espera deverão ser sinalizadas;

4.11- deverá ser dada prioridade para uso da malha de estradas vicinais e caminhos internos às propriedades já existentes, mantidos e utilizados em acordo com o proprietário da área, evitando a construção de novos acessos e impacto sobre as áreas naturais;

4.12- os acessos localizados próximos de áreas de declividade acentuada deverão ter escoamento superficial através de estruturas de captação e condução d'água;

4.13- deverá ser evitado o uso de passagens úmidas, utilizando a instalação de bueiros com diâmetro condizente a vazão do curso d'água;

4.14- deverá ser executada, regularmente e em períodos de estiagem, a aspersão com água para controle de poeira utilizando-se de Caminhão-pipa nos acessos, estradas de serviço e estradas municipais não pavimentadas durante o período de obras e tráfego de veículos;

4.15- a manutenção dos acessos às estruturas não poderá provocar interrupção, retificação ou qualquer tipo de interferência em drenagens, banhados, cursos d'água e em áreas de nascentes;

4.16- as movimentações de terra, a limpeza de áreas para utilização de acessos, a implantação de estruturas, áreas de apoio e a construção de novos acessos não poderá provocar interrupção, retificação ou interferências que possam gerar impactos sobre drenagens, cursos de água, banhados e áreas de nascentes;

5. Quanto à Flora:

5.1- é vedada a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, em qualquer fase da implantação do empreendimento;

5.2- deverão ser realocados para áreas adjacentes os exemplares das famílias Cactaceae, Bromeliaceae e Orquidaceae caso identificados ao longo da faixa de intervenção das obras;

5.3- em caso de corte de vegetação, este não poderá ser realizado em áreas onde houver nidificação, devendo o empreendedor

aguardar o término do período para proceder à supressão;

5.4- fica autorizada a intervenção em vegetação nativa e manejo florestal em área de 13,71 hectares, com Volume estimado de 4.542,6mst em lenha, conforme o Projeto de manejo apresentado com efetivo acompanhamento diário de responsável técnico;

5.4.1- a área abarca 3,28 hectares em estágio inicial de regeneração, com Volume estimado de 1.087,8 mst;

5.4.2- a área contempla 10,43 hectares em estágio médio de regeneração, com Volume estimado de 3.454,6 mst;

5.4.3- fica autorizado o corte de 277 exemplares com DAP igual ou superior a 15,0 cm conforme o Quadro 7 (34/114) do documento do Inventário Florestal;

5.5- está licenciado o corte eventual (abate) e o transplante de exemplares arbóreos de espécies nativas ameaçadas de extinção para sítios semelhantes ao de origem, somente quando da necessidade técnica para execução da pesquisa arqueológica, sendo necessário identificar e georreferenciar cada exemplar objeto de corte, e incluir no Relatório pós-corte;

5.6- todas as atividades que envolvam o manejo da vegetação deverão ser acompanhadas efetivamente, durante toda a sua execução, pelo profissional habilitado responsável;

5.7- as motosserras utilizadas em qualquer atividade devem estar devidamente regularizadas perante o IBAMA no momento de sua utilização, sob responsabilidade do Empreendedor;

5.8- a supressão da vegetação nativa deverá ficar restrita aos locais previstos para a pesquisa arqueológica conforme Projeto técnico apresentado, e os remanescentes florestais que não interferirão na implantação do empreendimento deverão ser preservados;

5.9- deverá ser apresentado: Relatório Pós-corte SEMESTRAL do manejo florestal, com detalhamento das intervenções, da identificação/quantificação das espécies objeto de abate, dos Volumes por espécie oriundos do corte/supressão (m³/mst), do armazenamento, memorial fotográfico completo, mapa carta imagem dos fragmentos suprimidos, imagens RPA (drone) dos locais do manejo/fragmentos, Planilha padrão com dados para cadastro no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor (.csv), e demais informações pertinentes com a ART Execução vigente (relatório em meio digital, .pdf/SOL);

5.10- em caso de necessidade de intervenção por meio do corte de outros exemplares de espécies nativas não abarcados no Projeto, deverá ser previamente providenciada a autorização para tal junto à FEPAM, com protocolo do Projeto executivo, memorial fotográfico, imagens RPA (drone), a identificação e quantificação das espécies envolvidas e suas localizações e as devidas justificativas técnicas para o manejo, mapa temático, síntese dos dados de RFO (IN SEMA n° 01/2018), ART vigente e pagamento da ATULIC, sendo expressamente proibida qualquer intervenção até a obtenção do referido licenciamento;

6. Quanto à Compensação e Reposição Florestal Obrigatória:

6.1- o Empreendedor deverá solicitar junto ao DBIO/SEMA-RS, aprovação de Projeto de Reposição Florestal Obrigatória (RFO) proveniente do manejo de vegetação nativa licenciado por esta Fundação e registrado no Sistema - COF/RFO sob o n° 2131, através da abertura de expediente administrativo no Sistema Online de Licenciamento - SOL elaborado de acordo com o Termo de Referência disponível na página da SEMA (www.sema.rs.gov.br), em conformidade com a Instrução Normativa n° 01/2018 SEMA-RS;

6.1.1- a reposição florestal obrigatória perfaz 49.581 (Quarenta e Nove Mil, Quinhentas e Oitenta e Uma) mudas de espécies nativas sob gestão e fiscalização do DBIO/SEMA-RS;

6.2- o Empreendedor deverá apresentar em 30 (trinta) dias após findar o manejo de vegetação, aos autos deste processo, a cópia da solicitação no SOL de Processo para análise do DBIO/SEMA diante da execução da RFO;

6.3- a Compensação Ambiental por Área Equivalente, diante da intervenção em vegetação nativa na totalidade perfaz a área total de 41,66 hectares (vegetação nativa e campestre) sob gestão do DBIO/SEMA-RS;

6.4- o empreendedor deverá observar a Instrução Normativa SEMA n° 01/2018, a qual estabelece procedimentos a serem observados para a Reposição Florestal Obrigatória - RFO no Estado do Rio Grande do Sul, bem como a Portaria Conjunta SEMA/FEPAM n° 25/2018 que estabelece o procedimento de tramitação das solicitações de supressão ou manejo de vegetação nativa e RFO;

7. Quanto à Fauna:

7.1- é proibida a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de animais silvestres, conforme legislação vigente;

7.2- deverão ser implantados sinalizadores de avifauna em espaçamento máximo de 20 m nos vãos das estruturas que se encontrarem em área de formação florestal, áreas úmidas, corpos d'água e áreas com rizicultura, estando de acordo com a proposta de instalação constante no documento 16 do processo 3493-0567/20-4;

7.3- deverá ser executado o Programa de Resgate, salvamento e afugentamento da Fauna Silvestre proposto sob a ART nº 10751951, através da capacitação dos trabalhadores da obra e o acompanhamento das frentes de trabalho a fim de realizar o afugentamento da fauna residente e o resgate daqueles que apresentarem dificuldades no deslocamento próprio, seguindo a metodologia descrita no programa;

7.4- deverá ser realizada a avaliação técnica para identificação das áreas potenciais de ocorrência de rivulídeos ao longo do traçado do empreendimento e o resgate do substrato, conforme proposto no escopo do Programa de Resgate, salvamento e afugentamento da Fauna Silvestre, com o objetivo de minimizar impactos sobre estas espécies, consideradas ameaçadas de

extinção segundo a legislação vigente;

7.5- deverá ser realizado esforço específico para a identificação de exemplares das espécies Melanophryniscus dorsalis e Acanthochellys spixii a fim de promover o seu resgate, bem como a fim de monitoramento;

7.6- em caso de encontro de animais debilitados, estes deverão ser resgatados e encaminhados para tratamento em clínica veterinária, devendo anexar neste processo documentação apresentando aceite manifestado por Médico Veterinário;

7.7- esta licença não permite o transporte de animais vivos para além da área do empreendimento, salvo situações expressamente autorizadas previamente pela FEPAM. Faz-se exceção aos casos de necessidade de atendimento veterinário, em atendimento a condicionante anterior;

7.8- deverá ser executado o Programa de Resgate, salvamento e afugentamento da Fauna Silvestre através da capacitação dos trabalhadores da obra e o acompanhamento das frentes de trabalho a fim de realizar o afugentamento da fauna residente e o resgate daqueles que apresentarem dificuldades no deslocamento próprio, seguindo a metodologia descrita no programa, acompanhado de Responsável Técnico habilitado com a devida ART vigente;

7.9- deverá ser executado o Projeto de instalação do Sinalizadores para Avifauna, contemplando os sinalizadores nos vãos definidos no projeto apresentado constante nos autos do Processo n° 003493-0567/20-4 (SOL), sob efetiva supervisão ambiental

7.10- não poderá ser instalada torres da linha de transmissão e acessos, ou de quaisquer outras estruturas associadas, em áreas ou sítios com ocorrência de peixes anuais ameaçados de extinção, respeitando-se um distanciamento adequado das estruturas em relação a esses locais, de modo a garantir a sua proteção e dinâmica hídrica, sendo que a implantação de estruturas e acessos deverá obrigatoriamente ser precedida de inspeção da ocorrência de peixes anuais antes do início das obras na faixa de servidão, incluindo os acessos previstos e existentes;

7.11- não poderão ser instalados torres da linha de transmissão e acessos, ou quaisquer outras estruturas associadas, em locais de eventual ocorrência de colônias de tuco-tucos (Ctenomys sp.) outros mamíferos terrestres de hábitos semi-fossoriais;

8. Quanto à Autorização para Captura e Manejo da Fauna:

8.1- fica autorizada a captura eventual de animais silvestres dos grupos de anfíbios, répteis, aves e mamíferos decorrente da execução do Programa de Resgate, salvamento e afugentamento da Fauna Silvestre;

8.2- em caso de captura, os animais deverão ser soltos, o mais breve possível, em ambiente natural próximo o bastante para não sofrer interferência do empreendimento;

8.3- em caso de óbito de exemplar capturado, este deverá ser preservado em meio específico, etiquetado com todos os dados da coleta e depositado em uma instituição de ensino. O referido depósito deverá ser comprovado através de documento de recebimento, que deverá ser apresentado juntamente ao Relatório Final do Projeto;

8.4- não está autorizado o transporte de animais vivos para além da área do empreendimento, excetuando-se os casos de transporte para a clínica veterinária, centro de triagem e reabilitação de fauna debilitada;

8.5- em caso de encontro de animais debilitados, estes deverão ser resgatados e encaminhados para tratamento em clínica veterinária ou Centro de triagem e reabilitação, e posteriormente soltos em Unidade de Conservação mais próxima;

9. Quanto à Supervisão Ambiental:

9.1- deverá ser feita supervisão ambiental e acompanhamento diário, por técnicos habilitados no decorrer da implantação da LT, com descrição das atividades no Relatório Técnico de Acompanhamento de Obra;

9.2- a Equipe de Supervisão Ambiental e/ou a Equipe Técnica do Empreendedor deverá informar imediatamente à FEPAM, a ocorrência de qualquer situação verificada no empreendimento que esteja em desacordo com as restrições e condicionantes estabelecidas neste documento licenciatório;

9.3- a execução das obras deverá contar com supervisão ambiental contínua, com o intuito de controlar e minimizar os impactos provenientes das atividades inerentes à implantação do empreendimento sobre os solos, os recursos hídricos e a biodiversidade existentes;

9.4- o empreendedor deverá comunicar a FEPAM em caso de eventual alteração da Equipe de Supervisão Ambiental, sendo necessário juntar aos autos as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de Execução vigentes de cada Plano, Programa e Projeto ambiental objeto do empreendimento;

10. Quanto ao Meio Antrópico:

10.1- deverá ser dada continuidade às negociações pendentes das propriedades afetadas pelo traçado da LT;

10.2- o empreendedor deverá garantir o acesso das populações locais às oportunidades de emprego geradas pela implantação do empreendimento;

10.3- deverá ser implantado, antes mesmo do início das obras, um Programa permanente de comunicação social que garanta um

eficaz esclarecimento às comunidades locais sobre todas as ações desenvolvidas para implantação do empreendimento;

10.4- no Programa de Comunicação Social, deverá constar instruções de acesso às agências de regulação e fiscalização, as quais os integrantes da comunidade possam recorrer em caso de acidentes ou outros problemas decorrentes da instalação e funcionamento das Linhas de Transmissão;

10.5- para execução das atividades previstas no Programa de Comunicação Social - PCS como o atendimento e esclarecimento junto às comunidades, Prefeituras, escolas, etc; deverá ser previsto nos Canteiros de Obras um local específico para desenvolvimento das ações previstas no Programa;

10.6- deverá ser prevista a execução de programa de educação ambiental, contemplando ações voltadas à comunidade local e aos trabalhadores do empreendimento com temas relacionados à conservação e preservação dos recursos naturais;

10.7- deverão ser executadas medidas ou ações executivas de compensação pela interferência do empreendimento nas rotinas e hábitos das comunidades, através de melhoria de acessos locais e pela implantação de equipamentos de uso comunitário ou turístico;

10.8- no Programa de Negociação e Indenização, para o estabelecimento da faixa de servidão, incluir a fiscalização da qualidade dos acessos pré-existentes e assegurar a recuperação dos mesmos, especialmente quando as obras estiverem sendo realizada nos períodos de plantio e colheita, ocasião em que a má qualidade dos acessos afeta de forma mais acentuada a atividade produtiva das propriedades da AID, além da inclusão dessas medidas para monitoramento e avaliação, visando a entrega de todos os acessos utilizados em melhores condições do que foram encontrados, com comprovação por meio de registros fotográficos da situação antes do empreendimento e após o término das obra;

10.9- nos relatórios dos programas relativos ao meio socioeconômico, deverão constar os resultados das atividades desenvolvidas, a comprovação do contato com as instituições e a população envolvida, e avaliação da eficácia das ações propostas em cada programa, incluindo os termos de acordo, as atas e lista de presença dos eventos realizados;

11. Quanto aos Efluentes Líquidos:

11.1- não poderá haver lançamento de efluentes líquidos, exceto pluviais isentos de qualquer contaminação, em corpos hídricos superficiais ou subterrâneos, ou no solo sem o prévio licenciamento da FEPAM;

11.2- as instalações sanitárias deverão possuir esgotamento próprio com tratamento de efluentes e ser periodicamente vistoriadas;

11.3- atividades com potencial geração de efluentes oleosos, como manutenção e lavagem de veículos e equipamentos deverão ser realizadas sobre piso impermeável, com sistema de drenagem e caixa separadora de água e óleo;

12. Quanto à Qualidade das Águas:

12.1- nas atividades de execução de fundações das torres/estruturas, bem como as demais atividades necessárias à implantação do empreendimento, deverão assegurar a não contaminação das águas superficiais e subterrâneas;

12.2- o monitoramento da qualidade das águas superficiais deverá ser executado com a devida supervisão ambiental, durante as fases de pré-implantação, implantação e operação do empreendimento;

12.3- em caso de previsão de utilização de águas subterrâneas para o abastecimento dos Canteiro de Obras e outras instalações, deverão ser obtidas autorizações prévias para perfuração de poços e outorgas para uso das águas junto ao Departamento de Recursos Hídricos (DRH), visando ao consumo humano e industrial;

13. Quanto aos Óleos Lubrificantes:

13.1- todas as áreas de armazenamento de óleo e/ou combustível deverão ser impermeabilizadas e protegidas por bacias de contenção, conforme NBR 17.505 da ABNT, de modo a evitar a contaminação da área por possíveis vazamentos;

13.2- caso a atividade utilize óleos lubrificantes em embalagens plásticas, deverá entrar em contato com o(s) fornecedor(es) atacadista(s) (fabricante ou fornecedor) para que estes realizem a coleta das embalagens plásticas pós-consumo. A coleta é gratuita e o coletor fornece comprovante de coleta em atendimento a Portaria SEMA/FEPAM n° 001/2003. O telefone para contato com os distribuidores e fabricantes regularizados constam da Licença Ambiental destes, e estão disponíveis para consulta no site da FEPAM com o código da atividade;

13.3- caso a atividade adquira óleo lubrificante em embalagens plásticas apenas no comércio varejista, deverá fazer a devolução voluntária no ponto de compra. O comércio varejista de óleos lubrificantes (lojas, supermercados, etc.) não realiza a coleta das embalagens, mas é ponto de coleta dos fornecedores imediatos;

13.4- a lavagem de veículos (carros, caminhões, tratores, etc.), máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em rampas ou áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo;

14. Quanto aos Resíduos Sólidos:

14.1- o Programa de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) deverá ser executado contemplando:

14.1.1- ações de conscientização/treinamentos, com as equipes envolvidas na operacionalização do PGIRS;

14.1.2- o relatório técnico SEMESTRAL de execução do PGIRS, com a respectiva ART, deverá contemplar: tabela resumo de todos os resíduos gerados, contendo descrição, data de envio, quantidade, número do MTR emitido, empresa transportadora e empresa de destinação final; e cópias das licenças das empresas contratadas para transporte e destinação de resíduos;

14.2- não poderão ser utilizados locais próximos aos recursos hídricos para descarte de bota-foras, considerando o seu leito maior sazonal;

14.3- a lavagem dos caminhões betoneira deverá ser realizada em local adequado, que disponha de rampa com caixa separadora. O resíduo advindo da bacia de contenção da área de lavagem dos caminhões betoneira não poderá ser disposto nos acessos secundários, na área das estruturas ou na área da propriedade, devendo o empreendedor contatar a prefeitura para viabilizar a disposição deste resíduo em local adequado;

14.4- deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados os resíduos sólidos gerados para a armazenagem provisória na área do empreendimento, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos para local devidamente licenciado;

14.5- no caso de envio de resíduos para disposição ou tratamento em outros estados, deverá ser solicitada Autorização para Remessa de Resíduos para Fora do Estado junto à FEPAM, através de processo administrativo específico;

14.6- deverá ser observado o cumprimento da Portaria FEPAM n.º 087/2018, D.O.E. de 30/10/2018, referente ao Manifesto de Transportes de Resíduos - MTR;

14.7- fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas por esta Fundação;

14.8- a empresa deverá verificar o licenciamento ambiental das empresas, inclusive Centrais de recebimento de resíduos, para as quais seus resíduos são encaminhados e atentar para o seu cumprimento, pois, conforme o Artigo 9º do Decreto Estadual n.º 38.356 de 01/04/98, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros;

14.9- deverá ser mantido à disposição da fiscalização da FEPAM o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS atualizado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável pela sua atualização e execução, em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010;

15. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência:

15.1- em caso de acidente ou incidente com risco de danos a pessoas e/ou ao meio ambiente, a FEPAM deverá ser imediatamente informada pelo telefone (51) 99982-7840;

15.2- deverá ser realizado treinamento de todos os funcionários envolvidos na instalação do empreendimento visando à adoção de posturas relacionadas à mitigação dos impactos ambientais e de segurança do empreendimento;

16. Quanto ao Monitoramento:

16.1- o órgão ambiental deverá ser imediatamente avisado no caso de ocorrência de danos ambiental de qualquer natureza no empreendimento, apensar Relatório técnico com detalhamento do fato ocorrido, descrição de eventuais danos ambientais, medidas adotadas, memorial fotográfico e ART;

16.2- o empreendedor deverá efetuar a verificação da necessidade de instalação de novos sinalizadores para avifauna em áreas com alta sensibilidade ambiental, e sinalizadores visuais para embarcações e aeronaves, durante a vigência desta licença;

16.3- o empreendedor deverá manter as faixas de servidão livres de instalações residenciais ou comerciais;

16.4- deverá ser realizado o controle e vistorias periódicas frente ao uso e ocupação da faixa de servidão do empreendimento, com adoção de medidas para coibir a ocupação antrópica irregular;

16.5- deverá ser feita a comunicação imediata a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura - SEMAI na hipótese de descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse paleontológico, na área do empreendimento, conforme Portaria FEPAM n° 108/2019;

17. Quanto aos Programas Ambientais:

17.1- deverão ser executados os seguintes Programas Ambientais:

17.1.1- PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL - PGA;
17.1.2- PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PCS;
17.1.3- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PEA;
17.1.4- PROGRAMA AMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO - PAC;
17.1.5- PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES - PGRSE;
17.1.6- PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS OU ALTERADAS - PRADA;
17.1.7- PROGRAMA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E PROCESSOS EROSIVOS - PMPCPE;

17.1.8- PROGRAMA DE CONTROLE E CONSERVAÇÃO DE ACESSOS - PCCA;
17.1.9- PROGRAMA DE LIMPEZA DAS ÁREAS ASSOCIADAS À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO - PLAAIP;
17.1.10- PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE APP - PMCAPP;
17.1.11- PROGRAMA DE SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO - PSV;
17.1.12- PROGRAMA DE REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA - PRFO;
17.1.13- PROGRAMA DE COLETA DE GERMOPLASMA E RESGATE DE EPÍFITAS - PCGRE;
17.1.14- PROGRAMA DE MONITORAMENTO, AFUGENTAMENTO, RESGATE E TRANSPORTE DE FAUNA SILVESTRE - PMARTFS;
17.1.15- PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE SINALIZADORES DE AVIFAUNA - PMSA;
17.1.16- PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO E INDENIZAÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO E ACESSOS - PNIFSA;
17.1.17- PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO - PAMA;
17.1.18- PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO POTENCIAL PALEONTOLÓGICO - PAMPP;

17.2- cabe ao empreendedor apresentar o Relatório técnico SEMESTRAL (em meio digital .PDF no SOL) de acompanhamento e execução de cada Plano e Programa ambiental, com a respectiva ART vigente de Execução; Contendo: objetivos, justificativas, público-alvo, inter-relação com outros programas, bem como uma avaliação sobre a sua efetividade, descrição das atividades desenvolvidas no período, medidas mitigadoras/compensatórias; notificações realizadas e efeitos; registros fotográficos atualizados, imanges RPA-drone, discussão dos resultados obtidos, comparação com dados históricos (em forma de planilhas e/ou gráficos) e parecer técnico conclusivo;

17.3- os Programas Ambientais em execução somente poderão ser encerrados após apresentação de relatório final de avaliação dos resultados e de avaliação conclusiva quanto a sua continuidade ou encerramento, aprovados pela FEPAM;

18. Quanto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artistico Nacional - IPHAN:

18.1- deverá ser feita a comunicação imediata ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura na hipótese de descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológicos ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, na área do empreendimento, conforme previsto no art. 18 da Lei 3.924 de 26 de julho de 1961;

18.2- deverão ser executadas medidas preventivas de não interferências em bens do patrimônio arqueológico, histórico, cultural e fossilífero que possam ser identificados durante as atividades de instalação da Linha, acessos, áreas de apoio e instalações associadas ao empreendimento;

18.3- deverão ser executadas ações de educação patrimonial arqueológica e paleontológica para todos os envolvidos nas atividades de escavações e instalação das fundações das estruturas/torres;

18.4- no caso de identificação de vestígios fossilíferos, as atividades deverão ser suspensas até que o local da descoberta e áreas contíguas sejam demarcadas e sinalizadas, até as autorizações com o órgão competente e coleta por equipe técnica especialista ou pelo IPHAN;

18.5- o Empreendimento foi de manifestação e anuência do IPHAN para a LI e para a LO por intermédio do Ofício n° 899/2020/IPHAN-RS-IPHAN, processo IPHAN n° 01512.002193/2015-11, sob gestão e fiscalização do IPHAN;

19. Quanto à Publicidade da Licença:

19.1- deverá ser fixada junto ao empreendimento, em local de fácil visibilidade, placa para divulgação do licenciamento ambiental, conforme modelo disponível no site da FEPAM, www.fepam.rs.gov.br. A placa deverá ser mantida durante todo o período de vigência desta licença;

19.1.1- a placa do licenciamento deverá ser fixada junto ao Canteiros de Obras em Santo Antônio da Patrulha e nas duas Subestações de Energia Elétrica;

19.2- deverá ser providenciada a divulgação deste documento, através de publicações em periódicos com circulação regional/estadual, conforme legislação vigente, sendo que deverão ser encaminhadas a esta Fundação, cópias das referidas publicações como juntada ao presente processo administrativo;

III - Documentos a apresentar para renovação desta Licença:

1- acessar o Sistema on line de Licenciamento, disponível no site da FEPAM;

2- justificativa técnica, com elementos comprobatórios e novo cronograma físico de implantação do empreendimento, assinados pelo representante legal;

3- Relatório Técnico assinado pela responsável técnico pelo acompanhamento das obras e supervisão ambiental com detalhamento das atividades realizadas durante a sua vigência, informando o montante previsto e montante realizado para cada atividade envolvida na implantação do empreendimento como um todo. Para cada atividade deverá ser relacionado e comentado quanto ao cumprimento das exigências da licença de instalação anterior;

4- Declaração de Aprovação do Projeto de Reposição Florestal Obrigatória ou do Termo de Regularidade do Projeto de Reposição

Florestal Obrigatória ou do Termo de Quitação de Reposição Florestal Obrigatória, expedido pelo Departamento de Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, de acordo com a Portaria Conjunta SEMA/FEPAM n° 25/2018 e com a Instrução Normativa SEMA-RS n° 01/2018, ou àquela que venha a substituí-la;

5- Relatório parcial de implantação dos sinalizadores visuais e de avifauna, com quadro identificador dos vãos e número de sinalizadores instalados, memorial fotográfico, e mapa temático com a demarcação dos segmentos objeto de sinalização para avifauna, com indicação das respectivas LTs, ferrovias e rodovias transpassadas pelo Sistema de Transmissão;

6- Relatório referente às negociações de todas as propriedades, objeto da consolidação fundiária da faixa de servidão do empreendimento, e mapa temático com a demarcação das propriedades adquiridas;

7- Laudo técnico diante do cumprimento do expresso na AUTORIZAÇÃO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - AUTUNC N° 00011/2020, emitida pela SEMA-RS, com ART vigente do responsável técnico;

IV - <u>Documentos a apresentar para solicitação da Licença de Operação:</u>

1- requerimento solicitando a Licença de Operação, através do Sistema Online de Licenciamento ambiental - SOL;

2- Relatório Técnico referente a comprovação do cumprimento das exigências da Licença de Instalação, incluindo quadro resumo referente às atividades realizadas durante a instalação do empreendimento ao longo de todo o período de vigência da LI, acompanhado de registros fotográficos e da ART do profissional;

3- Laudo técnico diante do cumprimento do expresso na AUTORIZAÇÃO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - AUTUNC N° 00011/2020, emitida pela SEMA-RS, com ART vigente do responsável técnico;

4- Relatório Técnico dos Planos e Programas ambientais em execução, contendo: objetivos, justificativas, público-alvo, inter-relação com outros programas, bem como uma avaliação sobre a sua efetividade, descrição das atividades desenvolvidas no período, registros fotográficos, discussão dos resultados obtidos, comparação com dados históricos (em forma de planilhas e/ou gráficos) e parecer técnico conclusivo. O relatório deverá ser sucinto, claros e objetivos, e apensar a ART de execução do responsável técnico habilitado;

5- Atualização e descrição dos Planos, Programas e Projetos ambientais a serem desenvolvidos para a fase de LO do empreendimento, contendo: objetivos, justificativas, metodologia, público-alvo, inter-relação com outros programas, cronograma executivo e ART dos responsáveis técnicos habilitados;

6- em caso de necessidade de manutenção da servidão no que se refere ao manejo (corte/supressão) de vegetação, deverá ser apresentado Projeto Técnico de inventário florestal com dados qualitativos e quantitativos, contendo previsão para a vigência da futura licença, planilha padrão Sinaflor, síntese do Projeto de RFO, e ART vigente de profissional habilitado;

7- Termo de Regularidade do Projeto de Reposição Florestal Obrigatória ou do Termo de Quitação de Reposição Florestal Obrigatória, expedido pelo Departamento de Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, de acordo com a Portaria Conjunta SEMA/FEPAM n° 25/2018 e com a Instrução Normativa SEMA-RS n° 01/2018, ou àquela que venha a substituí-la;

8- Relatório final de implantação dos sinalizadores visuais e de avifauna, com quadro identificador dos vãos e número de sinalizadores instalados, memorial fotográfico, e mapa temático com a demarcação dos segmentos objeto de sinalização para avifauna, com indicação das respectivas LTs, ferrovias e rodovias transpassadas pelo Sistema de Transmissão;

9- Plano de Monitoramento da Fauna Voadora com cronograma de execução com ART vigente de profissional habilitado, contemplando: descrição detalhada da metodologia de monitoramento da fauna voadora; especificar plano de ação para prevenir o estabelecimento de ninhos em locais de risco nas estruturas da LT; parecer técnico conclusivo sobre os possíveis impactos a fauna e medidas mitigadoras a serem adotadas; e avaliação de potencial impacto dos efeitos cumulativos e sinérgicos sobre o grupo das aves em relação aos empreendimentos similares existentes na área de influência direta da LT, e com documentação conforme a Portaria FEPAM n° 28/2019;

10- Relatório final referente às negociações de todas as propriedades, objeto da consolidação fundiária da faixa de servidão do empreendimento, e mapa temático com a demarcação das propriedades adquiridas;

11- Manifestação conclusiva ou Anuência do Instituto de Patrimônio Histórico e Artisitco Nacional - IPHAN referente à fase de operação do empreendimento;

12- Termo de Liberação Definitivo - TLD emitido pelo ONS, em face da realização do(s) pré-teste(s) operacionais da LT ou SE de acordo com a Res. CONAMA 279/2001;

13- Quanto à realização de teste(s) pré-operacionais para a integração de LT ou SE no Sistema Interligado Nacional - SIN, caso haja necessidade de realizá-los anteriormente à emissão da LO do empreendimento, deverá ser solicitada uma Autorização Geral - AUTGER no Sistema Online de Licenciamento ambiental - SOL, devendo ser mantido o mesmo número de empreendimento desta licença;

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à FEPAM, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento;

Qualquer alteração na representação do empreendedor ou alteração do endereço para recebimento de correspondência da FEPAM, deverá ser imediatamente informada à mesma;

Esta licença é válida para as condições acima até 21 de agosto de 2025, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 21 de agosto de 2020.

Este documento é válido para as condições acima no período de 21/08/2020 a 21/08/2025.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam®.

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

Nome do arquivo: awfqtf0f.vf0

Autenticidade: Documento Íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Renato das Chagas e Silva	25/08/2020 10:08:00 GMT-03:00	39553094015	Assinatura válida

Documento Assinado Digitalmente

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Solicitação de Termo de Parceria entre a IGTD e SEMAM.

Meio Ambiente Lote 11 | I.G.-TD <ma.lote11@ig-td.com.br>

Sex, 30/04/2021 11:15

Para: agricultura@pmsap.com.br <agricultura@pmsap.com.br>; Gabriel Junqueira Bernardes Ferreira | I.G.-TD <gabriel.ferreira@ig-td.com.br>

2 anexos (688 KB)

digitalizar2541'210032-1.pdf; FORM-DSM-DMAB-42-2021 - Termo de Parceria Projeto Socioambiental_PMO.doc;

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha - RS
A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEMAM
A/C do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

ASSUNTO: Solicitação de Termo de Parceria entre a IGTD e SEMAM.

Senhor Secretário, Cassius Peixoto ao cumprimentá-lo, informo que a IG - Transmissão e Distribuição de Energia é uma empresa de engenharia que constrói infraestrutura de Linhas de Transmissão (LT) e está implantando a LT 230kV que interligará Gravataí x Osório, para isso, instalou em Santo Antônio da Patrulha um canteiro de apoio situado à Rua João Carlos Benfica, nº.: 1357 - Menino Deus. Os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) do canteiro supracitado são gerados em pequena quandade, enquadr ando o canteiro como pequeno gerador. Estes resíduos são acondicionados em sacos e dispostos em local público de acordo com a legislação aplicável. A Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha por meio da SEMAM, o serviço de limpeza urbana da prefeitura de Santo Antônio da Patrulha tem feito um excelente trabalho, até aqui tudo bem. Mas nós da IGTD passamos por auditorias internas e precisamos de evidência documentada quanto ao desnaç ão correta dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Diante do exposto solicito que seja firmado o termo parceria entre IGTD e SEMAM, para isso, **deixo anexo o modelo que deve ser preenchido, assinado e devolvido via e-mail para que possamos manter o documento em nossos arquivos e estar conforme em auditorias futuras**.

Para melhor entendimento deixo anexo também o exemplo do termo de parceria já firmado entre a IGTD e a Secretaria de Meio Ambiente do município de Osório, RS.

Para quaisquer esclarecimentos que julgar necessário eu e o engenheiro responsável para gestão ambiental da obra Sr. @Gabriel Junqueira Bernardes Ferreira I.G.-TD ficamos à disposição.

Na certeza do entendimento e colaboração, desde já agradecemos.

A,
José Elenildo de Araújo
Técnico de Meio Ambiente
(51) 989503730

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPIRANGA
ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO OU EXERCICIO DA ATIVIDADE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPIRANGA, concede a Licença prevista nos artigos 94 e 95, da Lei Municipal nº 3282 de 24 de dezembro de 2003, para o contribuinte abaixo identificado:

INSCRIÇÃO:	**16908**
NOME/RAZÃO SOCIAL:	**COOPERATIVA DE TRABALHO E HAB NOSSO LAR**
NOME FANTASIA:	**COOPERLAR**
CNPJ / CPF:	**03.375.521/0001-11**
ENDEREÇO:	**PRESIDENTE KENNEDY**
NÚMERO:	**2376**
COMPLEMENTO:	**SALA 2**
BAIRRO:	**SAO LUIZ**
DATA INICIAL:	**12/11/2013**

ATIVIDADE PRINCIPAL

60016 Cooperativa de serviços

O presente alvará é de caráter permanente devendo ser recolhida a taxa de fiscalização e/ou vistoria do estabelecimento ou do funcionamento da atividade, quando da notificação fiscal.

SAPIRANGA, 12 de Novembro de 2013

Felipe de Almeida da Rosa
Fiscal Trib Obras e Transportes
Matric. 10297

FIXAR EM LUGAR VISÍVEL

fepam

Processo nº
3181-05.67 / 10.5

LO Nº 05911 / 2018

LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos processo administrativo nº 3181-05.67/10.5 concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO.

ificação:

PREENDEDOR RESPONSÁVEL: 21833 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

CPF / CNPJ / Doc Estr: 88.814.199/0001-32

ENDEREÇO: AVENIDA BORGES DE MEDEIROS, 456
CENTRO
95500-000 SANTO ANTONIO DA PATRULHA - RS

PREENDIMENTO: 181209

LOCALIZAÇÃO: CAPAO DO PULPITO
ZONA RURAL
SANTO ANTONIO DA PATRULHA - RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: -29,79786900 Longitude: -50,50204100

OMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: CENTRAL DE TRIAGEM DE RSU COM ESTACAO DE TRANSBORDO

RAMO DE ATIVIDADE:	3.541,11
MEDIDA DE PORTE:	16,00 quantidade de resíduo em toneladas/dia
ÁREA DO TERRENO (m²):	15.000,00
ÁREA CONSTRUÍDA (m²):	412,52

ondições e Restrições:

Quanto ao Empreendimento:

1.1- **este documento REVOGA o documento de Indeferimento de Licença de Operação Nº 00222/2017-DL, de 29/09/2017;**

1.2- a área do empreendimento deverá ser cercada, devidamente identificada e com controle de acesso;

1.3- o empreendimento é composto por central de triagem de resíduos sólidos urbanos oriundos dos municípios de Santo Antônio da Patrulha e Caraá e estação de transbordo para envio dos rejeitos para destinação final ambientalmente adequada.

1.4- o empreendimento é constituído das seguintes áreas:
- Área total do terreno: 15.000,00 m²;
- Área construída: 412,52 m²;
- Área de acessos e atividades ao ar livre: 14.000,00 m²
- Área útil: 14.412,52 m²;

1.5- o empreendimento possui os seguintes equipamentos:
- 01 Esteira de triagem;
- 03 Prensas;
- 01 Balança;

1.6- os acessos internos, externos e as áreas de manobra deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, sinalização e trafegabilidade, permitindo o fluxo normal de veículos e a operação do empreendimento sob qualquer condição climática;

anp

CERTIFICADO DE POSTO REVENDEDOR

Razão Social	:	**AMAZONIA COMBUSTIVEIS LTDA**
CNPJ	:	**23.333.780/0001-97**
Número de Autorização	:	**PR/RS0197854**
Número Despacho	:	**ANP Nº 146**
Data da Publicação	:	**20/02/2020**
Endereço	:	**RUA CAPITAO JOSE MACHADO DA SILVA - 685 - MENINO DEUS - SANTO ANTONIO DA PATRULHA - RS**

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, certifica que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada, por esta Agência, a exercer a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013.

Emitido às **19:21:01** horas do dia **16/03/2021** (data e horário de Brasília).

Código de controle do certificado: **3951.37D9.D990.9046**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.

Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Posto Revendedor Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP:www.anp.gov.br

Digitalizada com CamScanner

FICHA CADASTRAL
DE POSTO REVENDEDOR
DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS

RESOLUÇÃO ANP Nº 41, DE 06/11/2013

TIPO DA FICHA: [ ] Nova Autorização [X] Atualização Cadastral

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

CNPJ
23.333.780/0001-97

Nome Empresarial
AMAZONIA COMBUSTIVEIS LTDA
Nome Fantasia
SANTO PARADOURO

IDENTIFICAÇÃO DOS SÓCIOS / ACIONISTAS

Nome / Nome empresarial	CPF / CNPJ	% participação	Data de Início
BRANCH STORE MARKOSUL TRANSPORTE LTDA	05.261.750/0001-30	40,97	15/08/2019
HELENITA MARKOWSKI	396.047.640-04	11,81	01/08/2015
RICARDO MARKOWSKI	546.095.340-53	47,22	01/08/2015

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

Endereço		Número	Complemento
RUA CAPITAO JOSE MACHADO DA SILVA		685	
Bairro		CEP	
MENINO DEUS		95500000	
Município	UF	Latitude	Longitude
SANTO ANTONIO DA PATRULHA	RS		

OUTRAS VIAS DE ACESSO

Endereço	Número	Complemento	Bairro	Município	UF	CEP

CONTATOS

Nome	Telefone (fixo)	Telefone (Celular)	Fax	E-mail
Maicon Rodrigo Agliardi	(51) 3662-2364	(51) 99953-0756		rodrigo@elicontabilidade.com.br

FICHA CADASTRAL DE POSTO REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS

RESOLUÇÃO ANP Nº 41, DE 06/11/2013

TIPO DO POSTO: [X] Posto Revendedor [ ] Posto Flutuante [ ] Posto Marítimo

IDENTIFICAÇÃO DO DISTRIBUIDOR DE COMBUSTÍVEL

Bandeira
RODOIL

DADOS DA EMPRESA ANTECESSORA

CNPJ	Nome empresarial	Baixa do Antecessor

TANQUES

Número	Produto	Capacidade m^3
01	GASOLINA C COMUM	30
02	GASOLINA C COMUM ADITIVADA	20
04	ÓLEO DIESEL B S500 - ADITIVADO	30
05	ÓLEO DIESEL B S10 - ADITIVADO	30
03	GASOLINA C COMUM ADITIVADA	10

BICOS

Produto	Quantidade
GASOLINA C COMUM	6
GASOLINA C COMUM ADITIVADA	8
ÓLEO DIESEL B S500 - ADITIVADO	4
ÓLEO DIESEL B S10 - ADITIVADO	6

ANEXOS

Documento	Arquivo
ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL	808188.pdf
LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO	808189.pdf
CERTIFICADO DO CORPO DE BOMBEIROS	808190.pdf

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

Nome	CPF
DOUGLAS DE LIMA	012.489.860-24

fepam

Processo nº
6-05.67 / 20.1

LO Nº 00712 / 2020

LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 6-05.67/20.1 concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO.

I - *Identificação:*

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 202701 - AMAZONIA COMBUSTIVEIS LTDA-EPP
CPF / CNPJ / Doc Estr: 23.333.780/0001-97
ENDEREÇO: RUA CAPITAO JOSE MACHADO DA SILVA, 685
MENINO DEUS
95500-000 SANTO ANTONIO DA PATRULHA - RS

EMPREENDIMENTO: 219734
LOCALIZAÇÃO: RUA CAPITAO JOSE MACHADO DA SILVA, 685
MENINO DEUS
SANTO ANTONIO DA PATRULHA - RS
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: -29,84224200 Longitude: -50,53390500

A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: POSTO DE COMBUSTIVEL

RAMO DE ATIVIDADE: 4.751,30
MEDIDA DE PORTE: 4.300,00 área útil em m²
ÁREA DO TERRENO (m²): 6.589,50
ÁREA ÚTIL (m²): 4.300,00

II - *Condições e Restrições:*

1. Quanto ao Empreendimento:

1.1- a fonte de abastecimento de água para o empreendimento será através da rede pública de distribuição da CORSAN não havendo previsão de captação e uso de água subterrânea ou superficial;

1.2- caso intencione-se no futuro a captação de água subterrânea como fonte de abastecimento para o empreendimento, tal atividade somente será permitida, após a obtenção da autorização expedida pelo Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente - DRH/SEMA, através do documento de Outorga de Uso da Água;

1.3- o desenvolvimento das atividades relacionadas à operação deste empreendimento, assim como planos e projetos que visem ao controle ambiental da atividade, deverão atender às normas estabelecidas pela Portaria FEPAM nº 22/2019 de 08/04/2019 e suas atualizações;

1.4- qualquer alteração neste documento, na titularidade dos empreendimentos, no distribuidor de combustíveis, em seus equipamentos ou sistemas considerados efetiva ou potencialmente poluidores, e demais itens licenciados, deverá ser comunicada a FEPAM, com vistas à atualização da licença ambiental, acarretando a cobrança dos custos administrativos de alteração de licença;

1.5- no caso de desativação, o empreendedor fica obrigado a providenciar a Autorização Geral para a remoção total do Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis e descomissionamento das demais áreas operacionais;

1.6- deverá fazer a comunicação imediata à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura na hipótese de descoberta fortuita de

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ

GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
E-mail: cadastro@maquine.rs.gov.br

ALVARÁ DE LICENÇA

ALVARÁ.....: 139/2017

PROCESSO / TFV.....: 5918/2017

INSCRIÇÃO MUNICIPAL .....: 20054817-0

CPF / CNPJ/IE.....: 01.273.320/0007-73

NOME / RAZÃO SOCIAL .....: CONCRETAR CONCRETO USINADO LTDA

NOME FANTASIA .....: CONCRETAR CONCRETO USINADO LTDA

ENDEREÇO .....: LINHA PONTAL, 11 – ERS 407, KM 2 –

BAIRRO/DISTRITO.....: MORRO ALTO

INICIO DA(S) ATIVIDADE(S) .....: 28/11/2017

ATIVIDADE(S) LICENCIADA.....:PREPARAÇAO DE MASSA DE CONCRETO E ARGAMASSA PARA CONSTRUÇAO.

OBS.: A licença é comprovada pelo respectivo ALVARÁ, que deve ser colocado em local visível no estabelecimento.

LICENÇA AMBIENTAL/OPERAÇAO Nº 004/2017, VALIDADE ATÉ 27/11/2021.

APPCI – Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios, validade até 02/10/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ/RS, 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOÃO MARCOS BASSANI DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Maquiné
Secretaria de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente

LICENÇA DE OPERAÇÃO	Nº 004/2017

A Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente da Prefeitura de Maquiné – RS, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal Nº 646/2005, Lei Federal Nº 9.605/1998, Lei Complementar Nº 140/2011, as Leis Estaduais Nº 10.330/1994 e 11.520/2000, as Leis Municipais Nº 1.087/2013, Lei Nº 1.094/2013, e em consonância com a Resolução CONAMA Nº 237/97 e Resolução CONSEMA Nº 288/2014 e com base no processo administrativo Nº 5423/2017, concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO nas condições e restrições abaixo especificadas:

1. EMPREENDEDOR / PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome/Razão Social:	**CONCRETAR CONCRETO USINADO LTDA.**
CPF/CNPJ:	01.273.320/0001-73
Município/Estado:	Maquiné/RS
Endereço:	Rodovia RS 407, Km 02
Bairro/CEP:	Morro Alto/95534-000
Telefone:	

2. DADOS DO EMPREENDIMENTO/PROPRIEDADE

Nome/Descrição:	**CONCRETAR CONCRETO USINADO LTDA.**
Endereço:	Rodovia RS 407, Km 02, Maquiné, RS
Coordenadas Geográficas:	(SIRGAS 2000) Lar. -29.777120° Long. -50.151680°
Bairro/CEP:	Morro Alto/95534-000

3. INFORMAÇÕES DO LICENCIAMENTO/ATIVIDADE

Atividade:	**USINA DE PRODUÇÃO DE CONCRETO/1053-00** **FABRICAÇÃO DE ARGAMASSA/1052-00**
CODRAM:	1053-00 e 1052-00
Total Licenciado:	9.947,00 m²
Validade:	4 anos

4. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

Quanto ao Empreendimento

4.1 A presente Licença de Operação (LO) Nº 004/2017 refere-se as atividades de produção de concreto e fabricação de argamassa, com área útil de 9.947 m² (área construída de 165 m² e área livre de 9.782 m²), visando a uma capacidade de produção de 1.500 m³/mês de concreto e 300 m³/mês de argamassa;

4.2 A atividade compreende a operação dos seguintes equipamentos com as capacidades nominais (cn): 01 Caixa Alimentadora (3 m³), 02 Correias Radiais Alimentadoras (10 m³/h), 01 Caixa Dosadora (90 m³), 01 Silo e Balança de Cimento (12 ton/h), 04 Bombas de Aditivo (0,5 m³/h), 03 Bombas de Água (1,5 m³/h), 01 Pá carregadeira (50 m³/h) e 08 Caminhões Betoneira (50 m³);

4.3 No caso de qualquer alteração a ser realizada no empreendimento, alteração de processo, implantação de novas linhas de produção, ampliação de área ou de produção, etc., deverá ser previamente providenciado o licenciamento ambiental;

4.4 O empreendedor deverá manter atualizado o Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios - APPCI;

4.5 O empreendimento deverá manter atualizado o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais conforme a Lei Federal Nº 6.938/81;

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Maquiné
Secretaria de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente

Quanto a Preservação e Conservação Ambiental

4.6 O empreendimento deverá respeitar as Áreas de Preservação Permanente - APP, definidas pelo Código Florestal Federal, art. 4º da Lei Federal N.º 12651/2012 e art. 155, do Código Estadual do Meio Ambiente, Lei Estadual Nº 11520/2000;

4.7 O empreendimento deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecido na Lei Federal N.º 11.428/2006, bem como no Decreto Federal Nº 6.660/2008, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;

4.8 Este documento não autoriza a supressão de nenhum tipo de vegetação arbustivo-arbórea, seja ela ocorrente de forma isolada, vegetação Primária, vegetação Secundária em estágio Inicial ou Avançado de Regeneração, em conformidade com a Resolução CONAMA N° 033/1994 e Lei Federal Nº 11.428/2006;

4.9 O empreendimento deverá adotar os cuidados para a conservação do solo, conforme disposto no art. 143 do Código Estadual do Meio Ambiente, Lei Estadual Nº 11.520/2000;

Quanto às Emissões Atmosféricas:

4.10 Os níveis de ruído gerados pela operação da atividade industrial deverão estar de acordo com NBR 10.151, da ABNT, conforme determina a Resolução CONAMA Nº 01, de 08/03/1990;

4.11 Deverá manter os equipamentos de processo e de controle de emissões atmosféricas, operando adequadamente para garantir sua eficiência de maneira a evitar danos ao meio ambiente e incômodos à população;

4.12 Os equipamentos e operações passíveis de provocarem emissões de material particulado deverão ser providos de sistema de ventilação local exaustora e equipamento de controle eficiente, de modo a evitar emissões visíveis para a atmosfera;

4.13 Na parte inferior do silo deverá existir (entrada do maquinário), três laterais fechadas na parte da descarga do silo e na parte superior deverá existir filtro, de modo a garantir a captação atmosférica (pó);

4.14 Deverá ser adotado medidas de controle para as operações de recebimento, armazenagem e transferência de matérias primas, de modo a evitar a emissão de material particulado para a atmosfera;

4.15 A empresa deverá reduzir a emissão de poeiras ocasionadas pela movimentação de veículos no entorno da planta, empregando técnicas de supressão de poeiras: pavimentação, umectação, etc.;

4.16 A empresa deverá manter cobertura nas pilhas de agregados (areia e brita) de modo a impedir o arraste dos mesmos através da ação os ventos;

Quanto ao abastecimento de água

4.17 O empreendimento possui Portaria DRH Nº 493/2017 que outorga a captação de água subterrânea;

Quanto aos Efluentes Líquidos Industriais e Sanitários

4.18 O empreendimento não poderá lançar efluentes líquidos industriais em corpos hídricos ou no solo sem o prévio licenciamento ambiental;

4.19 Deverá ser realizado o reciclo total dos efluentes líquidos industriais, com uma vazão máxima de 7,5 m^3/dia;

4.20 A água proveniente da limpeza dos equipamentos e do setor de carregamento, deverá ser desviada por canaleta e conduzida para caixa separadora e bombeada para seu reaproveitamento, como reuso, minimização de poeira e material particulado do pátio de agregados;

4.21 Poderá ocorrer apenas a limpeza interna do equipamento betoneira, não sendo permitido a lavagem dos veículos (caminhões);

4.22 O empreendedor deverá possui sistema de tratamento de esgoto sanitário e disposição final dos efluentes líquidos de acordo com a NBR 7229/1993 e NBR 13969/1997;

elementos de interesse paleontológico, na área do empreendimento;

1.7- no prazo de até 60 (sessenta) dias deverá ser apresentado o(s) Certificado(s) de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF/APP válido(s) (www.ibama.gov.br), de todos os empreendedores deste empreendimento, com correlação na(s) Ficha(s) Técnica(s) de Enquadramento:

Categoria	*Código*	*Descrição*
18	18 - 6	Comércio de combustíveis e derivados de petróleo

2. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

2.1- enviar até o mês de fevereiro de cada ano, o relatório técnico e fotográfico de manutenção da área verde implantada de 661,36 m², prestando contas das condições dos espécimes existentes e das manutenções realizadas, assinado por responsável técnico habilitado e acompanhado da respectiva ART;

2.2- tendo em vista o perecimento do exemplar de Ficus cestrifolia, transplantado na fase de instalação deste empreendimento, deverá ser providenciado a título de compensação ambiental, NO PRAZO MÁXIMO DE 60 (SESSENTA) DIAS, o plantio compensatório de três novas mudas da mesma espécie Ficus cestrifolia, dentro dos limites da área deste empreendimento e adicionalmente a doação de outras 57 (cinquenta e sete) novas mudas nativas do gênero Ficus sp. para o Poder Executivo Municipal de Santo Antônio da Patrulha, sendo que dentro do mesmo prazo deverá ser apresentado à FEPAM um relatório técnico devidamente acompanhado de ART do profissional responsável, descrevendo as medidas tomadas, comprovando a realização dos plantios compensatórios através de registros fotográficos, indicando em planta do empreendimento a localização dos novos exemplares e comprovando a doação dos demais espécimes através de documento firmado em conjunto com o Município de Santo Antônio da Patrulha;

3. Quanto aos Efluentes Líquidos:

3.1- realizar a manutenção e limpeza adequada da(s) caixa(s) separadora(s) de água e óleo, com a frequência mínima que garanta o perfeito funcionamento do equipamento;

3.2- realizar semestralmente a coleta de amostras da(s) caixa(s) separadora(s) que servem como tratamento de efluentes líquidos da atividade, com distanciamento mínimo de 3 (três) meses entre as datas das coletas de amostras, para realizar a análise dos parâmetros físico-químicos determinados na Portaria n° 22/2019-FEPAM, publicada no D.O.E. de 08/04/2019, e suas atualizações;

3.3- a coleta das amostras deverá ser realizada imediatamente após a passagem do efluente pelo tratamento e deverá atender ao estabelecido pela Portaria FEPAM 29/2017 e suas atualizações, devendo ser gerado o documento "Laudo de Coleta de Efluente Líquido" conforme modelo disponível no site da www.fepam.rs.gov.br;

3.4- apresentar até o mês de fevereiro de cada ano, 02 (dois) laudos de análise de cada caixa separadora da atividade, conforme definido nos itens anteriores, contendo o resultado de análise, assinatura do responsável técnico, registro do Conselho de Classe e data de análise, acompanhado dos respectivos laudos de coleta;

3.5- o empreendimento deverá atender aos padrões de lançamento de efluentes líquidos definidos na Resolução CONSEMA n° 355/2017, de 13/07/2017;

3.6- os efluentes líquidos gerados nas atividades licenciadas para este empreendimento, após passarem pelas CSAO, serão lançados na rede pública de coleta pluvial que atende o endereço em questão, conforme informações prestadas ao longo das fases de licenciamento, assim como declaração expedida em 07 de janeiro de 2020, pela Secretaria Geral de Governo, Planejamento e Gestão do Município de Santo Antônio da Patrulha;

4. Quanto às Emissões Atmosféricas:

4.1- realizar anualmente a manutenção adequada dos dispositivos de controle dos vapores (válvulas de pressão e vácuo) nos suspiros dos tanques de combustíveis, conforme as recomendações do fabricante, de forma a evitar acidentes, e de acordo com a Portaria n° 22/2019-FEPAM, publicada no D.O.E. de 08/04/2019, e suas atualizações;

4.2- apresentar anualmente, até o mês de fevereiro de cada ano, o Laudo de Manutenção do Sistema de Controle de Emissões dos Tanques de Armazenagem de Combustível relativo à manutenção dos dispositivos de controle dos vapores (válvulas de pressão e vácuo), indicando a data de sua realização, acompanhado da ART do profissional responsável, conforme o modelo disponível no site da FEPAM www.fepam.rs.gov.br;

4.3- não poderão ser emitidas substâncias odoríferas e/ou tóxicas na atmosfera, em quantidade que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de sua propriedade, ou que venham causar incômodos a vizinhança da atividade;

5. Quanto aos Sons e Ruídos:

5.1- os níveis de ruído gerados pelas atividades do empreendimento deverão atender aos padrões estabelecidos pela ABNT NBR 10151 e suas atualizações, conforme Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/1990;

5.2- os equipamentos que geram ruídos, tais como motores, geradores, bombas e compressores, deverão manter distanciamento mínimo de prédios vizinhos previsto nas normas técnicas;

6. Quanto aos Óleos Lubrificantes:

6.1- a troca de óleo lubrificante deverá ser realizada sobre piso impermeável, com sistema de contenção periférica conectada à caixa separadora de água e óleo;

6.2- só é permitida a comercialização de óleos lubrificantes pela empresa, se adquirido de fornecedor (fabricante ou distribuidor) que realizar a coleta das embalagens pós-consumo, de acordo com a Portaria SEMA/FEPAM n° 001/2003, publicada no DOE de 13/05/2003;

7. Quanto aos Resíduos Sólidos:

7.1- os resíduos sólidos perigosos Classe I, classificados conforme NBR 10004 da ABNT, deverão ser adequadamente identificados, segregados e temporariamente armazenados no interior de bacia de contenção impermeabilizada e em local coberto até a sua destinação final, conforme NBR 12235 da ABNT;

7.2- deverá atender ao estabelecido na Portaria FEPAM 87/2018, D.O.E. de 30/10/2018, quanto à utilização do Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, inclusive quanto ao preenchimento das informações da "Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR", conforme Portaria FEPAM 87/2018, DOE D.O.E. de 30/10/2018;

7.3- o transporte dos resíduos perigosos Classe I gerados no empreendimento (tais como: lodo gerado na caixa separadora, panos e papéis contaminadas e filtros de óleo usados) somente poderá ser realizado por veículos licenciados pela FEPAM para Fontes Móveis com potencial de poluição ambiental, devendo ser acompanhado do respectivo "Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR";

7.4- os resíduos deverão ser transportados, da origem ao destinatário, em recipientes ou equipamentos que evitem derrames ou emanações gasosas, sob orientação do responsável técnico pelo empreendimento e de acordo com as normas da ABNT;

7.5- é vedada a coleta e o transporte de embalagens plásticas de óleo lubrificante pós-consumo por empresas que não sejam credenciadas pelo distribuidor ou fabricante destes produtos, conforme Portaria SEMA/FEPAM n° 001-2003, de 13/05/2003;

7.6- o óleo lubrificante usado somente poderá ser alienado a coletores de óleo autorizados pela ANP e com Licença de operação da FEPAM específica para a coleta e transporte de OLUC, conforme determina a Resolução CONAMA362/2005 alterada pela Resolução CONAMA 450/2012 e o empreendedor deverá apresentar anualmente, no mês de fevereiro, as respetivas notas fiscais de alienação do óleo lubrificante usado e contaminado - OLUC, assim como preencher as informações da "Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR", conforme Portaria FEPAM 87/2018, DOE D.O.E. de 30/10/2018;

7.7- apresentar anualmente, no mês de fevereiro, os comprovantes de entrega das embalagens pós-consumo ao coletor autorizado dos fabricantes ou distribuidores, assim como preencher as informações da "Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR", conforme Portaria FEPAM 87/2018, DOE D.O.E. de 30/10/2018;

7.8- no caso de envio de resíduos para disposição ou tratamento em outros estados, deverá ser solicitada Autorização para Remessa de Resíduos para fora do Estado do Rio Grande do Sul, a qual deverá ser solicitada através do Sistema Online de Licenciamento - SOL, conforme estabelecido na Portaria FEPAM n° 89/2016;

7.9- fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas por esta Fundação;

7.10- PROVIDENCIAR NO PRAZO MÁXIMO DE 60 (SESSENTA) DIAS, a execução de reformas na área de armazenamento temporário de resíduos, visando a ampliação da bacia de contenção (considerada pequena em relação ao porte do empreendimento), assim como a implantaçaão de cobertura e proteções laterais a fim de que todos os resíduos gerados no posto venham a ser devidamente acondicionados no interior de área contida sem contato com as águas pluviais, sendo que dentro do mesmo prazo deverá ser apresentado à FEPAM um relatório técnico devidamente acompanhado de ART do profissional responsável, descrevendo as medidas tomadas e comprovando a realização das mesmas através de registros fotográficos;

8. Quanto às Áreas de Tancagem:

8.1- o abastecimento dos tanques de combustíveis só poderá ser realizado por veículos licenciados para Fontes Móveis de Poluição na FEPAM;

8.2- o entorno do bocal de descarga de combustíveis deverá contar com piso impermeável e contenção periférica conectada à CSAO, conforme o estabelecido na Portaria FEPAM 22/2019 e suas atualizações;

8.3- no caso de implantação ou troca de tanques subterrâneos de combustíveis, deverá ser solicitada previamente a Licença Prévia de Instalação para Ampliação (no caso de haver ampliação do volume de armazenamento de combustíveis do empreendimento) ou, em caso contrário, Autorização Geral para troca de tanques, só podendo ser adotados tanques subterrâneos de parede dupla, fabricados de acordo com as Normas Técnicas da ABNT, e por empresas certificadas no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade do INMETRO;

8.4- tanques subterrâneos de combustíveis/óleo lubrificante usado/Arla ativos:

Tanque	Volume (L)	Nº Compartimentos	Ano Instalação	Tipo de Tanque
TQ-0001	30000	1	2018	Subterrâneo
TQ-0002	30000	1	2018	Subterrâneo
TQ-0003	30000	1	2018	Subterrâneo
TQ-0004	30000	2	2018	Subterrâneo

8.5- enviar anualmente, no mês de fevereiro, o relatório de manutenção técnica preventiva do sistema de abastecimento subterrâneo de combustível (SASC), incluindo as bombas de abastecimento, filtros de diesel, linhas, válvula de retenção, câmara de contenção dos tanques (sump de tanque e sump de filtro), de acordo com as Normas Técnicas da ABNT, devendo a comprovação de competência e qualificação dos profissionais responsáveis pela inspeção ser através da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do Conselho de Classe. No relatório de manutenção deverão constar todos os reparos realizados;

9. Quanto à Lavagem de Veículos, Máquinas e Equipamentos:

9.1- está autorizada a lavagem de veículos, desde que em área exclusiva para esta atividade, sobre piso impermeável e dentro de sistema de drenagem das águas de lavagem para uma caixa separadora água e óleo que atenda exclusivamente a esta área;

9.2- as atividades de lavagem de veículos não devem gerar interferências diretas às áreas lindeiras ou ao passeio público por aspersão das águas de lavagem;

9.3- a atividade de lavagem licenciada poderá atender veículos leves e pesados, devendo ser observados os prazos dispostos na Portaria FEPAM 22/2019 e suas atualizações para adequação no tratamento dos efluentes oriundos desta atividade;

10. Quanto ao Local de Abastecimento de Veículos:

10.1- só é permitido o abastecimento de veículos sobre piso impermeável, construído em concreto armado, e dentro do sistema de contenção que deve estar conectado com a caixa separadora água e óleo;

10.2- a pista de abastecimento deverá contar com espaço suficiente para abastecimento de qualquer tipo de veículo e as canaletas do sistema de contenção deverão estar localizadas internamente à projeção da cobertura, não podendo receber a contribuição das águas pluviais;

11. Quanto ao Treinamento de Pessoal:

11.1- todos os funcionários operacionais deverão ser mantidos capacitados quanto às medidas de minimização de poluição e ações imediatas para controle de situações de emergência e riscos ambientais, conforme estabelece a Portaria nº 22/2019, publicada no D.O.E. em 08/04/2019, devendo ser mantidas no empreendimento as cópias dos certificados dos funcionários capacitados;

12. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência:

12.1- em caso de acidente ou incidente com risco de danos a pessoas e/ou ao meio ambiente, a FEPAM deverá ser imediatamente informada pelo telefone (51) 99982-7840;

12.2- deverá ser mantido atualizado o Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio, emitido pelo Corpo de Bombeiros, de conformidade com as Normas em vigor, relativo ao sistema de combate a incêndio e o mesmo deverá estar disponível no empreendimento;

12.3- na verificação de ocorrência de vazamento no sistema de abastecimento subterrâneo de combustível (SASC), deverá ser informado imediatamente à FEPAM pelo telefone (51) 99982-7840 e o proprietário do tanque ou à RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS S.A. pelo(s) telefone(s) (51) 3011-9000 (51) 9969-5251;

12.4- enviar anualmente, no mês de fevereiro, relatório técnico e fotográfico assinado por responsável técnico habilitado e acompanhado da respectiva ART, contendo no mínimo:

12.4.1- características, principalmente quanto a infiltrações e fugas, do piso impermeável na área de bombas e na área de descarga dos tanques de combustível e drenagem para a caixa separadora água/óleo;

12.4.2- características, principalmente quanto a infiltrações e fugas, do piso impermeável na área de troca de óleo lubrificante e drenagem para a caixa separadora água/óleo;

12.4.3- condições de operação e eficiência da(s) caixa(s) separadora(s) água/óleo;

12.4.4- local de armazenamento dos resíduos Classe I (tais como lodo gerado na caixa separadora, panos e estopas contaminadas, filtros de óleo usado, embalagens de óleo lubrificante pós consumo) até recolhimento por coletor autorizado;

12.4.5- local de armazenamento do óleo lubrificante usado, até recolhimento por coletor autorizado;

12.5- em caso de implantação de depósito de armazenagem de GLP, o mesmo deverá ser previamente incluído no Alvará do Corpo de Bombeiros e, posteriormente, solicitada alteração da Licença de Operação para inclusão da atividade;

Documento gerado on-line

12.6- semestralmente realizar coleta de amostras dos poços de monitoramento de águas subterrâneas, instalados conforme NBR 15495-1 e 15495-2 da ABNT, para análise de hidrocarbonetos totais derivados de petróleo (TPH) e benzeno, tolueno, xilenos e etil-benzeno (BTXE), com vistas ao controle e detecção de vazamentos do sistema de abastecimento subterrâneo de combustíveis (SASC). A amostragem deverá ser de acordo com o estabelecido na NBR 15847:2010 da ABNT. Deverá ser utilizada metodologia de análise internacionalmente aceita e em laboratório cadastrado na FEPAM;

12.7- apresentar anualmente, no mês de fevereiro, os laudos semestrais de análise dos poços de monitoramento, conforme solicitado na condição anterior, contendo o resultado da análise, assinatura do responsável técnico, registro no Conselho de Classe e data e responsável pela coleta semestral realizada;

12.8- caso haja suspeita e/ou confirmação da existência de contaminação na área do empreendimento deverão ser adotadas imediatamente medidas com vistas à caracterização e posterior reabilitação da área contaminada, conforme etapas de gerenciamento estabelecidas na Resolução CONAMA 420/2009, independente de manifestação específica da FEPAM;

13. Quanto à Publicidade da Licença:

13.1- deverá ser fixada junto ao empreendimento, em local de fácil visibilidade, placa para divulgação do licenciamento ambiental, conforme modelo disponível no site da FEPAM, www.fepam.rs.gov.br. A placa deverá ser mantida durante todo o período de vigência desta licença;

III - Documentos a apresentar para renovação desta Licença:

1- acessar o SOL - Sistema On Line de Licenciamento Ambiental, em www.sol.rs.gov.br, e seguir as orientações preenchendo as informações e apresentando as documentações solicitadas. O Manual de Operação do SOL encontra-se disponível na sua tela de acesso;

2- relatório técnico e fotográfico da manutenção área de preservação implantada de 661,36 m2, assinado por responsável técnico habilitado e a respectiva ART;

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à FEPAM, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento;

Qualquer alteração na representação do empreendedor ou alteração do endereço para recebimento de correspondência da FEPAM, deverá ser imediatamente informada à mesma;

Esta licença é válida para as condições acima até 04 de fevereiro de 2025, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2020.

Este documento é válido para as condições acima no período de 04/02/2020 a 04/02/2025.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam®.

Documento Disponibilizado

Nome do arquivo: ppxkxf2d.af1

Autenticidade: Documento Íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Renato das Chagas e Silva	05/02/2020 08:54:00 GMT-03:00	39553094015	Assinatura válida

Documento Assinado Digitalmente

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Maquiné
Secretaria de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente

Quanto aos Resíduos Sólidos

4.23 Os resíduos sólidos gerados deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados para armazenagem temporária na área objeto deste licenciamento, observando a NBR 12.235 e a NBR 11.174 da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;

4.24 A empresa deverá verificar o licenciamento ambiental das empresas, inclusive centrais de recebimento de *resíduos, para as quais seus resíduos* são encaminhados e atentar para o seu cumprimento, pois, conforme o Artigo 9º do Decreto Estadual Nº 38.356 de 01/04/98, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros;

4.25 Fica proibida a queima, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas por esta Fundação, conforme parágrafo 3º, Artigo 19 do Decreto Nº 38.356, de 01/04/98;

4.26 Todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, conforme determina a Resolução CONAMA Nº 362/2005, Arts. 1º, 3º e 12;

4.27 Fica proibida a destinação de embalagens plásticas de óleos lubrificantes pós-consumo em aterros urbanos, aterros industriais ou incineração no Estado do Rio Grande do Sul, devendo as mesmas serem destinadas à reciclagem, a ser realizada pelos fabricantes e distribuidores (atacadistas), conforme a Portaria SEMA/FEPAM Nº 001/2003;

Quanto a Área de Tancagem

4.28 Todas as áreas de tancagem e de injeção de combustível deverão ser impermeabilizadas e protegidas por bacias de contenção, conforme NBR 17.505 da ABNT, de modo a evitar a contaminação da área por possíveis vazamentos.

5. Documentação a ser apresentada para solicitação da renovação da Licença de Operação:

5.1 Comprovante de pagamento dos custos dos Serviços de Licenciamento Ambiental;
5.2 - Requerimento solicitando a Licença de Operação;
5.3 - Cópia deste documento licenciatório;
5.4 - Formulário da atividade devidamente preenchido (o mesmo deverá ser solicitado pelo e-mail: licenciamentopmmaquine@gmail.com).

I. Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à PMM, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciado por este documento.
II. Este documento licenciatório é válido para as condições acima, porém perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido.
III. Este documento licenciatório não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.
IV. Este documento licenciatório deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Maquiné, 27 de novembro de 2017.
Este documento licenciatório é válido para as condições acima no período de 27/11/2017 à 27/11/2021.

João Marcos Bassani dos Santos
Prefeito Municipal de Maquiné

Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Inscrição
N° 45969

Contribuinte
AMAZONIA COMBUSTIVEIS LTDA

Natureza Jurídica
PESSOA JURÍDICA CNPJ Nº 23.333.780/0001-97

Atividade
G4731-8/00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
G4732-6/00 - Comércio varejista de lubrificantes
G4729-6/02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência

Data de Cadastro
18/09/2019

Data de Fundação
18/09/2019

Endereço
RUA CAP JOSE MACHADO DA SILVA, 685
MENINO DEUS
SANTO ANTONIO DA PATRULHA/RS 95500000

Observações
A cessação da atividade deverá ser comunicada no prazo de 30 (trinta) dias, conforme determina o § 5º do art. 60 da LCM nº 019/2003.
ALVARÁ PROVISÓRIO
VALIDADE 24/12/2021 - PPCI

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, através da Secretaria Municipal da Gestão e Planejamento, e de acordo com a legislação em vigor, concede ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, neste município, ao contribuinte acima identificado.

Santo Antônio da Patrulha, 24 de dezembro de 2020.

Natália Cunha da Costa
Secretária Geral de Governo,
Planejamento e Gestão

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
Rua Washington Luiz, 815, Sala 402 - Bairro Centro, Porto Alegre/RS, CEP 90010-460
Telefone: (51) 30796500
www.anm.gov.br

DESPACHO SEI Nº1197/SEFAM-RS/2020

Processo: 48401.810319/2008-15

Interessado(s): Britel Sul Mineradora Ltda

Desna tário(s): Gerência Regional da ANM no Estado do Rio Grande do Sul

Com fundamento no que dispõe o Arg o 185 da Portaria N.º 155/2016, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2016, do Diretor-Geral do DNPM, e no uso da competência delegada pelo Art. 1º, inciso III da Portaria SEI nº 367 de 19/06/2020, publicada no DOU em 22/06/2020, **AUTORIZO** a averbação da Prorrogação do Registro de Licença n.º 122/2008 com prazo até 26/02/2023.

PUBLIQUE-SE, (742)

Documento assinado eletronicamente por **José Eduardo da Costa Duarte**, **Gerente Regional, Interino**, em 04/11/2020, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.

A auten cidade do documento pode ser conferida no site www.anm.gov.br/auten cidade, informando o código verificador **1884874** e o código CRC **AC83B55B**.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.428.820/0001-00 **MATRIZ**		**20/11/2002**

NOME EMPRESARIAL
BRITEL SUL MINERADORA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
BRITEL	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
08.10-0-99 - Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
BR 101,KM77	**SN**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
95.520-000	**BAIRRO MORRO ALTO**	**OSORIO**	**RS**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**03/11/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **11/02/2021** às **12:42:50** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Fepam
Fundação Estadual de Proteção Ambiental - RS

Processo nº 3578-05.67 / 20.2

LO Nº 06240 / 2020

LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 3578-05.67/20.2 concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 125453 - BRITEL SUL MINERADORA LTDA EPP

CPF / CNPJ / Doc Estr: 05.428.820/0001-00

ENDEREÇO: RODOVIA 101 KM77
LOCALIDADE MORRO ALTO
95520-000 OSORIO - RS

EMPREENDIMENTO: 168488

LOCALIZAÇÃO: RODOVIA 101 KM77
LOCALIDADE MORRO ALTO
OSORIO - RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: -29,78300781 Longitude: -50,18100849

A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: LAVRA DE ROCHA PARA USO IMEDIATO NA CONSTRUÇÃO CIVIL - A CÉU ABERTO, COM USO DE EXPLOSIVOS, COM BRITAGEM E COM RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA

RAMO DE ATIVIDADE: 530,06

MEDIDA DE PORTE: 7,93 poligonal útil em hectares (ha)

DNPM nº: 810319/2008

II - Condições e Restrições:

1. Quanto ao Empreendimento:

1.1- esta Licença foi gerada em cumprimento a Portaria nº 46/2015, de 12 de maio de 2015;

1.2- Esta licença autoriza a lavra exclusivamente na área regularizada no DNPM, processo 810.319/2008, de 7,93 hectares, cuja delimitação deverá ser mantida em campo por meio de marcos fixos e inconfundíveis no terreno, na cor vermelha e numerados conforme coordenadas dos vértices do polígono discriminadas às folhas 242/244 do processo administrativo n° 013205-05.67/12-2.

1.3- a lavra autorizada por esta licença admite rebaixamento de nível da atual praça da pedreira limitado ao arrasamento até a cota altimétrica 60 metros, com desenvolvimento para a direção nordeste, configurando-se, ao final, uma diferença de nível total máxima de 30(trinta) metros, a qual será desdobrada em 3(três) bancadas de 10(dez) metros de altura no máximo, com bermas mínimas de 4(quatro) metros. Nos locais onde não for mais possível esta configuração, devido ao fato do talude, atualmente configurado, encontrar-se no limite da área regularizada no DNPM e com altura superior a 10(dez) metros, deverá haver a disposição de estéril na base formando um talude estável coberto com substrato que permita a implantação de gramíneas.

1.4- a totalidade da área externa ao polígono regularizado no DNPM, degradada pela supressão vegetal e remoção do solo de cobertura (decapeamento), correspondente, no mínimo, à delimitação da área informada ao empreendedor através do Ofício FEPAM/GERLIT n° 4937/2016 (fls. 72/73 do processo administrativo n° 009400-05.67/15-7), deverá ser recuperada e nela implantadas medidas compensatórias de enriquecimento da vegetação nativa que circunda a área.

1.5- o plano de recuperação da área degradada e de medidas compensatórias de que trata o item 1.4, será analisado junto ao

Documento Assinado Digitalmente

processo administrativo 009400-05.67/15-7, sendo posteriormente , após aprovação do mesmo pela FEPAM, ter sua área incorporada à área da presente licença, com as adequações necessárias, por se tratarem de áreas contíguas, cuja intervenção antrópica é de responsabilidade do empreendimento.

1.6- a área minerada deverá ser protegida do acesso de pessoas estranhas e com placa de sinalização;

1.7- deverão ser mantidos junto ao processo administrativo, sob pena de perda da validade da licença, e no local da atiividade, documento comprobatório da regularidade da lavra junto ao DNPM e junto aos municípios onde se localiza a jazida bem como as ART'S - Anotação de Responsabilidade Técnica de técnicos do meio físico e biótico de execução das atividades e planos desenvolvidos, com a validade atualizada. No prazo de 30(trinta) dias a contar da emissão desta licença, tal situação deverá estar regularizada, sob pena de perda de validade da presente licença.

1.8- Deverá ocorrer o isolamento da área a ser minerada, protegendo-a do acesso de pessoas estranhas, evitando assim sua utilização indiscriminada por terceiros;

1.9- o solo removido durante o decapeamento será armazenado em local próprio previsto no RCA/PCA. As pilhas deverão ter altura máxima de 2,0 metros a fim de evitar sua compactação, não poderão ter inclinação excessiva e deverão ser cobertas por galhos ou lona para que o solo mantenha ao máximo as suas propriedades e seja utilizado para a recuperação da área;

1.10- todo o material oriundo do decapeamento deverá ser utilizado na recomposição topográfica das áreas impactadas e o solo vegetal passível de ser utilizado como substrato da vegetação deverá ser convenientemente estocado na área licenciada e propiciadas condições para sua utilização futura na recuperação da área. Os fragmentos de rocha que não forem utilizados deverão ser dispostos na base dos taludes no interior da cava com vistas à configuração de bancadas conforme consta na licença.

1.11- a disposição de estéreis e rejeitos deverá ser mantida somente no interior da área licenciada, em local delimitado para tal, sendo realizado controle efetivo para que sejam evitados processos de erosão ou deslizamentos;

1.12- a drenagem de toda a área de extração, incluindo a área de decapeamento, deverá ser disciplinada de forma que as águas superficiais sejam direcionadas para bacia(s) de decantação de sedimentos, construída(s) em local(is) topograficamente favorável(is). A(s) bacia(s) deverá(ao) ser desobstruída(s) periodicamente;

1.13- manter o RCA/PCA aprovado no local da atividade, bem como o pessoal de operação informado quanto à perfeita implementação das condições e restrições da presente licença;

1.14- no prazo de até 60 (sessenta) dias deverá ser apresentado o(s) Certificado(s) de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF/APP válido(s) (www.ibama.gov.br), de todos os empreendedores deste empreendimento, com correlação na(s) Ficha(s) Técnica(s) de Enquadramento:

Categoria	*Código*	*Descrição*
1	1 - 2	Lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento

2. Quanto ao Uso de Explosivos:

2.1- o desmonte de rocha deverá obedecer o plano de fogo e a ART a ele vinculada, devendo ser observada a norma técnica da ABNT n° 9653/1986. A área deverá estar sinalizada com placas informando sobre as detonações e seus horários, bem como a restrição da circulação de pessoas estranhas no local, bem como obedecidas as regras de segurança para a população do entorno e a circulação nas estradas. Os impactos ambientais oriundas do desmonte com explosivos (pressão acústica, vibração, ultralançamentos) deverão ser monitorados com segurança periodicamente.

2.2- a empresa deverá armazenar todos os relatórios referentes às detonações realizadas no empreendimento (planilhas de fogo), contendo, inclusive, os monitoramentos ambientais que foram julgados necessários;

3. Quanto ao Beneficiamento de Minérios:

3.1- as operações do britador deverão evitar emissões visíveis dos particulados, devendo ser controlada através de uso contínuo de sistemas de abatimento de poeiras por aspersão de água junto aos pontos de geração, especialmente previamente à britagem do minério e nos pontos de carga e descarga das correias transportadoras.

4. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

4.1- deverão ser mantidas e preservadas as Áreas de Preservação Permanente - APP's definidas na Lei Federal n° 12.651, de 25 de maio de 2012, alterada pela Lei Federal nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, nas Resoluções CONAMA n.° 302/2002, de 20 de março de 2002, e CONAMA n.° 303/2002, de 20 de março de 2002, Leis Estaduais n.º 9.519, de 21 de janeiro de 1992 (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul) e n.º 15.434, de 9 de janeiro de 2020 (Código Estadual do Meio Ambiente);

4.2- esta licença não autoriza a supressão de vegetação nativa na área alvo deste licenciamento;

5. Quanto à Recuperação Ambiental:

5.1- todos os rejeitos oriundos da atividade de extração, a partir da emissão desta licença, deverão ser usados prioritariamente na recuperação da topografia da área minerada;

Documento Assinado Digitalmente

5.2- o solo orgânico a ser espalhado na área deverá ter sua fertilidade corrigida e conter banco de sementes de espécies de cobertura de solo (gramíneas) nativas, a fim de proporcionar a revegetação espontânea do local e impedir processos erosivos;

5.3- com vistas a garantir a fixação do solo orgânico disposto e evitar a deflagração de processos erosivos, deverá ser implantado sistema de drenagem no topo e base de cada bancada, de modo a coletar as águas pluviais e conduzi-las para bacias de decantação de sedimentos. Implantar dispositivos dissipadores de energia de fluxo nos locais com declividade elevada;

5.4- o projeto de recuperação de áreas degradadas deverá ser implantado concomitante à atividade minerária;

5.5- a suspensão temporária da atividade não implica na paralisação da implantação das medidas de controle ambiental previstas nesta licença;

5.6- deverá haver monitoramento ambiental, e orientação técnica periódica, para a efetiva reabilitação do sítio antropizado;

5.7- deverão ser apresentados relatórios anuais (a contar da data de publicação desta licença) contemplando, em detalhes e com comprovação fotográfica, todas as medidas de manutenção e de controle ambiental implantadas, discutindo item a item desta licença;

5.8- caso a empresa encerre as atividades no final do período de vigência desta licença, deverá solicitar renovação da LO somente para a atividade de recuperação ambiental, considerando o já disposto no RCA/PCA aprovado;

6. Quanto às Emissões Atmosféricas:

6.1- deverão ser implantadas medidas para o controle de poeiras oriundas da operação e trânsito de veículos dentro e fora da área do empreendimento: pavimentação, umectação, etc.;

6.2- as caçambas dos caminhões de transporte deverão estar obrigatoriamente cobertas com lonas, evitando assim queda do material transportado ao trafegarem em vias públicas;

7. Quanto aos Óleos Lubrificantes:

7.1- as áreas de abastecimento, lavagem, lubrificação, manutenção e oficinas deverão possuir piso impermeabilizado, com canaletas/muretas de proteção mantidas em bom estado bem como sistema de drenagem ligado à caixa separadora de água e óleo, mantida limpa.

7.2- todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino; conforme determina a Resolução CONAMA n.º 362, de 23 de junho de 2005, Arts. 1º, 3º e 12;

7.3- sucatas e outros materiais(resíduos) deverão ser dispostos em local protegido e sobre piso impermeabilizado com canaletas/muretas de proteção, até sua alienação periódica para recicladores habilitados.

7.4- fica proibida a destinação de embalagens plásticas de óleos lubrificantes pós-consumo em aterros urbanos, aterros industriais ou incineração no Estado do Rio Grande do Sul, devendo as mesmas ser destinadas à reciclagem, a ser realizada pelos fabricantes e distribuidores (atacadistas), conforme a Portaria SEMA/FEPAM n° 001/2003, publicada no DOE de 13/05/2003;

7.5- caso a empresa adquira óleo lubrificante em embalagens plásticas apenas no comércio varejista, deverá fazer a devolução voluntária no ponto de compra. O comércio varejista de óleos lubrificantes (lojas, supermercados. etc.) não realiza a coleta das embalagens, mas é ponto de coleta dos seus fornecedores imediatos;

8. Quanto aos Resíduos Sólidos:

8.1- fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas por esta Fundação;

8.2- os resíduos sólidos gerados deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados para armazenagem temporária na área objeto deste licenciamento, observando a NBR 12.235 e a NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;

8.3- a empresa deverá verificar o licenciamento ambiental das empresas, inclusive Centrais de recebimento de resíduos, para as quais seus resíduos são encaminhados e atentar para o seu cumprimento, pois, conforme o Artigo 9º do Decreto Estadual n.º 38.356 de 01/04/98, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros;

9. Quanto à Publicidade da Licença:

9.1- deverá ser fixada junto ao empreendimento, em local de fácil visibilidade, placa para divulgação do licenciamento ambiental, conforme modelo disponível no site da FEPAM, www.fepam.rs.gov.br. A placa deverá ser mantida durante todo o período de vigência desta licença;

III - Documentos a apresentar para renovação desta Licença:

1- cópia desta licença;

Documento Assinado Digitalmente

2- cópia da licença da Prefeitura Municipal em vigor;

3- cópia do Registro de Licença, Permissão de Lavra Garimpeira ou Registro de Extração em vigor, junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);

4- Relação de Documentos disponível em "Licença de Operação - LO - Extração Mineral" na home-page da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br. A documentação deverá ser organizada na ordem em que consta nesta Relação;

5- relatório operacional das atividades licenciadas e medidas de controle ambiental implantadas, contemplando relatório fotográfico de cada etapa;

6- RCA/PCA atualizado e com as alterações propostas pela FEPAM;

7- atualização da planta planialtimétrica (esc. 1:2.000 ou maior), orientada segundo o norte geográfico, a escala, contendo a delimitação do polígono a ser requerido junto ao DNPM, com suas coordenadas geográficas (datum SIRGAS 2000), a delimitação da vegetação nativa existente, a(s) frente(s) de lavra prevista (s), a direção e o sentido de avanço de lavra, a localização do depósito de minério, estéreis e do solo, bacia(s) de decantação de sedimentos, canaletas de condução das águas pluviais, áreas de plantio compensatório e cortinamento vegetal, assim todos os elementos constituintes da área em questão;

8- ART - Anotação de Responsabilidade Técnica da área de biota (Biólogo/Eng. Agrônomo/Eng. Florestal) e do meio físico (Geólogo/Eng. Minas) de execução (ou de cargo e função), acompanhamento e implantação das medidas mitigadoras e compensatórias no PCA;

9- comprovante de pagamento dos custos dos Serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Tabela de Custos disponível no site da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à FEPAM, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

Qualquer alteração na representação do empreendedor ou alteração do endereço para recebimento de correspondência da FEPAM, deverá ser imediatamente informada à mesma.

Esta licença é válida para as condições acima até 13 de outubro de 2025, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 13 de outubro de 2020.

Este documento é válido para as condições acima no período de 13/10/2020 a 13/10/2025.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam®.

Documento Assinado Digitalmente

Nome do arquivo: mqxq5nxv.cyy

Autenticidade: Documento Íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Fabiani Ponciano Vitt Tomaz	13/10/2020 11:10:05 GMT-03:00	70995923000	Assinatura válida

Documento Assinado Digitalmente

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IMAGENS



Foto 1
Lixeiras para coleta seletiva



Foto 2
Material estocado no galpão



Foto 3
Bacia de contenção de resíduo de concretagem



Foto 4
Escavação e posterior reaterro para aproveitamento de solo retirado.



Foto 5
Ordenamento da madeira para limpeza da área de supressão



Foto 6
Ordenamento da madeira para limpeza da área de supressão



Foto 7
Área limpa após supressão e ordenamento.



Foto 8
Caixas de segregação provisória de material no pátio de obras.



Foto 9
Abastecimento e manutenção de motosserras em bacia de contenção com material absorvente.

ANEXO IV – IMAGENS DO PROGRAMA DE CONTROLE E CONSERVAÇÃO DE ACESSOS - PCCA



Melhoria em estrada interna (E3-3)



Melhoria em estrada interna (E3-3)



Limpeza de regeneração em estrada interna (E7-2)



Estrada interna melhorada para acesso e supressão de área de torre (E7-2)



Estrada interna melhorada para acesso e supressão de área de torre (E7-2 e E7-1)



Uso de estrada interna sem danos (E7-3)



Uso de estrada interna sem danos (E7-3)



Supressão de vegetação para abertura de estrada (E8-1)



Melhoria de estrada interna (E12-2)



Melhoria de estrada interna (E12-2)



Melhoria em estrada interna (E12-2)



Melhoria de estrada interna (E17-2)



Melhoria em estrada interna (E17-2)



Melhoria em estrada interna (E17-2)



Acesso interno - supressão e abertura de acesso novo (E66-3)



Acesso sobre pastagem ({E26-2)



Limpeza de estrada colonial ára acessar a estrutura (E7-1)

ANEXO V – PROGRAMA DE LIMPEZA DAS ÁREAS ASSOCIADAS À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO - PLAAIP



Foto 1
Área limpa após supressão e ordenamento.



Foto 2
Abastecimento e manutenção de motosserras em bacia de contenção com material absorvente.



Foto 3
Limpeza da área suprimida com ordenamento florestal



Foto 4
Processo de supressão e ordenamento simultâneo



Foto 5
Resultado do ordenamento da foto anterior.

ANEXO VI – IMAGENS DO PROGRAMA DE SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO - PSV



Foto 1
Área limpa após supressão e ordenamento.



Foto 2
Abastecimento e manutenção de motosserras em bacia de contenção com material absorvente.



Foto 3
Limpeza da área suprimida com ordenamento florestal



Foto 4
Processo de supressão e ordenamento simultâneo



Foto 5
Resultado do ordenamento da foto anterior.

ANEXO VII – IMAGENS DO PROGRAMA DE COLETA DE GERMOPLASMA E RESGATE DE EPÍFITAS - PCGRE



Foto 1
Procura exaustiva por plântulas de valor gênico passíveis de transplante

Lat -29.893333°
Lon -50.330833°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)



Foto 2
Mollinedia elegans
Espécie fora de risco. Indivíduos suprimidos em área de torre, possuíam sementes viáveis que foram dispersadas no entorno da área de supressão.

Lat -29.892778°
Lon -50.331944°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)



Foto 3
Machaerium stipitatum
Espécie fora de risco. Indivíduos suprimidos em área de torre, possuíam sementes viáveis.

Lat -29.890278°
Lon -50.332778°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)



Foto 4
Euterpe edulis
Realocado

Lat -29.883333°
Lon -50.357500°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)



Foto 5
Euterpe edulis
Realocado

Lat -29.883333°
Lon -50.357500°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)



Foto 6
Euterpe edulis
Realocado

Lat -29.883333°
Lon -50.357500°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)



Foto 7
Aechmea sp.
Realocada

Lat -29.878889°
Lon -50.375278°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)



Foto 8
Aechmea sp.
Realocada

Lat -29.878611°
Lon -50.375000°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)



Foto 9
Aechmea sp.
Realocada

Lat -29.878611°
Lon -50.375000°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)



Foto 10
Aechmea sp.
Preservada

Lat -29.878611°
Lon -50.375000°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)



Foto 11
Aechmea sp.
Realocada

Lat -29.878889°
Lon -50.375278°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)



Foto 12
Gomesa sp.
Realocada

Lat -29.878889°
Lon -50.375278°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)



Foto 13
Aechmea sp.
Realocada

Lat -29.878889°
Lon -50.375556°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)



Foto 14
Gomesa sp.
Realocada

Lat -29.878889°
Lon -50.375278°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)



Foto 15
Gomesa sp.
Realocada

Lat -29.878889°
Lon -50.375556°
(Geográficas decimais SIRGAS 2000)

ANEXO VIII – DOCUMENTOS OFICIAIS DO IPHAN

MINISTÉRIO DO TURISMO
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Superintendência do IPHAN no Estado do Rio Grande do Sul

Ocio Nº 899/2020/IPHAN-RS-IPHAN

À

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler

Divisão de Energia - DIGEN/FEPAM - Bióloga Rosaura Heurich

Av. Borges de Medeiros, 261 - Centro Histórico

CEP: 90020-021 - Porto Alegre/RS

Telefone: 51 3288.9422 - 3288.9544 - 3288.9430

E-mail: digen@fepam.rs.gov.br

c/c

Ao Senhor

Sidnei Leopoldo da Silva

Coordenador da Engenharia da Geração e Transmissão

CPFL Transmissão Sul ll S.A.

Rodovia Eng. Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - km 2,5

Parque São Quirino - Campinas/SP

CEP 13.088-140

fone: (19) 3756-8585

e-mail: sidneils@cpfl.com.br

C/C

Ao Senhor

André Garcia Loureiro

Arqueólogo

Rua Dr. Urbano Garcia, 252/103 - Bairro Centro

CEP: 96077-470 - Pelotas - RS

E-mail: andre.contextos@gmail.com/ andre@contextosarqueologiars.com.br

Telefone: (53) 99903.8818

Assunto: **Análise do Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Linha de Transmissão 230kV Osório 3 à Gravataí 3 C1, municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha e Gravataí/RS.**

Processo IPHAN nº **01512.002193/2015-11**

Processo FEPAM nº **003493-0567/20-4**

Prezado Senhor,

No momento em que o cumprimento cordialmente, vimos por meio deste informar que o Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Linha de Transmissão 230kV Osório 3 à Gravataí 3 C1, municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha e Gravataí/RS, foi analisado e aprovado por meio do Parecer Técnico nº 30/2020 - IPHAN-RS/COTEC IPHAN-RS/IPHAN (SEI 2110806), devidamente rafic ado por esta Superintendência.

Dessa forma, este Instut o é favorável à emissão de Licença de Instalação e Licença de Operação para o empreendimento, Processo FEPAM nº 003493-0567/20-4 sem prejuízo aos termos do compromisso assumido pelo empreendedor.

Atenciosamente,

RENATA GALBINSKI HOROWITZ
Superintendente IPHAN/RS

Documento assinado eletronicamente por **Renata Galbinski Horowitz**, **Superintendente do IPHAN-RS**, em 14/08/2020, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A auten cidade deste documento pode ser conferida no site h p://sei.iphan.gov.br/auten cidade, informando o código verificador **2120101** e o código CRC **5579533F**.

Av. Independência, nº 867 , Porto Alegre. CEP 90035-076
Telefone: (51) 3311-1188 | *Website*: www.iphan.gov.br

Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Coordenação Técnica do IPHAN-RS

Parecer Técnico nº 30/2020 - IPHAN-RS/COTEC IPHAN-RS/IPHAN

Porto Alegre - RS, 11 de agosto de 2020

Para: Ao Sr. Daniel André Beck - Coordenador Técnico Substituto do IPHAN-RS

Assunto: Análise do Relatório do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a Área de Implantação da Linha de Transmissão 230kV Osório 3 à Gravataí 3 C1, municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha e Gravataí/RS. Processo IPHAN n.º 01512.002193/2015-11.

I. INTRODUÇÃO

O presente parecer técnico objetiva a análise do Relatório do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão 230kV Osório 3 à Gravataí 3 C1, municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha e Gravataí/RS, protocolado neste Instituto por meio da correspondência sob número SEI 2089318.

Considerando o enquadramento como Nível III dado pelo IPHAN ao empreendimento quando da análise da Ficha de Caracterização de Atividade – FCA, o presente relatório foi analisado a partir dos parâmetros estabelecidos nos arts. 11 e 12 da Portaria SPHAN 07/88, em especial no artigo 20º da Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015, bem como no TRE, nos objetivos e no plano de trabalho aprovado

II. HISTÓRICO

30/06/2015 - (SEI 1799934, fl, 02), Protocolo da Ficha de Caracterização de Atividades (FCA 19) do empreendimento - Região Metropolitana "B";

10/07/2015 - (SEI 1799934, fl, 43), Parecer nº 0446/2015-SE/IPHAN-RS:

> Sem óbice para prosseguimento de análise e procedimentos do FCA, solicito que seja encaminhado nova cópia da documentação e .FCA, **incluindo as duas Linhas de Transmissão do referido Grupo Região Metropolitana B** no mesmo documento, como foi efetuado para os demais casos (Folha 42 do Processo IPHAN).

21/07/2015 - (SEI 1799934, fl, 44), Protocolo da Ficha de Caracterização de Atividades (FCA 44) do empreendimento - Região Metropolitana "B": **Linha de Transmissão 230 kV Gravataí 3 - Osório 3 + Seccionamento da LT 230 kV Lagoa de Barros Osório 2 em Osório 3 (2xCS)**;

22/07/2015 - (SEI 1799934, fl, 56), Parecer nº 0486/2015-SE/IPHAN-RS classifica empreendimento como Nível IV para FCA que unificou as duas LTs;

22/07/2015 - (SEI 1799975, fl, 57), Ofício nº 1096/2015-lPHAN/RS à FEPAM encaminha Termo de Referência solicitando Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAPIPA);

28/07/2015 - (SEI 1799975, fl, 61), Ofício nº 1163/2015-lPHAN/RS ao empreendedor encaminha Termo de Referência solicitando Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAPIPA);

18/12/2015 - (SEI 1799975, fl, 69), documento protocolado pelos interessados apresenta Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAPIPA) para implantação da Linha de Transmissão 230 kV Gravataí 3 - Osório 3 (GRA3 - OS03) e Seccionamento da LT 230 kV Osório 2 - Lagoa dos Barros em Osório 3 (CD - 2x);

25/01/2016 - (SEI 1800068, fl, 221), Parecer nº 084/2016 - IPHAN-RS, favorável a autorização de pesquisa;

14/03/2016 - (SEI 1800068, fl. 228), Portaria 12 de 11 de março de 2016 autorizando a pesquisa é publicada no D.O.U.: Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber, Apoio Institucional: : Museu de Ciências e Tecnologia - PUC/RS, Prazo de Validade: 02 (dois) meses;

21/03/2016 - (SEI 1800068, fl. 231), Ofício nº 497/2016/IPHAN-RS ao empreendedor, encaminha cópia da Portaria 12 e informa sobre os sítios arqueológicos Torre 116 (nº CNSA RS02742 coordenadas UTM Zona 22J 557047 / 66971 96) e sítio arqueológico Torre 135/Torre 136 (nº CNSA RS02743 coordenadas UTM Zona 22J 564228 / 6694294) já resgatados, mas que necessitam ser visitados a fim de se verificar a situação atual dos mesmos, de modo a se observar as possibilidades de impacto em decorrência da instalação do empreendimento;

01/07/2016 - (SEI 1800068, fl. 233), documento protocolado pelos interessados apresenta Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAPIPA);

25/08/2016 - (SEI 1800124, fl. 389), Parecer Técnico nº 684/2016 IPHAN-RS, aprova relatório;

26/08/2016 - (SEI 1800124, fl. 392), Ofício nº 1679/2016/lPHAN/RS à FEPAM manifesta-se favorável a LP - Licença Prévia para o empreendimento, solicita Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - PAIPA e RAIPA - Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para manifestação a respeito da anuência da Licença de Instalação do empreendimento;

26/08/2016 - (SEI 1800124, fl. 394), Ofício nº 1680/2016/lPHAN/RS ao empreendedor aprova relatório e manifesta-se favorável a LP - Licença Prévia para o empreendimento;

29/04/2020 - (SEI 1934786), documento protocolado pelos interessados apresenta Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - PAIPA.

01/06/2020 - (SEI 1985774), Ofício Nº 608/2020/IPHAN-RS-IPHAN ao empreendedor solicita complementações ao PAIPA.

05/06/2020 - (SEI 1996817), documento protocolado pelos interessados apresenta complementações ao Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - PAIPA.

29/06/2020 - (SEI 2029949), Publicação no Diário Oficial da União da **Portaria nº 122, de 29 de junho de 2020**, seção I, anexo V, Projeto 04, que dispõe sobre a Autorização para realizar projeto "Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão 230kV Osório 3 à Gravataí 3 C1, municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha e Gravataí/RS"; Arqueólogo Coordenador: André Garcia Loureiro e Arqueóloga de Campo: Ingrid Adrielle de Souza Freitas Santana, Prazo de Validade: 03 (três) meses;

30/07/2020 - (SEI 2089318), Correspondência apresenta o Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - RAIPA.

III. ANÁLISE DO RELATÓRIO DO PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

A análise do Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Linha de Transmissão de 230 kV, entre Osório 3 e Gravataí 3 C1, com extensão de 66 km, nos Municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha e Gravataí/RS, foi realizada conforme os arts. 11 e 12 da Portaria SPHAN 07/88, o disposto no plano de trabalho aprovado, nos pareceres técnicos emitidos e com base no artigo 20º da Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015, conforme os itens abaixo relacionados:

I - caracterização e avaliação do grau de conservação do patrimônio arqueológico da AID - ATENDIDO (SEI 2089326);

Conforme o Relatório não foi identificado patrimônio arqueológico na AID.

II - justificativa técnico-científica para a escolha das áreas onde foi realizado o levantamento arqueológico baseado em dados primários em campo - ATENDIDO (SEI 2089326);

III - descrição das atividades realizadas durante o levantamento arqueológico - ATENDIDO (SEI 2089326);

> Entre os dias 05 a 15 de julho de 2020, foram realizadas as atividades de prospecção na área de instalação da LT 230 kV Osório 3 – Gravataí 3. Toda essa etapa foi registrada através de fotos e georreferenciamento dos pontos de intervenção, além de descrição dos poços teste em fichas de campo (ver anexo 02). Ao total são 139 torres e 132 acessos. (pág. 52-53)
>
> Realizamos escavações de poços teste nos locais onde serão instaladas as torres de transmissão. A malha de poços teste foi ordenada em formato de cruz, com 5 poços teste em cada base de torre, seguindo os sentidos cardinais. Os poços foram escavados com uma distância de 10 metros a partir do ponto central, com profundidades de até 1 metro e utilizando cavadeiras manuais. Essas atividades de prospecção foram executadas por 6 duplas, compostas de um arqueólogo e um auxiliar (ver anexos 01, 02, 03 e 04). (pág. 59)
>
> Ao total são 139 torres, sendo 70 totalmente prospectadas, 26 prospectadas parcialmente e 40 não prospectadas. Um percentual de 50% de torres prospectadas, 18,5% de parcialmente prospectadas e 28,5 % não prospectadas (Ver anexo 03). (pág. 66)
>
> Não foi possível realizar os poços teste em diversos locais onde serão instaladas as torres de transmissão, bem como em alguns de seus novos acessos, principalmente devido ao fato de a região ser alagadiça, com áreas de plantio de arroz irrigado, ou seja, em constante imersão. (pág. 69)
>
> Se por um lado tivemos o impedimento de realização dos poços teste em áreas alagadiças, por outro, o impedimento ocorreu como consequência de terreno acidentado e/ ou com presença massiva de solo rochoso – o que também pode ser acompanhado em vários registros apresentados neste relatório. Neste caso, foi observado o baixo potencial arqueológico pelas próprias condições naturais dos locais. (pág. 70)
>
> Realizamos escavações de poços teste nos locais onde serão construídos novos acessos para a instalação das torres de transmissão. A malha de poços teste foi ordenada no sentido do traçado dos acessos, com poços teste equidistantes 50 metros. (pág. 77)
>
> Como já apontado anteriormente, não foi possível realizar os poços teste em diversos locais onde serão construídos os novos acessos, devido aos mesmos fatores que impediram as escavações em alguns locais de instalação das torres de transmissão. Os fatores são os campos alagados e as áreas de solo rochoso e raízes, mas foram realizados os registros das condições do terreno. (pág. 82)
>
> Ao total são 132 acessos projetados, sendo 64 prospectados totalmente, 12 prospectados parcialmente, 55 não prospectados e 7 torres sem acessos projetados. Um percentual de 46% totalmente prospectados, 8,5% parcialmente prospectados, 39,5% não prospectados e 5% sem acesso projetado (Ver anexo 03) (pág. 84-85)
>
> Realizamos escavações de poços teste onde será construído o canteiro de obras na área urbana do município de Santo Antônio da Patrulha. A malha de intervenções foi ordenada no sentido de transects, com poços teste equidistantes 25 metros. (pág. 86)

IV - quantificação, localização e delimitação georreferenciadas e caracterização dos sítios existentes na ADA - NÃO SE APLICA

V - apresentação da análise do material arqueológico proveniente da pesquisa - NÃO SE APLICA

VI - inventário dos bens arqueológicos - NÃO SE APLICA

VII - relato das atividades ligadas à produção de conhecimento, divulgação cientifica e extroversão, bem como a apresentação do cronograma das ações futuras - ATENDIDO (SEI 2089326);

VIII - ficha de registro dos sítios arqueológicos identificados, conforme modelo disponível no sítio eletrônico do IPHAN - NÃO SE APLICA

IX - relato das atividades de esclarecimento desenvolvidas com a comunidade local - ATENDIDO (SEI 2089326);

X - avaliação dos impactos diretos e indiretos do empreendimento no patrimônio arqueológico na ADA - ATENDIDO (SEI 2089326;

> A área do empreendimento não apresentou vestígios ou estruturas arqueológicas em superfície ou subsuperfície. Observamos, ainda, que há processos intensos de antropização em toda a área de implantação do empreendimento, com transformações rurais – especialmente com a presença de plantio de arroz e pastagens para gado, e urbanização da região. Estes processos de urbanização e utilização sistemática do solo, impactaram severamente a região, revolvendo esse solo por décadas e descaracterizando os possíveis registros arqueológicos que por ventura estivessem localizados nessa área. Com base nesses fatores definimos a área do empreendimento como de baixo potencial arqueológico.
>
> Nessa perspectiva, concluímos que o empreendimento não apresenta riscos ao patrimônio histórico e arqueológico local. (pág. 99)

XI - recomendação das ações necessárias à proteção, à preservação *in situ*, ao resgate e/ou à mitigação dos impactos ao patrimônio arqueológico que deverão ser observadas na próxima etapa do Licenciamento; NÃO SE APLICA

XII - assinatura do Arqueólogo Coordenador, responsabilizando-se pelo conteúdo do Relatório - ATENDIDO (SEI 2089326);

§ 1º As fichas de registro deverão ser apresentadas em meio físico, assinadas pelo Arqueólogo Coordenador, e em meio digital. NÃO SE APLICA

§ 2º A delimitação georreferenciada indicada no inciso IV deverá ser apresentada em meio digital no formato shapefile. NÃO SE APLICA

TRE - Em relação às plantas e mapas que comporão o relatório, estes deverão ser apresentados em meio digital no formato *shapefile* (shp), com datum SIRGAS2000. ATENDIDO (SEI 2089404, 2089508 e 2091682).

IV. PARECER

Considerando a análise do Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 230kV Osório 3 à Gravataí 3 C1, municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha e Gravataí/RS, processo IPHAN n.º 01512.002193/2015-11, à luz do disposto no artigo 20º da Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015, nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 7/88, do Termo de Referência Especifico - TRE e do plano de trabalho aprovado, manifestamo-nos pela sua aprovação e consequente notificação aos interessados.

Portanto DEFERE-SE o Relatório do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 230kV Osório 3 à Gravataí 3 C1, municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha e Gravataí/RS, processo IPHAN n.º 01512.002193/2015-11, sendo dispensada a apresentação de Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico.

Sugere-se, então, que sejam anuídas todas as licenças ambientais do empreendimento.

Assim concluído e fundamentado, submete-se o presente parecer à consideração da chefia imediata para que haja, s.m.j, posterior notificação aos interessados.

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Tavares Duarte de Oliveira**, **Arqueólogo**, em 14/08/2020, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iphan.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **2110806** e o código CRC **81DA8707**.

ANEXO IX – RESUMO DO ATENDIMENTO DAS CONDICIONANTES EM VIGÊNCIA DA LI

ANEXO XI – RESUMO DO ATENDIMENTO ÀS CONDICIONANTES EM VIGÊNCIA DA LI

Devido às peculiaridades dos programas ambientais e das condições e restrições estabelecidas na LI, a cronologia dos acontecimentos destes requer atenção para que as demandas e respectivos relatos não aconteçam de forma extemporânea aos prazos de execução.

Para tanto, além o relato da execução dos programas ambientais em prática, o presente documento vem informar o atual status do cumprimento daquelas condicionantes que já estão em fase de atendimento. O relatório de execução dos programas ambientais abrange e/ou atende de forma direta ou indireta a maior parte destes quesitos. No entanto, alguns itens são pelo presente colocados de forma a reforçar o relato das atividades voltadas ao cumprimento das condicionantes.

Este resumo visa apresentar as condicionantes que estão sendo atendidas mediante os programas ambientais supracitados neste relatório na forma a seguir.

1.14- O empreendedor deverá promover ações de educação ambiental aos envolvidos na implantação do empreendimento, visando à adoção de posturas direcionadas à mitigação dos impactos ambientais relativos às obras do empreendimento.

Estas ações estão sendo atendidas pelo acompanhamento técnico ambiental através das reuniões de integração e dos diálogos de meio ambiente que são realizados periodicamente com os colaboradores e partícipes das atividades do empreendimento.

Estas ações estão contempladas nos programas de comunicação social e de educação ambiental, anexos a este compêndio.

1.15- Deverá ser feita supervisão ambiental e acompanhamento diário, por técnicos habilitados, no decorrer da implantação da LT, com apresentação semestral dos relatórios dessas atividades ao órgão licenciador;

A supervisão ambiental e acompanhamento diário estão ocorrendo. A participação técnica conta com três profissionais para os quais estão especificadas as suas responsabilidades e competências, nos programas de Execução dos Programas Ambientais, Relatório de Execução do Programa de Comunicação Social e Relatório de Execução do Programa de Educação Ambiental.

1.17- Durante as obras da LT, deverá ser feito um acompanhamento direto nas propriedades a fim de mitigar problemas oriundos da logística construtiva, objetivando o imediato conserto e reconstrução de cercas e porteiras eventualmente danificadas, e à conservação e manutenção de acessos, bem como evitar transtornos às propriedades rurais na área de influência direta do empreendimento.

A equipe de fundiário está atenta às necessidades que porventura possam decorrer das atividades construtivas. A logística está respeitando os acessos licenciados e todas as medidas de precaução ao patrimônio alheio estão sendo tomadas. O resultado mais notável das atividades está na restauração de acessos internos que promovem a melhoria de circulação aos veículos da obra e aos proprietários. O responsável técnico pelo Programa de Comunicação Social também se faz presente na obra, de forma contínua.

1.18- Deverá ser instalada a sinalização indicativa dos acessos e das torres a fim de proporcionar maior segurança no trânsito de veículos e pessoas e, também, para facilitar a construção, manutenção e vistorias, bem como a instalação de placas educativas sobre a importância de preservação do meio ambiente

A sinalização de transido indicando os acessos foi instalada para os acessos de todas as estruturas do empreendimento em cumprimento ao Programa Ambiental para a Construção.

1.19- o empreendedor deverá apresentar o Relatório técnico de Acompanhamento de Obras, semestralmente, assinado por profissional habilitado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), contendo: descrição das atividades empreendidas em cada LT, mapa temático do estágio construtivo das estruturas (construídas, em construção, à construir), descrição das medidas ambientais mitigadoras e/ou compensatórias implantadas, comprovação da destinação final dos resíduos provenientes das atividades de evolução da implantação, do gerenciamento dos Canteiros de Obras; apensar memorial com imagens de aerolevantamento com RPA-drone da construção do empreendimento, e demais informações pertinentes; ao findar as obras, apresentar o Relatório final comprovando a conclusão do empreendimento

2.3- O canteiro de obras deverá ficar locado no interior da área útil prevista para o empreendimento, de modo a não impactar as demais áreas do entorno; e após findar seu uso, as áreas deverão ser objeto de desmobilização, limpeza e mitigação de eventual passivo ambiental;

O canteiro de obras está locado no local licenciado e regularizado junto à prefeitura (Alvará). Não estão previstos impactos ambientais significativos nesta área.

3.6- Na atividade de implantação da LT deverá ser mantida a vegetação herbácea, nesse sentido, não poderão ser efetuados cortes rasos nas áreas de preservação permanente;

Os relatórios do programa de supressão da vegetação demonstram que a vegetação herbácea está sendo preservada. Está sendo dada prioridade a acessos existentes de forma que ao mesmo tempo em que se evita a supressão florestal, beneficia-se as estradas, favorecendo o trânsito e o uso dos acessos pelos proprietários.

4.1- Deverá ser previsto o armazenamento da camada de solo orgânico, para posterior utilização na recuperação das áreas degradadas;

Até o momento somente ocorreu a instalação de fundações para estruturas estaiadas, não havendo concretagem e escavações de maior porte nos locais de inserção de estruturas. Nestes casos o procedimento de inserção da fundação e dos contrapesos e respectivo reaterro ocorre no mesmo dia, não remanescendo solo desterrado após a instalação.

4.6- Os acessos secundários, no interior das propriedades particulares, deverão ser locados, mantidos e utilizados em acordo com o proprietário da área, visando à mínima interferência nas atividades rotineiras da propriedade rural;

Este cuidado está ocorrendo e os proprietários tem demonstrado boa vontade e interesse pelas melhorias que são realizadas nos acessos em suas propriedades. Estas melhorias ocorrem quando há a efetiva necessidade de reparo nos acessos. A adequação dos acessos para uso de veículos pesados se faz uma melhoria de qualidade superior à que os proprietários usualmente fazem, devido ao custo mais alto. Ainda não foram percebidos transtornos de trafegabilidade nos acessos das propriedades.

4.11- Deverá ser dada prioridade para uso da malha de estradas vicinais e caminhos internos às propriedades já existentes, mantidos e utilizados em acordo com o proprietário da área, evitando a construção de novos acessos e impacto sobre as áreas naturais;

Todos os locais aproveitáveis como acessos preexistentes são utilizados, visando além de reduzir custos de demandas desnecessárias, reduzir o passivo ambiental. Trilhos e caminhos de carreta devem ser aproveitados e melhorados para o trânsito.

5.2- Deverão ser realocados para áreas adjacentes os exemplares das famílias Cactaceae, Bromeliaceae e Orquidaceae caso identificados ao longo da faixa de intervenção das obras

O relatório do programa de coleta de germoplasma e resgate de epífitas apresenta os trabalhos já executados até o momento, visando preservar estas famílias.

5.7- As motosserras utilizadas em qualquer atividade devem estar devidamente regularizadas perante o IBAMA no momento de sua utilização, sob responsabilidade do Empreendedor;

A equipe de corte por enquanto está utilizando apenas 2 motosserras as quais estão devidamente regularizadas junto ao IBAMA, conforme as imagens que seguem.

(bb.com.br) - Boleto gerado pelo sistema MPAG 03/03/2021 16:13:49

INSTRUÇÕES. PATRIMONIAL IG.: 23005

Licença p/porte e uso de motoserra - LPU Nº Série: 368407163 Nº NF: 000.005.320 Atenção: Esta licença é valida por 2 anos a partir da data de pagamento.Apos o vencimento emitir novo boleto através do CTF/IBAMA.

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Física.
Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Jurídica.

Recibo do Pagador

BANCO DO BRASIL | 001-9 | **00190.00009 03021.643006 05375.991170 4 85560000008140**

I G TRANSMISSAO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA S A CPF/CNPJ 04636029000115
RUA JOAO BATISTA DE CAMPOS 285 TERREO MARINGA PR CEP 87070080

Nosso Número	N. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	(=) Valor Pago
30216430005375991	30216430005375991	11/03/2021	81,40	

INST BRAS DO MEIO AMB E DOS REC NAT CPF/CNPJ 03.659.166/0001-02
SCEN SETOR CLUBES ESP NORTE T ED SEDE IBAMA BLOCO B SALA 129 BRASILIA DF CEP 70818900

Agência/Código Beneficiário
1607-1 / 333118-0

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL | 001-9 | **00190.00009 03021.643006 05375.991170 4 85560000008140**

PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATE O VENCIMENTO

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ
INST BRAS DO MEIO AMB E DOS REC NAT CPF/CNPJ 03.659.166/0001-02

Data do Documento	N. Documento	Espécie DOC	Aceite	Data do Processamento
03/03/2021	30216430005375991	DS	N	03/03/2021

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor
30216430005375991	17	R$		

Instruções (Texto de responsabilidade do Beneficiário)
Licença p/porte e uso de motoserra - LPU
Nº Série: 368407163 Nº NF: 000.005.320
Atenção: Esta licença é valida por 2 anos a partir da data de pagamento.
Apos o vencimento emitir novo boleto através do CTF/IBAMA

Data de Vencimento	11/03/2021
Agência/Código do Beneficiário	1607-1 / 333118-0
Nosso Número	30216430005375991
(=) Valor do Documento	81,40
(-) Desconto/Abatimento	
(+) Juros/Multa	
(=) Valor Cobrado	

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
I G TRANSMISSAO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA S A CPF/CNPJ 04636029000115
RUA JOAO BATISTA DE CAMPOS 285 TERREO
MARINGA PR CEP 87070080

Sacador/Avalista

Código de Baixa
Autenticação Mecânica — **Ficha de Compensação**



30 horas

nprovante de pagamento de boleto

dos da conta debitada / Pagador Final

Agência/conta 0932/35444-2 CPF/CNPJ 04.636.029/0001-15 Empresa I G TRANSM DISTR ENERGIA S A

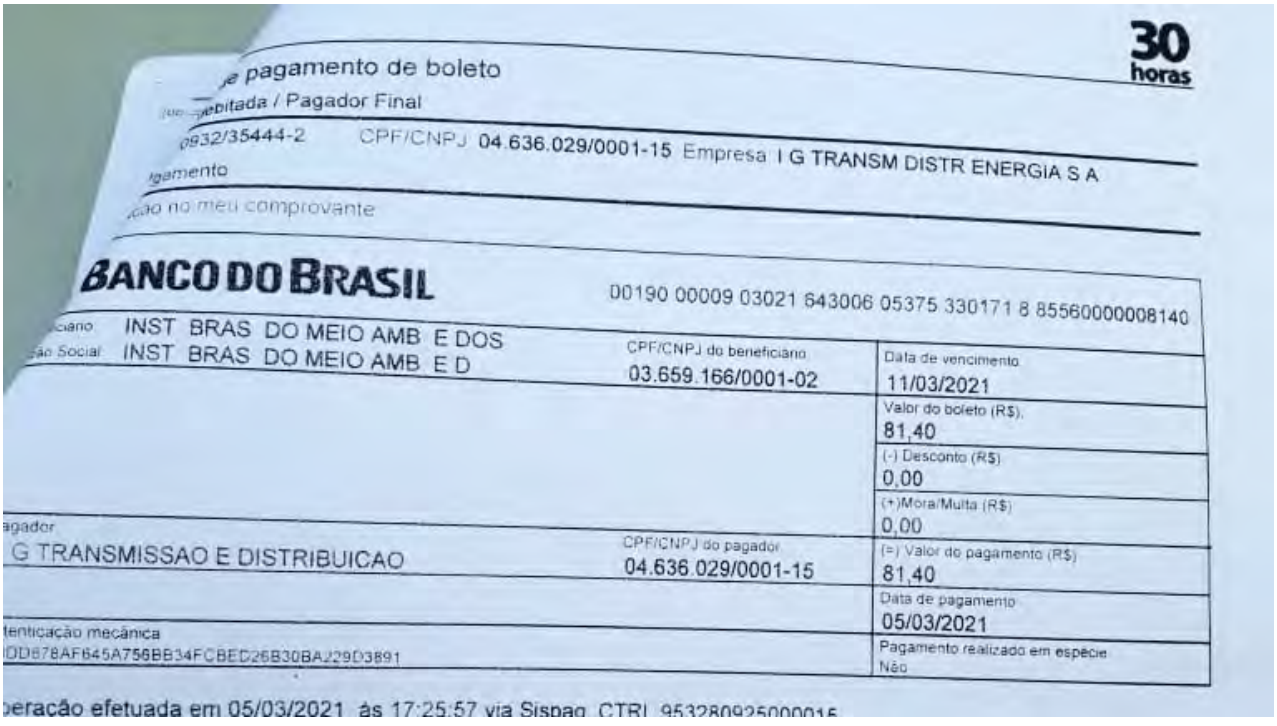
Dados do pagamento

Identificação no meu comprovante

BANCO DO BRASIL 00190 00009 03021 643006 05375 991170 4 85560000008140

Beneficiário: INST BRAS DO MEIO AMB E DOS Razão Social: INST BRAS DO MEIO AMB E D	CPF/CNPJ do beneficiário 03.659.166/0001-02	Data de vencimento 11/03/2021
		Valor do boleto (R$) 81,40
		(-) Desconto (R$) 0,00
		(+)Mora/Multa (R$) 0,00
Pagador I G TRANSMISSAO E DISTRIBUICAO	CPF/CNPJ do pagador 04.636.029/0001-15	(=) Valor do pagamento (R$) 81,40
		Data de pagamento 05/03/2021
Autenticação mecânica 75EDA07BBACC689E0D0D98631A34E06525FDFC83		Pagamento realizado em espécie Não

Operação efetuada em 05/03/2021 às 17:15:40 via Sispag, CTRL 153274190000014



30 horas

e pagamento de boleto

ebitada / Pagador Final

0932/35444-2 CPF/CNPJ 04.636.029/0001-15 Empresa I G TRANSM DISTR ENERGIA S A

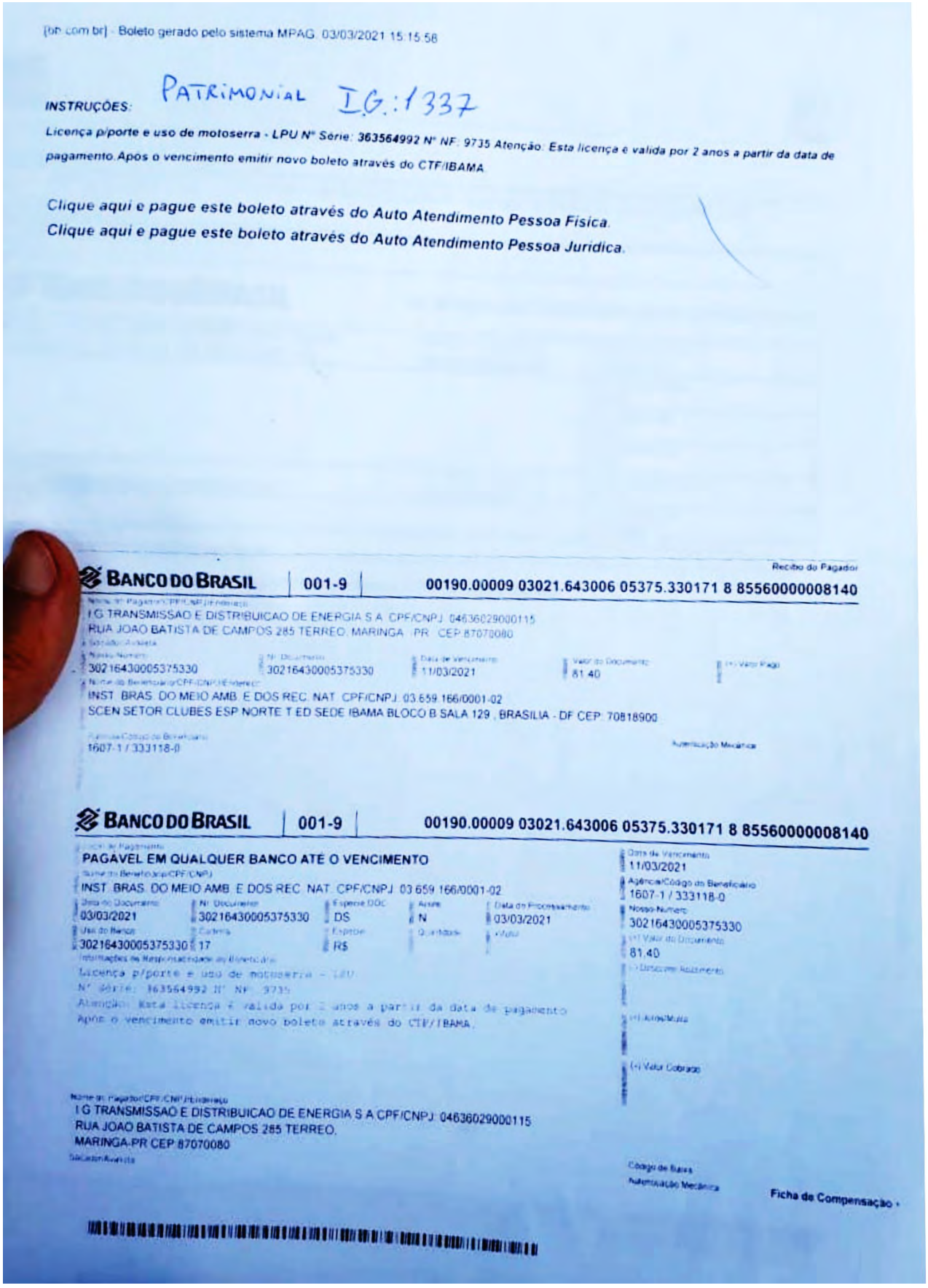
gamento

ção no meu comprovante

BANCO DO BRASIL 00190 00009 03021 643006 05375 330171 8 85560000008140

ciário: INST BRAS DO MEIO AMB E DOS ão Social: INST BRAS DO MEIO AMB E D	CPF/CNPJ do beneficiário 03.659.166/0001-02	Data de vencimento 11/03/2021
		Valor do boleto (R$) 81,40
		(-) Desconto (R$) 0,00
		(+)Mora/Multa (R$) 0,00
agador G TRANSMISSAO E DISTRIBUICAO	CPF/CNPJ do pagador 04.636.029/0001-15	(=) Valor do pagamento (R$) 81,40
		Data de pagamento 05/03/2021
tenticação mecânica DD878AF645A756BB34FCBED26B30BA229D3891		Pagamento realizado em espécie Não

peração efetuada em 05/03/2021 às 17:25:57 via Sispag, CTRL 953280925000015



(br.com.br) - Boleto gerado pelo sistema MPAG. 03/03/2021 15:15:58

INSTRUÇÕES: PATRIMONIAL IG.:1337

Licença p/porte e uso de motoserra - LPU Nº Série: 363564992 Nº NF: 9735 Atenção: Esta licença é valida por 2 anos a partir da data de pagamento. Após o vencimento emitir novo boleto através do CTF/IBAMA.

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Física.
Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Jurídica.

BANCO DO BRASIL | 001-9 | 00190.00009 03021.643006 05375.330171 8 85560000008140

Recibo do Pagador

I G TRANSMISSAO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA S A CPF/CNPJ: 04636029000115
RUA JOAO BATISTA DE CAMPOS 285 TERREO, MARINGA - PR - CEP 87070080

Nosso Número: 30216430005375330 | Nº Documento: 30216430005375330 | Data de Vencimento: 11/03/2021 | Valor do Documento: 81,40 | (=) Valor Pago

INST. BRAS. DO MEIO AMB. E DOS REC. NAT. CPF/CNPJ: 03.659.166/0001-02
SCEN SETOR CLUBES ESP NORTE T ED SEDE IBAMA BLOCO B SALA 129 , BRASILIA - DF CEP: 70818900

Agência/Código do Beneficiário: 1607-1 / 333118-0

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL | 001-9 | 00190.00009 03021.643006 05375.330171 8 85560000008140

Local de Pagamento: PAGAVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO

Data de Vencimento: 11/03/2021

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ: INST. BRAS. DO MEIO AMB. E DOS REC. NAT. CPF/CNPJ: 03.659.166/0001-02

Agência/Código do Beneficiário: 1607-1 / 333118-0

Data do Documento	Nº Documento	Espécie DOC	Aceite	Data do Processamento
03/03/2021	30216430005375330	DS	N	03/03/2021

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor
30216430005375330	17	R$		

Nosso Número: 30216430005375330

(=) Valor do Documento: 81,40

Instruções de Responsabilidade do Beneficiário:
Licença p/porte e uso de motoserra - LPU
Nº Série: 363564992 Nº NF: 9735
Atenção: Esta licença é valida por 2 anos a partir da data de pagamento
Após o vencimento emitir novo boleto através do CTF/IBAMA.

(-) Outras Deduções/Abatimentos

(+) Outros Acréscimos/Multa

(=) Valor Cobrado

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço:
I G TRANSMISSAO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA S A CPF/CNPJ: 04636029000115
RUA JOAO BATISTA DE CAMPOS 285 TERREO,
MARINGA-PR CEP 87070080

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica

Ficha de Compensação

6.1- O Empreendedor deverá solicitar junto ao DBIO/SEMA-RS, aprovação de Projeto

de Reposição Florestal Obrigatória (RFO) proveniente do manejo de vegetação nativa licenciado por esta Fundação e registrado no Sistema - COF/RFO sob o n° 2131, através da abertura de expediente administrativo no Sistema Online de Licenciamento - SOL elaborado de acordo com o Termo de Referência disponível na página da SEMA (www.sema.rs.gov.br), em conformidade com a Instrução Normativa n° 01/2018 SEMA-RS;

Conforme citado no item 15 do relatório de execução dos programas ambientais, foi aberto o processo junto ao DBio o qual encontra-se em análise.

9.1- Deverá ser feita supervisão ambiental e acompanhamento diário, por técnicos habilitados no decorrer da implantação da LT, com descrição das atividades no Relatório Técnico de Acompanhamento de Obra;

O acompanhamento está acontecendo e as atividades realizadas constam neste relatório de execução dos programas ambientais.

9.3- A execução das obras deverá contar com supervisão ambiental contínua, com o intuito de controlar e minimizar os impactos provenientes das atividades inerentes à implantação do empreendimento sobre os solos, os recursos hídricos e a biodiversidade existentes;

Está ocorrendo a supervisão contínua pelos técnicos responsáveis pelo acompanhamento, indicados nos relatórios apresentados.

10.3- Deverá ser implantado, antes mesmo do início das obras, um Programa permanente de comunicação social que garanta um eficaz esclarecimento às comunidades locais sobre todas as ações desenvolvidas para implantação do empreendimento;

A comunicação social está acontecendo conforme relata o Programa de Comunicação Social, anexo a este compêndio.

10.6- Deverá ser prevista a execução de programa de educação ambiental, contemplando ações voltadas à comunidade local e aos trabalhadores do empreendimento com temas relacionados à conservação e preservação dos recursos naturais;

A comunicação social está acontecendo conforme relata o Programa de Educação Ambiental, anexo a este compêndio.

10.9- Nos relatórios dos programas relativos ao meio socioeconômico, deverão constar os resultados das atividades desenvolvidas, a comprovação do contato com as instituições e a população envolvida, e avaliação da eficácia das ações propostas em cada programa, incluindo os termos de acordo, as atas e lista de presença dos eventos realizados;

Os programas de educação ambiental e comunicação social, anexos deste compêndio apresentam estas informações.

14.1- O Programa de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) deverá ser executado contemplando: 14.1.1- ações de conscientização/treinamentos, com as equipes envolvidas na operacionalização do PGIRS; 14.1.2- o relatório técnico SEMESTRAL de execução do PGIRS, com a respectiva ART, deverá contemplar: tabela resumo de todos os resíduos gerados, contendo descrição, data de envio, quantidade, número do MTR emitido, empresa transportadora e empresa de destinação final; e cópias das licenças das empresas contratadas para transporte e destinação de resíduos;

As ações de conscientização foram objeto das palestras de integração ambiental as quais são apresentadas nos documentos do PRGS, juntamente com as licenças das empresas e arquivo fotográfico dos dispositivos utilizados para a segregação e destinação dos resíduos.

15.2- Deverá ser realizado treinamento de todos os funcionários envolvidos na instalação do empreendimento visando à adoção de posturas relacionadas à mitigação dos impactos ambientais e de segurança do empreendimento;

A integração ambiental e o Diálogo de Meio Ambiente, práticas adotadas conforme apresentados junto a este compêndio contemplam estas questões.

19.1- Deverá ser fixada junto ao empreendimento, em local de fácil visibilidade, placa para divulgação do licenciamento ambiental, conforme modelo disponível no site da FEPAM, www.fepam.rs.gov.br. A placa deverá ser mantida durante todo o período de vigência desta licença;

São apresentadas a seguir.





19.2- Deverá ser providenciada a divulgação deste documento, através de publicações em periódicos com circulação regional/estadual, conforme legislação vigente, sendo que deverão ser encaminhadas a esta Fundação, cópias das referidas publicações como juntada ao presente processo administrativo.

Seguem as publicações.

Suplentes da minoria - **Tairo Batista Pires Teixeira** , brasileiro, casado, Zootecnista, residente e domiciliado à Rua Sete de Setembro, 722 em São Sepé/RS, CPF 245.241.070-53, CI 1023547471 da SJS/RS. Verba honorária mensal para cada um dos conselheiros titulares no valor de R$ 1.882,00 (hum mil, oitocentos e oitenta e dois reais), em 13 (treze) remunerações no ano, sem correção monetária no período. **Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado. Esta Ata foi lida e lavrada às folhas 49 verso, 50 frente e verso e 51 frente e verso, do livro de Atas de Assembleias Gerais, e aprovada por todos os presentes. Presidente da Assembleia: **Viviane Pires Teixeira** ; Secretário da Assembleia: Alexandre Carter Manica, Acionistas: Viviane Pires Teixeira, p.p. Luiz Liberato Pires Correa, p.p. Leocarlos Girardello, p.p. Volney Freitas Teixeira, p.p. Gilberto Machado Costa, todos estes nominados representados por Viviane Pires Teixeira; p.p. Jader Pires Machado, p.p. Dora Alice Borges Machado, p.p. José Carlos Kessler todos estes nominados representados por Antonio Pires Correa, Antonio Pires Correa, Cintia Pires Scherer, p.p. Ligia Faria de Barros, p.p. Carlos Gari Rodrigues Faria, todos estes nominados representados por Alberto Faria de Barros, Alberto Faria de Barros, p.p. Edison Renato Denardin, representado por Alexandre Carter Manica, Jorge Luiz Machado Pires. Declaramos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada no livro próprio bem como são autênticas as assinaturas ali apostas.; Viviane Pires Teixeira - Presidente; Alexandre Carter Manica, Secretario. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul: Certifico registro sob o nº 7173677 em 07/05/2020 da Empresa Arrozeira Sepeense S/A, Nire 43300013375 e protocolo 205017908 - 04/05/2020. Autenticação: 81516DE9FF6A59F142952DC1F87FFD56548E8627. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A.

Protocolo: 2020000461650

CPFL TRANSMISSÃO SUL II

Torna público que recebeu da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam) a Licença de Instalação nº 284/2020 referente ao empreendimento - Linha de Transmissão 230 kV OSÓRIO 3 - GRAVATAÍ 3 C1, com validade de cinco (5) anos.

EVRECY PARTCIPAÇÕES LTDA.

Protocolo: 2020000461693

EVRECY PARTICIPAÇÕES LTDA.
REQUERIMENTO DE LICENÇA

A **EVRECY PARTICIPAÇÕES LTDA.,** CNPJ 08.543.286/0001-63, torna público que requereu à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (FEPAM), em 31/07/2020, a Licença Prévia (LP), para as Linhas de Transmissão e Seccionamentos em 525/230kV, denominado Projeto Minuano, (Processo FEPAM nº 6167-0567/20-7). As instalações, com 118 km de extensão, serão localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Caxias do Sul, Flores da Cunha, Pinto Bandeira, Veranópolis, Nova Roma do Sul, Bento Gonçalves e Farroupilha. Para subsidiar a solicitação da referida LP, foi protocolado na FEPAM, em 31/07/2020, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) em conformidade com a legislação aplicável. **CARLOS RIBEIRO -** Representante Legal.

GRANJAS 4 IRMÃOS S.A. AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Protocolo: 2020000461081

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRO-PECUÁRIO, INDUSTRIAL E MINERAL DO ESTADO DO PARÁ – PROPARÁ (EM LIQUIDAÇÃO) - CNPJ.MF 05.770.003/0001-28 | NIRE 433.000.334-65. Convocamos os acionistas da Companhia a reunirem-se em Assembleia Geral de Liquidação, no dia 04 de setembro de 2020, às 14h30min, na sede da Companhia na Av. Carlos Gomes, n. 328, conj. 711, sala “d”, Boa Vista, Porto Alegre, RS, para tratarem sobre a seguinte ordem do dia: a) deliberar sobre a prestação de contas dos atos e operações, bem como sobre o relatório e o balanço do estado do estado da liquidação. Porto Alegre, RS, 18 de agosto de 2020. Urbano Roxo de Oliveira – Liquidante.

Protocolo: 2020000461086

S.A. AGRO PASTORIL GRUPIÁ (EM LIQUIDAÇÃO) - CNPJ.MF 05.091.137/0001-12 | NIRE 43300064131. CONVOCAÇÃO: Convocamos os acionistas da Companhia a reunirem-se em Assembleia Geral de Liquidação, no dia 04 de setembro de 2020, às 14h, na sede da Companhia na Av. Carlos Gomes, n. 328, conj. 711, sala “d”, Boa Vista, Porto Alegre, RS, para tratarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos atos e operações do liquidante e deliberar a aprovação do relatório e o balanço do estado da liquidação. Porto Alegre, RS, 18 de agosto de 2020. Urbano Roxo de Oliveira – Liquidante.

MAISA MÁQUINAS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS S.A.

Protocolo: 2020000461123

MAISA MÁQUINAS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS S.A. CNPJ 92.750.231/0001-30 NIRE 43300008819. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA: CONVOCAÇÃO: Convocamos os Senhores Acionistas para reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se na sede social, Av. Pátria 817, em Porto Alegre-RS às 17:00 horas do dia 23 de

Jornal do Comércio
2º Caderno

Nº 69 - Ano 88

PUBLICIDADE LEGAL

Fed fará revisão da política monetária dos Estados Unidos

/ CONJUNTURA INTERNACIONAL

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, confirmou nesta quinta-feira (27), que a instituição realiza uma revisão em sua política monetária. Durante discurso virtual no simpósio de Jackson Hole, Powell lembrou que a meta de longo prazo do Fed para a inflação é de 2%.

Ele notou, porém, que se a inflação fica abaixo disso durante momentos de quadro econômico mais fraco, mas nunca acima quando a economia está forte, "então, ao longo do tempo, a inflação em média ficará abaixo de 2%". Diante disso, o Fed realizou a mudança anunciada nesta quinta-feira.

Powell disse que, no quadro atual, as famílias e as empresas tenderão a levar para baixo suas expectativas de inflação, contribuindo para a fraqueza dos preços. "Para evitar esse resultado e as dinâmicas adversas que poderiam advir, nosso comunicado indica que buscaremos alcançar inflação que na média fique em 2% ao longo do tempo", detalhou ele em seu discurso. "Portanto, após períodos em que a inflação ficar abaixo de 2%, a política monetária apropriada buscará atingir inflação moderadamente acima de 2% durante algum tempo", afirmou.

O presidente do Fed afirmou que "ainda há uma economia saudável", nos Estados Unidos, mas com a exceção do segmento afetado diretamente pela covid-19. "Se conseguirmos manter a doença sob controle, o restante da economia pode se recuperar relativamente rápido", comentou.

Powell destacou, contudo, que há um segmento da economia - "que envolve reunir as pessoas, alimentá-las, fazê-las voar pelo país, dormir em hotéis, entretê-las" - que terá "muita dificuldade para se recuperar".

O presidente do Fed previu que a crise da covid-19 será superada, "talvez com idas de vindas". Durante cerca de dois anos, porém, o desemprego deve seguir "relativamente alto", advertiu, com as pessoas nesses setores citados com dificuldade para encontrar trabalho.

S.A. AGRO PASTORIL GRUPIÁ
(EM LIQUIDAÇÃO)
CNPJ.MF 05.091.137/0001-12
NIRE 43300064131
CONVOCAÇÃO

Convocamos os acionistas da Companhia a reunirem-se em Assembleia Geral de Liquidação, no dia 04 de setembro de 2020, às 14h, na sede da Companhia na Av. Carlos Gomes, n. 328, conj. 711, sala "d", Boa Vista, Porto Alegre, RS, para tratarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos atos e operações do liquidante e deliberar a aprovação do relatório e o balanço do estado da liquidação.

Porto Alegre, RS, 18 de agosto de 2020.
Urbano Roxo de Oliveira – Liquidante.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRO-PECUÁRIO, INDUSTRIAL E MINERAL DO ESTADO DO PARÁ – PROPARÁ (EM LIQUIDAÇÃO)
CNPJ.MF 05.770.003/0001-28
NIRE 433.000.334-65

Convocamos os acionistas da Companhia a reunirem-se em Assembleia Geral de Liquidação, no dia 04 de setembro de 2020, às 14h30min, na sede da Companhia na Av. Carlos Gomes, n. 328, conj. 711, sala "d", Boa Vista, Porto Alegre, RS, para tratarem sobre a seguinte ordem do dia: a) deliberar sobre a prestação de contas dos atos e operações, bem como sobre o relatório e o balanço do estado da liquidação.

Porto Alegre, RS, 18 de agosto de 2020.
Urbano Roxo de Oliveira – Liquidante.

Vicêncio Paludo, Filhos & Cia Ltda.
CNPJ 91.615.039/0001-79 NIRE 43.2.0023855-3
Reunião Ordinária de Quotistas: Convocação

Convocamos os quotistas da Vicêncio Paludo, Filhos & Cia Ltda., para reunirem-se às 9h do dia 04/09/2020 na sede social situada na cidade de Nova Prata, RS, na Rua Itália nº 767, Distrito Industrial, Cep: 95.320-000, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia, a saber: (i) Tomar as contas dos administradores; e, (ii) Examinar, discutir e votar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2010, 31/12/2011, 31/12/2012, 31/12/2013, 31/12/2014, 31/12/2015, 31/12/2016, 31/12/2017, 31/12/2018 e 31/12/2019. Nova Prata, RS, 26/08/2020. **Arlindo Paludo** e **Idir Paludo** - Diretores.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA - FUMSSAR
AVISO DE LICITAÇÃO

A Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa torna público que, nos termos da Lei nº 8.666/93 de 21.06.1993 e da Lei nº 10.520/02, de 17.07.2002, realizará licitação conforme segue:
Pregão Presencial 19/2020 - REGISTRO DE PREÇOS para futura aquisição de reagentes e locação de equipamentos a serem utilizados no Hemocentro Regional de Santa Rosa e no Laboratório de Análises Clínicas da Fumssar. Abertura no dia 11/09/2020 às 13h30min.
Pregão Presencial 20/2020 - Contratação de prestação de serviço de corte de grama, poda de cerca viva e arbustos, controle e arranquio de plantas invasoras, com o recolhimento dos resíduos e posterior limpeza dos locais. Abertura no dia 14/09/2020 às 08h30min.
Pregão Presencial 21/2020 - REGISTRO DE PREÇOS para futura aquisições de tiras reagentes para detecção de glicemia capilar, caneta lanceadora e lancetas. Abertura no dia 11/09/2020 às 08h30min.
Os editais em seu teor encontram-se a disposição na Seção de Material e Patrimônio. Telefones para contato: (55)3513-5150/5102 e no site: www .fumssar.com.br. Santa Rosa, 28 de Agosto de 2020. **Rogério Silva dos Santos -** Diretor de Gestão Administrativa.

CPFL TRANSMISSÃO SUL II

Torna público que recebeu da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam) a Licença de Instalação nº 284/2020 referente ao empreendimento - Linha de Transmissão 230 kV OSÓRIO 3 - GRAVATAÍ 3 C1, com validade de cinco (5) anos.

MAISA MÁQUINAS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS S.A.
CNPJ 92.750.231/0001-30 NIRE 43300008819
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se na sede social, Av. Pátria 817, em Porto Alegre-RS às 17:00 horas do dia 23 de setembro de 2020, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 01) apreciação e votação das demonstrações contábeis e relatório da diretorias dos exercícios findos em 31.12.2016, 31.12.2017, 31.12.2018 e 31.12.2019; 2) aprovar as demonstrações contábeis findas em 31.12.2011 e 31.12.2012, como constou em Ata de AGOE (23.11.2016); 3) eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; 4) fixar a remuneração dos Administradores; 5) destinação dos recursos do resultado do exercício; 6) outros assuntos de interesse social. Porto Alegre-RS, 28 de agosto de 2020.
OSWALDO TORELLY GUTHEIL - PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — **ON-LINE** — CAIXA

PIETOSO LEILÕES — DESDE 1980

Carmen Gomes Pietoso, Leiloeira Pública Oficial inscrita na JUCISRS nº 075/89, com escritório na Av. Vicente Monteggia, nº 2.281, Cavalhada, Porto Alegre/RS, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF,** CNPJ nº 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário SUL, Quadra 4, Lotes 3/4, cidade de Brasília/DF, nos termos do instrumento par˜cular de 21/10/2015, no qual figuram como Fiduciantes **JAIR BITTENCOURT CABREIRA,** brasileiro, Comerciário, RG nº 6021874398 - SSP/RS, CPF nº 374.253.070-49 e sua esposa **MARIA BERNARDETE TAVARES CABREIRA**, brasileira, Secretária, RG nº 5031938904 – SSP/RS, CPF nº 364.431.900-68, casados pelo regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes em Porto Alegre/RS, levará a **PÚBLICO LEILÃO ONLINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, ar˜go 27 e parágrafos, **no dia 11 de Setembro de 2020 às 14:00 horas, no ambiente virtual desta Leiloeira, o sí˜o: www.pietosoleiloes.lel.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 248.163,48,** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, cons˜tuído do **Apartamento nº 319, no terceiro pavimento, bloco C, do Conjunto Alvorada, sito à Rua Adão Baino, 361**, de frente para a Rua Visconde de Macaé, à direita de quem se coloca de frente para a entrada do edi˜cio que lhe fica pela Rua Adão Baino, sendo o segundo a contar da frente para os fundos, para quem se coloca de frente para a entrada, com a área real priva˜va de 59,2327 metros quadrados, e com a área real total de 65,7789m², cons˜tuído de sala de estar, ves˚bulo de distribuição, dois dormitórios, sendo um deles com sacada, quarto de banho, cozinha e um terraço de serviço com tanque, a esta economia corresponde uma quota ideal de 567/31.101 nas dependências de uso comum e fim proveitoso do terreno. O terreno de forma retangular, resultante da fusão dos lotes 83, 84, 85, 86, 87, 88 e 89 e parte do lote 90, de esquina, medindo 71,00m de frente, ao leste, à Rua Adão Baino, por 35,50m de frente, ao norte, à Avenida Visconde de Macaé, confrontando-se, ao sul, com o restante do lote 90 do casal de Arthur Schwinn e, ao oeste, com propriedade que é ou foi de Irmãos Bernardi. **Bairro Cristo Redentor**, conforme Matrícula nº 83.013 do Registro de Imóveis da 4ª Zona de Porto Alegre/RS. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **25 de Setembro de 2020,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 120.628,41.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O arrematante pagará no ato o valor total da arrematação e a comissão da Leiloeira, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Caso haja arrematante, a escritura de venda e compra será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro (a) Oficial.

Info.: (51) 3247-1035 / 3241-5518 / 99909-8624 | www.pietosoleiloes.lel.br

---

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — **ON-LINE** — CAIXA

PIETOSO LEILÕES — DESDE 1980

Carmen Gomes Pietoso, Leiloeira Pública Oficial inscrita na JUCISRS nº 075/89, com escritório na Av. Vicente Monteggia, nº 2.281, Cavalhada, Porto Alegre/RS, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF,** CNPJ nº 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário SUL, Quadra 4, Lotes 3/4, cidade de Brasília/DF, nos termos do instrumento par˜cular de 10/09/2012, no qual figuram como Fiduciantes **VALTER JOSÉ RAMOS BRITO,** brasileiro, aposentado, RG nº 9010302496 - SSP/RS, CPF nº 012.395.700-15 e s/m **HELENICE SEARA BRITO**, brasileira, do lar, RG nº 1020805642 – SJS/RS, CPF nº 942.450.290-72, casados pelo regime da comunhão universal de bens na vigência da Lei 6.515/77, residentes em Porto Alegre/RS, levará a **PÚBLICO LEILÃO ONLINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, ar˜go 27 e parágrafos, **no dia 11 de Setembro de 2020 às 14:00 horas, no ambiente virtual desta Leiloeira, o sí˜o: www.pietosoleiloes.lel.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 266.360,47,** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, cons˜tuído do **Apartamento sob nº 101, do Edi˜cio Sinhá Moça, à Rua José de Alencar, sob nº 750, no andar térreo ou 1º pavimento,** de frente, a direita de quem da rua olha para o edi˜cio, com a área priva˜va de 77,50m² e área total de 87,11m², quota ideal de 4,64% no terreno e coisas comuns, o terreno mede 16,85m de frente à Rua José de Alencar, por 72,38m da frente ao fundo, em linha reta, dividindo-se pelo lado oeste, com o prédio nº 738, de João Carlos Bas˜an, e pelo lado leste, na mesma extensão de 72,38m, por uma linha quebrada com dois segmentos, o primeiro, par˜ndo do alinhamento da rua mede 11,25m no sen˜do sul-norte, ao término deste no sen˜do leste-oeste, na extensão de 0,95m, e o seguinte na direção sul-norte, até a˜ngir os fundos, limitando-se com imóvel de Antonio Nogueira Barbosa, entestando nos fundos, com imóvel de Francisco de Araujo Pereira, ao norte, na extensão de 15,90m. **Bairro Menino Deus.** Matrícula nº 29.286 do Registro de Imóveis da 5ª Zona de Porto Alegre/RS. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **25 de Setembro de 2020,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 61.192,15.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O arrematante pagará no ato o valor total da arrematação e a comissão da Leiloeira, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Caso haja arrematante, a escritura de venda e compra será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro (a) Oficial.

Info.: (51) 3247-1035 / 3241-5518 / 99909-8624 | www.pietosoleiloes.lel.br

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, VISANDO O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E SOLUÇÕES PARA APRIMORAR BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, COM SISTEMAS QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DOS CIDADÃOS E EXIGÊNCIAS LEGAIS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, MANTENDO UMA CONVERSÃO TOTAL DOS DADOS HISTÓRICOS, IMPLANTAÇÃO COM ADERÊNCIA E MODELAGEM DOS PROCESSOS INTERNOS, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO AOS USUÁRIOS, ASSIM COMO ACOMPANHAMENTO ASSISTIDO IN LOCO.
ABERTURA: 10/09/2020, às **08:30 HS.** Edital: www.unistalda.rs.gov.br. Informações: licitacao@unistalda.rs.gov.br ou (55) 3611-5108/5111.
Unistalda, RS, 27 de agosto de 2020. **JOSÉ AMÉLIO UCHA RIBEIRO,** Prefeito Municipal de Unistalda

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDA

Ailton de Sá Rosa, Prefeito Municipal de Esmeralda - RS, torna publico que realizará sessão de abertura de licitação conforme segue: **TOMADA DE PREÇO N° 020/2020, TIPO DE LICITAÇÃO**: Menor Preço por Item, **OBJETO**: Aquisição de materiais para uso na UBS Antonio Dias Fernandes. **ABERTURA:** As 14:00 horas do dia 15 de setembro de 2020. Informações e Edital poderão ser Obtidos na Prefeitura Municipal de Esmeralda - RS, pelo Site www.esmeralda.rs.gov.br ou pelo fone (54) 3354-1222. Esmeralda, 28 de agosto de 2020. AILTON DE SÁ ROSA- Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE CAPÃO DO CIPÓ

Tomada de Preços nº 04/2020. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de reperfilamento asfáltico em trechos da Avenida Tancredo Neves. Data de abertura dia 16/09/2020 às 09:00 h na Sala de reuniões da Prefeitura. Edital pelo site: www.capaodocipo.rs.gov.br.

Capão do Cipó 27 de agosto de 2020.
Osvaldo Froner
Prefeito de Capão do Cipó.

Prefeitura Municipal de Santo Antônio das Missões

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2020

Tipo: Registro de Preço unitário por item. Objeto: Registro de preço unitário por Item, visando futuras aquisições de tubos de concretos. **Data de abertura dos envelopes: 09:00 do dia 14/09/2020. Local:** Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Santo Antônio das Missões/RS, sito à Avenida Prefeito José Nunes de Abreu, nº 6.000, centro, em Santo Antônio das Missões (RS). Edital e demais informações na Prefeitura Municipal de Santo Antônio das Missões/RS, sito à Av. Prefeito José Nunes de Abreu, 6000, Fone: (55) 3367-2000 – Ramal 216, pelo site www.santoantoniodasmissoes.rs.gov.br e pelo e-mail: licitacoes@santoantoniodasmissoes.rs.gov.br. Santo Antônio das Missões-RS, 27 de agosto de 2020. **PURANCI BARCELOS DOS SANTOS,** Prefeito Municipal.

Câmara Municipal de Porto Alegre

EDITAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE OS SEGUINTES PROJETOS DE LEI: PLCE 01/20 - DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DA TARIFA DE CONGESTIONAMENTO; PLCE 02/20 - INSTITUI A TAXA DE MOBILIDADE URBANA (TMU), E INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre,** no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 17 de setembro de 2020, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (https://zoom.us/), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/. O link para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local, bem como as instruções para acesso à plataforma ZOOM. A íntegra das proposições e a documentação respectiva poderão ser obtidas em: PLCE 01/20 - https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/135722; PLCE 02/20 - https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/135723. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, canal digital 61.3, e pelo Youtube em https://www.youtube.com/watch?v=kz_qMuOMNWA&ab_channel=TVC%C3%A2maraPortoAlegre.

Porto Alegre, 26 de agosto de 2020.
Vereador Reginaldo Pujol, Presidente.

COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICRED REGIÃO DOS VALES LTDA. – UNICRED REGIÃO DOS VALES

CNPJ 01.796.302/0001-80 NIRE 43400016007

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Realização de forma DIGITAL

O Presidente do Conselho de Administração da **COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICRED REGIÃO DOS VALES LTDA. – UNICRED REGIÃO DOS VALES**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, combinado com o artigo 28, ambos do Estatuto Social da Cooperativa, observado o disposto no art. 43-A da Lei nº 5.764, de 1971, bem como da regulamentação que lhe confere a Instrução Normativa nº 81, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração do Ministério da Economia, convoca os senhores associados, que nesta data somam 4.391 (quatro mil, trezentos e noventa e um), para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se de forma **DIGITAL**, conforme os indicativos abaixo: **DATA: 08 de setembro de 2020 (08/09/2020) HORÁRIO:** às **16h** (dezesseis horas), em primeira convocação, com presença de dois terços (2/3) dos cooperados em condições de votar; em segunda convocação, às **17h** (dezessete horas), com presença de metade mais um dos cooperados em dia com suas obrigações sociais, e; em terceira e última convocação, às **18h** (dezoito horas), com a presença mínima de 10 (dez) associados aptos a votarem. **AMBIENTE VIRTUAL:** mediante acesso à ferramenta ZOOM Webinar, através do link https://unicred.zoom.us/j/97851483991?pwd=b0tybzRzUU9scUlhNndVeGhnNURBQT09. As instruções para acesso serão disponibilizadas via e-mail.

ORDEM DO DIA

1) Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, relativamente ao exercício de 2019, compreendendo:
   a) Relatório da gestão;
   b) Balanço;
   c) Demonstração do resultado do exercício social;
   d) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
   e) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
   f) Parecer da Auditoria Independente.
2) Destinação das sobras ou rateio das perdas do exercício;
3) Eleição do Conselho Fiscal cujo mandato se estenderá até a posse dos que vierem a ser eleitos na AGO de 2023;
4) Fixação do valor das cédulas de presenças dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, dos honorários do Presidente e do Vice-Presidente, das diárias, bem como do montante para suportar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, a serem individualizados pelo Conselho de Administração, oportunamente;
5) Reforma e consolidação do Regulamento do Fundo de Contingência;
6) Homologação da utilização das taxas utilizadas nos contratos celebrados entre a Cooperativa e os cooperados, incluindo o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), nas operações ativas e passivas da Cooperativa;
7) Outros assuntos de interesse social, sem caráter deliberativo.

Finalmente informa que:

1) a documentação relacionada aos assuntos da assembleia estará disponível no acesso ao site da Unicred, bem como disponível durante toda a solenidade, em tempo real;
2) a assembleia será gravada e a checagem de presença será atestada em tempo real, ou por meio eletrônico disponibilizado pela Cooperativa, com expressa transcrição na ata; e
3) o ambiente digital da assembleia poderá ser acessado a partir da internet de computador, *smartphone* ou *tablet*, sendo que a Cooperativa disponibilizará suporte em tempo real para auxiliar os cooperados durante o conclave, cuja forma de contato será encaminhada, mediante instruções complementares, antes da data da Assembleia, além de estarem detalhadas no link de acesso disponibilizado ao cooperado através do seu e-mail.

Novo Hamburgo/RS, 28 de agosto de 2020.
Dr. Paulo Luiz Rech
Presidente

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA COM A FINALIDADE DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA APA MORRO DE OSÓRIO

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Manejo de Unidades de Conservação tem por objetivo mais amplo interferir no processo de desenvolvimento local, a partir do entendimento dos aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos que determinam a utilização dos recursos ambientais e a ocupação do território das unidades, assegurando a utilização do ambiente de forma sustentável para usufruto das gerações atuais e futuras.

Após a Lei nº. 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, regulamentada pelo Decreto nº. 4.340 de agosto de 2002, o Plano de Manejo passou a ser o documento orientador de todas as atividades a serem desenvolvidas nas unidades de conservação (UC), sendo obrigatória a elaboração do Plano de Manejo das UCs no prazo de 5 anos a partir da data de sua criação, ou revisão dos planos existentes segundo as novas diretrizes e de acordo com a necessidade de cada unidade de conservação. A Lei também esclarece que é proibida qualquer intervenção, alteração, desenvolvimento de atividades ou modalidades de utilização nas unidades de conservação em desacordo com seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

Dessa forma, o Plano de Manejo vem a ser um instrumento de gestão que deve indicar caminhos e não apenas atuar como ordenador e normatizador das atividades desenvolvidas nas unidades, captando inclusive influências das ações de âmbito municipal, regional, nacional e/ou de outras unidades de conservação, que tenham repercussões sobre seu território.

O planejamento deve indicar diretrizes estratégicas que orientem a adoção de providências concretas para que as unidades instituídas possam vir a cumprir com seus objetivos de criação e sejam efetivamente implementadas.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC define unidade de conservação como: *"o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual*

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

se aplicam garantias adequadas de proteção", estabelecendo critérios e normas para a criação e implantação das mesmas. Em seu artigo 27, o SNUC determina que as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo, definindo-o em seu Art. 2º como: "*documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade*".

O artigo 7º da referida Lei divide as Unidades de Conservação em dois grupos com características específicas: Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, e Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Neste grupo incluem-se as Áreas de Proteção Ambiental, destinadas a conservar ou melhorar as condições ecológicas locais e assegurar o bem-estar das populações humanas. O SNUC, em seu artigo 15, define a categoria como "*uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais*".

1.2 HISTÓRICO DA CRIAÇÃO

A APA Morro de Osório foi criada em 1994 através da Lei Municipal nº.2.665/94 de 27 de setembro de 1994. Em 1995 a Prefeitura Municipal de Osório firmou com a Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência (FATEC) da UFSM, convenio para elaboração do documento chamado "APA de Osório – Morro da Borússia", que objetivava servir de base para a preservação do Morro da Borússia, na sua parte frontal a cidade, totalizando inicialmente 617,50 ha. Este documento foi elaborado nos moldes de um Plano de Manejo definindo inclusive o zoneamento desta área e recomendando ainda a expansão da área da APA para 6279,25 Ha. Um dos objetivos deste documento era ainda se constituir em medida compensatória a implantação de um teleférico no morro, fato que acabou não se consumando. Com base nos estudos realizados foi publicada a Lei Municipal nº 2.665/97 de 27 de setembro de 1994, a qual cria a APA Morro de Osório contemplando a área de 6896,75 ha, cujo objetivo segundo esta lei é "garantir a adequada proteção ambiental e ordenar as atividades humanas de forma a preservar e melhorar as características biológicas, ecológicas e paisagísticas no contexto dos sistemas hídrico e de Mata Atlântica da área."

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

1.3 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

- Denominação Oficial: Área de Proteção Ambiental Morro de Osório
- Categoria de Manejo: Área de Proteção Ambiental – APA
- Lei de Criação: Lei Municipal nº. 2.665/94 de 27 de setembro de 1994
- Órgão Responsável: Prefeitura Municipal de Osório
- Endereço: Av. Jorge Dariva, 1251 Centro Osório
- Bioma: Mata Atlântica
- Área Atual: 6064,07 ha

1.4 SITUAÇÃO LEGAL

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA cuja área foi reconhecida pela UNESCO, em cinco fases sucessivas entre 1991 e 2002, foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil. É a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 35 milhões de hectares, abrangendo áreas de 15 dos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica, o que permite sua atuação na escala de todo o Bioma. As Reservas da Biosfera no Brasil são definidas pelo capítulo VI (Das reservas da Biosfera) da Lei nº 9.985 de 18/07/2000, do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Esta Lei foi regulamentada através do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, em seu capítulo XI, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A área da APA Morro de Osório está inserida dentro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul, e abrange áreas da Zona de Transição, Zona de Amortecimento e Zona Núcleo. A Mata Atlântica no Rio Grande do Sul foi tombada no dia 21 de julho de 1992, conforme edital publicado no Diário Oficial do Estado e delimitado pelo Decreto nº 36.636 de 03 de maio de 1996. A figura abaixo apresenta a localização da APA Morro de Osório dentro da área tombada da Mata Atlântica, que abrange as Zonas Núcleo e Zona de Amortecimento.

A APA foi Criada pela Lei Municipal nº. 2.665/94 está cadastrada no SEUC (Sistema Estadual de Unidades de Conservação) e no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e possui o Plano de Manejo da APA Morro de Osório foi homologado pelo Decreto Municipal Nº 213/2008, sendo que sofreu alteração do texto através do Decreto nº 194/2012 (institui alterações no texto do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro de Osório-RS) e do Decreto nº 227/2014 (institui alterações no texto do plano de manejo da Área de Proteção Ambienta (APA) do Morro de Osório-RS).

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

A APA Morro de Osório por situar-se dentro dos domínios da Mata Atlântica é regida pela legislação que protege este bioma. A Constituição Federal estabelece a Mata Atlântica como Patrimônio Nacional, mais recentemente foi publicado a Lei 11.428 de 22 de dezembro de 2006, chamada de Lei da Mata Atlântica, um projeto de mais de 10 anos de tramitação no Congresso Nacional, que veio em substituição ao Decreto 750/93, e que dispõe sobre a utilização e a proteção da vegetação do Bioma Mata Atlântica.

2. JUSTIFICATIVA

O estabelecimento de Unidades de Conservação é uma das principais estratégias para garantir a conservação de ambientes naturais em todo o mundo. No entanto, para que as mesmas possam atingir seus objetivos de criação, é essencial que exista um Plano de Manejo que dê as diretrizes para a gestão das áreas de acordo com seus objetivos.

O Plano de Manejo da APA Morro de Osório, elaborado em 2008, foi aprovado pelo Decreto Municipal Nº 213/2008, tendo sido utilizado desde então como referência para a gestão ambiental da Unidade de Conservação Municipal, principalmente em relação às ações de controle com foco no licenciamento ambiental e suporte às ações do Conselho Gestor.

Desse modo, a elaboração e execução do Plano de Manejo foi condição fundamental para a efetiva implantação da APA Morro de Osório, porém com o passar do tempo surgiu a necessidade de revisão deste Plano com o objetivo de identificar os principais conflitos e levantar subsídios para a atualização do documento.

3. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência estabelece as bases e os subsídios para contratação de serviços de consultoria com o objetivo de atualização do Plano de Manejo da APA Morro de Osório, Brasil/RS.

4. ESCOPO DOS SERVIÇOS

O escopo dos serviços previstos envolve o desenvolvimento das atividades presentemente descritas e que compõem o Roteiro Básico a ser seguido pela consultoria para realização dos serviços.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

Vale ressaltar que, o Roteiro Metodológico de Planejamento de Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica (IBAMA, 2002), Roteiro Metodológico para a Gestão de Áreas de Proteção Ambiental (IBAMA, 2001), Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais (2018: Brasília, DF) / Organizadores: Ana Rafaela D'Amico, Erica de Oliveira Coutinho e Luiz Felipe Pimenta de Moraes. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio, 2018 e Manual de Apoio – CTM: Diretrizes para a criação, instituição e atualização do cadastro territorial multifinalitário nos municípios brasileiros / Organizadores: Eglaisa Micheline Pontes Cunha e Diego Alfonso Erba – Brasília: Ministério das Cidades, 2010 devem ser a base metodológica e conceitual para a atualização do Plano de Manejo da APA Morro de Osório. As etapas de trabalho apresentadas neste Termo de Referência, assim como as atividades a serem desenvolvidas, os respectivos produtos e forma de apresentação devem ser estruturadas conforme bibliográfia recomendada.

Considerando que a metodologia participativa deve ser a adotada na elaboração e revisão de Planos de Manejo de UCs, a atualização do Plano de Manejo da APA Morro de Osório deverá ser realizada com a participação da comunidade. Neste sentido, visando garantir a ampla participação pública na atualização do plano e sua validação, a contratada deverá providenciar a realização de reuniões, oficinas e outros processos de sensibilização com a comunidade local, os órgãos governamentais envolvidos, instituições educacionais e os representantes de outros setores da sociedade local ligados à atividade de gestão da UC, ações essas que também contribuirão para o fortalecimento do Conselho Gestor da APA.

A Contratada deverá descrever no Plano de Trabalho a sequência de atividades a serem realizadas em cada uma das etapas, propondo soluções e ajustes (se necessário) e explicitando os métodos e técnicas a serem adotados.

A Contratada deverá apresentar ainda o planejamento operacional e estratégico para a execução das atividades previstas, na forma de um Fluxograma de Atividades a ser aprovado junto com o Plano de trabalho.

A área geográfica de interesse da presente consultoria é representada pelos limites da APA Morro de Osório, que segue em anexo ao final deste Termo.

À Contratada será disponibilizada toda a documentação existente sobre o Plano de Manejo da APA Morro de Osório, bem como estudos, projetos, relatórios oficiais que tratem do assunto.

5. PRAZO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

A Proponente deverá apresentar um Cronograma de Atividades contendo todas as Etapas de Trabalho, com prazo para a realização das atividades e entrega dos produtos, considerando que as ações para a Atualização do Plano de Manejo (inclui revisão do zoneamento) deverão ser concluídas no prazo máximo de 12 (doze) meses, a partir da ordem de serviço conforme cronograma do Contrato.

6. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EXIGIDA

6.1 da qualificação

A contratação da empresa executante será feita pela CPFL, cabendo a esta definir os critérios de exigibilidade das atribuições e qualificações técnicas da empresa a ser contratada, desde que forneça estrutura e profissionais com atribuição técnica para os serviços.

6.2 Equipe Técnica

A Proponente deverá apresentar uma Equipe Técnica Básica comprovadamente qualificada para a atualização do Plano de Manejo, Mapeamento de Uso do Solo, Levantamento socioeconomico e Levantamento Cadastral.

A Equipe Básica deverá ser composta por no mínimo:

- 01 Coordenador do Plano de Manejo
- 02 Responsáveis Técnico pelo Quadro Ambiental (01 pelo Meio Físico e 01 pelo Biótico)
- 01 Responsável Técnico pelo Quadro Socioeconômico (com experiência em trabalhos de participação comunitária)

O Coordenador e os responsáveis técnicos devem demonstrar experiência prévia na coordenação de equipes interdisciplinares e na atualização de Planos de Manejo em Unidades de Conservação. Também devem demonstrar experiência prévia no mapeamento do uso do solo, levantamento socioeconomico, levantamento topográfico além de visão ampla do planejamento de Unidades de Conservação e/ou na elaboração de trabalhos correlatos.

6.3 Equipe Técnica de Apoio

A Equipe Técnica de Apoio deverá ser estruturada de acordo com as peculiaridades da Unidade de Conservação, buscando-se ao máximo montar um quadro técnico interdisciplinar com especialistas nas áreas temáticas de maior relevância.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

Deve-se, buscar a participação de especialistas que já desenvolveram estudos em Unidades de Conservação.

A Equipe Técnica de Apoio deve ser composta, no mínimo, por especialistas nas seguintes áreas: geoprocessamento, flora, fauna, geologia, geomorfologia, hidrologia, clima, uso público/turismo, legislação ambiental, situação fundiária, gestão pública urbana e na área ambiental, infraestrutura, principalmente relativa a saneamento básico, educador ambiental com experiência em planejamento participativo (oficinas em geral) e moderação de conflitos e interesse.

Para o Levantamento Cadastral a equipe deverá incluir em suas equipes permanentes, necessariamente, um de cada dos seguintes profissionais, com seus respectivos perfis:

a. Coordenador: profissional de nível superior com pelo menos 10 (dez) anos de experiência profissional na área de cadastro técnico, com conhecimentos específicos em trabalhos correlatos;

b. Técnico/coordenador de Trabalho de Campo: Engenheiro Cartógrafo ou Geógrafo com, no mínimo, 3 (três) anos de experiência de trabalho;

c. Equipe de cadastradores

6.4. Habilitação Técnica da Empresa

Especificamente, para realizar os serviços de levantamento físico-cadastral de cada imóvel e revisão de plano de manejo de Unidades de Conservação a empresa deverá apresentar a seguinte documentação para a habilitação técnica:

•Certificado de Registro junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando através da apresentação da Certidão de Pessoa Jurídica;

•Comprovação da Capacidade técnico-operacional da empresa, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove possuir aptidão para a execução dos seguintes serviços, classificados como de maior relevância técnica:

a. Experiência em execução de trabalhos de cartografia em grandes escalas;

b. Experiência em Levantamentos Topográficos e Planialtimétricos Georreferenciados de zonas urbanas e rurais;

c. Experiência em Revisão/Atualização de Planos de Manejo em Unidades de Conservação.

7. Etapas a serem realizadas e Produtos

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

Os serviços de consultoria para a atualização do Plano de Manejo da APA Morro de Osório deverão seguir as etapas de trabalho apresentadas neste Termo de Referência, bem como as orientações da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária – SMAAP.

Etapa I – Apresentação do Plano de Trabalho

Nesta oportunidade deverá ser apresentado o Plano de Trabalho contendo o detalhamento necessário para subsidiar o acompanhamento da execução do contrato. Deve ser descrita a sequência de atividades a ser realizada em cada uma das etapas de trabalho, explicitando os métodos e técnicas a serem adotados. A Contratada deverá apresentar ainda o planejamento operacional para a execução das atividades previstas, na forma de um Fluxograma de Atividades.

PRODUTO: Relatório parcial e Plano de Trabalho.

Etapa II – Avaliação do Planejamento Anterior e Organização do Planejamento

A consultoria contratada deverá realizar uma análise do grau de implantação da versão atual do Plano de Manejo, com o propósito de identificar os pontos críticos enfrentados para sua operacionalização. Tais elementos devem ser abordados na atualização de forma a contornar os entraves observados no primeiro ciclo de gestão

Deverão ser realizadas Reuniões Técnicas para avaliação do Plano de Manejo da APA Morro de Osório. Além de se avaliar o nível de execução do documento, suas limitações e a aplicabilidade do diagnóstico ambiental, também devem ser avaliados a situação atual da unidade e o nível de envolvimento dos atores locais na gestão da APA.

Deverão ser discutidas quais das atividades previstas foram executadas, se estas foram implantadas total ou parcialmente e, nesse caso, quais os motivos que comprometeram ou inviabilizaram sua total execução. Devem ainda ser identificados os estudos já realizados e os estudos necessários para atualização do Plano de Manejo.

Definir forma de atuação junto à comunidade, apresentar as metodologias de trabalho dos eventos de sensibilização, reuniões, oficinas bem como a elaboração do material didático a ser utilizado nos eventos.

Nesta etapa de Organização do Planejamento, deverão ainda ser estabelecidas as estratégias de trabalho, avaliadas as condições logísticas da UC, meios e o apoio necessário ao desenvolvimento dos trabalhos.

Na Matriz de Organização do Planejamento (conforme Roteiro Metodológico do IBAMA - 2002) deverão ser definidas as datas e pessoas envolvidas nas atividades estratégicas, como: Reconhecimento de Campo, Reuniões Técnicas e Oficina de Planejamento.

Ainda durante o reconhecimento de campo deverão ser realizadas checagens das informações contidas no mapa-base da APA Morro de Osório e seu entorno, no sentido de consolidá-lo.

Eventuais adequações de abrangência dos trabalhos e das áreas temáticas deverão ser feitas, de acordo com as peculiaridades da APA em questão.

PRODUTO: Relatório das Ações Iniciais, incluindo os relatórios das reuniões técnicas, a Matriz de Organização do Planejamento, Relatório de análise da implementação do Plano de Manejo.

Etapa III – Coleta e Análise das informações básicas disponíveis e atualização Bibliográfica e Cartográfica

Nesta etapa será feita uma primeira atualização do material cartográfico e bibliográfico existente através da revisão e inclusão destas informações existentes sobre a APA Morro de Osório, com a finalidade de elaborar Banco de Dados, junto aos órgãos públicos, universidades, instituições privadas e sociedade civil organizada.

Deverá ser apresentada a metodologia a ser aplicada e fontes de consulta para o levantamento dos dados primários e secundários referentes ao meio socioeconômico. Todos os indicadores devem ser apresentados com os respectivos comparativos estaduais e nacionais. Os dados primários serão coletados por meio de amostragem qualitativa.

A coleta e análise das informações disponíveis incluem o levantamento bibliográfico e cartográfico, assim como levantamento de fotografias aéreas e imagens de satélite e na análise dos resultados das pesquisas desenvolvidas durante a vigência do Plano, identificando as possibilidades de aplicação dos resultados no manejo da Unidade.

Deverão ser coletadas todas as informações disponíveis sobre a APA, procedentes de quaisquer documentos publicados de cunho científico e técnico, produzidos e identificados posteriormente aos levantamentos realizados para elaboração do planejamento anterior.

JOGUE LIMPO com Osório

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

O sistema de informação geográfica (SIG) tem por objetivo auxiliar na estruturação do banco de dados, a fim de facilitar o acesso, a manipulação, a atualização e a sobreposição de informações georreferenciadas, funcionando como ferramenta imprescindível ao zoneamento, planejamento, manejo e gestão da Unidade de Conservação.

Os mapas deverão ser atualizados com o emprego de imagens de satélite de alta resolução espacial ou fotografias aéreas. Os bancos de dados – bibliográfico e cartográfico – deverão ser estruturados para apoiar a organização das informações coletadas no desenvolvimento dos trabalhos.

Os mapas deverão ser atualizados com o emprego de imagens de satélite de alta resolução espacial ou fotografias aéreas referentes com data posterior ao ano de assinatura do contrato. Os bancos de dados – bibliográfico e cartográfico – deverão ser estruturados para apoiar a organização das informações coletadas no desenvolvimento dos trabalhos. Nesta etapa deve ser iniciada a compra de imagens de satélites para atualização do mapa base da UC e realização de estudos específicos.

O levantamento dessas informações constitui subsídio básico para a atualização do Quadro Socioambiental da APA Morro de Osório.

Os dados a serem obtidos em campo, através da observação "in loco", com aplicação de questionários que devem ser formulados juntamente com os técnicos da Prefeitura Municipal de Osório

Após a análise e compilação dos dados do IBGE e dos dados obtidos em campo ("in loco") os técnicos da empresa Contratada deverão elaborar os respectivos relatórios socioeconômicos e mapas.

É necessário que as informações obtidas no Plano de Manejo sejam especializadas sobre uma base comum.

Diretrizes: a. A base cartográfica de referência deve conter informações georreferenciadas, com pelo menos: rede hidrográfica, sistema viário, hipsometria (curvas de nível e pontos altimétricos), limites (estaduais e municipais) e fronteiras. Dados pontuais poderão ser obtidos por meio de GPS com processamento de correção diferencial;

b. Os materiais cartográficos, selecionados para a execução da base cartográfica, estejam em uma única escala e compatíveis com aquela usada para a geração dos mapas temáticos;

c. A fim de garantir a sobreposição correta dos mapas que serão elaborados, deve-se atentar ao sistema de projeção cartográfica adotado (exemplo: no caso de projeção Universal Transversa de Mercator, não esquecer do Fuso e Datum) e ao número de pontos de controle, em relação a superfície e escala, para a correção geográfica e geométrica.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

d. A escolha dos produtos de sensores remotos que serão usados na elaboração dos mapas temáticos e na atualização da base cartográfica de referência devem, pelo menos, apresentar datas recentes de registro, permitir ampla visualização da área e sem cobertura de nuvens e com resolução de pixel apropriada para a escala de interpretação, ou seja, possuir boa resolução temporal, espacial e espectral;

e. Para o mapeamento de áreas que necessitam de maior detalhamento e precisão, escolher sensores com maiores resoluções.

f. Conforme determina o Decreto N° 89.817 de 20 de junho de 1984, o qual estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional, em seu capítulo II – Art. 8° e 9º, as ortofotocartas deverão atender o Padrão de Exatidão Cartográfica – "PEC CLASSE A".

g. Todos os dados espaciais produzidos devem estar referenciados ao sistema de referência geodésico legalmente instituído para levantamentos de dados em território nacional. As informações temáticas devem ser levantadas em campo a partir de aparelho receptor GPS Geodésico e que subsidiarão a produção de planos de informação primários que, por sua vez, suportarão as análises espaciais, deverão ser entregues no formato shapefile (extensão shp) para propósito de construção de um banco de dados geográficos.

h. Adicionalmente aos dados geográficos devem ser informado em arquivo texto, que deve acompanhar os mesmos, pelo responsável da atividade temática objeto do mapa que será produzido, algumas informações suplementares que dizem respeito aos métodos, procedimentos ou técnicas de obtenção ou geração dos dados em questão, bem como a data de sua produção, sistema de referência e autoria. Estas informações serão cadastradas no banco de dados geográficos e comporão os metadados que os acompanham.

i. Os documentos de mapas produzidos deverão apresentar-se no sistema geodésico de referência SIRGAS 2000. O Quantum Gis é o software utilizado pela Prefeitura Municipal de Osório. Portanto, os dados espaciais deverão ser organizados em plataforma semelhante ou equivalente, respeitando seu modelo de dados vetoriais e raster. Mais especificamente, os dados espaciais deverão ser organizados em uma arquitetura tipo Geobase de Arquivo (File Geodatabase), em que deverão conter ainda as coleções de classes de feições (Feature Dataset). Os parâmetros que definem as coleções de classes de feições deverão respeitar os que definem o Sistema Geodésico de Referência oficial do Brasil.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

PRODUTOS: Relatório parcial, Estudo Técnico, mapas básicos e mapas temáticos preliminares em escala igual ou superior a 1:50.000, bancos de dados preliminares, levantamento socioambiental, Imagens de satélites e/ou fotografias aéreas.

Etapa IV – Reconhecimento de Campo

O objetivo desta atividade é realizar o reconhecimento da área, para a identificação dos problemas, das características ambientais relevantes, das ameaças e das fragilidades que afetam a unidade de conservação, bem como as oportunidades antevistas para melhoria da ocupação do espaço e manejo dos seus recursos naturais.

O reconhecimento de campo deve envolver a realização de visitas à APA Morro de Osório com a finalidade de elaborar Banco de Dados, com o objetivo de verificar e detalhar as informações obtidas nos levantamentos preliminares.

Nessa etapa, deverão ser promovidos encontros com representantes da prefeitura municipal envolvida pela APA, além de reuniões envolvendo os principais grupos sociais (pessoas representativas das comunidades, instituições ou organizações relacionadas com a APA), com objetivo de informar acerca da atualização do Plano de Manejo, obter informações sobre a área, identificar as expectativas, avaliar a visão da comunidade sobre a UC e identificar os prováveis participantes da Oficina de Planejamento. Nesta etapa também deverão ser identificados os agentes com potencial envolvimento na gestão da APA.

Ainda durante o reconhecimento de campo deverão ser realizadas checagens das informações contidas no mapa-base da APA e seu entorno, no sentido de consolidá-lo. As imagens serão interpretadas visando especialmente obter produtos como: - caracterização da cobertura vegetal; - caracterização do uso e ocupação da terra; - unidades geomorfológicas - rede de drenagem; - relevo; - rede viária; - litologia; - hipsometria; - características da água, como: estimativa de profundidade de corpos d'água, temperatura, níveis de matéria particulada, turbidez e outros. De posse do material levantado elabora-se o mapa-base da UC, fundamental para a sistematização dos mapas e croquis ilustrativos que acompanharão o plano de manejo.

PRODUTOS: Relatório parcial, Mapas básicos e mapas temáticos atualizados, banco de dados georreferenciado.

Etapa V - Levantamento das Localidades

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

Nesta etapa a Contratada deverá executar a Base Cartográfica Digital, contemplando levantamento georreferenciado das edificações situadas nos limites da APA, com medições através de imagem de satélite ou por levantamento aerofotogramétrico.

Etapa VI – Realização de estudos técnicos específicos e atualização de dados de campo para embasar o Plano de Manejo

Nesta etapa, deverão ser realizadas as análises dos dados secundários e de campo para a caracterização dos componentes abióticos, bióticos, socioeconômicos e institucionais com vistas à consolidação do Quadro Socioambiental da APA Morro de Osório.

Deverão ser efetuadas as análises parciais dos diferentes meios que compõem a APA, assim como as análises de integração, deverão permitir o entendimento dos processos internos, como também daqueles de âmbito regional que a envolvem, indicando suas inter-relações, oportunidades, ameaças, problemas, conflitos e pressões externas.

Nesta etapa, deverão ser estabelecidas relações mútuas entre os dados, de maneira a se obter sínteses atualizadas de cada um dos meios (abiótico, biótico, socioeconômico e institucional). O estabelecimento de relações deve possibilitar a proposição das ações estratégicas necessárias à gestão eficiente da APA.

PRODUTOS: Resultado dos Estudos Técnicos Específicos, Relatórios Parciais de Análise dos Diferentes Meios e Análise de Integração, Banco de Dados das Referências Bibliográficas Final (impresso e digital), Quadro Socioambiental da APA, Cadastro Digital, Identificação das Áreas Ambientais Homogêneas e Estratégicas e estudos técnicos específicos.

Etapa VII – Oficinas de pré-zoneamento

A proposta de revisão/atualização do zoneamento da APA Morro de Osório deverá ser elaborada levando-se em conta as informações provenientes dos diagnósticos existentes e dos mapas temáticos atualizados, considerando todas as condicionantes ambientais, legais, as fragilidades e as potencialidades da UC.

O processo de atualização do Zoneamento da APA Morro de Osório deverá ser realizado por meio de identificação e avaliação de compartimentos ambientais, conflitos decorrentes do uso e ocupação

do solo e do uso público, , visando a definição de medidas corretivas a serem incorporadas. A manipulação dos dados para a revisão do zoneamento deverá utilizar ferramentas de geoprocessamento.

As oficinas de pré-zoneamento deverão envolver a participação dos segmentos com atuação na APA Morro de Osório. Nas oficinas de pré-zoneamento deverão ser colhidas propostas para atualização do zoneamento. A Contratada deverá elaborar uma proposta para a atualização do zoneamento que consolide as informações do diagnóstico e as propostas de pré-zoneamento, a ser levada para a Oficina de Planejamento com a finalidade de discussão.

A proposta de atualização do zoneamento a ser levada para discussão na Oficina deve conter uma comparação entre a situação atual e a proposta, tanto em termos de delimitação quanto em relação às normas de uso. Deverá ser elaborado um Quadro Síntese do Zoneamento proposto e um comparativo com o respectivo Quadro existente na versão atual do Plano de Manejo.

PRODUTOS: Relatório parcial, Relatório contendo a consolidação das Propostas de Pré-Zoneamento com os respectivos mapas e textos descritivos, apresentar uma proposta de Zoneamento elaborado pela consultoria consolidando aspectos levantados no diagnóstico e propostas de pré – zoneamento, oficinas de pré-zoneamento.

Etapa VIII – Oficina de Planejamento

As Oficinas de Planejamento tem a finalidade de obter as contribuições da sociedade, com base no diagnóstico e nas propostas de pré-zoneamento. As Oficinas terão como base o planejamento anterior, inclusive o zoneamento anterior, utilizando-o como base para a elaboração das propostas para a atualização.

As Oficinas deverão ser realizadas com uma abordagem participativa, aplicando-se métodos e técnicas que facilitem o intercâmbio de informações e os processos de tomada de decisão pelo grupo de trabalho em etapas lógicas, sucessivas e interligadas de análise e planejamento.

Como subsídio para as Oficinas de Planejamento, a Contratada deverá elaborar um documento síntese, para dar conhecimento a todos os participantes acerca do diagnóstico e das propostas de pré-zoneamento. O documento síntese deverá possuir uma linguagem acessível e estar disponível para consulta com, no mínimo, 15 dias de antecedência em relação a data das Oficinas de Planejamento.

Deverão ser empregadas estratégias adequadas de comunicação (rádio, televisão, jornais, internet, cartilhas, etc) para mobilizar os atores locais a participarem das Oficinas.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

As Oficinas deverão ser iniciadas com a apresentação da proposta de atualização do zoneamento, seguida pela apresentação das sugestões dos participantes. Deverão ser apresentados mapas, figuras, gráficos, entre outros meios, contendo as informações relevantes para a compreensão das propostas em discussão.

Deverá ser apresentado um mapa, em tamanho que possa ser visualizado por todos os participantes, com as informações básicas disponíveis. Este mapa deverá ser atualizado nas Oficinas, documentando-se as informações obtidas dos participantes (mapa-falado).

Deverão ser destacadas as propostas contidas no planejamento anterior, avaliando-se os avanços – como os resultados alcançados – e as dificuldades vivenciadas, que comprometeram ou inviabilizaram a execução das ações. Na etapa de análise da APA e seu contexto, deverão ser apresentados os pontos fracos e fortes, bem como as ameaças e oportunidades identificadas no planejamento anterior.

Deverão ser convidadas a participar das Oficinas a equipe da Prefeitura, o Conselho Gestor da APA e representantes das instituições (públicas, privadas e não-governamentais) com atuação na região.

Os subsídios obtidos nas Oficinas de Planejamento deverão ser consolidados e complementados pela Contratada, com base nos conhecimentos técnicos, nas normas vigentes e nas orientações da SMAAP.

Finalizando a etapa das Oficinas, deverá ser apresentada a matriz de cooperação institucional elaborada nos planejamentos anteriores, analisando-se a situação das instituições na implementação do Plano, estabelecendo-se então as estratégias de ampliação das parcerias e aprimoramento da coordenação dos trabalhos inter-institucionais.

O caráter consultivo das Oficinas deverá ser enfatizado, evitando-se a geração de expectativas que não sejam técnica e/ou institucionalmente possíveis de serem incorporadas pelo Plano de Manejo.

As Oficinas de Planejamento deverão acontecer em cada localidade situada no interior e proximidades da Unidade de Conservação a serem divulgadas antecipadamente em um prazo de 15 dias, e com a moderação de profissional com experiência em metodologias de planejamento estratégico e participativo.

Após o término desta etapa, deverá ser realizada uma reunião com os tecnicos da SMAAP e grupo de revisão do Plano de Manejo para a estruturação/consolidação do Plano de Manejo, com base nos subsídios advindos das Oficinas de Planejamento.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

PRODUTOS: Relatório parcial, Documento Síntese, Relatório da Oficina de Planejamento (devem estar contidos no relatório o detalhamento acerca das estratégias e ferramentas empregadas na mobilização e os elementos comprobatórios da realização da atividade), oficinas de planejamento.

Etapa IX – Planejamento da Unidade de Conservação

Nesta etapa serão estabelecidas as diretrizes gerais para a gestão da APA, com a definição da Visão Geral do Processo de Planejamento, Avaliação Estratégica, Zoneamento, Definição dos Programas de Manejo e dos Sistemas de Gestão Administrativa e de Monitoria e Avaliação.

Com base no diagnóstico da UC, nas Oficinas com as comunidades, nas Oficinas de Pré-Zoneamento e nas Oficinas de Planejamento, consolidam-se a Proposta de Zoneamento, as Áreas Estratégicas Internas e Externas, os Programas Temáticos, com respectivos Programas de Ação, dentre outros aspectos a comporem o Plano de Manejo da APA atualizado.

Os Programas de Manejo visam definir ações estratégicas e prioritárias para o planejamento e gestão da APA, buscando-se aumentar o grau de efetividade da UC. Tais Programas deverão ser detalhados de forma que possibilitem a identificação dos objetivos, resultados esperados, indicadores de aferição, atividades a serem realizadas, responsáveis, parceiros, e possíveis fontes de financiamento. Também deverão ser apresentados o Cronograma Físico e a Estimativa de Custos dos Programas de Manejo.

Deverá ser elaborado um Resumo Executivo do Plano de Manejo, o qual apresentará as principais características e objetivos da APA, o zoneamento e as normas específicas.

Este documento deverá ser escrito em linguagem acessível, contendo mapas, figuras e outros elementos que facilitem a compreensão de seu conteúdo.

É importante destacar a necessidade de se desenvolver Programa de Ação de monitoria e avaliação, ambos instrumentos que visam assegurar a interação entre planejamento e execução, possibilitando a correção de desvios e a retroalimentação permanente do contínuo processo de planejamento e gestão da unidade de conservação, considerando-se as experiências vivenciadas durante a revisão e implementação do Plano de Manejo.

Sendo as Áreas de Proteção Ambiental uma categoria de unidade de conservação muito dinâmica, devido ao seu objetivo de conciliar a conservação dos recursos naturais com a ocupação humana, considera-se de extrema importância prever ações contínuas de Educação Ambiental e de co-gestão,

dando continuidade ao processo de planejamento e de gestão participativa iniciado e fortalecido com a revisão do Plano de Manejo da APA em questão.

Assim, como se destaca a importância da elaboração de Programas de Ação que enfoquem a Educação Ambiental, a co-gestão e o monitoramento e avaliação dos resultados como formas de integrar o planejamento à execução propriamente dita do Plano de Manejo, é importante que outros aspectos, também relevantes e relacionados ao Sistema de Gestão da APA Morro de Osório sejam considerados no momento da definição dos temas a serem tratados pelos Programas de Ação.

Nos Programas de Ação deverão ser fornecidas as diretrizes de implantação das estruturas e das infra-estruturas necessárias à operacionalização da UC. Sempre que necessário, deverá conter instruções sobre recuperação de áreas e cursos d'água degradados ou em risco de degradação.

Após a avaliação do Plano de Manejo da APA os técnicos da SMAAP e grupo de revisão do Plano de Manejo realizarão Reunião Técnica com o Coordenador e Responsáveis Técnicos da Equipe Contratada para a realização das adequações necessárias.

PRODUTOS: Relatório Parcial, Resumo Executivo, Visão Geral do Processo de Planejamento, Avaliação Estratégica, Zoneamento, Programas de Manejo e Sistema de Gestão Administrativa, Plano de Monitoria e Avaliação e Banco de Dados Georreferenciados, reuniões técnicas.

Etapa X – Entrega e Avaliação do Plano de Manejo preliminar

Consiste na entrega da minuta do Plano de Manejo da APA Morro de Osório, do Resumo Executivo (com respectivas adequações identificadas como necessárias na última Reunião Técnica) e do Sistema de Informação Geográfica com o banco de dados georreferenciado.

PRODUTOS:

a) Sistema de Informação Geográfica da APA Morro de Osório;

b) Levantamento Socioeconômico da APA Morro de Osório Via formulário a ser distribuído à comunidade;

C) Plano de Manejo Preliminar.

Etapa XI – Apresentação do Plano de Manejo às comunidades envolvidas

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

Antes da aprovação do Plano de Manejo, este deverá ser apresentado aos atores envolvidos no processo de planejamento e ao Conselho Gestor da APA Morro de Osório. Deverão ser realizadas audiências públicas para a apresentação da Minuta do Plano.

Descrição: "Deverão ser realizadas 5 (cinco) audiências públicas (quatro nas localidades da unidade e uma na Câmara de Vereadores ou auditório da CNEC); audiências públicas para a apresentação da Minuta do Plano." As quais serão organizadas pela Prefeitura Municipal, devendo a contratada disponibilizar a equipe técnica para a apresentação dos trabalhos.

Todos os produtos referente a audiência pública de apresentação do Plano de Manejo deverão ser objeto de apresentação à SMAAP, com o objetivo de facilitar sua compreensão e análise.

PRODUTO: Plano de manejo entregue de acordo com a ET e apresentação técnica nas audiências e relatório destas.

8. Formas de apresentação

8.1 Todos os produtos listados deverão ser entregues à SMAAP em versão preliminar destinada à avaliação. As versões preliminares dos produtos deverão ser entregues na forma de arquivos digitais, para avaliação.

8.2. Após apreciação da versão preliminar, caberá a SMAAP aprovar os produtos ou indicar a necessidade de realização de correções (caso necessário). A versão final do Plano de Manejo deverá ser entregue após a realização de eventuais correções e aprovação. A versão completa dos produtos deverá ser entregue em 5 (cinco) vias impressas e na forma de arquivos digitais.

8.3. Todos os produtos devem ser redigidos em português. As tabelas, quadros, figuras e gráficos deverão ser numerados, apresentar título, legenda, fonte e demais elementos necessários a sua total compreensão.

8.4. Todo o material cartográfico deverá ser entregue em formato impresso, como parte dos produtos, sendo que as bases de dados cartográficas digitais também deverão ser entregues em formatos compatíveis (ESRI Shape-file, Geotiff, etc.). O Sistema de Informações Geográficas deve ser apresentado em formato shape-file (SHP) compatível com programa Quantum GIS e semelhantes. Todos os mapas e ilustrações devem ser entregues também em formato PDF.

8.5. O Banco de Dados Bibliográfico em formato digital deverá ser elaborado e entregue ao contratante no formato do Microsoft Access.

8.6. A versão final do plano de manejo deverá ser entregue 50 (cinquenta) exemplares do Plano de Manejo da APA atualizado (capa dura, estilo livro) com a finalidade de distribuir nas escolas, universidades e bibliotecas do município de Osório e também para algumas autoridades relacionadas à unidade de conservação.

9. SUPERVISÃO DA CONSULTORIA

A elaboração do Plano de Manejo será conduzida por uma equipe de coordenação, constituída por representantes da equipe técnica da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária e por representantes do Conselho Gestor da APA Morro de Osório. Todos os produtos elaborados devem ser aprovados pela coordenação da Atualização do Plano de Manejo. A consultoria contratada deverá ter disponibilidade de participação em reuniões de trabalho junto à equipe de atualização do Plano de Manejo e manterá contato com a contratante preferencialmente por escrito.

10. ROTEIRO MINIMO A SER APRESENTADO PARA ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA APA MORRO DE OSÓRIO

Volume I – DIAGNÓSTICO SOCIO-ECONÔMICO E AMBIENTAL

1 Apresentação

2 Contextualização da APA

2.1 Histórico da Criação

2.2 Situação Legal

3 Caracteristicas Bióticas, Abióticas e Socio-Econômico e Culturais

3.1 Diagnóstico Ambiental

3.1.1 Meio Físico

3.1.1.1 Clima

3.1.1.2 Recursos Hídricos

3.1.1.3 Geologia

3.1.1.4 Geomorfologia

3.1.1.5 Pedologia

3.1.2 Flora

3.1.3 Fauna

JOGUE LIMPO com Osório

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

3.1.3.1 Anfíbios

3.1.3.2 Répteis

3.1.3.3 Aves

3.1.3.4 Mamíferos

3.2 Diagnóstico Socio-econômico e cultural

3.2.1 Metodologia

3.2.2 Aspectos Demográficos e Sócio-Econômicos

3.2.2.3 Procedência geográfica

3.2.3.1 Condições habitacionais básicas

3.2.4 Educação no Município

3.2.4.1 Condições educacionais na região da APA

3.2.5 Economia

3.2.5.1 A base da economia do município

3.2.5.2 Sinopse da agricultura no município

3.2.5.3 A agricultura na região da APA

3.2.5.4 A pecuária

3.2.5.5 A Pecuária na Região da APA

3.2.5.6 Outras atividades econômicas desenvolvidas na APA

3.2.6 Turismo

3.2.7 Estrutura viária

3.3 Conflitos de uso

3.4 Avaliação crítica dos limites da APA

VOLUME II – PLANEJAMENTO DA APA MORRO DE OSÓRIO

4 Planejamento da APA

4.1 Zoneamento da APA

4.1.1 Definição das Zonas

4.2 Planos e programas governamentais

4.2.1 O Plano Diretor e a APA

4.3 Impacto econômico resultante do ICMS Ecológico

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

4.4 Diretrizes e Objetivos específicos para a APA Morro de Osório

4.4.1 Atividades proibidas na APA Morro de Osório

4.5 Programas de manejo

4.5.1 Programa de Conservação do Meio Ambiente

4.5.2 Programa de Desenvolvimento Sustentável

4.5.3 Programa de Gestão Ambiental

4.6 Recursos humanos e financeiros necessários

5 Proposta para Revisão do Plano de Manejo

6 Projetos Específicos e Monitoria/Avaliação

7 Equipe técnica

8 Glossário

9 Referências Bibliográficas

OBS.: Deve ser incluído no anexo as listas de espécies inventariadas com as coordenadas dos pontos observados, relatórios das Oficinas e Reuniões Técnicas, legislações básicas da UC, como Roteiro Metodológico para Elaboração do Plano de Manejo, Decretos de criação, Conselho Gestor e demais documentos que fundamentam ações de conservação e/ou manejo da Unidade.

O Plano de Manejo é constituído por seis encartes, onde a Unidade de Conservação é enfocada a partir da Contextualização da UC no cenário internacional, quando couber, seguindo-se os cenários federal e estadual. Parte-se então para uma análise da região ou entorno da UC e mais detalhadamente procede-se à análise da unidade de conservação propriamente dita. Uma vez dispondo-se de todos este diagnósticos têm-se o conhecimento necessário para a definição e a tomada de decisão para o planejamento da UC e seu entorno. Os dois últimos encartes, Projetos Específicos e Monitoria/Avaliação estão vinculados à implementação do Plano de Manejo.

10. CONCLLSÃO DA MEDIÇÃO PREVISTA:

- Plano de manejo de acordo com esta Especificação Técnica;
- Material impresso;
- Material em formato edital (total);
- Material Elaborado pelo proponente e divulgação de responsabilidade da PM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

1. Folder digital para divulgação inicial
2. Folder digital para conclusão do serviço
3. Vídeo para divulgação inicial (5 minutos)
4. Vídeo para conclusão do serviço (5 minutos)

11. Nota

Ficam previstas uma reunião técnica em cada comunidade, uma reunião com entidades, uma reunião com escolas e duas reuniões com a equipe da PM por etapa quando aplicável.

Bibliografia:

Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais (2018: Brasília, DF) / Organizadores: Ana Rafaela D'Amico, Erica de Oliveira Coutinho e Luiz Felipe Pimenta de Moraes. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio, 2018 e Manual de Apoio – CTM: Diretrizes para a criação, instituição e atualização do cadastro territorial multifinalitário nos municípios brasileiros / Organizadores: Eglaisa Micheline Pontes Cunha e Diego Alfonso Erba – Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

Edilson Nunes Pires
Secretário de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO

CONVÊNIO Nº 002/2020.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE OSÓRIO, com seu Centro Administrativo localizado na Avenida Jorge Dariva, nº 1251, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito, Dr. Eduardo Aluísio Cardoso Abrahão, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na rua Marechal Floriano Peixoto, 428, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº 2014604322 e CPF sob o nº 313.076.630-87, e a empresa CPFL Transmissão Sul II, CNPJ 33.062.600/0001-33, estabelecida na Rodovia Engenheiro Miguem Noel Nascentes Burnier 1755, Parque São Quirino, Campinas/SP, representada neste ato por, Rodolfo Nardez Sirol, portador da Carteira de Identidade nº 53.838.853-5 (SSP/SP) e inscrita no CPF sob o nº 437.075.538-76, e Marcelo Eduardo de Mattos, portador da Carteira de Identidade nº 17.190.860 (SSP/SP) e inscrita no CPF 102.070.048-38, celebram de comum acordo o presente Convênio, de acordo mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Termo de Compromisso tem por objetivo propiciar a atualização técnica do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Morro de Osório, instituída pela Lei Municipal nº 2665/1994, conforme Termo de Referência anexo, através da relação de parceria firmada voluntariamente entre a empresa CPFL e Prefeitura Municipal de Osório, em contrapartida a sociedade de Osório da implantação do empreendimento LT 230kv Gravataí 3 – Osório 3.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

1. Compete a CPFL Transmissão Sul II:

a) Após o recebimento do Termo de Referência por parte do Município de Osório, contratar empresa técnica especializada no mercado para execução das ações previstas de atualização do Plano de Manejo;
b) Custear as ações previstas no Termo de Referência recebido da Prefeitura de Osório para a atualização técnica do Plano de Manejo até o limite de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Se durante a execução do projeto, para a continuação das atividades houver necessidade de majoração do limite instituído neste item, a CPFL poderá, por mera liberalidade e se entender relevante, custear tal suplementação até o limite que julgar adequado;
c) Garantir a contratação de empresa especializada legalmente e tecnicamente qualificada para atendimento de todas as ações de atualização técnica previstas no Termo de Referência conforme descritivo;
d) Quando da conclusão das etapas de atualização previstas no Termo de Referência, submeter à Secretaria de Meio Ambiente para ciência e aprovação;

e) Os serviços ora contratados pela CPFL possuem única e exclusivamente caráter técnico de campo para elaboração de estudos, coleta e processamento de informações e demais ações que visam estritamente a atualização técnica das ações, diretrizes e informações constantes quaisquer programas ou projetos previstos sua execução no Plano de manejo atual e futuro, tal qual a ser atualizado pela CPFL.
f) Disponibilizar à Secretaria de Meio Ambiente o Plano de Manejo atualizado em formato digital e impresso (limitado a até trinta cópias de capa dura e em cores);
g) Garantir a disponibilização dos dados e informações técnicas dos serviços de atualização do Plano de Manejo quando solicitado pelo Município;
h) Formalizar o cronograma de execução das ações previstas no Termo de Referência junto a contratada.

2. Compete a Prefeitura Municipal de Osório:

a) Disponibilizar dados e informações técnicas do atual Plano de Manejo;
b) Disponibilizar um servidor para acompanhar e avaliar os resultados alcançados nas atividades programadas, visando o cumprimento do termo de referência, à otimização e/ou adequação quando necessários;
c) Apoiar a implementação e divulgação das atividades junto à comunidade;
d) Emitir termo de recebimento e aceite quando da finalização dos trabalhos de atualização do Plano e Manejo à CPFL, finalizando o referido convênio entre as partes.
e) Durante o processo de contratação deverá validar juntamente com a CPFL Energia as propostas técnicas dos participantes da cotação de marcado.
f) Realizar a gestão técnica contratual durante a execução dos serviços.
g) Qualquer dificuldade durante a execução deverá ser comunicada de imediato à CPFL Energia.
h) Conduzir todas as atividades com eficiência e dentro de práticas administrativas, financeiras e técnicas adequadas;
i) Estabelecer o cronograma de execução das ações previstas no Termo de Referência e dar ciência à CPFL Energia.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de convênio vigorará pelo prazo de 18 (dezoito) meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual periodo, por acordo entre os partícipes, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

Este Convênio poderá ser alterado mediante ajuste entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

As partes convenientes praticarão, reciprocamente, os atos necessários à efetiva execução das presentes disposições, por intermédio dos seus representantes ou de pessoas legalmente designadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Osório, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relacionadas com o presente Instrumento.

E, por estarem ajustados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

OSORIO, em 19 de novembro de 2020.

Eduardo Aluísio Cardoso Abrahão
Prefeito Municipal

Rodolfo Nardez Sirol
Diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade – CPFL

Marcelo Eduardo de Mattos
Coordenador de Gestão Ambiental - CPFL

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº CW2285613 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, as PARTES abaixo qualificadas:

CPFL TRANSMISSAO DE ENERGIA SUL II LTDA., sociedade estabelecida na Rodovia RSC-101, S/N, km 94, Zona Rural, CEP: 95.520-000, Osório/RS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda, CNPJ/MF, sob n.º 33.062.600/0003-03, neste ato, por intermédio de seu(s) representante(s) legal(is)/procurador(es) ao final subscritos.

Doravante denominada como CPFL.

E, de outro lado:

GEOCENTER CONSULTORIA E PROJETOS LTDA - EPP, sociedade estabelecida na Avenida Farrapos, nº 3270 - Sala 301, Bairro Navegantes, CEP: 90220-002, Porto Alegre/RS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda, CNPJ/MF, sob n.º 07.492.575/0001-18, neste ato, por intermédio de seu(s) representante(s) legal(is)/procurador(es) ao final subscritos, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Resolvem, de comum acordo, pactuar o presente Instrumento Contratual de Prestação de Serviços e Outras Avenças, cujas cláusulas e condições obrigam as PARTES e seus eventuais sucessores, de acordo com os seguintes termos:

I – DEFINIÇÕES:

1.1. Para os termos deste CONTRATO, as PARTES estabelecem as seguintes definições:

“AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO”: documento expedido pelo Gestor do CONTRATO, autorizando previamente a execução de seu objeto.

“CONTRATADA”: empresa que, em razão do CONTRATO, se responsabilizará pela execução de seu objeto, em conformidade com os seu termos e ANEXO(S).

“CONTRATO”: o presente Instrumento Contratual de Prestação de Serviços e Outras Avenças, que representa um acordo consensual realizado entre as PARTES, objetivando regular relação jurídico-contratual.

“CPFL”: empresa do Grupo CPFL, qualificada no preâmbulo do CONTRATO, contratante especifica dos serviços e responsável pelo respectivo pagamento.

“PARTES”: denominação que engloba as sociedades que integram o CONTRATO, sejam elas a CPFL e a CONTRATADA, quando em conjunto, que por sua vez o assinam de forma livre e espontânea, nos exatos moldes abaixo consignados.

“TERMO ADITIVO”: documento a ser celebrado, por escrito, entre as PARTES, para alteração de quaisquer disposições do CONTRATO e/ou seu(s) ANEXO(S).

“VALOR GLOBAL”: valor total do CONTRATO, devido pela CPFL à CONTRATADA.

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

II – OBJETO:

2.1. O objeto do CONTRATO é a prestação dos serviços, pela CONTRATADA à CPFL, para execução de estudos e serviços técnicos de consultoria especializada com a finalidade de atualização do plano de manejo da APA Morro De Osório, conforme ANEXO(S), com os quais a CONTRATADA concorda, desde já, atender integralmente.

2.2. O CONTRATO não concede à CONTRATADA privilégio de exclusividade, reservando-se à CPFL o direito de contratar com terceiros, atividades de igual natureza.

2.3. O CONTRATO é composto pelo(s) seguinte(s) ANEXO(S), que constituem sua parte integrante e indissociável, cujos termos devem ser considerados como se aqui estivessem transcritos:

I. ANEXO I – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS;
II. ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
III. ANEXO III – PROPOSTA TÉCNICA (encaminhada através da cotação “Doc2804486860 - RFP 6000137022”)

2.3.1. Em caso de eventual conflito entre os termos do CONTRATO e os termos do(s) ANEXO(S), as PARTES buscarão que as disposições conflitantes possam ser razoavelmente interpretadas, de modo que se tornem compatíveis, prevalecendo referida interpretação. Na medida em que não haja compatibilidade de interpretações, os termos deste CONTRATO prevalecerão sobre os termos do(s) ANEXO(S).

2.3.2. Persistindo a divergência de interpretação, prevalecerá a interpretação mais benéfica para CPFL, tendo em vista que a CONTRATADA é empresa especializada, examinou toda a documentação pertinente, obteve quaisquer outras informações necessárias e suficientes à formação válida e eficaz do CONTRATO.

2.3.3. As PARTES, desde já, acordam que as quantidades estipuladas no CONTRATO são meramente estimativas, bem como não refletem o dever da CPFL em adquiri-las, total ou parcialmente, durante ou após a vigência do CONTRATO, sendo certo e ajustado que o fornecimento dos serviços e/ou materiais será realizado conforme solicitação expressa da CPFL, na quantidade e periodicidade de sua necessidade e conveniência.

III - DAS DECLARAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA declara que obteve, por si ou por terceiros, todas as informações necessárias para o cumprimento de suas obrigações contratuais, não tendo direito a ser indenizada pela CPFL, em razão de qualquer informação incorreta ou insuficiente, obtida por qualquer meio, reconhecendo que era de sua incumbência a realização de seus próprios levantamentos, para verificar a adequação e a precisão das informações fornecidas.

3.2. A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento, conforme o caso, (i) da natureza e das condições prevalecentes no local da prestação dos serviços;(ii) das dificuldades que possam afetar a execução do



DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

objeto do CONTRATO e (iii) das informações contidas nos documentos do CONTRATO, enfim, de todos os demais fatores e condições que possam influir na qualidade, no escopo, no custo e no prazo de execução dos serviços objeto do CONTRATO.

IV – DA VIGÊNCIA:

4.1. O CONTRATO vigorará por um período de 13 (treze) meses, contados a partir da data de assinatura, para todos os fins e efeitos de direito.

4.1.1. Sendo que o prazo para conclusão dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

4.1.2. O CONTRATO poderá ser prorrogado, mediante TERMO ADITIVO por escrito, a ser celebrado entre as PARTES.

4.1.3. As PARTES contratantes tornam-se obrigadas ao cumprimento do CONTRATO a partir do início de sua vigência até a conclusão dos objetos das AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS emitidas, até o último dia de vigência do CONTRATO.

4.2. Remanesce a responsabilidade da CONTRATADA até o término do prazo de garantia dos serviços prestados, bem como de acordo com os termos e condições do CONTRATO e seu(s) ANEXO(S).

V – DO PREÇO E PAGAMENTO:

5.1. O CONTRATO está limitado ao VALOR GLOBAL de R$ 502.489,00 (quinhentos e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais), incluídos, entre outros itens, todos os tributos, encargos e contribuições incidentes sobre o objeto do CONTRATO, bem como todos os custos diretos e indiretos e todas as despesas da CONTRATADA, necessárias ao integral cumprimento de suas obrigações, constituindo a única e total contraprestação pela execução do objeto do CONTRATO.

5.1.1. A CPFL pagará à CONTRATADA, os valores por etapa conforme definido abaixo:

Descrição	Percentual de faturamento frente ao valor contratual $	Valor da parcela R$
· Assinatura do contrato		
· Mobilização para início das atividades	15	R$ 75.373,35
· Etapa I - Apresentação do Plano de Trabalho	5	R$ 25.124,45
· Etapa II - Avaliação do Planejamento Anterior e Organização do Planejamento	5	R$ 25.124,45
· Etapa III - Coleta e Análise das informações básicas disponíveis e atualização Bibliográfica e Cartográfica	5	R$ 25.124,45
· Etapa IV - Reconhecimento de Campo	5	R$ 25.124,45
· Etapa V - Levantamento das Localidades	10	R$ 50.248,90
· Etapa VI - Realização de estudos técnicos específicos e atualização de dados de campo para embasar o Plano de Manejo	10	R$ 50.248,90
· Etapa VII - Oficinas de pré-zoneamento	5	R$ 25.124,45
· Etapa VIII - Oficina de Planejamento	5	R$ 25.124,45
· Etapa IX - Planejamento da Unidade de Conservação	5	R$ 25.124,45
· Etapa X - Entrega e Avaliação do Plano de Manejo preliminar	5	R$ 25.124,45
· Etapa XI - Apresentação do Plano de Manejo às comunidades envolvidas	5	R$ 25.124,45
· Conclusão total da entrega, validada pela PM	20	R$ 100.497,80
TOTAL	**100**	**R$ 502.489,00**

5.2. As PARTES acordam que, eventual protesto a ser feito pela CONTRATADA em nome da CPFL, por motivo de falta de pagamento, será condicionado ao envio de notificação prévia à CPFL, informando sobre referida inadimplência e concedendo prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

pendência. Referida notificação deverá ser endereçada ao colaborador da CPFL, responsável pela gestão do CONTRATO, conforme informado à CONTRATADA, para que tenha ciência do fato e possa efetuar o regular pagamento ou justificar porque não o fez.

5.3. Fica vedado à CONTRATADA: a) utilizar o presente CONTRATO como garantia de quaisquer dívidas ou obrigações assumidas perante terceiros; b) emitir duplicatas para apresentação de quaisquer valores que venham a ser devidos em decorrência deste CONTRATO; e c) descontar ou transacionar em bancos, instituições financeiras, empresas de *factoring* ou mesmo particulares, quaisquer faturas de sua emissão, também oriundas do CONTRATO.

VI – DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

6.1. Os documentos de cobranças serão fechados conforme orientação da CPFL, quinzenalmente ou mensalmente, devendo a CPFL aprovar o documento encaminhado pela CONTRATADA para a liberação da emissão da nota fiscal, que deverá ocorrer somente no período entre o 1° (primeiro) dia até o 16° (decimo sexto) de cada mês, em nome da CPFL, e deverá conter o número do contrato e pedido a que se referem, sob pena de, em caso de não cumprimento, serem prorrogados os pagamentos pelos dias correspondentes a sua correção.

6.1.1. O descumprimento do item supracitado acarretará na devolução das notas fiscais e faturas.

6.1.2. Ocorrendo a emissão de Notas Fiscais com incorreções, em relação aos cálculos ou em discordância com os termos previsto na legislação vigente, estas deverão ser imediatamente devolvidas pelo órgão administrador do CONTRATO na CPFL, para que sejam adotadas todas as medidas corretivas pela CONTRATADA. Apenas com a chegada dos novos documentos corrigidos, com novo protocolo destes, é que serão considerados os prazos de vencimento, de acordo com as condições de pagamento contratadas.

6.2. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias corridos, observada a exceção prevista na cláusula 6.2.3.1 em conformidade com os itens abaixo enumerados.

6.2.1. O vencimento será contado a partir do dia seguinte à emissão da nota fiscal, desde que o prazo de recebimento da mesma, na CPFL, não ultrapasse a 5 (cinco) dias corridos da data de sua emissão.

6.2.2. A nota fiscal entregue na CPFL com prazo superior a 5 (cinco) dias da data de sua emissão terá seu vencimento prorrogado e contado a partir do dia seguinte ao da entrega da nota fiscal na CPFL.

6.3. No valor do CONTRATO estão considerados todos os custos ligados à execução dos SERVIÇOS de responsabilidade da CONTRATADA, tais como mão de obra acrescida de todos os encargos sociais, previdenciários, securitários e trabalhistas, administração local, central e lucros, alimentação, estadia e locomoção do pessoal, materiais, equipamentos, instrumentos e ferramental necessários à execução dos SERVIÇOS, inclusive seu transporte, tributos, encargos e contribuições incidentes ou que venham a incidir (ISS e outros) sobre os SERVIÇOS fornecidos pela CONTRATADA, decorrentes da execução do



DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

CONTRATO, bem como os custos referentes a trabalhos extraordinários noturnos, dominicais e em feriados, de modo a constituir a única e total contraprestação devida pela CPFL.

6.4. Caso sejam constatados, pela CPFL, erros, falhas e/ou divergências entre a nota fiscal ou fatura apresentada pela CONTRATADA e o Pedido de Compra emitido, ou discordância com os termos previstos na legislação vigente, a CPFL se reserva o direito de solicitar o seu respectivo cancelamento, sendo que o prazo para pagamento somente terá início a partir da data de reapresentação, pela CONTRATADA, da fatura ou nota fiscal devidamente retificadas, sem qualquer acréscimo nos valores devidos.

6.5. Para consulta da situação das notas fiscais, programação de pagamentos ou pedidos de antecipações mediante condições pré-estabelecidas, o acesso deverá ser realizado através da opção "Financeiro" no endereço eletrônico http://portalcorp.cpfl.com.br/irj/portal/ por meio de login de senha e autenticação.

6.6. Os pagamentos somente serão realizados mediante depósitos em conta corrente indicada pela CONTRATADA, devendo ser fornecido à CPFL, informações necessárias para tanto.

VII – DO REAJUSTE

7.1. Os valores negociados entres as PARTES neste CONTRATO não serão reajustados.

VIII – DOS TRIBUTOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES

8.1. A CONTRATADA declara expressamente ter previsto e considerado tanto em sua proposta técnica e comercial quanto na elaboração do VALOR GLOBAL do CONTRATO, todos os encargos e tributos incidentes sobre o objeto do CONTRATO, não cabendo (i) solicitação para revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados, pelos respectivos poderes tributantes ou autoridades competentes; e (ii) qualquer reinvindicação fundada em erro ou insuficiência desta avaliação.

8.2. Caso, após a assinatura do CONTRATO, haja instituição de novos tributos, a alteração ou extinção de tributos existentes, a alteração de alíquotas, a compensação ou redução dos tributos que, comprovada e substancialmente impactem no VALOR GLOBAL do CONTRATO ou em seu equilíbrio econômico financeiro, as PARTES poderão realizar a revisão nos preços e condições originalmente pactuadas, através da celebração de TERMO ADITIVO, a fim de adequá-los às modificações havidas, como forma de reestabelecimento do equilíbrio contratual.

8.3. Todos os tributos, incidentes ou que venham a incidir sobre o CONTRATO, deverão ser recolhidos pelo seu contribuinte ou respectivo responsável tributário, conforme disposto na legislação aplicável, comprometendo-se ainda a PARTE responsável pelo pagamento do tributo a manter a outra PARTE livre e isenta de quaisquer responsabilidades, demandas e ações de qualquer natureza em relação a qualquer tributo.



DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

8.4. Cada PARTE, individualmente, será exclusivamente responsável por todos os tributos, encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados, subcontratados e/ou representantes.

8.5. A CPFL poderá solicitar e a CONTRATADA se compromete a apresentar, de imediato, os comprovantes dos recolhimentos das obrigações tributárias originadas em razão do CONTRATO.

8.6. Os tributos, quando devidos na fonte, serão retidos na forma da lei, fazendo-se o pagamento à CONTRATADA do valor líquido remanescente.

8.7. Caso a CONTRATADA seja isenta de algum tributo ou encargo, deverá mencionar o fato em seu documento de cobrança, comprovando referida condição para que a CPFL não efetue eventual retenção.

8.8. A CPFL não será responsável pelo reembolso de quaisquer penalidades e/ou juros, bem como de outras despesas resultantes da não observância de obrigações tributárias e/ou previdenciárias, que forem devidas pela CONTRATADA.

IX – DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO:

9.1. A prestação de serviços objeto do CONTRATO deverá ser realizada de acordo com as condições previstas neste CONTRATO e seu(s) respectivo(s) ANEXO(s).

9.2. À CPFL é assegurado o direito de solicitar à CONTRATADA a prestação de serviços adicionais, não previstos originalmente no CONTRATO, desde que de igual natureza, mediante a celebração de TERMO ADITIVO entre as PARTES.

9.3. O objeto do CONTRATO deverá se conformar à legislação aplicável, às normas expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo Operador Nacional o Sistema, bem como às normas estabelecidas pela CPFL e demais concessionárias de energia elétrica, além de atender às especificações técnicas e requisitos de qualidade, utilidade, resistência, estabilidade e segurança recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e/ou pelas demais normas técnicas brasileiras e/ou estrangeiras aplicáveis.

9.4. A CPFL não será, em nenhuma hipótese, ou sob qualquer pretexto, responsável por eventuais danos, extravios, furtos ou roubos aos equipamentos, peças, componentes, materiais, ferramentas da CONTRATADA ou que estejam sob sua guarda, estejam eles nas instalações da CONTRATADA, nas instalações de terceiros a ela relacionados, ou no local da prestação dos serviços, independentemente de quem seja o seu proprietário.

9.5. Na eventualidade de ocorrência ou constatação de defeitos na prestação dos serviços objeto do CONTRATO, a CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias para que seus técnicos tomem as providências necessárias para sua regularização, dentro do prazo estipulado pela CPFL, mediante envio de simples notificação neste sentido.

9.5.1. Caso o prazo concedido não seja respeitado, ou ainda, caso a CONTRATADA não corrija tais defeitos dentro de um período razoável e compatível com a dimensão dos problemas verificados, a CPFL, a seu critério, poderá contratar outra empresa especializada, para executar as atividades necessárias de reparo, correção e substituição de bens e componentes, sem perder eventual Garantia



DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

do objeto contratado, obrigando-se a CONTRATADA, a ressarcir integralmente as despesas incorridas pela CPFL, podendo esta, se for o caso, descontar de qualquer crédito da CONTRATADA o valor total ou parcial do referido ressarcimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e demais obrigações da CONTRATADA.

X – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Competirá à CONTRATADA fiscalizar e inspecionar os trabalhos e atividades, objeto do CONTRATO, em todas as fases de sua execução, a serem realizados por seus empregados, representantes, fornecedores, subcontratados, e/ou pessoas relacionadas, de forma a assegurar e garantir que o CONTRATO seja integralmente executado, atendendo e respeitando as especificações e requisitos previstos no CONTRATO e ANEXO(S).

10.2. A CPFL poderá, a qualquer momento, exercer fiscalização sobre a execução do objeto do CONTRATO, mediante notificação prévia nas formas previstas no CONTRATO, e terá poderes para: (i) Sustar a execução dos serviços ; (ii) Recusar qualquer serviço prestado que não esteja de acordo com o(s) ANEXO(S) do CONTRATO, bem como as normas técnicas específicas ou que atentem contra a segurança de bens da CPFL e/ou de terceiros; (iii) Solicitar à CONTRATADA, a execução de medidas para correção imediata das condutas que não atenderem às condições de serviço e de normas de segurança do trabalho; (iv) Verificar as condições de higiene e segurança do trabalho oferecidas pela CONTRATADA, de modo a determinar sua imediata correção ou substituição, caso não esteja de acordo com o requisitado pela CPFL ou pela legislação aplicável.

10.2.1. O direito de fiscalização assegurado à CPFL não limitará, isentará ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA decorrente do CONTRATO, que permanecerá íntegra em todos os seus termos e condições.

XI – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

11.1. São obrigações da CPFL:

1) Efetuar regularmente o pagamento à CONTRATADA, referente à execução do objeto do CONTRATO, além do cumprimento das obrigações previstas na legislação aplicável.

2) Proporcionar apoio e fornecer informações requeridas para a realização do objeto do CONTRATO.

11.1.1. Qualquer colaboração da CPFL não exclui ou diminui, em nenhuma hipótese, as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das previstas na legislação aplicável, seu(s) ANEXO(S), e/ou que venham a ser atribuídas à CONTRATADA, nos termos do CONTRATO:

1. Executar o objeto do CONTRATO: *(a)* dentro dos padrões e procedimentos nele estabelecidos; *(b)* de acordo com as práticas mercadológicas; e, principalmente, *(c)* de acordo com as normas de técnicas e de segurança da CPFL fornecidas à CONTRATADA.

2. Obedecer e respeitar rigorosamente todas as normas e prescrições técnicas recomendadas e/ou aprovadas pela ABNT.



DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

3. Cumprir rigorosamente os prazos de execução previstos no CONTRATO e/ou seu(s) ANEXO(S).

4. Observar as demais obrigações de cunho específico à execução do objeto do CONTRATO, que estão devidamente consignadas no(s) ANEXO(S) do CONTRATO.

5. Executar o objeto do CONTRATO de modo a utilizar-se de mão de obra qualificada, especializada, capacitada, habilitada e treinada, assim como equipamentos/materiais e ferramentas adequados ao fim ao qual se destinam, em qualquer caso em quantidade suficiente para assegurar a execução do objeto ora contratado, supervisionando, fiscalizando, orientando e fazendo com que os seus executores sigam os procedimentos de forma apropriada e focada no objetivo almejado, de modo a se obter resultados correspondentes à expectativa pactuada, sendo responsável pela sua conclusão de acordo com os termos aqui previstos.

6. Responsabilizar-se pela pontualidade e conduta de seu pessoal no cumprimento do CONTRATO.

7. Fornecer, sob às suas expensas, aos seus respectivos funcionários os uniformes, materiais e Equipamentos de Proteção Individual (“EPI”), necessários à execução do objeto do CONTRATO, conforme exigidos pela legislação vigente, bem como fiscalizar seu uso adequado uso pelos seus empregados, prepostos e subcontratados.

8. Em caso de acidentes, a CONTRATADA deverá, às suas expensas, providenciar a remoção imediata dos empregados acidentados para unidades de saúde, capacitadas a prestar atendimento com a eficiência necessária, em cada caso específico.

9. Contratar seguro de vida para todos os seus empregados, prepostos ou subordinados, isentando expressamente a CPFL de qualquer responsabilidade oriunda da inobservância desta obrigação.

10. Contratar todos os seguros a que estiver obrigada pela legislação brasileira, mantendo-os vigentes durante todo o período contratual, em decorrência da execução do objeto do CONTRATO.

11. Acatar com zelo todas as orientações e recomendações feitas pela CPFL, através de seu(s) GESTOR(ES), bem como todas as regras de permanência nas instalações da CPFL, sejam elas referentes à segurança ou aspectos do serviço a ser executado, naquilo que competir à CPFL, sem que isso implique, em nenhuma hipótese, na isenção ou diminuição de responsabilidade da CONTRATADA ou vínculo de emprego com a CPFL, tanto no que se refere à segurança do pessoal ou representante que executará os serviços quanto à qualidade dos serviços prestados.

12. Obedecer às determinações legais ou emanadas dos órgãos públicos, que impactem direta ou indiretamente o objeto do CONTRATO, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias.

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

13. Facilitar eventual ação fiscalizadora da CPFL.

14. Providenciar e manter vigentes, junto aos órgãos responsáveis, todas as autorizações e licenças necessárias à realização do objeto do CONTRATO.

15. Cumprir todas as obrigações que recaiam sobre a execução do objeto do CONTRATO e decorram, expressa ou tacitamente de leis, decretos, exigências ou regulamentos federais, estaduais ou municipais.

16. Responder pela guarda e conservação de quaisquer bens, informações e documentos da CPFL eventualmente entregues ou acessados pela CONTRATADA, seus funcionários, subcontratados e/ou representantes a qualquer título.

17. Armazenar os equipamentos/materiais, acessórios e ferramentas necessárias para execução do objeto do CONTRATO, em local adequado e protegido, sob sua exclusiva responsabilidade.

18. Prestar à CPFL todos e quaisquer esclarecimentos e informações necessárias ao acompanhamento da execução, operação e manutenção do objeto do CONTRATO.

19. Revisar ou corrigir pronta e imediatamente, sem qualquer ônus à CPFL, todas as falhas, deficiências e imperfeições que porventura se encontrem em discordância com a execução do objeto do CONTRATO, bem como os decorrentes da inobservância ou infração de cláusulas do CONTRATO ou de leis, regulamentos, instruções ou posturas em vigor ou que vierem a vigorar.

20. Não divulgar nem fornecer a terceiros quaisquer dados e/ou informações referentes aos serviços realizados, a menos que autorizado por escrito pela CPFL.

21. Manter atualizados os relatórios relacionados à execução do objeto do CONTRATO, a documentação de segurança e a documentação referente às questões trabalhistas.

22. Manter a CPFL informada de qualquer dificuldade e/ou irregularidade que possa prejudicar a execução do objeto do CONTRATO.

23. Cientificar em até 24 (vinte e quatro) horas, ao Gestor da CPFL, e à Gerência de Qualificação de Materiais e Fornecedores, através do e-mail qualidade@cpfl.com.br, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto do CONTRATO.

24. Encaminhar à CPFL, sempre que solicitado, toda a documentação necessária, relativa à execução contratual, a fim de subsidiar a CPFL em ação judicial ou processo administrativo, cuja CONTRATADA por sua ação ou omissão, tenha contribuído para sua causa.

XII – DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

12.1. A CONTRATADA declara, expressamente, por ocasião da assinatura do CONTRATO, ser empresa autônoma e comercialmente independente da CPFL e que todas as pessoas utilizadas na execução do

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

objeto do CONTRATO são seus empregados, representantes ou subcontratados.. Deste modo, será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o pagamento dos salários, encargos trabalhistas, previdenciários e relacionados à prevenção de acidentes do trabalho de seus funcionários, subcontratados e representantes.

12.2. Em nenhuma hipótese, o CONTRATO caracterizará qualquer vínculo empregatício entre os empregados, representantes ou subcontratados de cada uma das PARTES.

12.3. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável por quaisquer reclamações e/ou ações promovidas por seus empregados, representantes ou subcontratados, devendo manter a CPFL isenta de toda e qualquer responsabilidade relativa e/ou decorrente de tais reclamações e/ou ações. Nada obstante, havendo qualquer reclamação de natureza trabalhista em desfavor da CPFL, a qualquer tempo, envolvendo empregado, ex-empregado, subcontratado e/ou representante da CONTRATADA, a CONTRATADA, desde já, concorda e se compromete a comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua condição de única e exclusiva empregadora/responsável, bem como a fornecer à CPFL toda e qualquer informação e documentação por esta solicitada, para garantir a adequada e ampla defesa da CPFL em juízo.

12.4. Sem prejuízo do acima estabelecido, na hipótese de a CPFL, por qualquer razão, vir a ser responsabilizada por quaisquer obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias ou securitárias decorrentes e/ou relativas a qualquer relação entre a CONTRATADA e os seus empregados, subcontratados e/ou representantes, a CONTRATADA deverá ressarcir integralmente a CPFL, por todas e quaisquer despesas, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais, decorrentes de tais reclamações e/ou ações.

> **12.4.1.** A CPFL não será prejudicada por eventual ação judicial de responsabilidade da CONTRATADA, podendo reter e utilizar os créditos decorrentes do CONTRATO, para pagamentos de condenação, custas, honorários periciais e advocatícios, inclusive acordos realizados pela própria CPFL.

XIII – DA SUBCONTRATAÇÃO:

13.1. As PARTES acordam que a execução do objeto do CONTRATO só poderá ser subcontratada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, se prévia e expressamente autorizado pela CPFL.

> **13.1.1.** O faturamento ou cobrança referente a execução do objeto do CONTRATO não poderá ser realizado pela subcontratada, exceto se expressamente autorizado pela CPFL.

13.2. A CONTRATADA deverá replicar no contrato firmado com a subcontratada, no mínimo, as mesmas condições técnicas e penalidades previstas neste CONTRATO.

13.3. Independentemente da autorização da CPFL para subcontratação, a CONTRATADA permanece responsável pelo fiel e integral cumprimento de todas as obrigações previstas no CONTRATO, sendo diretamente responsabilizada por qualquer descumprimento e/ou desconformidade em sua execução, ainda que ocasionada pela subcontratada, bem como exclusivamente responsável por eventuais reclamações judicias ou extrajudiciais feitas pelos subcontratados e subfornecedores em desfavor à CPFL, devendo a CONTRATADA indenizar integralmente, incluindo custas e despesas processuais bem com honorários advocatícios dispendidos pela CPFL.

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

XIV – DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO:

14.1. Na prestação de serviços objeto do CONTRATO, a CONTRATADA deverá observar rigorosamente todas as exigências legais federais, estaduais e municipais relativas à segurança, higiene e medicina do trabalho, particularmente aquelas pertinentes à Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e todas as Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria n.º 3.214 de 8 de junho de 1978.

14.1.1. Além desta observância, igualmente deverá obedecer a todas as normas, instruções, especificações e outras solicitações pertinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho indicadas pela CPFL, em complementação ou detalhamento, visando à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais ou do trabalho, particularmente as que fazem parte do documento nº 2849 (Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED) "Diretrizes de Segurança do Trabalho para Empresas Prestadoras de Serviços" disponível no sítio eletrônico do Grupo CPFL, na área de acesso aos fornecedores cujos termos fazem parte integrante do CONTRATO, como se aqui estivessem transcritos, com exceção daquilo que manifestamente tiver sentido contrário ou divergente às condições aqui consignadas.

XV – DO MEIO AMBIENTE:

15.1. A CONTRATADA declara conhecer e ser responsável pelo atendimento de toda a legislação ambiental aplicável às suas atividades, em especial às atividades relativas ao objeto do CONTRATO, devendo desenvolvê-las de acordo com as normas municipais, estaduais e federais vigentes e observá-las e cumpri-las com base nos termos previstos na norma interna da CPFL Nº 5656 - "DIRETRIZES AMBIENTAIS PARA EMPRESAS CONTRATADAS", disponível no site eletrônico da CPFL, na área de acesso aos fornecedores, (disponível no link: https://www.cpfl.com.br/institucional/fornecedores/Documents/Diretrizes%20Ambientais%20para%20Empresas%20Contratadas.pdf).

15.2. A CONTRATADA manterá válidas as licenças e autorizações ambientais aplicáveis à sua atividade, comprometendo-se a apresentar cópia de toda documentação necessária à CPFL sempre que solicitado.

15.3. A CONTRATADA reconhece ser a única responsável civil, administrativa e criminalmente, por qualquer conduta, omissiva ou comissiva, inclusive por parte de seus empregados, subcontratados ou prepostos, respondendo por eventuais danos causados ao meio ambiente, à CPFL ou a terceiros, obrigando-se a manter a CPFL e seus representantes legais a salvo de quaisquer ônus ou prejuízos daí decorrentes.

15.4. A CONTRATADA responderá financeiramente, por ações administrativas e judiciais propostas em face desta ou da CPFL, bem como por multas e/ou penalidades que forem aplicadas a ela ou à CPFL e seus representantes legais, sempre que o fato gerador das mesmas tiver relação com a atividade prestada no âmbito do CONTRATO.

XVI – DA CONFIDENCIALIDADE:

16.1. Cada uma das PARTES, por si, seus sócios, prepostos e empregados, se obriga a manter a mais absoluta confidencialidade de todas as informações da outra PARTE, a que venha a ter acesso em decorrência do presente CONTRATO.

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

16.2. Informações Confidenciais são todas as informações reveladas à PARTE Receptora, pela PARTE Divulgadora, seus sócios, prepostos e/ou empregados, seja por escrito ou verbalmente, que digam respeito aos planos estratégicos, informações de mercado, métodos comerciais e administrativos, know-how, segredos comerciais, manuais de instruções, declarações e relatórios financeiros, planos estratégicos para produtos e negócios, controles e procedimentos operacionais e financeiros, informações e identidade de clientes, listas de clientes, todas as demais informações desenvolvidas e utilizadas pela Divulgadora em suas atividades comerciais e operações, além de todas as informações a Parte Receptora venha a tomar conhecimento em relação do objeto do CONTRATO ("INFORMAÇÃO(OES) CONFIDENCIAL (IS)").

16.3. A PARTE Receptora: (i) não deverá usar qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL para fim diverso do previsto no CONTRATO, nem divulgá-la a qualquer terceiro, total ou parcialmente, exceto para as finalidades autorizadas por este CONTRATO; (ii) poderá divulgar as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS aos seus funcionários, diretores, consultores e empregados, que delas precisarem para as finalidades aqui contempladas, desde que tais integrantes sejam advertidos e estejam sujeitos às mesmas obrigações de confidencialidade estabelecidas no CONTRATO; e (iv) não copiará, reproduzirá ou transcreverá, permitirá ou facilitará a publicação ou distribuição, de qualquer parte das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, exceto se estritamente necessário para o propósito de cumprimento de suas obrigações do CONTRATO, desde que precedida da devida autorização da PARTE Divulgadora.

16.4. As obrigações de confidencialidade estabelecidas nesta Cláusula serão válidas durante a vigência do CONTRATO e pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados de sua extinção.

16.5. As restrições de divulgação e uso das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS não deverão ser aplicadas às informações que: (i) já estiveram legalmente em poder da PARTE Receptora, previamente a sua revelação pela PARTE Divulgadora; (ii) na época de sua divulgação para a PARTE Receptora, a informação já seja de conhecimento público, ou que, subsequentemente, torne-se de conhecimento público, através de meios que não sejam atos ou omissões da PARTE Receptora, como resultado de desobediência ao CONTRATO; (iii) sejam divulgadas à PARTE Receptora por um terceiro que não possua qualquer obrigação de confidencialidade ou sigilo junto à PARTE Divulgadora, relativamente a tais informações; (iv) forem divulgadas em virtude de obrigação contida em lei, determinação judicial ou de autoridade pública competente,; ou (v) tenham sua revelação autorizada por escrito pela PARTE Divulgadora.

16.6. As PARTES deverão arcar com multa no importe de 100% (cem por cento) do VALOR GLOBAL do CONTRATO, em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta Cláusula, sem prejuízo da PARTE prejudicada requerer ressarcimento pelas perdas e danos sofridos.

XVII – PROPRIEDADE INTELECTUAL

17.1. A utilização dos direitos de propriedade intelectual e direito da propriedade industrial, respectivamente licença dos softwares e desenho industrial e ou projetos, utilizados para a execução do objeto do presente contrato, se darão nas condições abaixo:

> **17.1.1.** Fica avençado que tanto o software, como desenho industrial/projeto, independentemente de terem sido registrados, pertencerão à Parte que originalmente a criou, observado para tanto a Lei de Direitos Autorais e a Lei da Propriedade Industrial.

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

17.2. No caso de haver a necessidade de uso dos direitos acima descritos para o regular cumprimento do objeto do presente contrato, por quaisquer das PARTES, a Parte titular dos direitos autorizará de forma expressa e através de instrumento próprio, à outra Parte o uso do mesmo, de forma não onerosa, não exclusiva, intransferível, e pelo tempo limitado ao período de vigência do presente contrato.

17.3. A Parte não titular dos direitos imateriais acima citados, na circunstância prevista no item "1.2", não poderá em hipótese alguma, ceder ou licenciar os mesmos para terceiros estranhos ao presente contrato, ficando também proibido, a modificação da obra originária e ou do objeto do desenho industrial /projeto por si ou através de terceiros.

17.4. Na hipótese de qualquer obra intelectual, desenho industrial, projeto, que venha a ser criado, desenvolvido, pela CONTRATADA durante e em função da execução do objeto do presente contrato, as PARTES convencionam que os direitos relativos a tais obras e objetos, pertencerão única e exclusivamente à CPFL.

17.5. Fica estabelecido, para efeitos do presente contrato, que, a CPFL e a CONTRATADA somente outorgam licenças a direitos identificados no item 1 da presente cláusula, com exclusão de quaisquer outros direitos, tais como licenças sobre patentes.

17.6. Fica estabelecido entre as PARTES, para efeitos das licenças de direitos da propriedade imaterial prevista na presente cláusula, que será reproduzida no original e ou em cópias, toda e qualquer informação sobre a quem pertence a titularidade da obra e ou objeto licenciado.

17.7. Fica estabelecido, que os valores ora convencionados para a execução do presente contrato, a serem pagos pela CPFL à CONTRATADA, já abrangem toda e qualquer remuneração devida a título de royalties, pelo uso de objeto de desenho industrial e ou projeto, softwares, e outros eventuais direitos relativos a toda e qualquer tecnologia envolvida e indispensável à execução do presente contrato.

XVIII – RESPONSABILIDADE SOCIAL:

18.1. A CONTRATADA se compromete a obedecer rigorosamente, na execução do CONTRATO ou de qualquer outro de sua responsabilidade, os requisitos sociais da Norma SA 8000 - Responsabilidade Social, nos seguintes requisitos: trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e direito à negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horários de trabalho e remuneração.

XIX – DA ANTICORRUPÇÃO

19.1. Cada uma das Partes, recíproca e mutuamente, declara estar ciente e conhecer todas as normas relativas à corrupção, integridade e assuntos correlacionados, previstas na legislação brasileira, comprometendo-se a cumpri-las integralmente, por si, por seus acionistas/sócios, administradores, colaboradores e representantes, bem como exigir o seu cumprimento por eventuais terceiros fornecedores por elas contratados.

19.2. - As Partes, neste ato, declaram que:



DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

a) não fazem parte ou estão envolvidas em qualquer tipo de investigação, ação judicial, procedimento administrativo ou decisão condenatória em questões de corrupção;

b) possuem regras internas de conduta e um código de ética próprio, cujas disposições se obrigam a cumprir fielmente;

c) não cometeram e não cometerão nenhum ato que viole esta cláusula;

d) seus respectivos empregados, distribuidores, subcontratados, prepostos ou afins não cometeram e não cometerão qualquer ato que viole esta cláusula; e

e) irão informar a outra Parte, de imediato, caso haja qualquer violação, investigação ou denúncia relacionada à Cláusula de Anticorrupção ou as leis relativas à corrupção, integridade e assuntos correlacionados.

19.3. - As Partes, obrigam-se a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

a) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza à agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

b) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus acionistas/sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;

c) informar a outra Parte, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da ciência da investigação por órgãos públicos, em relação à eventuais casos de prática de atos de corrupção; e

d) na hipótese de existir condição formal de confidencialidade ou sigilo, a CONTRATADA se obriga a informar a CPFL, tão logo a referida condição não estiver mais vigente.

19.4. - As Partes expressamente confirmar e asseguram que estão cientes de que:

a) a CPFL rejeita toda e qualquer prática de corrupção, notadamente as de pagamento, promessa de pagamento em dinheiro ou dar qualquer coisa de valor a um governo oficial, seja brasileiro ou estrangeiro para obter ou manter negócios ou para obter qualquer vantagem inadequada;

b) os funcionários e colaboradores da CPFL devem exercer suas atividades com diligência, a fim de garantir os controles internos que visam a manutenção dos registros financeiros e contábeis.

19.5. - A infração de quaisquer obrigações ou condições previstas nesta cláusula ensejará na extinção deste instrumento pela modalidade de resolução contratual, com efeito imediato, e na aplicação de multa de 100% (cem por cento) do valor global do Contrato pela Parte Infratora, sem prejuízo da

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

cobrança de eventuais perdas e danos causados à Parte Inocente, decorrentes de quaisquer atos ou omissões.

XX – DO eSOCIAL

20.1. A CONTRATADA se compromete a realizar, mensalmente, os lançamentos de todas as informações obrigatórias, de cada um de seus empregados, no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas ("eSocial"), instituído pelo Governo Federal, por meio do Ato Declaratório Executivo n.º 5, em 17 de Julho de 2013.

20.2. A CONTRATADA, deverá comprovar à CPFL o lançamento de todas as informações obrigatórias no eSocial, em prazo improrrogável de 10 (dez) dias corridos, contados da solicitação formal.

XXI - DO CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

21.1. Caso quaisquer das PARTES seja comprovadamente impedida de cumprir com qualquer obrigação prevista no CONTRATO, por motivo de caso fortuito ou força maior, deverá comunicar por escrito à outra PARTE, em até 02 (dois) dias úteis, contados da ciência do fato impeditivo nesta hipótese, a PARTE afetada receberá extensão de seus prazos de cumprimento.

21.2. A PARTE afetada pelo evento de caso fortuito ou força maior empreenderá seus melhores esforços para superar os impedimentos provocados por tal evento. Caso o cumprimento do CONTRATO seja comprovadamente impossibilitado, impedido ou atrasado por um período de mais de 180 (cento e oitenta) dias, quaisquer das PARTES poderão denunciar o CONTRATO, notificando a outra Parte com antecedência mínima de 90 (dias) dias corridos.

21.3. Desde que devidamente notificado à parte contrária, **n**enhum atraso e/ou descumprimento de obrigação por motivo de caso fortuito ou força maior constituirá inadimplemento de obrigação e, portanto, não poderá justificar quaisquer perdas e danos, indenização, multa e/ou outra forma de compensação de uma PARTE à outra.

21.4. Cessado o evento de caso fortuito ou força maior, a PARTE afetada deverá comunicarà outra PARTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da cessação do evento, mediante notificação por escrito, e retomar imediatamente o cumprimento das suas obrigações nos termos do CONTRATO. Caso o evento tenha comprovadamente impactado nos prazos originalmente pactuados, as PARTES negociarão novos prazos para a conclusão do objeto do CONTRATO, sem que haja alteração no VALOR GLOBAL do CONTRATO.

21.5. Para fins do CONTRATO, em nenhuma circunstância, a ocorrência de quaisquer dos itens abaixo listados configurará um evento de caso fortuito ou força maior:

i. Greve e/ou interrupções trabalhistas ou medidas de efeito semelhante de outras empresas ou categorias de profissionais que tenham efeito indireto na continuidade dos negócios de cada uma das PARTES.

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ii. Quaisquer atos de hostilidade, operações bélicas, guerra, guerra civil, guerra química e/ou bacteriológica, atos de terrorismo, pirataria, tumulto, arruaça, "lock-out", conspiração, subversão, rebelião, insurreição, manifestações políticas, convulsões sociais, guerrilha, revolução, e, em geral, toda e qualquer consequência desses eventos, inclusive vandalismo, saques e pilhagens, com impacto indireto nas PARTES.

iii. Quaisquer desastres naturais como alagamentos, inundações, secas, tempestades, raios, vendavais, furacões, ciclones, terremotos, maremotos, erupções vulcânicas e manifestações similares da natureza com impacto indireto nas PARTES.

iv. Quaisquer epidemias ou pandemias declaradas por órgão competente com impacto indireto nas PARTES.

v. Problemas e/ou dificuldades de ordem econômico-financeira de quaisquer das PARTES.

vi. Qualquer ação, de qualquer autoridade competente, que quaisquer das PARTES pudesse ter evitado, caso tivesse cumprido com a legislação vigente.

vii. Insolvência, liquidação, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial de quaisquer das PARTES.

viii. Alterações macroeconômicas, notadamente, flutuação oscilação cambial e/ou inflacionária.

ix. Alterações no valor dos componentes de formação do preço, superiores ao projetado e/ou estimado pela CONTRATADA.

XXII – DAS MULTAS

22.1. Em caso de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no CONTRATO e seu(s) ANEXO(S) pela CONTRADA, salvo quando houver disposição contratual em contrário, a CPFL encaminhará notificação concedendo-lhe prazo para regularização do inadimplemento, sendo que a partir do primeiro dia subsequente ao término deste prazo, a CONTRATADA estará sujeita à multa moratória diária no importe de 2% (dois por cento), com base no VALOR GLOBAL do CONTRATO, que será contabilizada até a data da comprovada regularização do inadimplemento e/ou quando atingir o montante correspondente ao limite de 10% (dez por cento) do VALOR GLOBAL do CONTRATO, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo de ressarcir à CPFL por todas as perdas e danos eventualmente sofridas.

22.1.1. Em caso de reincidência de descumprimento de quaisquer das obrigações previstas no CONTRATO e seu(s) ANEXO(S) pela CONTRATADA, a multa moratória diária prevista na Cláusula acima, será devida imediatamente após a constatação pela CPFL do descumprimento, independentemente de envio de notificação e/ou concessão de prazo para regularização.

22.1.2. Sem prejuízo da aplicação da multa moratória prevista no *caput* desta Cláusula, a CPFL poderá, a seu exclusivo critério, resolver o CONTRATO a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo concedido para regularização do inadimplemento.

22.2. Excetuando os casos em que o CONTRATO preveja multa específica, CONTRATADA estará sujeita ao pagamento de multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do VALOR GLOBAL do CONTRATO, em cada ocasião de descumprimento pontual e de obrigação acessória, que não seja passível de concessão de prazo, pela CPFL, para regularização pela CONTRATADA.

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

22.3. As multas previstas no CONTRATO não possuem caráter compensatório, são independentes e cumulativas, não eximem a Parte Infratora da plena execução das suas obrigações, bem como não poderão exceder o VALOR GLOBAL do CONTRATO, em conformidade com o disposto no artigo 412, do Código Civil.

22.4. Os valores das multas aplicadas à CONTRATADA serão compensados no pagamento subsequente a ser feito pela CPFL, ou de valores eventualmente devidos pela CPFL à CONTRATADA, nos termos do CONTRATO ou, em caso de insuficiência dos pagamentos seguintes, poderá a CPFL, a seu critério, cobrá-los mediante simples notificação, procedimentos judiciais ou extrajudiciais cabíveis.

XXIII – DA EXTINÇÃO

23.1. O CONTRATO poderá ser extinto, nas seguintes hipóteses:

I. Consenso das Partes, mediante assinatura do competente distrato.
II. Conclusão efetiva e tempestiva do objeto do CONTRATO;
III. Requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial, de quaisquer das PARTES, mediante simples notificação neste sentido;
IV. Qualquer decisão de autoridade competente que torne o objeto do CONTRATO impossível, ou sua continuidade impraticável, mediante simples notificação neste sentido;
V. Em decorrência de caso fortuito ou força maior, que impeça a continuidade da execução do CONTRATO, por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, mediante simples notificação neste sentido, nos termos da Cláusula Caso Fortuito e Força Maior.
VI. Resolução, pela CPFL, nos termos do artigo 475, do Código Civil, em caso de descumprimento das obrigações previstas no CONTRATO e/ou quaisquer de seu(s) ANEXO(S), devendo a CPFL, se cabível, conceder prazo para regularização do inadimplemento, mediante envio de notificação formal neste sentido nos termos da Cláusula Comunicações, ou na impossibilidade de concessão de prazo para regularização do inadimplemento declarar o CONTRATO resolvido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.
VII. Resolução, pela CPFL, nos termos da Cláusula Anticorrupção do CONTRATO; e
VIII. Comprovação de fatos ou circunstâncias que desabonem a idoneidade de quaisquer das PARTES ou comprometam sua capacidade econômica, financeira ou técnica, e, ainda, sua respectiva solvência perante terceiros credores ou perante o mercado.

23.2. Na hipótese de extinção antecipada do CONTRATO, por razão imputável à CPFL ou de forma unilateral e imotivada pela CPFL, desde já, fica pré-fixada a indenização por perdas e danos equivalente a 30% (trinta por cento) do saldo remanescente do CONTRATO a ser paga à CONTRATADA, exceto nas hipóteses previstas nos itens II, III, IV e V acima.

23.2.1. A CONTRATADA declara para todos os fins de direito que no momento da contratação já dispunha da estrutura e do material necessário para a consecução de suas obrigações previstas no CONTRATO, declarando, ainda, que não foram realizados investimentos para a consecução do objeto contratual, com o que não fará jus à indenização prevista no artigo 473, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro em caso de ruptura contratual por motivo imputável à CPFL.

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

23.3. Na hipótese de extinção antecipada do CONTRATO, por razão imputável à CONTRATADA ou de forma unilateral e imotivada pela CONTRATADA, incidirá a multa por extinção antecipada do CONTRATO equivalente a 30% (trinta por cento) do saldo remanescente do CONTRATO, sem prejuízo ao direito da CPFL de requerer o ressarcimento pelas perdas e danos sofridos.

23.4. Resolvido o CONTRATO por causa imputada à CONTRATADA, não lhe será cabível qualquer indenização, inclusive com relação aos investimentos realizados e eventualmente não amortizados.

23.5. Caso a CPFL não exerça o direito de resolver o CONTRATO, nos termos desta Cláusula, poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução, sustando o pagamento das faturas pendentes até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição ou obrigação inadimplida.

23.5.1. A CPFL poderá intervir na execução do objeto do CONTRATO, da maneira que melhor satisfaça aos seus interesses, correndo por conta da CONTRATADA qualquer acréscimo no preço do objeto do CONTRATO, decorrente desta intervenção.

23.6. Extinto antecipadamente o CONTRATO, por quaisquer dos motivos acima elencados, fica acertado, desde já, que a CONTRATADA envidará seus melhores esforços para que a transição dos serviços e/ou fornecimento seja efetuada de forma a não prejudicar a continuidade das atividades da CPFL, sob pena de CONTRATADA responder pelos prejuízos que eventualmente venha a causar, decorrentes de seu ato ou omissão.

23.7. A extinção antecipada do CONTRATO não libera as PARTES das obrigações devidas até a data de sua ocorrência e não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente, ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após a extinção contratual ou que dela decorra.

XXIV - DAS INDENIZAÇÕES

24.1. Cada uma das PARTES deverá indenizar a contraparte e/ou terceiros por quaisquer perdas e danos causados por ela e/ou seus prepostos, nos termos do Código Civil, em razão da execução do CONTRATO.

24.2 Caso uma das PARTES venha a ser condenada judicialmente por decisão transitada em julgado, em decorrência de ações ou omissões praticadas pela outra parte, a PARTE infratora deverá realizar o pagamento do valor da condenação, nas condições e prazos estipulados em juízo.

XXV - DO ACERTO DE CONTAS

25.1. Com exceção das Cláusulas especificas previstas no CONTRATO, que estabelecem a possibilidade de retenção pela CPFL, sem necessidade de nova notificação, caso existam valores devidos pela CONTRATADA à CPFL, em razão e nos termos do CONTRATO, a CPFL poderá reter ou compensar, conforme o caso, seus créditos com valores pendentes de pagamento à CONTRATADA, desde que a CONTRATADA, após notificada pela CPFL, não regularize o pagamento ou pendência, no prazo concedido, da seguinte forma:

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

I. Em caso de retenção do valor do crédito, correspondente ao montante do inadimplemento da CONTRATADA, a CPFL restituirá o valor retido à CONTRATADA, mediante a comprovação do respectivo pagamento.

II. Em caso de compensação do valor do crédito, correspondente ao montante do inadimplemento da CONTRATADA, a CPFL efetuará o seu abatimento do saldo remanescente do VALOR GLOBAL do CONTRATO.

XXVI – DAS COMUNICAÇÕES

26.8. Todas as notificações, intimações ou comunicações inerentes ao CONTRATO, somente produzirão efeito vinculante se forem realizadas por escrito e enviadas, seja por carta registrada, via fac-símile ou, ainda, por correio eletrônico.

26.8.1. As PARTES expressamente acordam que a comunicação efetuada por correio eletrônico será considerada válida e aceitável como um documento escrito e assinado. Um código de identificação (UserID ou ID de usuário) contido em um documento eletrônico será considerado suficiente para verificar a identidade da remetente.

26.8.2. As comunicações serão consideradas entregues quando ocorrer o primeiro evento entre: (i) o dia do recebimento, se entregue pessoal ou eletronicamente; (ii) o dia em que a assinatura de aceitação, quando cabível, é obtida; (iii) a data de entrega evidenciada pelo retorno do protocolo de recebimento de correio ou correio eletrônico; ou (iv) 1 (um) dia útil após ser entregue a um courier expresso, com um sistema confiável de rastreamento de entrega.

26.8.3. Referidas comunicações deverão ser enviadas aos respectivos Gestores do CONTRATO ou representantes legais das PARTES, para o endereço originalmente aqui consignado ou para qualquer outro endereço que as PARTES venham a designar mediante notificação escrita, enviada à outra PARTE, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

26.8.4. O CONTRATO será gerido internamente pelas PARTES, sendo que qualquer solicitação, informação, ou notificação deverá ser endereçada para os seguintes contatos:

1) **CPFL**:
Avenida São Borja, nº 2801 - Fazenda São Borja, São Leopoldo/RS
CEP: 93.032-525
Guilherme Donato Pagliarini
E-mail: gdonato@cpfl.com.br

2) **CONTRATADA:**
Avenida Farrapos, nº 3270 - Sala 301, Bairro Navegantes, Porto Alegre/RS
CEP: 90220-002
Edison Antonio Silva
edison@geocenterconsultoria.com.br

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

XXVII – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

27.1. As PARTES não poderão alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, o desconhecimento, incompreensão, dúvida no todo ou em parte, das disposições do CONTRATO e seu(s) ANEXO(S). Não haverá qualquer revisão de preços ou prorrogação de prazo por erros que tenham sido cometidos na elaboração das propostas técnica e/ou comercial da CONTRATADA.

27.2. As cláusulas e condições do CONTRATO prevalecerão em relação a quaisquer outros acordos verbais ou escritos que contrariem seu teor e que tenham sido ajustados anteriormente à data de sua assinatura.

27.3. Fica vedado a quaisquer uma das PARTES ceder ou transferir o CONTRATO, sem o prévio e expresso consentimento da outra PARTE. Não obstante, as obrigações e direitos da CPFL poderão ser transferidos para empresas do seu mesmo grupo econômico, independentemente de prévia anuência da CONTRATADA.

27.4. A opção de uma das PARTES em não exercer qualquer direito que lhe seja garantido em razão do CONTRATO, não funcionará como renúncia ou alteração dos direitos desta PARTE em exercê-los futuramente, nem importará em novação ou alteração contratual.

27.5. Na hipótese de qualquer disposição do CONTRATO ser declarada nula ou ilegal, em conformidade com a legislação em vigor, a cláusula em questão não invalidará a eficácia e exequibilidade das demais disposições aqui contidas, nos termos do artigo 184 do Código Civil.

27.6. Nenhuma disposição do CONTRATO poderá ser interpretada como tendo as PARTES estabelecido qualquer forma de sociedade, *"joint venture"* e/ou associação, de fato ou de direito, remanescendo cada uma com suas obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias, de forma autônoma.

27.7. Quaisquer termos do CONTRATO que, por sua natureza, se estendam além de sua extinção, permanecerão em vigor até que sejam integralmente cumpridos, inclusive Informações Confidenciais, foro, indenização, encargos, créditos e pagamentos, sobrevivência e garantia, se houver.

27.8. As PARTES garantem que o CONTRATO não viola quaisquer obrigações assumidas perante terceiros.

27.9. Cada uma das PARTES declara, garante e concorda, reciprocamente, que a celebração, outorga e execução do CONTRATO foi devidamente autorizada pelos seus legítimos representantes legais, na forma dos seus respectivos documentos societários, sendo que o fornecimento de eventual informação inverídica, incompleta ou inidônea será considerado infração aos princípios da informação e boa-fé contratual, respondendo a PARTE que assim as prestou, civil e criminalmente, restando claro que o CONTRATO constitui obrigação legal, válida e vinculante entre as PARTES.

27.10. Nenhuma alteração, aditamento ou modificação do CONTRATO será válida, nem obrigará as PARTES, a menos que tal alteração, aditamento ou modificação seja realizada por TERMO ADITIVO

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

escrito, devidamente assinado pelas PARTES, e que especificamente se refira a este CONTRATO como seu aditamento, sua alteração ou modificação.

27.11. A CONTRATADA reconhece que todas as declarações exaradas no CONTRATO confirmam a sua boa-fé, cujo teor é a condição essencial do negócio aqui celebrado, motivando a sua contratação pela CPFL.

27.12. O CONTRATO será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

XXVIII - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS:

28.1. Uma controvérsia se inicia com a Notificação de Controvérsia de uma PARTE à outra.

28.2. Caso ocorram controvérsias relativas e/ou decorrentes do CONTRATO, as PARTES se comprometem a buscar Solução da Controvérsia amigavelmente, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do encaminhamento pela PARTE interessada à outra PARTE de Notificação de Controvérsia.

> **28.2.1.** Na hipótese de causa da controvérsia possuir prazo próprio de solução, previsto em outra cláusula do CONTRATO, deverá ser respeitado o prazo naquela estipulada, para Solução da Controvérsia.

28.3. Não sendo possível a solução da controvérsia, nos termos da Cláusula acima, quaisquer das PARTES poderá tomar as medidas que entender cabíveis.

XXIX – DO FORO:

29.1. Na hipótese de propositura de medidas judiciais visando exigir o cumprimento de qualquer disposição do CONTRATO, a parte vencedora fará jus ao reembolso de custas, despesas processuais.

29.2. As PARTES elegem o foro da comarca de Campinas para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do CONTRATO, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, especial ou de exceção.

30 - ASSINATURA ELETRÔNICA

30.1. As PARTES declaram e concordam que o presente CONTRATO, incluindo todas as páginas de assinatura e Anexos, todas formadas por meio digital com o qual expressamente declaram concordar, representam a integralidade dos termos entre elas acordados, substituindo quaisquer outros acordos anteriores formalizados por qualquer outro meio, verbal ou escrito, físico ou digital.

30.2. As PARTES expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico. A formalização das

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das partes ao presente CONTRATO.

30.3. Considerar-se-á como a data de assinatura a data em que a última PARTE assinar eletronicamente o CONTRATO

PELA CPFL

DocuSigned by:
Francine Possignolo
AB52EBCB3D524F0...
Francine Possignolo
Procurador
CPF: 320.614.608-95

DocuSigned by:
01C8ADDDFB55474...
Regis Tolaino
Procurador
CPF: 150.468.488-56

PELA CONTRATADA

DocuSigned by:
9C164093B33F4EB...
Julio Moretti Gross
Diretor Presidente
CPF: 366.701.970-04

TESTEMUNHAS

DocuSigned by:
C7668288B7E0483...
Manoella Casemiro Torres
CPF: 442.064.788-48

DocuSigned by:
Alessandra Arcain De Oliveira
3C2D5269387A429...
Alessandra Arcain de Oliveira
CPF: 168.289.698-63

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ANEXO I - DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. Definições

1.1. Para fins deste CONTRATO, serão consideradas as seguintes definições:

- "Autoridade Nacional de Proteção de Dados" ou "ANPD": órgão responsável pela fiscalização do cumprimento das disposições da LGPD no território brasileiro;
- "Controlador(a)": a quem competem as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais, especialmente relativas às finalidades e aos meios de tratamento;
- "Dado(s) Pessoal(is)": qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, como: nome, CPF, RG, endereço residencial ou comercial, número de telefone fixo ou móvel, endereço de e-mail, dentre outros;
- "Dado(s) Pessoal(is) Sensível(is)": Dado Pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- "Encarregado": pessoa indicada pelo Controlador e Operador para atuar como canal de comunicação entre o Controlador, os Titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- "Incidente(s)": qualquer acesso, aquisição, uso, modificação, divulgação, perda, destruição ou dano acidental, ilegal ou não autorizado que envolva Dados Pessoais;
- "Operador(a)": parte que trata Dados Pessoais de acordo com as instruções do Controlador;
- "Titular(es)": pessoa natural a quem se referem os Dados Pessoais que são objeto de Tratamento;
- "Terceiro(s)": qualquer pessoa física ou jurídica autorizada a tratar Dados Pessoais, podendo ser qualificado como operador ou suboperador de Dados Pessoais;
- "Tratamento": qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas com Dados Pessoais ou sobre conjuntos de Dados Pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a coleta, o registro, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, a eliminação ou a destruição.

1.2. Outros termos aqui utilizados e não definidos acima possuem o significado atribuído na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018 - "LGPD").

2. Objeto do Anexo

2.1. O Objeto do presente Anexo é estabelecer os termos e condições aplicáveis ao Tratamento pela **CONTRATADA** dos Dados Pessoais controlados pela **CPFL** e compartilhados com a **CONTRATADA** para fins de execução do CONTRATO.

3. Dados Tratados e Finalidades

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

3.1. As Partes declaram e concordam que toda e qualquer atividade de Tratamento deve atender às finalidades deste CONTRATO e ser realizada em conformidade com a legislação aplicável, sobretudo, mas não se limitando à LGPD.

3.2. Para todo e qualquer Tratamento de Dados Pessoais vinculado a este CONTRATO, a **CONTRATADA** deverá realizar as atividades de Tratamento estritamente de acordo com as orientações da **CPFL** e nos termos da LGPD.

3.3. A duração do Tratamento deverá respeitar o objeto contratual, bem como o disposto na legislação aplicável.

4. Declarações e Garantias das Partes

4.1. As Partes declaram e garantem que toda e qualquer atividade de Tratamento deve atender às finalidades deste CONTRATO e ser realizada em conformidade com a legislação aplicável, sobretudo, mas não se limitando à Lei nº 13.709/2018;

4.2. A **CPFL** declara e garante que:

(a) todo o Tratamento dos Dados Pessoais, desde a coleta até o seu compartilhamento com a **CONTRATADA**, foi realizado de acordo com o quanto disposto na LGPD ou qualquer outra legislação aplicável, e que as instruções para o Tratamento de Dados Pessoais pela **CONTRATADA** estão de acordo com tais normas;

(b) estabelecerá os critérios para que a **CONTRATADA** tenha acesso somente aos Dados Pessoais necessários para o Tratamento constante do CONTRATO.

4.3. A **CONTRATADA** declara e garante que:

(a) realiza o Tratamento de Dados Pessoais, conforme indicado pela **CPFL**, unicamente para operacionalização das relações contratuais previstas no contexto do presente Anexo, tratando estes Dados Pessoais no limite do quanto necessário para o bom cumprimento das suas atividades;
(b) manterá registro de todas as operações de Tratamento de Dados Pessoais que realiza;
(c) seguirá as instruções da **CPFL** no Tratamento de Dados Pessoais, sendo que, caso não o faça, assumirá as devidas responsabilidades, nos termos da LGPD e qualquer outra lei ou regulamento que venha a tratar deste assunto, quanto as ações tomadas em desacordo com as instruções;
(d) caso, por qualquer motivo, discorde de alguma instrução recebida, deverá notificar a **CPFL**, por escrito, justificando os motivos de discordância;
(e) prestará assistência à **CPFL**, nos limites das obrigações impostas pela LGPD, ou qualquer outra lei que venha a tratar do assunto, caso a ANPD ou qualquer outra autoridade governamental, ou, ainda, o Titular de Dados Pessoais requeira informações quanto à conformidade do Tratamento dos Dados Pessoais com a LGPD, na medida em que tais



DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

informações encontrem-se de posse da **CONTRATADA**, ou de Terceiro que lhe assista nas atividades de Tratamento dos Dados Pessoais;

(f) implementará medidas de segurança, técnicas e administrativas necessárias para proteger os Dados Pessoais contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir documentalmente que o ambiente (seja ele físico ou virtual) utilizado para o Tratamento de Dados Pessoais seja estruturado de forma a atender aos requisitos de segurança mínimos previstos pela **CPFL**, aos padrões de boas práticas de governança, aos princípios gerais previstos na LGPD e nas demais leis ou regulamentos aplicáveis; e

(g) fornecerá evidências de que possui recursos financeiros suficientes para cumprir com as suas responsabilidades decorrentes deste Anexo, podendo inclusive, apresentar prova de contratação de apólice de seguro contendo cobertura para tais responsabilidades.

5. Transferência Internacional de Dados Pessoais

5.1. A **CONTRATADA** não poderá disponibilizar ou transferir os Dados Pessoais, a qualquer outra jurisdição ou a terceiros, exceto se autorizado previamente e por escrito pela **CPFL**, hipótese na qual a **CONTRATADA** assumirá toda a responsabilidade relacionada com a transferência dos dados, bem como, deverá tomar todas as medidas necessárias para assegurar, em boa-fé, que tal transferência de Dados Pessoais esteja em conformidade com a LGPD.

6. Compartilhamento de Dados e Subcontratação

6.1. A **CONTRATADA** não está autorizado a transferir e/ou compartilhar com Terceiros os Dados Pessoais tratados em razão da presente relação contratual, a menos que o compartilhamento seja necessário para o cumprimento do objeto do CONTRATO, hipótese em que a **CPFL** deverá autorizar o compartilhamento previamente e por escrito.

7. Medidas de Segurança e Confidencialidade

7.1. Durante o Tratamento, a **CONTRATADA** se responsabiliza pela manutenção de registro escrito das atividades e pela adoção de padrões de segurança sustentados nas melhores tecnologias disponíveis no mercado, devendo:

a) Realizar o Tratamento de Dados Pessoais, conforme indicado pela **CPFL**, e unicamente para operacionalização das relações contratuais previstas no contexto do presente CONTRATO, tratando estes Dados Pessoais no limite do quanto necessário para o bom cumprimento das suas atividades;

b) Restringir o acesso aos Dados Pessoais mediante a definição de pessoas habilitadas e responsáveis pelo Tratamento, responsabilizando-se pela confidencialidade dos Dados Pessoais;

c) Garantir a integridade das informações compartilhadas pela **CPFL**, não retificando, apagando ou restringindo o Tratamento de Dados Pessoais por sua própria iniciativa, mas somente mediante instruções devidamente documentadas pela **CPFL**, enquanto perdurar o CONTRATO;

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

d) Adotar medidas técnicas e organizacionais de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos Dados Pessoais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade; (ii) anonimização, pseudonimização e encriptação dos Dados Pessoais; (iii) recursos que permitam a restauração disponibilidade e do acesso aos Dados Pessoais de forma rápida em caso de Incidente; e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;

e) Atender imediata e adequadamente a todas as solicitações da **CPFL** com relação ao Tratamento de Dados Pessoais sob este CONTRATO, bem como considerar as orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) com relação ao Tratamento de Dados Pessoais transferidos;

f) Manter inventário detalhado dos acessos aos Dados Pessoais e aos registros de conexão e de acesso a aplicações, contendo o momento, a duração, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso e o arquivo acessado, inclusive quando tal acesso é feito para cumprimento das obrigações legais ou determinações definidas por autoridade competente;

g) Registrar as atividades que envolvam o compartilhamento de Dados Pessoais com Terceiros ou a transferência internacional de Dados Pessoais, indicando o país/organização de destino, e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a LGPD e orientações definidas por autoridade competente;

h) Preencher todo e qualquer material solicitado pela **CPFL** relacionado com os padrões de segurança aplicáveis (*self-assessment*), responsabilizando-se pela veracidade das informações declaradas em tais documentos;

i) Atender a **CPFL** em diligências e entrevistas a serem realizadas com a finalidade de averiguação das medidas de segurança aplicadas para a proteção dos dados pessoais (*due-diligence*); e

j) Atender prontamente às solicitações da **CPFL** de revisão dos procedimentos de *self-assessment* e/ou *due diligence*, e se fazer disponível para receber representantes da **CPFL** para entrevistas e visitas nos estabelecimentos que realizam o Tratamento dos Dados Pessoais.

7.2. A **CONTRATADA** reconhece que os Dados Pessoais Sensíveis estão sujeitos a um maior rigor legal e, portanto, exigem maior proteção técnica e organizacional. Assim, a **CONTRATADA** somente poderá realizar operações de Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis quando estritamente necessário para cumprir com as disposições do CONTRATO, devendo garantir a implementação de proteções técnicas apropriadas, aptas a manter a integridade, confidencialidade e segurança destas informações sejam implementadas.

7.3. Mediante prévia solicitação da **CPFL**, a **CONTRATADA** deverá permitir que a **CPFL** e seus representantes realizem auditoria e avaliem programa de Segurança de Informação da

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

CONTRATADA, suas instalações de Tratamento de Dados Pessoais, bem como seu programa de conformidade de proteção de Dados Pessoais, para verificar a conformidade com o CONTRATO, este Anexo e as Leis de Proteção de Dados Pessoais, e, conforme aplicável, de acordo com as instruções da **CPFL**.

7.3.1. As Partes devem concordar mutuamente em relação ao escopo, ao tempo e à duração da auditoria de proteção de Dados e segurança e, se necessário, à contratação de um auditor terceiro independente, cujos custos serão integralmente arcados pela **CPFL.**

8. Cooperação entre as Partes para atendimento de solicitações dos Titulares ou de autoridades

8.1. Caberá à **CPFL** atender a requisições de exercício de direitos por parte dos Titulares ou solicitações da ANPD ou qualquer outra autoridade que venha a fiscalizar o Tratamento de Dados Pessoais.

8.2. Caberá à **CONTRATADA**, sempre que necessário e solicitado pela **CPFL**, auxiliar no atendimento das requisições realizadas por Titulares ou por qualquer autoridade, tais como pedidos de acesso aos Dados Pessoais, correção de Dados Pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados, anonimização, bloqueio ou eliminação de Dados Pessoais desnecessários ou excessivos, portabilidade dos Dados, dentre outros direitos previstos na legislação, cujo deferimento ou não ficará ao exclusivo critério da **CPFL**.

8.3. Quaisquer informações solicitadas pela **CPFL** deverão ser atendidas pela **CONTRATADA** de forma imediata ou no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) horas, justificando os motivos da demora.

8.4. Caberá ainda, notificar a **CPFL** imediatamente sobre:

(i) qualquer pedido legalmente vinculativo de divulgação dos Dados Pessoais por uma Autoridade Pública, a menos que proibido de outra forma, em decorrência de lei;

(ii) qualquer Incidente com os Dados Pessoais; e

(iii) qualquer solicitação recebida diretamente dos Titulares dos Dados Pessoais, ou da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), sem responder a esse pedido, a menos que tenha sido autorizado de outra forma a fazê-lo.

9. Resposta de Incidentes

9.1. Na ocorrência de qualquer Incidente que envolva as informações tratadas em razão da presente relação contratual, deverá a **CONTRATADA** adotar, minimamente, os seguintes passos:

9.1.1. Notificação imediata à **CPFL**, com tolerância de no máximo 24 (vinte e quatro horas) desde que a **CONTRATADA** justifique o motivo da demora, por meio de canal específico definido pelas Partes, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do Incidente; (ii) data e hora da ciência pela **CONTRATADA**; (iii) relação dos tipos de Dados Pessoais afetados pelo Incidente; (iv) número de usuários afetados (volumetria do



DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

Incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos; (v) Dados de contato do Encarregado da **CONTRATADA** ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido; (vi) descrição das possíveis consequências do Incidente; (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos.

9.1.2. Caso estas informações não estejam disponíveis, a **CONTRATADA** deverá complementar a sua notificação posteriormente, a medida que tais informações sejam disponibilizadas.

9.1.3. Após notificada sobre o Incidente, a **CPFL** dará orientações à **CONTRATADA**, que deverá providenciar: (i) a notificação dos Titulares afetados e da autoridade competente, como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, de acordo com a orientação e texto previamente aprovado pela **CPFL**; (ii) a adoção de um plano de ação que pondere os fatores que levaram à causa do Incidente e aplique medidas que visem garantir a não recorrência de Incidentes da mesma natureza.

9.1.4. Para os Incidentes que tenham sido causados exclusivamente por culpa da **CONTRATADA**, ou de Terceiros subcontratadas por ele, em desobediência às orientações da **CPFL**, a **CONTRATADA** será responsável por eventuais sanções aplicadas. Caso a **CPFL** seja responsabilizada judicial ou administrativamente, por sanções atribuídas em razão do Incidente causado por culpa da **CONTRATADA**, a **CPFL** exercerá o direito de regresso em relação à **CONTRATADA**.

10. Responsabilidade

10.1. A **CONTRATADA** defenderá e manterá a **CPFL** integralmente isenta de quaisquer responsabilidades ou reivindicações dos Titulares de Dados Pessoais compartilhados pela **CPFL** com a **CONTRATADA**, com base em eventual irregularidade ou Tratamento de Dados Pessoais em desacordo com as instruções fornecidas pela **CPFL**, ou ainda, descumprimento do CONTRATO ou deste Anexo, inclusive com relação aos Incidentes.

10.2. Caso sejam ajuizadas ações pelos Titulares dos Dados Pessoais contra a **CPFL**, ou de serem recebidas pela **CPFL** notificações de quaisquer órgãos públicos, com base no uso indevido de Dados Pessoais decorrente de falha da **CONTRATADA**, ou de eventuais Terceiros sob a responsabilidade da **CONTRATADA**, em tomar as devidas medidas para o Tratamento de tais Dados Pessoais nos termos do CONTRATO ou deste Anexo, deverá o **CONTRATADA** intervir no processo, reivindicando a condição de demandado e requerendo a exclusão da **CPFL** e, em caso de condenação da **CPFL**, a **CONTRATADA** deverá ressarci-la pelo valor principal pago, bem como por todos os danos (incluindo lucros cessantes) e todas as despesas envolvidas na demanda.

10.3. Caso a **CONTRATADA** não garanta o Tratamento adequado às finalidades deste CONTRATO e à LGPD, ou comprometa a segurança, a confidencialidade e a integridade das

CPFL JURÍDICO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

informações compartilhadas pela **CPFL**, referente a clientes, colaboradores e/ou terceiros, a **CONTRATADA**: (i) será responsável pelos seus atos, bem como de seus respectivos funcionários, prepostos, representantes legais, contratadas, terceiros relacionados ou qualquer pessoa que tenha tido acesso a esses Dados Pessoais, e (ii) estará sujeito à incidência de multa não compensatória por descumprimento contratual equivalente a 30% (trinta por cento) do VALOR GLOBAL do CONTRATO, bem como a despesas processuais judiciais, administrativas e arbitrais, em qualquer instância ou tribunal, que venham a ser ajuizadas em face da **CPFL,** multas, incluindo, mas não se limitando, àquelas aplicadas pelo Ministério Público, pela ANPD, ou pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor, sem prejuízo de perdas e danos.

11. Término do Tratamento

11.1. Após a expiração ou rescisão do CONTRATO, a **CONTRATADA** eliminará ou devolverá à **CPFL** os materiais contendo Dados Pessoais que lhes foram disponibilizados para os fins dispostos no CONTRATO, conforme instruções e prazo informados pela **CPFL**, e de acordo com os critérios da legislação aplicável.

11.2. Mesmo após a rescisão deste CONTRATO ou de outros acordos celebrados a respeito do Tratamento de Dados Pessoais no contexto deste CONTRATO, as obrigações da **CONTRATADA** perdurarão enquanto ele tiver acesso, estiver em posse ou conseguir realizar qualquer operação de Tratamento dos Dados Pessoais envolvendo informações fornecidas pela **CPFL**.

12. Nulidade

12.1. Se qualquer disposição do presente Anexo for julgada inválida ou inexequível por qualquer tribunal ou órgão administrativo de jurisdição competente, a invalidade ou inexequibilidade de tal disposição não deverá afetar quaisquer outras disposições do presente Anexo e todas as demais disposições não afetadas por tal invalidade ou inexequibilidade permanecerão em pleno vigor e efeito.

13. Compatibilidade com o CONTRATO

13.1. Este Anexo complementa o CONTRATO, sendo que, caso existam disposições conflitantes entre dos dois documentos, os termos e condições deste Anexo prevalecerão.

14. Solução de Disputas

14.1. Caso haja quaisquer controvérsias entre as Partes com relação à interpretação ou execução dos termos e condições presentes neste Anexo, o mecanismo de solução de disputas presente no CONTRATO será aplicável.



DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ANEXO II

Especificação Técnica

CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS E SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA COM A FINALIDADE DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA APA MORRO DE OSÓRIO

Gerência de Meio Ambiente - ISMA

Setembro 2020

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

Contratação de estudos e serviços técnicos de consultoria especializada com a finalidade de atualização do plano de manejo da APA Morro De Osório

OBJETO:

Estabelecer as condições e termos mínimos para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços necessários à atualização do plano de manejo da APA Morro De Osório com atendimento total e irrestrito do Anexo III.

1. ESCOPO BÁSICO DOS SERVIÇOS

O proponente terá a responsabilidade de executar o processo de atualização do plano de manejo da APA Morro De Osório. Todo e qualquer serviço realizado deverá estar legalmente amparado na sua mais ampla interpretação, devendo a proponente estar plenamente habilitada para os serviços. A responsabilidade técnica sobre os serviços deverá ser comprovada mediante os documentos pertinentes a cada função (ART, cadastro, título, etc.) conforme sua regulamentação.

2. ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS TÉCNICOS

Atendimento total e irrestrito do Anexo III.

Será de responsabilidade da proponente atender e cumprir também as seguintes exigências.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

2.1 A proponente deverá disponibilizar profissional habilitado, para o trabalho necessário na a elaboração dos serviços, e sua comprovação de vinculo a empresa.

2.2 A proponente deverá corrigir e incluir informações exigidas pela PM de Osório, Gestão da APA ou contratante integralmente, sem custos adicionais, mesmo que este serviço demande da contratação de outros profissionais habilitados.

2.3 Quando identificadas qualquer correção por termos técnicos durante as fases, ficará a cargo da contratante/PM, avaliação e orientação da forma de prosseguimento ao processo, o custo e adequação ficará totalmente a cargo da proponente.

2.4 A proponente deverá apresentar à contratante/PM (Prefeitura Municipal) todas as manifestações recebidas, referente ao processo.

2.5 A proponente fica responsável pelo atendimento às demandas do público envolvido/comunidade/contratante/PM, de forma integral, quanto a apresentação de laudos e informações complementares, quando estas estiverem atreladas à inconsistência aos quesitos técnicos apresentados.

2.6 A proponente deverá fornecer ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) com atividade técnica de projeto e execução, assinada por profissional habilitado responsável e pelo representante legal CPFL Energia.

2.7 Anteriormente à qualquer entrega ou apresentação, a proponente deverá buscar sua aprovação formal antecipadamente;

2.8 Todos os produtos devem apresentar registro fotográfico de imagens aéreas de pequeno formato, e/ou filmagens em arquivos raw georreferenciados com o uso de vant, devidamente licenciado/autorizado;

2.9 O proponente fica responsável pelo atendimento integral de viabilizar todas as oficinas e eventos previstos no anexo III;

3.0 TEMPORALIDADE PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS

Anexo I

4.0SEGURANÇA E LIMPEZA GERAL

Durante e no âmbito de todo e qualquer serviço a ser prestado para a CPFL Energia, todo o pessoal envolvido na elaboração e execução dos serviços de responsabilidade do fornecedor, independentemente da instância contratual, hierárquica e relacional, deverá, obrigatoriamente:

- Estar em acordo com as normas de segurança operacional tais como uso de EPIs, treinamentos específicos, etc., sendo de sua total e individual responsabilidade quaisquer riscos e consequências que possam existir;
- Primar pela melhor conduta ética e moral;

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

- Apresentar-se, antecipadamente ou em tempo apropriado, nas suas atribuições, função e representação, junto àqueles que de alguma forma necessitem ter o devido conhecimento dos serviços em prestação;
- Comunicar previamente a contratante, quando do início de trabalhos em campo ou que envolva qualquer relação com terceiros.

O proponente é obrigado participar da integração de Segurança e Meio Ambiente a fim de garantir a comprovação de treinamento dos seus colaboradores/funcionários, antes do início de qualquer atividade.

5.0DOCUMENTAÇÃO E REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA LIBERAÇÃO DE SERVIÇOS:

Reunião inicial de integração com o fornecedor, sua equipe e os técnicos da CPFL, na sede da CPFL ou local pré-definido, para apresentação, reconhecimento e estabelecimento de contatos e participantes do processo. Como referencias normativas o fornecedor deverá atender, ao mínimo, as seguintes regulamentações:

- NR 6 – Cópia de fichas de EPI atualizadas de todos os colaboradores;
- Integração presencial de segurança;

Na ocasião de alteração dos participantes do serviço, o proponente deverá informar o contratante previamente, considerando igualmente os mesmos trâmites estabelecidos nesta ET.

6.0PESSOAL

Fornecer equipe técnica habilitada e treinada, especializada para a realização de todos os serviços previstos, constando um coordenador, que será responsável pela coordenação geral dos trabalhos e pela apresentação dos resultados nos prazos e condições previamente acordados.

O trabalho deve ter a participação de todos os profissionais listados e pontuados na Proposta técnica. A substituição de profissional habilitado somente poderá ocorrer por outro profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Equipe Técnica de Recebimento e Avaliação dos produtos.

Fornecer uma lista dos nomes e dos cargos dos funcionários que comporão as equipes de trabalho por ocasião do início de cada etapa do licenciamento, indicando o responsável e o telefone celular para contato. (Se houver mais de uma equipe ou empresa trabalhando simultaneamente na mesma área, deverá ser identificado responsável geral). As equipes deverão possuir identificação da empresa a qual pertencem.

7.0ÁREA DE TRABALHO ENERGIZADA

Ao proponente não será permitida circulação, trânsito ou permanência em áreas energizadas, sem a prévia autorização formalizada pela CPFL.
No caso de haver esta necessidade, o contratante determinará as normativas quanto ao uso destas áreas, com base nas normas de segurança, as quais o fornecedor deverá prontamente atender.

8.0PLANO DE TRABALHO

Deverá ser apresentado junto com a proposta técnica, o plano de trabalho para a realização das atividades necessárias e elaboração dos produtos/etapas.
O plano de trabalho deve prever as atividades a serem realizadas em campo, os prazos para tratamento das informações, mapas a serem apresentados nos laudos, prazos para

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

elaboração dos produtos/etapas, prazo para análise por parte do contratante/PM, revisão final.

9.0 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL

As empresas proponentes deverão apresentar as propostas técnica e comercial, separadamente.

A proposta comercial deverá apresentar planilha com preços para produto geral. Os valores a serem apresentados já deverão contemplar todas as obrigações e impostos, não cabendo à proponente o pagamento de qualquer valor excedente;

No preço deverão estar considerados ainda os custos administrativos, lucro e outros custos aplicáveis aos serviços objeto de prestação, tais como, edição de cópias, material de escritório em geral, EPI's, seguro da equipe técnica, despesas de viagem (viagens aéreas e terrestres, hospedagem e alimentação).

A proposta técnica deverá conter o curriculum vitae resumido dos profissionais responsáveis pelas análises e elaboração dos produtos, com respectivos registros profissionais e indicação do(s) coordenador(es).

Serão aprovadas as propostas que declararem atendimento integral a esta especificação sem restrições e apresentem plano de trabalho e qualificação técnica.

Demonstrar sua capacidade técnica para o fornecimento dos serviços especificados, dentro dos critérios de segurança, controle de perdas – estrutura e organização para a condução do serviço como um todo, bem como seus subfornecedores.

Os proponentes poderão apresentar neste momento, propostas técnicas e tecnológicas buscando a otimização dos recursos naturais e financeiros, visando melhores alternativas.

10.0 RECURSOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

A proponente deverá disponibilizar, recursos que permitam a exequibilidade dos serviços a serem prestados com precisão técnica e temporal que atendam às necessidades da contratante e dos órgãos públicos envolvidos.

A proponente deverá fornecer todo o material técnico exigível para o cumprimento das exigências de suporte aos estudos, laudos, prospecção, referente ao licenciamento e análises, com base nas normas aplicáveis, considerando também, sempre que solicitado:
Dentre estes, é minimamente exigida durante a vigência da contratação, a disponibilidade dos seguintes recursos, somados aos itens descritos no anexo III:

- **Logística:**
  - Recursos Materiais: Veículos automotores que atendam à locomoção ágil, rápida e segura de seus colaboradores, devidamente identificado a serviço da CPFL energia, GPS manual, e telefone celular;
  - Informação: Base de dados cartográficos e/ou geográficos, plantas, perfis, documentos, planos e programas necessários à execução dos serviços, referências de contato (somente sob anuência da contratante) com o setor público, privado e pessoal;
  - Pessoal: Profissional com habilidade para deslocamento e geolocalização, ambientação e conhecimentos no uso dos equipamentos, em interpretação de mapas, plantas, perfis e documentos técnicos;
  - Suporte: Base operacional centralizada no município de Osório – RS com recursos para subsidiar informações e intermediação de comunicação, receptação e transmissão de

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

documentos, edição e produção gráfica de documentos e mapas, atendimento a demandas e interfaces locais.

- **Aparato:**
  - Trenas métricas não metálicas (mínimo 20 metros), trena diamétrica ou suta;
  - Câmera fotográfica digital de alta resolução;
  - VANT, devidamente licenciado/autorizado, para registro fotográfico de imagens aéreas de pequeno formato em arquivos RAW georreferenciados;
  - Material para registro de informações (prancheta, caneta/lápis, papel/bloco/caderno);
  - EPIs, minimamente, capacete, óculos (sol e sombra), botinas, protetores auriculares, perneiras;
  - Calça, camisa, capa de chuva;
  - Crachá e colete de identificação aprovado pela contratante;
  - Computador portátil para edição e gravação de documentos em formato .DOC(X), .XLS(X) e .PDF.
- **Capacitação Técnica:**
  - Serviços de campo: Profissionais com habilitação específica para todas as áreas dos serviços técnicos a serem prestados;
  - Serviços de escritório: Profissionais competentes para edição, revisão, alinhamento de informações de diferentes fontes, identificação, resolução e compatibilização de dados recebidos de outras áreas técnicas para fornecimento das informações a serem prestadas à contratante, colaboradores, parceiros e aos órgãos licenciadores/fiscalizadores;
- **Administrativo/Gerencial:**
  - Disponibilidade de representante para eventuais soluções emergenciais através de suporte técnico e consultoria na área de concessão;
  - Disponibilidade de deslocamento de representante capacitado para reuniões técnicas, gerenciais e administrativas sempre quando a contratante solicitar (sem ressarcimento de custos de transporte para deslocamentos dentro e fora do estado do RS);
  - Auxílio técnico permanente para questionamentos e dúvidas da contratante aos serviços técnicos (sem custos adicionais);

11.0 PRODUTOS FINAIS E INFORMAÇÕES A SEREM FORNECIDAS

Os produtos finais objeto da contratação sob esta ET, consistem nos protocolos que objetivam as licenças e demais documentos a serem exarados pela instituição solicitada. Não obstante, salvo solicitações imprevistas ou incúria de ordem externa às partes desta ET, é obrigatoriedade da proponente, todo e qualquer esforço que culmine no pleno atendimento ao escopo desta ET, em busca aprovação objeto do serviço prestado.

A proponente deverá fornecer todo e qualquer documento ou material necessário a quem possa precisar.

A documentação a ser gerada deverá ser disponibilizada nos formatos digitais padrão de uso comum. Todo o material convertível no formato digital portátil (Pdf) deverá também ser desta forma fornecido (inclusive plantas em escala). Formatos de documentos deverão ser fornecidos nos formatos do pacote Windows Office (.docx, .xlsx, .pptx, .ppsx), formatos em plantas e mapas nos formatos conforme o uso e aplicação (.dwg, .dxf, .shp, .kmz, .kml).

Todo e qualquer material gerado pela proponente será de propriedade integral da contratante/PM, cabendo à proponente tão somente o direito e a responsabilidade autoral, não lhe sendo permitido sem autorização formal da contratante, uso, aplicação, apresentação, divulgação ou qualquer outra forma de interesse.

Notas:

- Todas as páginas e mapas dos relatórios e requerimentos apresentados pela proponente devem estar assinados/vistados pelo(s) responsável(is) técnico(s);
- Todo material produzido, deverá receber a aprovação da contratante/PM;
- Todo material produzido, deverá ser disponibilizado a contratante no formato solicitado;

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

12.0 FATURAMENTO

Para o faturamento, mensalmente o contratado deverá encaminhar até ultimo dia útil de cada mês, uma planilha (modelo CPFL á ser encaminhada), prevendo seu faturamento para o mês seguinte, e até o dia 10 de cada mês encaminhar as NFs acompanhadas de todos os relatórios pertinentes aos serviços, possibilitando a medição destes e aprovação.

Descrição	Percentual de faturamento Frente ao valor contratual
Mobilização para início das atividades	15%
Etapa I - Apresentação do Plano de Trabalho	5%
Etapa II - Avaliação do Planejamento Anterior e Organização do Planejamento	5%
Etapa III - Coleta e Análise das informações básicas disponíveis e atualização Bibliográfica e Cartográfica	5%
Etapa IV - Reconhecimento de Campo	5%
Etapa V - Levantamento das Localidades	10%
Etapa VI - Realização de estudos técnicos específicos e atualização de dados de campo para embasar o Plano de Manejo	10%
Etapa VII - Oficinas de pré-zoneamento	5%
Etapa VIII - Oficina de Planejamento	5%
Etapa IX - Planejamento da Unidade de Conservação	5%
Etapa X - Entrega e Avaliação do Plano de Manejo preliminar	5%
Etapa XI - Apresentação do Plano de Manejo às comunidades envolvidas	5%
Conclusão total da entrega, validada pela PM	20%
Total	100%

Faturamentos serão aprovados com o de acordo e validação do material pela Prefeitura municipal.

13.0 FATURAMENTO DE SUBCONTRATADAS

Atendidas as diretrizes do grupo CPFL, será permitido o faturamento de empresas subcontratadas, sob autorização prévia.

14.0 COMUNICAÇÃO

O proponente deverá elencar um responsável pelas comunicações junto a contratante, assim como a contratante junto a proponente.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

15.0 ELABORAÇÃO

Mônica Patrícia Leite – Planejador de Meio Ambiente Sr.
PM - Prefeitura Municipal de Osório, Secretaria Municipal De Meio Ambiente, Agricultura E Pecuária.

Anexo I
Temporalidade para conclusão dos trabalhos

Etapas	Descrição	Dias corridos
Mobilização	**Mobilização para início das atividades. Dias após contrato acionado**	
Etapa I	**Apresentação do Plano de Trabalho**	
Etapa II	**Avaliação do Planejamento Anterior e Organização do Planejamento**	
Etapa III	**Coleta e Análise das informações básicas disponíveis e atualização Bibliográfica e Cartográfica**	
Etapa IV	**Reconhecimento de Campo**	
Etapa V	**Levantamento das Localidades**	
Etapa VI	**Realização de estudos técnicos específicos e atualização de dados de campo para embasar o Plano de Manejo**	
Etapa VII	**Oficinas de pré-zoneamento**	
Etapa VIII	**Oficina de Planejamento**	
Etapa IX	**Planejamento da Unidade de Conservação**	
Etapa X	**Entrega e Avaliação do Plano de Manejo preliminar**	
Etapa XI	**Apresentação do Plano de Manejo às comunidades envolvidas**	
	Prazo total de finalização	**12 meses**

Anexo II

Proposta orçamentária

Produto	Descrição	Unidade	Quant.	Custo Total R$
Plano de manejo	Atendimento integral a esta ET e seus anexos para revisão do plano de manejo da APA Morro de Osório.	Un.	1	

Nota: Esta Especificação Técnica é propriedade exclusiva do Grupo CPFL energia e não poderá ser utilizada, copiada, transmitida, divulgada ou repetida para outra finalidade.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

Anexo III

Termo de referência para contratação de consultoria especializada com a finalidade de atualização do Plano De Manejo Da APA Morro De Osório

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA COM A FINALIDADE DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA APA MORRO DE OSÓRIO

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Manejo de Unidades de Conservação tem por objetivo mais amplo interferir no processo de desenvolvimento local, a partir do entendimento dos aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos que determinam a utilização dos recursos ambientais e a ocupação do território das unidades, assegurando a utilização do ambiente de forma sustentável para usufruto das gerações atuais e futuras.

Após a Lei nº. 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, regulamentada pelo Decreto nº. 4.340 de agosto de 2002, o Plano de Manejo passou a ser o documento orientador de todas as atividades a serem desenvolvidas nas unidades de conservação (UC), sendo obrigatória a elaboração do Plano de Manejo das UCs no prazo de 5 anos a partir da data de sua criação, ou revisão dos planos existentes segundo as novas diretrizes e de acordo com a necessidade de cada unidade de conservação. A Lei também esclarece que é proibida qualquer intervenção, alteração, desenvolvimento de atividades ou modalidades de utilização nas unidades de conservação em desacordo com seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

Dessa forma, o Plano de Manejo vem a ser um instrumento de gestão que deve indicar caminhos e não apenas atuar como ordenador e normatizador das atividades desenvolvidas nas unidades, captando inclusive influências das ações de âmbito municipal, regional, nacional e/ou de outras unidades de conservação, que tenham repercussões sobre seu território.

O planejamento deve indicar diretrizes estratégicas que orientem a adoção de providências concretas para que as unidades instituídas possam vir a cumprir com seus objetivos de criação e sejam efetivamente implementadas.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC define unidade de conservação como: *"o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual*

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

se aplicam garantias adequadas de proteção", estabelecendo critérios e normas para a criação e implantação das mesmas. Em seu artigo 27, o SNUC determina que as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo, definindo-o em seu Art. 2º como: "*documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade*".

O artigo 7º da referida Lei divide as Unidades de Conservação em dois grupos com características específicas: Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, e Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Neste grupo incluem-se as Áreas de Proteção Ambiental, destinadas a conservar ou melhorar as condições ecológicas locais e assegurar o bem-estar das populações humanas. O SNUC, em seu artigo 15, define a categoria como "*uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais*".

1.2 HISTÓRICO DA CRIAÇÃO

A APA Morro de Osório foi criada em 1994 através da Lei Municipal nº.2.665/94 de 27 de setembro de 1994. Em 1995 a Prefeitura Municipal de Osório firmou com a Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência (FATEC) da UFSM, convenio para elaboração do documento chamado "APA de Osório – Morro da Borússia", que objetivava servir de base para a preservação do Morro da Borússia, na sua parte frontal a cidade, totalizando inicialmente 617,50 ha. Este documento foi elaborado nos moldes de um Plano de Manejo definindo inclusive o zoneamento desta área e recomendando ainda a expansão da área da APA para 6279,25 Ha. Um dos objetivos deste documento era ainda se constituir em medida compensatória a implantação de um teleférico no morro, fato que acabou não se consumando. Com base nos estudos realizados foi publicada a Lei Municipal nº 2.665/97 de 27 de setembro de 1994, a qual cria a APA Morro de Osório contemplando a área de 6896,75 ha, cujo objetivo segundo esta lei é "garantir a adequada proteção ambiental e ordenar as atividades humanas de forma a preservar e melhorar as características biológicas, ecológicas e paisagísticas no contexto dos sistemas hídrico e de Mata Atlântica da área."

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

1.3 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

- Denominação Oficial: Área de Proteção Ambiental Morro de Osório
- Categoria de Manejo: Área de Proteção Ambiental – APA
- Lei de Criação: Lei Municipal nº. 2.665/94 de 27 de setembro de 1994
- Órgão Responsável: Prefeitura Municipal de Osório
- Endereço: Av. Jorge Dariva, 1251 Centro Osório
- Bioma: Mata Atlântica
- Área Atual: 6064,07 ha

1.4 SITUAÇÃO LEGAL

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA cuja área foi reconhecida pela UNESCO, em cinco fases sucessivas entre 1991 e 2002, foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil. É a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 35 milhões de hectares, abrangendo áreas de 15 dos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica, o que permite sua atuação na escala de todo o Bioma. As Reservas da Biosfera no Brasil são definidas pelo capítulo VI (Das reservas da Biosfera) da Lei nº 9.985 de 18/07/2000, do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Esta Lei foi regulamentada através do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, em seu capítulo XI, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A área da APA Morro de Osório está inserida dentro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul, e abrange áreas da Zona de Transição, Zona de Amortecimento e Zona Núcleo. A Mata Atlântica no Rio Grande do Sul foi tombada no dia 21 de julho de 1992, conforme edital publicado no Diário Oficial do Estado e delimitado pelo Decreto nº 36.636 de 03 de maio de 1996. A figura abaixo apresenta a localização da APA Morro de Osório dentro da área tombada da Mata Atlântica, que abrange as Zonas Núcleo e Zona de Amortecimento.

A APA foi Criada pela Lei Municipal nº. 2.665/94 está cadastrada no SEUC (Sistema Estadual de Unidades de Conservação) e no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e possui o Plano de Manejo da APA Morro de Osório foi homologado pelo Decreto Municipal Nº 213/2008, sendo que sofreu alteração do texto através do Decreto nº 194/2012 (institui alterações no texto do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro de Osório-RS) e do Decreto nº 227/2014 (institui alterações no texto do plano de manejo da Área de Proteção Ambienta (APA) do Morro de Osório-RS).

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

A APA Morro de Osório por situar-se dentro dos domínios da Mata Atlântica é regida pela legislação que protege este bioma. A Constituição Federal estabelece a Mata Atlântica como Patrimônio Nacional, mais recentemente foi publicado a Lei 11.428 de 22 de dezembro de 2006, chamada de Lei da Mata Atlântica, um projeto de mais de 10 anos de tramitação no Congresso Nacional, que veio em substituição ao Decreto 750/93, e que dispõe sobre a utilização e a proteção da vegetação do Bioma Mata Atlântica.

2. JUSTIFICATIVA

O estabelecimento de Unidades de Conservação é uma das principais estratégias para garantir a conservação de ambientes naturais em todo o mundo. No entanto, para que as mesmas possam atingir seus objetivos de criação, é essencial que exista um Plano de Manejo que dê as diretrizes para a gestão das áreas de acordo com seus objetivos.

O Plano de Manejo da APA Morro de Osório, elaborado em 2008, foi aprovado pelo Decreto Municipal Nº 213/2008, tendo sido utilizado desde então como referência para a gestão ambiental da Unidade de Conservação Municipal, principalmente em relação às ações de controle com foco no licenciamento ambiental e suporte às ações do Conselho Gestor.

Desse modo, a elaboração e execução do Plano de Manejo foi condição fundamental para a efetiva implantação da APA Morro de Osório, porém com o passar do tempo surgiu a necessidade de revisão deste Plano com o objetivo de identificar os principais conflitos e levantar subsídios para a atualização do documento.

3. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência estabelece as bases e os subsídios para contratação de serviços de consultoria com o objetivo de atualização do Plano de Manejo da APA Morro de Osório, Brasil/RS.

4. ESCOPO DOS SERVIÇOS

O escopo dos serviços previstos envolve o desenvolvimento das atividades presentemente descritas e que compõem o Roteiro Básico a ser seguido pela consultoria para realização dos serviços.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

Vale ressaltar que, o Roteiro Metodológico de Planejamento de Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica (IBAMA, 2002), Roteiro Metodológico para a Gestão de Áreas de Proteção Ambiental (IBAMA, 2001), Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais (2018: Brasília, DF) / Organizadores: Ana Rafaela D'Amico, Erica de Oliveira Coutinho e Luiz Felipe Pimenta de Moraes. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio, 2018 e Manual de Apoio – CTM: Diretrizes para a criação, instituição e atualização do cadastro territorial multifinalitário nos municípios brasileiros / Organizadores: Eglaisa Micheline Pontes Cunha e Diego Alfonso Erba – Brasília: Ministério das Cidades, 2010 devem ser a base metodológica e conceitual para a atualização do Plano de Manejo da APA Morro de Osório. As etapas de trabalho apresentadas neste Termo de Referência, assim como as atividades a serem desenvolvidas, os respectivos produtos e forma de apresentação devem ser estruturadas conforme bibliográfia recomendada.

Considerando que a metodologia participativa deve ser a adotada na elaboração e revisão de Planos de Manejo de UCs, a atualização do Plano de Manejo da APA Morro de Osório deverá ser realizada com a participação da comunidade. Neste sentido, visando garantir a ampla participação pública na atualização do plano e sua validação, a contratada deverá providenciar a realização de reuniões, oficinas e outros processos de sensibilização com a comunidade local, os órgãos governamentais envolvidos, instituições educacionais e os representantes de outros setores da sociedade local ligados à atividade de gestão da UC, ações essas que também contribuirão para o fortalecimento do Conselho Gestor da APA.

A Contratada deverá descrever no Plano de Trabalho a sequência de atividades a serem realizadas em cada uma das etapas, propondo soluções e ajustes (se necessário) e explicitando os métodos e técnicas a serem adotados.

A Contratada deverá apresentar ainda o planejamento operacional e estratégico para a execução das atividades previstas, na forma de um Fluxograma de Atividades a ser aprovado junto com o Plano de trabalho.

A área geográfica de interesse da presente consultoria é representada pelos limites da APA Morro de Osório, que segue em anexo ao final deste Termo.

À Contratada será disponibilizada toda a documentação existente sobre o Plano de Manejo da APA Morro de Osório, bem como estudos, projetos, relatórios oficiais que tratem do assunto.

5. PRAZO

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

A Proponente deverá apresentar um Cronograma de Atividades contendo todas as Etapas de Trabalho, com prazo para a realização das atividades e entrega dos produtos, considerando que as ações para a Atualização do Plano de Manejo (inclui revisão do zoneamento) deverão ser concluídas no prazo máximo de 12 (doze) meses, a partir da ordem de serviço conforme cronograma do Contrato.

6. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EXIGIDA

6.1 da qualificação

A contratação da empresa executante será feita pela CPFL, cabendo a esta definir os critérios de exigibilidade das atribuições e qualificações técnicas da empresa a ser contratada, desde que forneça estrutura e profissionais com atribuição técnica para os serviços.

6.2 Equipe Técnica

A Proponente deverá apresentar uma Equipe Técnica Básica comprovadamente qualificada para a atualização do Plano de Manejo, Mapeamento de Uso do Solo, Levantamento socioeconomico e Levantamento Cadastral.

A Equipe Básica deverá ser composta por no mínimo:

- 01 Coordenador do Plano de Manejo
- 02 Responsáveis Técnico pelo Quadro Ambiental (01 pelo Meio Físico e 01 pelo Biótico)
- 01 Responsável Técnico pelo Quadro Socioeconômico (com experiência em trabalhos de participação comunitária)

O Coordenador e os responsáveis técnicos devem demonstrar experiência prévia na coordenação de equipes interdisciplinares e na atualização de Planos de Manejo em Unidades de Conservação. Também devem demonstrar experiência prévia no mapeamento do uso do solo, levantamento socioeconomico, levantamento topográfico além de visão ampla do planejamento de Unidades de Conservação e/ou na elaboração de trabalhos correlatos.

6.3 Equipe Técnica de Apoio

A Equipe Técnica de Apoio deverá ser estruturada de acordo com as peculiaridades da Unidade de Conservação, buscando-se ao máximo montar um quadro técnico interdisciplinar com especialistas nas áreas temáticas de maior relevância.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

Deve-se, buscar a participação de especialistas que já desenvolveram estudos em Unidades de Conservação.

A Equipe Técnica de Apoio deve ser composta, no mínimo, por especialistas nas seguintes áreas: geoprocessamento, flora, fauna, geologia, geomorfologia, hidrologia, clima, uso público/turismo, legislação ambiental, situação fundiária, gestão pública urbana e na área ambiental, infraestrutura, principalmente relativa a saneamento básico, educador ambiental com experiência em planejamento participativo (oficinas em geral) e moderação de conflitos e interesse.

Para o Levantamento Cadastral a equipe deverá incluir em suas equipes permanentes, necessariamente, um de cada dos seguintes profissionais, com seus respectivos perfis:

a. Coordenador: profissional de nível superior com pelo menos 10 (dez) anos de experiência profissional na área de cadastro técnico, com conhecimentos específicos em trabalhos correlatos;

b. Técnico/coordenador de Trabalho de Campo: Engenheiro Cartógrafo ou Geógrafo com, no mínimo, 3 (três) anos de experiência de trabalho;

c. Equipe de cadastradores

6.4. Habilitação Técnica da Empresa

Especificamente, para realizar os serviços de levantamento físico-cadastral de cada imóvel e revisão de plano de manejo de Unidades de Conservação a empresa deverá apresentar a seguinte documentação para a habilitação técnica:

•Certificado de Registro junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando através da apresentação da Certidão de Pessoa Jurídica;

•Comprovação da Capacidade técnico-operacional da empresa, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove possuir aptidão para a execução dos seguintes serviços, classificados como de maior relevância técnica:

a. Experiência em execução de trabalhos de cartografia em grandes escalas;

b. Experiência em Levantamentos Topográficos e Planialtimétricos Georreferenciados de zonas urbanas e rurais;

c. Experiência em Revisão/Atualização de Planos de Manejo em Unidades de Conservação.

7. Etapas a serem realizadas e Produtos

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

Os serviços de consultoria para a atualização do Plano de Manejo da APA Morro de Osório deverão seguir as etapas de trabalho apresentadas neste Termo de Referência, bem como as orientações da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária – SMAAP.

Etapa I – Apresentação do Plano de Trabalho

Nesta oportunidade deverá ser apresentado o Plano de Trabalho contendo o detalhamento necessário para subsidiar o acompanhamento da execução do contrato. Deve ser descrita a sequência de atividades a ser realizada em cada uma das etapas de trabalho, explicitando os métodos e técnicas a serem adotados. A Contratada deverá apresentar ainda o planejamento operacional para a execução das atividades previstas, na forma de um Fluxograma de Atividades.

PRODUTO: Relatório parcial e Plano de Trabalho.

Etapa II – Avaliação do Planejamento Anterior e Organização do Planejamento

A consultoria contratada deverá realizar uma análise do grau de implantação da versão atual do Plano de Manejo, com o propósito de identificar os pontos críticos enfrentados para sua operacionalização. Tais elementos devem ser abordados na atualização de forma a contornar os entraves observados no primeiro ciclo de gestão

Deverão ser realizadas Reuniões Técnicas para avaliação do Plano de Manejo da APA Morro de Osório. Além de se avaliar o nível de execução do documento, suas limitações e a aplicabilidade do diagnóstico ambiental, também devem ser avaliados a situação atual da unidade e o nível de envolvimento dos atores locais na gestão da APA.

Deverão ser discutidas quais das atividades previstas foram executadas, se estas foram implantadas total ou parcialmente e, nesse caso, quais os motivos que comprometeram ou inviabilizaram sua total execução. Devem ainda ser identificados os estudos já realizados e os estudos necessários para atualização do Plano de Manejo.

Definir forma de atuação junto à comunidade, apresentar as metodologias de trabalho dos eventos de sensibilização, reuniões, oficinas bem como a elaboração do material didático a ser utilizado nos eventos.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

Nesta etapa de Organização do Planejamento, deverão ainda ser estabelecidas as estratégias de trabalho, avaliadas as condições logísticas da UC, meios e o apoio necessário ao desenvolvimento dos trabalhos.

Na Matriz de Organização do Planejamento (conforme Roteiro Metodológico do IBAMA - 2002) deverão ser definidas as datas e pessoas envolvidas nas atividades estratégicas, como: Reconhecimento de Campo, Reuniões Técnicas e Oficina de Planejamento.

Ainda durante o reconhecimento de campo deverão ser realizadas checagens das informações contidas no mapa-base da APA Morro de Osório e seu entorno, no sentido de consolidá-lo.

Eventuais adequações de abrangência dos trabalhos e das áreas temáticas deverão ser feitas, de acordo com as peculiaridades da APA em questão.

PRODUTO: Relatório das Ações Iniciais, incluindo os relatórios das reuniões técnicas, a Matriz de Organização do Planejamento, Relatório de análise da implementação do Plano de Manejo.

Etapa III – Coleta e Análise das informações básicas disponíveis e atualização Bibliográfica e Cartográfica

Nesta etapa será feita uma primeira atualização do material cartográfico e bibliográfico existente através da revisão e inclusão destas informações existentes sobre a APA Morro de Osório, com a finalidade de elaborar Banco de Dados, junto aos órgãos públicos, universidades, instituições privadas e sociedade civil organizada.

Deverá ser apresentada a metodologia a ser aplicada e fontes de consulta para o levantamento dos dados primários e secundários referentes ao meio socioeconômico. Todos os indicadores devem ser apresentados com os respectivos comparativos estaduais e nacionais. Os dados primários serão coletados por meio de amostragem qualitativa.

A coleta e análise das informações disponíveis incluem o levantamento bibliográfico e cartográfico, assim como levantamento de fotografias aéreas e imagens de satélite e na análise dos resultados das pesquisas desenvolvidas durante a vigência do Plano, identificando as possibilidades de aplicação dos resultados no manejo da Unidade.

Deverão ser coletadas todas as informações disponíveis sobre a APA, procedentes de quaisquer documentos publicados de cunho científico e técnico, produzidos e identificados posteriormente aos levantamentos realizados para elaboração do planejamento anterior.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

O sistema de informação geográfica (SIG) tem por objetivo auxiliar na estruturação do banco de dados, a fim de facilitar o acesso, a manipulação, a atualização e a sobreposição de informações georreferenciadas, funcionando como ferramenta imprescindível ao zoneamento, planejamento, manejo e gestão da Unidade de Conservação.

Os mapas deverão ser atualizados com o emprego de imagens de satélite de alta resolução espacial ou fotografias aéreas. Os bancos de dados – bibliográfico e cartográfico – deverão ser estruturados para apoiar a organização das informações coletadas no desenvolvimento dos trabalhos.

Os mapas deverão ser atualizados com o emprego de imagens de satélite de alta resolução espacial ou fotografias aéreas referentes com data posterior ao ano de assinatura do contrato. Os bancos de dados – bibliográfico e cartográfico – deverão ser estruturados para apoiar a organização das informações coletadas no desenvolvimento dos trabalhos. Nesta etapa deve ser iniciada a compra de imagens de satélites para atualização do mapa base da UC e realização de estudos específicos.

O levantamento dessas informações constitui subsídio básico para a atualização do Quadro Socioambiental da APA Morro de Osório.

Os dados a serem obtidos em campo, através da observação "in loco", com aplicação de questionários que devem ser formulados juntamente com os técnicos da Prefeitura Municipal de Osório

Após a análise e compilação dos dados do IBGE e dos dados obtidos em campo ("in loco") os técnicos da empresa Contratada deverão elaborar os respectivos relatórios socioeconômicos e mapas.

É necessário que as informações obtidas no Plano de Manejo sejam especializadas sobre uma base comum.

Diretrizes: a. A base cartográfica de referência deve conter informações georreferenciadas, com pelo menos: rede hidrográfica, sistema viário, hipsometria (curvas de nível e pontos altimétricos), limites (estaduais e municipais) e fronteiras. Dados pontuais poderão ser obtidos por meio de GPS com processamento de correção diferencial;

b. Os materiais cartográficos, selecionados para a execução da base cartográfica, estejam em uma única escala e compatíveis com aquela usada para a geração dos mapas temáticos;

c. A fim de garantir a sobreposição correta dos mapas que serão elaborados, deve-se atentar ao sistema de projeção cartográfica adotado (exemplo: no caso de projeção Universal Transversa de Mercator, não esquecer do Fuso e Datum) e ao número de pontos de controle, em relação a superfície e escala, para a correção geográfica e geométrica.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

d. A escolha dos produtos de sensores remotos que serão usados na elaboração dos mapas temáticos e na atualização da base cartográfica de referência devem, pelo menos, apresentar datas recentes de registro, permitir ampla visualização da área e sem cobertura de nuvens e com resolução de pixel apropriada para a escala de interpretação, ou seja, possuir boa resolução temporal, espacial e espectral;

e. Para o mapeamento de áreas que necessitam de maior detalhamento e precisão, escolher sensores com maiores resoluções.

f. Conforme determina o Decreto N° 89.817 de 20 de junho de 1984, o qual estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional, em seu capítulo II – Art. 8° e 9º, as ortofotocartas deverão atender o Padrão de Exatidão Cartográfica – "PEC CLASSE A".

g. Todos os dados espaciais produzidos devem estar referenciados ao sistema de referência geodésico legalmente instituído para levantamentos de dados em território nacional. As informações temáticas devem ser levantadas em campo a partir de aparelho receptor GPS Geodésico e que subsidiarão a produção de planos de informação primários que, por sua vez, suportarão as análises espaciais, deverão ser entregues no formato shapefile (extensão shp) para propósito de construção de um banco de dados geográficos.

h. Adicionalmente aos dados geográficos devem ser informado em arquivo texto, que deve acompanhar os mesmos, pelo responsável da atividade temática objeto do mapa que será produzido, algumas informações suplementares que dizem respeito aos métodos, procedimentos ou técnicas de obtenção ou geração dos dados em questão, bem como a data de sua produção, sistema de referência e autoria. Estas informações serão cadastradas no banco de dados geográficos e comporão os metadados que os acompanham.

i. Os documentos de mapas produzidos deverão apresentar-se no sistema geodésico de referência SIRGAS 2000. O Quantum Gis é o software utilizado pela Prefeitura Municipal de Osório. Portanto, os dados espaciais deverão ser organizados em plataforma semelhante ou equivalente, respeitando seu modelo de dados vetoriais e raster. Mais especificamente, os dados espaciais deverão ser organizados em uma arquitetura tipo Geobase de Arquivo (File Geodatabase), em que deverão conter ainda as coleções de classes de feições (Feature Dataset). Os parâmetros que definem as coleções de classes de feições deverão respeitar os que definem o Sistema Geodésico de Referência oficial do Brasil.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

PRODUTOS: Relatório parcial, Estudo Técnico, mapas básicos e mapas temáticos preliminares em escala igual ou superior a 1:50.000, bancos de dados preliminares, levantamento socioambiental, Imagens de satélites e/ou fotografias aéreas.

Etapa IV – Reconhecimento de Campo

O objetivo desta atividade é realizar o reconhecimento da área, para a identificação dos problemas, das características ambientais relevantes, das ameaças e das fragilidades que afetam a unidade de conservação, bem como as oportunidades antevistas para melhoria da ocupação do espaço e manejo dos seus recursos naturais.

O reconhecimento de campo deve envolver a realização de visitas à APA Morro de Osório com a finalidade de elaborar Banco de Dados, com o objetivo de verificar e detalhar as informações obtidas nos levantamentos preliminares.

Nessa etapa, deverão ser promovidos encontros com representantes da prefeitura municipal envolvida pela APA, além de reuniões envolvendo os principais grupos sociais (pessoas representativas das comunidades, instituições ou organizações relacionadas com a APA), com objetivo de informar acerca da atualização do Plano de Manejo, obter informações sobre a área, identificar as expectativas, avaliar a visão da comunidade sobre a UC e identificar os prováveis participantes da Oficina de Planejamento. Nesta etapa também deverão ser identificados os agentes com potencial envolvimento na gestão da APA.

Ainda durante o reconhecimento de campo deverão ser realizadas checagens das informações contidas no mapa-base da APA e seu entorno, no sentido de consolidá-lo. As imagens serão interpretadas visando especialmente obter produtos como: - caracterização da cobertura vegetal; - caracterização do uso e ocupação da terra; - unidades geomorfológicas - rede de drenagem; - relevo; - rede viária; - litologia; - hipsometria; - características da água, como: estimativa de profundidade de corpos d'água, temperatura, níveis de matéria particulada, turbidez e outros. De posse do material levantado elabora-se o mapa-base da UC, fundamental para a sistematização dos mapas e croquis ilustrativos que acompanharão o plano de manejo.

PRODUTOS: Relatório parcial, Mapas básicos e mapas temáticos atualizados, banco de dados georreferenciado.

Etapa V - Levantamento das Localidades

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

Nesta etapa a Contratada deverá executar a Base Cartográfica Digital, contemplando levantamento georreferenciado das edificações situadas nos limites da APA, com medições através de imagem de satélite ou por levantamento aerofotogramétrico.

Etapa VI – Realização de estudos técnicos específicos e atualização de dados de campo para embasar o Plano de Manejo

Nesta etapa, deverão ser realizadas as análises dos dados secundários e de campo para a caracterização dos componentes abióticos, bióticos, socioeconômicos e institucionais com vistas à consolidação do Quadro Socioambiental da APA Morro de Osório.

Deverão ser efetuadas as análises parciais dos diferentes meios que compõem a APA, assim como as análises de integração, deverão permitir o entendimento dos processos internos, como também daqueles de âmbito regional que a envolvem, indicando suas inter-relações, oportunidades, ameaças, problemas, conflitos e pressões externas.

Nesta etapa, deverão ser estabelecidas relações mútuas entre os dados, de maneira a se obter sínteses atualizadas de cada um dos meios (abiótico, biótico, socioeconômico e institucional). O estabelecimento de relações deve possibilitar a proposição das ações estratégicas necessárias à gestão eficiente da APA.

PRODUTOS: Resultado dos Estudos Técnicos Específicos, Relatórios Parciais de Análise dos Diferentes Meios e Análise de Integração, Banco de Dados das Referências Bibliográficas Final (impresso e digital), Quadro Socioambiental da APA, Cadastro Digital, Identificação das Áreas Ambientais Homogêneas e Estratégicas e estudos técnicos específicos.

Etapa VII – Oficinas de pré-zoneamento

A proposta de revisão/atualização do zoneamento da APA Morro de Osório deverá ser elaborada levando-se em conta as informações provenientes dos diagnósticos existentes e dos mapas temáticos atualizados, considerando todas as condicionantes ambientais, legais, as fragilidades e as potencialidades da UC.

O processo de atualização do Zoneamento da APA Morro de Osório deverá ser realizado por meio de identificação e avaliação de compartimentos ambientais, conflitos decorrentes do uso e ocupação

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

do solo e do uso público, , visando a definição de medidas corretivas a serem incorporadas. A manipulação dos dados para a revisão do zoneamento deverá utilizar ferramentas de geoprocessamento.

As oficinas de pré-zoneamento deverão envolver a participação dos segmentos com atuação na APA Morro de Osório. Nas oficinas de pré-zoneamento deverão ser colhidas propostas para atualização do zoneamento. A Contratada deverá elaborar uma proposta para a atualização do zoneamento que consolide as informações do diagnóstico e as propostas de pré-zoneamento, a ser levada para a Oficina de Planejamento com a finalidade de discussão.

A proposta de atualização do zoneamento a ser levada para discussão na Oficina deve conter uma comparação entre a situação atual e a proposta, tanto em termos de delimitação quanto em relação às normas de uso. Deverá ser elaborado um Quadro Síntese do Zoneamento proposto e um comparativo com o respectivo Quadro existente na versão atual do Plano de Manejo.

PRODUTOS: Relatório parcial, Relatório contendo a consolidação das Propostas de Pré-Zoneamento com os respectivos mapas e textos descritivos, apresentar uma proposta de Zoneamento elaborado pela consultoria consolidando aspectos levantados no diagnóstico e propostas de pré – zoneamento, oficinas de pré-zoneamento.

Etapa VIII – Oficina de Planejamento

As Oficinas de Planejamento tem a finalidade de obter as contribuições da sociedade, com base no diagnóstico e nas propostas de pré-zoneamento. As Oficinas terão como base o planejamento anterior, inclusive o zoneamento anterior, utilizando-o como base para a elaboração das propostas para a atualização.

As Oficinas deverão ser realizadas com uma abordagem participativa, aplicando-se métodos e técnicas que facilitem o intercâmbio de informações e os processos de tomada de decisão pelo grupo de trabalho em etapas lógicas, sucessivas e interligadas de análise e planejamento.

Como subsídio para as Oficinas de Planejamento, a Contratada deverá elaborar um documento síntese, para dar conhecimento a todos os participantes acerca do diagnóstico e das propostas de pré-zoneamento. O documento síntese deverá possuir uma linguagem acessível e estar disponível para consulta com, no mínimo, 15 dias de antecedência em relação a data das Oficinas de Planejamento.

Deverão ser empregadas estratégias adequadas de comunicação (rádio, televisão, jornais, internet, cartilhas, etc) para mobilizar os atores locais a participarem das Oficinas.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

As Oficinas deverão ser iniciadas com a apresentação da proposta de atualização do zoneamento, seguida pela apresentação das sugestões dos participantes. Deverão ser apresentados mapas, figuras, gráficos, entre outros meios, contendo as informações relevantes para a compreensão das propostas em discussão.

Deverá ser apresentado um mapa, em tamanho que possa ser visualizado por todos os participantes, com as informações básicas disponíveis. Este mapa deverá ser atualizado nas Oficinas, documentando-se as informações obtidas dos participantes (mapa-falado).

Deverão ser destacadas as propostas contidas no planejamento anterior, avaliando-se os avanços – como os resultados alcançados – e as dificuldades vivenciadas, que comprometeram ou inviabilizaram a execução das ações. Na etapa de análise da APA e seu contexto, deverão ser apresentados os pontos fracos e fortes, bem como as ameaças e oportunidades identificadas no planejamento anterior.

Deverão ser convidadas a participar das Oficinas a equipe da Prefeitura, o Conselho Gestor da APA e representantes das instituições (públicas, privadas e não-governamentais) com atuação na região.

Os subsídios obtidos nas Oficinas de Planejamento deverão ser consolidados e complementados pela Contratada, com base nos conhecimentos técnicos, nas normas vigentes e nas orientações da SMAAP.

Finalizando a etapa das Oficinas, deverá ser apresentada a matriz de cooperação institucional elaborada nos planejamentos anteriores, analisando-se a situação das instituições na implementação do Plano, estabelecendo-se então as estratégias de ampliação das parcerias e aprimoramento da coordenação dos trabalhos inter-institucionais.

O caráter consultivo das Oficinas deverá ser enfatizado, evitando-se a geração de expectativas que não sejam técnica e/ou institucionalmente possíveis de serem incorporadas pelo Plano de Manejo.

As Oficinas de Planejamento deverão acontecer em cada localidade situada no interior e proximidades da Unidade de Conservação a serem divulgadas antecipadamente em um prazo de 15 dias, e com a moderação de profissional com experiência em metodologias de planejamento estratégico e participativo.

Após o término desta etapa, deverá ser realizada uma reunião com os tecnicos da SMAAP e grupo de revisão do Plano de Manejo para a estruturação/consolidação do Plano de Manejo, com base nos subsídios advindos das Oficinas de Planejamento.

JOGUE LIMPO com Osório

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

PRODUTOS: Relatório parcial, Documento Síntese, Relatório da Oficina de Planejamento (devem estar contidos no relatório o detalhamento acerca das estratégias e ferramentas empregadas na mobilização e os elementos comprobatórios da realização da atividade), oficinas de planejamento.

Etapa IX – Planejamento da Unidade de Conservação

Nesta etapa serão estabelecidas as diretrizes gerais para a gestão da APA, com a definição da Visão Geral do Processo de Planejamento, Avaliação Estratégica, Zoneamento, Definição dos Programas de Manejo e dos Sistemas de Gestão Administrativa e de Monitoria e Avaliação.

Com base no diagnóstico da UC, nas Oficinas com as comunidades, nas Oficinas de Pré-Zoneamento e nas Oficinas de Planejamento, consolidam-se a Proposta de Zoneamento, as Áreas Estratégicas Internas e Externas, os Programas Temáticos, com respectivos Programas de Ação, dentre outros aspectos a comporem o Plano de Manejo da APA atualizado.

Os Programas de Manejo visam definir ações estratégicas e prioritárias para o planejamento e gestão da APA, buscando-se aumentar o grau de efetividade da UC. Tais Programas deverão ser detalhados de forma que possibilitem a identificação dos objetivos, resultados esperados, indicadores de aferição, atividades a serem realizadas, responsáveis, parceiros, e possíveis fontes de financiamento. Também deverão ser apresentados o Cronograma Físico e a Estimativa de Custos dos Programas de Manejo.

Deverá ser elaborado um Resumo Executivo do Plano de Manejo, o qual apresentará as principais características e objetivos da APA, o zoneamento e as normas específicas.

Este documento deverá ser escrito em linguagem acessível, contendo mapas, figuras e outros elementos que facilitem a compreensão de seu conteúdo.

É importante destacar a necessidade de se desenvolver Programa de Ação de monitoria e avaliação, ambos instrumentos que visam assegurar a interação entre planejamento e execução, possibilitando a correção de desvios e a retroalimentação permanente do contínuo processo de planejamento e gestão da unidade de conservação, considerando-se as experiências vivenciadas durante a revisão e implementação do Plano de Manejo.

Sendo as Áreas de Proteção Ambiental uma categoria de unidade de conservação muito dinâmica, devido ao seu objetivo de conciliar a conservação dos recursos naturais com a ocupação humana, considera-se de extrema importância prever ações contínuas de Educação Ambiental e de co-gestão,

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

dando continuidade ao processo de planejamento e de gestão participativa iniciado e fortalecido com a revisão do Plano de Manejo da APA em questão.

Assim, como se destaca a importância da elaboração de Programas de Ação que enfoquem a Educação Ambiental, a co-gestão e o monitoramento e avaliação dos resultados como formas de integrar o planejamento à execução propriamente dita do Plano de Manejo, é importante que outros aspectos, também relevantes e relacionados ao Sistema de Gestão da APA Morro de Osório sejam considerados no momento da definição dos temas a serem tratados pelos Programas de Ação.

Nos Programas de Ação deverão ser fornecidas as diretrizes de implantação das estruturas e das infra-estruturas necessárias à operacionalização da UC. Sempre que necessário, deverá conter instruções sobre recuperação de áreas e cursos d'água degradados ou em risco de degradação.

Após a avaliação do Plano de Manejo da APA os técnicos da SMAAP e grupo de revisão do Plano de Manejo realizarão Reunião Técnica com o Coordenador e Responsáveis Técnicos da Equipe Contratada para a realização das adequações necessárias.

PRODUTOS: Relatório Parcial, Resumo Executivo, Visão Geral do Processo de Planejamento, Avaliação Estratégica, Zoneamento, Programas de Manejo e Sistema de Gestão Administrativa, Plano de Monitoria e Avaliação e Banco de Dados Georreferenciados, reuniões técnicas.

Etapa X – Entrega e Avaliação do Plano de Manejo preliminar

Consiste na entrega da minuta do Plano de Manejo da APA Morro de Osório, do Resumo Executivo (com respectivas adequações identificadas como necessárias na última Reunião Técnica) e do Sistema de Informação Geográfica com o banco de dados georreferenciado.

PRODUTOS:

a) Sistema de Informação Geográfica da APA Morro de Osório;

b) Levantamento Socioeconômico da APA Morro de Osório Via formulário a ser distribuído à comunidade;

C) Plano de Manejo Preliminar.

Etapa XI – Apresentação do Plano de Manejo às comunidades envolvidas

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

Antes da aprovação do Plano de Manejo, este deverá ser apresentado aos atores envolvidos no processo de planejamento e ao Conselho Gestor da APA Morro de Osório. Deverão ser realizadas audiências públicas para a apresentação da Minuta do Plano.

Descrição: "Deverão ser realizadas 5 (cinco) audiências públicas (quatro nas localidades da unidade e uma na Câmara de Vereadores ou auditório da CNEC); audiências públicas para a apresentação da Minuta do Plano." As quais serão organizadas pela Prefeitura Municipal, devendo a contratada disponibilizar a equipe técnica para a apresentação dos trabalhos.

Todos os produtos referente a audiência pública de apresentação do Plano de Manejo deverão ser objeto de apresentação à SMAAP, com o objetivo de facilitar sua compreensão e análise.

PRODUTO: Plano de manejo entregue de acordo com a ET e apresentação técnica nas audiências e relatório destas.

8. Formas de apresentação

8.1 Todos os produtos listados deverão ser entregues à SMAAP em versão preliminar destinada à avaliação. As versões preliminares dos produtos deverão ser entregues na forma de arquivos digitais, para avaliação.

8.2. Após apreciação da versão preliminar, caberá a SMAAP aprovar os produtos ou indicar a necessidade de realização de correções (caso necessário). A versão final do Plano de Manejo deverá ser entregue após a realização de eventuais correções e aprovação. A versão completa dos produtos deverá ser entregue em 5 (cinco) vias impressas e na forma de arquivos digitais.

8.3. Todos os produtos devem ser redigidos em português. As tabelas, quadros, figuras e gráficos deverão ser numerados, apresentar título, legenda, fonte e demais elementos necessários a sua total compreensão.

8.4. Todo o material cartográfico deverá ser entregue em formato impresso, como parte dos produtos, sendo que as bases de dados cartográficas digitais também deverão ser entregues em formatos compatíveis (ESRI Shape-file, Geotiff, etc.). O Sistema de Informações Geográficas deve ser apresentado em formato shape-file (SHP) compatível com programa Quantum GIS e semelhantes. Todos os mapas e ilustrações devem ser entregues também em formato PDF.

8.5. O Banco de Dados Bibliográfico em formato digital deverá ser elaborado e entregue ao contratante no formato do Microsoft Access.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

8.6. A versão final do plano de manejo deverá ser entregue 50 (cinquenta) exemplares do Plano de Manejo da APA atualizado (capa dura, estilo livro) com a finalidade de distribuir nas escolas, universidades e bibliotecas do município de Osório e também para algumas autoridades relacionadas à unidade de conservação.

9. SUPERVISÃO DA CONSULTORIA

A elaboração do Plano de Manejo será conduzida por uma equipe de coordenação, constituída por representantes da equipe técnica da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária e por representantes do Conselho Gestor da APA Morro de Osório. Todos os produtos elaborados devem ser aprovados pela coordenação da Atualização do Plano de Manejo. A consultoria contratada deverá ter disponibilidade de participação em reuniões de trabalho junto à equipe de atualização do Plano de Manejo e manterá contato com a contratante preferencialmente por escrito.

10. ROTEIRO MINIMO A SER APRESENTADO PARA ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA APA MORRO DE OSÓRIO

Volume I – DIAGNÓSTICO SOCIO-ECONÔMICO E AMBIENTAL

1 Apresentação

2 Contextualização da APA

2.1 Histórico da Criação

2.2 Situação Legal

3 Caracteristicas Bióticas, Abióticas e Socio-Econômico e Culturais

3.1 Diagnóstico Ambiental

3.1.1 Meio Físico

3.1.1.1 Clima

3.1.1.2 Recursos Hídricos

3.1.1.3 Geologia

3.1.1.4 Geomorfologia

3.1.1.5 Pedologia

3.1.2 Flora

3.1.3 Fauna

JOGUE LIMPO com Osório

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

3.1.3.1 Anfíbios

3.1.3.2 Répteis

3.1.3.3 Aves

3.1.3.4 Mamíferos

3.2 Diagnóstico Socio-econômico e cultural

3.2.1 Metodologia

3.2.2 Aspectos Demográficos e Sócio-Econômicos

3.2.2.3 Procedência geográfica

3.2.3.1 Condições habitacionais básicas

3.2.4 Educação no Município

3.2.4.1 Condições educacionais na região da APA

3.2.5 Economia

3.2.5.1 A base da economia do município

3.2.5.2 Sinopse da agricultura no município

3.2.5.3 A agricultura na região da APA

3.2.5.4 A pecuária

3.2.5.5 A Pecuária na Região da APA

3.2.5.6 Outras atividades econômicas desenvolvidas na APA

3.2.6 Turismo

3.2.7 Estrutura viária

3.3 Conflitos de uso

3.4 Avaliação crítica dos limites da APA

VOLUME II – PLANEJAMENTO DA APA MORRO DE OSÓRIO

4 Planejamento da APA

4.1 Zoneamento da APA

4.1.1 Definição das Zonas

4.2 Planos e programas governamentais

4.2.1 O Plano Diretor e a APA

4.3 Impacto econômico resultante do ICMS Ecológico

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

4.4 Diretrizes e Objetivos específicos para a APA Morro de Osório

4.4.1 Atividades proibidas na APA Morro de Osório

4.5 Programas de manejo

4.5.1 Programa de Conservação do Meio Ambiente

4.5.2 Programa de Desenvolvimento Sustentável

4.5.3 Programa de Gestão Ambiental

4.6 Recursos humanos e financeiros necessários

5 Proposta para Revisão do Plano de Manejo

6 Projetos Específicos e Monitoria/Avaliação

7 Equipe técnica

8 Glossário

9 Referências Bibliográficas

OBS.: Deve ser incluído no anexo as listas de espécies inventariadas com as coordenadas dos pontos observados, relatórios das Oficinas e Reuniões Técnicas, legislações básicas da UC, como Roteiro Metodológico para Elaboração do Plano de Manejo, Decretos de criação, Conselho Gestor e demais documentos que fundamentam ações de conservação e/ou manejo da Unidade.

O Plano de Manejo é constituído por seis encartes, onde a Unidade de Conservação é enfocada a partir da Contextualização da UC no cenário internacional, quando couber, seguindo-se os cenários federal e estadual. Parte-se então para uma análise da região ou entorno da UC e mais detalhadamente procede-se à análise da unidade de conservação propriamente dita. Uma vez dispondo-se de todos este diagnósticos têm-se o conhecimento necessário para a definição e a tomada de decisão para o planejamento da UC e seu entorno. Os dois últimos encartes, Projetos Específicos e Monitoria/Avaliação estão vinculados à implementação do Plano de Manejo.

10. CONCLLSÃO DA MEDIÇÃO PREVISTA:

- Plano de manejo de acordo com esta Especificação Técnica;
- Material impresso;
- Material em formato edital (total);
- Material Elaborado pelo proponente e divulgação de responsabilidade da PM

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

1. Folder digital para divulgação inicial
2. Folder digital para conclusão do serviço
3. Vídeo para divulgação inicial (5 minutos)
4. Vídeo para conclusão do serviço (5 minutos)

11. Nota

Ficam previstas uma reunião técnica em cada comunidade, uma reunião com entidades, uma reunião com escolas e duas reuniões com a equipe da PM por etapa quando aplicável.

Bibliografia:

Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais (2018: Brasília, DF) / Organizadores: Ana Rafaela D'Amico, Erica de Oliveira Coutinho e Luiz Felipe Pimenta de Moraes. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio, 2018 e Manual de Apoio – CTM: Diretrizes para a criação, instituição e atualização do cadastro territorial multifinalitário nos municípios brasileiros / Organizadores: Eglaisa Micheline Pontes Cunha e Diego Alfonso Erba – Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

Edilson Nunes Pires
Secretário de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

Anexo 04 - Abaixo seguem questionamentos realizado pelos fornecedores, os quais foram devidamente esclarecidos e devem fazer parte integral do TR, devendo o fornecedor ganhador conduzir seus trabalhos levando em consideração as informações abaixo adicionalmente.

1. Quanto ao nível de aprofundamento necessário aos estudos de atualização do diagnóstico ambiental, importante especificar qual o escopo esperado para a fauna e flora, uma vez que o detalhamento apresentado na Especificação é amplo, e exigências podem impactar significativamente o orçamento elaborado. Em trabalhos de Plano de Manejo, o que usualmente é solicitado em relação ao diagnóstico ambiental referente a esses componentes ambientais é uma descrição mais ampla, suficiente para embasar as etapas posteriores de zoneamento ambiental, mas que podem ser avaliada como insuficiente quando o objetivo é o inventário de espécies por exemplo. Para esta proposta foi considerado levantamentos de campo tanto para fauna quanto para a flora. Para a fauna foi considerada a realização de uma campanha, sem captura. Dentre os parâmetros necessários para o orçamento que atenda as expectativas para esses componentes poderíamos citar a metodologia de amostragem para a flora e a metodologia de amostragem e número de campanhas para a fauna.

O diagnóstico da fauna deve contemplar a sazonalidade das estações anuais e a amplitude territorial da APA como forma de realizar o registro e mapeamento da distribuição das espécies, ambientes e habitats. A intensidade amostral deve ser exaustiva e para isto deverão além das campanhas de levantamento de campo ter o uso contínuo de armadilhas fotográficas, Quando possível, devem ser registradas com a utilização de câmeras fotográficas (principalmente imagens noturnas).

A captura seguida de soltura de animais estará concentrada para os grupos da ictiofauna e herpetofauna, dada a escassez de dados secundários e potencial de endemismo destes grupos. Mastofauna e avifauna são grupos que podem ser registrados com equipamentos específicos que não promovem sua captura. Os resultados de diversidade, abundância e frequência são informações imprescindíveis ao estudo da dispersão e concentração de espécies e potenciais ecossistemas para definir seu zoneamento e analisar as tendências de ocupação territorial objetivando limitar impactos e evitar interrupção da migração genética.

A suficiência amostral do levantamento deverá contemplar o índice de equitatividade e curva de acumulação de espécies.

A identificação da fauna deverá ser efetuada com base em bibliografia especializada. As Informações sobre a fauna devem ser obtidas através da procura por observação direta in loco (campo) e informações com base em entrevistas com moradores.

Dados secundários podem ser subsidiais, mas não se constituem em informações relevantes para o estudo necessário da fauna nativa da APA. Objetivamente, há a emergente necessidade de suprir minimamente a base de dados para os aspectos mais relevantes do objeto do trabalho pretendido, onde a intensidade amostral requer, além de outros fatores, o registro do comportamento e da dinâmica

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

populacional ao longo de um ciclo anual, sem interrupções de dados sazonais. A caracterização da fauna através da descrição ampla sobre o resultado de uma campanha ampla não atenderá minimamente este objetivo.

Quanto à flora, a atualização do plano de manejo requer o inventário fitossociológico da área da APA com suficiência amostral, não sendo aceitos dados secundários, já que não há base de dados suficientes para a caracterização confiável da cobertura vegetal nesta área.

A cobertura vegetal deverá ser observada in loco, sendo identificada e catalogada por reconhecimento direto em campo e/ou estudo em laboratório, com o uso de bibliografia especifica.

Deve ser realizado, através de amostragem, reconhecimento em campo das espécies arbóreas enquanto as espécies herbáceas podem ser através de dados secundários. Devem ser coletadas e/ou fotografadas para posterior identificação através da literatura especializada e comparações em herbário. Todo material coletado deverá ser prensado e herborizado através de técnicas convencionais. Os maciços de vegetação (fisionomias vegetais) devem ser identificados através de imagens aéreas com georreferenciamento para posterior mapeamento como foi indicado no TR.

2. Em relação à delimitação de propriedades, a proposta da ABG considerou a utilização de imagem de satélite de alta resolução, com conferências de campo, quando necessário, mas sem utilização de equipe de topografia de campo nem conferências de limites estabelecidos em matrículas (delimitação cartorial). Seria importante também receber um maior detalhamento da metodologia e escopo esperado para este tema.

As imagens de alta resolução deverão ser atualizadas, datadas de período não inferior a 3 meses do início dos trabalhos, com resolução de pixel que não exceda 0,40 metro. As imagens deverão ser georreferenciadas com base em coordenadas absolutas invariavelmente coletadas em campo (RTK). A delimitação das obras civis também será feita com base nas imagens.

Conforme determina o Decreto N° 89.817 de 20 de junho de 1984, o qual estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional, em seu capítulo II – Art. 8° e 9º, as ortofotocartas deverão atender o Padrão de Exatidão Cartográfica – "PEC CLAS3) Geração da base de dados vetoriais

Deverá ser realizada a criação da base vetorial urbana para a Localidade da Santa Rita e proximidades, a qual servirá de base para a implantação de um Sistema de Informações Geográficas, e terá como base a imagem de satélite adquirida ou imagens aerofotogramétricas ambas ortorretificadas e com data de aquisição posterior a assinatura do contrato. A partir das informações

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

levantadas e geradas, deverá ser construída uma base cartográfica digital de acordo com os seguintes critérios:

a) **Arruamentos: vetorização do eixo central das ruas, travessas e demais feições de arruamentos que aparecem na imagem, e no caso de avenidas deverá ser vetorizado o eixo das duas vias.**

b) **Quadras: a vetorização das quadras deverá respeitar o alinhamento das ruas e lotes do município.**

c) **Lotes e Edificações: A vetorização dos lotes deverá respeitar a simetria dos mesmos na realidade, não podendo existir bicos, angulações ou outras distorções que não condizem com a realidade da construção civil. Deverá ser feita análise detalhada a fim de não serem vetorizados sombras e/ou refletâncias que podem ser proeminentes na imagem devido a fatores como angulação e incidência solar. Deverá ser levado em consideração o Erro Gráfico oriundo de imagens de satélite. Também deverão ser desconsideradas as áreas referentes aos beirais das edificações.**

Deverá ser feita a classificação visual de alvos, devido às interferências de sombra, vegetação ou outros obstáculos, devendo ser feito o levantamento "in loco" das medidas das edificações presentes no lote.

Cada planta de lote deverá conter a sua situação com relação à quadra (meio de quadra, esquina, mais de uma frente, condomínio horizontal, conjunto popular, encravado, etc.).

3. Ainda, cabe também maiores informações sobre o cadastro socioeconômico esperado, uma vez que a especificação também não é clara em relação a isto. Nesta proposta foram previstas a realização de visitas de campo com aplicação de questionários, apoiadas por imagens de satélite de alta resolução, para caracterizar a dinâmica e estrutura socioeconômica da área em estudo. Porém este escopo é diferente do levantamento fundiário (que não é citado no TR), e que envolve levantamento de dados cartoriais e serviços de topografia para materialização dos limites de cada propriedade.

Não houve referência ao levantamento fundiário. Trata-se de área rural com propriedades de pequeno porte e grande ocupação por matas nativas. A relação entre meio ambiente, sustentabilidade e economia deve ser contemplada. Portanto um estudo em detalhe sobre os fatores sociais, econômicos, ambientais, culturais, turísticos e geográficos é fundamental para o planejamento e proposições do PM.

Os dados cartoriais não refletem a realidade de ocupação da APA onde a ocupação desordenada e irregular é a realidade instaurada. Logo, o levantamento socioeconômico teve demostrar esta realidade com a delimitação destes parcelamentos com dados primários e precisos, assim como propor soluções tangíveis para a normalização desta condição.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

A real situação de urbanidade consolidada deverá ganhar toda análise necessária e delimitação com vistas a sua regulamentação futura com os condicionantes que buscam a sustentabilidade da antropicidade urbanística comercial industrial instalada ao longo dos anos. A elaboração do novo Plano de Manejo da APA não abre mão dos processos participativos dialógicos com as comunidades residentes e usuárias do território durante todas as etapas de elaboração. Além das análises técnicas urbanísticas especializadas, o processo de participação popular será o eixo central da estratégia de elaboração do Plano de Manejo da APA Morro de Osório.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

ANEXO III - Proposta Técnica

ESTUDOS E SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA COM A FINALIDADE DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA APA MORRO DE OSÓRIO**.**

Cotação CPFL 6000137022

PROPOSTA TÉCNICA

27 DE JANEIRO de 2021

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

INTRODUÇÃO

A seguir é apresentada a proposta técnica visando estabelecer as condições e termos mínimos para a execução de serviços de Atualização do Plano de Manejo da APA Morro de Osório. A Proposta foi elaborada com base no Edital da Cotação 6000137022, na Especificação Técnica - Atualização Plano Manejo APA Morro de Osório e em atendimento ao documento Premissas para Propostas. A Geocenter se valeu da experiência de sua equipe técnica para elaboração da proposta técnica visando apresentar a contratante as melhores bases para o desenvolvimento dos trabalhos.

EXPERIÊNCIA DA GEOCENTER CONSULTORIA E PROJETOS

A Geocenter Consultoria e Projetos é uma empresa do ramo da Consultoria Ambiental de forte atuação no setor elétrico com mais de 20 anos de experiência. A origem da empresa remonta ao ano de 1996 com a fundação da empresa **Geolinks Geólogos Associados**, posteriormente com a mudança na composição societária surgiu a Geocenter Consultoria e projetos.

Ao longo destes mais de 20 anos a empresa sempre buscou atuar ativamente juntamente ao órgão ambiental estadual no desenvolvimento dos padrões técnicos para a elaboração dos estudos, onde participa até hoje de forma proativa no melhoramento da política ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, onde constantemente busca as melhores condições para nossos clientes e parceiros nos processos de licenciamento.

A Geocenter possui mais de 200 projetos desenvolvidos, atuando desde a fase de planejamento, licenciamento ambiental e licenciamento florestal. Fase de implantação e Gestão da operação dos empreendimentos na área de geração, transmissão e distribuição de energia. Atuando em todo o Brasil em projetos de pequeno a grande porte onde o diferencial da empresa, além de seu know-how, é o forte comprometimento com os objetivos e metas de seus clientes e parceiros, em geral não se limitando a atuação estritamente contratual, servido sempre como referência para seus clientes quando o assunto é licenciamento ambiental e florestal na busca de alternativas viáveis as demandas ambientais.

A empresa tem forte atuação no setor ambiental, realizando os mais diversos estudos amparados e qualificados por um corpo técnico multidisciplinar.

Na área de Gestão de projetos e de unidades de conservação, objeto desta cotação a empresa atuou nos seguintes projetos, incluindo a elaboração do Plano de Manejo da APA Morro de Osório:

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

- Avaliação e proposta de alteração dos Limites do PEDJ – Parque Estadual Delta do Jacuí;
- Demarcação e levantamento fundiário e cadastral das propriedades na área da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa
- Plano de Manejo APA de Caraá;
- Plano de Manejo APA Morro de Osório
- Plano de Manejo APA da Rota do SOL
- Plano de Manejo Morro São João
- Levantamento cadastral fundiário nas unidades de conservação:
    - Parque Nacional de Aparados da Serra
    - Parque Nacional Serra Geral
    - Parque Estadual de Itapeva
    - Parque Estadual do Tainhas
    - Reserva Biológica Estadual da Serra Geral

Além destes trabalhos na área de unidades de conservação a Geocenter elabora estudos de EIA RIMA, Diagnósticos de fauna, flora, recursos hídricos e minerais, Plano de bacias, implantação de programas ambientais, entre outros em geral necessários nos processos de licenciamento ambiental.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

A. ESCOPO DETALHADO DOS SERVIÇOS

A Geocenter terá a responsabilidade de executar o processo de atualização do plano de manejo da APA Morro De Osório.

Para isso estão previstas atividades para pleno atendimento ao Termo de referência para contratação de consultoria especializada com a finalidade de atualização do Plano De Manejo Da APA Morro De Osório emitido pela Prefeitura Municipal de Osório e constante no anexo III da cotação CPFL N° 6000137022.

A Atualização envolve as seguintes etapas e atividades:

- Mobilização para início das atividades
- Etapa I - Apresentação do Plano de Trabalho
- Etapa II - Avaliação do Planejamento Anterior e Organização do Planejamento
- Etapa III - Coleta e Análise das informações básicas disponíveis e atualização Bibliográfica e Cartográfica
- Etapa IV - Reconhecimento de Campo
- Etapa V - Levantamento das Localidades
- Etapa VI - Realização de estudos técnicos específicos e atualização de dados de campo para embasar o Plano de Manejo
- Etapa VII - Oficinas de pré-zoneamento
- Etapa VIII - Oficina de Planejamento
- Etapa IX - Planejamento da Unidade de Conservação
- Etapa X - Entrega e Avaliação do Plano de Manejo preliminar
- Etapa XI - Apresentação do Plano de Manejo às comunidades envolvidas
- Conclusão total da entrega, validada pela PM

Estas etapas são melhor descritas no item Plano de Trabalho apresentado a seguir.

PLANO DE TRABALHO

Mobilização para início das atividades

Esta atividade envolve a mobilização da empresa com apresentação formal dos membros da equipe de elaboração da revisão do Plano de Manejo e emissão das ARTS.

Produto - ARTS da equipe.

Prazo - 5 dias após assinatura do contrato

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

Etapa I –Apresentação do Plano de Trabalho

Após a mobilização da equipe iniciam as atividades de planejamento e execução das atividades de revisão do Plano de Manejo da APA Morro de Osório.

A primeira etapa prevê a elaboração de um plano de trabalho detalhando as etapas de elaboração, as datas previstas e os produtos a serem entregues com as responsabilidades de cada ator envolvido na revisão do Plano de Manejo. O plano de trabalho deverá balizar as demais Etapas de elaboração da revisão do Plano de Manejo com a apresentação de um fluxograma das atividades a serem desenvolvidas.

O plano de trabalho será elaborado na sua versão inicial sendo apresentado a contratante e a prefeitura municipal de Osório para aprovação.

Após as considerações da contratante/Prefeitura de Osório serão realizados os ajustes necessários e a emissão a versão final do Plano de Trabalho.

Produto –

Relatório Parcial e Plano de Trabalho aprovado

Cronograma –

Prazo desta etapa é de 30 dias

Etapa II - Avaliação do Planejamento Anterior e Organização do Planejamento:

Deverá ser realizada uma reunião técnica inicial para apresentação da equipe, quando deverão ser estabelecidas as estratégias de trabalho, avaliadas as condições logísticas da APA, meios e apoios necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

Em sendo uma revisão deve ser avaliada o grau de implementação do Plano de Manejo atual, buscando num primeiro momento verificar os pontos críticos e os conflitos existentes de forma a verificar os entraves a operacionalização do Plano de Manejo.

Esta etapa envolve ainda o reconhecimento preliminar de campo com a checagem de informação do mapa base da APA, definições de abordagem a população residente na APA e definições de estratégias de divulgação da execução do plano de manejo com a definição dos atores envolvidos no processo.

Atividades desta etapa:

Reunião representante da Prefeitura Municipal de Osório, Conselho Gestor da APA, juntamente com equipe técnica;

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

Vistoria na área da APA por parte da equipe técnica, acompanhada ou não de representantes do município.

Elaboração da Matriz de Planejamento

Elaboração de modelos de materiais gráficos, tais como folders, e materiais para mídias sociais para divulgação da revisão do Plano.

Produtos:

Relatório das Ações iniciais, relatório das reuniões técnicas de avaliação do Plano Atual, Matriz de organização do Planejamento, modelos de folders de divulgação e Relatório de Analise e implementação do Plano de Manejo.

Cronograma:

Tempo de realização desta etapa é de 30 dias.

Etapa III - Coleta e Análise das informações básicas disponíveis e atualização Bibliográfica e Cartográfica

Esta etapa deverá incluir atividades de levantamento, coleta e análise de informações bibliográficas e cartográficas existentes sobre a APA e respectiva área de influência, junto a órgãos públicos, universidades, Prefeitura. Será realizada extensa busca em trabalhos realizados nos meios acadêmicos relacionados a área da APA Morro de Osório

Esta é a etapa da formação de conhecimento sobre a realidade da APA de Osório, básica para sua contextualização internacional, federal, estadual e municipal.

Também nesta etapa devem ser avaliadas as informações cartográficas existentes para a APA e seu entorno, identificando a necessidade de complementações.

Será nesta etapa realizado imageamento com DRONE de alta resolução de forma a obter Ortoimagem atualizada de alta resolução. O arcabouço cartográfico seguirá ao Padrão de Exatidão Cartográfico - PEC CLASSE A.

Serão obtidos dados socioeconômicos junto ao IBGE, FEE, Plano diretor e demais documentos oficiais pertinentes a área da APA no intuito de elaborar um diagnostico bibliográfico da área da unidade.

Atividades desta etapa:

Busca e consulta a informações bibliográficas sobre a APA;

Sistematização das informações coletadas;

Atualização da base cartográfica da APA;

Realização do imageamento aerofotogramétrico da APA.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

Produtos

- Relatório Parcial;
- Estudo técnico;
- Mapas básicos e mapas temáticos preliminares;
- Banco de dados preliminar;
- Levantamento Socioambiental;
- Imagens de satélite e/ou fotografias aéreas;
- Sistematização de dados levantados.

Cronograma;

Esta etapa será desenvolvida ao longo de 45 dias.

Etapa IV - Reconhecimento de Campo

O Objetivo desta etapa é realizar o reconhecimento da área da APA a para identificação dos problemas, verificação em campo das fragilidades e conflitos bem como oportunidades de melhorias de uso e ocupação da área.

Nesta etapa serão promovidos encontros e reuniões técnicas com representantes da prefeitura e dos grupos sociais atuante na área da APA com o objetivo de informar sobre a atualização do Plano de manejo, obter informações da área, identificar as expectativas e avaliar a visão da comunidade sobre a APA, além de identificar os eventuais participantes da fase de planejamento.

Ainda nesta etapa serão realizadas checagem das informações cartográficas.

Atividades desta etapa:

- Realização de reuniões técnicas com representantes da prefeitura e comunidade local;
- Levantamento das expectativas da comunidade local;
- Identificação dos atores locais a participar da elaboração da revisão do Plano de manejo;

Produtos

- Relatório Parcial;
- Mapa de localização da APA;
- Elaboração de mapa do meio físico, com destaque para solos, declividade, áreas de jazidas, recursos hídricos superficiais e subterrâneos, etc...
- Elaboração de mapa do meio biótico, com destaque para vegetação, corredores ecológicos, áreas de preservação permanente, etc.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

- Elaboração de mapa do meio socioeconômico com destaque para aglomerações urbanas, pontos turísticos, sítios arqueológicos, áreas indígenas, etc.
- Banco de dados georreferenciado.

Cronograma

Esta etapa será desenvolvida ao longo de 45 dias.

Etapa V - Levantamento das Localidades

Nesta etapa será elaborada a base cartográfica digital georreferenciada das edificações existentes dentro da APA obtidas através da vetorização da ortoimagem e checagem em campo. O processo consiste em vetorizar as edificações da ortoimagem e posteriormente e checagem de amostras em campo para validação.

Produto

Base cartográfica digital das edificações existentes

Cronograma -

Esta etapa será desenvolvida ao longo de 30 dias.

Etapa VI - Realização de estudos técnicos específicos e atualização de dados de campo para embasar o Plano de Manejo

Nesta etapa deverá ser realizada a análise dos dados secundários e primários obtidos para a caracterização dos componentes socioeconômicos, institucionais, bióticos e abióticos com consolidação das informações do diagnóstico socioambiental da APA.

O diagnóstico deverá abranger a área da APA e seu entorno quando necessário. Nesta etapa em cada componente estudado, deverão ser identificados os conflitos existentes e as potencialidades a serem exploradas.

Os dados devem ser avaliados cada um em seu meio e de forma integrada de modo a permitir o entendimento dos processos internos, como também aqueles de âmbito regional ao qual a APA está inserida, buscando avaliar as suas interrelações, principais conflitos, ameaças, oportunidades, problemas e pressões externas.

Conforme edital deverão ser realizadas 4 campanhas de fauna para os grupos faunísticos através de amostragem sazonal .com apresentação de curva do coletor, dados estatísticos.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

Será realizado inventario florestal para caracterização da flora com herborização de material coletado. Serão coletados materiais de espécies não identificadas em campo.

Produtos

- Resultados dos estudos Técnicos específicos
- Relatórios parciais de analise dos diferentes meios e analise integrada;
- Banco de dados das referências bibliográficas final
- Quadro socioambiental da APA
- Cadastro Digital
- Identificação das áreas ambientais homogêneas
- Estratégias e estudos técnicos específicos
- Caracterização da cobertura vegetal;
- Caracterização da fauna da área da APA;
- Caracterização do Uso e ocupação da terra;
- Caracterização da hidrografia e da rede de drenagem;
- Unidades Geomorfológicas, relevo, hipsometria;
- Solos e litologia local;
- Caracterização das águas com amostragem de parâmetros físicos, químicos e biológicos;
- Caracterização dos poços profundos existentes na área,

Cronograma -

Esta etapa será desenvolvida ao longo de 300 dias.

Etapa VII - Oficinas de pré-zoneamento

O zoneamento da APA deverá ser realizado levando-se em conta o diagnóstico realizado na área da APA.

O processo de elaboração do zoneamento da APA deverá ser realizado por meio de identificação e avaliação de compartimentos ambientais, conflitos decorrentes do uso e ocupação do solo, visando a definição de medidas corretivas e preventivas a serem incorporadas em cada zona.

Metodologicamente a manipulação dos dados para elaboração do zoneamento deverá utilizar as ferramentas do geoprocessamento com cruzamento das informações obtidas nas etapas anteriores do Plano de Manejo.

Partindo de um pré-zoneamento, elaborado pela equipe técnica, comparado com o zoneamento atual, serão realizadas oficinas com representantes da comunidade, representantes da prefeitura, conselho gestor da APA para fins de será elaboração da proposta final zoneamento da APA, bem como das normas de uso para cada zona.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

Com base nas considerações obtidas nestas oficinas a equipe deverá elaborar o Zoneamento Final da APA de Osório com atualização das normas de uso, observando o diagnóstico ambiental e as condicionantes legais,

Atividades desta etapa:

- Oficinas com representantes da prefeitura, comunidade e conselho gestor;
- Elaboração do mapa de zoneamento da APA;
- Definição do Zoneamento da APA;
- Elaboração de quadro síntese do zoneamento;
- Definição das normas de uso e ocupação da APA

Produtos:

- Relatório Parcial
- Zoneamento final da APA;
- Mapa do zoneamento da APA;
- Quadro Síntese do zoneamento:

Cronograma:

Esta etapa será desenvolvida ao longo de 45 dias.

Etapa VIII - Oficina de Planejamento

Nesta etapa as oficinas de planejamento têm por finalidade, com base nas oficinas de pré-zoneamento e no diagnostico ambiental, obter em caráter consultivo as contribuições da sociedade para as ações e diretrizes a serem implantadas na área da APA Morro de Osório.

Para as oficinas será elaborado um documento síntese das propostas de pré-zoneamento e do diagnostico ambiental em linguagem acessível de modo a dar subsídios a comunidade a participar das oficinas de planejamento, sendo previamente disponibilizado a comunidade para participação nas oficinas.

As oficinas serão realizadas uma em cada comunidade e serão divulgadas previamente através das redes sociais, jornais e radio local entre outros meios eventualmente utilizados na região.

As oficinas serão realizadas usando a técnica de Mapa-falado, que permite a participação da comunidade de maneira mais objetiva e entre as principais características a técnica permite:

- A identificação dos diferentes locais e problemas de uma dada região quanto aos aspectos geográficos, sociais, de infraestrutura: relevo, vegetação, nascentes, poços, cursos d´água, pavimentação, obras de infraestrutura, esgotamento sanitário, moradias, áreas de risco, comércio, instituições, principais vias, etc.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

- Facilita a correlação entre os aspectos naturais e sociais
- É um meio de comunicar as impressões a respeito do meio ambiente local e da maneira que a comunidade organiza e representa o espaço
- Proporciona melhor compreensão do processo histórico-passado, presente e projeções futuras de um determinado local

Após o termino das oficinas será realizada uma reunião com a equipe da Prefeitura Municipal e grupo de atualização do Plano de manejo a fim de consolidar as contribuições das oficinas.

Produtos:

- Relatório Parcial
- Documento Síntese
- Relatório da oficina de planejamento

Cronograma:

Essa etapa será desenvolvida ao longo de 45 dias

Etapa IX - Planejamento da Unidade de Conservação

Nesta etapa serão desenvolvidas as diretrizes gerais para a gestão da APA, com a definição da Visão geral do Planejamento, Avaliação Estratégica, Zoneamento, definição de programas e dos sistemas de gestão administrativas e de Monitoria e Avaliação.

Os programas de ação e programas temáticos visam definir ações estratégicas prioritárias para o planejamento e gestão da APA.

Os programas de ação deverão ser detalhados em tópicos que possibilitem a sua justificativa e a identificação dos seus objetivos, resultados esperados, indicadores de aferição, ações, prioridades e recomendações a serem implantadas, parceiros, coordenadores e possíveis fontes de financiamentos, cronograma físico e estimativa de custos dos programas de manejo a fim de permitir a sua operacionalização e manutenção.

Deverá ser elaborado um resumo executivo do Plano de Manejo de forma a apresentar as principais características e objetivos da APA, o Zoneamento e as normas especificas, escrito em linguagem acessível contendo mapas, figuras e outros elementos que facilitem a compreensão.

Em todas as atividades os programas deverão prever o uso da infraestrutura existente e a infraestrutura necessária a operacionalização da unidade de conservação.

Entre os programas a serem elaborados deve ser previsto o programa de recursos humanos e financeiro, necessários à operacionalização e manutenção da APA com orçamento anual.

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

Os programas devem ser discutidos com representantes da prefeitura e grupo de revisão do Plano de manejo.

Atividades desta etapa:

- Elaboração de Planos e Programas da APA
- Reunião técnica com representantes da prefeitura, grupo de revisão e conselho gestor da APA.

Produtos:

- Relatório Parcial
- Resumo executivo
- Visão geral do planejamento
- Avaliação estratégica
- Zoneamento final
- Programas de manejo e Sistema de Gestão Administrativa
- Plano de Monitoria e Avaliação
- Banco de dados Georreferenciados
- Atas de Reuniões técnicas

Cronograma

Esta etapa será desenvolvida ao longo de 60 dias

Etapa X – Entrega e avaliação do plano de manejo preliminar

Nesta etapa será elaborada a versão de minuta do plano de manejo da APA Morro de Osório, do Resumo executivo e do Sistema de informação Geográfica com banco de dados georreferenciado e entregue 3 vias do Plano consolidado em meio papel e 1 via em meio digital da versão final do plano.

Atividades desta etapa

- Entrega da Minuta do Plano de Manejo da APA de Osório;
- Avaliação e ajustes do Plano de Manejo.

Produtos

- Sistema de Informação Geográfica APA Morro de Osório
- Levantamento Socioeconômico via formulário a ser distribuído a comunidade
- Plano de manejo Preliminar

Cronograma

Esta etapa será realizada em 15 dias após a última etapa.

Etapa XI – Apresentação do Plano de Manejo às comunidades envolvidas

Após a etapa de avaliação do plano de manejo este deverá ser apresentado para todos os grupos de interesse envolvidos no processo até sua conclusão, através do modelo de audiência pública, sendo realizada 5

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

audiências publica de apresentação, 4 nas comunidades e 1 na câmara de vereadores ou auditoria do CNEC sobre organização da prefeitura municipal e apresentação técnica pela equipe de elaboração do Plano de manejo.

Atividades desta etapa:

Realização de 5 audiências públicas de apresentação do Plano de manejo.

Produtos

- Plano de manejo organizado em 2 volumes conforme a ET
- Apresentação em Power point do plano de manejo da APA.
- Atas das audiências

Cronograma

O prazo desta etapa é de 15 dias

Conclusão total da entrega, validada pela PM

Após as audiências Públicas e finalização do Plano este deve ser entregue a PM e a contratante incluindo:

- Plano de Manejo final
- Material impresso
- Material em formato digital
- Folders digital
- Vídeos de divulgação e conclusão (5 minutos cada)

B. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA EQUIPE TÉCNICA.

A seguir é apresentado a relação da equipe técnica mínima da Geocenter, no entanto destacamos que outros profissionais podem ser incluídos de acordo com as etapas e necessidades especificas do processo de revisão do Plano de manejo.

- EQUIPE TÉCNICA DA GEOCENTER

Titulação	Nome	Registro Profissional	Função
Geólogo	Júlio Moretti Gross	**CREA RS**	**Coordenador Geral**
Eng. Florestal	Edison Antonio Silva	CREA RS 100432	Coordenador Técnico
Biólogo	Ricardo Klein	CRBIO 095724/03	Técnico Ambiental
Bióloga	Bruna Dias	CRBIO 95801/03	Técnico Ambiental
Bióloga	Andressa da Rosa	CRBIO 63801/03	Técnico Ambiental
Geógrafo	Eduardo Farina	CREA RS: 177016	Técnico ambiental
Jornalista	Laura Nummer	-	Técnico Ambiental
Advogado	Lucas Castro	OAB 89610/RS	Técnico Ambiental
Geólogo	Luciano Oliveira	CREA RS 237723	Técnico Ambiental

- LOGISTICA

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

A Geocenter tem a sua sede na Avenida Farrapos, 3270 sala 301, apresentando facilidade de deslocamento para qualquer região do Estado para atender ao cliente. Para este serviço os equipamentos necessários são aqueles para o desenvolvimento dos estudos e atividades previstas, onde destacamos:

- 1 Veículo leve para estudos de campo
- 1 GPS Garmin Etrex para cada técnico ambiental
- 1 Notebook/computador para cada técnico ambiental
- Trena métrica de 30 metros
- Suta florestal
- Tablet
- 1 Máquina fotográfica digital de alta resolução por técnico ambiental
- Binóculos
- Telefone celular
- VANT, devidamente licenciado/autorizado
- EPIs
- Crachá e colete de identificação
- Pranchetas, caneta, régua, etc...

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA APA MORRO DE OSÓRIO

Atividades/Etapas	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
· Assinatura do contrato												
· Mobilização para início das atividades												
· Etapa I - Apresentação do Plano de Trabalho												
· Etapa II - Avaliação do Planejamento Anterior e Organização do Planejamento												
· Etapa III - Coleta e Análise das informações básicas disponíveis e atualização Bibliográfica e Cartográfica												
· Etapa IV - Reconhecimento de Campo												
· Etapa V - Levantamento das Localidades												
· Etapa VI - Realização de estudos técnicos específicos e atualização de dados de campo para embasar o Plano de Manejo												
· Etapa VII - Oficinas de pré-zoneamento												
· Etapa VIII - Oficina de Planejamento												
· Etapa IX - Planejamento da Unidade de Conservação												
· Etapa X - Entrega e Avaliação do Plano de Manejo preliminar												
· Etapa XI - Apresentação do Plano de Manejo às comunidades envolvidas												
· Conclusão total da entrega, validada pela PM												

Declaramos o atendimento integral a especificação técnica da Cotação CPFL N° 6000137022, sem restrições.

Porto Alegre 27 de janeiro de 2021

Júlio Moretti Gross

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

Diretor

ANEXOS
1 – Atestados Técnicos da empresa ou profissionais da empresa
2- Currículos

1 Atestados Técnicos

DocuSign Envelope ID: EAC20C15-4970-44B5-92D9-305E7A1B59AB

2 Currículos da equipe

DocuSign

Certificate Of Completion

Envelope Id: EAC20C15497044B592D9305E7A1B59AB
Subject: CW2285613 - CONTRATO CW2285613.pdf
Source Envelope:
Document Pages: 80
Certificate Pages: 5
AutoNav: Enabled
EnvelopeId Stamping: Enabled
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Signatures: 5
Initials: 0

Status: Completed

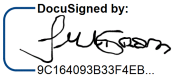
Envelope Originator:
Manoella Casemiro Torres
Rod. Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier,
1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino
Campinas, 13088-140
mcasemiro@cpfl.com.br
IP Address: 216.109.110.11

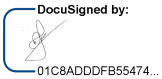
Record Tracking

Status: Original
5/21/2021 9:55:09 PM

Holder: Manoella Casemiro Torres
mcasemiro@cpfl.com.br

Location: DocuSign

Signer Events	Signature	Timestamp
JULIO GROSS JULIO@GEOCENTERCONSULTORIA.COM.BR Security Level: Email, Account Authentication (None)	DocuSigned by:  9C164093B33F4EB... Signature Adoption: Drawn on Device Using IP Address: 200.175.93.79	Sent: 5/21/2021 9:58:26 PM Viewed: 5/22/2021 12:46:52 AM Signed: 5/24/2021 8:48:16 AM
Electronic Record and Signature Disclosure: Accepted: 3/10/2020 8:42:33 AM ID: f15287a3-fc3e-4b58-8b2f-ff8737de1e8c		
Manoella Casemiro Torres mcasemiro@cpfl.com.br Comprador CPFL ENERGIA Security Level: Email, Account Authentication (None)	DocuSigned by:  C7668288B7E0483... Signature Adoption: Uploaded Signature Image Using IP Address: 177.128.175.2	Sent: 5/24/2021 8:48:19 AM Viewed: 5/24/2021 2:37:50 PM Signed: 5/24/2021 2:37:54 PM
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		
Alessandra Arcain De Oliveira arcain@cpfl.com.br Security Level: Email, Account Authentication (None)	DocuSigned by: Alessandra Arcain De Oliveira 3C2D5269387A429... Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 177.128.175.2	Sent: 5/24/2021 2:37:57 PM Viewed: 5/25/2021 3:52:28 PM Signed: 5/25/2021 3:53:07 PM
Electronic Record and Signature Disclosure: Accepted: 11/24/2017 8:27:10 AM ID: 62651bab-e02d-410c-b774-a3bfa03aca34		
Francine Possignolo fpossignolo@cpfl.com.br CPFL Energia S/A Security Level: Email, Account Authentication (None)	DocuSigned by: Francine Possignolo AB52EBCB3D524F0... Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 177.76.120.160	Sent: 5/25/2021 3:53:11 PM Viewed: 5/25/2021 4:01:21 PM Signed: 5/25/2021 6:28:42 PM
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		

Signer Events	Signature	Timestamp
Regis Tolaino rtolaino@cpfl.com.br Gerente de Compras Corporativa CPFL Energia Security Level: Email, Account Authentication (None)	 Signature Adoption: Uploaded Signature Image Using IP Address: 189.51.218.183	Sent: 5/25/2021 6:28:49 PM Viewed: 5/26/2021 4:16:48 PM Signed: 5/26/2021 4:16:56 PM

Electronic Record and Signature Disclosure:
Accepted: 1/3/2018 8:00:33 PM
ID: 50aebc85-0eae-44b7-a70c-1da41018217f

In Person Signer Events	Signature	Timestamp

Editor Delivery Events	Status	Timestamp

Agent Delivery Events	Status	Timestamp

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp

Certified Delivery Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Witness Events	Signature	Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	5/21/2021 9:58:26 PM
Certified Delivered	Security Checked	5/26/2021 4:16:48 PM
Signing Complete	Security Checked	5/26/2021 4:16:56 PM
Completed	Security Checked	5/26/2021 4:16:56 PM

Payment Events	Status	Timestamps

Electronic Record and Signature Disclosure

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, CPFL Energia S/A (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through your DocuSign, Inc. (DocuSign) Express user account. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to these terms and conditions, please confirm your agreement by clicking the 'I agree' button at the bottom of this document.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. For such copies, as long as you are an authorized user of the DocuSign system you will have the ability to download and print any documents we send to you through your DocuSign user account for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. To indicate to us that you are changing your mind, you must withdraw your consent using the DocuSign 'Withdraw Consent' form on the signing page of your DocuSign account. This will indicate to us that you have withdrawn your consent to receive required notices and disclosures electronically from us and you will no longer be able to use your DocuSign Express user account to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through your DocuSign user account all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact CPFL Energia S/A:
You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: adminformatica@cpfl.com.br

To advise CPFL Energia S/A of your new e-mail address
To let us know of a change in your e-mail address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at adminformatica@cpfl.com.br and in the body of such request you must state: your previous e-mail address, your new e-mail address. We do not require any other information from you to change your email address..
In addition, you must notify DocuSign, Inc to arrange for your new email address to be reflected in your DocuSign account by following the process for changing e-mail in DocuSign.

To request paper copies from CPFL Energia S/A
To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an e-mail to adminformatica@cpfl.com.br and in the body of such request you must state your e-mail address, full name, US Postal address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with CPFL Energia S/A
To inform us that you no longer want to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your DocuSign account, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
ii. send us an e-mail to adminformatica@cpfl.com.br and in the body of such request you must state your e-mail, full name, IS Postal Address, telephone number, and account number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

Operating Systems:	Windows2000? or WindowsXP?
Browsers (for SENDERS):	Internet Explorer 6.0? or above
Browsers (for SIGNERS):	Internet Explorer 6.0?, Mozilla FireFox 1.0, NetScape 7.2 (or above)
Email:	Access to a valid email account
Screen Resolution:	800 x 600 minimum
Enabled Security Settings:	•Allow per session cookies •Users accessing the internet behind a Proxy Server must enable HTTP 1.1 settings via proxy connection

** These minimum requirements are subject to change. If these requirements change, we will provide you with an email message at the email address we have on file for you at that time providing you with the revised hardware and software requirements, at which time you will have the right to withdraw your consent.

Acknowledging your access and consent to receive materials electronically
To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please verify that you were able to read this electronic disclosure and that you also were able to print on paper or electronically save this page for your future reference and access or that you were able to e-mail this disclosure and consent to an address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format on the terms and conditions described above, please let us know by clicking the 'I agree' button below.
By checking the 'I Agree' box, I confirm that:

- I can access and read this Electronic CONSENT TO ELECTRONIC RECEIPT OF ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURES document; and

- I can print on paper the disclosure or save or send the disclosure to a place where I can print it, for future reference and access; and

- Until or unless I notify CPFL Energia S/A as described above, I consent to receive from exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to me by CPFL Energia S/A during the course of my relationship with you.

CPFL Transmissão Sul II Ltda.
Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, parte
Jardim Professora Tarcília
CEP 13.087-397 – Campinas - SP

Carta 182/IS/2021

Anexo I

Exemplos de ações de Comunicação Social realizadas no mês de abril de 2021, conforme Relatório Mensal de Acompanhamento Técnico Ambiental de Instalação, elaborado pela empresa Emproflora:

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 20/04/2021	Relatório nº: 18	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha

Empreendedor: CPFL Transmissão

Empreendimento: LT230kV Osório 3 – Gravataí 3

Obs.:

	Descritivo
1	Visita a moradores e proprietários próximos as torres 5/2, 5/3, 7/1 e 7/2 para entrega de
2	material informativo.(Fotos).
3	Visita a Associação Comunitária Terapêutica Ecumênica na área da torre 8/2 para entrega de
4	material informativo (Foto).
5	Visita a proprietário da área da torre 9/1 material deixado embaixo da porta (Foto).
6	

Fotografias			
1		2	
3		4	

CPFL Transmissão Sul II Ltda.
Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, parte
Jardim Professora Tarcília
CEP 13.087-397 – Campinas - SP

Carta 182/IS/2021

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 22/04/2021	Relatório nº: 19	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha

Empreendedor:	CPFL Transmissão
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3
Obs.:	

	Descritivo
1	Visita a Arlindo Boeira da Silva esposa Maria da Graça recebeu material (Foto 1).
2	Visita a Neli Terezinha Barufi de Carvalho.
3	Visita a Joelma Nunes e Evani Nunes dos Santos (Foto 2).
4	Visita a Lindomar Pereira de Souza e Nanci Machado da Cunha.
5	Visita Marlon Gilmar Soares.
6	Visita a Nuesa Maria da Silva Barrufi (Foto3).
7	Visita a Jorge Flor e Lúcia Colombo Flor.
8	Visita José Colombo e Maria Janete S. do Santos (Foto 4)
9	Visita a Lidia Milanezi Ferri.
10	Visita a Madalena Colombo M. de Paula e Donato de Paula (Foto 5)

Fotografias

1



2



3



4



Carta 182/IS/2021

5		6	

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 23/04/2021	Relatório nº: 20	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor: CPFL Transmissão		
Empreendimento: LT230kV Osório 3 – Gravataí 3		
Obs.:		

	Descritivo
1	Visita a Sidnei de Quadros Barrufi (Foto 1).
2	Visita a Henrique Brusch Barrufi.
3	Visita a Celso L. dos Santos (Foto 2).
4	Visita a Maria C. Barrufi dos Santos.
5	Visita a Sunival M. Flor
6	Visita a Gilson Gomes de Bitencourt.
7	Visita a Fabiano L. Alroldi.
8	Visita a Vergilista P. da Silveira.
9	Visita a Gilson da Silva Coelho.
10	Visita a Daniela da Silva Nunes.
11	Visita aMaria da Conceição S. Ferreira.
12	Visita a Marcos C. Barrufi.
13	Visita a Altair Antonio de Oliveira.
14	Visita a Maico Nunes da Silva
15	Visita a Luis S. Moises.
	Visita a João Luis dos Santos (Foto 2)

	Fotografias		
1		2	

Carta 182/IS/2021

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 28/04/2021	Relatório nº: 22	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha

Empreendedor:	CPFL Transmissão
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3
Obs.:	

	Descritivo
1	Visita a .Maria de Lourdes Nunes, Fernanda Dias da Silva Milanezi, João Francisco Milanezi e Ilda
2	Milanezi Correia.
3	Visita a .Tereza Luiza Collioni Ramos e Luis Francisco Collioni Ramos.
4	Visita a .Francine M de Camargo onde o nome do proprietário não confere com o endereço.
5	Visita a José Carlos Dias da Silva (Foto 1).
6	Visita a Pedro Messagi da Silva (Foto 2).
7	
8	
9	
10	

Fotografias			
1		2	

Carta 182/IS/2021

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 29/04/2021	Relatório nº: 23	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão	
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3	
Obs.:		

	Descritivo
1	Visita a .Antonio Pereira dos Santos (Foto 1) .
2	Visita a .Miguel Grassi (Foto 2).
3	Visita a Manoel Silveira.
4	Visita a Vera Lia Simas da Silva Lopes.
5	Visita a Terezinha Ferri Dias da Silveira. (Foto 3).
6	Visita a Enedino Simas da Silva (Foto 4).
7	Visita a Olindo Messagi.
8	Visita a Rosana dos Santos.
9	
10	

Fotografias

1		2	
3		4	

Exemplos de ações de Comunicação Social realizadas no mês de maio de 2021, conforme Relatório Mensal de Acompanhamento Técnico Ambiental de Instalação, elaborado pela empresa Emproflora:

CPFL Transmissão Sul II Ltda.
Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, parte
Jardim Professora Tarcília
CEP 13.087-397 – Campinas - SP

Carta 182/IS/2021

Emproflora – Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 10/05/2021	Relatório nº: 31	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão	
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3	
Obs.:		

	Descritivo
1	Visita a Vilmar de F. Dias (Proprietário V08 – P17.1 e 17.2).(Assinatura)
2	Visita a José Antônio Silva dos Santos (Proprietário V08 – P024).(Assinatura)
3	Visita a Fladimir Dias Rodrigues (Proprietário V08 – P017). (não assinou pois não aceita o valor)
4	Visita a Vilma Mose do Amaral (Proprietário V 08 – P016). (assinatura da filha).
5	Visita a Cenilda Cassoli (Proprietário V07 – P016)(Foto 01).(Valnice Cassoli da Silva recebeu)
6	Visita a João Vicente das Neves (Foto 03). (Irmão recebeu José Vicente das Neves) (Assinatura)
7	Visita a Olmiro Cardoso da Silva (Foto 04). (Vizinha recebeu Elisa R. dos Santos) (Assinatura)
8	Visita a Luciane Matos C. de Agostinho (proprietário V07 – P017)(Foto 02) (Claudinei B. Agostinho)
9	Visita a Henrique A. S. Boes (Proprietário V08 – P011) (Assinatura)

Fotografias

1



2



3



4



Carta 182/IS/2021

Emproflora – Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 12/05/2021	Relatório nº: 33	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão	
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3	
Obs.:		

	Descritivo
1	Visita a Constante Cardoso da Silva (Proprietário V08 – P019) (Foto 01).
2	Visita a Pedro Gomes Rodrigues (Proprietário V08 – P022) (Foto 02).
3	Visita a Rosinha Barbosa dos Santos (Proprietário V09 – P001) (Foto 03).
4	Visita a Rogério Nazari (Proprietário V07 – P002) (Foto 04).
5	Visita a Valmir Silva Correa (Acessante) (Foto 05).
6	Visita a Maria de Lurdes Nunes da Silva (Proprietário V07 – P005) (Filho recebeu e assinou – Fabiano R. Nunes da Silva).

Fotografias

1



2



3



4



5



6

Carta 182/IS/2021

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 13/05/2021	Relatório nº: 34	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão	
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3	
Obs.:		

	Descritivo
1	Visita a Manoel Braga de Fraga (Proprietário V08 – P018) (Foto 01).
2	Visita a Alexandre Mucillo Saraiva (Proprietário V07 – P024) (Assinatura).
3	Visita a Walkiria Camargo Lobato (Proprietário V07 – P025) (Foto 02).
4	Visita a Olavo Marques (Proprietário V07 – P032) (Foto 03).
5	Visita a Valmor Moro da Silva (Proprietário V08 – P026) (Foto 04).
6	Visita a Nelson C. Ferreira dos Santos (Proprietário V08 – P023). (Esposa Denis dos Santos Recebeu).
7	Visita a Adalberto O. Rambor (Proprietário V08 – P027).(Foto 05).
8	Visita a Jucinara M. dos Santos (Proprietária V08 – P028). (Foto 06).
9	Visita a Renato R. de Souza (Proprietário V08 – P029). (Edite M. de Souza – Esposa recebeu mas não quis assinar nem tirar foto) (Foto 07).

Fotografias

1



2



3



4



CPFL Transmissão Sul II Ltda.
Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, parte
Jardim Professora Tarcília
CEP 13.087-397 – Campinas - SP

5		6	

CPFL Transmissão Sul II Ltda.
Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, parte
Jardim Professora Tarcília
CEP 13.087-397 – Campinas - SP

Carta 182/IS/2021

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 14/05/2021	Relatório nº: 35	Responsável Técnico:	Rodrigo da Cunha

Empreendedor:	CPFL Transmissão
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3
Obs.:	

	Descritivo
1	Visita a Francelino de Oliveira Santos (Proprietário V09 – P006) (Foto 01).
2	Visita a Jessica Soares (Proprietário V09 – P012) (marido Edison Souza recebeu) (Foto 02).
3	Visita a Adeglides P. dos Santos (Proprietário V09 – P011) (Foto 03).
4	Visita a José Fraga dos Santos (Proprietário V09 – P010) (Foto 04)
5	Visita a Claudionor M. Nunes (Proprietário V07 – P015) (filho Jean dos Santos Nunes recebeu)(Foto 05)
6	
7	Visita a Tereza Luiza Colioni Ramos (Proprietário V07 – P001.5) (Assinatura). Visita a João Claudio de Oliveira Nunes (Proprietário V12 – P003) (Foto 06).

Fotografias

1



2



3



4



CPFL Transmissão Sul II Ltda.
Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, parte
Jardim Professora Tarcília
CEP 13.087-397 – Campinas - SP

5		6	

Carta 182/IS/2021

Emproflora – Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 17/05/2021	Relatório nº: 36	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão	
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3	
Obs.:		

	Descritivo
1	Visita a Maria Oliveira Nunes Rodrigues (Proprietário V12 – P004) (Foto 01).
2	Visita a José Airton da C. Bittencurt (Diz que é proprietário mas não está na lista) (Foto 02).
3	Visita a Manoel Santos da Silva (Diz que é proprietário mas não está na lista) (Foto 03).
4	Visita a E.M.E.F. São João (Foto 04).
5	Visita a João Luis Braga (Proprietário V11 – P025) (Foto 05).
6	Visita a Ronalde Silveira Pereira (Proprietário V11 – P022) (Assinatura).
7	Visita a Oliverio Martins Braga (Proprietário V11 – P025) (Foto 06).

Fotografias

1



2



3



4



CPFL Transmissão Sul II Ltda.
Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, parte
Jardim Professora Tarcília
CEP 13.087-397 – Campinas - SP

5		6	

Carta 182/IS/2021

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 19/05/2021	Relatório nº: 38	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão	
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3	
Obs.:		

	Descritivo
1	Visita a Josemar Raimundo Bandeira . (Proprietário V11 – P039) (Foto 01).
2	Visita a Pedro de Souza Bandeira (Proprietário V11 – P037) (Assinou).
3	Visita a Manoel Dias Costa (Proprietário V11 – P033) (Foto 02).
4	Visita a Antônio Candido de Jesus (Proprietário V11 – P021) (Foto 03).
5	Visita a Luiz Candido Gomes (Proprietário V11 – P018) (Foto 04).
6	Visita a João Roberto C. Gomes (Proprietário V11 – P024) (Foto 05).
7	Visita a Alice Cândida Gomes (Proprietário V11 – P023) (Assinatura). Visita a Onira Candido Gomes (Proprietário V11 – P020) (Foto 06).

Fotografias

1



2



3



4



Carta 182/IS/2021

5		6	

Carta 182/IS/2021

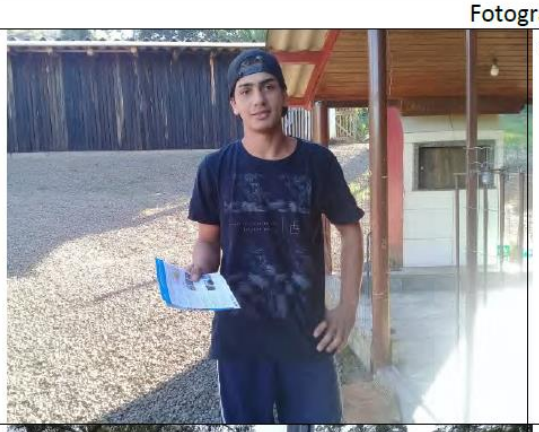
Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 20/05/2021	Relatório nº: 39	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão	
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3	
Obs.:		

	Descritivo
1	Visita a Adão Pulceno Silveira (Proprietário V11 – P036) (Neto recebeu) (Foto 01).
2	Visita a Olmiro Cândido Gomes (Proprietário V10 – P010 – V11 – P011) (Foto 02).
3	Visita a João Cândido P. da Rosa (Proprietário V10 – P012) (Assinou).
4	Visita a Leandro Pereira (Proprietário V10 – P005) (Foto 03).
5	Visita a Enio Fraga Gomes (Proprietário V11 – P015, 16 e 17) (Foto 04).
6	Visita a Noeli de S. Soares (Proprietário V11 – P001) (Foto 05).
7	Visita a Nelson de Souza Soares (Proprietário V11 – P003).(Foto 06).

Fotografias

1



2



3



4



Carta 182/IS/2021

5		6	

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 21/05/2021	Relatório nº: 40	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão	
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3	
Obs.:		

Descritivo	
1	Visita a José Rodrigues Gomes (Proprietário V11 – P007 – 009 e 014) (Esposa assinou).
2	Visita a Paulo Oscar Dias (Proprietário V10 – V11 – P011 – P012) (Foto 01).
3	Visita a Noemi Soares Gomes (Proprietário V10 – P013) (Assinou).
4	Visita a Loecí S. Gomes (Proprietário V11 – P002) (Assinou).
5	Visita a Ernesto de S. Soares (Proprietário V11 – P004) (assinou).
6	Visita a Pedro S. Soares (Proprietário V11 – P005) (irmão entregará).

Fotografias			
1		2	

Carta 182/IS/2021

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data:	25/05/2021	Relatório nº:	41	Responsável Técnico:	Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão				
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3				
Obs.:					

	Descritivo
1	Visita a Antônio F. de Oliveira (Proprietário V12 – P030) (assinou).
2	Visita a Arthur Carlota de Oliveira (Proprietário V12 – P033) (nora recebeu e assinou).
3	Visita a Noe Carlota de Oliveira (Proprietário V12 – P032) (assinou).
4	Visita a José Coelho Rodrigues (Proprietário V12 – P020) (Filha recebeu-foto 01).
5	Visita a Adão Silva de Souza (Proprietário V12 – P022) (esposa assinou).
6	Visita a Marlene C. da Silva Andrade (Proprietário V12 – P025) (Marido recebeu foto 02).
7	Visita Pedro Dias de Souza (Proprietário V12 – P037) (Assinou)

Fotografias

1



2



Carta 182/IS/2021

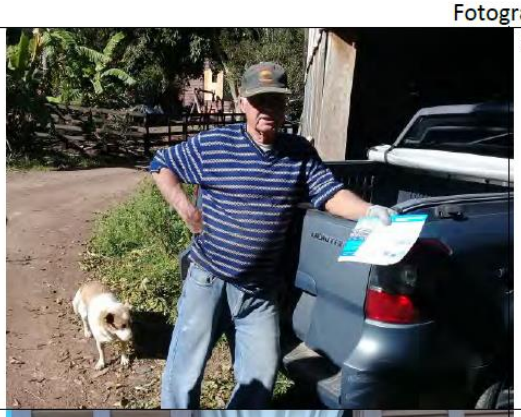
Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 26/05/2021	Relatório nº: 42	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão	
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3	
Obs.:		

	Descritivo
1	Visita a Domingos José da Silveira (Proprietário V12 – P029) (Foto 01).
2	Visita a José Luis da Silveira (Proprietário V12 – P033) (Foto 02).
3	Visita a Cleber da Maia dos Santos (Proprietário V12 – P036) (Foto 03 - esposa).
4	Visita a Luciano Gomes da Silva (Proprietário V12 – P039) (Foto 04).
5	Visita a Sirlon Nunes de Oliveira (Proprietário V12 – P034) (Foto 05 - esposa).
6	Visita a subestação Osório (Foto 06).

Fotografias

1



2



3



4



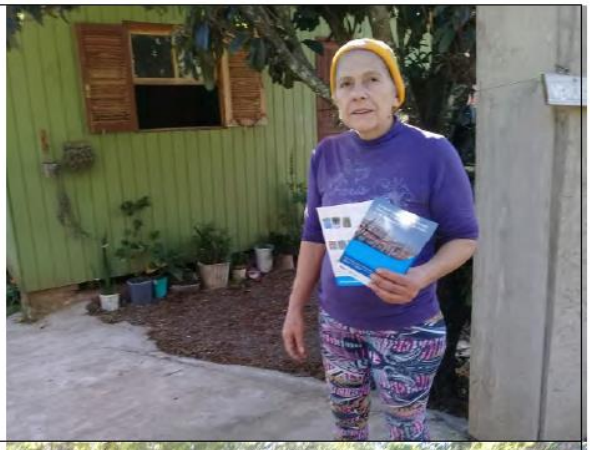
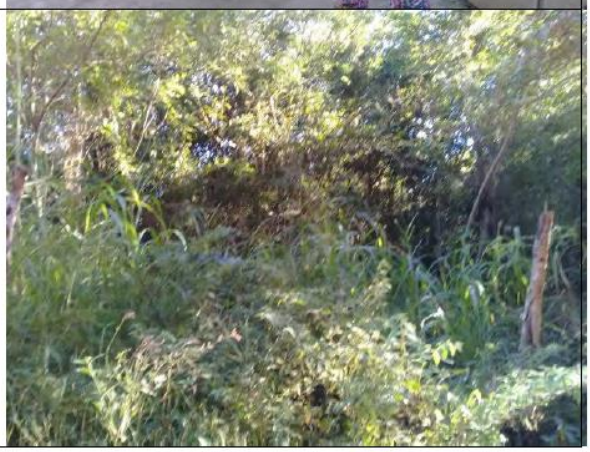
5



6



Carta 182/IS/2021

5		6	
7		8	

Carta 182/IS/2021

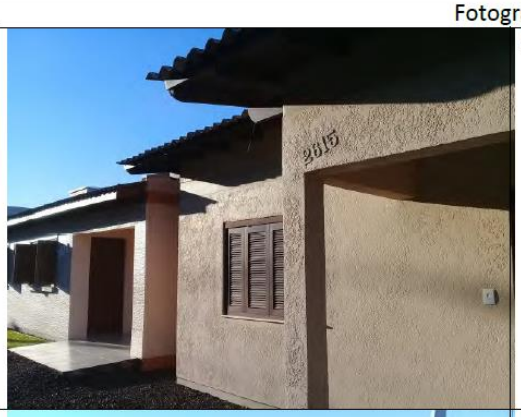
Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 27/05/2021	Relatório nº: 43	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão	
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3	
Obs.:		

	Descritivo
1	Visita a Cenilda A. P. Pires (Proprietário V06 – P002) (Foto 01).
2	Visita a Luis Carlos da Silva Pires (Proprietário V06 – P003) (Foto 02).
3	Visita a Mara Silveira de Souza (acessante) (Foto 03).
4	Visita a Eroni Assis B. Meregalli (Proprietário V04 – P002) (Foto 04).
5	Visita a Francisca Maria de Farias (Proprietário V08 – P004.1) (Foto 05).
6	Visita a Flavio Martin Flor (Proprietário V08 – P004) (Foto 06 - esposa).
7	Visita a Carlito Flutuoso dos Santos (Proprietário V08 – P005) (Foto 07).
8	Visita a Espólio Nilton J. S. Urbim (Proprietário V08 – P003) (Foto 08).

Fotografias

1



2



3



4



Carta 182/IS/2021

Emproflora – Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 28/05/2021	Relatório nº: 44	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão	
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3	
Obs.:		

	Descritivo
1	Visita a Dionísio Correia de Andrade (Proprietário V12 – P011) (assinou).
2	Visita a José Vargas Rodrigues (Proprietário V12 – P012) (Foto 01).
3	Visita a Maria Dolores Machado (Proprietário V12 – P014) (Foto 02).
4	Visita a José Nunes Dutra (Proprietário V12 – P013) (Foto 03)
5	Visita a Antônio N. Oliveira Nunes (Proprietário V12 – P008) (assinou)

Fotografias

1



2



3



4

Carta 182/IS/2021

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 31/05/2021	Relatório nº: 45	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão	
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3	
Obs.:		

	Descritivo
1	Visita a Altair Antônio de Oliveira (Proprietário V12 – P043-045) (Foto 01) (Esposa recebeu).
2	Visita a Adão Bandeira da Silva (Proprietário V12 – P044) (Assinou).
3	Visita a Lourdes Doroty Borges (Proprietário V14 – P001-003) (Foto 02).
4	Visita a Antônio Tomaz Gomes (Proprietário V11 – P028) (Foto 03)
5	Visita a Zilá Machado Gomes (Proprietário V11 – P030) (Foto 04)

Fotografias

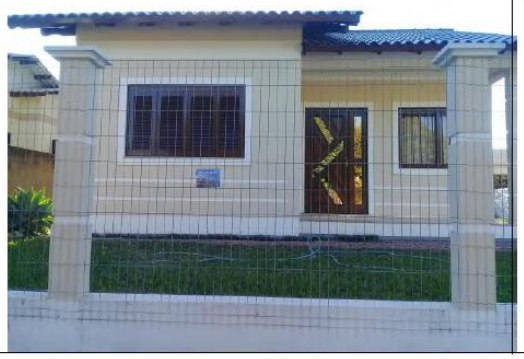
1



2



3



4



Exemplo de registro de contato, entrega de material e conversa sobre educação ambiental e comunicação social:

Carta 182/IS/2021

A CPFL em cumprimento ao PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para a LT230kV Osório 3 - Gravataí 3, programa partícipe do processo de licenciamento ambiental deste empreendimento junto à FEPAM/SEMA/RS, está divulgando o informativo intitulado "Linha de Transmissão de Energia Elétrica - LT de 230kV - SE Osório 3 - SE Gravataí 3", o qual lhe(s) entregamos da seguinte forma.

☑ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1) Cópia(s)
☑ PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1) Cópia(s)

Data de recebimento: 03/05/21

☐ Particular ☑ Proprietário ☐ Acessante ☐ Outros _____
☐ Instituição: _____ Cargo do recebedor: _____

Nome: CARINA RAMOS Assinatura: Carina Ramos

Exemplos de ações de Comunicação Social realizadas no mês de junho de 2021, conforme Relatório Mensal de Acompanhamento Técnico Ambiental de Instalação, elaborado pela empresa Emproflora:

Carta 182/IS/2021

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 01/06/2021	Relatório nº: 46	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha

Empreendedor:	CPFL Transmissão
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3
Obs.:	

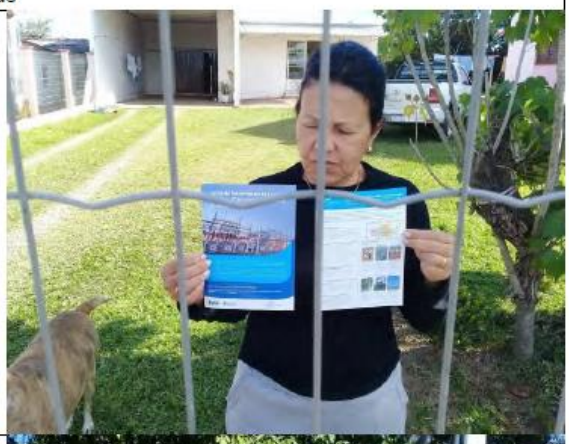
	Descritivo
1	Visita a Esp de Mathias G. de Castilhos (Proprietário V15 – P002) (Foto 01) (Sobrinho recebeu)(Foto 01).
2	
3	Visita a Valdomiro Conceição (Proprietário V17 – P005) (Foto 02).
4	Visita a Sandra Silvana Barcellos (Proprietário V16 – P003) (Foto 03).
5	Visita a Antônio Carlos L. de Castilhos (Proprietário V17 – P002) (assinou)
6	Visita a Mario Peixoto Castilhos (Proprietário V17 – P003) (Foto 04) Visita a José Luiz Lima Castilhos (Proprietário V17 – P001) (Foto 05)

Fotografias

1



2



3



4



Carta 182/IS/2021

5		

Carta 182/IS/2021

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 02/06/2021	Relatório nº: 47	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha

Empreendedor:	CPFL Transmissão
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3
Obs.:	

	Descritivo
1	Visita a Marina Castilhos da Silveira (Proprietário V17 – P004) (Assinou).
2	Visita a Marilene Rocha Amorim (Proprietário V16 – P004) (Foto 01).
3	Visita a Henrique Machado Ramos (Proprietário V15 – P006) (Foto 02).
4	Visita a Francisco Lauri A. Peixoto (Proprietário V15 – P001) (Foto 03)
5	Visita a Isidoro Meregalli Ramos (Proprietário V15 – P007) (Foto 04)
6	Visita a Ana Maria Gil Massulo (Proprietário V17 – P010-10.1) (Foto 05)
7	Visita a Edelvira Medeiros Braga (Proprietário V18 – P006.2) (Foto 06)

1



2



3



4



Carta 182/IS/2021

5	
6	

Carta 182/IS/2021

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 04/06/2021	Relatório nº: 48	Responsável Técnico:	Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão		
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3		
Obs.:			

	Descritivo
1	Visita a Helenita Markowski (Proprietário V16 – P006.1) (Foto 01).
2	Visita a Ricardo Markowski (Proprietário V16 – P006) (Foto 02).
3	Visita a Antônio Carlos Silveira Gomes (Proprietário V11 – P040, 42 e 44) (Foto 03).
4	Visita a Jorge Dias da Costa (Proprietário V12 – P021) (Foto 04)

Fotografias

1		2	
3		4	
5		6	

Carta 182/IS/2021

Emproflora – Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 14/06/2021	Relatório nº: 53	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão	
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3	
Obs.:		

	Descritivo
1	Visita a Gilson Massulo (Proprietário não consta na lista) (Assinou).
2	Visita a Luciano Massulo (Proprietário não consta na lista) (Foto 01)
3	Visita a Luis Reni Barth (Proprietário V018 – P008) (Foto 02)
4	Visita a Gilton F. de Medeiros (Proprietário V18 – P002) (Foto 03)
5	Visita a Galeri C. de Moura (Proprietário V28 – P005 e 001) (Foto 04)

Fotografias

1



2



3





Carta 182/IS/2021

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data:	16/06/2021	Relatório nº:	55	Responsável Técnico:	Rodrigo da Cunha

Empreendedor:	CPFL Transmissão
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3
Obs.:	

	Descritivo
1	Nair Foster Bortolotto (Proprietário V025 - P 018) (Foto 01)
2	Valmor Fonseca Soares (Proprietário V025 – P015) (Foto 02)
3	José C. de Ávila (Proprietário V025 – P012) (Foto 03)
4	Tadeu Smith D`Àvila (Proprietário V025 – P009, 010 e 011) (Foto 04)
5	Maria Nadir G. Coelho (Proprietário V025 – P008) (Foto 05)
6	Inês de Jesus Meireles (Proprietário V024 – P003) (Assinou)

Fotografias

1



2



3



4



Carta 182/IS/2021

Emproflora Empresa de Projetos Florestais e Ambientais Ltda.	RDS - RELATÓRIO DIÁRIO DE SERVIÇO

Data: 17/06/2021	Relatório nº: 56	Responsável Técnico: Rodrigo da Cunha
Empreendedor:	CPFL Transmissão	
Empreendimento:	LT230kV Osório 3 – Gravataí 3	
Obs.:		

	Descritivo
1	Humberto de Jesus Ourique (Proprietário V018 – P009 e 011) (Foto 01)
2	Alzira Gonçalves Cardoso (Proprietário V018 – P010) (Foto 02)
3	Salete Cardoso Valim (Proprietário V019 – P004) (Foto 03)
4	Aline Cezar Zagonel (Proprietário V019 – P008) (Foto 04)
5	Fermino Sarmento Dutra (Proprietário V019 – P010 e 10.1) (Foto 05)
6	Paulo Sergio de Ávila Dutra (Proprietário V019 – P009) (Foto 06)
7	Espólio de Frederico B. Célia (Proprietário V021 – P002) (Foto 07) (só terreno)
8	Adeli dos Santos (Proprietário V021 – P009 e 0011) (Foto 08)
9	Loeci Silveira Martins (Proprietário V021 – P0010) (Foto 09)

Fotografias

1



2



3



4



Carta 182/IS/2021

5		6	
7		8	
9			

AVALIAÇÃO DE PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL
LT 230 kV OSÓRIO 3 - GRAVATAÍ 3 C1

CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A.

JULHO, 2020.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.2-1 Localização das entrevistas. 10
Figura 1.2-2 Gênero dos entrevistados. 11
Figura 1.2-3 Faixa etária da população entrevistada. 11
Figura 1.2-4 Grau de escolaridade dos entrevistados. 12
Figura 1.2-5 Naturalidade dos entrevistados. 12
Figura 1.2-6 Setores Censitários que sobrepõem a AID do empreendimento (ABG, 2019). .13
Figura 1.2-7 Paisagem local com a presença de linhas de transmissão. 14
Figura 1.2-8 Traçado relacionado ao “Caminho Gaúcho de Santiago”. 15
Figura 1.2-9. Paisagem característica no trecho inicial – Osório. 17
Figura 1.2-10. Paisagem na encosta e visão da Lagoa dos Barros – Santo Antônio da Patrulha 17
Figura 1.2-11 Composição da paisagem em Santo Antônio da Patrulha. 18
Figura 1.2-12 Paisagem com a presença de elementos característicos de áreas rurais e urbanas – Gravataí. 18
Figura 1.2-13 Residências ao longo de via de acesso - Glorinha. 18
Figura 1.4-1 Localização da Entrevista n°1. 24
Figura 1.4-2 Residência da família da Sra. Glaci Rosental. 25
Figura 1.4-3 Local ao lado da residência da entrevistada, com vista para o futuro traçado da LT. 25
Figura 1.4-4 Localização da Entrevista n°2. 26
Figura 1.4-5 Residência na propriedade do Sr. Luciano Gomes da Silva. 27
Figura 1.4-6 Paisagem atual observada na propriedade do Sr. Luciano Gomes da Silva. 27
Figura 1.4-7 Localização da Entrevista n°3. 28
Figura 1.4-8 Residência na propriedade do Sr. Adão Silva de Souza. 29
Figura 1.4-9 Paisagem na propriedade do Sr. Adão Silva de Souza. 29
Figura 1.4-10 Localização da Entrevista n°4. 30
Figura 1.4-11 Propriedade do Sr. Luis Fernando de Oliveira. 31
Figura 1.4-12 Propriedade do Sr. Luis Fernando de Oliveira. 31
Figura 1.4-13 Localização da Entrevista n°5. 32
Figura 1.4-14 Residência onde foi realizada a entrevista n° 5. 33
Figura 1.4-15 Localização da Entrevista n°6. 34
Figura 1.4-16 Residência e propriedade do Sr. João Luis Braga. 35

Figura 1.4-17 Localização da Entrevista n°7. 36
Figura 1.4-18 Placa de sinalização da Padaria da família de José Rodrigues Gomes. 36
Figura 1.4-19. Paisagem no local do traçado da futura linha de transmissão. 37
Figura 1.4-20 Localização da Entrevista n°8. 38
Figura 1.4-21 Vista da paisagem na propriedade da Sra. Adelma Rejane dos Santos Bernardo. 39
Figura 1.4-22 Localização da Entrevista n°9. 40
Figura 1.4-23 Residência onde foi realizada a entrevista n° 9. 40
Figura 1.4-24 Localização da Entrevista n°10. 41
Figura 1.4-25 Estruturas da Fazenda (entrevista n°10). 42
Figura 1.4-26 Parque Eólico e linhas de transmissão existentes, observadas a partir da propriedade do Sr. Jaques Barcelos. 43
Figura 1.4-27 Localização da Entrevista n°11. 44
Figura 1.4-28 Paisagem nos fundos da propriedade do Sr. Daniel Sieben. 45
Figura 1.4-29 Localização da Entrevista n°12. 46
Figura 1.4-30 Linha de transmissão atual junto ao traçado definido para a Linha de Transmissão 230 kV Osório 3 - Gravataí 3 C1. 46
Figura 1.4-31 Marcação para a LT e sede da fazenda onde se realizou a entrevista n°12...47
Figura 1.4-32 Localização da Entrevista n°13. 48
Figura 1.4-33 Residências na propriedade onde foi realizada a entrevista n°13. 48
Figura 1.4-34 Localização da Entrevista n°14. 50
Figura 1.4-35 Paisagem na área da propriedade do Sr. Jair Luiz Davila. Ao fundo o local de passagem da futura linha de transmissão. 50
Figura 1.4-36 Localização da Entrevista n°15. 51
Figura 1.4-37 Residência onde foi realizada a entrevista n°15. 52
Figura 1.4-38 Capão de eucaliptos, próximo a residência, onde passará a futura linha de transmissão. 52
Figura 1.4-39 Localização da Entrevista n°16. 53
Figura 1.4-40 Residências na propriedade onde foi realizada a entrevista n°16. 54
Figura 1.4-41 Paisagem em frente a propriedade onde foi realizada a entrevista n°16. 55
Figura 1.4-42 Localização da Entrevista n°17. 56
Figura 1.4-43 Entrada da propriedade Sr. Arcênio Solferino Mealho. 56
Figura 1.4-44 Localização da Entrevista n°18. 57

Figura 1.4-45 Residência onde foi realizada a entrevista n°18. 58
Figura 1.4-46 Paisagem onde passará a futura linha de transmissão. 58
Figura 1.4-47 Localização da Entrevista n°19. 59
Figura 1.4-48 Localização da Entrevista n°20. 60
Figura 1.4-49 Estruturas em contrução na propriedade da família do Sr. Alex Soares Dutra. 61
Figura 1.4-50 Passagem de dutos de gás nas propriedades locais. 61
Figura 1.4-51 Paisagem local onde passará a futura linha de transmissão. 62
Figura 1.4-52 Localização da Entrevista n°21. 63
Figura 1.4-53 Sede da Fazenda (entrevista 21). 64
Figura 1.4-54 Paisagem na propriedade onde se realizou a entrevista 21. 64

ÍNDICE DE SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO **6**

1.1 METODOLOGIA **6**

1.1.1 MÉTODO DE AMOSTRAGEM E COLETA DE DADOS 6

1.1.2 MÉTODO DE ANÁLISE 8

1.2 RESULTADOS **8**

1.2.1 REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS 8

1.2.2 LOCALIZAÇÃO E PERFIL DOS ENTREVISTADOS 9

1.2.3 ANÁLISE GERAL E CONCLUSÃO SOBRE AS ENTREVISTAS 13

1.3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **21**

1.4 ANEXOS **22**

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento visa atender o Item 3 do Of. FEPAM/DIGEN-OFGSOL nº 002535/2020 e Item 22 da Licença Prévia n° 00112 / 2020, no qual solicita "*Avaliação da percepção da população diretamente atingida pelo empreendimento através de entrevistas utilizando metodologia reconhecida cientificamente; indicar o Índice de aceitação/rejeição ao empreendimento, buscando demonstrar se o empreendimento inviabiliza social ou economicamente as propriedades, bem como destacar o estágio das negociações s com os proprietários; e ART vigente*;".

1.1 METODOLOGIA

Com o intuito de buscar o entendimento acerca da relação dos moradores com o ambiente em que vivem, suas percepções quanto às mudanças que o empreendimento proporcionará a este ambiente, inclusive os impactos positivos e negativos, além das suas posições em relação à implantação do mesmo, o presente estudo lançou mão da aplicação de pesquisas qualitativas. Essas pesquisas basicamente buscam o aprofundamento da compreensão do objeto estudado, sendo associada a uma maior liberdade de resposta, algo que não se passa numa entrevista quantitativa.

O presente documento trata da apresentação e análise das entrevistas realizadas com proprietários e moradores locais próximos a Linha de Transmissão 230 kV Osório 3 - Gravataí 3 C1.

Neste sentido, busca-se, a seguir, demonstrar os critérios metodológicos aplicados para elaboração do instrumento de pesquisa, bem como apresentar uma análise dos resultados obtidos. O modelo de questionário adotado pode ser observado no Anexo 1 e o relatório contendo a descrição e os registros das entrevistas realizadas encontra-se no Anexo 2 do presente documento.

1.1.1 MÉTODO DE AMOSTRAGEM E COLETA DE DADOS

O estudo aqui apresentado relaciona-se ao processo de licenciamento da Linha de Transmissão 230 kV Osório 3 - Gravataí 3 C1, empreendimento que se caracteriza por apresentar extensão total de aproximadamente 66 Km, perfazendo no seu traçado diferentes ambientes do ponto de vista socioeconômico, razão pela qual se entendeu que a

obtenção de informações e de diferentes percepções devesse ocorrer ao longo de toda a sua extensão. Portanto, nesse caso priorizou-se a realização de entrevistas com atores presentes em todos os municípios interceptados pelo empreendimento.

Dito isso, e dado a necessidade dessa aplicação, em um segundo momento, se procedeu a construção de um instrumento que proporcionasse a realização desse levantamento. Tratou-se de um questionário (Anexo 1) semiestruturado, distribuído da seguinte forma:

- Dados pessoais do responsável: Nome, Idade, Naturalidade e Grau de escolaridade;

- Dados da propriedade: Histórico de ocupação, atividades econômicas desenvolvidas, tamanho da propriedade e se possui característica de agricultura familiar;

- Sobre o empreendimento: O questionário apresenta questões sobre o conhecimento do entrevistado em relação a uma linha de transmissão, em relação à implantação do empreendimento nas proximidades, a opinião (aceitação/ rejeição) a respeito da instalação da linha de transmissão nesta área, se atualmente sua propriedade sofre a interferência da alguma linha de transmissão e se a instalação da linha transmissão interferirá na sua atividade produtiva.

- Paisagem: Quanto à paisagem é verificado junto ao entrevistado se a linha de transmissão interferirá na paisagem naquele local após a instalação das torres;

- Impactos: Espaço aberto para opinião dos entrevistados quanto a sua percepção dos impactos tanto positivos como negativos que a instalação da linha de transmissão poderá gerar, sobretudo, para aquela região e para o próprio entrevistado.

Manzini (1990/1991) declara que a entrevista semiestruturada contribui justamente para fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Como já destacado, os questionários foram aplicados de modo distributivo, compreendendo os municípios interceptados pela Linha de Transmissão, abrangendo diferentes modelos de produção e distribuição populacional. Para o planejamento de campo, considerou-se a distribuição e proximidade de edificações/benfeitorias identificadas em imagens de satélite (*google earth*), atividades anteriores de campo (relacionadas ao processo de licenciamento ambiental) e informações do estudo fundiário.

Ao todo, a pesquisa compreendeu 21 entrevistas (devidamente assinadas pelos responsáveis, excetuando-se três entrevistados), direcionados a moradores e proprietários passíveis de serem impactados diretamente pelo empreendimento.

Dentro desse contexto destaca-se que, em pesquisas qualitativas, o objetivo da amostra é produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991). Logo, por se tratar de uma amostragem não probabilística, tais opiniões não representam a opinião geral dos moradores/proprietários.

1.1.2 Método de Análise

No que tange a analise dos dados, Campos (2000) ressalta: “A pesquisa qualitativa é predominantemente descritiva. Os dados coletados são mais uma forma de palavras ou figuras do que números. Estes dados incluem entrevistas transcritas, notas de campo, fotografias, produções pessoais, depoimentos ou outra forma de documento. O pesquisador qualitativo tenta analisar os dados em toda sua riqueza, respeitando, no possível, a forma de registro ou transcrição”.

Para este estudo, as respostas observadas foram analisadas levando em consideração, além de referencial teórico pertinente à questão da paisagem, a formação histórica em que estão inseridos os municípios e a economia local, itens arraigados à formação da paisagem (construída).

Com base no exposto, salienta-se que para este tipo de pesquisa não é conveniente analisar as informações de modo quantificado (excetuando-se os itens iniciais da entrevista – localização e perfil dos entrevistados), visto que se trata de uma amostragem não probabilística, isto é, não representativa do todo. Portanto, trata-se de uma pesquisa exploratória, sem o intuito de obter números como resultados, mas norteadores que possam apontar percepções sobre o local e expectativas quanto ao empreendimento.

1.2 Resultados

1.2.1 Realização das Entrevistas

As entrevistas ocorreram entre os dias 16 a 19 de julho de 2020, aplicadas junto aos moradores dos municípios de Gravataí, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha e Osório, nas propriedades localizadas próximas ou interceptadas pela faixa de servidão da linha de

transmissão, bem como nos acessos a serem utilizados nas propriedades para implantação do empreendimento.

Em alguns pontos não foi possível contatar proprietários pelas residências encontrarem-se fechadas. Pontua-se também que em algumas propriedades rurais as porteiras encontravam-se fechadas, impedindo o acesso da equipe. Tal fato não afetou o resultado final da amostragem, visto que a distribuição ao longo da linha de transmissão foi satisfatória para obtenção das informações, de acordo com os diferentes recortes espaciais existentes nos trechos analisados e a repetição de discursos a respeito dos temas abordados.

A seguir, serão apresentados os perfis dos entrevistados e posteriormente uma análise geral das entrevistas. No Anexo 2 encontra-se a descrição de cada entrevista, contendo os registros fotográficos, uma figura com a localização da linha de transmissão em relação ao ponto de entrevista e coordenadas de localização no momento da aplicação.

1.2.2 Localização e Perfil dos Entrevistados

A partir do acima exposto, apresentar-se-á uma abordagem sucinta sobre o perfil das pessoas entrevistadas durante as atividades de campo.

Em um primeiro momento, na Figura 1.2-1 encontra-se a localização das entrevistas em relação ao traçado definido para a linha de transmissão. Como já comentado, foram realizadas entrevistas nos quatro municípios interceptados pelo traçado: 9 em Santo Antônio da Patrulha; 5 em Glorinha; 5 em Gravataí e; 2 em Osório.

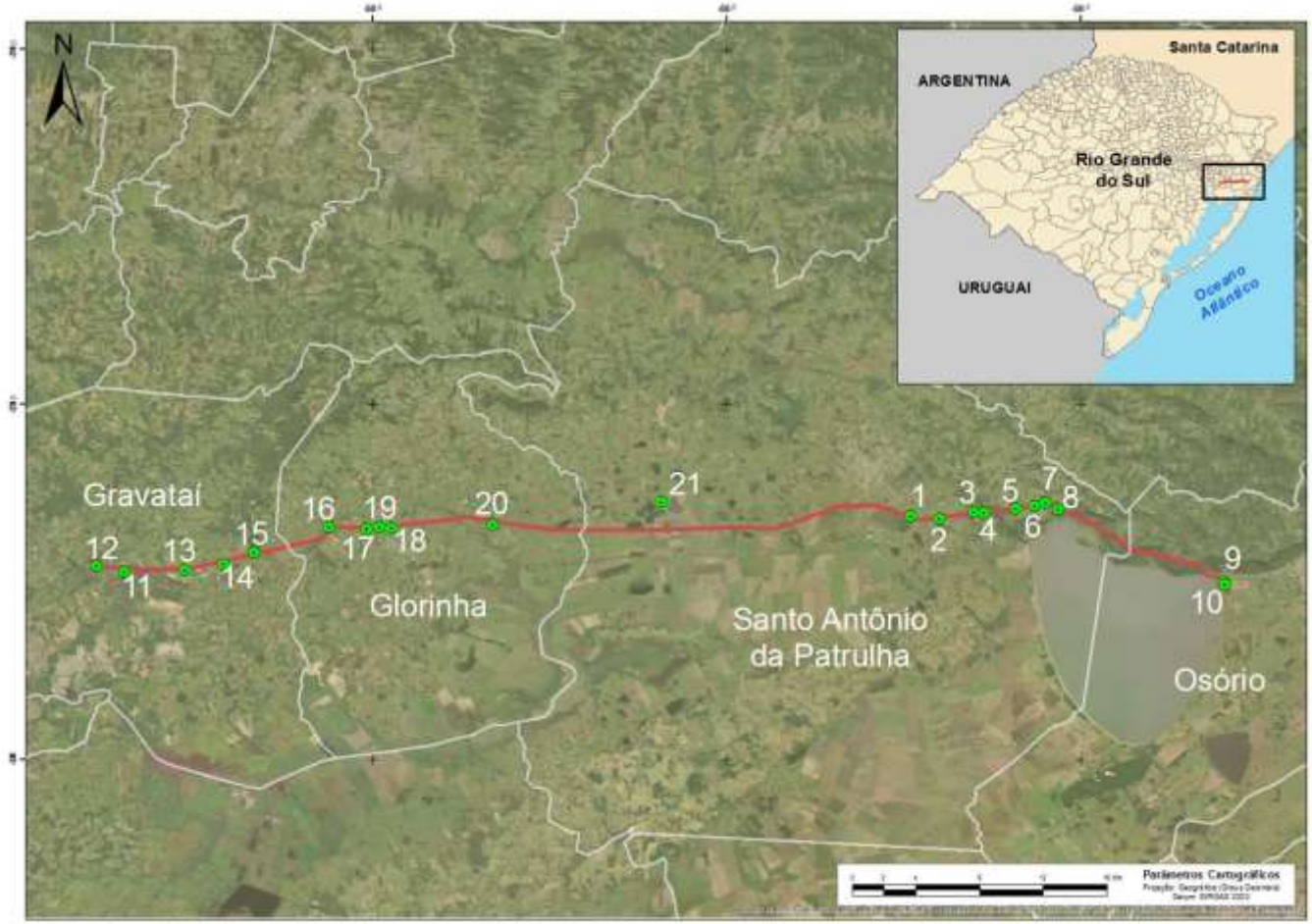


Figura 1.2-1 Localização das entrevistas.

Quanto ao gênero, dos 21 entrevistados, 15 são homens e 6 mulheres (Figura 1.2-2). Já no que se refere à faixa etária, a maior parte do grupo entrevistado possui entre 50 a 59 anos (Figura 1.2-3). Cabe destacar que não foram entrevistados pessoas com idade abaixo de 30 anos, evidenciando uma baixa representatividade da população mais jovem nos locais abordados.

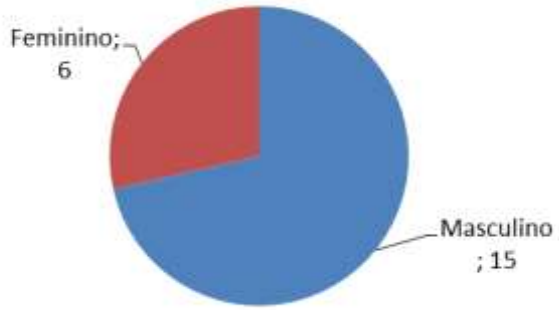


Figura 1.2-2 Gênero dos entrevistados.

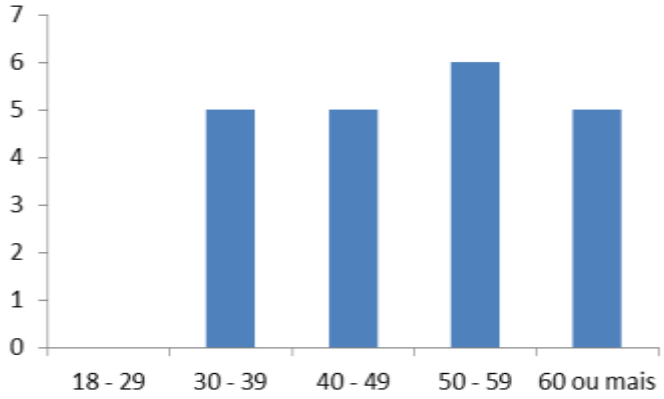


Figura 1.2-3 Faixa etária da população entrevistada.

A Figura 1.2-4 mostra o nível de escolaridade dos moradores/proprietários abordados no estudo. Ao analisá-la, percebe-se uma diversificação dentro desse contexto, com destaque para as categorias “Ensino Fundamental Incompleto” e “Ensino Médio Completo”.

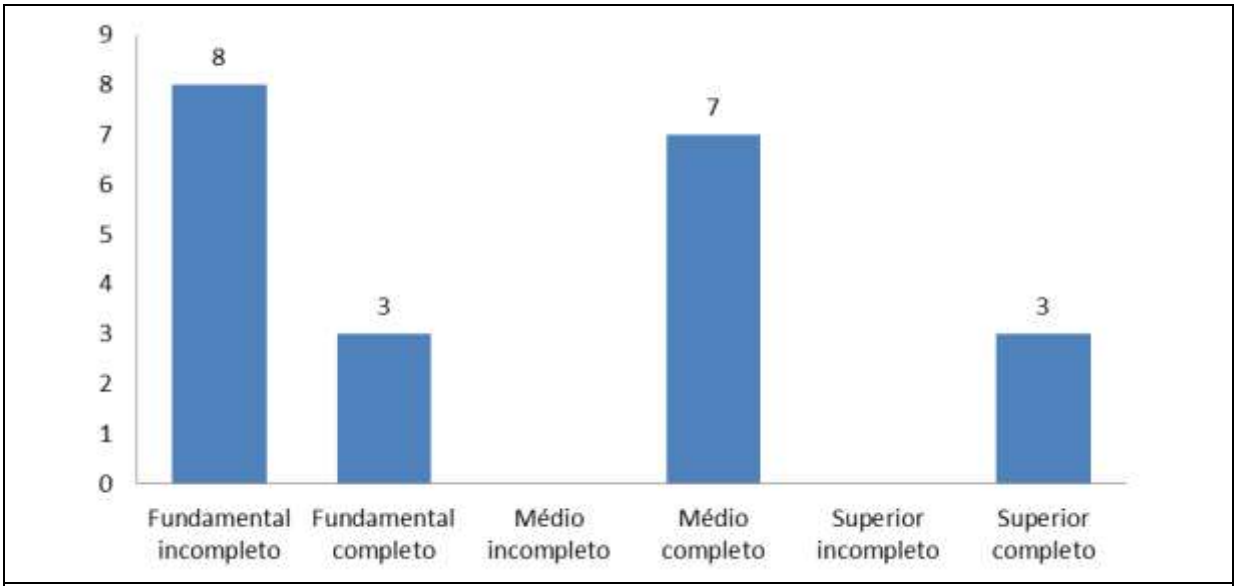


Figura 1.2-4 Grau de escolaridade dos entrevistados.

Em relação à naturalidade dos entrevistados, a Figura 1.2-5 permite observar que a maioria é natural do município de Santo Antônio da Patrulha (7 dos 21). Quatro entrevistados são naturais do município de Gravataí e três da capital Porto Alegre. O restante se distribui em sete municípios, seis localizados no Rio Grande do Sul e um em Santa Catarina (Xanxerê).

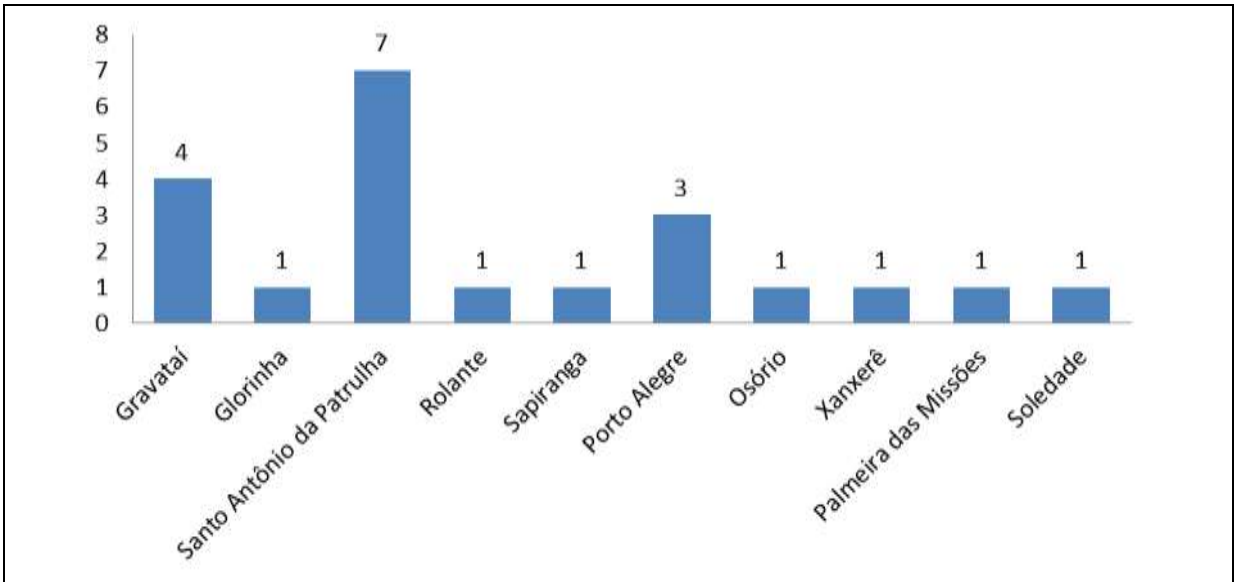


Figura 1.2-5 Naturalidade dos entrevistados.

1.2.3 Análise geral e Conclusão sobre as entrevistas

Os municípios interceptados pela linha de transmissão apresentam-se distintos quanto ao uso e ocupação das propriedades, resultado de fatores histórico-geográficos, a partir da expansão socioeconômica da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA e da influencia das principais vias de ligação com o litoral norte do Estado.

Os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010) mostram que os municípios de Gravataí e Osório são considerados municípios urbanos, com taxas de urbanização superiores a 90%. Santo Antônio da Patrulha pode ser considerado um município em transição, com 70% de taxa de urbanização. O município de Glorinha é considerado um município rural com taxa de urbanização abaixo de 30%.

Embora se observe um crescimento na taxa de urbanização desses municípios (fenômeno que reflete a realidade brasileira nas últimas décadas), quando analisados os setores censitários interceptados pelo traçado da linha de transmissão, identifica-se um padrão ainda rural na maior parte das áreas diretamente afetadas.

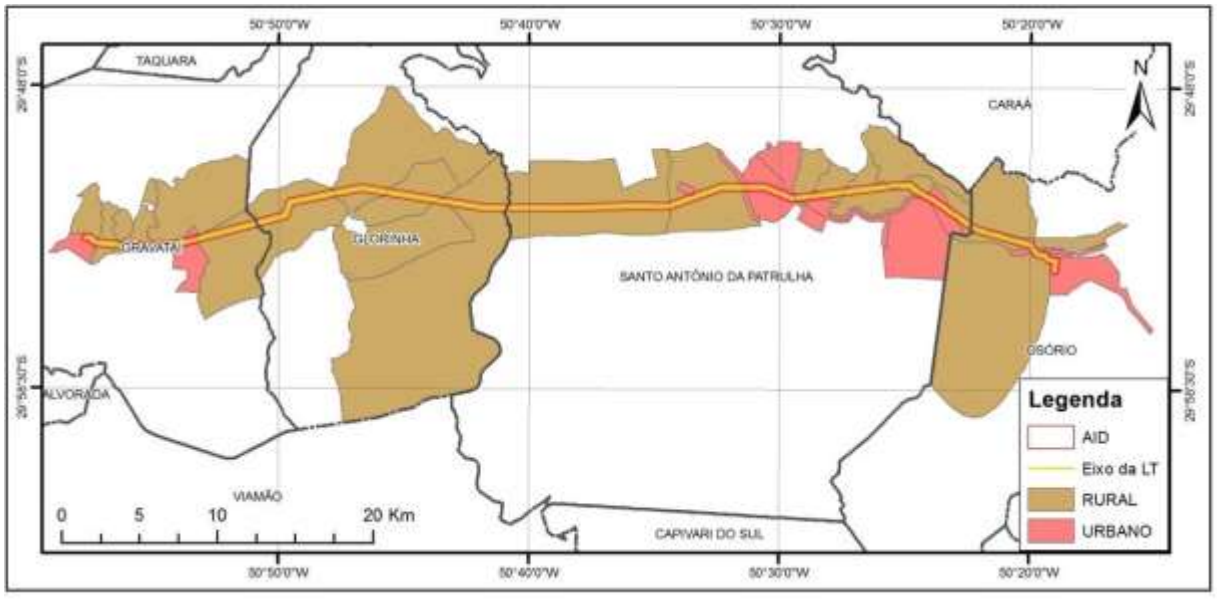


Figura 1.2-6 Setores Censitários que sobrepõem a AID do empreendimento (ABG, 2019).

Dentro dos setores censitários considerados rurais, as atividades de campo permitiram observar transformações espaciais que ocorreram nas últimas décadas: trata-se de uma modificação no padrão essencialmente rural para uma combinação entre diferentes usos e ocupação do solo, com o parcelamento de áreas mais próximas às vias de acesso,

objetivando uso voltado à moradia (por vezes divididas em pequenos lotes), enquanto o restante da área das propriedades ainda guarda usos voltados às atividades agropecuárias.

As entrevistas e a análise do padrão de uso e ocupação do solo permitiram observar alguns pontos:

- De maneira geral, pela sua localização na RMPA, a região já apresenta empreendimentos voltados a transmissão de energia, como as atuais linhas de transmissão e os dutos de passagem de gás da Transpetro – Petrobrás. Essa configuração espacial influencia tanto na consciência da população a respeito do tipo de empreendimento quanto na concordância/ discordância em relação a nova linha de transmissão, por já sofrerem impactos advindos desse tipo de empreendimento;



Figura 1.2-7 Paisagem local com a presença de linhas de transmissão.

- O trecho inicial da linha de transmissão, no município de Osório, embora ainda guarde usos voltados a atividades agropecuárias, já apresenta uma pressão relacionada a especulação imobiliária associada a expansão das áreas urbanizadas do município. Localizada entre a área urbana de Osório e a Lagoa dos Barros, o local (na visão dos entrevistados) apresenta um potencial de valorização imobiliária, o que influenciou nos discursos dos entrevistados. Ressalta-se que o local já apresenta outros empreendimentos de transmissão de energia associados ao Parque Eólico de Osório;

- Dentro do traçado proposto para a linha de transmissão, os municípios de Osório e Santo Antônio da Patrulha apresentam áreas interceptadas com atividades voltadas a orizicultura, em propriedades com maior extensão quando comparadas a propriedades em outros trechos da linha de transmissão;
- Entre os municípios de Santo Antônio da Patrulha e Osório observam-se atividades associadas ao turismo rural, como na localidade de Montenegro, onde foram registrados pontos do trajeto denominado “Caminho Gaúcho de Santiago”, além de pequenos empreendimentos familiares caracterizados pela fabricação de produtos artesanais, como cachaça, pães, cucas, etc.



Figura 1.2-8 Traçado relacionado ao “Caminho Gaúcho de Santiago”.

- O padrão observado nos trechos mais próximos das cidades de Santo Antônio da Patrulha, Glorinha e Gravataí evidenciam o que foi citado anteriormente: um mosaico de usos, com as áreas diretamente associadas as vias de acesso apresentando um maior desmembramento do solo com o uso residencial, coexistindo com usos rurais no restante das áreas das propriedades, especialmente a pecuária e pequenos plantios.

No que se refere às entrevistas, quando o tema proposto era a concordância (ou não) com o empreendimento, o discurso observado apontou uma divisão, onde pouco mais

da metade dos entrevistados relataram concordar com o empreendimento. Alguns entrevistados não emitiram opinião favorável ou contrária, e seu discurso refletia certa resignação em relação a implantação desse tipo de empreendimento: "*não tem muito que fazer*".

Os entrevistados que apresentaram discordância em relação em empreendimento apresentaram diferentes argumentos, entre eles:

- Valor de indenização;
- Desvalorização do imóvel;
- Necessidade de adaptações em relação a atividade agrícola
- Possibilidade de interferências no sinal da telecomunicação;
- Perda de benfeitorias na propriedade;
- Restrição de usos futuros na faixa de servidão;
- Risco de perda de animais caso ocorram acidentes na LT;
- Proximidade com residências e possibilidade de interferência na saúde da população.

No tocante a inviabilidade de atividades econômicas atualmente existentes, o que se observou junto aos entrevistados que discordaram do empreendimento foi um discurso que abordava a necessidade de adaptação de alguns processos frente ao novo cenário, ou ainda uma restrição em determinados locais por onde o traçado passará. Desta forma, observou-se que o empreendimento não inviabiliza social ou economicamente as atividades as propriedades. Aqueles que concordaram com o empreendimento apontaram não haver interferências na sua atividade produtiva ou cotidiano com a presença da linha de transmissão.

No que se refere ao conhecimento da presença de linhas de transmissão nas proximidades da propriedade e da sua interferência no cotidiano ou nas atividades produtivas, no geral as respostas apontaram para o conhecimento prévio da presença de linhas de transmissão no entorno, no entanto, tal presença não causa qualquer tipo de interferência na propriedade. Cabe destacar que quatro entrevistados relataram ter conhecimento de linhas de transmissão nas suas propriedades, e que isto já provoca interferência direta e negativa na sua atividade produtiva.

Sobre a interferência do novo empreendimento, a maioria dos entrevistados informou que o empreendimento não irá interferir na sua atividade produtiva ou cotidiano. Dos entrevistados, dois disseram que o empreendimento irá interferir pouco na sua

atividade, enquanto que cinco relataram muita interferência, em função de fatores já citados anteriormente, relacionados à discordância do empreendimento.

Em relação à paisagem, Santos (1988) assevera que a paisagem “é tudo que nós vemos, o que nossa visão alcança. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca”. Aponta ainda que “a paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea”.

Como se sabe, a área em estudo é composta em sua maioria por propriedades rurais que, ao longo das últimas décadas, passaram por modificações associadas ao avanço da urbanização. Esse padrão promove na região uma diversificação de paisagens a partir de elementos rurais e urbanos que se sobrepõem.



Figura 1.2-9. Paisagem característica no trecho inicial – Osório.



Figura 1.2-10. Paisagem na encosta e visão da Lagoa dos Barros – Santo Antônio da Patrulha



Figura 1.2-11 Composição da paisagem em Santo Antônio da Patrulha.



Figura 1.2-12 Paisagem com a presença de elementos característicos de áreas rurais e urbanas – Gravataí.



Figura 1.2-13 Residências ao longo de via de acesso - Glorinha.

A partir das características da paisagem local, foi realizado um questionamento aos entrevistados referente a percepção da paisagem e uma possível interferência após a implantação da linha de transmissão.

De maneira geral, as respostas convergiram para a não interferência na paisagem e no seu cotidiano. Entre aqueles que apontaram interferência, sete identificam que esta será significativa, associada a proximidade de residências ou colocando suas questões econômicas dentro deste contexto. Duas respostas apontaram para uma interferência, mas que não será significativa.

Com relação a percepção dos entrevistados acerca dos impactos positivos advindos do empreendimento, as respostas afirmativas citam a questão do bem comum para a população a partir das melhorias de distribuição de energia. No entanto verifica-se com freqüência o desconhecimento dos entrevistados quanto aos impactos positivos, tais como a importância do empreendimento em relação à melhoria na infraestrutura de transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional, e consequente benefício à sociedade.

Os impactos negativos citados pelos entrevistados refletiram pontos de discordância já identificados anteriormente (valor de indenização; desvalorização do imóvel; necessidade de adaptações em relação a atividade agrícola; possibilidade de interferências no sinal da telecomunicação; perda de benfeitorias na propriedade e; restrição de usos futuros na faixa de servidão; questões relacionadas à saúde da população).

As entrevistas realizadas permitiram observar que os trechos que apresentam a atividade produtiva ligada essencialmente a pecuária possuem menores restrições por parte dos entrevistados, em razão da baixa interferência do empreendimento nesta atividade.

As considerações dos moradores e proprietários relacionadas a interferências na produção ou no seu cotidiano estão, de maneira geral, concentradas na questão da desvalorização das terras e valor de indenização, além das questões associadas a necessidade de adaptação de processos produtivos junto a faixa de servidão e restrições futuras para implantação de projetos distintos daquelas atividades que atualmente são observadas.

Em síntese, os levantamentos de dados primários realizados e a sua distribuição ao longo da linha de transmissão permitiram traçar um panorama da percepção da população local, apresentando pontos de vista distintos em relação a implantação do empreendimento, a partir dos interesses próprios atuais e futuros para suas propriedades.

Frente aos resultados observados, sugere-se a implantação de ações no âmbito do Programa de Comunicação Social, abarcando atividades que visem estabelecer um canal de comunicação com os proprietários. Tais ações tem como objetivo dirimir dúvidas e minimizar especulações a respeito de impactos advindos do empreendimento, realizando ainda reportes sobre o andamento das atividades de implantação, a partir da distribuição de informativos, por exemplo. Ressalta-se ainda a relevância da inclusão, no âmbito do Programa de Educação Ambiental, de ações que objetivam a sensibilização dos proprietários quanto aos impactos ambientais positivos advindos da implantação do empreendimento, contribuindo para a difusão de informação e conhecimento junto ao público alvo.

1.3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABG ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE. Relatório Ambiental Simplificado – RAS LT 230 kV Osório 3 - Gravataí 3 C1. CPFL Transmissão Sul II S.A. 2019.

CAMPOS, C. J. G. Metodologia qualitativa e método clínico qualitativo: um panorama geral de seus conceitos e fundamentos. 2000. Disponível em: https://arquivo.sepq.org.br/II-SIPEQ/Anais/pdf/poster1/05.pdf. Acesso em Julho de 2020.

DESLAURIERS J. P. Recherche qualitative: guide pratique. Québec (Ca): McGrawHill, Éditeurs, 1991.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

SANTOS, M. METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4553745/mod_resource/content/1/texto3B_msantos_1988.pdf. Acesso em Julho de 2020.

1.4 ANEXOS

ANEXO 1. ENTREVISTA ADOTADA PARA A AVALIAÇÃO DE PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL.

AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO - LINHA DE TRANSMISSÃO 230KV OSÓRIO 3 - GRAVATAÍ 3 C1

Questionário aplicado à população diretamente atingida pelo Empreendimento

N° _____Local da aplicação: _____

Data: _____/_____/2020 Coordenadas: _____

Linha de Transmissão: _____

I - DADOS DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Idade: _____ **Sexo:** ( ) F ( ) M

Naturalidade: _____

Grau de escolaridade

( ) Ensino fundamental incompleto
( ) Ensino fundamental completo
( ) Ensino médio incompleto
( ) Ensino médio completo
( ) Ensino superior incompleto
( ) Ensino superior completo
( ) Não frequentou escola

II – DADOS DA PROPRIEDADE

Há quantos anos o(a) senhor(a) reside na propriedade? _____

Tamanho da propriedade (ha): _____

Tipo de propriedade (posse, título, arrendatário, meeiro, parceiro, outro): _____

Quais são os principais cultivos e criações (caso seja propriedade rural)?

_____

_____

Estabelecimento de agricultura familiar: ( ) Sim ( ) Não

III - DADOS SOBRE O EMPREENDIMENTO

1. Você sabe o que é uma "linha de transmissão"?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe responder

2. Você sabe qual é a função de uma linha de transmissão?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe responder

3. Você concorda (aceitação/rejeição) com a instalação do empreendimento?

( ) Sim ( ) Não

Justifique a sua resposta:

_____

_____

4. Você tem conhecimento de alguma linha de transmissão nas proximidades?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe responder

5. Atualmente a sua propriedade sofre interferência da alguma linha de transmissão? Como é essa interferência?

( ) Direta e positiva ( ) Indireta e negativa ( ) Não sofre interferência

( ) Direta e negativa ( ) Indireta e positiva

Justifique sua resposta:

_____

6. Em que medida você acredita que a instalação da Linha de Transmissão pode interferir na sua atividade produtiva?

( ) Muito ( ) Pouco ( ) Não interfere

Justifique sua resposta:

_____

_____

7. Na sua opinião, a instalação da linha de transmissão irá interferir na paisagem? Em que medida?

( ) Sim, de forma significativa ( ) Sim, mas não é significativo ( ) Não ( ) Não sabe

Justifique sua resposta:

_____

_____

8. Na sua opinião, quais os impactos positivos e negativos da instalação da linha de transmissão?

Positivos: _____

_____

Negativos: _____

_____

ANEXO 2. RELATÓRIO DAS ENTREVISTAS APLICADAS.

ENTREVISTA N° 1 – GLACI ROSENTAL

Glaci Rosental, 58 anos.

Local de aplicação: Santo Antônio da Patrulha. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.862857°S; -50.495771°O.

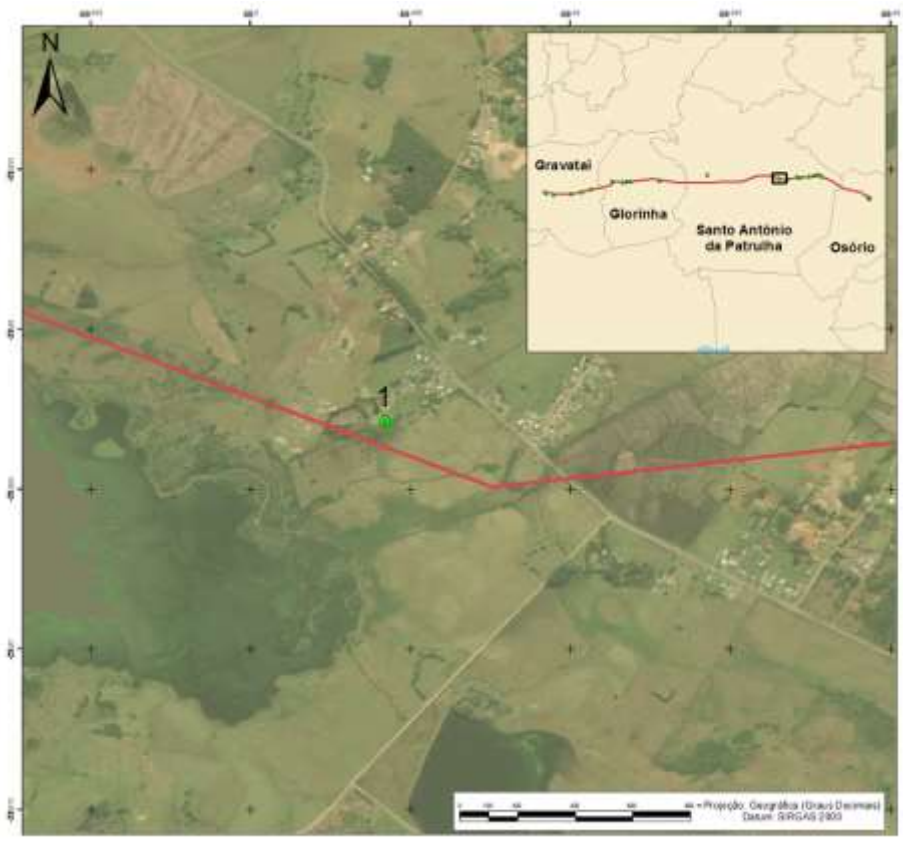


Figura 1.4-1 Localização da Entrevista n°1.

Glaci reside no local há aproximadamente 1 ano e meio, em propriedade da família, com mais cinco pessoas. Não possuem qualquer tipo de produção ou cultivo, não se enquadrando como propriedade rural. Residem junto a um conjunto de casas localizadas a aproximadamente 3 Km da área central de Santo Antônio da Patrulha, com acesso a partir da ERS-030.



Figura 1.4-2 Residência da família da Sra. Glaci Rosental.

Quando questionada a respeito do conhecimento sobre uma Linha de Transmissão, respondeu que sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a instalação do empreendimento, disse que concorda com o mesmo, "*se não for trazer problema na propriedade*". Abordou que o empreendedor fez contatos com os moradores na área, mas a propriedade dela não será interceptada diretamente pela Linha de Transmissão.

Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou que tem conhecimento da existência, mas que não sofre interferência em relação à sua propriedade. Quando questionada a respeito do novo empreendimento, apontou que não sabe se sofrerá algum tipo de interferência, visto que nunca residiu próxima a uma Linha de Transmissão.



Figura 1.4-3 Local ao lado da residência da entrevistada, com vista para o futuro traçado da LT.

Sobre a paisagem, entende que a Linha de Transmissão não irá provocar interferências, citando apenas uma possível interferência "*se tirasse o mato talvez*", referindo-se a vegetação nativa próxima a sua residência.

Sobre os impactos positivos ou negativos, a entrevistada não soube fazer apontamentos em relação ao empreendimento.

ENTREVISTA N° 2 – LUCIANO GOMES DA SILVA

Luciano Gomes da Silva, 39 anos.

Local de aplicação: Santo Antônio da Patrulha. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.864402°S; -50.479592°O.

Luciano reside há aproximadamente 20 anos na propriedade, que possui 11 ha, com a atividade pecuária em primeiro plano, produzindo ainda alimentos em pequena escala (batata doce, aipim, cana, etc.) para consumo próprio.

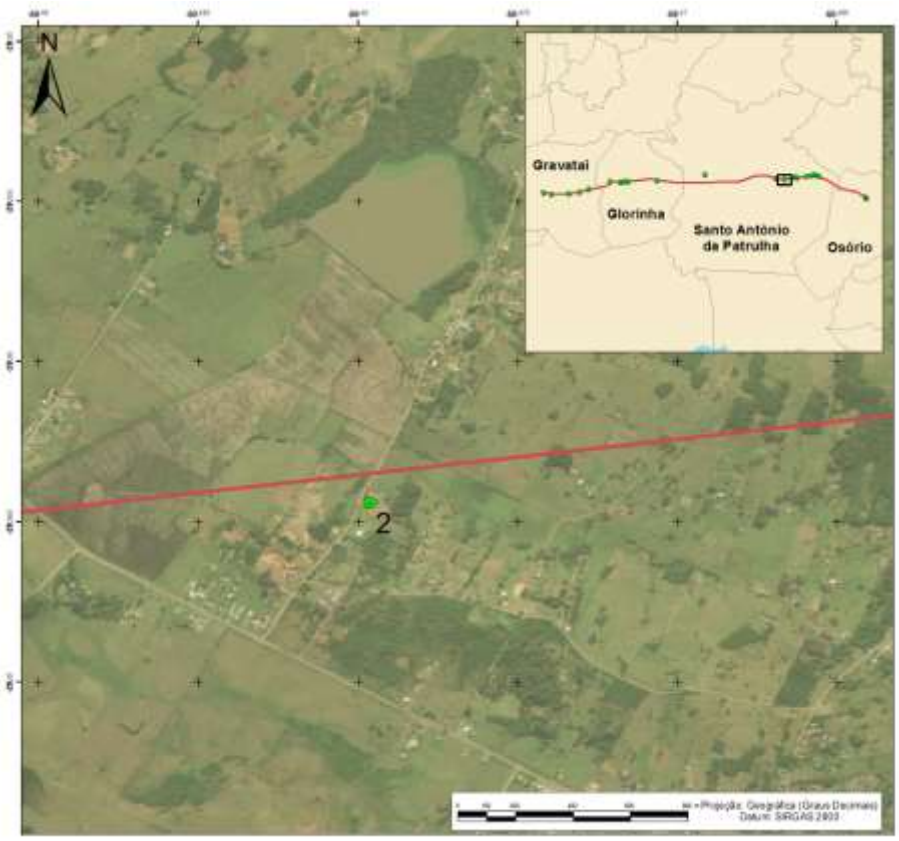


Figura 1.4-4 Localização da Entrevista n°2.



Figura 1.4-5 Residência na propriedade do Sr. Luciano Gomes da Silva.

Quando questionado a respeito do conhecimento sobre uma Linha de Transmissão, respondeu que sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a presença de outras linhas de transmissão, afirmou que não tem conhecimento da existência de outras LTs nas proximidades da propriedade.

Sobre a instalação da linha de transmissão, disse que concorda com o mesmo, apontando que os contatos realizados pelo empreendedor foram tranquilos e que neste momento encontram-se em fase de acerto de valores. Quando questionado a respeito do novo empreendimento, coloca que ele não deverá interferir na sua atividade produtiva, visto que sua principal atividade é a pecuária.

O entrevistado entende que a linha de transmissão não irá interferir na paisagem local.



Figura 1.4-6 Paisagem atual observada na propriedade do Sr. Luciano Gomes da Silva.

Sobre os impactos positivos, aponta a geração de energia para outros lugares. O entrevistado não apontou a existência de impactos negativos.

ENTREVISTA N° 3 – ADÃO SILVA DE SOUZA

Adão Silva de Souza, 59 anos.

Local de aplicação: Santo Antônio da Patrulha. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.860680°S; -50.459981°O.

Adão é proprietário de uma fazenda com produção voltada a pecuária, além de pequenos plantios voltados à família. Sua propriedade possui aproximadamente 8 ha, onde reside há mais de 34 anos. Atualmente vive com a esposa no local.

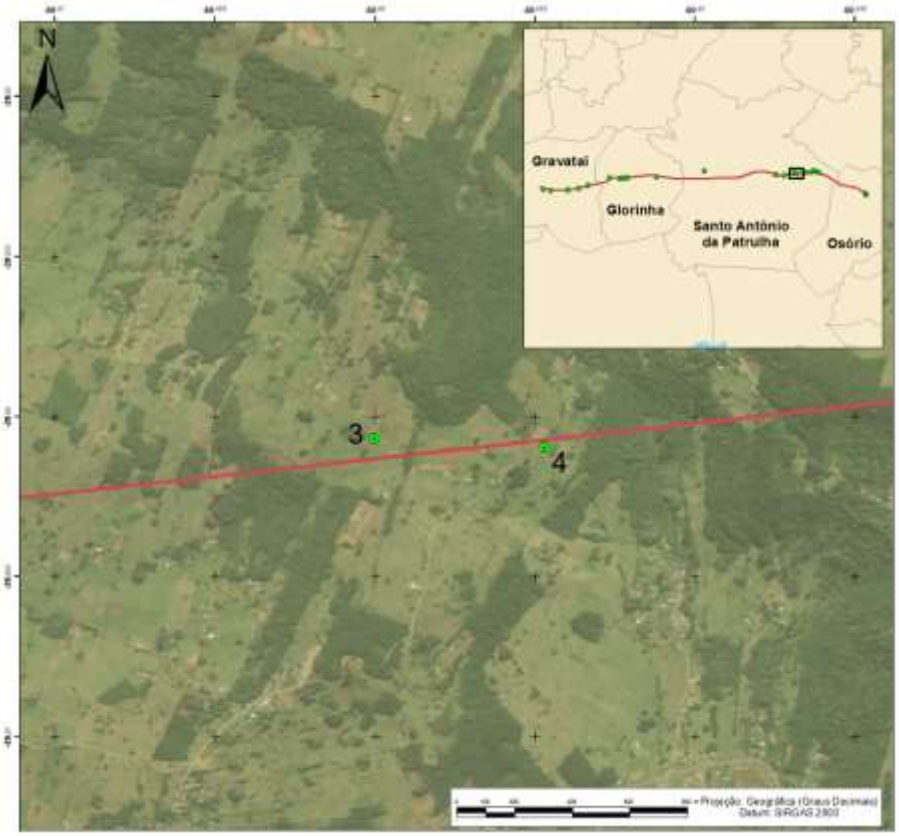


Figura 1.4-7 Localização da Entrevista n°3.

Quando questionado a respeito do seu conhecimento sobre uma Linha de Transmissão, respondeu que não sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades,

afirmou ter conhecimento da existência, mas que atualmente não sofre interferência na sua propriedade.



Figura 1.4-8 Residência na propriedade do Sr. Adão Silva de Souza.

Sobre a instalação do empreendimento, disse que concorda com o mesmo, citando que não vê problemas e que esteve de acordo com a negociação e os valores. Quando questionado a respeito da influência da linha de transmissão, coloca que não deverá sofrer interferências na sua atividade produtiva, voltada essencialmente a pecuária.

Sobre a paisagem, entende que a Linha de Transmissão não irá provocar interferências, sem citar impactos negativos associados ao tema.



Figura 1.4-9 Paisagem na propriedade do Sr. Adão Silva de Souza.

Sobre os impactos positivos e negativos, coloca que "*na propriedade não terão impacto*". Não soube apontar possíveis impactos associados ao empreendimento.

ENTREVISTA N° 4 – LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA

Luis Fernando de Oliveira, 56 anos.

Local de aplicação: Santo Antônio da Patrulha. Coordenadas geográficas do local da entrevista: - 29.860944°S; -50.454686°O.

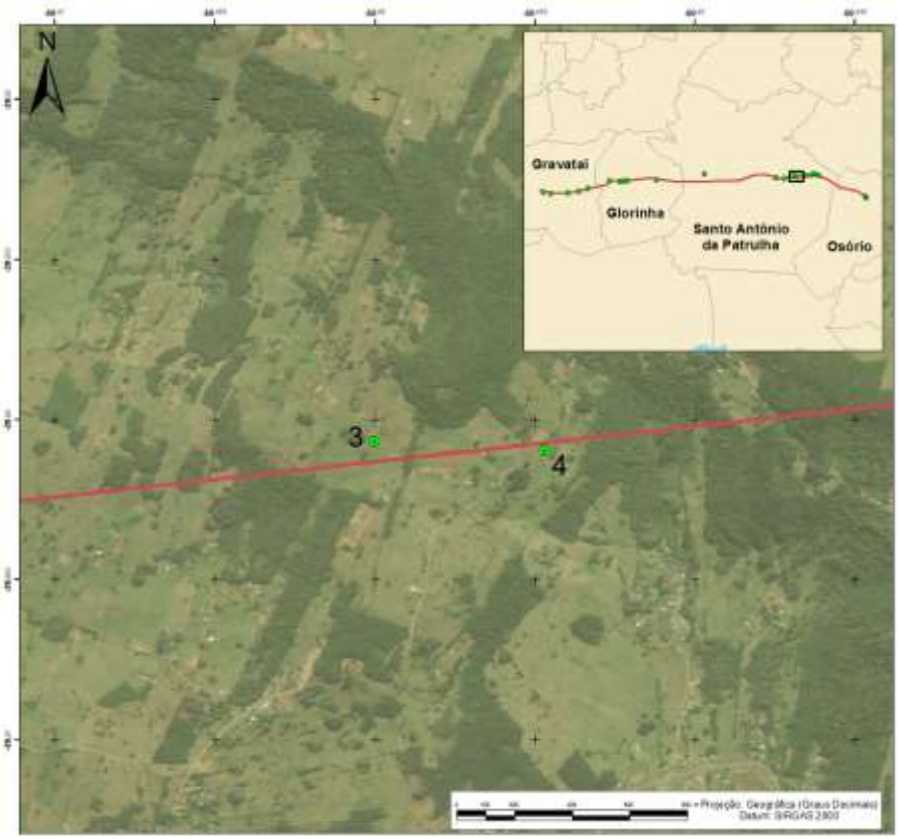


Figura 1.4-10 Localização da Entrevista n°4.

Luis adquiriu a propriedade há aproximadamente 1 ano, residindo no local há sete meses. O local possui 2,5 ha e atualmente o entrevistado não possui qualquer tipo de atividade produtiva, citando que permite o uso da propriedade para os animais do vizinho, antigo dono da área e que tem na pecuária uma das suas atividades.

Quando questionado a respeito do seu conhecimento sobre uma Linha de Transmissão, respondeu que sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou ter

conhecimento da existência, mas que atualmente não sofre interferência na sua propriedade.

O entrevistado concorda com o empreendimento, citando que foram realizadas modificações de traçado que melhoraram as condições para ele na propriedade. Não apresentou considerações em relação as negociações para indenização.



Figura 1.4-11 Propriedade do Sr. Luis Fernando de Oliveira.

Quando questionado sobre possíveis interferências da LT no seu cotidiano e/ ou atividade produtiva, cita que "*só o fato da existência da LT já pode causar o impacto*". Cita ainda que tinha planos de plantar árvores no local de passagem do empreendimento, e que isto não deverá ocorrer no local.



Figura 1.4-12 Propriedade do Sr. Luis Fernando de Oliveira.

Sobre a paisagem, entende que a linha de transmissão irá provocar interferência de forma significativa, por passar na propriedade e próximo a sua residência.

A respeito de impactos positivos, cita apenas que é bom para o todo, em relação aos benefícios para população. Em relação aos impactos negativos, relembra os já citados em relação à paisagem e a interferência nos seus planos iniciais para o local.

ENTREVISTA N° 5 – EDUARDO SANTOS BANDEIRA

Eduardo Santos Bandeira, 57 anos.

Local de aplicação: Santo Antônio da Patrulha. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.858816°S; -50.436464°O.

Eduardo reside numa propriedade da família, sem recordar a quantos anos está no local. Afirma que a família possui a propriedade há mais de 80 anos. Não sabe precisar o tamanho da área, onde atualmente planta em uma pequena área para sustento próprio (cana, aipim, feijão, pomar de frutas).

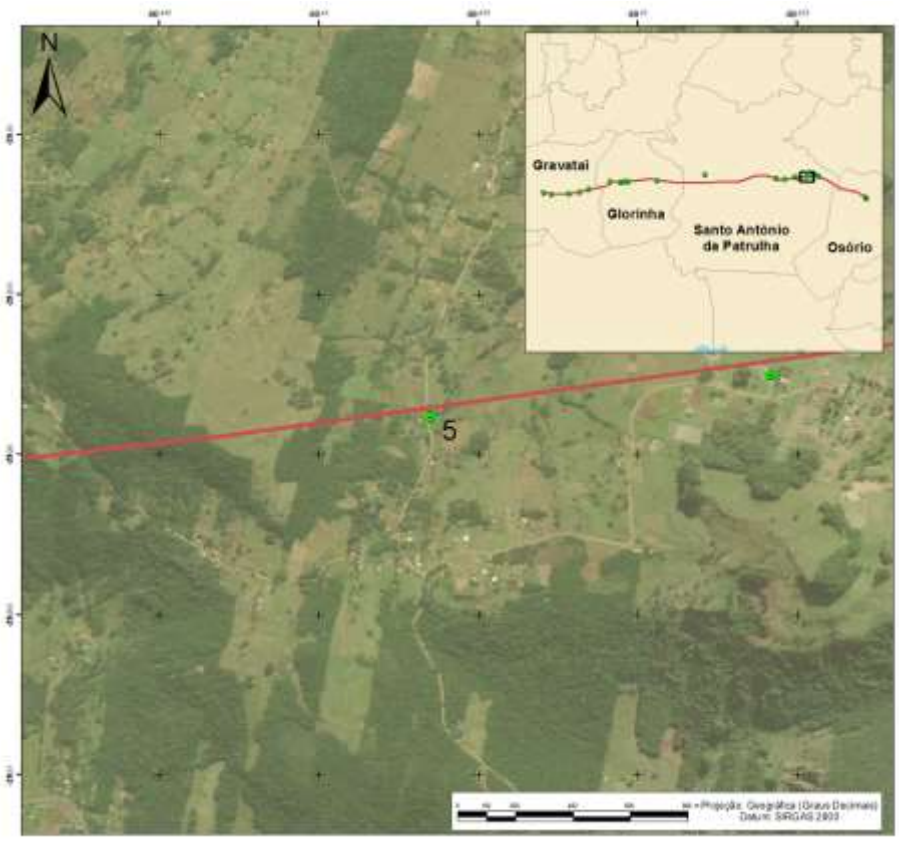


Figura 1.4-13 Localização da Entrevista n°5.

Quando questionado a respeito do seu conhecimento sobre uma Linha de Transmissão, respondeu que não sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou que tem conhecimento da existência mas não sofre interferência na sua propriedade.

Quando questionado sobre a aceitação ou rejeição do empreendimento, o entrevistado não concorda: "*a rede vai passar próximo da casa que quero construir. Se desse um valor maior estaria ok*". Quando questionado a respeito do novo empreendimento, coloca que o mesmo deverá interferir significativamente no seu cotidiano, pois acha que prejudicará sua saúde, citando que faz hemodiálise.

Sobre a paisagem, entende que a Linha de Transmissão não irá provocar interferências, sem citar impactos negativos associados ao tema.

Eduardo não citou impactos positivos e, em relação aos impactos negativos, ressalta a questão da sua saúde e de potenciais interferências. Cita ainda que teme pelo corte de árvores na sua propriedade.



Figura 1.4-14 Residência onde foi realizada a entrevista n° 5.

ENTREVISTA N° 6 – JOÃO LUIS BRAGA

João Luis Braga, 60 anos.

Local de aplicação: Santo Antônio da Patrulha. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.857508°S; -50.425814°O.

João reside desde seu nascimento na propriedade, que possui aproximadamente 18 ha, com atividades de pecuária e pequenos plantios (quando há excedente negocia).

Quando questionado a respeito do seu conhecimento sobre uma Linha de Transmissão, respondeu saber o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou que tem conhecimento da existência, mas que estão longe da sua propriedade.

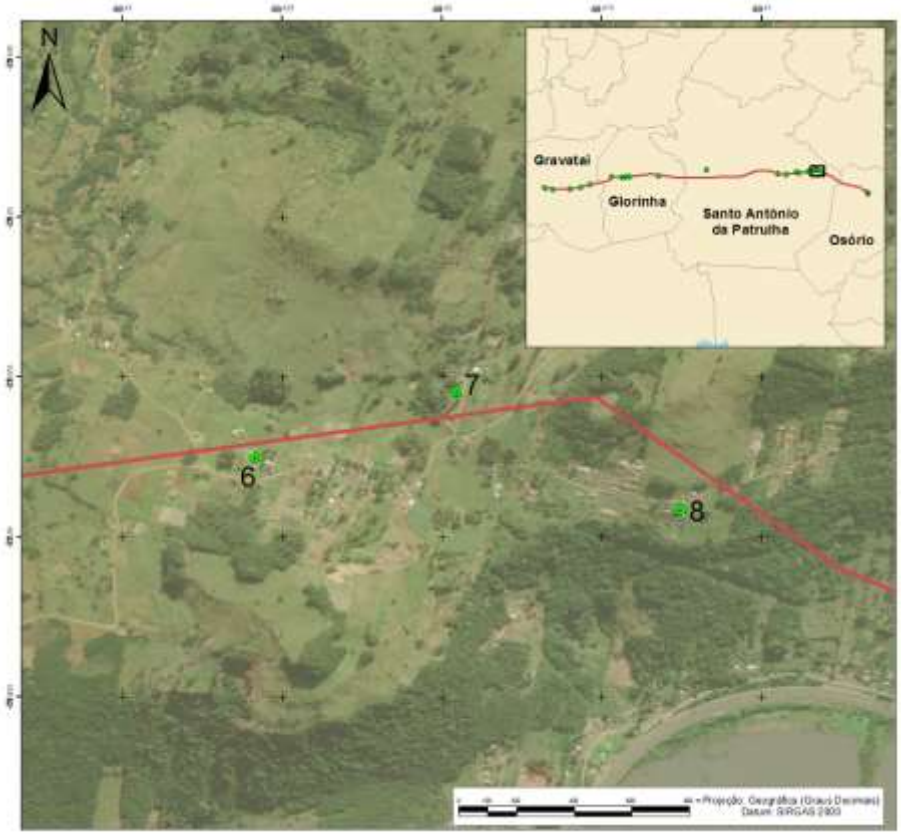


Figura 1.4-15 Localização da Entrevista n°6.



Figura 1.4-16 Residência e propriedade do Sr. João Luis Braga.

Sobre a instalação do empreendimento, disse que concorda com o mesmo, mas afirma que "*não tem o que fazer*". Após essa resposta, aponta que a família não queria, e que ainda está aguardando os valores de indenização referentes a negociação junto ao empreendedor.

Quando questionado a respeito de possíveis interferências advindas do novo empreendimento, inicialmente aponta não saber, mas na sequência aponta um receio referente a possíveis interferências no sinal de telefonia. Cita ainda a questão do corte de Eucaliptos junto a um capão próximo da residência da família.

A respeito da paisagem, não observa qualquer tipo de influencia que possa haver com a presença do empreendimento, afirmando que já estão acostumados.

O entrevistado aponta não haver impactos positivos para sua família. Referente aos impactos negativos, cita a possível interferência no sinal de telefonia, acrescentando ainda interferências no sinal da televisão.

ENTREVISTA N° 7 – JOSÉ RODRIGUES GOMES

José Rodrigues Gomes, 49 anos.

Local de aplicação: Santo Antônio da Patrulha. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.855450°S; -50.419517°O.

José reside com a família na propriedade, que possui 1,5 ha. Trata-se de uma área da família, na qual o entrevistado vive desde seu nascimento. Constitui-se de um estabelecimento familiar, onde possuem atividades diversificadas, incluindo a pecuária,

pequenos plantios, fabricação de cachaça e uma padaria na qual comercializam produtos para municípios próximos.

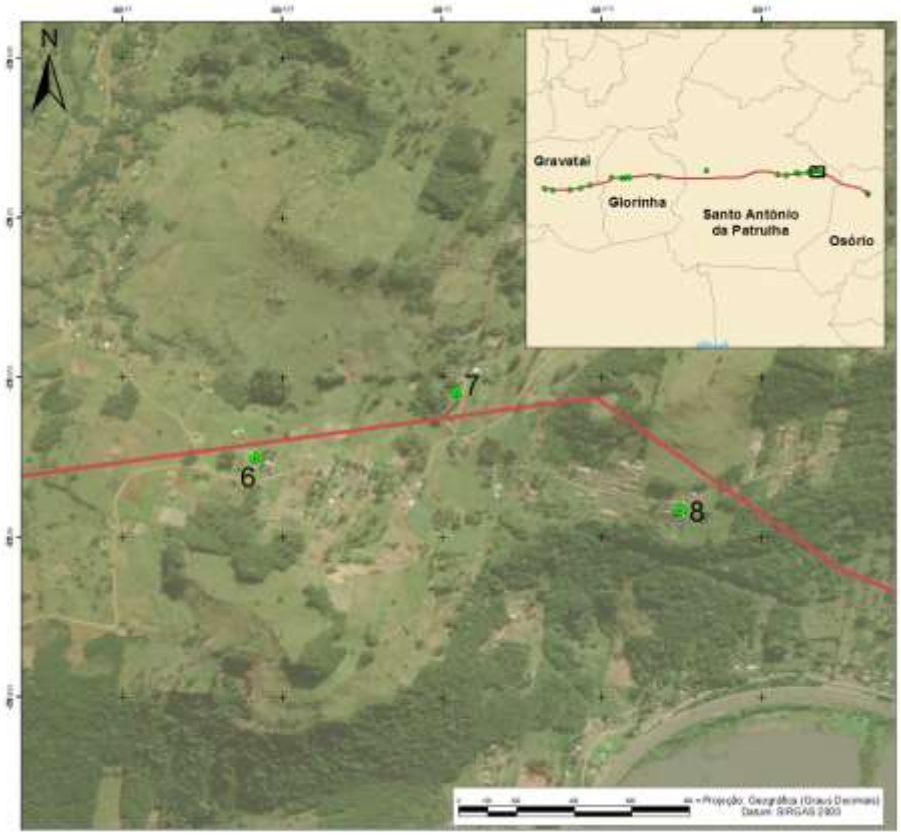


Figura 1.4-17 Localização da Entrevista n°7.



Figura 1.4-18 Placa de sinalização da Padaria da família de José Rodrigues Gomes.

Quando questionado a respeito do seu conhecimento sobre uma Linha de Transmissão, respondeu que sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Tem conhecimento sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmando que isto já interfere direta e negativamente no seu cotidiano, citando o barulho da LT e possíveis interferências no sinal de telefonia.

Discorda da instalação do empreendimento, citando a distância do mesmo em relação às residências, pois na sua visão isto causará interferência na vida das pessoas. Quando questionado a respeito de interferências na propriedade pelo novo empreendimento, coloca que o mesmo irá interferir negativamente, citando a questão da desvalorização da propriedade pela presença da linha de transmissão.

Sobre os impactos positivos, aponta que não terá nada positivo para sua família. Em relação aos impactos negativos, comenta a respeito dos temas já citados: proximidade de residências; interferência em sinal de telefonia; desvalorização do imóvel.



Figura 1.4-19. Paisagem no local do traçado da futura linha de transmissão.

ENTREVISTA N° 8 – ADELMA REJANE DOS SANTOS BERNARDO

Adelma Rejane dos Santos Bernardo, 54 anos.

Local de aplicação: Santo Antônio da Patrulha. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.859173°S; -50.412527°O.

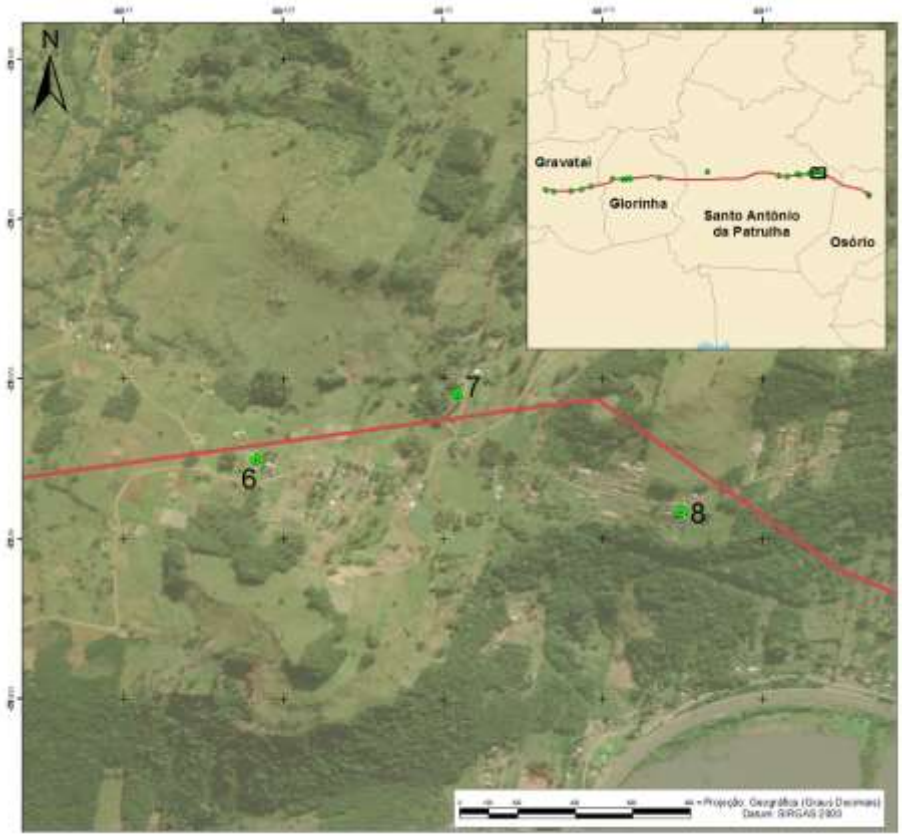


Figura 1.4-20 Localização da Entrevista n°8.

Adelma reside há aproximadamente 15 anos na propriedade, que possui 1 ha. Como afirma a entrevistada, possui "*alguns bichos para criar*", entre gado, porco e galinhas. Afirma que há alguns anos dividiram a propriedade para vender alguns lotes, pois sua localização (encosta do planalto com vista para a Lagoa dos Barros) atrai interessados que buscam construir pequenas áreas de lazer e descanso.

Quando questionada a respeito do seu conhecimento sobre uma Linha de Transmissão, respondeu que não sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a instalação do empreendimento, disse que concorda com o mesmo, apontando que "*tudo o que vier é bom para o lugar*".

Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirma que tem conhecimento da existência, mas não sofre interferência. Quando questionada a respeito do novo empreendimento, coloca que o mesmo não irá interferir nas suas atividades ou no seu cotidiano.



Figura 1.4-21 Vista da paisagem na propriedade da Sra. Adelma Rejane dos Santos Bernardo.

Sobre a paisagem, entende que a linha de transmissão não irá provocar alterações na mesma. A entrevistada não soube apontar aspectos negativos ou positivos relacionados ao empreendimento.

ENTREVISTA N° 9 – RAFAEL STENZEL

Rafael Stenzel, 40 anos.

Local de aplicação: Osório. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.900355°S; -50.319505°O.

Rafael possui a propriedade há aproximadamente 20 anos, residindo há 10 no local. A área possui 3 ha, com atividades de pecuária e lazer para a família.

Quando questionado a respeito do conhecimento sobre uma Linha de Transmissão, respondeu que sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou que tem conhecimento da existência mas, por serem antigas, não identifica interferências na sua atividade ou cotidiano.

Sobre a instalação do empreendimento, disse que discorda do mesmo em função da maneira como está sendo realizado o processo e do trato com os proprietários. Entende que a linha de transmissão irá interferir muito na sua atividade e cotidiano, justificando que a indenização deveria ser dada de acordo com o valor de mercado referente a áreas urbanas do município de Osório. Tal consideração se relaciona aos objetivos futuros da propriedade,

na qual o entrevistado tem como ideia implantar um loteamento, aproveitando a proximidade com a área central da cidade.

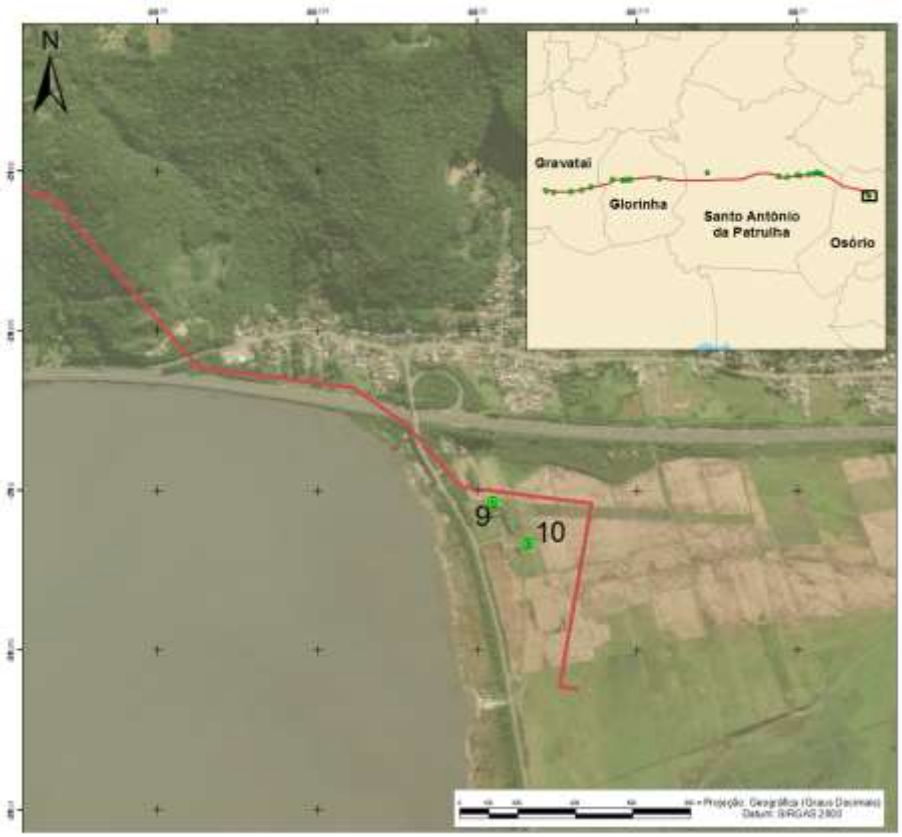


Figura 1.4-22 Localização da Entrevista n°9.



Figura 1.4-23 Residência onde foi realizada a entrevista n° 9.

Sobre a paisagem, entende que a linha de transmissão vai interferir na vista do local de forma significativa, mais uma vez citando a ideia de implantar um loteamento na área.

A respeito de possíveis impactos positivos, Rafael diz saber da importância de uma linha de transmissão e da melhor distribuição de energia, refletindo que *"não tem como privar o progresso*". No entanto, coloca que o empreendimento não pode ser feito a qualquer custo, apontando os impactos negativos já citados ao longo da entrevista (desvalorização do imóvel; baixo valor de indenização; relacionamento com os proprietários; influência na paisagem).

ENTREVISTA N° 10 – JAQUES BARCELOS

Jaques Barcelos, 47 anos.

Local de aplicação: Osório. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.901652°S; -50.318385°O.

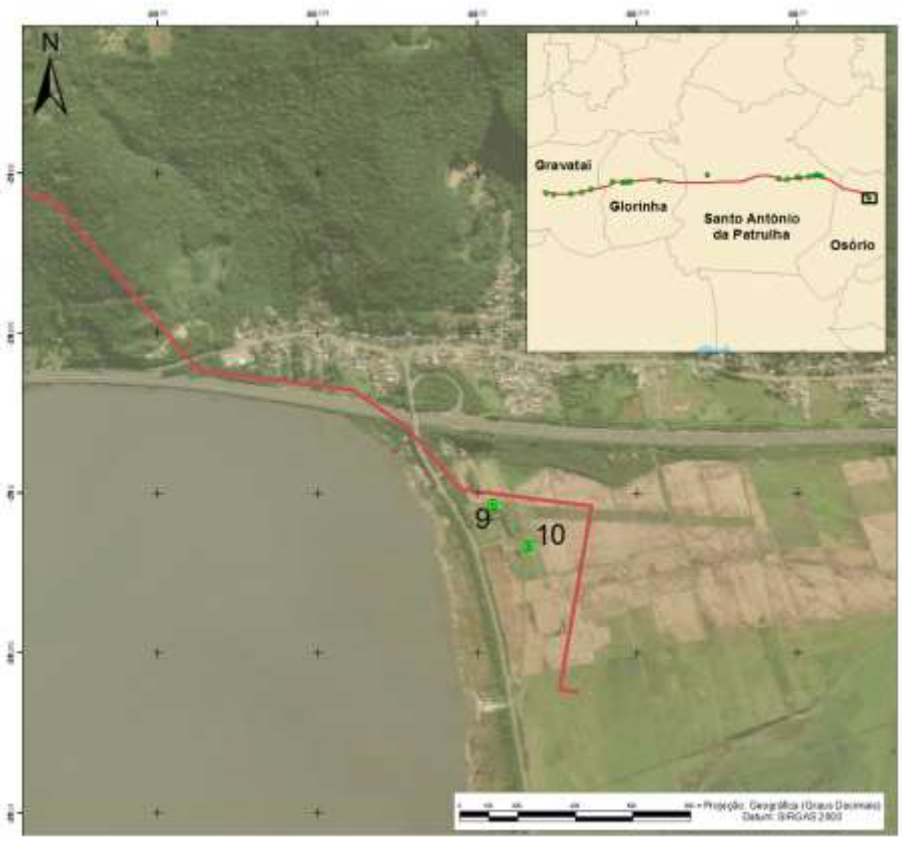


Figura 1.4-24 Localização da Entrevista n°10.

O entrevistado é proprietário de uma área de aproximadamente 40 ha, onde possui como atividades principais a pecuária e o plantio de soja e arroz. Possui a propriedade há 15 anos.



Figura 1.4-25 Estruturas da Fazenda (entrevista n°10).

Quando questionado a respeito do seu conhecimento sobre uma Linha de Transmissão, respondeu que sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento.

Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirma que tem conhecimento da existência, em virtude das outras linhas associadas especialmente ao Parque Eólico de Osório. Aponta que já sofre interferência direta e negativa das linhas de transmissão existentes, pela necessidade de adequação das suas atividades em função da interferência das torres, além da impossibilidade de utilização da aviação agrícola.

Sobre a instalação do empreendimento, disse que discorda do mesmo, pois *"não traz benefícios, apenas prejuízos".* Cita ainda o valor da indenização que, na sua visão, não representa o que realmente vale a terra. Quando questionado a respeito das interferências do novo empreendimento, coloca a questão do incomodo relacionado a presença dos funcionários, tanto na construção como operação (falta de privacidade), cita ainda questões de produtividade que podem ser afetadas pela necessidade de adequações na atividade e aborda a questão da desvalorização da propriedade pela presença do empreendimento.

Sobre a influência na paisagem, aponta que ela ocorrerá de forma significativa, citando que já existem muitas linhas de transmissão na região.



Figura 1.4-26 Parque Eólico e linhas de transmissão existentes, observadas a partir da propriedade do Sr. Jaques Barcelos.

Sobre os impactos positivos, aponta que o empreendimento poderá trazer um acréscimo em relação a segurança do local. Não observa outros impactos positivos para sua propriedade. Em relação aos impactos negativos, relaciona os pontos já tratados na entrevista, em especial as questões de interferência na produtividade e desvalorização do imóvel.

ENTREVISTA N° 11 – DANIEL SIEBEN

Daniel Sieben, 34 anos.

Local de aplicação: Gravataí. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.894605°S; -50.939856°O.

O entrevistado reside há 5 anos na propriedade, junto a sua família. Trata-se de uma área de 1 ha, utilizada apenas como residência. A propriedade não é interceptada pela linha de transmissão, situando-se a aproximadamente 200 m do traçado.

Quando questionado a respeito do seu conhecimento sobre uma Linha de Transmissão, respondeu que sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a instalação do empreendimento, disse que concorda com o mesmo, entendendo como um avanço em relação a questão da energia.

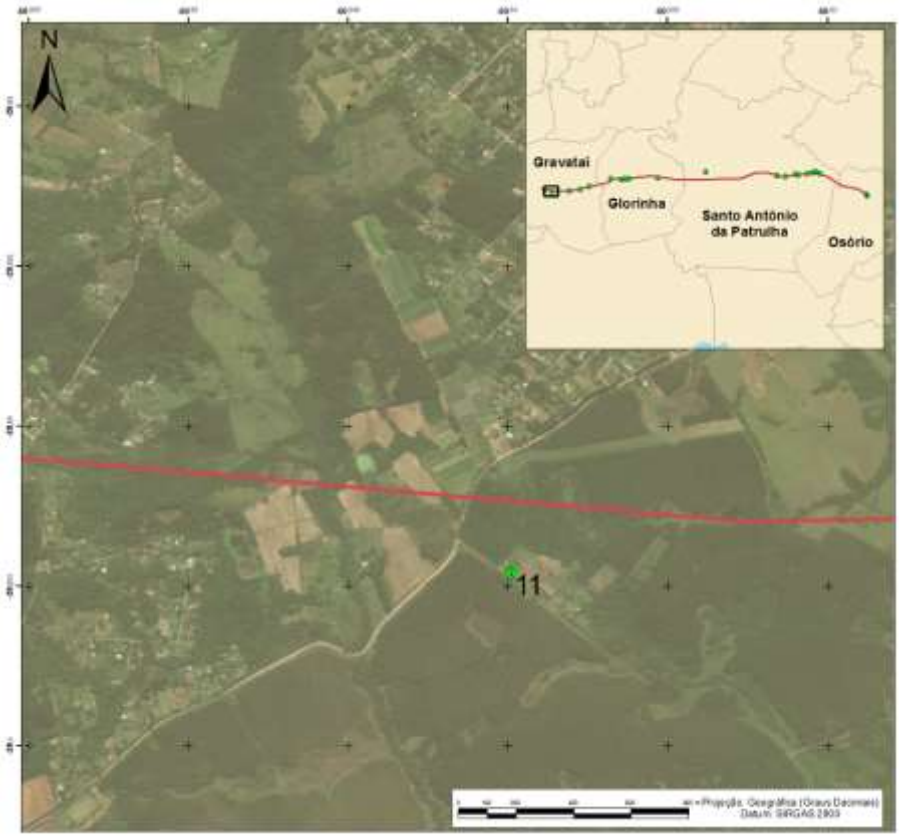


Figura 1.4-27 Localização da Entrevista n°11.

Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou ter conhecimento da existência, mas que não sofre influencia em sua propriedade. Quando questionado a respeito do novo empreendimento, pontua que ele não deverá interferir no seu cotidiano, tampouco em relação à paisagem local.

Sobre os impactos positivos, aponta as melhorias associadas à distribuição de energia com o avanço da linha de transmissão. Em relação a possíveis impactos negativos, cita a possibilidade de desmate da vegetação para passagem dos cabos e torres.



Figura 1.4-28 Paisagem nos fundos da propriedade do Sr. Daniel Sieben.

ENTREVISTA N° 12 – GIVANILDO DE VILA

Givanildo de Vila, 38 anos.

Local de aplicação: Gravataí. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.891184°S; -50.955652°O.

Givanildo reside há pouco mais de 4 meses no local, uma propriedade de 8 ha onde realiza atividades com cavalos crioulos e pretende instalar sua empresa de fabricação de facas. Segundo o entrevista, o contrato de aquisição da propriedade já indicava a passagem da futura linha de transmissão.

Quando questionado a respeito do seu conhecimento sobre uma Linha de Transmissão, respondeu que sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, o entrevistado indica que atualmente uma linha de transmissão intercepta sua propriedade, porém não influencia suas atividades em virtude da altura da torre e dos cabos.

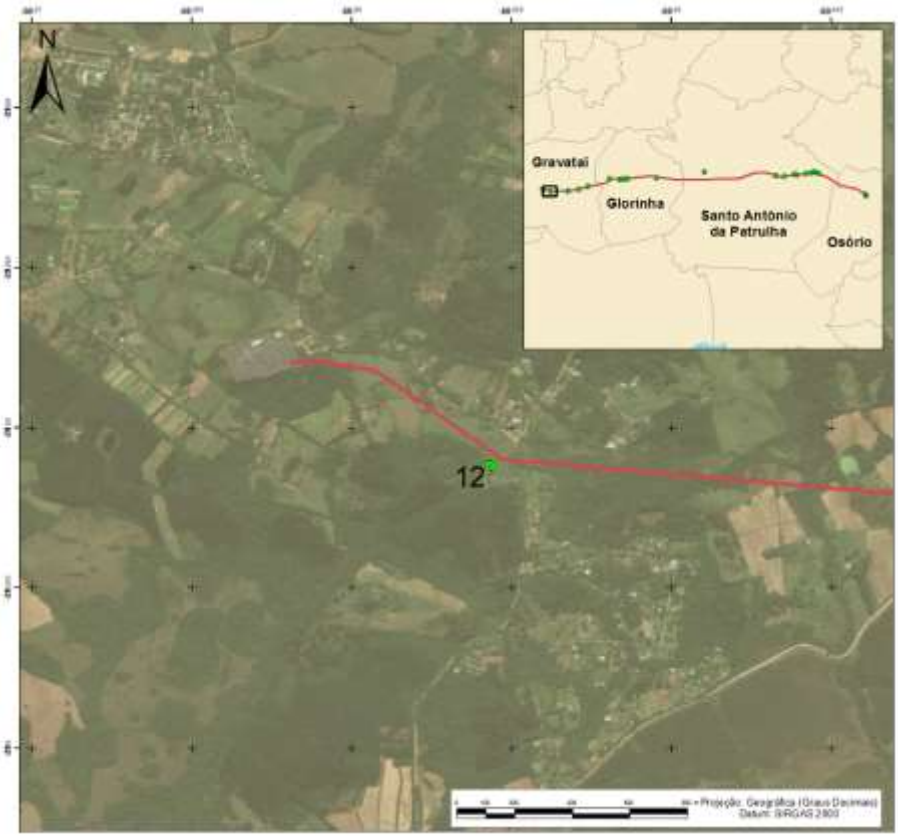


Figura 1.4-29 Localização da Entrevista n°12.



Figura 1.4-30 Linha de transmissão atual junto ao traçado definido para a Linha de Transmissão 230 kV Osório 3 - Gravataí 3 C1.

Sobre a instalação do empreendimento, preferiu não responder em concordância ou discordância. Na sua visão é algo mais complexo, entendendo ser um bem necessário, mas que prejudica o valor do imóvel. Indica que, na compra da propriedade, a questão já constava em contrato.

A respeito de possíveis interferências da Linha de Transmissão 230 kV Osório 3 - Gravataí 3 C1, aponta que o empreendimento inviabilizou a inserção de qualquer benfeitoria no local de passagem, algo que o entrevistado tinha planos de implantar.

Sobre possíveis impactos do empreendimento, Givanildo aponta impactos positivos para a sociedade, a partir do reforço da rede de energia visando a diminuição de quedas. Entretanto ressalta que, para o proprietário, restam apenas os impactos negativos, como o citado pela restrição referente a benfeitorias e ainda o risco de perda de animais em um eventual acidente envolvendo a linha de transmissão.



Figura 1.4-31 Marcação para a LT e sede da fazenda onde se realizou a entrevista n°12.

ENTREVISTA N° 13 – LUCIMARA GARCIAS DE VARGAS

Lucimara Garcias de Vargas, 37 anos.

Local de aplicação: Gravataí. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.893515°S; -50.905625°O.

A entrevistada reside desde que nasceu no local, que possui 21,5 ha. A propriedade possui como principal atividade econômica a pecuária. Além do gado, possuem galinhas na propriedade.

Quando questionada a respeito do seu conhecimento sobre uma Linha de Transmissão, respondeu que sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento.

Sobre a instalação do empreendimento, disse que concorda com o mesmo, apontando que as negociações estão ocorrendo de maneira satisfatória e que a linha de transmissão passará em um ponto atrás da propriedade.

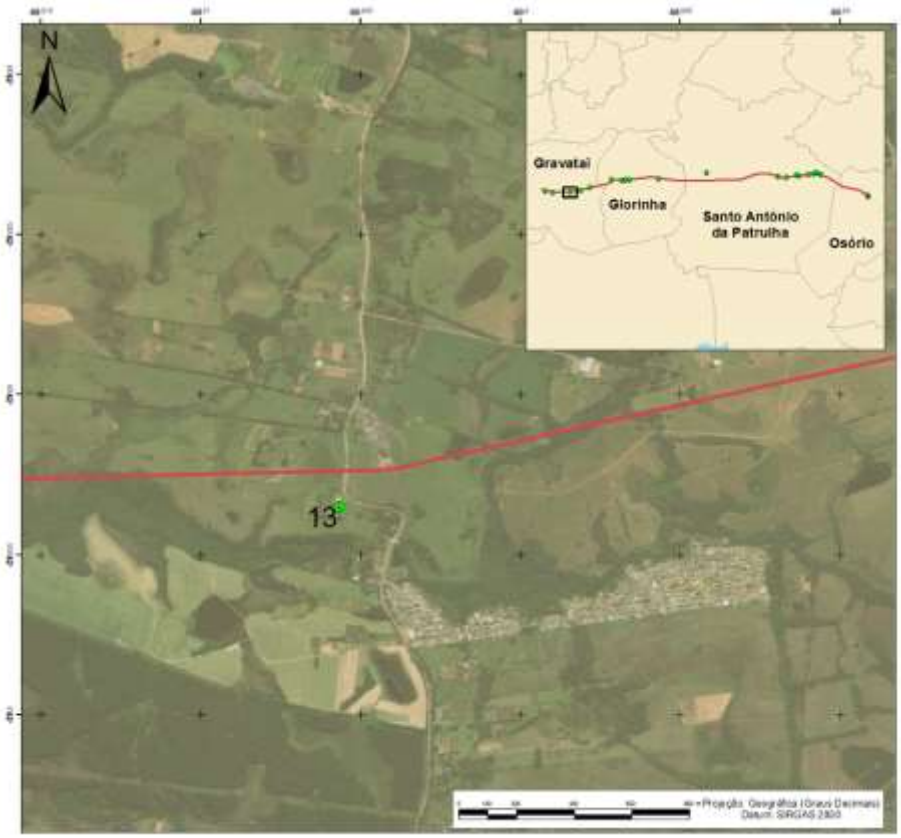


Figura 1.4-32 Localização da Entrevista n°13.



Figura 1.4-33 Residências na propriedade onde foi realizada a entrevista n°13.

Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou que tem conhecimento da existência de outros empreendimentos na região, mas que atualmente não sofre interferência na sua propriedade. Quando questionada a respeito do empreendimento em implantação, aponta que não deverá interferir na sua atividade produtiva ou cotidiano, tampouco na paisagem local.

Sobre os impactos positivos e negativos advindos do empreendimento, a entrevistada coloca que "*não mudará nada*" para ela ou família.

ENTREVISTA N° 14 – JAIR LUIZ DAVILA

Jair Luiz Davila, 63 anos.

Local de aplicação: Gravataí. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.890024°S; -50.883759°O.

Jair reside junto a família na propriedade, que possui aproximadamente 17 ha. Não sabe precisar a quanto tempo reside no local, visto que uma área passada de geração para geração. Na propriedade a principal atividade é a pecuária.

Quando questionado a respeito do seu conhecimento sobre uma linha de transmissão, respondeu que não sabe o que é uma LT, mas depois aponta que entende qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou que tem conhecimento da existência mas que atualmente não sofre qualquer interferência.

Sobre a instalação do empreendimento, disse que concorda com o mesmo, e após reflete colocando que "*na verdade não adianta ir contra*". Aborda que "*inicialmente (anos atrás), iria passar num capão de Eucalipto ao lado das residências, mas agora mudou para um local melhor*".

O entrevistado comenta ainda que um dos seus vizinhos é contrário ao empreendimento, não permitindo inclusive o acesso de pessoas que desejam realizar os estudos. Foi feita tentativa de contato e acesso para realização da entrevista junto a esse proprietário, mas não foi possível realizar a atividade.

Quando questionado a respeito do novo empreendimento, coloca que ele não deverá interferir na sua rotina ou atividade produtiva. A respeito da interferência na paisagem, o entrevistado aponta que ocorrerá, mas de maneira pouco significativa.

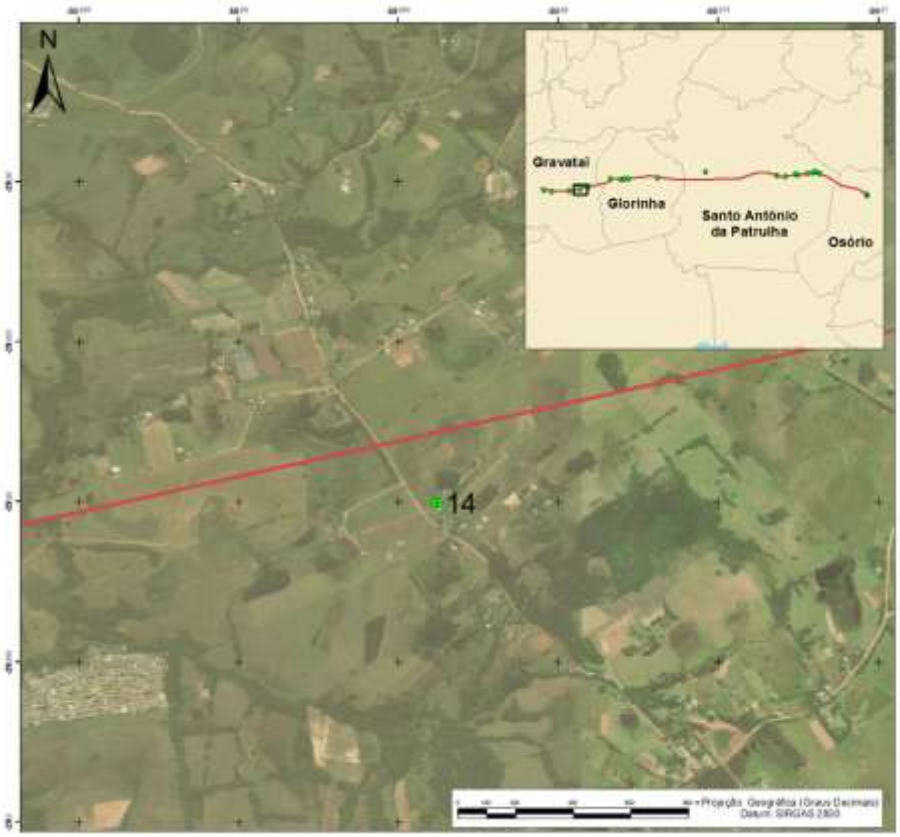


Figura 1.4-34 Localização da Entrevista n°14.



Figura 1.4-35 Paisagem na área da propriedade do Sr. Jair Luiz Davila. Ao fundo o local de passagem da futura linha de transmissão.

Em relação a possíveis impactos positivos, o entrevistado não soube responder. Quando questionado a respeito de possíveis impactos negativos, cita uma conversa com os filhos, que acham que vai desvalorizar a propriedade no caso de uma possível venda futura.

ENTREVISTA N° 15 – TADEU SCHIMIDT DAVILA

Tadeu Schimidt Davila, 63 anos.

Local de aplicação: Gravataí. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.883443°S; -50.866618°O.

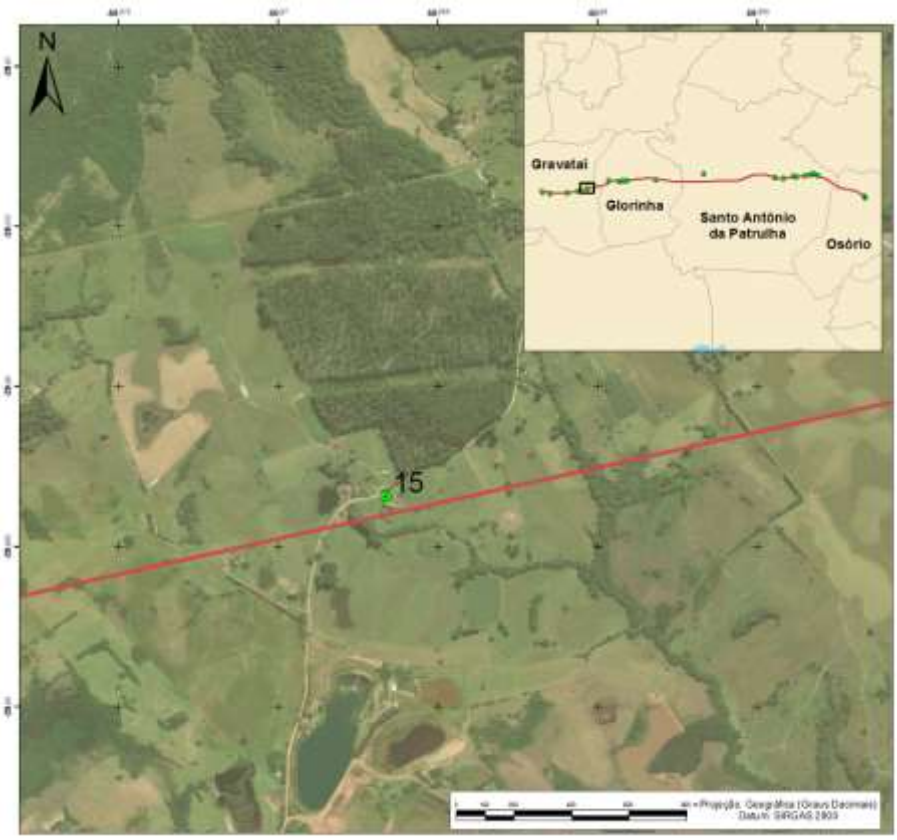


Figura 1.4-36 Localização da Entrevista n°15.

O entrevistado reside no local desde o nascimento. Discorre que a área no entorno é da família, apontando para o outro lado da via, onde reside seu pai, além de mencionar que outros parentes residem próximos. Na sua propriedade, que possui aproximadamente 16 ha, Tadeu tem como atividade principal a pecuária.



Figura 1.4-37 Residência onde foi realizada a entrevista n°15.

Quando questionado a respeito do conhecimento sobre uma linha de transmissão, respondeu que tem conhecimento sobre o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou ter conhecimento da existência e que já possui interferência negativa nas propriedades da família, sinalizando que já existem 2 torres no terreno.

Questionado a respeito do empreendimento em implantação, disse que discorda do mesmo, apontando como principal motivo a proximidade que a linha de transmissão passará da sua residência. Coloca ainda que, pelo traçado apresentado, perderá parte de um capão de eucaliptos e possivelmente uma área de “taquareiras”. Complementa afirmando que ainda não foi feito acerto referente a indenizações do empreendimento.



Figura 1.4-38 Capão de eucaliptos, próximo a residência, onde passará a futura linha de transmissão.

Questionado a respeito de possíveis interferências do novo empreendimento, coloca que ele deverá interferir pouco, já que na sua pastagem não ocorrerão interferências, mas se quiser construir no local terá restrições. A respeito da paisagem, coloca que ocorrerão interferências mas que não serão significativas, apontando apenas que "*se a torre fosse mais para cima, distante da residência, seria melhor*".

Sobre os impactos positivos, o entrevistado coloca que para a sua família não vê nada benéfico. Sobre impactos negativos, aponta o que já foi elencado (proximidade da residência; restrições para construções; indenização).

ENTREVISTA N° 16 – INÊS DE JESUS MEIRELES

Inês de Jesus Meireles, 62 anos.

Local de aplicação: Glorinha. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.869385°S; -50.824577°O.

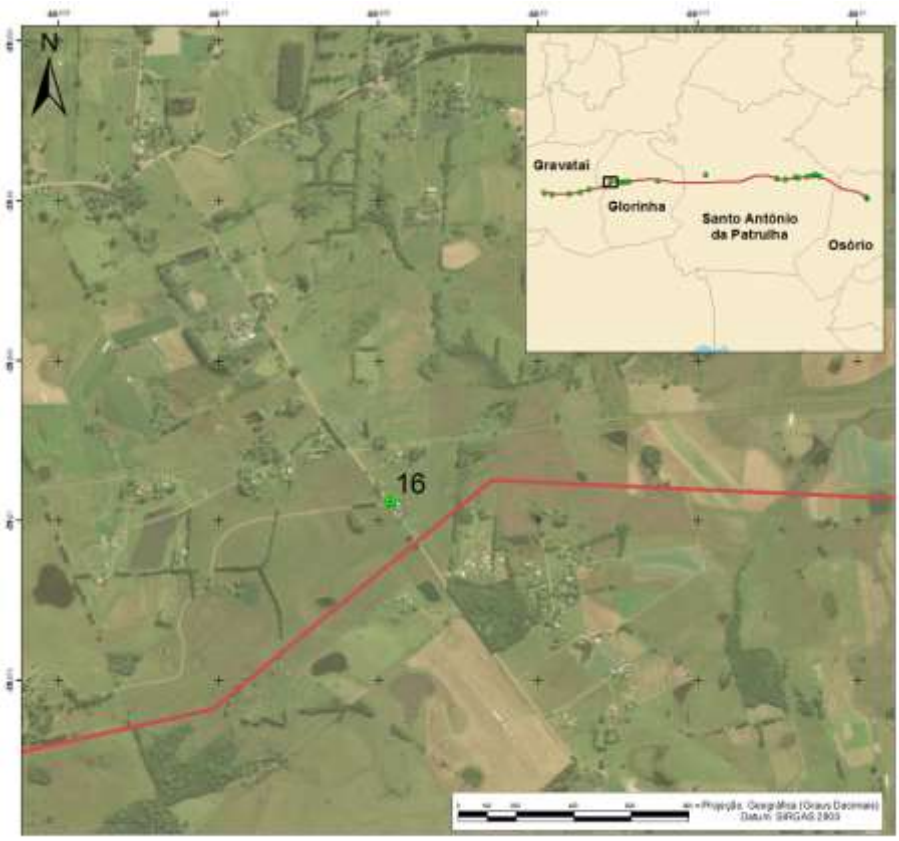


Figura 1.4-39 Localização da Entrevista n°16.

A entrevistada reside na propriedade desde seu nascimento. Trata-se de uma área de aproximadamente 4 ha onde, segundo a Sra. Inês, possuem "*alguns bichos para criação*".

Quando questionada a respeito do seu conhecimento sobre uma Linha de Transmissão, a entrevistada respondeu que sabe o que é uma Linha de Transmissão e qual a sua função. Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou ter conhecimento da existência, mas que não sofre interferência na sua propriedade.

Sobre a instalação do empreendimento, disse que concorda com o mesmo, apontando que "*tudo correu bem*" em relação a negociação, e que "*eles vão retornar para fazer o acerto*". Questionada a respeito de possíveis interferências do novo empreendimento, coloca que ele não deverá interferir na sua atividade produtiva, tampouco na paisagem local.



Figura 1.4-40 Residências na propriedade onde foi realizada a entrevista n°16.

Sobre possíveis impactos positivos ou negativos, a entrevistada não soube opinar.



Figura 1.4-41 Paisagem em frente a propriedade onde foi realizada a entrevista n°16.

ENTREVISTA N° 17 – ARCÊNIO SOLFERINO MEALHO

Arcênio Solferino Mealho, 77 anos.

Local de aplicação: Glorinha. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.870285°S; -50.802834°O.

Arcênio reside há aproximadamente 20 anos na propriedade, que possui uma área de 5,5 ha, atuando na atividade agropecuária com gado e suínos, além de pequenos plantios de soja, feijão e mandioca.

Quando questionado a respeito do seu conhecimento sobre uma linha de transmissão, respondeu que sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a instalação do empreendimento, disse que concorda com o mesmo, citando que não vai "*atrapalhar o progresso*". Cita ainda que está aguardando a negociação com o empreendedor.

Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou que tem conhecimento da existência mas que atualmente não sofre interferência. Quando questionado a respeito do novo empreendimento, coloca que ele não deverá interferir na sua atividade produtiva, tampouco na paisagem local.

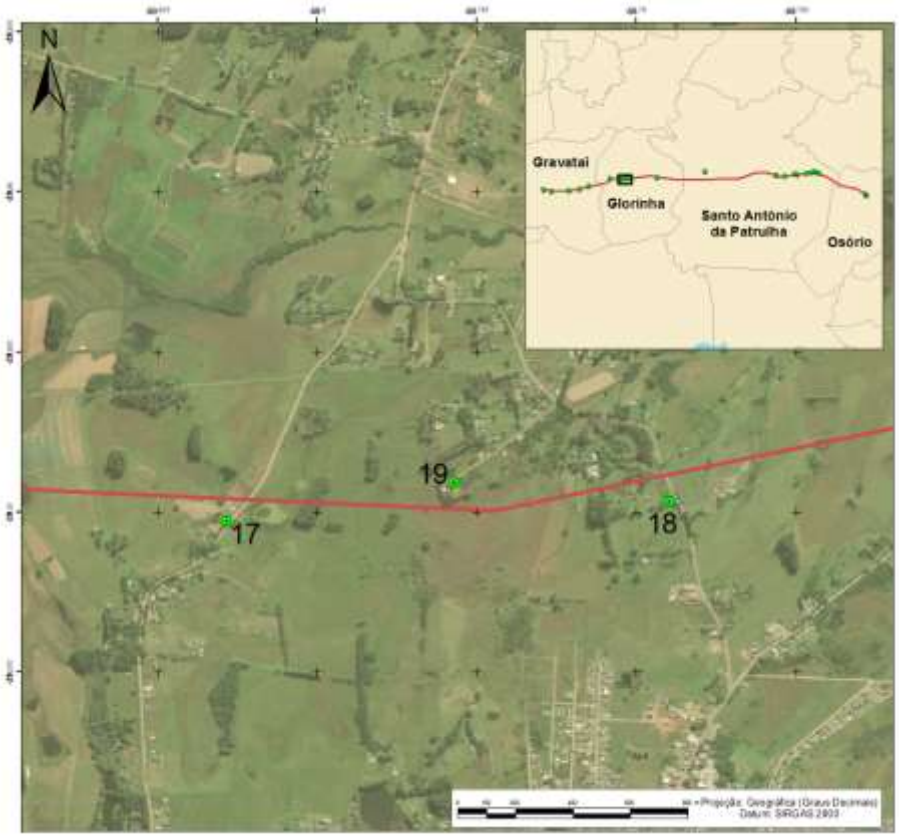


Figura 1.4-42 Localização da Entrevista n°17.

Sobre os impactos positivos ou negativos advindos do empreendimento, o entrevistado não soube responder.



Figura 1.4-43 Entrada da propriedade Sr. Arcênio Solferino Mealho.

ENTREVISTA N° 18 – ANA SABALLA

Ana Saballa, 66 anos.

Local de aplicação: Glorinha. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.869657°S; -50.788962°O.

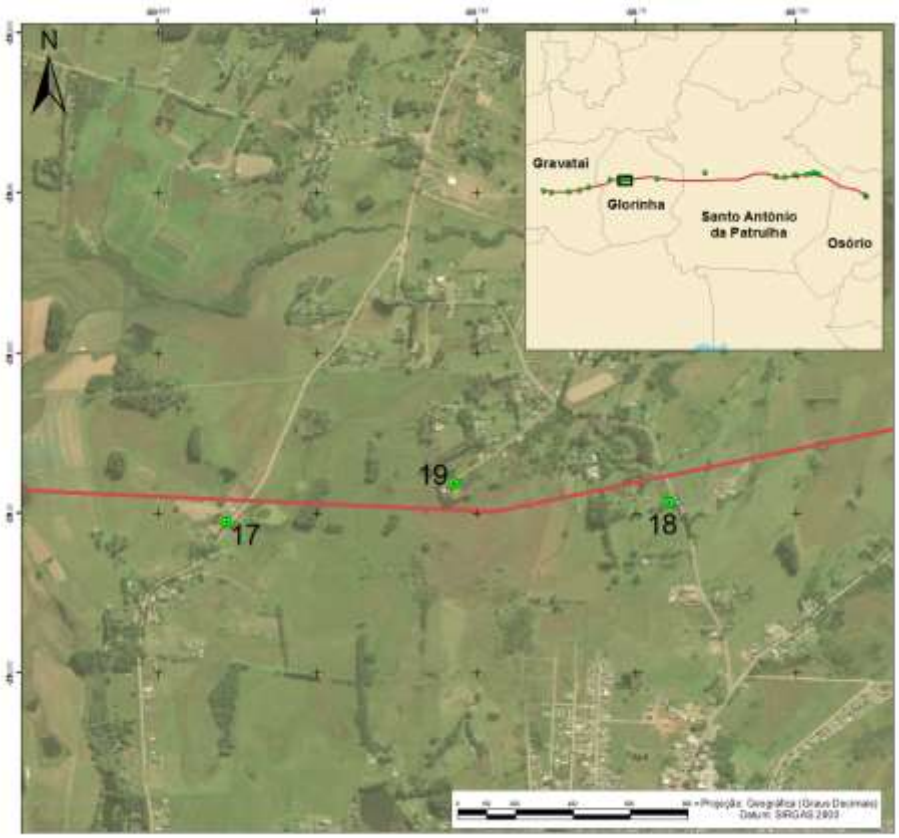


Figura 1.4-44 Localização da Entrevista n°18.

Ana aluga uma residência na parte frontal de uma propriedade onde passará a futura linha de transmissão. Reside no local há aproximadamente 2 anos, não possuindo atividades agropecuárias, excetuando-se algumas galinhas. A propriedade alugada tem como função principal a moradia.

Quando questionado a respeito do seu conhecimento sobre uma linha de transmissão, respondeu que sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou que não tem conhecimento da existência.



Figura 1.4-45 Residência onde foi realizada a entrevista n°18.

Sobre a instalação do empreendimento, disse que aceita o mesmo, citando o progresso e colocando que na sua visão não teria problemas. Após a entrevistada faz a ressalva de que seria necessário observar a visão dos proprietários do local, posto que ela mora de aluguel.

Quando questionada a respeito de outras linhas de transmissão nas proximidades, apontar ter conhecimento a respeito, mas que não sofre interferência nas suas atividades cotidianas. Da mesma forma, não observa possíveis interferências no seu cotidiano a partir da instalação do novo empreendimento, tampouco em relação a paisagem.

Sobre impactos positivos ou negativos, a entrevistada não soube opinar.



Figura 1.4-46 Paisagem onde passará a futura linha de transmissão.

ENTREVISTA N° 19 – EVERTON BILHALVA

Everton Bilhalva, 34 anos.

Local de aplicação: Glorinha. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.869069°S; -50.795697°O.

Everton reside há aproximadamente 3 anos na propriedade, que possui 0,7 ha. Atualmente não possui atividades agropecuárias. Tem intenção de atuar na piscicultura, a partir de um açude no local.

Quando questionado a respeito do conhecimento sobre uma linha de transmissão, respondeu que sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou que não tem conhecimento da existência.

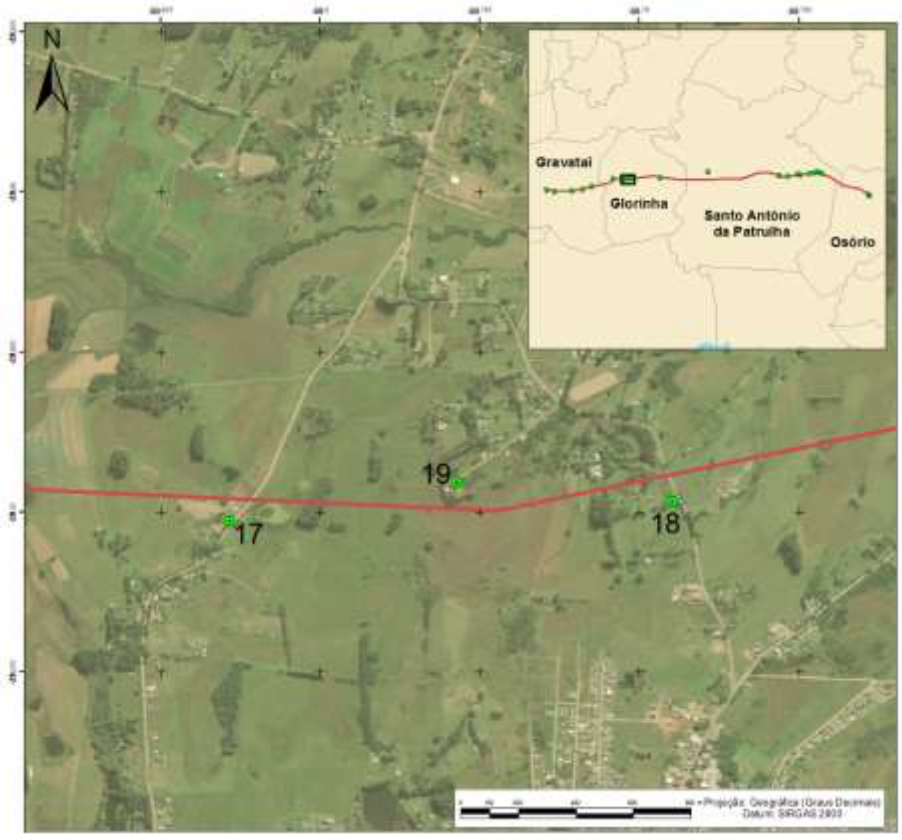


Figura 1.4-47 Localização da Entrevista n°19.

Sobre a instalação do empreendimento, disse que aceita o mesmo, mas ressalva que ainda não apresentaram o traçado (apenas apontaram na área o local de passagem) ou acertaram os valores de negociação.

Sobre possíveis interferências do novo empreendimento na sua atividade produtiva, aborda que o mesmo não causará interferências, visto que não planta na área e não tem intenção de realizar atividades incompatíveis com a linha de transmissão.

A respeito da paisagem, aborda que a linha de transmissão irá interferir de forma significativa, passando nas propriedades locais.

O entrevistado não identificou possíveis impactos positivos ou negativos advindos do novo empreendimento.

ENTREVISTA N° 20 – ALEX SOARES DUTRA

Alex Soares Dutra, 45 anos.

Local de aplicação: Glorinha. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.867570°S; -50.732121°O.

O entrevistado possui uma área de 40 ha herdada da família, residindo no local há aproximadamente 5 anos. No local a principal atividade é a pecuária de leite.

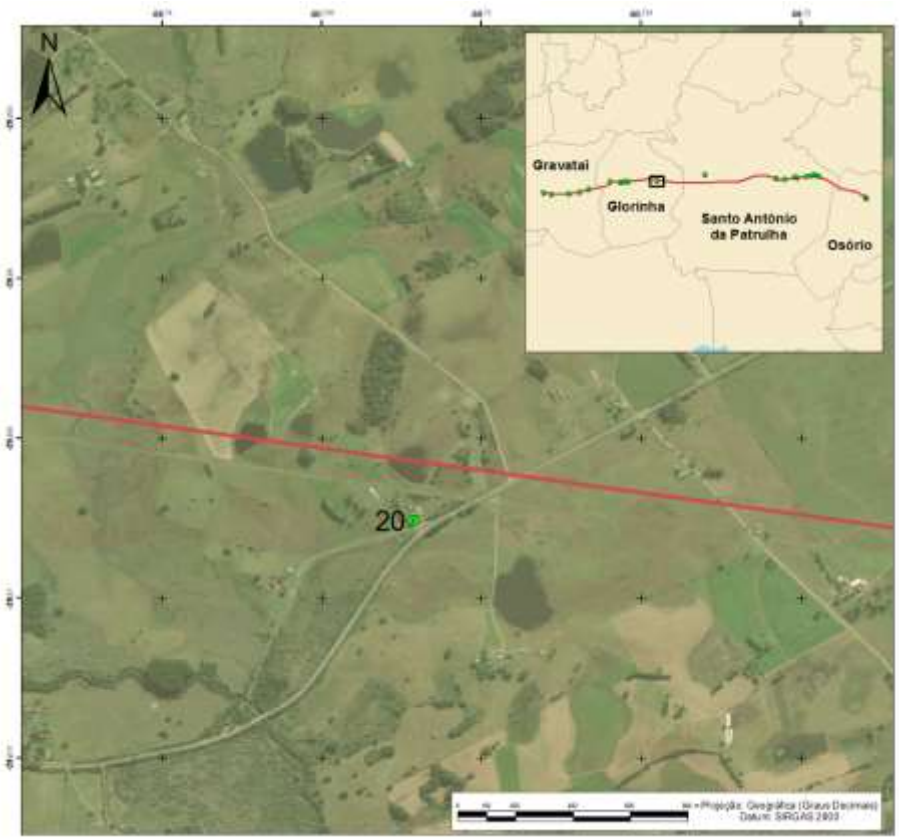


Figura 1.4-48 Localização da Entrevista n°20.

Quando questionado a respeito do seu conhecimento sobre uma linha de transmissão, respondeu que sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou que tem conhecimento da existência, mas que atualmente não sofre interferência na sua atividade produtiva. Aponta que atualmente sofrem interferências em função da passagem dos dutos de gás da Petrobrás, e que isto já desvalorizou a propriedade.



Figura 1.4-49 Estruturas em construção na propriedade da família do Sr. Alex Soares Dutra.



Figura 1.4-50 Passagem de dutos de gás nas propriedades locais.

Sobre a instalação do empreendimento, disse que rejeita o mesmo. Suas principais considerações para discordância estão no prejuízo para a propriedade, relacionada a desvalorização do imóvel e a baixa indenização. Coloca ainda que os responsáveis pela

negociação "*buscaram documentações, mas não trataram de valores*". Cita ainda que um proprietário vizinho, localizado na margem oposta da ERS-030 também é contrário ao empreendimento, já tendo impacto de outras linhas de transmissão na sua propriedade.

Sobre a paisagem, entende que a linha de transmissão irá provocar interferências significativas, passando atrás das residências pertencentes a família.

Sobre os impactos positivos, aponta a questão da distribuição de energia. O entrevistado apontou como aspectos negativos o prejuízo a propriedade advindo da desvalorização do imóvel e da baixa indenização.



Figura 1.4-51 Paisagem local onde passará a futura linha de transmissão.

ENTREVISTA N° 21 – CRISTIANE RAMOS

Cristiane Ramos, 46 anos.

Local de aplicação: Santo Antônio da Patrulha. Coordenadas geográficas do local da entrevista: -29.855007°S; -50.636641°O.

A entrevistada reside no local há aproximadamente 9 anos. Afirma que a área total da propriedade chega a 300 ha, mas é desmembrada pelos familiares. No local as principais atividades são a orizicultura, soja, e atividades pecuárias (gado e ovelha).

Quando questionada a respeito do seu conhecimento sobre uma linha de transmissão, respondeu que sabe o que é e qual a função desse tipo de empreendimento. Sobre a presença de outras linhas de transmissão nas proximidades, afirmou que tem conhecimento da existência, e que sofre interferência na sua atividade de forma negativa, em função da agricultura.

Quando questionado a respeito do novo empreendimento, preferiu não responder se concorda ou não com a implantação do mesmo, colocando que "*não tem muito o que concordar, visto que ele ocorrerá de qualquer forma*". Afirma ainda que não fizeram contrato referente a negociação para utilização da área.



Figura 1.4-52 Localização da Entrevista n°21.

Aponta que o empreendimento irá interferir pouco nas atividades produtivas, somando o seu impacto as demais linhas de transmissão já existentes na região. Sobre a paisagem, entende que a linha de transmissão não irá provocar interferências.

Sobre os impactos positivos, aponta o beneficio geral com as melhorias de distribuição, mas ressalva que para o proprietário não observa impacto positivo. Não observa impactos negativos, citando apenas as interferências de produção já citadas anteriormente.



Figura 1.4-53 Sede da Fazenda (entrevista 21).



Figura 1.4-54 Paisagem na propriedade onde se realizou a entrevista 21.

ANEXO 3. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA-RS

ART Número
10846424

Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO
Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS169380 **Profissional:** PEDRO PAULO FERREIRA DE SOUZA **E-mail:** pedro@sh16.com.br
RNP: 2208329945 **Título:** Geógrafo
Empresa: NENHUMA EMPRESA **Nr.Reg.:**

Contratante

Nome: ABG ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA **E-mail:**
Endereço: RUA DR BARROS CASSAL 180 804 **Telefone:** **CPF/CNPJ:** 93390243000164
Cidade: PORTO ALEGRE **Bairro.:** FLORESTA **CEP:** **UF:** RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: CPFL TRANSMISSÃO SUL II S.A.
Endereço da Obra/Serviço: OSÓRIO; ST ANTÔNIO DA PATRULHA; GLORINHA; GRAVATAÍ **CPF/CNPJ:** 33062600000133
Cidade: OSÓRIO **Bairro:** ZONA RURAL **CEP:** **UF:** RS
Finalidade: AMBIENTAL **Vlr Contrato(R$):** 6.326,00 **Honorários(R$):**
Data Início: 01/07/2020 **Prev.Fim:** 01/09/2020 **Ent.Classe:** AGP/RS

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Estudo	LINHA DE TRANSMISSÃO 230 KV OSÓRIO 3 - GRAVATAÍ 3	66,00	KM

ART registrada (paga) no CREA-RS em 23/07/2020

Porto Alegre, 24/07/2020	Declaro serem verdadeiras as informações acima	De acordo
Local e Data	PEDRO PAULO FERREIRA DE SOUZA	ABG ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA
	Profissional	Contratante

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODERÁ SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK CIDADÃO - ART CONSULTA

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO ESTUDO DE PERCEPÇÃO REALIZADO NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL – ETAPA DE SOLICITAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO – DA LINHA DE TRANSMISSÃO 230KV SE OSÓRIO 3 – SE GRAVATAÍ 3

Este documento cumpre apresentar informações acerca do Estudo de Percepção da População diretamente atingida pelo empreendimento Linha de Transmissão 230kV SE Osório 3 – SE Gravataí 3, elaborado no âmbito do licenciamento ambiental do empreendimento, com vistas ao atendimento do item 22 (parcial), seção III, da Licença Prévia nº 00112/2020, conforme transcrito:

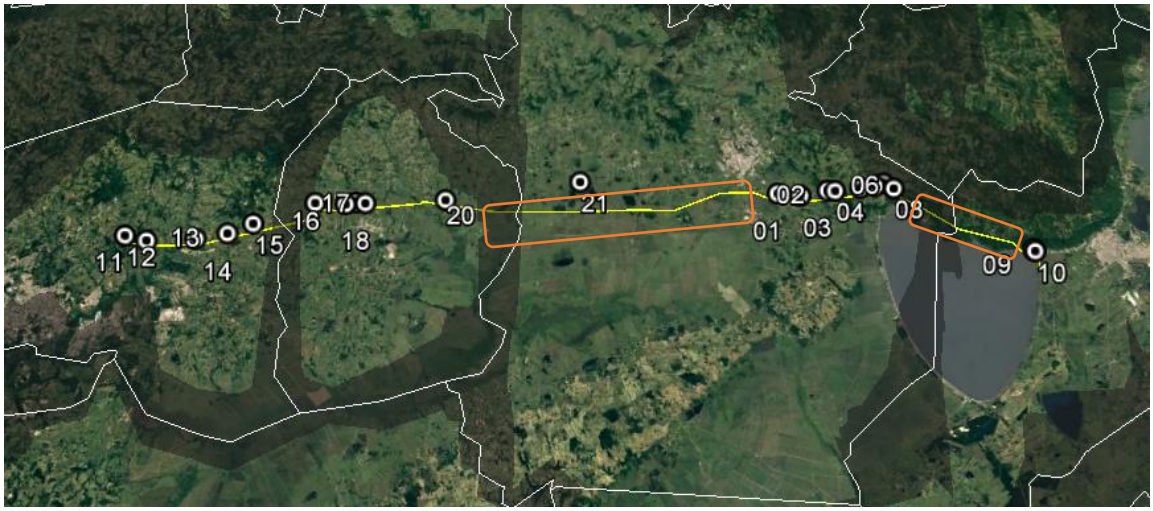
> **(...) com a Avaliação da percepção da população diretamente atingida pelo empreendimento através de entrevistas utilizando metodologia reconhecida cientificamente; (...)**

Em um primeiro momento, cumpre ressaltar que o estudo lançou mão da aplicação de pesquisas qualitativas. No que tange a amostragem, este tipo de abordagem não se preocupa com representatividade numérica, isto é, com o número específico a ser amostrado, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão do objeto estudado, sendo associada a uma maior liberdade de resposta, algo que não se passa, por exemplo, numa entrevista quantitativa. Portanto, para este estudo não se trabalhou com uma amostra probabilística, logo, as opiniões não representam a opinião geral dos impactados pela linha.

Outro ponto relevante para o entendimento do escopo do estudo realizado é que foi considerada como *população diretamente atingida pelo empreendimento* aquela população residente nas propriedades interceptadas pelo traçado da linha de transmissão.

Isto posto, vale lembrar que o empreendimento se caracteriza por apresentar extensão total de aproximadamente 66 km, sendo aproximadamente 5,5 km desse total dentro da APA do Morro de Osório (8,3%), perfazendo ao longo de seu traçado diferentes ambientes do ponto de vista socioeconômico, razão pela qual se entendeu que a obtenção de informações devesse ocorrer em diferentes pontos ao longo de toda sua extensão. Dessa forma, diferentes percepções sobre o tema seriam captadas.

É importante ressaltar que dois trechos apresentam presença mais esparsa de população na área de interferência do empreendimento, resultando inevitavelmente em um menor número de entrevistas quando comparado a distribuição total. São eles: o trecho entre Glorinha e Santo Antônio da Patrulha, caracterizado por extensas áreas orizícolas, e o trecho entre Santo Antônio da Patrulha e Osório, este com maior declividade e forte presença de vegetação nativa, que coincide parcialmente com trecho da APA do Morro de Osório.



Distribuição das entrevistas realizadas realizadas, coincidindo com os trechos de maior concentração populacional ao longo da linha de transmissão. Retângulos destacam áreas de baixa ocupação populacional.

No que tange a análise dos dados, Campos (2000) ressalta: “A pesquisa qualitativa é predominantemente descritiva. Os dados coletados são mais uma forma de palavras ou figuras do que números. Estes dados incluem entrevistas transcritas, notas de campo, fotografias, produções pessoais, depoimentos ou outra forma de documento. O pesquisador qualitativo tenta analisar os dados em toda sua riqueza, respeitando, no possível, a forma de registro ou transcrição”.

A análise realizada evidenciou os diferentes pontos de vista da população a respeito do empreendimento, dado que se refletiu na divisão observada dentro do índice de aceitação/ rejeição. Além disto, a pesquisa também conseguiu coletar percepções variadas, bem como contribuições sobre impactos, sejam eles positivos ou negativos. Neste ponto, convém deixar claro que não cabe ao pesquisador fazer juízo de valor acerca das respostas e colocações manifestadas, mas apenas apresentar o que foi, de fato, relatado e o que foi compreendido.

Entende-se como pertinente as discussões entre a população, organizações locais e demais atores em relação ao empreendimento, não devendo ser questionada a sua importância ou mérito. Entretanto, cabe ressaltar que o trabalho realizado não teve como foco uma área específica do trecho em estudo. Como já comentado, buscou-se com que fosse retratada a visão dos possíveis impactados ao longo de todo o empreendimento. Deve-se salientar a qualidade técnica do trabalho apresentado, uma vez que atendeu plenamente o escopo solicitado pelo órgão ambiental.

Por fim, é importante deixar claro que não competia ao estudo obter a percepção de uma população presente apenas em uma área específica. Assim sendo, o estudo apresentado atendeu aos objetivos de caracterizar a percepção da população diretamente atingida pelo empreendimento, utilizando para tal metodologia de pesquisa reconhecida e adequada ao escopo e escala do trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

CAMPOS, C. J. G. Metodologia qualitativa e método clínico qualitativo: um panorama geral de seus conceitos e fundamentos. 2000. Disponível em: https://arquivo.sepq.org.br/II-SIPEQ/Anais/pdf/poster1/05.pdf. Acesso em Julho de 2020.



Pedro Paulo Ferreira de Souza
Geógrafo Consultor (CREA-RS n° 169380)
ABG Engenharia e Meio Ambiente